



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1800

Quinta-feira - 06 de Agosto de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Frei Rogério	213	Navegantes.....	563
Alto Bela Vista.....	3	Galvão.....	215	Nova Trento.....	571
Anchieta	4	Garopaba.....	218	Novo Horizonte	579
Antônio Carlos	7	Garuva	223	Orleans	580
Balneário Rincão	13	Gaspar	224	Palhoça	581
Barra Velha.....	16	Grão Pará	227	Palmitos	603
Biguaçu	17	Guaraciaba	228	Paulo Lopes	604
Blumenau	19	Guaramirim.....	249	Penha.....	605
Bom Jesus do Oeste	23	Herval d'Oeste	250	Pinheiro Preto	609
Bom Retiro	24	Ilhota	252	Porto Belo.....	610
Botuvera.....	28	Imarui	253	Porto União.....	611
Braço do Trombudo	29	Imbituba	257	Pouso Redondo	613
Brusque.....	131	Indaial.....	261	Rio do Sul.....	614
Caçador.....	142	Ipumirim	272	Salto Veloso.....	634
Camboriú.....	146	Irineópolis	273	São Bento do Sul.....	635
Campo Alegre	147	Itá	275	São Domingos.....	640
Campos Novos.....	156	Itapiranga.....	277	São João do Oeste	653
Canoinhas.....	173	Itapoá	280	São José.....	654
Capinzal	180	Ituporanga	282	São Lourenço do Oeste.....	660
Chapadão do Lageado	190	Joaçaba	286	São Miguel do Oeste.....	661
Cocal do Sul.....	192	Laguna	330	Schroeder.....	665
Concórdia	194	Lauro Muller	414	Sul Brasil	674
Cordilheira Alta	198	Lebon Regis.....	415	Tigrinhos	676
Coronel Freitas.....	199	Leoberto Leal.....	418	Timbé do Sul	677
Coronel Martins.....	200	Lindóia do Sul.....	419	Timbó	679
Correia Pinto.....	202	Luzerna	423	Tunápolis.....	718
Dionísio Cerqueira	203	Mafrá	426	Urussanga	724
Ermo	205	Maracajá	428	Vargem Bonita	725
Eral Velho	206	Marema.....	555	Videira.....	726
Faxinal dos Guedes.....	207	Massaranduba.....	556	Vitor Meireles.....	728
Forquilha.....	208	Modelo	558	Xanxerê	730
Fraiburgo.....	209	Morro da Fumaça	561	Xavantina	731

Consórcios

ARIS	732
CIS/AMOSC.....	741
CIS/AMURES.....	741
Consórcio CISAMA.....	742
CIGAMERIOS	743

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 79/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 95/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 79/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA A CRECHE TIA HILDA DE ACORDO COM CONVENIO Nº700143/2011.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 20/08/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 04 de agosto de 2015.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 80/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 96/2015
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 80/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 21/08/2015. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 04 de agosto de 2015.
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.057 DE 03 DE AGOSTO DE 2015

"NOMEIA TESOUREIRA E ESTABELE RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS BANCÁRIAS DO MUNICÍPIO NA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL e DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL"

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99 item VIII da Lei Orgânica.

DECRETA:

Artigo 1º: - Ficam nomeadas as Senhoras JAQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH e JOSI VITÓRIA LERMEN FINGER para assinarem como tesoureiras do Município.

Artigo 2º:- Fica estabelecido que todas as contas bancárias do Município de Alto Bela Vista, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, da agência do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, serão movimentadas pelas pessoas Abaixo Discriminadas:

CATIA TESSMANN REICHERT – Prefeita Municipal
CPF nº 017.160.299-45

DÉCIO GRÄTNER - Vice Prefeito Municipal
CPF nº 867.422.729-53

JAQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH - Tesoureira
CPF Nº 089.201.559-41

JOSI VITÓRIA LERMEN FINGER - Tesoureira
CPF Nº 037164629-42

Artigo 3º: Estas pessoas poderão efetuar isoladamente as seguintes transações:

- SOLICITAR SALDO E EXTRADOS;
- REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUES;
- SUSTAR/CONTRAORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;

e também poderão efetuar as seguintes transações em conjunto, sendo necessária no mínimo a assinatura (eletrônica ou física) de dois dos autorizados a movimentação:

- EFETUAR SAQUES;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS PARA A MESMA TITULARIDADE;
- ENCERRAR CONSTAS DE DEPÓSITO;
- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO;
- AUTORIZAR COBRANÇA;
- MOVIMENTAR CONTA CORRENTE POR MEIO FÍSICO OU ELETRÔNICO.

Artigo 4º: - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação

Artigo 5º: - Fica revogado o Decretos Municipais Nº 1803 de 04 de fevereiro de 2014.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 03 de agosto de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2015 FMS
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista, SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, do tipo Menor Preço Global, objetivando a locação, manutenção, conversão e atualização de sistema de gestão pública na área de saúde com integração e-SUS AB ou qualquer outro sistema informatizado exigido pelo Ministério da Saúde, de acordo com as normas consoantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até à 8h50 do dia 20 de agosto de 2015, em sessão pública com abertura prevista para às 9h da mesma data. Íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 04 de agosto de 2015.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

Anchieta

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS FMAS JULHO 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015

PROCESSO Nº 14/2015 HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em seguros para veículos da Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar do Município de Anchieta/SC

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.256,00 (um mil duzentos e cinquenta e seis reais)

=====

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015

PROCESSO Nº 15/2015 HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de água mineral e material de limpeza e material de expediente para ser utilizado na sala de atendimento do conselho tutelar, pago com recursos próprios.

CONTRATADO: PAPELARIA E BAZAR BOM JESUS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 456,30 (quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos)

=====

CONTRATADO: RENATO ROSSATO - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 533,95 (quinhentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos)

=====

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

PROCESSO Nº 16/2015 HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

OBJETO: Contratação de empresa que realize oficinas de dança urbana e capoeira destinada às crianças e adolescentes nas atividades desenvolvidas pelo SCFV, do município de Anchieta.

CONTRATADO: ALEXANDRE CAMPOS CAMARGO 04390012932

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

=====

=====

Anchieta, 05/08/2015

ROSANE MARIA PROVIN - Gestora Do Fundo

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 012/2015

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

Contratada...: GENTE SEGURADORA SA

Valor : 1.256,00 (um mil duzentos e cinquenta e seis reais)

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 01/07/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em seguros para veículos da Secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar do

Município de Anchieta/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 013/2015

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

Contratada...: ALEXANDRE CAMPOS CAMARGO 04390012932

Valor : 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 01/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa que realize oficinas de dança urbana e capoeira destinada às crianças e adolescentes nas atividades

desenvolvidas pelo SCFV, do município de Anchieta.

Anchieta, 5 de Agosto de 2015

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS FMS JULHO 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

PROCESSO Nº 23/2015 HOMOLOGAÇÃO: 09/07/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em seguros para o prédio da unidade básica de saúde e os veículos da Secretaria de Saúde do Município de Anchieta/SC

CONTRATADO: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.535,00 (cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais)

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.647,00 (seis mil seiscentos e quarenta e sete reais)

=====

=====

Anchieta, 05/08/2015

MAGLI ROSCETE - Gestora Do Fms

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 012/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada...: GENTE SEGURADORA SA

Valor : 6.647,00 (seis mil seiscentos e quarenta e sete reais)

Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 09/07/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em seguros para o prédio da unidade básica de saúde e os veículos da Secretaria de Saúde do Município de Anchieta/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 013/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada...: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.

Valor : 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 09/07/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em seguros para o prédio da unidade básica de saúde e os veículos da Secretaria de Saúde
do Município de Anchieta/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 014/2015

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA

Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Valor : 5.535,00 (cinco mil quinhentos e trinta e cinco reais)

Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 09/07/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em seguros para o prédio da unidade básica de saúde e os veículos da Secretaria de Saúde

do Município de Anchieta/SC

Anchieta, 5 de Agosto de 2015

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS HOSPITAL JULHO 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015

PROCESSO Nº 11/2015 HOMOLOGAÇÃO: 21/07/2015

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço médico sobre aviso de 10hrs semanais, acompanhamento, avaliações de pacientes em observação e gestantes conforme a demanda, atendimento no turno do trabalhador bem como realização de procedimentos ambulatoriais junto ao Hospital Municipal Anchietaense, conforme escala de trabalho, pago com recursos próprios.

CONTRATADO: RICARDO ANDRESKI MOITA

VALOR DA DESPESA: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

CONTRATADO: RENAN PRIGOL & CIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

Anchieta, 05/08/2015

RITA BRESSAN DE LIMA - Diretora Administrativa

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 011/2015

Contratante.: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

Contratada...: RENAN PRIGOL & CIA LTDA - ME

Valor : 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

Vigência : Início: 21/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço médico sobre aviso de 10hrs semanais, acompanhamento, avaliações de pacientes em observação e gestantes conforme a demanda, atendimento no turno do trabalhador bem como realização de procedimentos ambulatoriais junto ao Hospital Municipal Anchietaense, conforme escala de trabalho, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 012/2015

Contratante.: HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

Contratada...: RICARDO ANDRESKI MOITA

Valor : 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)

Vigência : Início: 21/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço médico sobre aviso de 10hrs semanais, acompanhamento, avaliações de pacientes em observação e gestantes conforme a demanda, atendimento no turno do trabalhador bem como realização de procedimentos ambulatoriais junto ao Hospital Municipal Anchietaense, conforme escala de trabalho, pago com recursos próprios.

Anchieta, 5 de Agosto de 2015

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS PREFEITURA JULHO 2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2015

PROCESSO Nº 59/2015 HOMOLOGAÇÃO: 06/07/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Show de Manobras Radicais com Bikes - (BiKe Session Show), para apresentação na reinauguração do Ginásio de Esportes Hilário Pompermayer, que será realizado no dia 11 de Julho de 2015, às 20 horas. Pago com recursos próprios.

CONTRATADO: BIKE SESSION LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.075,00 (quatro mil e setenta e cinco reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

PROCESSO Nº 60/2015 HOMOLOGAÇÃO: 06/07/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Contratação de empresa - SEBRAE - para execução de 66 horas de consultoria destinadas ao apoio as Micro e Pequenas Empresas do Município de Anchieta/SC.

CONTRATADO: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE S

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,04 (cinco mil reais e quatro centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

PROCESSO Nº 52/2015 HOMOLOGAÇÃO: 06/07/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto para o Setor de Obras e Serviços Rodoviários, na recuperação manutenção das estradas vicinais rurais, pontes, bueiros do interior das ruas e avenidas da cidade.

CONTRATADO: ARTEFATOS DE CIMENTO GUARACIABA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 70.316,00 (setenta mil trezentos e dezesseis reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015

PROCESSO Nº 51/2015 HOMOLOGAÇÃO: 09/07/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Aquisição de moveis novos submedida (balcão de atendimento e armários) para ser utilizado pela Secretaria da Fazenda e educação, pago com recursos próprios e do salario educação.

CONTRATADO: JOAO LUIZ SCHENA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)

CONTRATADO: ARIEL PRESTES DE OLIVEIRA 03899690958

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.550,00 (um mil quinhentos e cinquenta

reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015
 PROCESSO Nº 54/2015 HOMOLOGAÇÃO: 09/07/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Aquisição de brinquedos (kit de móveis e casinha) para serem utilizados no Centro Municipal de Educação - CMEIF, lotado no Ensino Infantil. Pago com recursos do Superávit Financeiro 2014 do Salário Educação.

CONTRATADO: JOAO LUIZ SCHENA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.930,00 (três mil novecentos e trinta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015
 PROCESSO Nº 57/2015 HOMOLOGAÇÃO: 21/07/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Registro de Preço visando a contratação de empresa especializada para confecção e instalação de adesivos com impressão digital conforme a demanda da Secretaria de Educação Cultura e Esporte, por um período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.

CONTRATADO: GRAFIGOU IMPRESSAO DIGITAL LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 10.400,00 (dez mil quatrocentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015
 PROCESSO Nº 58/2015 HOMOLOGAÇÃO: 21/07/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (Pão Doce, Bebida Láctea e Polpa de Fruta) e gás de cozinha (45kg), para ser utilizado pelas Escolas Municipais do Ensino Creche/Infantil/Fundamental pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação.

CONTRATADO: JUSCELINO LUIZ PANSERA & CIA. LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)

CONTRATADO: RENATO ROSSATO - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 12.436,00 (doze mil quatrocentos e trinta e seis reais)

CONTRATADO: NILOSUL IND. E COM. LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.376,00 (três mil trezentos e setenta e seis reais)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2015
 PROCESSO Nº 64/2015 HOMOLOGAÇÃO: 28/07/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

CONTRATADO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E DE ANCHIETA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 16.370,95 (dezesesseis mil trezentos e setenta reais e noventa e cinco centavos)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 1/2015
 PROCESSO Nº 55/2015 HOMOLOGAÇÃO: 31/07/2015
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global com

fornecimento de material e mão-de-obra necessária para instalação de cobertura na Creche Municipal Pro Infância, de acordo com projeto, memorial descritivo e planilha orçamentaria.

CONTRATADO: GRAFSUL COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 19.427,40 (dezenove mil quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta centavos)

=====

Anchieta, 05/08/2015
 ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 EXTRATO CONTRATUAL
 Contrato Nº.: 025/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 Contratada...: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE S
 Valor : 5.000,04 (cinco mil reais e quatro centavos)
 Vigência : Início: 06/07/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 11/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa - SEBRAE - para execução de 66 horas de consultoria destinadas ao apoio as Micro e Pequenas Empresas do Município de Anchieta/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 EXTRATO CONTRATUAL
 Contrato Nº.: 026/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 Contratada...: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E DE ANCHIETA
 Valor : 16.370,95 (dezesesseis mil trezentos e setenta reais e noventa e cinco centavos)
 Vigência : Início: 28/07/2015 Término: 31/10/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 EXTRATO CONTRATUAL
 Contrato Nº.: 027/2015
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 Contratada...: GRAFSUL COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
 Valor : 19.427,40 (dezenove mil quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 31/07/2015 Término: 30/08/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global com fornecimento de material e mão-de-obra necessária para instalação de cobertura na Creche Municipal Pro Infância, de acordo com projeto, memorial descritivo e planilha orçamentaria.

Anchieta, 5 de Agosto de 2015

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 073/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 073/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº 048/2015 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de material tipo meio fio FCK25 com 12x30, para uso da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, na manutenção e reparo das estradas vicinais do município de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 18 de agosto 2015 às 9:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 06 de agosto de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 000068/15

DECRETO Nº 000068/15 de 5 de Agosto de 2015

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETO:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.145,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas 2.145,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.145,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 5 de Agosto de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Antônio Carlos.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, juntamente com o Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, do dia 02 de junho de 2015, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução do CONANDA nº 170/2014 e da Lei Municipal nº 1.483/2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Antônio Carlos e dá outras providências.

1. Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.1 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.2 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1.483/2015, é assegurado o direito a:

I – vencimento de (01) um salário mínimo nacional,

II – cobertura previdenciária;

III – licença maternidade

IV – licença paternidade;

V – gratificação natalina

VI – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta na Lei Municipal nº. 1.483/2015.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

2.4 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 7h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00.

2.4.1 Plantão noturno das 17h00 às 7h30min do dia seguinte, distribuído entre os conselheiros.

2.4.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados, distribuídos entre os conselheiros.

2.4.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Das inscrições

3.1. O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período de 06 de agosto de 2015 a 21 de agosto de 2015, em dias úteis, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, na Secretaria de Saúde e Assistência Social, sito à Rua 6 de Novembro, nº. 186, bairro Centro, Antônio Carlos.

3.2. Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I – reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II – idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III – residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV – conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio.

3.3. O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.4. Na hipótese de inscrição por procuração, deverá ser apresentado, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.5. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.6. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

4. Da Publicação das Candidaturas

4.1. A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 24 de agosto de 2015, no Diário Oficial dos Municípios, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

4.2. Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, em 03(três) dias, contados da data da publicação da lista dos candidatos, no horário das 7h30 às 11h30min, e das 13h00 às 17h00, na sede do Conselho Municipal dos Direitos/Secretaria de Saúde e Assistência Social.

4.3. O candidato impugnado poderá manifestar-se de forma escrita, no período de até 02(dois) dias, contados da data da ciência do evento, no horário das 7h30 às 11h30, e das 13h00 às 17h00, na

sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/Secretaria de Saúde e Assistência Social.

4.4. A comissão eleitoral apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 01 de setembro de 2015.

4.5. O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 02 de setembro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

4.6. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitado a data do pleito unificado (04/10/2015).

5. Da Propaganda Eleitoral

5.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

5.2. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

5.3. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

5.4. Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

5.5. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

5.6. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

5.7. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

5.8. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

5.9. É vedada aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

5.10. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

5.11. Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

5.12. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e

julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

5.13. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.14. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

5.15. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

6. Da Eleição

6.1. A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 8h00 às 17h00, nos seguintes locais:

- ° Escola de Educação Básica Prof. Altamiro Guimarães – Centro
- ° Núcleo de Educação Municipal Profª Xênia Guesser Kremer – Louro
- ° Núcleo de Educação Municipal Cônego Doutor Raulino Raitz – Santa Maria
- ° Núcleo de Educação Municipal Verônica G. Pauli - Rachadel

6.2. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

6.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

6.4. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o Título de Eleitor, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

6.5. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

6.6. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

6.7. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

6.8. O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos, na Mesa Receptora de Votos, na seção instalada.

7. Do Voto

7.1. Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

7.2. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município de Antônio Carlos, cujos nomes constem da relação fornecida pelo Cartório Eleitoral da Comarca de Biguaçu, e afixadas no local de votação.

7.3. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

7.4. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

8. Da Cédula Oficial

8.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

8.2. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

8.3. O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

8.4. Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

9. Das Mesas Receptoras

9.1. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

9.2. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

9.3. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.4. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.5. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

9.6. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, as quais, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

9.7. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I – Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II – Registrar na ata as impugnações dos votos;

9.8. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

9.9. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I – Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III – As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

10. Da Apuração

10.1. A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente/Secretaria da Saúde e Assistência Social, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

10.2. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

10.3. Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

10.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

10.5. Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

10.6. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.7. No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir maior grau de escolaridade,

10.8. Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

11. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

11.1. O resultado da eleição será publicado no dia 08(oito) de outubro de 2015, em edital publicado do Diário Oficial dos Municípios, e afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

11.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

11.4. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

11.5. Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

11.6. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

12. Disposições Finais

12.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1.483/2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

12.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

12.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

12.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive.

12.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

12.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.7. É responsabilidade do candidato, acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

12.8. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

12.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

12.10. Fica eleito o Foro da Comarca Biguaçu para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Antônio Carlos, 05 de agosto de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR PREFEITO MUNICIPAL	PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ANTÔNIO CARLOS.

Anexo I

Cronograma:

Publicação do Edital Dia 06 de agosto de 2005

Inscrição dos Candidatos De 06.08 a 21.08.2015

Prazo para Recurso Indeferimento de candidatura De 24.08. a 27.08.2015

Resposta da Comissão Eleitoral sobre Recurso Dia 01.09.2015

Publicação Relação dos Candidatos inscritos Dia 02.09.2015

Eleição Dia 04.10.2015.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 057/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 057/2015; Origem: Processo Licitatório nº 015/2015 – pregão presencial nº 010/2015. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, repor o equilíbrio econômico financeiro da ata de Registro de Preço, que consiste na "aquisição parcelada de material de enfermagem, necessário na Unidade Básica de Saúde do município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Fica alterado o valor dos itens 129 e 132 do processo licitatório nº. 015/2015, cujo novo valor dos itens passa a ser de R\$ 1,966 (hum real e noventa e seis centavos) e R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos).

Antônio Carlos, 06 de agosto de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 064/2015**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 064/2015; Origem: Processo Licitatório nº 017/2015 – pregão presencial nº 012/2015 Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: JULIO SILVESTRE FILHO ME. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto, repor o equilíbrio econômico financeiro da ata de Registro de Preço, que consiste na aquisição parcelada de peças novas e originais para uso da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, na manutenção do maquinário do município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Fica alterado o valor do item 01 do processo licitatório nº. 017/2015, cuja nova importância passa a ser de R\$ 385,63 (trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

Antônio Carlos, 05 de agosto de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PORTARIA CONJUNTA Nº 02/2015**PORTARIA CONJUNTA Nº 02/2015**

Dispõe sobre a COMISSÃO DE PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Sr. Antônio Paulo Remor, em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1.483/2015;

RESOLVEM:

Art. 1º - Constituir e nomear os servidores IRANI HIPÓLITO DA SILVA, ANA PAULA RICHARTZ e REMO REMOR BORGHEZAN para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão especial de fiscalização e acompanhamento do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar – Eleição Unificada 2015.

Parágrafo único - No desempenho das suas funções, os servidores nomeados no caput do presente artigo poderão se utilizar de instalações, equipamentos, servidores e todos os elementos que forem necessários para o correto desempenho das suas atividades.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 05 de agosto de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 411/2015**PORTARIA Nº 411/2015**

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Antônio Carlos.

O Prefeito Municipal de Antônio Carlos, Sr. Antônio Paulo Remor, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Municipal nº. 1.483/2015;

RESOLVE:

Artigo 1º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

I – REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Titular: Rafaela Roseli Kanner

Suplente: Jocilene Ireni Guessier

II - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Titular: Hilton Luiz Ouriques

Suplente: Ana Carla Marilda Costa Lopes

III - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE Educação e Cultura:

Titular: Judite Koch Schmitt

Suplente: Bruna Nau

IV - REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

Titular: Flávia Danubia Junkes Petry

Suplente: Marlise Sonntag Mayer

V - REPRESENTANTE DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL:

Titular: Remo Remor Borghezán

Suplente: Ana Paula Richartz

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 05 de agosto de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**LEI LEGISLATIVA 200/2015**

LEI LEGISLATIVA Nº200/2015

“REVOGA A LEI Nº1.479 DE 09 DE JUNHO DE 2015”.

Eliziário José Schmitt, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 1.479 de 09 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Antônio Carlos, 14 de julho de 2015.

ELIZIÁRIO JOSÉ SCHMITT

Presidente da Câmara

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 16/07/2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO - CARDIAL STANDS

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 090/PMBR/2015. OBJETO: ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO, do contrato que tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para locação, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação e mão de obra de segurança desarmada, para o evento da "21ª Festa da Tainha", que se realizará nos dias 17, 18 e 19 de Julho de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 16/07/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Gabriel Duarte Cardoso.

EXTRATO DE ADITIVO - GAVA SOM

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 092/PMBR/2015. OBJETO: ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO, do contrato que tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para locação, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação e mão de obra de segurança desarmada, para o evento da "21ª Festa da Tainha", que se realizará nos dias 17, 18 e 19 de Julho de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 16/07/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Ivolney Gava.

EXTRATO DE ADITIVO - SILVA & SILVA

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 089/PMBR/2015. OBJETO: ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO, do contrato que tem como objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para locação, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação e mão de obra de segurança desarmada, para o evento da "21ª Festa da Tainha", que se realizará nos dias 17, 18 e 19 de Julho de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 16/07/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Diomário da Silva.

EXTRATO DE CONTRATO - FMS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 030/FMS/2015; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Tiras Reagentes para Medição de Glicemia Capilar, para uso das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/FMS/2015. No valor global de: R\$ 44.800,00 (Quarenta e quatro mil e oitocentos). ASSINATURA: 07/07/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Adroaldo Machado.

CONTRATO Nº. 031/FMS/2015; MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para contratação de seguros dos veículos pertencentes à Frota do Município de Balneário Rincão/SC.. Processo de Licitação-Modalidade: Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/FMS/2015. No valor global de: R\$ 3.129,97 (Três mil cento e vinte e nove reais e noventa e sete

centavos). ASSINATURA: 14/07/2015; VIGÊNCIA: 365 DIAS; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Paulo Roberto Martins.

CONTRATO Nº. 032/FMS/2015; TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de Relógios Ponto Digital, para controle de frequência dos servidores das Unidades de Saúde e Vigilância Sanitária do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/FMS/2015. No valor global de: R\$ 10.320,00 (Dez mil trezentos e vinte reais). ASSINATURA: 29/07/2015; VIGÊNCIA: 31/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sr.ª Marlise Felipe.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 089/PMBR/2015; SILVA & SILVA ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA ME (COMPLEXO 1001); OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para locação, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação e mão de obra de segurança desarmada, para o evento da "21ª Festa da Tainha", que se realizará nos dias 17, 18 e 19 de Julho de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/PMBR/2015. No valor global de R\$ 39.579,09 (Trinta e nove mil quinhentos e setenta e nove reais e nove centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Diomário da Silva.

CONTRATO Nº. 090/PMBR/2015; CARDIAL STANDS LTDA EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para locação, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação e mão de obra de segurança desarmada, para o evento da "21ª Festa da Tainha", que se realizará nos dias 17, 18 e 19 de Julho de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/PMBR/2015. No valor global de R\$ 91.662,55 (Noventa e um mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Gabriel Duarte Cardoso.

CONTRATO Nº. 091/PMBR/2015; PORTAL MIX EVENTOS LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para locação, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação e mão de obra de segurança desarmada, para o evento da "21ª Festa da Tainha", que se realizará nos dias 17, 18 e 19 de Julho de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/PMBR/2015. No valor global de R\$ 23.686,98 (Vinte e três mil seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Antonio João Canet Schueroff.

CONTRATO Nº. 092/PMBR/2015; GAVA SOM E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo

pertinente para locação, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação e mão de obra de segurança desarmada, para o evento da "21ª Festa da Tainha", que se realizará nos dias 17, 18 e 19 de Julho de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/PMBR/2015. No valor global de R\$ 8.839,98 (Oito mil oitocentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ivolney Gava.

CONTRATO Nº. 093/PMBR/2015; DEIP VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para locação, montagens e desmontagens de estruturas, sonorização, iluminação e mão de obra de segurança desarmada, para o evento da "21ª Festa da Tainha", que se realizará nos dias 17, 18 e 19 de Julho de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/PMBR/2015. No valor global de R\$ 12.578,70 (Doze mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 13/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Paulo Ricardo Freitas Marques.

CONTRATO Nº. 094/PMBR/2015; ELTON AMARO MONSANI; OBJETO: Contratação de ELTON AMARO MONSANI, para realização de Show Artístico durante o evento "21ª. Festa da Tainha", que será realizado nos dias 17, 18 e 19 de Julho 2015, no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade Nº. 049/PMBR/2015. No valor global de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 14/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Elton Amaro Monsani.

CONTRATO Nº. 095/PMBR/2015; JULIANO MACIEL GARCIA DE QUEVEDO - ME; OBJETO: Contratação da empresa JULIANO MACIEL GARCIA DE QUEVEDO - ME, para realização de Show Artístico durante o evento "21ª. Festa da Tainha", que será realizado nos dias 17, 18 e 19 de Julho 2015, no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade Nº. 049/PMBR/2015. No valor global de R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 14/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Juliano Maciel Garcia de Quevedo.

CONTRATO Nº. 096/PMBR/2015; JULIANO MACIEL GARCIA DE QUEVEDO - ME; OBJETO: Contratação da empresa JULIANO MACIEL GARCIA DE QUEVEDO - ME, para realização de Show Artístico durante o evento "21ª. Festa da Tainha", que será realizado nos dias 17, 18 e 19 de Julho 2015, no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade Nº. 049/PMBR/2015. No valor global de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 14/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Juliano Maciel Garcia de Quevedo.

CONTRATO Nº. 097/PMBR/2015; ANA PAULA GUGLIELMI HECKLER; OBJETO: Contratação da empresa ANA PAULA GUGLIELMI HECKLER, para realização de Show Artístico durante o evento "21ª. Festa da Tainha", que será realizado nos dias 17, 18 e 19 de Julho 2015, no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade Nº. 049/PMBR/2015. No valor global de R\$ 700,00 (Setecentos reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 14/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr.ª Ana Paula Guglielmi Heckler.

CONTRATO Nº. 098/PMBR/2015; PAM PRODUÇÕES LTDA - ME; OBJETO: Contratação da empresa PAM PRODUÇÕES LTDA - ME,

para realização de Show Artístico durante o evento "21ª. Festa da Tainha", que será realizado nos dias 17, 18 e 19 de Julho 2015, no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade Nº. 049/PMBR/2015. No valor global de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 14/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. João Carlos da Silva.

CONTRATO Nº. 099/PMBR/2015; GRUPO MUSICAL MATUSA - ME; OBJETO: Contratação da empresa GRUPO MUSICAL MATUSA - ME, para realização de Show Artístico durante o evento "21ª. Festa da Tainha", que será realizado nos dias 17, 18 e 19 de Julho 2015, no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade Nº. 049/PMBR/2015. No valor global de R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 14/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Paulo Sexto Cândido.

CONTRATO Nº. 100/PMBR/2015; GENTE SEGURADORA S.A; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para contratação de seguros dos veículos pertencentes à Frota do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/PMBR/2015. No valor global de R\$ 1.844,99 (Um mil oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos). VIGENCIA: 365 DIAS; ASSINATURA: 14/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcelo Wais.

CONTRATO Nº. 101/PMBR/2015; ISMAEL DA SILVA ARBITRAGEM - ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de arbitragem de futebol de campo para o "Campeonato Municipal", que se realizará de 01 de Agosto a 01 de Novembro de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Tomada de Preços Nº. 046/PMBR/2015. No valor global de R\$ 12.224,00 (Doze mil duzentos e vinte e quatro reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 23/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ismael da Silva.

CONTRATO Nº. 102/PMBR/2015; BERTO SINALIZAÇÃO VIARIA LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento e instalação de forma parcelada de materiais para sinalização (vertical e horizontal), para uso na conservação de ruas, avenidas e demais logradouros públicos do Município de Balneário Rincão - SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/PMBR/2015. No valor global de R\$ 32.880,00 (Trinta e dois mil oitocentos e oitenta reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 28/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Franks Alves Berto.

CONTRATO Nº. 103/PMBR/2015; GP SINALIZAÇÃO - INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA EPP; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento e instalação de forma parcelada de materiais para sinalização (vertical e horizontal), para uso na conservação de ruas, avenidas e demais logradouros públicos do Município de Balneário Rincão - SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/PMBR/2015. No valor global de R\$ 2.198,94 (Dois mil cento e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 28/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Giliandro José Correa dos Passos.

CONTRATO Nº. 104/PMBR/2015; ARABRINDES COMERCIO DE BRINDES LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente na aquisição de Uniformes para uso das Agentes de Serviços Gerais, das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Balneário Rincão. Processo de

Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/PMBR/2015. No valor global de R\$ 5.713,00 (Cinco mil setecentos e treze reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 30/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jefferson Bez Barbosa.

CONTRATO Nº. 105/PMBR/2015; JOSÉ LINDOMAR PEREIRA; OBJETO: Locação de uma sala comercial, localizada em uma área de 300,00m², correspondente ao lote nº28 da quadra nº09, loteamento Consórcio Econômico Criciumense – Zona Velha, Rua Urubici, no Município de Balneário Rincão S/C, para funcionamento do C.E.I Peixinho Dourado. Processo de Licitação-Modalidade: Dispensa de Licitação Nº. 051/PMBR/2015. No valor global de R\$ 13.396,00 (Treze mil trezentos e noventa e seis reais). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 03/08/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. José Lindomar Pereira.

CONTRATO Nº. 106/PMBR/2015; RIMOL TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de serviços de forma parcelada, com máquina e caminhão, incluindo operador/motorista, na área de pavimentação, drenagem e terraplenagem, conservação, manutenção e limpeza de estradas, ruas, avenidas, rios, valas e córregos no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Pregão Presencial Nº. 047/PMBR/2015. No valor global de R\$ 68.780,00 (Sessenta e oito mil setecentos e oitenta reais). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 04/08/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valdir Ferreira.

Barra Velha

PREFEITURA

L E I Nº 1465, DE 23 DE JULHO DE 2015

LEI Nº 1465, DE 23 DE JULHO DE 2015

“Denomina de Rua JOSÉ ROSA a Rua 1409 (código 440), localizada no Bairro São Cristóvão, neste Município.”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA JOSÉ ROSA, a Rua 1409 (código 440), localizada no Bairro São Cristóvão, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 23 de julho de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

LEI Nº 1466/2015

LEI Nº 1466/2015

"Fica denominada de RUA TITO CHROSTOWSKI GORNICKI a Rua dos Americanos (código 533), localizada na área central deste Município"

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 50 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes a matéria, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou Projeto de Lei de autoria do Vereador Dalete Vieira, e, em decorrência, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de Rua TITO CHROSTOWSKI GORNICKI, a Rua dos Americanos (código 533) , localizada na área central deste município;

Art. 2º - Fica revogada a antiga denominação, contida no artigo 2º da Lei Municipal nº 17/70.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

BARRA VELHA, 03 de agosto de 2015.

Marciel Berlin

Presidente da Câmara Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 132/2015

DECRETO Nº 132/2015 DE: 03 DE AGOSTO DE 2015.
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) as dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado na fonte de recurso 0.3.00.000000:

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	30.000,00
3.3.93.00/0.3.00.000000	Outras Despesas Correntes	30.000,00

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.363.0003.2023	Manut. do Centro de Educação Profissional	30.000,00
3.3.90.00/0.3.00.000000	Outras Despesas Correntes	30.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de agosto de 2015.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 135/2015

DECRETO Nº 135/2015 DE: 05 DE AGOSTO DE 2015.
AUTORIZA A QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE VENCIMENTOS DE FATURAS PARA PAGAMENTO DE CREDOR QUE MENCIONA.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que nos termos do artigo 5º, da Lei Federal 8.666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que o Município locou da empresa INTELIO TECNOLOGIA LTDA, sistema para uso de memorando eletrônico com disponibilização dos módulos ouvidoria e ofício ao custo mensal de R\$ 578,00, gerando importante economia nos gastos com impressão,

além de auxiliar na operação do serviço de ouvidoria;
Considerando, que a receita do Município não vem correspondendo às expectativas, impondo atraso no cumprimento das obrigações assumidas com os fornecedores;

Considerando, que a Prefeitura já iniciou o processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos já nos próximos meses de forma a não prejudicar os fornecedores em geral;

Considerando, que a suspensão da utilização dessas ferramentas causaria graves transtornos à administração e ao público usuário do serviço de ouvidoria, caracterizando razões de interesse público para quebra da ordem cronológica de vencimento das faturas;
Considerando, que se trata de valores de pequena monta;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal da Fazenda, através da Gerência Financeira, autorizado a quebrar a ordem cronológica do vencimento das faturas para priorizar o pagamento das faturas em atraso emitidas pela empresa INTELIO TECNOLOGIA LTDA.

Art. 2º Este Decreto entrará e vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de agosto de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 2042/2015

PORTARIA nº 2042 de 05 de agosto de 2015
Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Silvana Cesconetto da Silva Garcia, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito (a) na matrícula funcional nº 10139.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 10/08/2015 a 10/08/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/07/2015.

Biguaçu, 05 de agosto de 2015.

Willian Lofy
Secretário Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 07 /2015

Dispõe sobre aprovação do Plano Municipal de atendimento socioeducativo do município de Biguaçu 2015/2024

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010,

CONSIDERANDO:

- A deliberação na Reunião Ordinária de 13 de julho de 2015.
- A ATA nº 08/2015.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar Plano Municipal de atendimento socioeducativo do município de Biguaçu 2015/2024

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de agosto de 2015.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Presidente do CMDCA/Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 29.418/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.418, DE 29 DE JULHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
188395	Carla Maria Suski	SEMED	2015/0885	15/07/2015	24/07/2015
228458	Cristina de Melo Monteiro	SEMUS	2015/0846	29/06/2015	12/07/2015
228817	Edson Machado de Souza	SEMUDES	2015/0888	13/07/2015	10/09/2015
195820	Gizelle Vicentini de Souza	SEMED	2015/0852	09/07/2015	17/07/2015
172650	Glória Ventura	SEMED	2015/0832	01/07/2015	10/07/2015
155853	Ivete Sehn Welter	SEMED	2015/0889	08/07/2015	14/07/2015
223336	Ivonete da Silva	SEMUS	2015/0894	28/07/2015	20/09/2015
185582	Kátia Giovana Leite	SEDEAD	2015/4842	09/07/2015	31/07/2015
100323	Kátia Koepsel	SEMED	2015/0845	01/07/2015	17/07/2015
226831	Kellen Chaves da Silva de Franceschi	SEMED	2015/0828	22/06/2015	03/07/2015
228519	Maria Cristina Marques	SEMED	2015/0837	26/06/2015	24/08/2015
199575	Maria de Lourdes de Souza	SEMUS	2015/0871	06/07/2015	03/09/2015
221856	Michele Steinheuser Aneeski	SEDEAD	2015/0878	19/07/2015	16/09/2015
203556	Rosilene Maria Porto	SEMED	2015/0876	14/07/2015	02/08/2015
228789	Rosineia Maciel Boaventura	SEMUS	2015/0866	08/07/2015	24/07/2015
133450	Silvana Teresa Rogoski Andrade Góes	SEMUS	2015/0877	13/07/2015	24/07/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.420/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.420, DE 31 DE JULHO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOUGLAS HENRIQUE DA SILVA DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento do servidor público municipal DOUGLAS HENRIQUE DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, com remuneração, para realizar Estágio Obrigatório do Curso de Graduação em Direito pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 14 de julho de 2015 e término previsto para 31 de julho de 2015, totalizando 14 dias consecutivos, em jornada parcial de trabalho, conforme Processo Administrativo nº 2015/07/004756.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de julho de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.421/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.421, DE 31 DE JULHO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CAROLINE REGINA FERREIRA SOBRAL DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS, PELA UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal CAROLINE REGINA FERREIRA SOBRAL, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado em Ciências Farmacêuticas, pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, com início em 06 de agosto de 2015 e término previsto para 11 de dezembro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 38 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/07/004788.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de julho de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.422/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.422, DE 31 DE JULHO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NELICIE MARIA FORNARI AO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.175, de 13/11/2013, e mediante Termo de Cooperação firmado entre o Município e a Câmara Municipal de Blumenau datado de 16 de janeiro de 2015, resolve:

CEDER

com ônus para o Município e mediante ressarcimento, a servidora pública municipal NELICIE MARIA FORNARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada no Gabinete do Prefeito - GAPREF, a fim de exercer suas funções junto ao Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, a contar de 28 de julho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/07/004958.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de julho de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.427/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.427, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL V.A.R.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.964, de 29/04/2013 e de conformidade com o art. 209 da Lei Complementar n.º 660, de 28/11/07, e de acordo com o art. 9º, da Lei

n.º 7.564, de 09/09/2010, e atendendo solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Helenice Glorinha Machado Luchetta, através do Memorando n. 266/2015 – Gabinete SEMED, de 09/07/2015, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido pela Segunda Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, designada pelas Portarias n. 13.865, de 08/06/2010, n. 15.326, de 18/01/2012 e n. 18.112, de 30/09/2014, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal V.A.R., matrícula nº 697084, contratada por prazo determinado nos termos da Lei Municipal nº 7.564/10, para a função de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, junto à EBM Oscar Unbehaun, de acordo com os documentos anexados ao Memorando SEMED nº 266/2015, de 09/07/2015, por infringir, em tese, o artigo 176, III (manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão), V (tratar com urbanidade os demais servidores e o público em geral), VI (observar as normas legais e regulamentares), da Lei Complementar n.º 660/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 5.759/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5759/15

DESIGNA MEMBROS PARA CONSTITUIREM A COMISSÃO ENCARGADA DE ANALISAR E JULGAR LICITAÇÕES NO ÂMBITO DA AUTARQUIA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, sem ônus para a Autarquia, os servidores relacionados para comporem a Comissão Encarregada de Analisar e Julgar Licitações, com as obrigações constantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 01 de agosto de 2015:

Karla Kaestner, cadastro 717-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como Presidente;

Ciro Luiz Werner, cadastro 1922-4, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Suprimentos, lotado na Diretoria Administrativa, como vice-presidente;

Fernando de Mello, cadastro 1919-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como membro;

Camila Santiago Shiguemoto, cadastro 1948-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como membro;

Adriana Arnold Varela, cadastro 1970-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Gerência de Suprimentos, na Diretoria Administrativa, como membro.

Art. 2º - Em caso de empate nas decisões da Comissão o voto de qualidade será proferido pelo Presidente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Samae, 28 de julho de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5.760/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5760/15

SUBSTITUI MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO DESIGNADA PELA PORTARIA 5552/14, DE 31 DE JULHO DE 2014, PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE "PRE-GÃO", REALIZADOS NO ÂMBITO NA AUTARQUIA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo

Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, e de acordo com a Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 7.106/02 de 18 de junho de 2002 e Decreto Municipal Nº 7.732/04 de 03 de agosto de 2004,

RESOLVE:

Substituir membro da equipe de apoio constante do inciso II, b, do Artigo 1º, da Portaria 5552/14, o servidor;

II –

b) Valdir Dorow, cadastro 1368-4, pelo servidor:

b) Jonathan Ricardo Girardi, cadastro1824-4.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Samae, 28 de julho de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA DA LEI Nº 8.074

ERRATA

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nº 1691, de 26 de fevereiro de 2015, Lei nº 8.074.

No Art. 5º, I.

Onde se lê:

"I – o proprietário deverá preencher requerimento junto ao atendimento comercial do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, portanto os seguintes documentos:"

Leia-se:

"I – o proprietário deverá preencher requerimento junto ao atendimento comercial do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, portando os seguintes documentos:

ERRATA DA LEI Nº 8.124

ERRATA

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nº 1778, de 07 de julho de 2015, Lei nº 8.124.

No Art. 9º, §2º.

Onde se lê:

"§2º Os recursos da Reserva de Contingência, destinados a intempéries, passivos contingentes, conforme disposto na Tabela 1 integrante do Anexo III desta Lei, caso não se concretizem até o 50 dia útil do mês de dezembro de 2016, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constante a autorização, na Lei Orçamentária para o exercício de 2016."

Leia-se:

"§2º Os recursos da Reserva de Contingência, destinados a intempéries, passivos contingentes, conforme disposto na Tabela 1 integrante do Anexo III desta Lei, caso não se concretizem até o

5º dia útil do mês de dezembro de 2016, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constante a autorização, na Lei Orçamentária para o exercício de 2016."

No Art. 15.

Onde se lê:

"Art. 15. Para efeito do disposto no art. 16, §3 da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação fixado nos item I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado. (art. 16, §3º da LRF)"

Leia-se:

"Art. 15. Para efeito do disposto no art. 16, §3 da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação fixado nos itens I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado. (art. 16, §3º da LRF)"

ERRATA DA LEI Nº 8.128

ERRATA

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nº 1785, de 16 de julho de 2015, Lei nº 8.128.

No Art. 5º, Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Educação.

Onde se lê:

"Ação: 2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental"

Leia-se:

"Ação: 2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental"

No Art. 5º, Órgão: 27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA

BLUMENAUENSE.

Onde se lê:

"Órgão: 27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENU-
AENSE"

Leia-se:

"Órgão: 27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUME-
NAUENSE"

No Art. 5º, Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Onde se lê:

"Ação: 2173 – Assistência Farmacêutica Básica

Produto: Acesso Racional de Medicamentos à População

Unidade: Unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 730.000,00"

Leia-se:

"Ação: 2173 – Assistência Farmacêutica Básica

Produto: Acesso Racional de Medicamentos à População

Unidade: Unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 730.000,00"

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 18/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 18/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço por item

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de 1 (uma) televisão
e equipamentos de som, para a Câmara Municipal de Blumenau,
conforme as especificações constantes do Anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 18/08/2015

HORÁRIO: 14h

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, centro, Blumenau - SC

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima,
no horário das 13h às 19 h, de segunda a sexta-feira ou no ende-
reço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 06 de agosto de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 126/2015 DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº 126/2015, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. MARISE LUCIA HALBERSTADT, inscrita na matrícula nº 698-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Atestado Médico, no período de 04 de agosto de 2015 a 06 de agosto de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 04 de Agosto de 2015.

ELTON HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Bom Retiro

PREFEITURA

2282.15 - L HOSPITAL

Lei n.º 2282/2015 de 04.08.15

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA O HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder um Auxílio Financeiro no valor de até R\$ 7.005,00 (sete mil e cinco reais), mensais a ser pago no período de julho a dezembro de 2015 ao Hospital Nossa Senhora das Graças.

Parágrafo Único. O Auxílio Financeiro constante deste artigo destina-se prioritariamente ao atendimento de urgência e emergência no sistema de sobreaviso dos médicos no período diurno.

Art. 2º. A importância relativa ao Auxílio Financeiro será repassado ao Hospital Nossa Senhora das Graças até o dia 12 (doze) de cada mês, devendo a entidade beneficiada prestar contas detalhadamente na forma desta Lei, num prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento.

Parágrafo Único. Para que a entidade possa receber o Auxílio Financeiro do mês seguinte, deverá ter prestado contas do anterior.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correm por conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde abaixo especificada:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0025.2206 – MANUT. ATEND. MÉDICO/ODONT/HOSP/AMBULATORIAL

3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Recurso 01.02 00.00 (15% Saúde) do orçamento vigente.

Art. 4º. Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECR. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.601.050.2026 – MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRIC. MECANIZADA

4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Recurso 01.00 (Rec. Ordinários) R\$ 30.000,00

Total da Anulação R\$ 30.000,00

07.00 – SECR. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

26.782.050.2038 – MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Recurso 01.00 (Rec. Ordinários) R\$ 227.299,20

Total da Anulação

R\$ 227.299,20

07.00 – SECR. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

26.122.039.2034 – MANUTENÇÃO SEC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS

4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Recurso 01.00 (Rec. Ordinários) R\$ 23.730,80

Total da Anulação R\$ 23.730,80

Total Geral da Anulação R\$ 281.030,00

Art. 4º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a contar de 1º de julho de 2015.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 04 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

53.15 - DEC. EXONERA ALÇONI MARINHO

Decreto Nº 53/15 de 03.08.15

Exonera Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar Alçoni Marinho, do Cargo de Secretário Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos - Nível – 37 do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Comissionado do Município, através do Decreto n.º 052/14 de 23.06.14, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir do dia 01 de agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 03 de agosto de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

54.15 - DEC. ANULAÇÃO FMS

Decreto N.º 54/15 de 04.08.15

Suplementa recursos orçamentários no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2015.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2282/2015 de 04 de agosto de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.302.0025.2206 – MANUT. ATEND. MÉDICO/ODONT/HOSP/AMBULATORIAL
 3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES
 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
 Recurso 01.02 00.00 (15% Saúde)
 Total da Suplementação
 R\$ 281.030,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECR. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 20.601.050.2026 – MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRIC. MECANIZADA
 4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
 Recurso 01.00 (Rec. Ordinários
 R\$ 30.000,00
 Total da Anulação
 R\$ 30.000,00

07.00 – SECR. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
 26.782.050.2038 – MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL
 4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
 Recurso 01.00 (Rec. Ordinários
 R\$ 227.299,20
 Total da Anulação
 R\$ 227.299,20

07.00 – SECR. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
 26.122.039.2034 – MANUTENÇÃO SEC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS
 4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
 Recurso 01.00 (Rec. Ordinários
 R\$ 23.730,80
 Total da Anulação
 R\$ 23.730,80
 Total Geral da Anulação
 R\$ 281.030,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 04 de agosto de 2015.
 ALBINO GONÇALVES PADILHA
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
 Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
 Sec. Mun. Administração e Fazenda

684.07.15 - P. LIC. GESTAÇÃO ELIANE L. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
 ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 684/15 de 30.07.15
 Concede Licença Gestação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 052/2015 de 30 de julho de 2015, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 01 de agosto com término no dia 12 de novembro de 2015 a funcionária Eliane Leandro da Silva, Ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista - Padrão I – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
 30 de julho de 2015.
 ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
 Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

685.07.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE WANIA AP. F. LINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
 ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 685/15 de 30.07.15
 Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 30 de julho de 2015, a funcionária Wania Aparecida Fernandes de Lins, ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem – Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde – Programa ESF Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
 30 de julho de 2015.
 ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
 Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

686.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VERLANI POSSENTI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 686/15 de 04.08.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 31 de julho de 2015, a funcionária Verlani Possenti, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

687.08.15 - P. FÉRIAS MARISA BARBOSA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 687/15 de 04.08.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Marisa Barbosa, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 053/2015 de 03 de agosto de 2015, para gozá-las a contar de 03 de agosto com término no dia 01 de setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

688.08.15 - P. FÉRIAS ARNALDO J. NASCIMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 688/15 de 04.08.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) ao funcionário Arnaldo Jean do Nascimento, Ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola, Padrão I – Nível 5, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 055/2015 de 03 de agosto de 2015, para gozá-las a contar de 03 de agosto com término no dia 01 de setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

689.08.15 - P. FÉRIAS OLIANDO J. BORBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 689/15 de 04.08.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Oliando de Jesus Borba, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I – Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 03 de agosto com término no dia 01 de setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

690.08.15 - P. DES. SERV. CLEUSA S. BONIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 690/15 de 04.08.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Cleusa da Silva Bonin, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03 de agosto com término no dia 18 de dezembro de 2015, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Chamada Pública 03/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

691.08.15 - P. FÉRIAS ALÇONI MARINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 691/15 de 04.08.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) ao funcionário Alçoni Marinho, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 054/2015 de 03 de agosto de 2015, para gozá-las a contar de 03 de agosto com término no dia 01 de setembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.815/2015**

DECRETO Nº 1.815/2015

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais) conforme abaixo especificado:

05.00	-Secretaria de Assistência social e Habitação	
05.01	- Fundo Municipal de Assistência Social	
08-244-100-2.27	-Man.Operação das Ações, Programas e Projetos do Serv. Social	
3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.35(492)	-Piso Básico Variável SCFV R\$ 6.000,00	
14-422-100-2.55	-Manutenção da Casa da Cidadania	
3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.00(501)	-Recursos Ordinários R\$ 10.000,00	
06.00	-Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
06.01	-Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
26-782-125-2.35	-Man. e Restauração de Rodovias Mun. e Logradouros Públicos	
4.4.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.80(687)	-CFEM R\$ 1.000,00	
06.02	-Divisão de Projetos e Estudos	
15-122-0130-2.38	-Manutenção do Setor de Projetos e Estudos	
3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.00(627)	-Recursos Ordinários R\$ 5.000,00	

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

05.00	-Secretaria de Assistência social e Habitação	
05.01	- Fundo Municipal de Assistência Social	
08-244-100-2.27	-Man.Operação das Ações, Programas e Projetos do Serv. Social	
3.1.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.35(486)	-Piso Básico Variável SCFV R\$ 6.000,00	
14-422-100-2.55	-Manutenção da Casa da Cidadania	
3.1.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.00(500)	-Recursos Ordinários R\$ 10.000,00	
06.00	-Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
06.01	-Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
26-782-125-2.35	-Man. e Restauração de Rodovias Mun. e Logradouros Públicos	
3.3.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.80(517)	-CFEM R\$ 1.000,00	
06.02	-Divisão de Projetos e Estudos	
15-122-0130-2.38	-Manutenção do Setor de Projetos e Estudos	
3.1.9.0.00.00.00.00.00	-Aplicações Diretas	
0.1.00(626)	-Recursos Ordinários R\$ 5.000,00	

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 31 de julho de 2015.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 04 de Agosto de 2015.

Nilo Barni

Prefeito em Exercício

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 10/2015 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 10/2015 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saude de Braço do Trombudo

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Clinica Médica Bibiane Ltda

CNPJ: 20.348.985/0001-58

sito a Av. Nereu Ramos, 209 - sala 03

Centro

Taió -SC

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM PEDIATRIA.

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 06.08.2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17 2014PMBT

Página: 1/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LUVA PBA 110X100MM (6915)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILIT	0	32,3340	1
2	Luva PBA 85x75 mm. (10645)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	34,4910	2
3	Luvas Soldavel 85 mm (14391)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILIT	0	21,1341	1
4	Luvas Soldavel 60mm (7359)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	22,0167	2
5	LUVA SOLDABEL 60MM (6919)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	16,3607	1
6	Luvas Correr 40mm. (14388)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	17,1241	2
7		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILIT	0	8,4691	1
8		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	8,9698	2
9		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,6991	1
10		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	8,1543	2
11		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,2739	1
12		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	5,5449	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 2/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

7	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,4089	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	1,4678	2
8	Luvas correr 32 MM (14382)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,3903	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	6,7681	2
9	LUVA SOLDÁVEL 32MM (6922)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,7699	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	0,8154	2
10	Luva soldável 25mm (7243)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,3080	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	0,3262	2
11	Curva PBA 90° 110mm (7979)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilt	0	53,2200	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILT	0	54,3000	2
12	CURVA 45° PBA 110MM (6963)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilt	0	48,3193	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILT	0	49,9792	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 3/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Curva PBA 90° 85mm (7980)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	32,2129	1
14	CURVA 45° PBA 85MM (6964)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILIT	0	33,5457	2
15	Curva soldável 90° 85mm (7981)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	21,7087	1
16	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILIT	0	26,4364	2
17	Joelho soldável 85 mm. (10646)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	25,9104	1
18	CURVA PBA 60MM (6959)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILIT	0	26,4364	2
19	Curva soldável 90° 85mm (7980)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	32,2129	1
20	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILIT	0	26,4364	2
21	Joelho soldável 85 mm. (10646)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	25,9104	1
22	CURVA PBA 60MM (6959)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILIT	0	26,4364	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 4/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água)					
Braço Novo e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

19	Joelho soldável 90° 60mm (7984)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,7522	1
20	Joelho soldável 45° 60mm (7985)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	8,0806	2
21	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,8746	1
22	Joelho soldável 32mm (7987)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	8,1657	2
23	TEE PBA 85MM (6924)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,6320	1
24	TEE PBA 85X60MM (6925)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	1,7862	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,3872	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	1,4460	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilt	0	29,3370	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	30,2204	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilt	0	27,4448	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	28,6607	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 5/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

25	TEE PBA 60MM (6926)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	14,1956	1
26	Tee soldável 85mm (7988)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	15,0615	2
27	Tee soldável 60mm (7989)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	20,8202	1
28	Tee soldável 40mm. (7251)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	21,9342	2
29	TEE SOLDÁVEL 32MM (6928)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	10,4101	1
30	REDUÇÃO PBA 110X85MM (6929)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,7234	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,7855	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,0456	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	1,7981	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,9302	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	19,0987	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	20,3840	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 6/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serri.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

31	Redução 85 x 60 MM (14383)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	11,1588	1
32	Redução 60 x 40 mm (10636)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	12,2313	2
33	REDUÇÃO 60X32MM (6933)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	5,4936	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	5,9303	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	3,4335	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	4,3829	2
34	REDUÇÃO 40X32MM (6934)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	1,2876	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	1,3899	2
35	CAP 110MM (6935)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	31,0350	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	32,9341	2
36	CAP 85MM (6936)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	18,7669	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	20,2096	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 7/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serri.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

37	CAP 60MM (6937)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,7639	1
38	CAP 40MM (5366)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	4,9401	2
39	CAP 32 MM (5367)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,5735	1
40	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	1,4970	2
41	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 110 x 3/4 (6166)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	13,0415	1
42	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 85X3/4 (6940)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TIGRE	0	10,7590	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	13,9495	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	70,0000	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	67,3529	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,7590	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	10,7669	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 8/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serri.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

43	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 60X3/4 (6941)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (6457)	TIGRE	8,3836	1
44	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 40X3/4 (6942)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	8,8008	2
45	COLAR TOMADA PVC C/ TRAVAS 32X3/4 (6943)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (6457)	TIGRE	8,2439	1
46	Adaptador p/ mangueira 20mm c/ registro 3/4 (7990);	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	8,2390	2
47	ADAPTADOR PMANGUEIRA 20 MMX3/4" (5381)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (6457)	TIGRE	5,5704	1
48	EMENDA P/ MANG. C/ REGISTRO 20MM (6164)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	5,5239	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (6457)	TIGRE	7,7246	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	8,1734	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (6457)	TIGRE	8,2826	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	8,3474	2
		PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (6457)	TIGRE	7,7247	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	7,8257	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 9/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

49	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	1,8886	1
50	Mangueira ramal predial 20mm. (7992)	M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	2,4011	2
51	Kit cavalete 3/4 código 2798004-0 (7993)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	54,3314	1
52	Adesivo 175gr (7994)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	55,4204	2
53	Adesivo 75gr (7995)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	8,5830	1
54	Registro Borboleta 3/4. (10638)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	9,1300	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	3,8194	1
		M	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	3,8259	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,8918	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	8,5379	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 10/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água)					
Braço Novo e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

55	Registro PVC 110mm (7996)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	238,7246	1
56	Registro PVC 85mm (7997)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	238,7474	2
57	Registro PVC 60mm (7998)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	144,0239	1
58	Registro PVC 40 mm. (10639)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	143,8809	2
59	REGISTRO PVC 32MM (1791)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	24,4643	1
60	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	24,9025	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	16,9672	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	16,9969	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	10,0619	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	9,8819	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilt	0	151,0590	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILT	0	203,7410	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 11/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serri.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

61	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	113,7189	1
62	TUBO PBA 60MM (6956)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILIT	0	106,5301	2
63	TUBO SOLDÁVEL 40MM (6957)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	multilit	0	66,1946	1
64	TUBO SOLDÁVEL 32MM (6958)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILIT	0	69,7302	2
65	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	27,5811	1
66	Mangueira transparente 3/4 (8638)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	25,2703	2
67	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	18,8400	1
68	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	17,5313	2
69	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	8,4865	1
70	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	7,9601	2
71	Mangueira transparente 3/4 (8638)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MANTAC	0	3,5414	1
72	Tubo soldável 25mm (7254)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilit	0	3,5528	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 12/20

Número do Registro de Preços: 17/2014			Data do Registro: 06/08/2014			Válido até: 06/08/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
67	Solução preparadora para PVC 200 ml. (10641)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,8704	1	
68	Bóia elétrica 15 ampere. (10642)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	9,9995	2	
69	Bomba Subérça 650 WTS (14384)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KITS BRASIL	0	28,8031	1	
70	Furadeira para ligações ramal predial IPE (10608)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	kits brasil	0	28,8066	2	
71	Tampa de ferro fundido T9. (10609)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PR	0	172,7243	1	
72	Anel PBA DN 50 de 60 mm. (10610)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	lussi	0	174,7599	2	
73		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	250,0000	1	
74		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	0	260,0000	2	
75		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAQ	0	129,2635	1	
76		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sul ar e agua	0	131,3703	2	
77		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	0	1,8501	1	
78		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	0	1,7215	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 13/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serri.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

73	Anel PBA DN 75 de 85 mm. (10611)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	2
74	Anel PBA DN 100 de 110 mm. (10612)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CHIVA	2
75	Caixa d'água 500 litros (7139)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BAKOF	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	fibroeste	2
76	Adaptador p/ caixa d'água com Registro 32 MM (14385)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TIGRE	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	2
77	Mangureira ¾. (10615)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CARPES	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	carps	2
78	Emenda para mangureira ¾. (10616)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastilt	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 14/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

79	Abraçadeira ¾. (10617)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	0,8583	1
80	Bolas cano longo . (10618)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	0,8695	2
81	Mangote 75 mm. (10619)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HALBOTAS	0	31,9903	1
82	Mangote 100 mm. (10620)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	zuzuibraz	0	33,8721	2
83	Válvula de fundo 2" X ½ metal amarelo. (10621)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAQ	0	38,0320	1
84	Flange 2" ½ 75 mm. (10623)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sul ar e agua	0	38,6654	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAQ	0	54,2409	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sul ar e agua	0	55,1442	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAQ	0	188,3037	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	sul ar e agua	0	190,5652	2
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	63,9706	1
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	66,1538	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 15/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Abraçadeira 75 mm inox. (10625)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAQ	0	13,9473	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	13,9123	2
86	Abraçadeira 100 mm inox. (10626)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAQ	0	18,1959	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	inca	0	18,2599	2
87	Chave de fenda (10025)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	11,4150	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	11,3903	2
88	Arco para serra. (10628)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	17,3395	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	THOMPSON	0	17,9616	2
89	Serra para cortar ferro (7189)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	4,0177	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOLSON	0	4,1618	2
90	Grosa. (10629)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	17,9739	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	18,6187	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 16/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

91	Alicate universal (7185)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tromantina	0	21,3572	1
92	Martelo (14386)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	15,8593	1
93	Chave de cano 14, (10630)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	32,9873	1
94	Chave de cano nº 24 (9878)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	disma	0	64,7059	1
95	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	16,4514	1
96	Pá de ajuntar com cabo (7201)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	16,0285	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 17/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água)					
Braço Novo e Serril.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

97	Enxada com Cabo (14387)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	14,7597	1
98	Enxada com cabo. (10631)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	14,8950	2
99	Picareta com cabo. (10632)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	29,6040	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	30,6662	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	pandolfo	0	33,8331	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	35,0470	2
100	Luvas de couro. (10633)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BRASFORT	0	18,0048	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	zucchini	0	19,0639	2
101	Adaptador ¾ 25 mm. (10634)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	0	0,5579	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	plastit	0	0,5652	2
102	Valvula de Fundo 3" x 1/2 Metal Amarelo (14389)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FERMAQ	0	235,7531	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	su ar e agua	0	239,3573	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Página: 18/20

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
103	Flange 3"X 1/2 100 MM (14390)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	tigre	0	99,2647	1

Página: 19/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (9457)	KRONA	0	103.8462	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2014

Número do Registro de Preços: 17/2014		Data do Registro: 06/08/2014		Válido até: 06/08/2015				
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos e Ferramentas para Manutenção da ETA (Estação de Tratamento de Água) Braço Novo e Serril.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2014
PROCESSO Nº 34/2014

(8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME
(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Braço do Trombudo, 6 de Agosto de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2 2015 FMS

Página: 177

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 03/02/2015 Válido até: 03/02/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cartucho de Tinta HP 662 XL Preto - CZ105AB 6,5ml sl. (4578)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (6714)	HP	0	59,5176	1
			Silvia Dalana Koch 06822447911 (6786)	HP	0	53,7967	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	HP	0	62,4792	3
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME (6788)	HP	0	63,1242	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP	0	65,0493	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	81,3300	6
2	Cartucho de Tinta HP 662 XL Tricolor - CZ106AB 8ml sl. (4579)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (6714)	HP	0	59,5176	1
			Silvia Dalana Koch 06822447911 (6786)	HP	0	59,3350	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	HP	0	61,6304	3
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME (6788)	HP	0	62,8680	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP	0	65,0493	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	81,0000	6
3	Toner Samsung D204 ML T-D204S - Original 3k (4580)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (6714)	SAMSUNG	0	195,9344	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	Samsung	0	196,0596	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 03/02/2015 Válido até: 03/02/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Toner laser compatível 100% novolacrado (preto) , (Para sansung SCX 4623F). (4581)	UND	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME (6788)	sansung	0	196,3312	3
			MARGARIDA CAETANO TESTONI ME (6785)	Samsung	0	197,0000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	sansung	0	198,0000	5
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (6714)	POLITONER	0	63,3323	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	Masterprint	0	63,2738	2
5	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP27 preto c8727AL 10ml. (4582)	UND	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME (6788)	Premium	0	63,6688	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	Master printer	0	64,0000	4
			MARGARIDA CAETANO TESTONI ME (6785)	Toner Cartridge	0	64,0000	5
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (6714)	HP	0	48,4959	1
			Silvia Dalana Koch 06822447911 (6786)	HP	0	49,0503	2
6			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	HP	0	50,8316	3
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME (6788)	HP	0	51,2258	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP	0	53,0031	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	66,0000	6

Página: 3/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 03/02/2015		Válido até: 03/02/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP28 Colorida c8728AL 8ml. (4583)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (6714)	HP	0	55,1089	1
			Silvia Dalana Koch 06822447911 (6786)	HP	0	55,3793	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	HP	0	57,8508	3
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME (6788)	HP	0	58,4673	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP	0	60,2308	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	75,0000	6
7	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 122XL preto CH563HB 8,5ml. (4584)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (6714)	HP	0	69,0698	1
			Silvia Dalana Koch 06822447911 (6786)	HP	0	71,2020	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	HP	0	72,4909	3
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME (6788)	HP	0	72,9580	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP	0	75,4893	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	94,0000	6
8	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora, HP 122XL tricolor CH564HB 8,5ml. (4585)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (6714)	HP	0	70,5394	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	HP	0	73,9719	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 2/2015 Data do Registro: 03/02/2015 Válido até: 03/02/2016

Objeto da Compra: Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 56 preto C6656AL 19ml. (4586)	UND	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME (6788)	HP	0	74,5103	3
			Silvia Dalana Koch 06822447911 (6786)	HP	0	75,1577	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP	0	77,0954	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	96,0000	6
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (6714)	HP	0	55,8437	1
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	HP	0	58,6222	2
10	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 57 tricolor C6657AL 19ml. (4587)	UND	Silvia Dalana Koch 06822447911 (6786)	HP	0	59,3350	3
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME (6788)	HP	0	59,4995	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (6787)	HP	0	61,0339	5
			BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	76,6600	6
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (6714)	HP	0	77,1525	1
			Silvia Dalana Koch 06822447911 (6786)	HP	0	77,5311	2
3			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (6717)	HP	0	80,9911	3
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME (6788)	HP	0	81,7517	4

Página: 5/7

IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME	(6787)	HP	0	84,3231	5
---	--------	----	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 2/2015							Data do Registro: 03/02/2015		Válido até: 03/02/2016	
Objeto da Compra: Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
					BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME (6622)	HP	0	105,0000	6	

Página: 7/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2015

Número do Registro de Preços: 2/2015		Data do Registro: 03/02/2015		Válido até: 03/02/2016			
Objeto da Compra: Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PROCESSO Nº 1/2015

- (6622) - BAGATOLI COM. DE MÓVEIS LTDA ME
- (6714) - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME
- (6717) - KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME
- (6785) - MARGARIDA CAETANO TESTONI ME
- (6786) - Silvia Dalana Koch 06822447911
- (6787) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (6788) - R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI - ME

Braço do Trombudo, 3 de Fevereiro de 2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29 2014 PMBT

Página: 1/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Paleta direita (7782)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	35,0000	1
2	Paleta esquerda (7783)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	35,0000	1
3	Eixo do disco esquerdo (14891)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	21,0000	1
4	Disco líder (7785)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	500,0000	1
5	Braço de ligação (7786)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	180,0000	1
6	Cubo da roda (7790)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	70,0000	1
7	Condutor do adubo (7791)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	15,0000	1
8	Caixa de distribuição de semente (7792)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	90,0000	1
9	Engrenagem dupla maior (7799)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	230,0000	1
10	Engrenagem dupla menor (7800)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	500,0000	1
11	Corrente RC 80R (7801)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	95,0000	1
12	Prato distribuidor do adubo (7802)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	90,0000	1

Página: 2/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

13	Conjunto depósito de semente (7806)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	195,0000	1
14	SUPORTE DO DISCO DE CORTE (6092)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	180,0000	1
15	Esteira dupla p/ calcário (7809)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	1.750,0000	1
16	Carenagem direita (7810)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	50,0000	1
17	Carenagem esquerda (7811)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	50,0000	1
18	Peneira Cilíndrica c/ capa c/ flange (7812)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	1.100,0000	1
19	Mancal orelha 90mm (7813)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	100,0000	1
20	Balancin (7814)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	40,0000	1
21	Braçadeira do mancal (7815)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	15,0000	1
22	Sapata direita (7816)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	150,0000	1
23	Pino argola (7817)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	SGT	0	3,0000	1
24	Bucha p/ subsolador (7818)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	8,0000	1

Página: 3/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

25	Mola do disco (7819)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	48,0000	1
26	Cubo do disco completo (7820)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	170,0000	1
27	Cubo do disco s/rolis/eixo (7821)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	110,0000	1
28	Cubo carreta 5T rodado R.D. (14892)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	230,0000	1
29	Cubo carreta 5t rd s/ rolamento (7823)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	360,0000	1
30	Selo mecânico (7824)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	97,0000	1
31	Cone c/ haste válvula de alívio (7825)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	65,0000	1
32	Rotor prens. bomba lob.selo mec (14894)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	330,0000	1
33	CRUZETA CC. 36 (2714)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	35,0000	1
34	Cruzeta cc -103/1 (14893)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	38,0000	1
35	Aro 6 furos rodado duplo (7829)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	190,0000	1
36	Correia c-144 (7830)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	78,0000	1

Página: 4/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

37	Correia c-138 (7831)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	70,0000	1
38	Mangote p/ plant. jumil 2090 (7832)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BEGEBOR	0	15,0000	1
39	Disco de grade 20" recortado (7833)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	90,0000	1
40	Disco de grade 18" recortado (7834)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	70,0000	1
41	Haste roscada da mola (7835)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	13,0000	1
42	Ponta escarificador giro (7836)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	50,0000	1
43	PARAFUSO COM PORCA 3/4x6.5 (8594)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	10,0000	1
44	Parafuso com Porca 1x2x2.1/2 (8595)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	2,0000	1
45	Disco reto 17" 5f (7839)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	95,0000	1
46	Disco plano 17" ranhur. 6f (7840)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	100,0000	1
47	Ponta arado (7345)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	150,0000	1
48	Alveca de arado. (11420)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	265,0000	1

Página: 5/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

49	Cabo de aço (7842)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	16,0000	1
50	Kit facas jf 92 z10 (7843)	KIT	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	1,060,0000	1
51	Contra faca H20F4 (7292)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	80,0000	1
52	Faca inferior da plataforma (7293)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	52,0000	1
53	Pino de segurança (7846)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	3,0000	1
54	Jogo de facas do recolhedor (7847)	JG	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	230,0000	1
55	Base e pedra afiador (7298)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	200,0000	1
56	Cabo de giro da bica (7294)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	180,0000	1
57	Mola do Cilindro Dental Móvel. (8596)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	50,0000	1
58	Eixo polia cardan (7297)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	280,0000	1
59	Eixo do rotor c/ arruela de vedação (7289)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	220,0000	1
60	Engrenagem do cilindro liso (7851)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	110,0000	1

Página: 6/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

61	Engrenagem do comando (7852)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	20,0000	1
62	Mola da bica quebra jato (7853)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	12,0000	1
63	Mancal atrito completo (7854)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	100,0000	1
64	Carretel liso fundido (7855)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	40,0000	1
65	Correia c 75 (7856)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	30,0000	1
66	Correia c 63 (7857)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	25,0000	1
67	Peneira da bateleira TR 791 (7858)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TRITON	0	500,0000	1
68	Limpador dianteiro (7859)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TATU	0	42,0000	1
69	Limpador traseiro (7860)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	TATU	0	42,0000	1
70	Garra avulsa giro. (11422)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	GIRO	0	650,0000	1
71	Correia c-156 (7862)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	90,0000	1
72	Kit Facas f/c120 (8597)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	1,220,0000	1

Página: 7/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

73	Engate rápido 4" (7308)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	62,0000	1
74	Tubo Engate Rápido com ranhura (8598)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	70,0000	1
75	Anel Vedação 6mm engate 4" (8599)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MEPEL	0	4,0000	1
76	Mangueira 4 Sucção. (11424)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ACREL	0	60,0000	1
77	Junta Universal. (8601)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	190,0000	1
78	Tubo Triangular Macho/Fêmea. (8602)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	170,0000	1
79	Tubo Triangular Macho. (8603)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	140,0000	1
80	Junta Agrícola CC505551 (8605)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	170,0000	1
81	Cardan completo 5000. (11425)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	430,0000	1
82	Cardan completo 2500. (11426)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	420,0000	1
83	Junta agrícola 5000. (11427)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	170,0000	1
84	Disco 18 liso. (11428)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	METISA	0	60,0000	1

Página: 8/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

85	Sapata Esquerda. (11429)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	BALDAN	0	150,0000	1
86	Caçamba/concha do Carregador. (11430)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MATAO	0	1.180,0000	1
87	Junta agrícola 2500. (11431)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	425,0000	1
88	Aro 5.50x16 c 6 Furos especial. (11432)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	190,0000	1
89	Aro Carreta 5 Furos. (11433)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	150,0000	1
90	Correia C65. (11434)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	20,0000	1
91	Correia C 60. (11435)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	30,0000	1
92	Correia B152x5 JF92. (11436)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	550,0000	1
93	Correia 5/5v 1550. (11437)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	AEMCO	0	1.160,0000	1
94	Bica saída mecânica S3. (11440)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	670,0000	1
95	Parafuso arado 1/2x3 3/4. (11441)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	ALZA	0	2,0000	1
96	Polia Cardan 450 mm C/20. (11442)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	900,0000	1

Página: 9/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

97	Polia 5V 165 mm C120. (11443)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	500,0000	1
98	Polia do Cardan 450 mm Z10 92 (11445)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	960,0000	1
99	Terceiro ponto hidraulico (14895)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	PROFER	0	860,0000	1
100	Faca picadeira ensilad. JM4100 (14896)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	22,0000	1
101	Faca cefiadora ensilad. JM4100 (14897)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	39,0000	1
102	Rebolo afiador JM4100 (14898)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	190,0000	1
103	Pino segurança JM4100 (14899)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	2,0000	1
104	Disco de embreagem JM4100 (14900)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JUMIL	0	30,0000	1
105	Kit de facas JF C-120 (14901)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	1,220,0000	1
106	Engrenagem cilindro dentado (14902)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	130,0000	1
107	Engrenagem dupla parafusada (14903)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	460,0000	1
108	Bica de Saída Completa JF Tubo/bica Manual (14904)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	2,750,0000	1

Página: 10/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

109	Engrenagem Inter. da tampa JF (14905)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	105,0000	1
110	Engrenagem Intermediaria do braço JF (14906)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	100,0000	1
111	Cilindro móvel dentado JF (14907)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	350,0000	1
112	Vedação completa do cilindro JF (14908)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	53,0000	1
113	Engrenagem menor do Cilindro (14909)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	280,0000	1
114	Alinhador Direito (14910)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	295,0000	1
115	Alinhador Esquerdo (14911)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	JF	0	295,0000	1
116	Protetor direito (14912)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	62,0000	1
117	Engrenagem Z14/Z18 eixo Semente (14913)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	37,0000	1
118	Vareta Mola da roda (14914)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	20,0000	1
119	Mola da Roda (14915)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	60,0000	1
120	Deposito Adubo/Semente (14917)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	275,0000	1

Página: 11/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

121	Mola do Sulcador Interna (14918)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	40,0000	1
122	Mola do Sulcador Externa (14919)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	43,0000	1
123	Ponta do Sulcador Adubo (14920)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	40,0000	1
124	Sulcador do Adubo (14921)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	105,0000	1
125	Disco de Corte (14922)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	25,0000	1
126	Disco de semente 13" (14925)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	45,0000	1
127	Disco de Semente 14" (14926)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	50,0000	1
128	Cubo disco de corte Seed Line (14927)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	80,0000	1
129	Cubo disco de Semente (14928)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	80,0000	1
130	Conduto Helicoidal (14929)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	30,0000	1
131	Vareta soldada (14930)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	45,0000	1
132	Prato Distribuidor de sementes (14931)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	250,0000	1

Página: 12/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015				
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
133	Anel dosador de semente (14932)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS	(7379)	MAX	0	68,0000	1

133	Anel dosador de semente (14932)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	68,0000	1
134	Pinhão (14933)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	20,0000	1
135	Coroa de 40 dentes (14934)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	60,0000	1
136	Vareta mola linha semente (14935)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	45,0000	1
137	Corrente 2040 (14936)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	27,0000	1
138	Emenda 2040 (14937)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	7,0000	1
139	Rolote esticador (14938)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	7,0000	1
140	Raspador disco de semenete Es. (14939)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	10,0000	1
141	Raspador disco de semenete Di. (14940)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	10,0000	1
142	Roda de Profundidade (14941)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	240,0000	1
143	Eixo soldado (14942)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	80,0000	1
144	Pino bloqueador(regulador roda Profundidade) (14943)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	12,0000	1

Página: 13/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014 Data do Registro: 06/11/2014 Válido até: 06/11/2015

Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
145	Rolamento 6205 RS (14944)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	25,0000	1
146	Retentor 47,2x30x6 (14945)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	10,0000	1
147	Rolamento 6204 RS (14946)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	25,0000	1
148	Retentor 47x32x10 (14947)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	10,0000	1
149	Rolamento 6206 RS (14948)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	25,0000	1
150	Defletor do cubo (14949)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	10,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
151	Eixo do Disco Direito (14950)	UND	MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS (7379)	MAX	0	21.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 29/2014

Número do Registro de Preços: 29/2014		Data do Registro: 06/11/2014		Válido até: 06/11/2015				
Objeto da Compra: Aquisição de Peças para Manutenção dos implementos agrícolas do Setor de agricultura do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2014
PROCESSO Nº 51/2014
(7379) - MAQUIPLAN- COMERCIO MAQUINAS IMPLEMENTOS

Braço do Trombudo, 6 de Novembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4 2014 FMS

Página: 1/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014 **Data do Registro:** 04/11/2014 **Válido até:** 04/11/2015
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Amaciante de roupas, aspecto físico líquido viscoso, fragrância diversas, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água - frasco de 2lt. (4472)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	sempre viva	0	4,3647	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sequinel	0	4,3627	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Grande Sol	0	4,3640	3
2	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha pilhas AA+ um refil aerosol de 250 ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (3505)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	air clik	0	34,6432	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobre	0	34,6085	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bom Ar	0	34,6343	3
3	Água Sanitária 2 litros. (3506)	FR	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	flex cean	0	3,4586	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sequinel	0	3,4551	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Grande Sol	0	3,4577	3
4	Balde plástico com alça de metal, capacidade de 10 lt. (3508)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	Atq Plast	0	8,0732	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	arquiplast	0	8,0651	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	CDK	0	8,1571	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 2/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Bota PVC branca cano médio com forro, numeração 38. (4473)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	vulcabras	0	45,0859	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	zuc bras	0	45,0406	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Robusta	0	45,0743	3
6	Bota PVC branca cano médio com forro, numeração 36. (4474)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	vulcabras	0	45,0859	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	zuc bras	0	45,0406	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Robusta	0	45,0743	3
7	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço, galvanizado com cabo de madeira de 90 mm de diâmetro. (3515)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	flabon	0	1,7388	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	zanella	0	1,7371	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Jota	0	1,7384	3
8	Copo descartável, estriado branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180ml, que atende a norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes com 100 unidades. (4475)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	coposul	0	3,8025	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	copo sul	0	3,7987	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Copobras	0	3,8016	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 3/17

Número do Registro de Preços: 4/2014 Data do Registro: 04/11/2014 Válido até: 04/11/2015

Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Desinfetante liquido - frasco de 2lt. Fragrância diversas. (4476)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	flex clean	0	3,7070	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sequinel	0	3,7033	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Grande Sol	0	3,7060	3
10	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contem CFC (clorofluorabono), com 400 ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresch, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (3522)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	criviale	0	7,7197	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	dom line	0	7,7120	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bom Ar	0	7,7177	3
11	Desodorizador sanitário (pedra), (3523)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	sany	0	1,9490	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sany bril	0	1,9471	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sani Box	0	1,9485	3
12	Detergente de louça - frasco de 500 ml. (3524)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	brilho sul	0	1,4427	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	sequinel	0	1,4412	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Ype	0	1,4423	3

Página: 4/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Escova sanitária para banheiro de plástico, resistente com suporte, cores diversas, altura 35cm, profundidade 12,30cm, largura 14cm. (4477)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	arq plast	0	4,3089	1

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Escova sanitária para banheiro de plástico, resistente com suporte, cores diversas, altura 35cm, profundidade 12,30cm, largura 14cm. (4477)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	arq plast	0	4,3089	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	4,3046	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Saniprin	0	4,3078	3
14	Espunja de louça (espuma) dupla face. (3525)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	betanin	0	1,7580	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bettanin	0	1,7562	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Tinindo	0	1,7575	3
15	Fósforo (maço c/10und). (3526)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	queluz	0	2,5701	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	parana	0	2,5675	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Parana	0	2,5694	3
16	Guardanapo de papel branco de mesa 33x33cm, Pct c/ 50 unds. (3527)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	pomme	0	1,6433	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	dalmata	0	1,6417	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Log	0	1,6429	3

Página: 5/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

17	Grampo de roupa pct, c/12unidades. (3529)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	reliuz	0	1,8726	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	1,8707	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Cristal	0	1,8721	3
18	Lã de aço (pct c/ 8 und). (3530)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	ki brilho	0	1,4236	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	inove	0	1,4221	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bombril	0	1,4232	3
19	Limpa vidros 500 ml. (3531)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	pratik	0	4,6529	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobre	0	4,6482	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Gioca	0	4,6517	3
20	Lustra moveis (200 ml). (3532)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	pratik	0	4,0796	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	pratik	0	4,0755	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Brilhol	0	4,0786	3

Página: 6/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

21	Luva de borracha laminho M, para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração antialérgica. De 1º qualidade (4478)	PAR	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	dany	0	4,2994	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	talge	0	4,2950	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Jokatix	0	4,2982	3
22	Mop pop completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm. (3536)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	betamn	0	37,1082	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobre	0	37,0710	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	37,0986	3
23	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12 ml (3537)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	air clik	0	6,1720	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bom ar	0	6,1658	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	No Ar	0	6,1704	3
24	Óleo de peroba (200 ml) (3538)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	indio	0	6,5159	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	peroba	0	6,5094	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Peroba	0	6,5142	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2014

Página: 7/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

25	Pano de chão alvejado (trama bem chamada). (3539)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	gabelei	0	3,8855	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	martins	0	3,8846	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Martins	0	3,8875	3
26	Pano multiuso (pct c/ 5unidades). (3540)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	gabelei	0	3,3917	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	martins	0	3,3883	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Martins	0	3,3908	3
27	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas 42x70cm. (3541)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	gabelei	0	3,6592	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bompack	0	3,6556	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Copa	0	3,6583	3
28	Papel alumínio, contendo um rolo de 45 cm x 7,5 metros (4479)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	bom pack	0	4,4618	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bompack	0	4,4573	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Wyda	0	4,4606	3

Página: 8/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

29	Papel higiênico, com branco, folha dupla, toque suave, picotado, neutro, embalagem de 24 rolos de 30 metros x 10cm. (4480)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	fofinho	0	15,7070	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	fofinho	0	15,6912	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Dueto	0	15,7029	3
30	Papel toalha, para cozinha, branco, macio, absorvente, folha suave, picotado - pacote dom 2 rolos de 60 folhas de 22cmx20cm cada. (4481)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	guipel	0	4,3662	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	dalmata	0	4,3618	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Log	0	4,3651	3
31	Prato plástico descartável 21 cm, com 10 unidades. (3548)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	coposul	0	2,9331	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	copo sul	0	2,9302	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Copobras	0	2,9324	3
32	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13 kg. (3500)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Supergasbras	0	48,7500	1
33	Refil de 250 ml para aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus. (3550)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	air clik	0	23,3025	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobre	0	23,2791	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 9/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bom Ar	0	23,2965	3
34	Refil de 12 ml, para mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (3551)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	air clik	0	6,1720	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	glade	0	6,1658	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	No Ar	0	6,1704	3
35	Refil para super-rodo absorvente em espuma feita a base de álcool polivinílico (PVA) de baixos mltira com 28 cm largura e capacidade de absorver ate 500 ml de água. (3552)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	betamin	0	12,0668	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	bettanin	0	12,0547	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	12,0637	3
36	Refil para Mop pó de 40 cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação e através do encaixe na armação de aço galvanizado. (3553)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	betamin	0	8,9044	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	nobre	0	8,8955	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	8,9021	3
37	Rodo passa cera, espuma de alta densidade, colada em base plástico com cabo de madeira, plastificado, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes. (4482)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	desafio	0	6,7739	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	6,7671	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 10/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

38	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5 mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30cm.com cabo plastificado. (4483)	UND	COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	6,7721	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	desafio	0	10,4140	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	10,4035	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Forta	0	10,4113	3
39	Sabão em pó. (pct/cx 1kg), para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (4484)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	girando sol	0	6,6879	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	girando sol	0	6,7003	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Brilhante	0	6,7053	3
40	Sabonete liquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias eva-doce, chá verde e tangerina com chá verde- frasco de 5 lt. (3557)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	flex	0	20,6273	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	max	0	20,6066	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Brasday	0	20,6220	3
41	Saco plástico descartável 5kg, 28x42cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote. (4485)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	glo-pack	0	4,2229	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	mega mil	0	4,2187	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 11/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Multi Fort	0	4,2218	3
42	Saco plástico descartável 8kg, 35x50cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote. (4486)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	giopack	0	5,7325	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	mega mil	0	5,7363	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nosso Frizer	0	5,7405	3
43	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 15 litros, pacote com 50 unidades. Composição: 39 cm x 58 cm. material sintético e reciclável. Pigmentos e aditivos biodegradáveis. De 1º qualidade. (4487)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	oeste	0	7,8821	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	blukin	0	7,8742	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nosso Rolo	0	7,8801	3
44	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades. 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (4488)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	oeste	0	8,7134	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	blukin	0	8,7142	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nosso Rolo	0	8,7207	3
45	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades. 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (4489)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	oeste	0	8,9044	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 12/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

46	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1ª qualidade. (4490)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	blukin	0	8,9050	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nosso Rolo	0	8,9117	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	oeste	0	8,1879	1
47	Super-rodio absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixos mltica com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500 ml de água. (3586)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	blukin	0	8,1797	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Nosso Rolo	0	8,1858	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	sendor	0	31,5190	1
48	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300ml. Especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (4491)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	beltanin	0	31,4874	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	31,5109	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	pratik	0	3,2866	1
49	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300ml. Especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (4491)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	beltanin	0	31,4874	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony	0	31,5109	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	pratik	0	3,2866	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 13/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Sony Mix	0	3,2858	3
49	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanho 22,5x20,5cm com 2 dobras, branco, extra luxo, que seca com duas folhas. De 1ª qualidade. (4492)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	gupel	0	7,4713	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	tubarão	0	7,4638	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Danas	0	7,4694	3
50	Vassoura Nylon - cerdas macias, cepo plástico de 22cm, cerdas de 11,5 cm, com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (4493)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	desafio	0	7,4904	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	7,4829	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Bettarin	0	7,4885	3
51	Vassoura de palha, material de cerdas, palha avermelhadas, cabo de madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arame a cada 3 cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza geral. (4494)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	colonial	0	12,4203	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	16,4261	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Colonial	0	16,4384	3
52	Vassoura tipo escova com cabo. (3573)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	desafio	0	5,7325	1

Página: 14/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Lixeira plástica 15 litros com tampa e pedal, basculante. (3581)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	haracem	0	8,3515	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Condor	0	8,3577	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	arq plast	0	12,0764	1
54	Lixeira plástica com tampa e pedal - 30 litros. (3582)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	arquiplast	0	12,0643	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Jaguar	0	12,0733	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	arq plast	0	20,9235	1
55	Lixeira plástica com tampa vasculante, 50 litros. (3583)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	arquiplast	0	20,9025	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Plastral	0	20,9181	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	arq plast	0	66,5731	1
56	Varal de chão com abas 1,50cm em aço branco. (4495)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	cajovil	0	66,5063	2
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Trilec	0	66,5559	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6773)	coral	0	66,8788	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (6593)	orlon	0	68,0811	2

Página: 16/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2014

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C (6228)	Mor	0	68,1320	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 17/17

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 04/11/2014		Válido até: 04/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para o Ambiente de Trabalho dos Funcionários e Usuários da Secretaria de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014
PROCESSO Nº 9/2014

- (6228) - COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA VALE DO ITAJAI-C
- (6593) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (6773) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Novembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6 2014FMAS

Página: 1/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Caderno Universitário 200fls capa dura, 10 matérias, estampa natureza. (849)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	PANAMERICA	0	10,5550	1
2	Caixa plástica com tampa e travas laterais, retangular aproximadamente 15 lt - Caixa de polietileno em plástico rígido. Cor transparente. (850)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	MEGALIFE	0	11,1650	2
3	Caixa plástica com tampa e travas laterais, retangular aproximadamente 30 litros - Caixa de polietileno em plástico rígido. Cor transparente. (851)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	PLASVALE	0	28,3512	1
4	Calculadora com 12 dígitos na cor preta. Operações: soma, subtração, multiplicação, divisão, raiz quadrada, porcentagem, inversão de sinal. Alimentação célula solar e bateria. Medidas aproximadas: 12,5 x 10 x 1,5 cm (A x L x P) (852)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	PLASVALE	0	28,8481	2
5	Caneta Esferográfica, tinta à base de óleo, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm (fina) e corpo transparente. Cor Azul. (853)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	PLASVALE	0	36,7587	1
6	Caneta Esferográfica, tinta à base de óleo, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm (fina) e corpo transparente. Cor preta (854)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	PLASVALE	0	37,3792	2
7	Calculadora com 12 dígitos na cor preta. Operações: soma, subtração, multiplicação, divisão, raiz quadrada, porcentagem, inversão de sinal. Alimentação célula solar e bateria. Medidas aproximadas: 12,5 x 10 x 1,5 cm (A x L x P) (852)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	13,2990	1
8	Caneta Esferográfica, tinta à base de óleo, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm (fina) e corpo transparente. Cor Azul. (853)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	LEOTEC	0	14,0838	2
9	Caneta Esferográfica, tinta à base de óleo, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm (fina) e corpo transparente. Cor preta (854)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	PILOT	0	3,8744	1
10	Caneta Esferográfica, tinta à base de óleo, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm (fina) e corpo transparente. Cor preta (854)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	PILOT	0	3,9450	2
11	Caneta Esferográfica, tinta à base de óleo, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm (fina) e corpo transparente. Cor preta (854)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	PILOT	0	2,7140	1
12	Caneta Esferográfica, tinta à base de óleo, ponta de aço inox, grip triangular em borracha macia, esfera de 0,7 mm (fina) e corpo transparente. Cor preta (854)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	PILOT	0	2,7273	2

Página: 2/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

7	Caneta para retroprojektor 1.0mm, cor preta, ponta poliacetel. (855)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	PILOT	0	3,8182	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CIS	0	2,5185	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CIS	0	2,6250	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	CIS	0	3,8273	3
8	Cartolina 48x66 branca. (660)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ALLCART	0	0,4262	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ALL CART	0	0,4537	2
9	Cartolina 48x66 colorida. (659)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ALLCART	0	0,4359	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ALL CART	0	0,4635	2
10	Clips niquelado 2/0 (caixa com 500 gramas). (661)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	NEW	0	7,2500	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	NEW	0	7,4634	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	RAFA	0	9,8400	3
11	Clips niquelado 6/0 (caixa com 500 gramas). (662)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	NEW	0	7,2500	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	NEW	0	7,5366	2

Página: 3/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	RAFA	0	9,9500	3
12	Cola branca extra adesivo PVA, 500g, (439)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	APLICOLA EX	0	5,8640	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CASCOLA	0	6,0767	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	BRASCOLA	0	8,6580	3
13	Copo descartável, capacidade de 180ml, pct com 100und, conforme norma ABNT NBR 14865, (856)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MINASPLAST	0	2,3718	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ZANATTA	0	2,4307	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	COPOBRÁS	0	3,4637	3
14	DVD/RW Virgem 120min, 4.7GB (857)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ELGIN	0	1,5020	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ELGIN	0	1,5970	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ELGIN	0	2,2358	3
15	Estillete Grande, Tamanho 15,5cm (858)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	JOCAR	0	1,9191	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ADECK	0	1,9880	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	JOCAR	0	2,0114	3

Página: 4/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/IBF	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - com diversas estampas. (859)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	16,3200	1
17	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - com motivo floral (860)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANAT FÉ	0	16,3200	1
18	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor amarelo claro (861)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
19	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor amarelo ouro (862)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
20	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor azul médio (863)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
21	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor azul royal (864)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
22	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor azul turquesa (865)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
23	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor bege (866)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
24	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor branco (867)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
25	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor caramelo (868)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
26	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor cinza claro (869)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
27	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor cinza escuro (870)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1

Página: 5/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/IBF	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor ferrugem (871)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
29	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor laranja (872)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
30	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor lilás (873)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
31	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor marrom (874)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
32	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor pele (875)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
33	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor pink (876)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
34	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor preto (877)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
35	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor rosa claro (878)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
36	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor rosa escuro (879)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
37	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor roxo (880)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
38	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor verde abacate (881)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
39	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor verde bandeira (882)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 6/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/IBF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

40	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor verde limão (883)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
41	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor verde musgo (884)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
42	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor verde musgo claro (885)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
43	Feltro 100% poliéster com 1,40m de largura - na cor vermelho (886)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	9,6400	1
44	Fita adesiva de papel marrom 48 mm x 50m. (666)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	EUROCEL	0	9,2378	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ADELBRAS	0	9,6012	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ADELBRÁS	0	13,8817	3
45	Fita adesiva polipropileno transparente 48mmx50m (887)	RL	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	T.TAPE	0	2,6880	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ADELBRAS	0	2,7953	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	3M	0	3,9833	3
46	Fita Corretiva com tampa protetora. Medidas 5mmx5,5m (888)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CIS	0	6,2518	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	JOCAR	0	6,5021	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	CIS	0	9,2655	3

Página: 7/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/IBF	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Folha de E.V.A felpudo plush, (espuma vinílica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo felpudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm, produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor branca. (889)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
48	Folha de E.V.A felpudo plush, (espuma vinílica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo felpudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm, produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor vermelha (890)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
49	Folha de E.V.A felpudo plush, (espuma vinílica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo felpudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm, produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor verde maçã. (891)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
50	Folha de E.V.A felpudo plush, (espuma vinílica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo felpudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm, produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor laranja. (892)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
51	Folha de E.V.A felpudo plush, (espuma vinílica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo felpudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm, produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor azul claro. (893)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
52	Folha de E.V.A felpudo plush, (espuma vinílica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo felpudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm, produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor marrom. (894)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
53	Folha de E.V.A felpudo plush, (espuma vinílica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo felpudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm, produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor lilás. (895)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
54	Folha de E.V.A felpudo plush, (espuma vinílica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo felpudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm, produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor amarela (896)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
55	Folha de E.V.A felpudo plush, (espuma vinílica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo felpudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm, produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor verde escura (897)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1

Página: 8/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/IF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

56	Folha de EVA feijudo plush, (espuma vinílica acetinada) folha emborrachada modelo plush, tipo feijudo, folha emborrachada, lavável, atóxico, anatômico com 60 x 40 x 2 mm, produto devidamente aprovado pelo INMETRO na cor azul escuro (898)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	4,5000	1
57	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor amarelo (450)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
58	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor azul claro. (451)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
59	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor azul com bolinha branca (452)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	3,3000	1
60	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor azul escuro. (453)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
61	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor branco (454)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
62	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor cinza (455)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
63	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor laranja (456)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
64	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor lilás (457)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
65	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor pele (458)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
66	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor preto (459)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
67	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor preto com bolinha branca. (460)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	3,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 9/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor rosa (461)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
69	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor rosa com bolinhas marrons (462)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	3,3000	1
70	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor verde claro. (463)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
71	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm, na cor verde escuro. (464)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
72	Folha de EVA, medindo 40x60cm, espessura 2mm na cor vermelho (465)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	1,7000	1
73	Folha de EVA, medindo 40x60cm espessura 2mm na cor vermelho com bolinha branca. (466)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	MAKE+	0	3,3000	1
74	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca / Borboleta. Tamanho do desenho 2,5 cm (899)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9400	1
75	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca / Urso. Tamanho do desenho 2,5 cm (900)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1
76	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/ Anjo. Tamanho do desenho 2,5 cm (901)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1
77	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/ coração. Tamanho do desenho 2,5 cm (902)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1

Página: 10/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IG/DBF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2
78	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/ estrela. Tamanho do desenho 2,5 cm (903)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2
79	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/Folha. Tamanho do desenho 2,5 cm (904)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2
80	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/Folha. Tamanho do desenho 2,5 cm (905)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2
81	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/peixe. Tamanho do desenho 2,5 cm (906)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2
82	Furador Jumbo Para E.V.A com Alavanca/trevo. Tamanho do desenho 2,5 cm (907)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TEC	0	21,9444	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TOKE CRIE	0	22,2222	2
83	Grampeador de metal, na cor preta, com capacidade de 25 folhas (908)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	JOCAR	0	14,7052	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	CAVIA	0	15,3086	2

Página: 11/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/IF	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	Ímã em metro (pacote com 1 metro) (467)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	JOCAR	0	15,7044	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	LOLITA	0	1,6180	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	KIT	0	1,6074	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ASLAN	0	1,6401	3
88	Lápis de Cor sextavado com 24 cores, sendo com cores vivas e contendo ao menos uma cor metálica, produzido com madeira 100% reflorestada. Aprovado pelo INMETRO (912)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	LABRA	0	18,2475	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	MAPED	0	19,0227	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	MULTICOLOR	0	26,7273	3
90	Massa, pronta, para modelar biscuit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : amarelo claro (914)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1
91	Massa, pronta, para modelar biscuit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : amarelo ouro (915)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1
92	Massa, pronta, para modelar biscuit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : azul celeste (916)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1
93	Massa, pronta, para modelar biscuit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : laranja (917)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1
94	Massa, pronta, para modelar biscuit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : preta (918)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 12/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

95	Massa, pronta, para modelar biscoit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : vermelho morango (919)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1
96	Massa, pronta, para modelar biscoit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : verde folha (920)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1
97	Massa, pronta, para modelar biscoit, embalagem com aproximadamente 1 kg, cor : verde limão (921)	KG	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FOX	0	15,0000	1
98	Olhos móveis para artesanato tamanho grande, pacote com 50 pares (nr 12) (922)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	BRAS	0	2,7920	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	SABANO	0	2,8321	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ASLAN	0	2,8624	3
99	Olhos móveis para artesanato tamanho médio, pacote com 50 pares (nr 05) (923)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	BRAS	0	2,5557	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	SABANO	0	2,5642	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ASLAN	0	2,6303	3
100	Palito de picolé com pontas arredondadas pct c/ 100 unidade (uso artesanal) (494)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	GABOARDI	0	2,5452	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	THEOTO	0	2,6118	2
101	Papel A4 (resma com 500 fls). (679)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SOLCOPY	0	11,5000	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	BOREAL	0	15,3000	2

Página: 13/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/IBF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	CHAMEX	0	15,3000	3
102	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor amarelo (690)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,7200	1
103	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor azul (692)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,7200	1
104	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor cinza (697)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,7200	1
105	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor laranja (694)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,7200	1
106	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor marrom (696)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,7200	1
107	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor rosa (695)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,7200	1
108	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor verde (691)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,7200	1
109	Papel cartão medidas aproximadas de 50x65cm na cor vermelho (693)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,7200	1
110	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor vermelho (924)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400	1
111	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor azul escuro (925)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400	1
112	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor azul claro (926)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400	1

Página: 14/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		Objeto da Compra: IGD/IBF		Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família -	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
113	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor amarelo (927)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400	1		
114	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor laranja (928)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400	1		
115	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor verde escuro (929)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400	1		
116	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor verde claro (930)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400	1		
117	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor rosa (931)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400	1		
118	Papel dobradura brilhante, folha com 50x60cm. Cor lilás (932)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,3400	1		
119	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor amarelo. (681)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700	1		
120	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor azul (683)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700	1		
121	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor laranja. (685)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700	1		
122	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor lilás (689)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700	1		
123	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor marrom. (687)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700	1		
124	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor preto. (688)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700	1		

Página: 15/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGDFB							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

125	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor rosa. (686)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700	1
126	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor verde. (682)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700	1
127	Papel duplex medidas aproximadas de 50x65cm na cor vermelho. (684)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	0,6700	1
128	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Cor azul (933)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200	1
129	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Cor branco (934)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200	1
130	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Cor rosa (935)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200	1
131	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Cor verde (936)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200	1
132	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Cor vermelho (937)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200	1
133	Papel microondulado, tamanho 50x80cm. Estampado (938)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	REIPEL	0	1,3200	1
134	Papel parana espessura de 1,9mm folha com 80x100cm (939)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	VMP	0	2,6900	1
135	Papel parana espessura de 2,2mm folha com 80x100cm (940)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	VMP	0	2,9100	1
136	Pasta registradora AZ, lombo largo, tamanho ofício (941)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	FRAMA	0	4,3385	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6182)	FRAMA	0	4,3540	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 16/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
137	Pasta suspensa (cx com 50 unidades) marmorizada. (698)	CX	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	FRAMA	0	6,9820	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ICL	0	41,4129	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	TIMEP	0	41,7086	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	FRAMA	0	66,6928	3
138	Pen drive 16GB (942)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANDISK	0	28,9649	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	SANDISK	0	30,9091	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	SANDISK	0	43,2727	3
139	Pen drive 8GB (943)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANDISK	0	18,0124	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	SANDISK	0	19,0606	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	SANDISK	0	26,6848	3
140	Pilha Alcalina AA, capacidade 1,5V, não recarregável (944)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ELGIN	0	1,2041	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ELGIN	0	1,2247	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ELGIN	0	1,2765	3
141	Prancheta com prendedor dimensões 33x23cm (945)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	BACCHI	0	1,5394	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 17/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

142	Prato descartável, cor branca, em plástico, tamanho grande, aproximadamente 21 cm, pacote com 10 unidades (946)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	TOTALPLAST	0	1,4855	1
143	Prato descartável, cor branca, em plástico, tamanho pequeno, aproximadamente 15 cm, pacote com 10 unidades (947)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ZANATA	0	0,8897	1
144	Prendedor de roupa de madeira fina, embalagem com 12 unidades - comprimento mínimo de 7,5cm (948)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	DINDA	0	0,8897	1
145	Tesoura grande em aço inox, uso geral, cabo em polipropileno 20 cm. Produto de primeira qualidade. (949)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	JOCAR	0	6,7205	1
146	Tinta relevo dimensional 3D com glitter, frasco com 35ml, na cor cristal (949)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1450	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 18/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/IF	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
147	Tinta relevo dimensional 3D com glitter, frasco com 35ml, na cor prata (950)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8900	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
148	Tinta relevo dimensional 3D com glitter, frasco com 35ml, na cor ouro (951)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
149	Tinta relevo dimensional 3D com glitter, frasco com 35ml, na cor vermelho (952)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
150	Tinta relevo dimensional 3D com glitter, frasco com 35ml, na cor verde (953)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
151	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor azul (954)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1

Página: 19/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

152	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor branco (955)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
153	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor caramelo (956)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
154	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor laranja (957)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
155	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor ouro (958)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
		UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1

Página: 20/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
156	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor rosa (959)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1

156	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor rosa (959)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
157	Tinta relevo dimensional 3D metálica, frasco com 35ml, na cor verde kiwi (960)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	2,4362	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	2,4532	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	2,9406	3
158	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor amarelo ouro (961)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
159	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor azul turquesa (962)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
160	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor branco (963)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 21/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/IF	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
161	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor laranja (964)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
162	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor lilás (965)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
163	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor marrom (966)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
164	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor preto (967)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
165	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor rosa chá (968)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1

Página: 22/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/IF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

166	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor verde musgo (969)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1885	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,8944	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
167	Tinta relevo dimensional 3D, frasco com 35ml, na cor vermelho (970)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	ACRILEX	0	3,1631	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ACRILEX	0	3,1885	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	ACRILEX	0	3,8944	3
168	Tinta Spray, De uso geral e externo, 200ml, Cor dourado (971)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CHEMICOLOR	0	14,0200	1
169	Tinta Spray, De uso geral e externo, 200ml, Cor prata (972)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CHEMICOLOR	0	10,4400	1
170	Tinta Spray, De uso geral e externo, 200ml, Cor verde (973)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CHEMICOLOR	0	10,4200	1
171	Tinta Spray, De uso geral e externo, 200ml, Cor vermelho (974)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	CHEMICOLOR	0	10,4200	1
172	TNT, Largura 1,40m, Gramatura 50, 100% polipropileno, na cor branca (975)	mts	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	SANTA FÉ	0	1,3400	1

Página: 23/25

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 01/08/2014 Válido até: 01/08/2015**Objeto da Compra:** Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
173	Toner compatível 100% novo, lacrado CE 285A (preto) (976)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (6186)	MASTERPRIN	0	37,6000	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	PREMIUM	0	38,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º: 6/2014

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/IF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	D&A	0	41,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2014

Página: 25/25

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 01/08/2014		Válido até: 01/08/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Expediente para atividades e reuniões com os beneficiários do Programa Bolsa Família - IGD/BF							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014
PROCESSO Nº 6/2014

- (6162) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (6184) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (6186) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

Braco do Trombudo, 1 de Agosto de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8 2014 FMAS

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragância (9, 18 e 36min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompania pilhas AA+ um refil aerosol de 250ml nas fragâncias lavanda e citrus. (1303)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AIR CLIKL	0	34,4040	1
2	Água Sanitária 2 litros. (1304)	FR	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	FLEX	0	3,4408	1
3	Balde plástico com alça de metal, capacidade de 10 lt. (1305)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ARQ PLAST	0	8,0284	1
4	Cera líquida auto-brilho incolor 750ml) (1306)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ANDREIA	0	5,7346	1
5	Coador de café de papel (filtro), tamanho médio. Caixa com 30 unidades. (1307)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	FLABON	0	2,5519	1
6	Copo descartável, estriado branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1º qualidade, com capacidade para 180ml, que atende a norma ABNTNBR 14.865/2002, embalado em pacotes com 100 unidades. (1308)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	COPOSUL	0	3,7275	1
7	Desinfetante líquido - frasco de 2lt. Fragrância diversas. (1309)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	FLEX	0	3,6319	1
8	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contem CFC (clorofluorcarbono), com 400ml. Nas fragâncias: lavanda, flores do campo, floral fresh, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (1310)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	CRIVIALE	0	7,6461	1
9	Desodorizador sanitário (pedra) (1311)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SANY	0	1,9115	1
10	Detergente de louça - frasco de 500ml (1312)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ZAVASKI	0	1,4336	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Escova sanitária para banheiro de plástico, resistente com suporte, cores diversas, altura 35cm, profundidade 12,30cm, largura 14cm. (1313)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ARQ PLAST	0	4,3009	1
12	Espunja de louça (espuma) dupla face. (1314)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BETAMIN	0	1,7204	1
13	Guardanapo de papel branco de mesa 33x33cm. Pct c/ 50. (1315)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	POMME	0	1,6248	1
14	Lixeira plástica com tampa e pedal basculante 15 litros. (1316)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ARQ PLAST	0	8,8886	1
15	Limpa vidros 500ml (1317)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	PRATIK	0	4,5877	1
16	Lustra moveis (200ml). (1318)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	PRATIK	0	4,0142	1
17	Luva de borracha tamanho M, para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração antialérgica. De 1º qualidade (1319)	PAR	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	DANNY	0	4,3009	1
18	Mop pop completo (armação, cabo e o refil) de 40cm. (1320)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BETAMIN	0	37,0837	1
19	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (1321)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AIR CLIK	0	6,1169	1
20	Óleo de peroba (200ml). (1322)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	INDIO	0	6,4992	1
21	Pano de chão alvejado (trama bem chamada) (1323)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GABELEI	0	3,8231	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015		Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Pano multi-uso (pct c/ 5unidades) (1324)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GABELEI	0	3,3452	1
23	Pano de prato, 100% algodão, nas medidas 42x70cm. (1325)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GABELEI	0	3,6319	1
24	Papel higiênico, com branco, folha dupla, toque suave, picotado, neutro, embalagem de 24 rolos de 30 metros x 10cm. (1326)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	FOFINHO	0	15,7128	1
25	Papel toalha, para cozinha, branco, macio, absorvente, folha suave, picotado - pacote dom 2 rolos de 60 folhas de 22cmx20cm cada. (1327)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	SORELA	0	4,3678	1
26	Prato plástico descartável 21 cm. Pct c/10 unidades. (1328)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	COPOSUL	0	2,8673	1
27	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13 Kg. (1329)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	Supergasbras	0	48,0000	1
28	Refil de 250ml para aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragancias: lavanda e citrus. (1330)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AIR CLIK	0	23,2251	1
29	Refil de 12ml, para mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragancias: alegria de infância, toque de frescor, lavand, flores do campo, brisa fresca. (1331)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	AIR CLIK	0	6,1742	1
30	Refil para super rodo absorvente em espuma feita a base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28 cm largura e capacidade de absorver ate 500ml de água. (1332)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BETAMIN	0	12,0713	1
31	Refil para Mop pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação e através do encaixe na armação de aço galvanizado. (1333)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BETAMIN	0	8,8886	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

32	Rodo passa cera, espuma de alta densidade, colada em base plástico com cabo de madeira, plastificado, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes. (1334)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	DESAFIO	0	6,6904	1
33	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5 mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30cm com cabo plastificado. (1335)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	DESAFIO	0	10,0355	1
34	Sabão em pó. (pct/cx 1kg), para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (1336)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GIRANDO SOI	0	6,6904	1
35	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragancias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde- frasco de 5lt (1337)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	FLEX	0	20,5489	1
36	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 15 litros, pacote com 50 unidades biodegradáveis. Composição: 39 cm x 58 cm. material sintético e reciclável. Pigmentos e aditivos De 1º qualidade. (1338)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	OESTE	0	7,8851	1
37	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades. 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (1339)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	OESTE	0	8,6019	1
38	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades. 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (1340)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	OESTE	0	8,6019	1
39	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades. 59x62 cm. Composição: material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradáveis. Dew 1º qualidade. (1341)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	OESTE	0	8,1240	1
40	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico. Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em aço inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita a base de álcool polínico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (1342)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	BETAMIN	0	31,5307	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2014

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300ml. Especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para limpeza de superfícies esmaltadas, cromado, aço inox, porcelanas e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos, conservantes, perfume e água. Embalagem: frasco com 300ml, rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (1343)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	PRATIK	0	3,2496	1
42	Toalhas de papel interfolhada - pacote com 1000 folhas nos tamanho 22.5x20.5cm com 2 dobras, branco, extra luxo, que seca com duas folhas. De 1º qualidade. (1344)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	GUIPEL	0	7,4550	1
43	Vassoura Nylon - cerdas macias, cepo plástico de 22cm, cerdas de 11,5 cm, com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (1345)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	DESAFIO	0	7,4550	1
44	Vassoura de palha, material de cerdas, palha avermelhadas, cabo de madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arame a cada 3 cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza geral. (1346)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	Colonial	0	16,2480	1
45	Vassoura tipo escova c/ cabo. (1347)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	DESAFIO	0	8,3629	1
46	Lixeira plástica com tampa e pedal -30 litros (1348)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ARQ PLAST	0	20,9313	1
47	Lixeira plástica com tampa vasculante, 50 litros (1349)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	ARQ PLAST	0	66,5977	1

Página: 6/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Varal de chão com abas 1,50cm em aço branco. (1350)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (6192)	CORAL	0	68,1747	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º: 8/2014

Número do Registro de Preços: 8/2014		Data do Registro: 05/11/2014		Válido até: 05/11/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Limpeza e Higiene para as Unidades do CRAS, Conselho Tutelar e da Terceira Idade do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2014
PROCESSO Nº 8/2014

(6001) - COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA

(6192) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Novembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8 2015 PMBT

Página: 1/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 06/02/2015		Válido até: 06/02/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Confeção e Fornecedor de Material Gráfico, para o Município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ADESIVO 15X15CM COLOR IMP DIGITAL (15629)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SL	0	1,9822	1
			RECOPY MARCIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	2,0176	2
2	ADESIVO 10X10CM COLOR IMP DIGITAL (15630)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SL	0	0,9188	1
			RECOPY MARCIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	0,9129	2
3	ADESIVO 100X122CM COLOR IMP DIGITAL (15631)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SL	0	80,2709	1
			RECOPY MARCIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	82,2612	2
4	ADESIVO 15X20CM (15632)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SL	0	2,6306	1
			RECOPY MARCIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	2,5947	2
5	ADESIVO 60X15CM PLOTTER (PROIBIDO CARONA) (15633)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SL	0	6,3830	1
			RECOPY MARCIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	6,3426	2
6	ADESIVO PLOTTER 1,80X20CM (15634)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SL	0	22,2437	1
			RECOPY MARCIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	22,2951	2
7	ADESIVO 15X15CM PROIBIDO CARONA IMP DIGITAL (15635)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SL	0	2,0116	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 2/10

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 06/02/2015 Válido até: 06/02/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Confeção e Fornecedor de Material Gráfico, para o Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	1,9700	2
8	ADESIVO 30X25CM BRASAO PREFEITURA REFLETIVO IMP DIGITAL (15636)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	25,1451	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	25,5625	2
9	ADESIVO RECORTE 10X10CM NUMEROS CARROS (15638)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	0,8607	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	0,8553	2
10	BANNER 90X120CM IMP DIGITAL (15637)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	75,4353	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	75,9186	2
11	BANNER 100X150CM IMP DIGITAL (15639)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	101,5475	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	103,2589	2
12	BANNER 140X100CM IMP DIGITAL (15640)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	91,8763	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	94,1775	2
13	BANNER 145X130CM IMP DIGITAL (15641)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	127,6997	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	128,7733	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 3/10

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 06/02/2015 Válido até: 06/02/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Confeção e Fornecedor de Material Gráfico, para o Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	FAIXA EM LONA 300X100CM IMP DIGITAL (15642)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	145,0679	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	146,0712	2
15	FAIXA EM LONA 350X80CM IMP DIGITAL (15643)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	135,3967	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	136,4613	2
16	FAIXA EM LONA 400X100CM (15644)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	192,4567	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	194,1209	2
17	FAIXA EM LONA 200X100CM IMP DIGITAL ID. ESCOLAS (15645)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	98,6462	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	98,9825	2
18	OUTDOOR EM PAPEL 300X900CM IMP DIGITAL (15646)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	245,6483	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	245,0537	2
19	PLACA EM LONA ARMAÇÃO MADEIRA 60X120CM IMP DIGITAL (15647)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	58,0271	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	59,5817	2
20	PLACA EM LONA ARMAÇÃO MADEIRA 105X80CM IMP DIGITAL (15648)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	66,7312	1

Página: 4/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Número do Registro de Preços: 8/2015						Data do Registro: 06/02/2015		Válido até: 06/02/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Confeção e Fornecedor de Material Gráfico, para o Município de Braço do Trombudo										
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

21	PLACA PVC 60X20CM IMP UV (15649)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	Recopy com	2
22	PLACA PVC 60X35CM IMP UV (15650)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	Recopy com	1
23	ADESIVAMENTO VEICULO PARCIAL (15651)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	Recopy com	2
24	LETRA CAIXA EM INOX PARA ESCOLAS E CRECHES (15652)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	Recopy com	1
25	LETRA CAIXA EM PVC PARA ESCOLAS E CRECHES (15653)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	Recopy com	2
26	PLACA DE INAUGURAÇÃO EM ACRÍLICO IMPRESSÃO UV (15654)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	Recopy com	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 5/10

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 06/02/2015 Válido até: 06/02/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Confeção e Fornecedor de Material Gráfico, para o Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
27	FOTO AÉREA 02 ÂNGULOS DIFERENTES (15655)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	836,5580	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	836,0654	2
28	CARTAZ 30X40CM IMP LASER COUCHÉ (15656)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	5,4135	1
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	5,2666	2
29	PLOTAGEM COLOR. (15657)	ML	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	7,6857	1
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	7,4791	2
30	PLOTAGEM PB. (15658)	ML	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	5,7125	1
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	5,5490	2
31	PLOTAGEM COLOR CHAPADA (MAPA) (15659)	ML	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	17,2164	1
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	16,8401	2
32	COPIA (XEROX) A4 COLOR (15660)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	2,5652	1
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	2,4609	2
33	COPIA (XEROX) A4 PB (15661)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	0,1480	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 6/10

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 06/02/2015		Válido até: 06/02/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Confeção e Fornecedor de Material Gráfico, para o Município de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	0,1448	2			
34	CRACHA 10X15CM P EVENTOS PAPEL COM CORDINHA (15662)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	1,8746	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	1,8432	2			
35	ENCADERNAÇÃO ESPIRAL (15663)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	3,2065	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	3,0882	2			
36	ENCADERNAÇÃO SEM ESPIRAL (15664)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	2,0226	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	1,9301	2			
37	ENVELOPE OFÍCIO TIMBRADO 01 COR (15665)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	1,0261	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	1,0133	2			
38	FOLDER 21X15CM COLOR (15666)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	0,3256	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	0,3185	2			
39	IMPRESSÃO A3 COLOR (15667)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	5,1699	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	5,0183	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 7/10

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 06/02/2015		Válido até: 06/02/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Confeção e Fornecedor de Material Gráfico, para o Município de Braço do Trombudo				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
40	IMPRESSÃO A4 COLOR. (15668)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	2,5060	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	2,4126	2			
41	IMPRESSÃO A4 COLOR COUCHE CARTÃO (15669)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	2,5060	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	2,4126	2			
42	IMPRESSÃO A4 PB (15670)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	0,2467	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	0,2413	2			
43	IMPRESSÃO PANFLETOS 14X20 PB (15671)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	0,1480	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	0,1448	2			
44	IMPRESSÃO PAPEL 870X290 (OUTDOOR) (15672)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	246,6537	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	280,5634	2			
45	IMPRESSÕES A3 DIVULGAÇÃO COMP ESPORTIVA COLOR (15673)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	5,1699	1			
			ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME (8780)	RECOPY	0	5,0183	2			
46	IMPRESSÃO DE PANFLETOS COLOR FRENTE E VERSO (15674)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	0,3400	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 8/10

Número do Registro de Preços: 8/2015 Data do Registro: 06/02/2015 Válido até: 06/02/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Confeção e Fornecedor de Material Gráfico, para o Município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	0,3500	2
47	PLACA PVC - 3MM COM ADESIVO APLICADO TAMANHO 30X40CM (15675)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	69,0000	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	69,0000	2
48	PLACA PVC - 3MM COM ADESIVO APLICADO TAMANHO 15X30CM (15676)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	64,0000	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	60,0000	2
49	CRACHÁ 4X0 DE COR, PLASTIFICADO COM CORDÃO (15677)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	15,5000	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	15,0000	2
50	ADESIVO 11X16 DE COLAR POR DENTRO (15678)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	2,7500	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	2,7000	2
51	CARTAZ DIVULGAÇÃO 46X31, 4X0 DE COR, 90 GRAMAS (15679)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	3,7200	1
			RECOPY MARGIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy com	0	3,7200	2
52	criação de arte (15680)	HORA	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINT RIO SU	0	30,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 9/10

Número do Registro de Preços: 8/2015		Data do Registro: 06/02/2015		Válido até: 06/02/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Confeção e Fornecimento de Material Gráfico, para o Município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RECOPY MARCIO LUIS BURATO & CIA LTDA (7929)	Recopy.com	0	40,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2015

Página: 10/10

Número do Registro de Preços: 8/2015								Data do Registro: 06/02/2015		Válido até: 06/02/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Confeção e Fornecimento de Material Gráfico, para o Município de Braço do Trombudo											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015

PROCESSO Nº 2/2015

- (7929) - RECOPY MARCIO LUIS BURATO & CIA LTDA
- (8780) - ALESSANDRA WANZUITA GIOBELI BURATO ME
- (9362) - PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME

Braço do Trombudo, 6 de Fevereiro de 2015.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.625/2015

DECRETO nº 7.625, DE 27 DE JULHO DE 2015.

Institui o porta documento funcional e a Carteira de Identidade Funcional a ser utilizada pelos servidores detentores dos cargos de Fiscal de Tributos Públicos e de Auditor Fiscal Tributário do Município de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso das atribuições que lhe confere o inc. IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal n. 143, de 31 de Agosto de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam instituídos o porta documento funcional e a Carteira de Identidade Funcional de uso exclusivo dos detentores dos cargos de Fiscal de Tributos Públicos e de Auditor Fiscal Tributário.

Parágrafo único. O porta documento funcional conterá:

I – a Cédula de Identidade Funcional;

II – descrição síntese das principais atribuições e prerrogativas do cargo de seu titular.

Art. 2º. O porta documento funcional de que trata o art. 1º terá as seguintes características:

I – aberto medir 230mm de altura por 80mm de largura e fechado, medir 115mm de altura por 80mm de largura;

II – sua parte externa será confeccionada em couro cromo, de cor preta, de qualidade superior e indeformável devendo conter:

a) em sua face externa frontal, em posição invertida, uma placa metálica na cor ouro, medindo 60mm de largura e 100mm de altura, tendo ao centro, cunhado em alto-relevo e inserido em um óvalo, o Brasão das Armas do Município de Brusque em suas cores oficiais;

b) a placa será revestida parcialmente de couro cromo de cor preta, deixando aparecer, ao centro, mediante recorte elíptico, o óvalo referido, de modo a tornar impraticável a retirada da placa sem destruição da carteira;

c) o revestimento de couro conterá, acima do Brasão, centralizado, em semicírculo, no formato do recorte elíptico, os dizeres MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC e, abaixo do brasão em linha reta, centralizados, os dizeres SECRETARIA DA FAZENDA, ambos em gravação dourada, refratária à remoção pelo uso;

d) na face interna da capa posterior, conterá, a ela costurado, com abertura para inserção na parte superior, um receptáculo em plástico transparente de qualidade superior;

III – conterá ao centro da altura um vinco que permitirá sua dobra, devendo, em sua parte interna, possuir:

a) dois receptáculos de plástico transparente de qualidade superior que estarão presos à metade superior da Carteira, por costura que os afixará de forma indelével e fechará em definitivo o local por onde entrou o Brasão metálico e destinar-se-ão à inserção da identidade funcional e à inserção de cartão impresso com a síntese das atribuições e das prerrogativas do cargo de Fiscal de Tributos Públicos e do cargo de Auditor Fiscal Tributário, conforme a ocupação do titular da identidade funcional;

b) um terceiro receptáculo de plástico transparente de qualidade superior, este costurado à parte interna da capa posterior onde poderá ser colocado, se houver, o registro e porte de arma de defesa pessoal ou outro documento oficial de identificação do titular;

c) uma passadeira em couro que permita passar cordão que servirá para uso do porta documento funcional como documento de identificação do titular.

Art. 3º. A Cédula de Identidade Funcional dos cargos de Fiscal de Tributos Públicos e de Auditor Fiscal Tributário terá força legal em todo o território do Município de Brusque e fora dele nos termos

em que reconhecida a extraterritorialidade da legislação tributária municipal, no exercício de atividade de fiscalização de tributos municipais e obedecerá ao seguinte:

I – será impressa em papel de alta gramatura de única face, vincado ao centro, no mesmo sentido da altura, com fundo antifotográfico, medindo 75mm de largura por 105 mm de altura;

II – conterá impressos à direita do vinco e centralizado:

a) como imagem de plano de fundo, em marca d'água o Brasão das Armas do Município de Brusque com suas cores oficiais sobreposto a uma tarja, em diagonal, direcionada do ângulo inferior esquerdo ao ângulo superior direito, com as cores oficiais do Município de Brusque;

b) ao centro, na parte superior, o brasão do Município em cores à esquerda e à sua direita a designação MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC seguida, na linha seguinte, da designação SECRETARIA DA FAZENDA;

c) abaixo, impressa tipograficamente a expressão "Nome" com espaço destinado a conter o nome do titular da identidade funcional;

d) ao centro, logo abaixo do nome, espaço suficiente para ser aposta a fotografia digitalizada do servidor em tamanho de 30mm de altura x 25mm de largura e ao centro, logo abaixo desta, a designação, em destaque, do nome do cargo do titular;

e) logo abaixo, à esquerda, o número de controle de expedição da identidade funcional;

f) na linha seguinte, alinhado à esquerda, a data de expedição do documento e, mesma linha, alinhada verticalmente com a expressão "Fé Pública", a menção do número deste Decreto, impresso em tinta de cor preta;

g) ao final, espaço para as assinaturas do titular da identidade funcional e do Prefeito Municipal de Brusque;

III – conterá impresso à esquerda do vinco:

a) como imagem de plano de fundo, em marca d'água o Brasão das Armas do Município de Brusque com suas cores oficiais;

b) o número da matrícula funcional do servidor no Município de Brusque;

c) o número e a data da expedição da cédula de identidade civil;

d) o número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal do Brasil;

e) o seu grupo sanguíneo e fator "RH";

f) o nome de sua mãe;

g) a data de seu nascimento;

h) em destaque, sucinta declaração relativa ao uso do documento.

Art. 4º. O preenchimento da Cédula de Identidade Funcional, com os elementos e indicações requeridos em seu modelo, obedecerá ao seguinte:

I – não conterá qualquer tipo de rasura;

II – o nome do servidor detentor do cargo de Fiscal de Tributos Públicos ou de Auditor(a) Fiscal Tributário grafado por extenso, vedada qualquer abreviatura;

III – a fotografia será digitalizada em cores, em papel contendo a imagem do plano de fundo com o brasão de armas do Município de Brusque, com as dimensões de 30mm de altura por 25mm de largura;

IV – a assinatura do Fiscal de Tributos Públicos ou do Auditor Fiscal Tributário será a usual, grafada no espaço a ela reservado.

Art. 5º. No segundo receptáculo plástico interno será impresso em frente e verso, cartão contendo as principais atribuições e prerrogativas dos cargos de Fiscal de Tributos Públicos ou do Auditor Fiscal Tributário.

Art. 6º. A responsabilidade pela manutenção dos registros de expedição, substituição, devolução, recolhimento e guarda das Carteiras de Identidade Funcional dos Fiscais de Tributos Públicos e

dos Auditores Fiscais Tributários será da Diretoria de Recursos Humanos vinculada à Secretaria de Orçamento e Gestão do Município de Brusque.

§ 1º. A Diretoria de Recursos Humanos manterá arquivo próprio, físico ou eletrônico, em que serão registradas a expedição, a substituição, a devolução ou o cancelamento da Carteira de Identidade Funcional.

§ 2º. Nos casos de furto, roubo, extravio, perda ou destruição, o titular da carteira de identidade funcional deverá comunicar o fato por escrito à Diretoria de Recursos Humanos acompanhado do registro de Boletim de Ocorrência Policial.

§ 3º. Nos casos de furto, roubo, extravio, perda ou destruição, a Diretoria de Recursos Humanos fará publicar o ocorrido no Diário Oficial do Município tornando nulo aquele documento;

§ 4º. Nos casos de aposentadoria ou de exoneração o titular da identidade funcional deverá devolver o documento à Diretoria de Recursos Humanos para destruição.

§ 5ª. Nos casos de licença para tratar de assuntos de interesses particulares e nos casos de afastamento de suas funções em razão de ato administrativo para apuração em sindicância ou processo administrativo disciplinar, o titular da carteira de identidade funcional deverá devolver o documento à Diretoria de Recursos Humanos que o guardará em sua pasta funcional para devolução ao titular em caso de retorno às atividades, ou destruição no caso de futura exoneração.

§ 6º. Nos eventos referidos nos parágrafos 4º e 5º deste artigo, somente serão publicados os respectivos atos após a devolução da identidade funcional por seu titular ao órgão competente.

§ 7º. Quando o titular da identidade funcional, obrigado a entregar administrativamente o documento, não o fizer, a Carteira de Identidade Funcional será cancelada por ato do Prefeito Municipal, que será publicado no Diário Oficial do Município indicando sucintamente os motivos do cancelamento.

Art. 7º. São deveres do titular da Carteira de Identidade Funcional: I – portar a Carteira de Identidade Funcional sempre que exercer as atividades próprias do cargo;

II – em caso de furto ou extravio da Carteira de Identidade Funcional, proceder ao registro da ocorrência em repartição policial e comunicar o evento, por escrito, ao superior imediato, juntando certidão do registro policial, sob pena de responsabilidade funcional; e III – devolver a Carteira de Identidade Funcional, mediante recibo, ao seu superior hierárquico, nos casos de licença para tratamento de interesse particular, afastamento do cargo por sindicância ou processo administrativo, exoneração ou demissão.

Art. 8º. Por ocasião da aposentadoria do titular, será apostado na Carteira de Identidade Funcional, abaixo da inscrição do cargo, carimbo, em tinta preta, contendo o termo “INATIVO” e será retirado o cartão que contém a síntese das atribuições e das prerrogativas do cargo.

Art. 9º. Em caso de morte do portador da Carteira de Identidade Funcional, a unidade organizacional na qual estava lotado, diligenciará junto a seus familiares para resgatar a Carteira de Identidade Funcional do falecido e a encaminhará à Diretoria de Recursos Humanos para promoção do cancelamento e destruição da mesma.

Art. 10. As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de julho de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2014 - FUNDO MUNICIPAL SAÚDE

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2014 - FMS
Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2014 - FMS, entre o Município de Brusque e Carlos Renaux Junior e Jussara Renaux, em 29/05/2015. Objeto: Prorrogação da vigência contratual. Valor: R\$ 41.585,52. Fundamento legal: artigo 57, II, e 62, § 3º, inc. I da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa de Licitação nº 002/2014 - FMS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ivonir Zanatta Webster, Carlos Renaux Junior e Jussara Renaux.

EXTRATO CONTRATO Nº 062/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 062/2015

Espécie: Contrato nº 062/2015, entre o Município de Brusque e a empresa Junkes Empreendimentos Imobiliários Ltda EPP, em 29/07/2015. Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO BAIRRO AZAMBUJA, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor: R\$ 248.874,03. Fundamento legal: Lei 8666/93. Origem: Tomada de Preços nº 007/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 (doze) meses. Signatários: JOSE LUIZ CUNHA e LINO JUNKES.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 088/2015 - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 088/2015

ESPÉCIE: serviço de manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador da captação do bairro guarani. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 028/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015/80.002.17.512.301.2293.339 0399900.20000; VIGÊNCIA: 05 meses. DATA DA ASSINATURA: 31/07/2015; VALOR: R\$ 3.940,00. CONTRATADA: Genberg Geradores Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 31 de julho de 2015.
PUBLIQUE-SE
Roberto Bolognini

PORTARIA Nº 1.106/2015

PORTARIA Nº 1106/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.053/2014;

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a cessão da servidora BRUNA HEIL, matrícula nº 679569, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, para o Fórum da Comarca de Brusque.

Parágrafo Primeiro: A cessão supracitada, terá vigência pelo prazo determinado, nos termos do convênio nº 169/2010 – celebrado entre o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça e, o Município de Brusque, objetivando a disponibilização de servidores efetivos para a comarca – com ônus para o órgão de origem.

Parágrafo Segundo: O controle e cumprimento da carga horária, ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de Maio de 2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretária de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1.182/2015

PORTARIA Nº 1182/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.053/2014;

RESOLVE:

Art. 1º – Interromper a Cessão, a pedido, concedida pela portaria nº 288/2015, para a Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, do servidor CRISTIANO CUNHA, matrícula nº 475998, efetivo no cargo de Motorista.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Maio de 2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretária de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1.513/2015

PORTARIA Nº 1513/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.053/2014;

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a cessão da servidora EDNA MARIA KUHNEN, matrícula nº 13340, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, com fundamento no art. 22, inciso VI, da Lei 147/2009, para desenvolver suas atividades laborais na Junta de Serviço Militar de Brusque, com ônus para o Município, a partir de 03/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03/06/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 03 de Junho de 2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.599/2015

PORTARIA Nº 1599/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.053/2014;

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar a cessão da servidora MAIARA RODRIGUES, matrícula nº 674834, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, para o Fórum da Comarca de Brusque.

Parágrafo Primeiro: A cessão supracitada, terá vigência pelo prazo determinado, nos termos do convênio nº 169/2010 – celebrado entre o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça e, o Município de Brusque, objetivando a disponibilização de servidores efetivos para a comarca – com ônus para o órgão de origem.

Parágrafo Segundo: O controle e cumprimento da carga horária, ficarão a cargo do órgão de destino.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/06/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Junho de 2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretária de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.047/2015

Portaria nº 2047/2015

O Secretário de Administração de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Retificar em parte a Portaria nº 717/2015, que considerou estável a servidora CIBELE OLHIER, nomeada pela portaria nº 7788/2012, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.

ONDE SE LÊ: " Agente Administrativo "

LEIA-SE: " Professor "

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/02/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de Agosto de 2015

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.235/2015

PORTARIA Nº 1235/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. PATRICIA KOHLER, matrícula nº 670910-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade de Acidente de Trabalho, em decorrência do atestado do dia 13/02/2015 de 90 (noventa) dias, ficando suspenso a contar de 14/05/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 2, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de maio de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.732/2015

PORTARIA Nº 1732/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. VERENICE DE FATIMA FERREIRA, matrícula nº 1078771-01, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestado do dia 22/06/2015 de 03 (três) dias, do dia 26/06/2015 de 10 (dez) dias e do dia 07/07/2015 de 10 (dez) dias, sendo seu afastamento no dia 09/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.902/2015

PORTARIA Nº 1902/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. BEATRIZ BAUMGARTNER LIRA, matrícula nº 1031627-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, lotada na Secretaria da Fazenda, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 13/07/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.903/2015

PORTARIA Nº 1903/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. BEATRIZ BAUMGARTNER LIRA, matrícula nº 1031627-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, lotada na Secretaria da Fazenda, por 60 (sessenta) dias, a contar de 10/11/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.904/2015

PORTARIA Nº 1904/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. POLYANA GONZAGA KATZWINKEL, matrícula nº 666564-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de

Educação, em decorrência dos atestados do dia 13/07/2015 de 14 (quatorze) dias e do dia 15/07/2015 de 90 (noventa), sendo seu afastamento no dia 28/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.905/2015

PORTARIA Nº 1905/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. NILTON PEREIRA, matrícula nº 1902-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 14/07/2015 de 90 (noventa) dias, sendo seu afastamento no dia 29/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.906/2015

PORTARIA Nº 1906/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. JOSE ADECLAIR MOREIRA DE CAMARGO, matrícula nº 437174-01, exercendo as funções de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência dos atestados do dia 07/07/2015 de 11 (onze) dias e do dia 23/07/2015 de 15 (quinze), sendo seu afastamento no dia 27/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a contar d 07/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.907/2015

PORTARIA Nº 1907/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JULIO CESAR FURTADO FILHO, matrícula nº 4116674-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, em decorrência do atestado do dia 03/07/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 18/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.929/2015

PORTARIA Nº 1929/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JONAS CESAR ANGIOLETTI, matrícula nº 665347-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, em decorrência do atestado do dia 05/07/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 20/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.931/2015

PORTARIA Nº 1931/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório o servidor Sr. JULIO CESAR FURTADO FILHO, matrícula nº 4116674-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado no Secretaria de Assistência Social e Habitação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 03/07/2015 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 18/07/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 18/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de julho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.938/2015

PORTARIA Nº 1938/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde a Sra. VIVIANI MARIA SCHLINDWEIN TURASSI, matrícula nº 666556-05, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 21/07/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6109110446.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de julho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.939/2015

PORTARIA Nº 1939/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JOEL VINOTTI, matrícula nº 18236-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado na Fundação Municipal de Esporte, em decorrência do atestado do dia 21/07/2015 por período indeterminado, sendo seu afastamento no dia 05/08/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de julho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.940/2015

PORTARIA Nº 1940/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. MARLEI TOURINHO CORREA, matrícula nº 673846-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 21/07/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 05/08/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de julho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.941/2015

PORTARIA Nº 1941/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. ARNO SCHMITT, matrícula nº 685194-03, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 21/07/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 05/08/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.942/2015

PORTARIA Nº 1942/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ROSA INES DO NASCIMENTO SALS REZINI, matrícula nº 721131-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 21/07/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 05/08/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.948/2015

PORTARIA Nº 1948/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. KELLY CRISTINA MEDEIROS SOUZA BERGLER, matrícula nº 373699-08, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 22/07/2015. Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.949/2015

PORTARIA Nº 1949/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. PATRICIA PRETTI DALLAGO, matrícula nº 674079-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 22/07/2015 de 90 (noventa) dias, sendo seu afastamento no dia 06/08/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 22 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.957/2015

PORTARIA Nº 1957/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. ROSEMERI CAMARGO DIAS, matrícula nº 722154-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 23/07/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 07/08/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.976/2015

PORTARIA Nº 1976/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. MARIANA LUIZA SESTARI BERTHOLDI, matrícula nº 1003542-01, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 25/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 25/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.977/2015

PORTARIA Nº 1977/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. MARIANA LUIZA SESTARI BERTHOLDI, matrícula nº 1003542-01, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 22/11/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.985/2015

PORTARIA Nº 1985/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. POLYANA GONZAGA KATZWINKEL, matrícula nº 666564-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 13/07/2015 de 14 (quatorze) dias e do dia 15/07/2015 de 90 (noventa) dias, ficando suspenso a contar de 28/07/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.986/2015

PORTARIA Nº 1986/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Serviços Especiais o Sr. OSMAR PEREIRA, matrícula nº 946893, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 28/07/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6111891727.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de julho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.989/2015

PORTARIA Nº 1989/2015, de 28 de julho de 2015.

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências."

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13; RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor da servidora SABRINA ABRAMOVICZ, ocupante do cargo de Educador Social, lotada na Secretaria de Educação desta Municipalidade, portadora do CPF nº 077.518.079-38, matrícula nº 4177622-01, para apurar os fatos constantes do memorando nº 004/2015, de 09/07/2015, encaminhado pela Diretoria do CEI EEF Alberto Pretti, bem como do despacho de 28/07/2015, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor da servidora supra-mencionada, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), II (assiduidade) e III (pontualidade); e 175 (Ao servidor público é proibido), I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Alexandre Ivan Mafra (matrícula nº 1325-0), Keli Regina Coelho Rosa (matrícula nº 12521-00) e Valéria Graf Benachio – representante sindical (matrícula nº 349344-03);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1.990/2015

PORTARIA Nº 1990/2015, de 28 de julho de 2015.

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências."

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13; RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do(a) servidor(a) ZILENE AVELINO DE CASTRO, vinculado(a) ao regime administrativo, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria de Educação desta Municipalidade, portador(a) do CPF nº 667.882.342-72, matrícula nº 690007-02, para apurar os fatos constantes do memorando nº 110/2015/SEME/GP, de 18/07/2015, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, bem como do despacho de 28/07/2015, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do(a) servidor(a) supra-mencionado(a), bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função), II (assiduidade), III (pontualidade), VI (observar as normas legais e regulamentares) e VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Silvia Maria Ferreira (matrícula nº 4170-0), Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 587-8) e Tânia Mara Vieira Pompermayer – representante sindical (matrícula nº 717-0);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem,

possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1.991/2015

PORTARIA Nº 1991/2015, de 28 de julho de 2015.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13; RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do(a) servidor(a) J. S. C., vinculado(a) ao regime administrativo, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009 c/c Código de Ética Profissional, e possam caracterizar, em tese, a prática de assédio moral e assédio sexual;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Silvia Maria Ferreira (matrícula nº 4170-0), João Leonir Mantovani (matrícula nº 467170-03) e Luiz Roberto Velho Vieira – representante sindical (matrícula nº 18201-01);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1.992/2015

PORTARIA Nº 1992/2015, de 28 de julho de 2015.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13; RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do(a) servidor(a) LUIZ DANIEL DE BARROS SANCHEZ, vinculado(a) ao regime administrativo, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, lotado(a) na Secretaria de Saúde desta Municipalidade, portador(a) do CPF nº 747.657.870-87, matrícula nº 1000041155-01, para apurar os fatos constantes da Notificação de 02/07/2015, encaminhado pela Subprocuradoria Geral do Município, bem como do despacho de 28/07/2015, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do(a) servidor(a) supra-mencionado(a), bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função), VI (observar as normas legais e regulamentares) e VII (cumprir as ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais) e IX (zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público); e 175 (Ao servidor público é proibido), IV (opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço) e XIX (proceder de forma desidiosa), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Evandro Ademir Felix (matrícula nº 508608-02), Renilda Ristow (matrícula nº 186643-04) e Alexandre Ivan Mafra – representante sindical (matrícula nº 1325-0);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de julho de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 10.222/2015

PORTARIA Nº 10.222, DE 29 DE JULHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 009/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 14 de outubro de 2014, para provimento dos cargos efetivos de AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO conforme abaixo nominados:

AGENTE DE AUTORIDADE DE TRÂNSITO

NOME
APARECIDO MARQUES
EDI CASSIO DAMACENO
EVERTON WILLIAN DA CUNHA
ROBERTA DA CUNHA SILVA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.223/2015

PORTARIA Nº 10.223, DE 29 DE JULHO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município – LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, conforme abaixo nominado:

AGENTE ADMINISTRATIVO

JEFFERSON JORGE DE SOUZA Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 2.115/2015

PORTARIA Nº 2115/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. CARLA FUCKNER, matrícula nº 676756-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 30/07/2015 de 30 (trinta) dias, ficando suspenso a contar de 14/08/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo suscitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de agosto de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 084/2015PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO nº 084/2015

Pregão nº 048/2015

OBJETO: prestação de serviços de dedetização, desratização e descupinização (controle integrado de pragas, baratas, formigas, traças, moscas, cupins, aranhas e ratos) e limpeza/desinfecção de caixas-d'água e cisternas.

RECORRENTE: SANTA CATARINA CONTROLE DE PRAGAS E SANEAMENTO LTDA- ME

RESULTADO DO RECURSO: Mantenho a decisão originária, que conheceu de recurso administrativo e no mérito o julgou PROCEDENTE, nos quadrantes da fundamentação que ora ratifico, em cumprimento ao disposto no art. 109, § 4º da Lei 8.666/93.
31//07/2015

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.490

DECRETO Nº 6.490, de 04 de agosto de 2015.

Revoga o Decreto nº 6.471/2015, que Autoriza o município a firmar Termo de Permissão de Uso de bens móveis, a título gratuito, com a Associação dos Amigos da Música – AMIMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, por interesse público, o Decreto nº 6.471, de 16 de julho de 2015, que Autoriza o município a firmar Termo de Permissão de Uso de bens móveis, a título gratuito, com a Associação dos Amigos da Música – AMIMU, devendo a mesma devolver os bens ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de agosto de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.491

DECRETO Nº 6.491, de 04 de agosto de 2015.

Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 6.452/2015, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.452, de 29 de junho de 2015, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

Representantes de entidades de Trabalhadores do Setor:

2 - Associação de Psicólogos de Caçador e Região
Titular: Vanessa Dal Bosco Susin
Suplente: Janete Aparecida Zaccaron Thomazi

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de agosto de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.492

DECRETO Nº 6.492, de 04 de agosto de 2015.

Estabelece horário especial de expediente para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA :

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente para Secretaria Municipal de Infraestrutura, das 07h00 às 13h00, a contar de 03 de agosto de 2015.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou colocados a disposição dessa Secretaria, deverão cumprir a carga horária estabelecida para seus respectivos cargos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de agosto de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

FÓRUM COMSEA - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

FÓRUM DE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR VAGAS ABERTAS A CONCLUSÃO DO BIÊNIO 2013/2015 DO COMSEA

A comissão do Fórum de eleição do COMSEA reuniu-se no dia 05 de agosto de 2015, às 13h30min, para deferir ou indeferir as inscrições dos segmentos: a) 01 (um) movimento sindical, de empregados e patronal, urbano e rural; b) 01 (um) associação de classes profissionais e empresariais; c) 01 (um) instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município; d) 01 (um) movimentos populares organizados, associações comunitárias.

Todas as inscrições foram deferidas e seguem classificadas por segmentos:

a) 01 (um) movimento sindical, de empregados e patronal, urbano e rural:
• Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador e Macieira- SITRUC.

b) 01 (um) associação de classes profissionais e empresariais:
• Associação dos Psicólogos de Caçador e Região- APSIC.

c) 01 (um) instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município:
• Igreja Adventista do Sétimo Dia;

d) 01 (um) movimentos populares organizados, associações comunitária:

- Cooperativa Mãos que lutam de Caçador;
- União das Associações de Moradores de Caçador- UAMC;
- Associação Regional Cultural Herdeiros do Contestado.

Caçador, 05 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 25.697

PORTARIA Nº 25.697, de 30 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1236	Lucianita Furlanetto	Professor Ensino Fundamental I	001 _ FMEC	1/3	13/02/2005 a 13/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
30 de junho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.715

PORTARIA Nº 25.715, de 13 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, LUCIARA GARCEZ COELHO, Matrícula 8339, cargo de Agente Municipal de Segurança e Trânsito, lotada na Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
12/03/2008 a 12/03/2013	01/07/2015 a 30/07/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de julho de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Alex Atolini Silva – Diretor Geral DITTESC.

PORTARIA Nº 25.724

PORTARIA Nº 25.724, de 14 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
3860	Lucinei Xavier Paes	Assistente Administrativo	002 – FMC	1/3	19/05/2003 a 19/05/2008

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
14 de julho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.727

PORTARIA Nº 25.727, de 14 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria Lotação/ Exercício	Conv.	Período Aquisitivo
1963	Silvio dos Santos Varela	Operador de Máquinas	003/007	1/3	21/02/2005 a 21/02/2010

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
14 de julho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Eduardo Scapinelli
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL.

PORTARIA Nº 25.794

PORTARIA Nº 25.794, de 03 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a cidadã FLÁVIA LUIZA FRANCO ROTTA, no cargo em comissão de Secretária Executiva do Gabinete da Vice-Prefeita do "Grupo Ocupacional - Comissão", referência CC-5, no Gabinete da Vice-Prefeita, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 03 de agosto de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de agosto de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90-2015 D.L. Nº 11-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90-2015 D.L. Nº 11-2015 – PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2015, Objeto – LOCAÇÃO DAS ESTRUTURAS DA SOCIEDADE CAÇADORENSE DE BOCHAS em Caçador, inscrita no CNPJ – 83,059,808/0001-71, Com sede no município de Caçador – SC, para Realização das Competições dos Jogos Escolares de Santa Catarina 2015 Etapa Estadual, A Realizar-se nos dias 08 e 09 de agosto de 2015, pelo valor total de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), prazo 60(sessenta) dias, nos termos, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 04 de agosto de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 21 CMAS

Resolução 21/2015 de 28 de julho de 2015

Dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes do CMAS Gestão 2015/2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, nos Artigos. 1º e 4º, e em consonância com a Lei federal nº 8.742/93;

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada no dia vinte e oito de julho de dois mil e quinze, Ata nº 253.

Resolve:

Art. 1º Compôr as Comissões permanentes do CMAS, conforme segue:

I. COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

- Governamental:
- Governamental:
- Não-Governamental:
- Não Governamental:

II. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Governamental:
- Governamental:
- Não-Governamental:
- Não Governamental:

III. COMISSÃO DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANÇAS

- Governamental:
- Governamental:
- Não-Governamental:
- Não-Governamental:

IV. COMISSÃO DE INSCRIÇÃO

- Governamental:
- Governamental:
- Não-Governamental:
- Não-Governamental:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 28 de julho de 2015.
Arlete Torrezan
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Camboriú

PREFEITURA

PR 13/15 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015-FUNDESB – LICITAÇÃO DIFERENCIADA –COTA RESERVADA PARA O ITEM 02

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETRO MULTIJATO PARA SER APLICADO NA MANUTENÇÃO, DRENAGEM E NA PREPARAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E ANDAMENTO DAS OBRAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 20 (Vinte) de Agosto de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 05 de Agosto de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

PR 22/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2015-FMAS- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TARIFA MENSAL DE ACESSO A INTERNET BANDA LARGA, COM VELOCIDADE DE 4MB COM IP FIXO. POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E PARA O CENTRO DE APOIO Á FAMÍLIA ADÃO DA ROSA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Agosto de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 05 de Agosto de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.210 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.210 DE 05 DE AGOSTO DE 2015
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 108 de 25 de Setembro de 2014, em seu Artigo 1º; Decreta:

Art.1º) Nomear o Sr. RODRIGO IDALÊNCIO, Matrícula Funcional nº 000829, Registro no Sistema sob nº 955507, ao Cargo Público e na Função de Instrutor de Música, a partir de 03 de Agosto de 2015, Categoria Funcional Atividades de Nível Médio, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, a qual autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 599,36 (quinhentos e noventa e nove reais, trinta e seis centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. RODRIGO IDALÊNCIO, aprovado em 1º lugar no Concurso Público Municipal nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 9.057 em data de 16 de Junho de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ADITIVO CONTRATUAL 97/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 97/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 045PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 43/2014 (originado do Processo Licitatório nº 98/2013, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 43/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

OITAVO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 43/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 43/2014 fica prorrogado por 60 (sessenta) dias até o dia 03 de outubro de 2015, contando a partir de 04 de agosto de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 43/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 03 de agosto de 2015.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
CONTRATANTE

PAULO JOSÉ DA SILVA JUNIOR
A.R.G. IDUSTRIAL LTDA
CONTRATADA

ADITIVO CONTRATUAL 98/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 98/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 044PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 30/2015 (originado do Processo Licitatório nº 125/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 30/2015, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 30/2015.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 30/2015 fica prorrogado por 30 (trinta) dias até o dia 04 de setembro de 2015, contando a partir de 05 de agosto de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 30/2015 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 03 de agosto de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	MARCION LUIZ VEIGA Bruvetec Engenharia e Construções Ltda CONTRATADA
---	--

ADITIVO CONTRATUAL 99/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 99/2015.

CONSIDERANDO o Ofício nº 043/2015, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando acréscimo e supressão de quantitativos ao contrato nº 30/2015;

CONSIDERANDO autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 30/2015 (originado do Processo Licitatório nº 125/2014, Tomada de Preços);

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, acrescentar e suprimir quantitativos ao Contrato nº 30/2015, conforme segue:

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada Secretária Municipal de Administração Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa BRUVETEC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.401.426/0001-70, com sede a Rua Roberto Martim, nº 170, Centro, cidade de Rio Negrinho - SC, representada por Marcion Luiz Veiga, CPF nº 765.255.469-15, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 125/2014, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

ACRESCE ao contrato nº 30/2015 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

ITEM	ADITIVO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	BDI (%) - 25,22%*	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
1.0	SERVIÇOS INICIAIS						
2.0	BALCÃO						
	BALCÃO AÉREO EM MDF 15 MM NA COR BRANCO MEDIDAS DE 2,75 X 0,50	und	1,00	R\$ 1.680,50	25,22%	R\$ 1.680,50	R\$ 2.104,32
	BALCÃO COM GAVETEIROS E PÉS AÉREOS EM MDF BRANCO 15 MM TAMANHO 2,75 0,50 M	und	1,00	R\$ 1.960,00	25,22%	R\$ 1.960,00	R\$ 2.454,31
						TOTAL	R\$ 4.558,63
3.0	ESQUADRIAS						
	PORTAS DE ALUMINIO EM VENEZIANAS (3 UNIDADES)	m²	2,70	R\$ 433,60	25,22%	R\$ 1.170,72	R\$ 1.465,98
				TOTAL	R\$ 1.170,72	R\$ 1.465,98	
4.0	BANHEIRO MASCULINO						
	TORNEIRA CROMADA LONGA 1/2" OU 3/4" PADRÃO POPULAR	und	4,00	R\$ 51,00	25,22%	R\$ 204,00	R\$ 255,45
	ENGATE FLEXIVEL CROMADO	und	4,00	R\$ 26,00	25,22%	R\$ 104,00	R\$ 130,23
	SIFÃO PLASTICO	und	4,00	R\$ 8,50	25,22%	R\$ 34,00	R\$ 42,57
	RETIRAR MICTORIOS	cj	4,00	R\$ 30,00	25,22%	R\$ 120,00	R\$ 150,26
	MICTORIO EM AÇO COMPRIMENTO 1,50 M	und	2,00	R\$ 478,00	25,22%	R\$ 956,00	R\$ 1.197,10
	SUBSTITUIÇÃO DE BATENTES DAS PORTAS	und	13,00	R\$ 45,00	25,22%	R\$ 585,00	R\$ 732,54

	FECHADURA COMPLETA PADRÃO POPULAR	und	4,00	R\$ 67,00	25,22%	R\$ 268,00	R\$ 335,59
						TOTAL	R\$ 2.843,75
5.0	BANHEIRO FEMININO						
	TORNEIRA CROMADA LONGA 1/2" OU 3/4" PADRÃO POPULAR	und	5,00	R\$ 50,00	25,22%	R\$ 250,00	R\$ 313,05
	ENGATE FLEXIVEL CROMADO	und	5,00	R\$ 26,00	25,22%	R\$ 130,00	R\$ 162,79
	SIFÃO PLASTICO	und	5,00	R\$ 8,50	25,22%	R\$ 42,50	R\$ 53,22
	SUBSTITUIÇÃO DE BATENTES DAS PORTAS	und	13,00	R\$ 45,00	25,22%	R\$ 585,00	R\$ 732,54
	FECHADURA COMPLETA PADRÃO POPULAR	und	4,00	R\$ 67,00	25,22%	R\$ 268,00	R\$ 335,59
						TOTAL	R\$ 1.597,18
6.0	PRE ESCOLA						
	LUMINARIA 2X40W	und	15,00	R\$ 22,00	25,22%	R\$ 330,00	R\$ 413,23
	REATOR ELETROMAGNETICO	und	15,00	R\$ 33,00	25,22%	R\$ 495,00	R\$ 619,84
	SOQUETE	und	15,00	R\$ 5,50	25,22%	R\$ 82,50	R\$ 103,31
	LAMPADA TUBULAR COMUM	und	30,00	R\$ 3,80	25,22%	R\$ 114,00	R\$ 142,75
	TOMADA 20 A	und	11,00	R\$ 8,50	25,22%	R\$ 93,50	R\$ 117,08
	CHAVE 2 TC	und	3,00	R\$ 8,50	25,22%	R\$ 25,50	R\$ 31,93
	CHAVE 1 TC	und	4,00	R\$ 8,50	25,22%	R\$ 34,00	R\$ 42,57
	DISJUNTOR 1X25 A	und	6,00	R\$ 9,50	25,22%	R\$ 57,00	R\$ 71,38
	FIO 1,5 MM2	m	200,00	R\$ 2,30	25,22%	R\$ 460,00	R\$ 576,01
	FIO 2,5 MM2	M	300,00	R\$ 3,40	25,22%	R\$ 1.020,00	R\$ 1.277,24
	FIO 6,0 MM2	m	150,00	R\$ 4,60	25,22%	R\$ 690,00	R\$ 864,02
	ELETRODUTO LEVE FLEXIVEL	m	50,00	R\$ 3,90	25,22%	R\$ 195,00	R\$ 244,18
	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PROF. ATE 1 M	m3	12,00	R\$ 31,00	25,22%	R\$ 372,00	R\$ 465,82
	TUBO DE PVC 100 MM - REDE PLUVIAL	m	17,00	R\$ 6,40	25,22%	R\$ 108,80	R\$ 136,24
						TOTAL	R\$ 5.105,60
TOTAL	R\$ 15.571,13						

Considerando a tabela acima, ACRESCE-SE o valor de R\$ 15.571,13 (quinze mil quinhentos e setenta e um reais e treze centavos). EMPE-NHE-SE o valor referente o acréscimo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 30/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 04 de agosto de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	MARCION LUIZ VEIGA Bruvetec Engenharia e Construções Ltda CONTRATADA
---	--

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 050/2015

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 050/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: MARIA CARMEM ONGHERO, Enfermeiro, portadora do CPF/MF nº 357.588.489-72, residente domiciliada na Rua Mario Os-mar Link, nº 220, Bairro Mato Preto, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso, IX e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 06 de Agosto de 2015;

Término: 18 de Dezembro de 2015.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 3.116,75 (Três mil cento e dezesseis reais e setenta e cinco centavos)



LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do Contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste Contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 06 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARIA CARMEM ONGHERO Contratada
--	------------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CONVOCAÇÃO Nº 122/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

CONVOCAÇÃO Nº 122/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DENISE IOHANSON, inscrito no CPF/MF sob nº 059.579.289-84, aprovada em 22º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I, na Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 08 de Agosto de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 05 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 9.211 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.211 DE 05 DE JULHO DE 2015

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 011 e 012 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de Julho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal
LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 011 DE 24 DE JULHO DE 2015

“APROVA AS METAS PACTUADAS NO SISPACTO REFERENTE AO ANO DE 2015.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião extraordinária realizada no dia 24 de julho de 2015, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS do Município de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovadas as metas pactuadas no SISPACTO referente ao ano de 2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de Julho de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 012 DE 24 DE JULHO DE 2015

“APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTOS DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião extraordinária realizada no dia 24 de julho de 2015, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra “h” do Regimento Interno do CMS do Município de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado a publicação de EDITAL PÚBLICO para Credenciamento de Clínicas e Profissionais para a Prestação de Serviços em Exames Especializados, descritos no Anexo I, parte integrante desta Resolução, com valores diferenciados da Tabela SUS.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de Julho de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ANEXO I

EXAMES ESPECIALIZADOS

CÓDIGO	EXAMES	VALOR SUS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PRE-VISTA
02.05.01.001-6	Ecocardiografia de Estresse		200,00	05
	Ecocardiografia Transtoracica		200,00	03
02.11.02.006-0	Teste Ergométrico		150,00	02
02.11.02.004-4	Holter		250,00	02
	Mapa		250,00	01

DECRETO Nº 9.212 DE 06 DE AGOSTO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.212 DE 06 DE AGOSTO DE 2015
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IX Artigo 300 e suas alterações;

Art.1º) Nomear a Srª. MARIA CARMEM ONGHERO, Registro no Sistema sob nº 955513, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos, Nível 6 Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 3.116,75 (três mil, cento e dezesseis reais, setenta e cinco centavos) mensais, pelo período de 06 de Agosto de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

§ 1º) A contratação de que trata o caput deste Artigo para atender interesse público prevista nos Incisos VII e IX do Art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006/02, em substituição a Servidora Titular, que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde.

§ 2º) A contratação em virtude da Contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 001/2015, em 6º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de Junho de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.213 DE 06 DE AGOSTO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.213 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O PROCESSO ELEITORAL DO IPRECAL DO CORRENTE EXERCÍCIO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com base no Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e Artigo 19 do Regimento para Eleições do IPRECAL; Decreta:

Art.1º) Em face do Processo Eleitoral, para escolha dos membros que comporão os Conselhos Administrativo e Fiscal do IPRECAL, e de acordo com as determinações contidas no Regimento Interno Eleitoral, DESIGNA os seguintes Servidores Públicos Municipais efetivos para exercerem a função de Presidente e Mesário, das Urnas Eleitorais nos seguintes locais: Sede do Instituto de Previdência

Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre/SC. - IPRECAL, e para as Urnas Eleitorais Itinerantes nos Distritos de Bateias de Baixo e Fragosos:

URNA NA SEDE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL:

CAMILA BRAUN MACHADO – Presidente;

MARLI AUGUSTIN – Mesária.

URNA ITINERANTE NO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO:

GILSON OMAR BRUNNQUELL – Presidente;

LUCIANE FUCKNER WALTMANN – Mesária.

URNA ITINERANTE NO DISTRITO DE FRAGOSOS:

ELAINE MARTINS – Presidente;

SIDNEY DALA MEA – Mesário.

Art.2º) Designar para o exercício na função de Fiscais Eleitorais, para zelar o perfeito andamento das Eleições e a régia aplicação do Regimento Interno Eleitoral, os seguintes Servidores Públicos Municipais:

* ANA CLAUDIA VIEIRA LIMA – Matrícula nº 000726;

* EVELTON MICHEL SCHULZE – Matrícula nº 000774;

* MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA – Matrícula nº 000252.

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único: Os Servidores Públicos Municipais designados no Art. 2º deste Decreto, ficam autorizados a dirigir os seguintes veículos oficiais:

UNO PLACA MHB-5082 Nº DA FROTA 0071;

UNO PLACA MGM-2359 Nº DA FROTA 0073.

Art.3º) A data das Eleições do IPRECAL será em data de 07 de Agosto do corrente ano, no horário das 07:00 às 15:00 Horas.

Art.4º) Este Decreto será publicado em locais de grande circulação de Servidores Públicos Municipais, no Mural da sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. – IPRECAL e no Mural da sede do Poder Executivo Municipal “Prefeitura” do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015 E PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015 EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ÚNICO.

GABINETE DO PREFEITO

**EDITAL DE RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO
CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015 E PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015
EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ÚNICO.**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Resultado Final e Homologação do Concurso Público nº 004/2015 e Processo Seletivo nº 002/2015 em Procedimento Administrativo Único, que será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, laborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigentes e pertinentes.

Art.1º Constam no Anexo I deste Edital, planilha com a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO FINAL do Concurso Público Municipal nº 004/2015 e Processo Seletivo nº 002/2015 em Procedimento Administrativo Único.

Art.2º Não houve recursos interpostos contra o Resultado Preliminar.

Art.3º Em Consonância com a legislação vigente, à vista do resultado final do concurso Público Municipal nº 004/2015 e Processo Seletivo nº 002/2015 em Procedimento Administrativo, considerando que foram aplicados todos os princípios funcionais, tais quais a legalidade, isonomia, impessoalidade, publicidade, moralidade, inerentes a todos os certames, e que o parecer da Comissão Fiscalizadora do concurso Público Municipal nº 004/2015 e Processo Seletivo nº 002/2015 em Procedimento Administrativo é favorável, fica HOMOLOGADO o concurso Público Municipal nº 004/2015 e Processo Seletivo nº 002/2015 em Procedimento Administrativo surtindo todos os efeitos legais. Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no Mural do Poder Executivo Municipal sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., sito a Rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro, e ainda, publicado na íntegra nos seguintes endereços eletrônicos: www.campoalegre.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br

Campo Alegre/SC., 04 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I**CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015 E PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015
EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ÚNICO****RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO**

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Data Nasc.	Nota	Classificação
04	SANTOS DANTE PINAN ROQUE	Médico I	02/11/64	10	1º
02	RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO	Médico I	08/12/66	10	2º
12	PEDRO VINICIUS JALES DE ARAUJO	Médico I	21/01/88	8	3º

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Data Nasc.	Nota	Classificação
01	RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO	Médico II	08/12/66	10	1º
07	FRANCISCO JOSÉ CARVALHO VIEIRA	Médico II	12/07/61	AUSENTE	-----
09	JAIME RIBEIRO FREITAS	Médico II	01/02/90	AUSENTE	-----
11	FELIPE AUGUSTO PALOMBO	Médico II	01/11/82	AUSENTE	-----
13	PEDRO VINICIUS JALES DE ARAUJO	Médico II	21/01/88	8	2º
15	GUSTAVO OLAVO STEVAN TIMOTHEO	Médico II	13/08/81	7	3º
17	DANIEL JOAQUIM COUTINHO	Médico II	24/09/74	AUSENTE	-----

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Data Nasc.	Nota	Classificação
14	SÔNIA MOURA MELO	Médico III - Gineco- logista	04/02/51	7	1º

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Data Nasc.	Nota	Classificação
03	JEURI ANTONIO VARGAS PLASENCIA	Médico IV	22/07/84	6	1º
05	SANTOS DANTE PINAN ROQUE	Médico IV	02/11/64	5	2º
06	EDIMBURGO DE LIMA MOURA	Médico IV	30/05/53	AUSENTE	-----
08	FRANCISCO JOSÉ CARVALHO VIEIRA	Médico IV	12/07/61	AUSENTE	-----
10	JAIME RIBEIRO FREITAS	Médico IV	01/02/90	AUSENTE	-----

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONTRATADO: MARIA CARMEM ONGHERO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de Agosto de 2015 até 18 de Dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº 006, de 19 de Setembro de 2002 e alterações.

FUNÇÃO: ENFERMEIRO

CARGA HORÁRIA: 40 Horas Semanais

SALÁRIO BASE: R\$ 3.116,75 (Três mil cento e dezesseis reais e setenta e cinco centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 06 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 011 DE 24 DE JULHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 011 DE 24 DE JULHO DE 2015.

"APROVA AS METAS PACTUADAS NO SISPACTO REFERENTE AO ANO DE 2015."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião extraordinária realizada no dia 24 de julho de 2015, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS do Município de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovadas as metas pactuadas no SISPACTO referente ao ano de 2015.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de Julho de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal

de Saúde de Campo Alegre/SC.

RESOLUÇÃO Nº 012 DE 24 DE JULHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 012 DE 24 DE JULHO DE 2015.

"APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTOS DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião extraordinária realizada no dia 24 de julho de 2015, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado a publicação de EDITAL PÚBLICO para Credenciamento de Clínicas e Profissionais para a Prestação de Serviços em Exames Especializados, descritos no Anexo I, parte integrante desta Resolução, com valores diferenciados da Tabela SUS.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 24 de Julho de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Presidente do Conselho Municipal

de Saúde de Campo Alegre

Anexo I

EXAMES ESPECIALIZADOS

CÓDIGO	EXAMES	VALOR SUS	VALOR DIFERENCIADO	QTDE. PREVISTA
02.05.01.001-6	Ecocardiografia de estresse		200,00	05
	Ecocardiografia transtoracica		200,00	03
02.11.02.006-0	Teste Ergométrico		150,00	02
02.11.02.004-4	Holter		250,00	02
	Mapa		250,00	01

RESOLUÇÃO Nº 012 DE 24 DE JULHO DE 2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 012 DE 24 DE JULHO DE 2015

"APROVA A PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTOS DE CONSULTAS E EXAMES ESPECIALIZADOS."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião extraordinária realizada no dia 24 de julho de 2015, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS do Município de Campo Alegre/SC., no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado a publicação de EDITAL PÚBLICO para Credenciamento de Clínicas e Profissionais para a Prestação de Serviços em Exames Especializados, descritos no Anexo I, parte integrante desta Resolução, com valores diferenciados da Tabela SUS.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 24 de Julho de 2015.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ANEXO I

EXAMES ESPECIALIZADOS

CÓDIGO	EXAMES	VALOR SUS	VALOR DIFERENCIADO	QUANTIDADE PRE-VISTA
02.05.01.001-6	Ecocardiografia de Estresse		200,00	05
	Ecocardiografia Transtoracica		200,00	03
02.11.02.006-0	Teste Ergométrico		150,00	02
02.11.02.004-4	Holter		250,00	02
	Mapa		250,00	01

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.311/15

PORTARIA Nº 1.311/15 DE 04/08/15

ABRE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Sindicância para apurar eventual responsabilidade do servidor AMARILDO MACHADO, que no dia 31 de julho de 2015, infringiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; fato ocorrido devido ao seguinte motivo:

· Quando lhe foi solicitado para executar com urgência um serviço (liberação de via pública na Comunidade de São Francisco), o mesmo desobedeceu e ignorou a ordem de seu superior Loireno Tesser.

Art. 2º A comissão permanente de sindicância nomeada pela Portaria nº 280/15 de 09/02/2015 terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório conclusivo dos trabalhos.

Art 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MÊS 07/2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Julho
Página: 1/9

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subst. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	711.513,86D	238.136,04	193.477,50	756.172,40D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	329.828,46D	238.136,04	193.477,50	374.487,00D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	325.208,46D	237.886,04	193.277,50	369.817,00D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	325.208,46D	237.886,04	193.277,50	369.817,00D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	325.208,46D	237.886,04	193.277,50	369.817,00D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÍTAIS CONTAS	325.208,46D	237.886,04	193.277,50	369.817,00D
1.1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÍTAIS CONTAS	325.208,46D	237.886,04	193.277,50	369.817,00D
1.1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	325.208,46D	237.886,04	193.277,50	369.817,00D
1.1.1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL	325.208,46D	237.886,04	193.277,50	369.817,00D
1.1.3	P	F	DEBÍTAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	200,00	200,00	0,00
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	0,00	200,00	200,00	0,00
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	200,00	200,00	0,00
1.1.3.1.1.1	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	200,00	200,00	0,00
1.1.9			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	4.620,00D	50,00	0,00	4.670,00D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	4.620,00D	50,00	0,00	4.670,00D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	4.620,00D	50,00	0,00	4.670,00D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	381.685,40D	0,00	0,00	381.685,40D
1.2.3			IMOBILIZADO	381.685,40D	0,00	0,00	381.685,40D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	262.824,58D	0,00	0,00	262.824,58D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	262.824,58D	0,00	0,00	262.824,58D
1.2.3.1.1.01			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	62.826,96D	0,00	0,00	62.826,96D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.2.3.1.1.01.05 (42866)	P	P	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.297,00D	0,00	0,00	2.297,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	49.441,96D	0,00	0,00	49.441,96D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42885)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	49.441,96D	0,00	0,00	49.441,96D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	49.778,91D	0,00	0,00	49.778,91D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	49.778,91D	0,00	0,00	49.778,91D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42888)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	49.778,91D	0,00	0,00	49.778,91D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	127.202,91D	0,00	0,00	127.202,91D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	39.722,42D	0,00	0,00	39.722,42D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	87.101,49D	0,00	0,00	87.101,49D
1.2.3.1.1.04			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	20.036,80D	0,00	0,00	20.036,80D
1.2.3.1.1.04.02 (42896)	P	P	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	19.154,80D	0,00	0,00	19.154,80D
1.2.3.1.1.99			DEBÍTAIS BENS MÓVEIS	2.979,00D	0,00	0,00	2.979,00D
1.2.3.1.1.99.99			OUTROS BENS MÓVEIS	2.979,00D	0,00	0,00	2.979,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.2.3.1.1.99.99.02 (42929)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.2.3.2			BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1.01.02 (43010)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balanço de Verificação - 2015

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Julho
 Página: 2/9

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.859,85C	225.274,35	225.350,25	376.935,75C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	480,35C	225.274,35	225.350,25	556,25C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAG	0,00	166.924,74	166.924,74	0,00
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	0,00	115.855,55	115.855,55	0,00
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	115.855,55	115.855,55	0,00
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	115.855,55	115.855,55	0,00
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	115.855,55	115.855,55	0,00
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	27.011,65	27.011,65	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	27.011,65	27.011,65	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	27.011,65	27.011,65	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	24.057,54	24.057,54	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFFS - UNIÃO	0,00	24.057,54	24.057,54	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	24.057,54	24.057,54	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	24.057,54	24.057,54	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	23.397,62	23.397,62	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	23.397,62	23.397,62	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	23.397,62	23.397,62	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	23.397,62	23.397,62	0,00
2.1.3.1.1.01.01			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	23.397,62	23.397,62	0,00
2.1.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	480,35C	34.951,99	35.027,89	556,25C
2.1.8.1			VALORES RESTITUIVEIS	480,35C	34.951,99	35.027,89	556,25C
2.1.8.1.01			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	480,35C	34.951,99	35.027,89	556,25C
2.1.8.1.01.02 (43538)			CONSIGNAÇÕES	480,35C	31.888,95	31.964,85	556,25C
2.1.8.1.01.04 (47959)	P	F	INSS	0,00	7.747,45	7.747,45	0,00
2.1.8.1.01.04 (43544)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	15.487,58	15.487,58	0,00
2.1.8.1.01.08 (43544)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	0,00	15.487,58	15.487,58	0,00
2.1.8.1.01.99 (47963)	P	F	ISS	480,35C	0,00	75,90	556,25C
2.1.8.1.01.99.01 (47963)	P	F	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	8.653,92	8.653,92	0,00
2.1.8.1.01.99.02 (47964)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	5.908,69	5.908,69	0,00
2.1.8.1.01.99.05 (47967)	P	F	TIM - CELULARES	0,00	24,29	24,29	0,00
2.1.8.1.04 (43566)	P	F	SICOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.720,94	2.720,94	0,00
2.3			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	3.063,04	3.063,04	0,00
2.3.1			DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	3.063,04	3.063,04	0,00
2.3.1.1			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
			PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balanço de Verificação - 2015

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Julho
 Página: 3/9

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.074.091,99D	190.208,36	0,00	1.264.300,35D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	758.937,87D	139.913,09	0,00	898.850,96D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	628.863,18D	115.855,55	0,00	744.718,73D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	628.863,18D	115.855,55	0,00	744.718,73D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - O	628.863,18D	115.855,55	0,00	744.718,73D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	622.610,47D	114.817,17	0,00	737.427,64D
3.1.1.1.1.01 (44199)			VENCIMENTOS E SALÁRIOS	622.610,47D	114.817,17	0,00	737.427,64D
3.1.1.1.1.02	P		OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	6.252,71D	1.038,38	0,00	7.291,09D
3.1.1.1.1.02.03 (44236)	P		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	6.252,71D	1.038,38	0,00	7.291,09D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	130.074,69D	24.057,54	0,00	154.132,23D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	130.074,69D	24.057,54	0,00	154.132,23D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	130.074,69D	24.057,54	0,00	154.132,23D
3.1.2.2.3.01 (44352)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	130.074,69D	24.057,54	0,00	154.132,23D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	156.271,38D	27.011,65	0,00	183.283,03D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	156.271,38D	27.011,65	0,00	183.283,03D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	156.271,38D	27.011,65	0,00	183.283,03D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	156.271,38D	27.011,65	0,00	183.283,03D
3.2.1.1.1.01 (44423)	P		PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	156.271,38D	27.011,65	0,00	183.283,03D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	158.882,74D	23.283,62	0,00	182.166,36D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	38.043,26D	1.899,76	0,00	39.943,02D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	38.043,26D	1.899,76	0,00	39.943,02D
3.3.1.1.1			COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	38.043,26D	1.899,76	0,00	39.943,02D
3.3.1.1.1.01 (44500)	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.955,54D	207,03	0,00	2.162,57D
3.3.1.1.1.16 (44513)	P		MATERIAL DE COPIA E COZINHA	1.161,28D	0,00	0,00	1.161,28D
3.3.1.1.1.17 (44514)	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.687,00D	0,00	0,00	2.687,00D
3.3.1.1.1.21 (44518)	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	2.469,43D	1.238,73	0,00	3.708,16D
3.3.1.1.1.22 (44519)	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	759,15D	0,00	0,00	759,15D
3.3.1.1.1.26 (44523)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1.890,77D	34,00	0,00	1.924,77D
3.3.1.1.1.39 (44534)	P		MATERIAL TÉCNICO PARA SELEÇÃO E TREINAMENTO	14.080,40D	420,00	0,00	14.500,40D
3.3.1.1.1.45 (44540)	P		BILHETES DE PASSAGEM	1.160,00D	0,00	0,00	1.160,00D
3.3.1.1.1.49 (44543)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	5.351,31D	0,00	0,00	5.351,31D
3.3.1.1.1.99 (44556)	P		SERVIÇOS	6.528,38D	0,00	0,00	6.528,38D
3.3.2			DIÁRIAS	120.839,48D	21.383,86	0,00	142.223,34D
3.3.2.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	31.160,00D	4.000,00	0,00	35.160,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	31.160,00D	4.000,00	0,00	35.160,00D
3.3.2.1.1.01 (44572)	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	31.160,00D	4.000,00	0,00	35.160,00D
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	1.994,25D	208,00	0,00	2.202,25D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	1.994,25D	208,00	0,00	2.202,25D
3.3.2.2.1.05 (44592)	P		SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	100,00D	40,00	0,00	140,00D
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	1.894,25D	168,00	0,00	2.062,25D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	87.685,23D	17.175,86	0,00	104.861,09D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	87.685,23D	17.175,86	0,00	104.861,09D
3.3.2.3.1.04 (44638)	P		COMUNICAÇÃO	4.770,00D	1.590,00	0,00	6.360,00D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	750,00D	120,00	0,00	870,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS,	7.757,78D	1.619,69	0,00	9.377,47D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	7.731,46D	1.319,29	0,00	9.050,75D

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Julho
Página: 4/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACÃO	3.972,10D	665,00	0,00	4.637,10D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	4.237,00D	900,00	0,00	5.137,00D
3.3.2.3.1.31 (44665)	P		SERV/MEDICO - HOSPITALAR, ODONTOL E LABORATORIAIS	665,00D	0,00	0,00	665,00D
3.3.2.3.1.46 (44680)	P		SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	4.275,00D	0,00	0,00	4.275,00D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	53.526,89D	10.961,88	0,00	64.488,77D

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Julho
Página: 5/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.408.746,00C	0,00	234.791,00	1.643.537,00C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.408.746,00C	0,00	234.791,00	1.643.537,00C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.408.746,00C	0,00	234.791,00	1.643.537,00C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.408.746,00C	0,00	234.791,00	1.643.537,00C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	1.408.746,00C	0,00	234.791,00	1.643.537,00C

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Julho
Página: 6/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D
5.2.2.1.1.01 (46205)		O	CREDITO INICIAL	2.817.500,00D	0,00	0,00	2.817.500,00D

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Julho
Página: 7/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00C	570.967,08	570.967,08	2.817.500,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	2.817.500,00C	570.967,08	570.967,08	2.817.500,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00C	570.967,08	570.967,08	2.817.500,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	2.817.500,00C	570.967,08	570.967,08	2.817.500,00C
6.2.2.1.1 (46261)		O	CRÉDITO DISPONÍVEL	1.733.482,11C	190.290,36	32,00	1.543.223,75C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	1.084.017,89C	380.676,72	570.935,08	1.274.276,25C
6.2.2.1.3.01 (46267)		O	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	190.322,36	190.322,36	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)		O	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	190.322,36	190.322,36	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)		O	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	1.084.017,89C	32,00	190.290,36	1.274.276,25C

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Julho
Página: 8/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	1.419.587,48D	238.054,04	32,00	1.657.609,52D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.418.462,34D	237.854,04	0,00	1.656.316,38D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	1.418.462,34D	237.854,04	0,00	1.656.316,38D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	1.418.462,34D	237.854,04	0,00	1.656.316,38D
7.9			OUTROS CONTROLES	1.125,14D	200,00	32,00	1.293,14D
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.125,14D	200,00	32,00	1.293,14D
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.125,14D	200,00	32,00	1.293,14D
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	1.125,14D	200,00	32,00	1.293,14D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balanço de Verificação - 2015

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Julho
 Página: 9/9

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	1.419.587,48C	460.357,38	698.379,42	1.657.609,52C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.418.462,34C	459.989,38	697.843,42	1.656.316,38C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	1.418.462,34C	459.989,38	697.843,42	1.656.316,38C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	1.418.462,34C	459.989,38	697.843,42	1.656.316,38C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	324.728,11C	196.416,44	240.949,08	369.260,75C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	89.937,11C	196.416,44	240.949,08	134.469,75C
8.2.1.1.1.02 (46732)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - CRÉDITOS	234.791,00C	0,00	0,00	234.791,00C
8.2.1.1.1.02 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	0,00	190.322,36	190.322,36	0,00
8.2.1.1.3			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	480,35C	73.250,58	225.318,25	152.548,02C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	38.298,59	190.290,36	151.991,77C
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETEENÇÕES	480,35C	34.951,99	35.027,89	556,25C
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	1.093.253,88C	0,00	41.253,73	1.134.507,61C
8.9			OUTROS CONTROLES	1.125,14C	368,00	536,00	1.293,14C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	1.125,14C	368,00	536,00	1.293,14C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	1.125,14C	368,00	536,00	1.293,14C
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	1.125,14C	368,00	536,00	1.293,14C
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	0,00	200,00	200,00	0,00
8.9.1.2.1.02 (46828)	C		ADIANTAMENTOS A APROVAR	0,00	168,00	168,00	0,00
8.9.1.2.1.03 (46829)	C		ADIANTAMENTOS APROVADOS	1.125,14C	0,00	168,00	1.293,14C
TOTAL:				0,00	1.922.997,25	1.922.997,25	0,00

CAMPOS NOVOS, 05/08/2015

NELSON CARAFA
 PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ
 CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

SAMAE - CAMPOS NOVOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2015 - ALAIR MACIEL DOS SANTOS ME**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos quatorze dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Alair Maciel dos Santos ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Ermigio Dall'Oglio, nº52, na cidade de Campos Novos-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 12.869.522/0001-03, neste ato representada pelo Sr. Alair Maciel dos Santos portador do CPF nº 963.716.259-34, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de uniformes, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE UNIFORMES A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
07	Calças chapada masculina, vista com zíper, com 2 bolsos dianteiros, 02 bolsos traseiros e 01 bolso sanfonado, com tampa e velcro na lateral da perna esquerda, reforço na frente, com serigrafia de 10 cm (SAMAE) na perna direita, em tecido uniforte azul Royal 100% algodão, com faixa refletiva de 2,5cm nas pernas na cor prata mais tecido para o acabamento.	PÇ	130	30,96
08	Calças chapada feminina, com elástico, com 2 bolsos dianteiros, 02 bolsos traseiros e 01 bolso sanfonado, com tampa e velcro na lateral da perna esquerda, reforço na frente, com serigrafia de 10 cm (SAMAE) na perna direita, em tecido uniforte azul Royal 100% algodão, com faixa refletiva de 2,5cm nas pernas na cor prata mais tecido para o acabamento.	PÇ	15	30,96
09	Macacão, vista com botão, com 2 bolsos dianteiros e 02 bolsos traseiros, com serigrafia de 30 cm (SAMAE) nas costas, em tecido uniforte Azul Royal 100% algodão, com faixa refletiva de 2,5cm nas pernas na cor prata mais tecido para o acabamento.	PÇ	01	36,80
10	Camiseta masculina manga longa, gola polo, com punho, abertura 02 botões, com serigrafia costas 20 cm SAMAE Campos Novos e no bolso nome do funcionário, em malha PV (67% poliéster – 33% viscose), cor azul royal, com faixa refletiva de 2,5cm frente/costas na cor prata mais tecido para o acabamento.	PÇ	80	20,87
11	Camiseta masculina manga curta, gola polo, abertura 02 botões, com serigrafia costas 20 cm SAMAE Campos Novos e no bolso nome do funcionário, em malha PV (67% poliéster – 33% viscose), cor azul royal, com faixa refletiva de 2,5cm frente/costas na cor prata mais tecido para o acabamento.	PÇ	80	19,04
12	Camiseta feminina manga longa, gola redonda com serigrafia costas 20 cm SAMAE Campos Novos e no bolso nome do funcionário, em malha PV (67% poliéster – 33% viscose), cor azul royal, com faixa refletiva de 2,5cm frente/costas na cor prata mais tecido para o acabamento.	PÇ	10	16,78
13	Camiseta feminina manga curta, gola redonda com serigrafia costas 20 cm SAMAE Campos Novos e no bolso nome do funcionário, em malha PV (67% poliéster – 33% viscose), cor azul royal, com faixa refletiva de 2,5cm frente/costas na cor prata mais tecido para o acabamento.	PÇ	06	14,90
14	Jaqueta em tecido Austrália, impermeável, forrada com fibra de gramatura 100, vista com zíper, gola de 08 cm com 2 botões tip top em metal, com detalhes no peito e costas cor branca, bordado logotipo do SAMAE na manga esquerda e SAMAE mais nome do funcionário lado esquerdo do peito, cor azul marinho	PÇ	25	90,00
15	Suéter (blusa de lã) feminino e masculino na cor azul Moline Londres, 80% acrílico e 20% poliamida, ponto malha lisa, punhos de 6 cm, gaita 2/1 e acabamento do decote V em gaita 1/1, bordado SAMAE Campos Novos na cor branca, mais nome do funcionário, tamanho aproximado 03 cm, no lado esquerdo.	PÇ	40	80,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 02 (dois) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 14 de Julho de 2015.

Pela Contratante

Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2015 - BK CONFECÇÕES E COMÉRCIO LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos quatorze dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa BK Confecções e Comércio Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Cel. Farrapo, nº780, na cidade de Campos Novos-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.839.261/0001-25, neste ato representada pela Sra. Elaine Fernandes da Rosa Kemer, portadora do CPF nº 006.593.959-08, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de uniformes, descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE UNIFORMES A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
01	Calças Masculinas, modelo Jeans Tradicional em tecido Oregon Slin Índigo, lavagem Amaciado, composição 82% poliéster, 18% algodão/cotton, na cor Azul Jeans Escuro, com bordado na cor branco de 7 cm (SAMAE) na perna direita, costuras duplas na mesma cor do jeans, com 02 bolsos frontais e 02 traseiros, sem detalhes nos mesmos.	PÇ	50	86,99

02	Calças Femininas, modelo Jeans Tradicional em tecido Oregon Slin Índigo, lavagem amaciado, composição 98% algodão 02% Elastano, cor Azul Jeans Escuro, com bordado cor branco de 7 cm (SAMAE) na perna direita, costuras duplas na mesma cor do jeans, com 02 bolsos frontais fechados e 02 traseiros, sem detalhes nos mesmos.	PÇ	50	86,99
----	---	----	----	-------

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 02 (dois) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as

medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 14 de Julho de 2015.

Pela Contratante

Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2015 - CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos quatorze dias do mês de Julho do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa Cenci Equipamentos de Segurança Ltda, pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Darcy Longhi, nº385, na cidade de Bento Gonçalves-RS, inscrita no CNPJ sob o nº 94.987.930/0001-24, neste ato representada pelo Sr. Renato Cenci portador do CPF nº 438.043.910-72, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de uniformes, descritos a seguir, sujeitando-se

as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1 – A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE UNIFORMES A SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
03	Camisa masculina modelo tradicional, manga longa, na cor azul claro (a escolher) em tecido 35% poliéster e 65% algodão, com 01 bolso lado esquerdo, costura dupla nas laterais, bordado SAMAE Campos Novos, mais nome do funcionário, tamanho aproximado 3 cm, na cor azul marinho.	PÇ	35	39,96
04	Camisa masculina modelo tradicional, manga curta, na cor azul claro (a escolher), em tecido 35% poliéster e 65% algodão com 01 bolso lado esquerdo, costura dupla nas laterais, bordado SAMAE Campos Novos, mais nome do funcionário, tamanho aproximado 3 cm, na cor azul marinho.	PÇ	65	36,37
05	Camisa feminina modelo tradicional, manga longa, na cor azul claro(a escolher), em tecido 35% poliéster e 65% algodão, constura dupla nas laterais, bordado SAMAE Campos Novos, mais nome do funcionário, tamanho aproximado 03 cm no lado esquerdo na cor azul marinho, punho com 7,5 cm, com 02 botões. Observação: gola e punho sem entretela, somente tecido.	PÇ	15	36,37
06	Camisa feminina modelo tradicional, manga curta, na cor azul claro (a escolher), em tecido 35% poliéster e 65% algodão, bordado SAMAE Campos Novos, mais nome do funcionário, tamanho aproximado 03 cm no lado esquerdo na cor azul marinho, punho com 7,5 cm, com 02 botões. Observação: gola e punho sem entretela, somente tecido.	PÇ	20	32,48

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 – O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's- Certidões Negativas de Débitos- em anexo.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;

b) fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ENTREGAS

5.1– Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 02 (dois) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3– Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I – convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II – frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I – liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II – convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS dos exercícios de 2015 e 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos (SC), 14 de Julho de 2015.

Pela Contratante

Pela Contratada

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF – 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF – 693.438.029-00

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015

A Prefeitura do Município de Canoinhas através da Secretaria Municipal da Assistência Social – SEMAS convoca as entidades representantes da sociedade civil, para participarem do V FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, quando será realizada a eleição para a composição do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM para o período de dois anos.

REGULAMENTO DA ELEIÇÃO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

I – DA DISPOSIÇÃO INICIAL

1º - As entidades representantes da sociedade civil, dos órgãos não - governamentais, serão eleitos em foro próprio, especificamente convocado pelo Prefeito Municipal.

2º - Somente será admitida a participação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

II – DA HABILITAÇÃO

1º - Estão habilitadas para a inscrição e composição do CMDM as entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento, que preferencialmente atuam nas Políticas Públicas para mulheres e na defesa dos direitos da mulher.

III – CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES

1º - O credenciamento das entidades interessadas em compor o CMDM, com exceção dos representantes do governo municipal que serão indicados pelo Prefeito Municipal, será efetuado junto à Secretaria Municipal de Assistência Social – Prefeitura Municipal de Canoinhas, sito a rua Três de Maio nº 146 – Centro – Fone: 47 – 3621-7750, no período de 29/07/15 à 07/08/2015, das 8h às 12h e das 13:30h às 15:30h, através de formulário específico fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no local da inscrição.

IV – DA ELEIÇÃO

1º A eleição será realizada no dia 11 de agosto de 2015 com início às 9:00, tendo como local a Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Canoinhas, 2º piso, sito a rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro de Canoinhas-SC.

2º - A mesa eleitora será composta por:

- Secretária Municipal de Assistência Social
- 2 Técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social
- 1 Representante da última gestão do CMDM

3º - As entidades não governamentais serão aclamadas pelo próprio fórum;

4º - A nomeação dos membros efetivos e suplentes se dará em ato próprio pelo Prefeito Municipal;

5º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito;

6º - Poderão ser convidadas para participar do CMDM entidades governamentais representantes do Governo Estadual e Federal;

7º - As entidades da sociedade civil, dos órgãos não governamentais municipal e dos órgãos Governamentais Estadual e Federal (se houver) terão o prazo de 10 (dez) dias para indicar os seus representantes;

8º - Se houver somente 6 (seis) inscrições de entidades não governamentais, a eleição será por aclamação, havendo um número superior a seis será realizada a eleição.

V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1º As entidades credenciadas terão direito à 01 (um) delegado com direito a voz e voto, e o Poder Executivo Municipal terá direito a

voto através de um representante credenciado.

2º - A eleição dar-se-á por voto direto, secreto e maioria simples.

3º - A apuração será feita no mesmo dia da eleição pela mesa eleitoral

Canoinhas SC 29 de julho de 2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

EDITAL Nº. 057/2015

EDITAL Nº. 057/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 8 de novembro de 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de

cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
n) 1 Fotografia 3X4 recente;
o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 30 de julho de 2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em exercício.

EDITAL Nº. 057/2015

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR SALA AEE
FERNANDA ISFAIR DA CUNHA PINTO
JULIANA IARROCHESKI

CARGO: EDUCADOR SOCIAL
ALTAMIR MOREIRA BUENO

EDITAL Nº. 058/2015

EDITAL Nº. 058/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua

automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 30 de julho de 2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em exercício.

EDITAL Nº. 058/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

PATRICIA REGINA WYPYCK

EDITAL Nº. 059/2015

EDITAL Nº. 059/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 8 de novembro de 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital),

aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do

profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 03 de agosto de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGADT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 059/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: CALCETEIRO

JEFERSON LUIZ DE PAULA

PEDRO SCHUPEL SOBRINHO SEGUNDO

CARGO: MOTORISTA

JEAN CARLO HOHMANN

MARCIO GEOVANI DOBRYCHTOP

JULIANO ARTNER

RODRIGO DOS SANTOS

JULIO SAVITZKI

ERRATA DA PUBLICAÇÃO REALIZADA NESTE VEÍCULO, NA PÁGINA N.º 114 DA EDIÇÃO N.º 1798 DO DIA 04/08/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. FMS 22/2015

TOMADA DE PREÇO N.º FMS 01/2015

ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que na publicação realizada neste veículo, na página n.º 114 da Edição n.º 1.798 do dia 04/08/2015, referente a divulgação da Publicação da ata da reunião da Tomada de Preço n.º FMS 01/2015, onde lia-se, PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º FMS 05/2015, leia-se, PUBLICAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º FMS 01/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2015

- DECISÃO -

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2014

TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2014

CONTRATO Nº. 22/2015 O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito, Luiz Alberto Rincoski Faria, vem através desta, fundamentado no art. 87 da Lei nº. 8666/93 e nas cláusulas constantes no contrato nº. 11/2011, notificá-lo da rescisão contratual cumulada com aplicação da sanção administrativa prevista no art. 87 inciso III da Lei Federal 8666/93, em face da empresa ACIPRASC CONTROLE SANITÁRIO

LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº. 10.842.415/0001-66, na pessoa de seu representante legal, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor e, ao final, determinar.

DOS FATOS EM RETROSPECÇÃO

A empresa notificada restou vencedora do Processo de Licitação nº. 48/2014 – Tomada de Preço nº. FMS 07/2014, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços como combate e controle de pragas urbanas, descupinização, desratização e limpeza de caixa d'água.

Contudo, a referida empresa prestou seus serviços de forma morosa, bem como significativos e constantes atrasos na prestação de seus serviços.

Assim sendo, após ser devidamente Notificada, a referida empresa, através de resposta, apresentou justificativa infundada e insuficiente para afastar suas responsabilidades.

DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS PELA NOTIFICADA

Alega, em apertada síntese, que não é possível prestar serviços de dedetização das escolas do interior com apenas R\$ 43,60 por mês em cada unidade.

A mesma alega que os serviços só devem ser prestados quando houver necessidade de uma nova aplicação do produto, ou seja, quando houver necessidade.

Outrossim, destacou que a empresa fora contratada para prestar serviços semestrais de dedetização, e não mensais, e que havia conversado com o Sr. Paulo, chefe de licitações e explicado ao mesmo que as condições das estradas do interior eram péssimas, e o valor recebido não cobria as custas do deslocamento até as referidas escolas.

Valdemar Reinecke, Diretor Administrativo da empresa, afirma que em cada unidade escolar fora deixado um telefone (0800 645 0888) para que ligassem avisando quando houvesse necessidade de reforço na prestação dos serviços, e que nunca haviam recebido uma ligação, apenas recebiam ligações da Sra. Maria Conceição, responsável por entrar em contato com a empresa toda vez que a mesma não cumprisse com as suas obrigações editalícias.

Por fim, salientou que os serviços referentes ao ano passado foram cumpridos legalmente até o dia 31 de dezembro e que em janeiro o contrato fora prorrogado e da mesma forma os serviços foram realizados e pagos de Janeiro a Março, acrescentou também que os monitoramentos de Abril, Maio e Junho foram feitos e não pagos até o presente momento.

O diretor administrativo da empresa, solicitou que o contrato fosse rescindido de forma bilateral, sem multas e sem prejuízos para a empresa.

Sendo estes os argumentos apresentados pela Notificada.

DA DECISÃO

Destarte, consoante os argumentos apresentados, resta evidenciado o descumprimento das condições contratuais por parte da empresa Notificada com as cláusulas constantes no contrato, bem como com a legislação em vigor, tendo em vista que a Notificada, em sua tese de defesa, não apresenta argumentos pertinentes, uma vez que suas obrigações constavam no edital do Processo de Licitação nº 48/2014, as mesmas que não foram cumpridas.

Não restam dúvidas de que os serviços da empresa ACIPRASC CONTROLE SANITÁRIO LTDA ME, foram solicitados diversas vezes. O Diretor da empresa confirma que a Sra. Maria Conceição realizara diversas ligações, as quais tinham por finalidade alertá-los para que atendessem as suas obrigações editalícias.

Outrossim, destaco que deve estar incutida na mente dos contratantes é corolário do brocardo romano pacta sunt servanda,

segundo o qual o contrato faz lei entre as partes, colocando-se como regra geral a noção de que os contratos devem lograr ser cumpridos da maneira como foram avençados. As obrigações dele resultantes engendram no mundo fático para ter vida um tanto quanto efêmera, transitória. Conquanto sejam cumpridas, exaurem sua finalidade no campo social.

Ocorre que não impede que na decorrência da vigência do contrato, surjam controvérsias ou acontecimentos passíveis de influenciar o perfeito cumprimento do contrato. Uma obrigação que não seja cumprida, ou não o seja de forma satisfatória, ou ainda o atraso em seu cumprimento, prostra-se como célula doente no organismo social, de forma tal a acarretar latente perigo de contaminação ao organismo como um todo.

Assim, considerando a supremacia da Administração Pública sobre todos aqueles que a ela se vinculam e o dever do Estado de controlar o desempenho dos serviços públicos, bem como a boa execução dos contratados para prestar serviços, não resta outra alternativa senão a de rescindir o presente contrato e aplicar as penalidades conforme previsão legal.

DA SANÇÃO A SER APLICADA

Considerando a gravidade do descumprimento contratual ocorrido por parte da Empresa, e com base nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, é aplicável ao presente caso a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Por fim, diante da rescisão contratual com fundamento no art. 80, inciso II, determino à assunção dos serviços previstas no contrato FMS 22/2015, a partir dos primeiros instantes do dia 1º de agosto de 2015, no estado e local que se encontram, devendo o prefeito tomar todas as medidas necessárias para não interromper esses serviços essenciais.

Fixa-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso nos termos da lei, a contar da data de ciência do notificado. Diante do todo exposto, é esta para CIENTIFICAR Vossa Senhoria, da rescisão do contrato decorrente do processo de licitação nº 48/2014 –Tomada de Preço nº 07/2014, sendo aplicada a penalidade de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos do inciso III do Art. 87 da Lei Federal nº 8666/93.

Cientifique-se, Publique-se e Cumpra-se.

Canoinhas, 20 de julho de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FMS 13/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/15

HOMOLOGAÇÃO: 05/08/15

CONTRATADO: PRODUTOS OPTICOS WUNDERLICH LTDA-ME.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LENTES E ARMAÇÕES PARA USO DE PACIENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA PELO SUS E PARECER SOCIAL FAVORÁVEL DA ASSISTENTE SOCIAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.847,00 (três mil oitocentos e quarenta e sete reais)

DATA: 05/08/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE LEILÃO Nº PMC 05/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº PMC 140/2015

EDITAL DE LEILÃO Nº PMC 05/2015

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ 83.102.384/0001-80, fará realizar no dia 21/08/2015 às 15h15min, na sede da Prefeitura, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, LEILÃO PÚBLICO DO TIPO MAIOR OFERTA PARA A CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAR, COM EXCLUSIVIDADE, ESPAÇO EXTERNO PARA VÔO PANORÂMICO, COM ÁREA PARA POUSO DE 2.000 M², AO AR LIVRE, NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NOS DIAS 11, 12 e 13 DE SETEMBRO DE 2015, DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMA-TE - FESTA ESTADUAL DA ERVA MATE. Recebimento de propostas até as 15h00min do dia 21/08/2015. Informações e esclarecimentos relativos à licitação serão fornecidos em horário de expediente, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 15h30min, através do telefone n.º (47) 3621-7705 diretamente no Setor de Licitações. Cópia do edital poderá ser obtida no site www.pmc.sc.gov.br link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 19/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 199/2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 19/2014

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DOS ITENS 02, 134 e 135 DO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público os valores reequilibrados dos itens: a) 02 – leite em pó integral instantâneo aurora, que passa de R\$ 16,95 para o valor de R\$ 18,13 (fornecedor: Supermercado Eugenio Steidel Ltda); b) 134 – queijo mussarela marca lactofrios, que passa de R\$ 16,89 para o valor de R\$ 19,36 (fornecedor: Supermercado Eugenio Steidel Ltda) e c) 135 – queijo mussarela resfriado de 150 gr marca laurentino, que passa de R\$ 4,12 para o valor de R\$ 4,58 (fornecedor: Supermercado Eugenio Steidel Ltda). O reequilíbrio foi solicitado pelo fornecedor. As cotações realizadas para o cálculo do reequilíbrio encontram-se apensos ao Processo, disponíveis aos interessados.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO LEILÃO N.º PMC 03/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2015, LEILÃO PÚBLICO Nº 03/2015, CUJO OBJETO LEILÃO PÚBLICO PARA A VENDA DO DIREITO DE EXPLORAR A VENDA DE BEBIDAS NO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE (CERVEJA, REFRIGERANTE E ÁGUA EM TODO O PARQUE) E (CHOPP AROMATIZADO COM ERVA MATE EM LOCAL PRÉDETERMINADO), NOS DIAS 11, 12 e 13 DE SETEMBRO DE 2015, DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE - FESTA ESTADUAL DA ERVA MATE.

Aos 05 (cinco) dias do mês de agosto, do ano de 2015, às 14h15min, na sala de reuniões da comissão de licitação da Prefeitura, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, SC, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, José Carlos Herbst e o Sr José Marcos Carvalho nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura dos envelopes contendo os lances dos participantes do LEILÃO 03/2015, classificação dos lances iniciais e realização do Leilão para apurar o arrematante. Abertos os trabalhos foram informadas as condições para arrematação e pagamento, momento em que as participantes ficaram ciente de todas as condições estabelecidas em edital. Verificou-se a participação da empresa SALETE GROSSKOPF WERKA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.137.448/0002-60, representada pelo Sr. Herbert Gilso Werka, portador do RG nº 1197351, SSP-SC e a empresa ANACIR FERNANDES – ME, inscrita no CNPJ sob o número 89.826.558/0001-80, representada pelo Sr. Anacir Fernandes, portador do RG nº 1.452.904, SSP-SC. Primeiramente a Comissão de Licitação fez o recebimento do envelope do lance inicial. Em seguida, foi aberto o envelope contendo o lance inicial, que foi analisado detalhadamente e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Aberto o lance inicial, o preço ficou assim distribuído: Tendo em vista que as empresas tiveram com preço inicia o mesmo valor, foi feito sorteio entre as empresas participantes para o primeiro lance.

LOTE 01		
PARTICIPANTE	SALETE GROSSKOPF WERKA EIRELI	ANACIR FERNANDES – ME
PREÇO INICIAL	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00
1º LANCE	22.500,00	23.000,00
	23.500,00	24.000,00
	24.500,00	DESISTIU
ARREMATANTE		
SALETE GROSSKOPF WERKA EIRELI		
PREÇO FINAL	R\$ 24.500,00	
LOTE 01		
PARTICIPANTE	ANACIR FERNANDES – ME	
PREÇO INICIAL	R\$ 3.500,00	
1º LANCE		
O Sr. Anacir Fernandes não efetuou lances e informou que não tem interesse no lote 02, foi apresentada proposta para o lote 02 em função de que o mesmo solicitou à sua secretária que elaborasse proposta para o leilão, no preço mínimo exigido, porém não atentou para o fato de que havia o lote 02, sendo que a sua secretária incorrendo em erro, preencheu proposta para o lote 02.		

Após a fase de lances ficou vencedora do Lote 01 a empresa SALETE GROSSKOPF WERKA EIRELI, com o valor final de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais). A empresa SALETE GROSSKOPF WERKA EIRELI cumpriu o item 7.14 do Edital quanto a constituição da caução de 20% (vinte por cento) do valor da arrematação, através da emissão do cheque nº 003093 no valor de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), da conta corrente 812-5, agência 756, Banco Sicoob Crediplanalto SC, de titularidade da arrematante. O cheque caução será entregue à Tesouraria da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a qual será responsável pela guarda do Cheque até o pagamento e sua retirada. A empresa SALETE GROSSKOPF WERKA EIRELI tem até às 15h00min do dia 07 de agosto de 2015, para efetuar o pagamento do valor integral de arrematação, através de Depósito na conta do Município nº 26.385-0, agência 0343-3 – Banco do Brasil S/A e, de posse do Comprovante de depósito, após a confirmação do crédito em favor do Município, retirar o cheque caução na Tesouraria da Prefeitura de Canoinhas. E nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli
Leiloeiro

José Marcos Carvalho
Membro

José Carlos Herbst
Membro

SALETE GROSSKOPF WERKA EIRELI
Herbert Gilso Werka

ANACIR FERNANDES – ME
Anacir Fernandes

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO LEILÃO N.º PMC 04/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2015, LEILÃO PÚBLICO Nº 04/2015, CUJO OBJETO LEILÃO PÚBLICO DO TIPO MAIOR OFERTA PARA A CESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAR, COM EXCLUSIVIDADE DETERMINADA NO EDITAL, O SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO EM FRENTE À ENTRADA PRINCIPAL DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, NOS DIAS 11, 12 e 13 DE SETEMBRO DE 2015, DURANTE A REALIZAÇÃO DA 20ª FESMATE - FESTA ESTADUAL DA ERVA MATE.

Aos 05 (cinco) dias do mês de agosto, do ano de 2015, às 15h15min, na sala de reuniões da comissão de licitação da Prefeitura, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, SC, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, José Carlos Herbst e o Sr José Marcos Carvalho nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura dos envelopes contendo os lances dos participantes do LEILÃO 04/2015, classificação dos lances iniciais e realização do Leilão para apurar o arrematante. Abertos os trabalhos foram informadas as condições para arrematação e pagamento, momento em que a participante ficou ciente de todas as condições estabelecidas em edital. Verificou-se a participação da empresa ORGANIZAÇÕES PLENA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.532.208/0001-63, representada pelo Sr. Silvio Soares Frago, portador do RG nº 910382-1 -SC. Primeiramente a Comissão de Licitação fez o recebimento do envelope do lance inicial. Em seguida, foi aberto o envelope contendo o

lance inicial, que foi analisado detalhadamente e rubricado pela Comissão de Licitação e representante presente. Aberto o lance inicial, o preço ficou assim distribuído:

LOTE 01		
PARTICIPANTE	ORGANIZAÇÕES PLENA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	
PREÇO INICIAL	1.500,00	
1º LANCE	SEM LANCES	
ARREMATANTE		
ORGANIZAÇÕES PLENA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA		
PREÇO FINAL	R\$ 1.500,00	

Após a fase de lances ficou vencedora do Lote 01 a empresa ORGANIZAÇÕES PLENA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, com o valor final de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). A empresa ORGANIZAÇÕES PLENA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA cumpriu o item 7.14 do Edital quanto a constituição da caução de 20% (vinte por cento) do valor da arrematação, através da emissão do cheque nº 003165 no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), da conta corrente 025074-0, agência 0366, Banco Bradesco S/A (237), de titularidade da arrematante. O cheque caução será entregue à Tesouraria da Sec. Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a qual será responsável pela guarda do Cheque até o pagamento e sua retirada. A empresa ORGANIZAÇÕES PLENA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA tem até às 15h00min do dia 10 de agosto de 2015, para efetuar o pagamento do valor integral de arrematação, através de Depósito na conta do Município nº 26.385-0, agência 0343-3 – Banco do Brasil S/A e, de posse do Comprovante de depósito, após a confirmação do crédito em favor do Município, retirar o cheque caução na Tesouraria da Prefeitura de Canoinhas. E nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente/ Leiloeiro

José Marcos Carvalho
secretário

José Carlos Herbst
Membro

ORGANIZAÇÕES PLENA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
Sílvia Soares Fragoso

RESOLUÇÃO Nº 26/CMAS/2015

RESOLUÇÃO Nº 26/CMAS/2015

Dispõe sobre a Exclusão de Serviços Ofertados da Entidade Associação Canoinhense de Deficientes - ACD, do Município de Canoinhas/SC que se encontram duplicados no cadastro do CNAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições legais, e:

- CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993;
- CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 – Altera a Lei nº 8.742/93; dispõe sobre a organização da Assistência Social;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 5.085/2004 (Decreto nº 3.409/2000. Revogado pelo Decreto nº 5.085, de 19.5.2004.) - Define as ações continuadas de assistência social;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 7.788/2012 (Decreto nº 1.605/1995. Revogado pelo Decreto nº 7.788/2012) - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, artigo 2º, inciso V sobre a competência do Conselho Municipal da Assistência Social para acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, artigo 2º, inciso IX, X;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, artigo 2º, inciso VI, que visa a regularização da prestação de serviços de natureza privada no campo da Assistência Social no âmbito municipal;
- CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109/2009; e
- CONSIDERANDO a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social reunido Ordinariamente em 10 de Julho de 2015 na qual foi apresentada a situação de que alguns Serviços estavam duplicados e pendentes no cadastro das entidades junto ao CNAS.

RESOLVE:

Artigo 1º - Excluir os Serviços de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos:

- Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas;
- Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro;
- Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos;

Artigo 2º - Excluir os Serviços de Atendimento:

- Benefícios Socioassistenciais (nos termos da Lei nº 8.742/1993 alterada pela Lei nº 12.435/2011);
- Ações de Habilitação e Reabilitação da pessoa com Deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- Ações de Promoção da Integração ao mercado de trabalho;
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

Artigo 3º - Os Serviços acima citados continuam inclusos, sendo que serão excluídos apenas as suas duplicatas no cadastro do CNAS.

Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 10 de Julho de 2015.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Capinzal

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO 0002/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0002/2015

Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009

Andevir Isganzella, Prefeito de Capinzal, no uso de suas atribuições legais torna público o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, Resolução FNDE/CD nº 26 de 17 de Junho de 2013 e Resolução nº4, de 2 de abril de 2015.

OBJETO: O Edital de chamamento público tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009 a serem adquiridos dos fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais de Agricultores Familiares, destinados à elaboração da Alimentação Escolar para os alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais do Município de Capinzal – Santa Catarina, com verba FNDE/PNAE, durante o ano de 2015, na forma condições e cronograma estabelecidos no presente Edital e seus Anexos, abrangendo o fornecimento dos gêneros alimentícios, nas quantificações e nos preços máximos, tudo conforme discriminado no edital.

Entrega e abertura: documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 27/08/2015

Informações e entrega do edital de chamamento: Prefeitura Municipal de Capinzal, setor de licitação, Rua Carmelo Zócolli, 155 e no sítio: www.capinzal.sc.gov.br, telefone no (049)3555-8739.

Horário: das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal, 06 de agosto de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 185/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 185, DE 5 DE AGOSTO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo receber em doação imóvel da União, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a receber em doação, com encargos, em caráter definitivo da União, imóvel com área de 605.775,03m² (seiscentos e cinco mil, setecentos e setenta e cinco vírgula zero três metros quadrados), sito na Localidade de Engenho Novo, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal sob matrícula nº 25.032, Livro 2 BX, Fls. 162, de 21 de maio de 2015 e matrícula nº 25.033, Livro 2 BX, Fls. 163, de 21 de maio de 2015. Parágrafo único. A presente doação destina-se a implantação de equipamentos públicos de caráter educacional, cultural, social, saúde e segurança e para a manutenção do Parque Municipal de Exposições.

Art. 2º O valor do imóvel de que trata a presente Lei Complementar,

para fins de reincorporação ao Patrimônio Público Municipal, é de R\$ 1.187.500,00 (um milhão, cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais), nos termos do competente Processo de Avaliação.

Art. 3º As despesas decorrentes com o cumprimento da presente Lei Complementar correrão à conta de dotações orçamentárias do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 5 de agosto de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1018/2015

PORTARIA Nº 1018, DE 15 DE JUNHO DE 2015

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 1822/2015, à servidora Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini, matrícula nº 315966/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 06 de fevereiro de 2000 a 05 de fevereiro de 2005, pelo período de 15 de junho a 14 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de junho de 2015.

Capinzal - SC, em 15 de junho de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1019/2015

PORTARIA Nº 1019, DE 15 DE JUNHO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 2244/2015, Marcia Rosana Barth, matrícula nº 324124/11, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de junho de 2015.

Capinzal – SC, em 15 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1021/15

PORTARIA Nº 1021, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Altera membros da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores públicos municipais na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 1º, letra "e" itens I da portaria nº 362/2013, que nomeou os membros titulares e suplentes da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos Servidores Públicos Municipais, passando a vigorar com a seguinte redação:

(...)

e) Avaliadores de cada servidor da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

Titulares:

I – Gisela Nara Martins;

II – Izoete dos Santos Riqueti; e

III – Inês Rossetti Baron.

Suplentes:

III – Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama; e

IV – Veranice Maria Lovatel.

(...)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de junho de 2015.

Capinzal - SC, 16 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1022/2015

PORTARIA Nº 1022, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Cleusa de Lurdes Bernardi Genaro, matrícula nº 327425/09, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubinge Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante treze (13) dias no mês de junho/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 16 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1023/2015

PORTARIA Nº 1023, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Alterar a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Angela Rethor, matrícula nº 181510/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de trinta (30) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar junto aos projetos do AABB Comunidade, conforme convênio firmado com o Município de Capinzal.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante três (03) dias no mês de junho/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 16 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1024/2015

PORTARIA Nº 1024, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Fernanda Deisi Ramos Bittencourt, matrícula nº 328634/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar em eventuais substituições a professores nos Centros Municipais de Educação Infantil Pinguinho de Gente e Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante dez (10) dias no mês de junho.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 16 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1026/2015

PORTARIA Nº 1026, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Patricia Massarolo, matrícula nº 407453/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante quinze (15) dias no mês de junho de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 16 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1028/2015

PORTARIA Nº 1028, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Debora Fernanda da Silva Amalcaburio, matrícula nº 327700/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar nas Oficinas de Língua Portuguesa na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 01 de junho a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 16 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1029/2015

PORTARIA Nº 1029, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Aurenita Aparecida Gomes da Silva Ramos, matrícula nº 326976/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante seis (06) dias no mês de junho/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 16 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1030/2015

PORTARIA Nº 1030, DE 19 DE JUNHO DE 2015

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade Especial, pelo período de 19 de junho a 17 de agosto de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 665/2015, da servidora Rosangela Raizer Faccin, matrícula nº 407493/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de junho de 2015.

Capinzal - SC, em 19 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1031/2015

PORTARIA Nº 1031, DE 19 DE JUNHO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 1031/2015, Vanderleia Oliveira da Costa Steckling, matrícula nº 410109/01, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, para atuar na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de junho de 2015.

Capinzal - SC, em 19 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1032/2015

PORTARIA Nº 1032, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 015/2015 e nos termos do contrato nº 1032/2015, Romário Claudino Martinazzo, matrícula nº 410110/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, para atuar na Escola Municipal Ernesto Hachmann, em substituição à titular Vânia Schwaizer, colocada à disposição da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 22 de junho de 2015.

Capinzal - SC, em 22 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1033/2015

PORTARIA Nº 1033, DE 22 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme legislação em vigor, resolve:

Art. 1º A Comissão Especial de Avaliação de Imóveis é composta por:

I – Ruites Valmir Andrioni Jr., engenheiro civil, portador do CPF nº 598.459.459-53, registro no CREA nº 031.257-1 e CRECI nº 008.351;

II – Roberto Baretta, inscrito no CPF sob o nº 386.213.479-20, e no CREA sob o nº 22.047-2;

III - Sergio Luiz Riquetti, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e no CRECI sob o nº 6614.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação dos seguintes imóveis, todos pertencentes ao Condomínio Empresarial de Capinzal.

I. lote nº 01(um) da quadra 509 (quinhentos e nove), com área superficial de 1.975,57m² (um mil, novecentos e setenta e cinco vírgula cinqüenta e sete metros quadrados), situado à Rua projetada "A";

II. lote nº 02 (dois), da quadra 509 (quinhentos e nove), com área superficial de 1.107,82m² (um mil, cento e sete vírgula oitenta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

III. lote nº 03 (três) da quadra 509 (quinhentos e nove), com área superficial de 1.107,82m² (um mil, cento e sete vírgula oitenta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

IV. lote nº 04 (quatro) da quadra 509 (quinhentos e nove), com área superficial de 1.107,82m² (um mil, cento e sete vírgula oitenta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

V. lote nº 05 (cinco) da quadra 509 (quinhentos e nove), com área superficial de 1.350,35m² (um mil, trezentos e cinquenta vírgula oitenta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

VI. lote nº 01 (um) da quadra 510 (quinhentos e dez), com área superficial de 1.047,37m² (um mil, e quarenta e sete vírgula trinta e sete metros quadrados), situado à Rua Projetada "A", esquina com a Rua Projetada "C";

VII. lote nº 02 (dois) da quadra 510 (quinhentos e dez), com área superficial de 1.050,06m² (um mil e cinquenta vírgula zero seis metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

VIII. lote nº 03 (três) da quadra 510 (quinhentos e dez), com área superficial de 1.050,06m² (um mil e cinquenta vírgula zero seis metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

IX. lote nº 04 (três) da quadra 510 (quinhentos e dez), com área superficial de 1.050,06m² (um mil e cinquenta vírgula zero seis metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

X. lote nº 05 (cinco) da quadra 510 (quinhentos e dez), com área superficial de 1.050,06m² (um mil e cinquenta vírgula zero seis metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

XI. lote nº 06 (seis) da quadra 510 (quinhentos e dez), com área superficial de 1.047,50m² (um mil e quarenta e sete vírgula cinquenta metros quadrados), situado à Rua Projetada "A", esquina com a rua Projetada "D";

XII. lote nº 01 (um) da quadra 511 (quinhentos e onze), com área superficial de 1.802,62m² (um mil, oitocentos e dois vírgula sessenta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

XIII. lote nº 02 (dois) da quadra 511 (quinhentos e onze), com área superficial de 1.122,85m² (um mil, cento e vinte dois vírgula oitenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

XIV. lote nº 03 (três) da quadra 511 (quinhentos e onze), com área superficial de 1.122,85m² (um mil, cento e vinte dois vírgula oitenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

XV. lote nº 04 (quatro) da quadra 511 (quinhentos e onze), com área superficial de 1.122,85m² (um mil, cento e vinte dois vírgula oitenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

XVI. lote nº 05 (cinco) da quadra 511 (quinhentos e onze), com área superficial de 1.368,57m² (um mil, trezentos e sessenta e oito vírgula cinquenta e sete metros quadrados), situado à Rua Projetada "A", esquina com a Rua Projetada "C";

XVII. lote nº 06 (seis) da quadra 511 (quinhentos e onze), com área superficial de 1.667,87m² (um mil, seiscentos e sessenta e sete vírgula oitenta e sete metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XVIII. lote nº 07 (sete) da quadra 511 (quinhentos e onze), com área superficial de 1.122,65m² (um mil, cento e vinte e dois vírgula sessenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XIX. lote nº 08 (oito) da quadra 511 (quinhentos e onze), com área superficial de 1.122,65m² (um mil, cento e vinte e dois vírgula sessenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XX. lote nº 09 (nove) da quadra 511 (quinhentos e onze), com

área superficial de 1.122,65m² (um mil, cento e vinte e dois vírgula sessenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XXI. lote nº 10 (dez) da quadra 511 (quinhentos e onze), com área superficial de 1.368,46m² (um mil, trezentos e sessenta e oito vírgula quarenta e seis metros quadrados), situado à Rua Projetada "B", esquina com a Rua Projetada "C";

XXII. lote nº 01 (um) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.061,75m² (um mil e sessenta e um vírgula setenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "A", esquina com Rua Projetada "C";

XXIII. lote nº 02 (dois) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.064,32m² (um mil e sessenta e quatro vírgula trinta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

XXIV. lote nº 03 (três) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.064,32m² (um mil e sessenta e quatro vírgula trinta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

XXV. lote nº 04 (quatro) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.064,32m² (um mil e sessenta e quatro vírgula trinta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

XXVI. lote nº 05 (cinco) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.064,32m² (um mil e sessenta e quatro vírgula trinta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "A";

XXVII. lote nº 06 (seis) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.061,62m² (um mil e sessenta e um vírgula sessenta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "A", esquina com a Rua Projetada "D";

XXVIII. lote nº 07 (sete) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.061,42m² (um mil e sessenta e um vírgula quarenta e dois metros quadrados), situado à Rua Projetada "B", esquina com a Rua Projetada "C";

XXIX. lote nº 08 (oito) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.064,12m² (um mil e sessenta e quatro vírgula doze metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XXX. lote nº 09 (nove) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.064,12m² (um mil e sessenta e quatro vírgula doze metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XXXI. lote nº 10 (dez) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.064,12m² (um mil e sessenta e quatro vírgula doze metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XXXII. lote nº 11 (onze) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.064,12m² (um mil e sessenta e quatro vírgula doze metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XXXIII. lote nº 12 (doze) da quadra 512 (quinhentos e doze), com área superficial de 1.061,56m² (um mil e sessenta e um vírgula cinquenta e seis metros quadrados), situado à Rua Projetada "B", esquina com a Rua Projetada "D";

XXXIV. lote nº 01 (um) da quadra 513 (quinhentos e treze), com área superficial de 1.575,89m² (um mil, quinhentos e setenta e cinco vírgula oitenta e nove metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XXXV. lote nº 02 (dois) da quadra 513 (quinhentos e treze), com área superficial de 1.107,75m² (um mil, cento e sete vírgula setenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XXXVI. lote nº 03 (três) da quadra 513 (quinhentos e treze), com área superficial de 1.107,75m² (um mil, cento e sete vírgula setenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XXXVII. lote nº 04 (quatro) da quadra 513 (quinhentos e treze), com área superficial de 1.107,75m² (um mil, cento e sete vírgula setenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XXXVIII. lote nº 05 (cinco) da quadra 513 (quinhentos e treze), com área superficial de 1.107,75m² (um mil, cento e sete vírgula setenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XXXIX. lote nº 06 (seis) da quadra 513 (quinhentos e treze), com área superficial de 1.147,05m² (um mil, cento e quarenta e sete vírgula zero cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XL. lote nº 07 (sete) da quadra 513 (quinhentos e treze), com área superficial de 1.148,00m² (um mil, cento e quarenta e oito metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XLI. lote nº 08 (sete) da quadra 513 (quinhentos e treze), com área superficial de 1.148,00m² (um mil, cento e quarenta e oito metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XLII. lote nº 09 (sete) da quadra 513 (quinhentos e treze), com área superficial de 1.148,00m² (um mil, cento e quarenta e oito metros quadrados), situado à Rua Projetada "B";

XLIII. lote nº 10 (dez) da quadra 513 (quinhentos e treze), com área superficial de 1.284,85m² (um mil, duzentos e oitenta e quatro vírgula oitenta e cinco metros quadrados), situado à Rua Projetada "B".

Art. 3º A Comissão terá um prazo de trinta (30) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 22 de junho de 2015

Capinzal, em 22 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1034/2015

PORTARIA Nº 1034, DE 24 DE JUNHO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 1034/2015, Scheyla Cristina Alves Schmidt de Vargas, matrícula nº 325163/07, para exercer as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, para atuar no ESF do Loteamento Parizotto.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de junho de 2015.

Capinzal - SC, em 24 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1035/2015

PORTARIA Nº 1035, DE 24 DE JUNHO DE 2015

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de 24 de junho de 2015, a servidora Iracema Machado, matrícula nº 310832/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cobrador de Tarifas do Transporte Coletivo nível 98, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora não pode levantar peso, deve evitar esforços trepidação e deve exercer apenas atividades administrativas, até o final da gestação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 24 de junho de 2015.

Capinzal – SC, em 24 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1037/2015

PORTARIA Nº 1037, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Compor a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, sendo:

- I. Alexandre Kloss, corretor de imóveis, registro no CRECI sob o nº 24.166;
- II. Luiz Gustavo Deuner, corretor de imóveis, registro no CRECI sob o nº 3034 - J;
- III. Vitorinho Lanhi, corretor de imóveis, registro no CRECI sob o nº 19.110.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação do andar térreo com área de 726,63m²

(setecentos e vinte e seis vírgula sessenta e três metros quadrados) do imóvel com área total construída de 1.453,26m² (hum mil quatrocentos e cinquenta e três vírgula vinte e seis metros quadrados), de propriedade do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, para fins de locação para o funcionamento da Unidade Central de Saúde de Capinzal.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de vinte (20) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação do imóvel descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 30 de junho de 2015

Capinzal, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1038/2015

PORTARIA Nº 1038, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a Comissão do PAEP – Programa de Adoção de Equipamentos Públicos, de Esportes e Áreas Verdes

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Com base no disposto na Lei Municipal nº 3.170/2015, e no Decreto Municipal nº 087/2015, nomear os seguintes membros para comporem a Comissão do PAEP – Programa de Adoção de Equipamentos Públicos, de Esportes e Áreas Verdes:

I. Alexandre Luiz Teixeira do Nascimento
Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

II. Karla Terezinha Brugger
Representante da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

III. Rafael Edgar Tonial
Representante da Secretaria de Infraestrutura

IV. Cicero Antonio Silva Souza
Representante da Fundação Municipal de Esportes

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de junho de 2015.

Capinzal, SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1039/2015

PORTARIA Nº 1039, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Entorpecentes – COMEN

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Com base no disposto nas Leis Municipais nº 2.275/2001 e 2.046/1997, nomear os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Entorpecentes – COMEN:

Membros Titulares:

I. Celestina Alves Ramos Azevedo
Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
II. Cássia Maris Wilbert Souza
Representante da Rede Municipal de Ensino
III. Cerli Fátima Rosa
Representante da Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social
IV. Valter Moreira Durães
Representante voluntário da comunidade
V. Suzane Amaral da Costa
Representante da Igreja Universal do Reino de Deus
Jussara Maria Sponton
Representante da Igreja Assembleia de Deus
Léia Ster Pelegrini
Representante do Ministério Recomeçar
Jennifer Paula Stempkovski
Representante da Igreja Católica
Alexandre Roca Nascimento
Representante da Comunidade Evangélica Luterana de Capinzal
VI. Neury Clóvis Petry
Representante da Polícia Civil
VII. Diego Vetorazze
Representante da Polícia Militar
VIII. Alessandra Dorini
Representante das escolas estaduais situadas no município
IX. Rosangela Lopes de Abreu
Representante do Conselho Tutelar
X. Marina Lucia Bazzi Meneghini
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, de Capinzal
XI. Pedro Lelis Panis
Representante da Associação Médica de Capinzal

Membros Suplentes:

I. Ana Paula Franceschi Savariz
Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
II. Juliana Soares da Silva
Representante da Rede Municipal de Ensino
III. Jucilene Tenutti Surdi
Representante da Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social
IV. Jorge Gonçalves
Representante voluntário da comunidade
V. Luana Varela
Representante da Igreja Universal do Reino de Deus
Adão Luiz Moreira
Representante da Igreja Assembleia de Deus
Daniela Carniel
Representante do Ministério Recomeçar
Maria Luisa Morosini
Representante da Igreja Católica
Clari Graebin
Representante da Comunidade Evangélica Luterana de Capinzal
VI. Nivea Brandalise

Representante da Polícia Civil
VII. Valdecir Casagrande
Representante da Polícia Militar
VIII. Marisani Tambosi Lazari
Representante das escolas estaduais situadas no município
IX. Merielli Alves
Representante do Conselho Tutelar
X. Daniela Schena Lanhi
Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, de Capinzal
XI. Fernanda Bazzo
Representante da Associação Médica de Capinzal

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de junho de 2015.

Capinzal, SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

portaria 1040/2015

PORTARIA Nº 1040, DE 30 DE JUNHO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000 e requerimento protocolado sob o nº 2308/2015, resolve:

Art. 1º Promover, por nova habilitação, a servidora Keli Polo, matrícula nº 330396/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o Nível 1, classe 7, referência A.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1042/2015

PORTARIA Nº 1042, DE 30 DE JUNHO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2296/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Ademir Jose Toigo, matrícula nº 304794/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Contabilidade, nível 64, referência I, conforme o anexo

I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 64, referência J, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1043/2015

PORTARIA Nº 1043, DE 30 DE JUNHO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2287/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Ildda Maria Schmidt Correa, matrícula nº 310697/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, nível 309, referência F, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 309, referência G, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1044/2015

PORTARIA Nº 1044, DE 30 DE JUNHO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2255/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Mirian Thaisy da Costa dos Reis, matrícula nº 332020/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Cobrador de Tarifas do Transporte Coletivo, nível 98, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 98, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1045/2015

PORTARIA Nº 1045, DE 30 DE JUNHO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2209/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Ronaldo Crispin Machado, matrícula nº 332844/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1046/2015

PORTARIA Nº 1046, DE 30 DE JUNHO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2187/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Léia Maria Maule de Oliveira, matrícula nº 330540/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível 246, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 246, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1048/2015

PORTARIA Nº 1048, DE 30 DE JUNHO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2166/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Marcela Darga Paza, matrícula nº 331309/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Escola, nível 261, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 261, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1049/2015

PORTARIA Nº 1049, DE 30 DE JUNHO DE 2015
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2152/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Danieli Monica de Oliveira, matrícula nº 327638/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

portaria 1050/2015

PORTARIA Nº 1050, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2108/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional ao servidor Ezequiel Ferreira de Lima, matrícula nº 328472/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência C.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1051/2015

PORTARIA Nº 1051, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2083/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Rocyana Brandão, matrícula nº 332828/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1052/2015

PORTARIA Nº 1052, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2065/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Taize Keiti Lopes, matrícula nº 333751/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência B, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1053/2015

PORTARIA Nº 1053, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2064/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Taize Keiti Lopes, matrícula nº 333751/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em junho de 2015.

Capinzal – SC, em 30 de junho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

314.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 314/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal Decreto nº 050/2009 e de acordo com o art. 18 incisos I e II c/c com o § 1º da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº 049 de 09.12.10;

RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional aos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo IV da Lei Complementar nº 007, de 23.12.99.

Art. 2º Os servidores relacionados nesta Portaria passarão a receber o vencimento correspondente ao novo Nível, de acordo com o abaixo descrito:

NOME	CARGO	PROGRESSÃO	Do Nível	Para o Nível
Cristiane Soteli Bettoly	Auxiliar Administrativo	Desempenho	Nível - V	Nível - VI
Ricardo Claudino	Operador de Equipamentos	Desempenho	Nível - IV	Nível - V

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01.08.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 070, DE 06.08.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 070, DE 06.08.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, VII, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 101 (receita de impostos e transferências de impostos - saúde) no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

09 – Saúde para Todos

301– Atenção Básica

101 – receita de impostos e transferências de impostos - saúde

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1005 – Construção, Reforma e Ampliação R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 071, DE 06.08.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 071, DE 06.08.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, §2º, II, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 107 (transferências de convênios - saúde) no valor de R\$ 87.232,62 (oitenta e sete mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos), fica aberto um Crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

09 – Saúde para Todos

301 – Atenção Básica

107 – Transferência de Convênios - Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1005 – Construção, Reforma e Ampliação R\$ 87.232,62

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 072, DE 06.08.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 072, DE 06.08.2015

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, III, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2015, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2014, na fonte 111 – Superávit Financeiro – Transferência de Convênios - Saúde, crédito adicional suplementar de R\$ 12.767,38 (doze mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos), na seguinte dotação:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

09 – Saúde para Todos

301 – Atenção Básica

111 – Superávit Financeiro – Transferência de Convênios - Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1005 – Construção, Reforma e Ampliação
..... R\$ 12.767,38

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2015

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 18 de agosto de 2015, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a aquisição de um veículo 0 (zero) km, ano 2015, modelo 2016, para uso do gabinete do Prefeito e Vice do Município de Chapadão do Lageado/SC a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 04 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2015

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 5/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 21 de agosto de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a execução/construção de um pólo de Academia da Saúde - Modalidade Intermediária, com área de edificação de 65,10m² e área externa de 150,68m², na Rua Geremias Pedro de Medeiros, Chapadão do Lageado – SC, de conformidade com os projetos, memoriais descritivos, quadros de quantidades (orçamentos) e cronogramas físico-financeiros e demais documentos pertinentes ao projeto em anexo; Vinculada a proposta de convênio Nº 11395.609000/1110-01 – Ministério da Saúde. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 06 de agosto de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/FMS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/FMS/2015 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de materiais de artesanato (tecidos e aviamentos) no atendimento ao CAPS do Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 19/08/2015.

Abertura: Dia 19/08/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 05 de agosto de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 01/2015

CREDENCIAMENTO N. 01/2015

A CÂMARA DE VEREDORES DE COCAL DO SUL, inscrita no CNPJ (MF), sob o n.º 01.637.334-0001-33, com sede administrativa na Rua Ângelo Peruchi, nº. 126 – Centro – Cocal Do Sul – SC, neste ato representada por sua Presidente RosenyCittadin Barbosa, CPF n.548.495.439-87, ora denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa Associação de Difusão Comunitária Cocal do Sul – Rádio Cocal FM, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, Centro, Cocal do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.544.828/0001-52, doravante denominada simplesmente CRE-DENCIADA, neste ato representada por Fernando De Faveri Marcelino, brasileiro, solteiro, residente na Av. Doutor Polidoro Santiago, n.º 310, Centro, Cocal do Sul, portador da Cédula de Identidade n.º 2.801.710-2, inscrito no CPF/MF n.º 799.587.869-20, resolvem celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO para prestação de serviços de radiodifusão através de emissora de rádio AM, FM Comunitária e FM Comercial, com cobertura na cidade de Cocal do Sul, decorrente do Processo de Credenciamento n. 01/2015 e do Edital de Credenciamento nº 01/2015, que será regido pelo que dispõe a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, cujas condições são estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a Contratação de Rádio AM e/ou FM, com abrangência no Município de Cocal do Sul, no período de AGOSTO a DEZEMBRO de 2015, para:

a) transmissões das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Cocal do Sul, todas as terças-feiras, após a sessão da câmara e retransmissão nas quartas-feiras a partir das 6:00h.

b) transmissões das reuniões extraordinárias da Câmara Municipal, em dias, horários e local previamente estabelecidos;

c) transmissões das sessões solenes da Câmara Municipal, em dias, horários e local previamente estabelecidos;

d) publicação de avisos, notas, editais e outros atos de interesse público, previamente elaborados, com indicação de número de chamadas, tempo de duração, dias e horários.

CLAUSULA SEGUNDA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Pela execução dos serviços de que trata a cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO/CREDENCIADO o valor:

VALOR A SER PAGO POR HORA R\$ 91,20.

VALOR A SER PAGO POR MINUTO R\$ 1.52.

VALOR A SER PAGO POR TRINTA SEGUNDOS R\$ 0,76.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão iniciados mediante autorização do presidente da Câmara de Vereadores de Cocal do Sul no período de 01/08/2015 a 31/12/2015.

CLÁUSULA QUARTA – 4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será realizado mensalmente, após o recebimento da nota fiscal e dos comprovantes de veiculação, e em consonância com a programação financeira da Câmara Municipal.

4.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, comprovada a manutenção das exigências da habilitação. O crédito se dará através de Ordem Bancária com depósito em conta corrente da licitante.

4.3. Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

4.4. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

2002- Manutenção do Poder Legislativo
33.90.39.99.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

As partes contratantes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente CONTRATO nas hipóteses de comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material ou formalmente inexecutável, ou mútuo consenso das partes contratantes, mediante pedido escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, contados a partir do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência será a partir da assinatura do presente Termo de Credenciamento até o dia 31 de dezembro de 2015, condicionada sua eficácia a publicação, em extrato, no veículo de publicações oficiais do Município.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

A Câmara de Vereadores providenciará a publicação de resumo do presente Termo de Credenciamento na imprensa oficial do Município, nos termos do parágrafo único do artigo 61, parágrafo único da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e no Portal da Transparência da Câmara de Vereadores.

CLÁUSULA NONA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão solucionados mediante entendimento entre as partes, confirmados através da troca de correspondências, com base na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

Fica eleito o Foro da comarca de Urussanga/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

O presente Termo vincula-se ao que dispõe o Edital de Credenciamento nº.001/2015.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Cocal do Sul, 03 de agosto de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE COCAL DO SUL
CONTRATANTE

CREDENCIADA

Associação de Difusão Comunitária Cocal do Sul – Rádio Cocal FM

TESTEMUNHAS: _____

Luiz Carlos Gonçalves

RG nº 1.525.691

CPF n.: 601.586.899-69

Erico Simplício

CPF n.: 781.005.189-04

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº12/2015-PMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2015 – PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática, escritório, comunicação e eletrodomésticos, todos novos, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h e 15 min do dia 20/08/2015

Início da Sessão: dia 20/08/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 05 de agosto de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresas para prestação dos serviços de 750 horas-máquinas, para execução de terraplenagem, aterramento, muro de enrocamento e valas de drenagem, autorizadas pela Lei Complementar nº 698 de 15 de junho de 2015 e alteração, visando ao incentivo econômico à Cooperativa de Transportes de Carga do Estado de Santa Catarina - COOPERCARGA, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 21/08/2015.

Abertura: dia 21/08/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 05 de agosto de 2015.

CLÉLIO IVO DAL PIAZ

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL O&S Nº8/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2015- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de construção civil, em regime de empreitada global (mão de obra e material), para pintura externa da edificação que abriga a Delegacia Regional de Concórdia, sede da 14ª Circunscrição Regional de Trânsito - CI-RETRAN, a serem pagos com recursos oriundos do convênio de trânsito nº 2013TN001988 (Polícia Civil), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 18/08/2015.

Abertura: dia 18/08/2015, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 05 de agosto de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL O&S Nº9/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2015- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa especializada em soluções ambientais, para prestação de serviços de recolhimento de galhos e de resíduos de podas de árvores nas vias, logradouros e praças públicas do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 21/08/2015.

Abertura: dia 21/08/2015, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 06 de agosto de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº15/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2015 – PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão-de-obra), para complementação e finalização da construção da quadra coberta com vestiários no Centro Municipal de Educação Infantil Lua de Cristal, situado na Rua Aurélio Guedes, Bairro Industriários, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitações torna público que na data de 05/08/2015 foi INDEFERIDO os recursos administrativos interpostos pelas licitantes: DI FATTO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP; LORENZATTO E PELLIZZARI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME e ANTONIO LUIS TOBIAS ME. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 13.07.2015, prosseguindo o processo para abertura do envelope 02 – Proposta de Preços. De sequência ficam as licitantes habilitadas convocadas neste mesmo local, às 14h00min (quatorze horas) do próximo dia 14 (quatorze) de agosto de 2015, para participar da sessão abertura e julgamento das propostas de Preços Envelope 02. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à diretoria de compras.

Concórdia, SC, 05 de agosto de 2015.
LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Presidente da Comissão de Licitações

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 65/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 65/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio, no valor de R\$ 6.734,53 (seis mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos).

Concórdia SC, 05 de Agosto de 2015
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 66/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 66/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Educação Infantil, no valor de R\$ 756,06 (setecentos e cinquenta e seis reais e seis centavos).

Concórdia SC, 05 de agosto de 2015.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 67/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 67/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Fundamental, no valor de R\$ 11.060,87 (onze mil sessenta reais e oitenta e sete centavos).

Concórdia SC, 05 de agosto de 2015.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 182/2015 -PMC

Contrato Nº : 182/2015
Aditivo Nº : 1TA Ctr 182/2015/2015
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ANTÔNIO LUIS TOBIAS - ME
Licitação : Pregão Presencial 5/2015
Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço máximo unitários (material e mão de obra), para reforma das edificações e entorno das mesmas, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, para a EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 10/07/2015 Término: 18/10/2015
Assinatura : 10/07/2015
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 219/2015 -PMC

Contrato Nº : 219/2015
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TELEFÔNICA BRASIL S.A
Licitação : Dispensa de Licitação 30/2015
Objeto : Prestação de Serviço Móvel Pessoal, com fornecimento de 02 (duas) linhas habilitadas com serviço de voz.
Vigência : Início: 20/07/2015 Término: 19/07/2016
Assinatura : 20/07/2015
Valor R\$: 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 10 - 02.001.2002.333903958000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 220/2015 -PMC

Contrato Nº : 220/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CENTRAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Licitação : Inexigibilidade 29/2015

Objeto : Prestação de serviços de fornecimento de refeições na quantidade aproximada de 1250 (mil duzentas e cinquenta) unidades, para servidores das Secretarias, Municipal de Urbanismo e Obras e Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, que prestarão serviços diários durante o período de realização da Expo Agro 2015, a ocorrer de 22 a 26 de julho de 2015.

Vigência : Início: 20/07/2015 Término: 19/08/2015

Assinatura : 20/07/2015

Valor R\$: 28.125,00 (Vinte e Oito Mil e Cento e Vinte e Cinco Reais)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903941000000.01000001

Dotação : 131 - 08.001.2029.333903941000000.01000001

Dotação : 116 - 08.001.2031.333903941000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 221/2015 -PMC

Contrato Nº : 221/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JAIRO PEREIRA

Licitação : Dispensa de Licitação 31/2015

Objeto : Aquisição de 1.500 (um mil e quinhentos) quilogramas de alfafa, 12.000 (doze mil) quilogramas de Feno de Tifon e 27.000 (vinte e sete mil) quilogramas de Silagem de Milho, para alimentação dos animais expostos na EXPO AGRO 2015, no período de 22 a 26 de julho de 2015, de acordo com a Lei nº 4.762/2015.

Vigência : Início: 20/07/2015 Término: 18/09/2015

Assinatura : 20/07/2015

Valor R\$: 2.970,00 (Dois Mil e Novecentos e Setenta Reais)

Dotação : 93 - 07.001.2025.333903006000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 222/2015 -PMC

Contrato Nº : 222/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ZOOMAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA ME

Licitação : Dispensa de Licitação 31/2015

Objeto : Aquisição de 1.500 (um mil e quinhentos) quilogramas de alfafa, 12.000 (doze mil) quilogramas de Feno de Tifon e 27.000 (vinte e sete mil) quilogramas de Silagem de Milho, para alimentação dos animais expostos na EXPO AGRO 2015, no período de 22 a 26 de julho de 2015, de acordo com a Lei nº 4.762/2015.

Vigência : Início: 20/07/2015 Término: 18/09/2015

Assinatura : 20/07/2015

Valor R\$: 10.800,00 (Dez Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 93 - 07.001.2025.333903006000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 223/2015 -PMC

Contrato Nº : 223/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NADIR ANTONIO PONSONI

Licitação : Dispensa de Licitação 31/2015

Objeto : Aquisição de 1.500 (um mil e quinhentos) quilogramas de alfafa, 12.000 (doze mil) quilogramas de Feno de Tifon e 27.000 (vinte e sete mil) quilogramas de Silagem de Milho, para alimentação dos animais expostos na EXPO AGRO 2015, no período de 22 a 26 de julho de 2015, de acordo com a Lei nº 4.762/2015.

Vigência : Início: 20/07/2015 Término: 18/09/2015

Assinatura : 20/07/2015

Valor R\$: 1.875,00 (Um Mil e Oitocentos e Setenta e Cinco Reais)

Dotação : 93 - 07.001.2025.333903006000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 224/2015 -PMC

Contrato Nº : 224/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 11/2015

Objeto : Contratação de empresa para fornecer link de internet dedicado com velocidade em Mbps de 8 up/4 Down, com no mínimo de 4 ip's válidos e dedicados, para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação e com velocidade em Mbps de 4 up/2 Down, com no mínimo 4 ip's válidos e dedicados para suas unidades (CRAS, CREAS e Centros de Convivências), com recursos próprios da SEDES e do FMAS, federais do PAEFI, PAIF, PAC I, estaduais Básica Custeio, CREAS Custeio.

Vigência : Início: 01/08/2015 Término: 31/07/2016

Assinatura : 20/07/2015

Valor R\$: 6.736,80 (Seis Mil, Setecentos e Trinta e Seis Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903997000000.01000001

Dotação : 243 - 15.001.2201.333903997000000.01000001

Dotação : 255 - 15.001.2202.333903997000000.01000001

Dotação : 256 - 15.001.2202.333903997000000.01350004

Dotação : 257 - 15.001.2202.333903997000000.01350006

Dotação : 265 - 15.001.2203.333903997000000.01000001

Dotação : 267 - 15.001.2203.333903997000000.01350003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 225/2015 -PMC

Contrato Nº : 225/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DECÂNDIDO SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 84/2015

Objeto : Contratação de empresa especializada em sonorização para atendimento aos eventos a serem realizados na programação da EXPOAGRO 2015, no período de 22 a 26 de julho, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 21/07/2015 Término: 21/09/2015

Assinatura : 21/07/2015

Valor R\$: 8.570,00 (Oito Mil e Quinhentos e Setenta Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 227/2015 -PMC

Contrato Nº : 227/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GL BOMBAS INJETORAS BELTRÃO EIRELI EPP

Licitação : Pregão Presencial 82/2015

Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para retífica do motor e conserto da bomba injetora do caminhão VW 26220 PMC 342, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 22/07/2015 Término: 17/02/2016

Assinatura : 22/07/2015

Valor R\$: 18.000,00 (Dezoito Mil Reais)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903001000000.01000001

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903039000000.01000001

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903919000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 228/2015 -PMC

Contrato Nº : 228/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ALTAMIRO PEREIRA DO AMARAL - EIRELI - ME

Licitação : Dispensa de Licitação 33/2015

Objeto : Prestação de serviço de internamento asilar, em longa permanência, para idoso em clínica especializada, do Sr. Avelino Padilha de Lima, de acordo com a determinação judicial, proveniente dos autos nº 019.09.006094-4 e parecer social.

Vigência : Início: 22/07/2015 Término: 21/01/2016

Assinatura : 22/07/2015

Valor R\$: 4.872,00 (Quatro Mil e Oitocentos e Setenta e Dois Reais)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 229/2015 -PMC

Contrato Nº : 229/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2015

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo de instalações elétricas, em regime de empreitada por custo unitário (material e mão de obra), para instalação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPCDA do Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves (Tancredão) do Parque de Exposições Senador Francisco Xavier Fontana, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 24/07/2015 Término: 13/11/2015

Assinatura : 24/07/2015

Valor R\$: 9.500,00 (Nove Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 123 - 08.001.1009.344905199000000.01080000

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 379/2015

DECRETO N. 379/2015 DE 04 DE AGOSTO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAR TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro da família a Servidora Municipal, Sra. VANIA CRISTINA PEDERSETTI GRACIANI, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 380/2015

DECRETO Nº 380/2015, DE 05 DE AGOSTO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora municipal Sra. CRISTIANE FAREZIN TOSATI, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, com carga horária integral, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº12/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 12/2015

Contratado: CARLOS EDUARDO DE ALBUQUERQUE RAUEN

Valor total: R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 05 De Agosto de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 38/2015

Contratado: CHAPECÓ COMERCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA EPP

Valor total: R\$ 2.251,00 (Dois mil duzentos e cinquenta e um reais)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: CONserto DA CARREGADEIRA MICHIGAN COD. FROTA Nº26

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 05 De Agosto de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 047/2015 DE CONTRATO DE 30 DE JULHO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 047/2015 DE CONTRATO DE 30 DE JULHO DE 2015.

MÊS/ANO: MAIO/2015. NÚMERO CONTRATO: 028/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/05/2015

Celebram o PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 028/2015, firmado em 05 de maio de 2015, originário do Edital do Processo Licitatório PREFE n. 013/2015, Tomada de Preços n. 003/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato nº 028/2015, firmado em 05 de maio de 2015, que antecedeu a este Termo Aditivo fica prorrogado até 15 de outubro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 00.849.426/0001-14

CONTRATADA:OBJETIVA CONCURSOS LTDA.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 048/2015 DE CONTRATO DE 31 DE JULHO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 048/2015 DE CONTRATO DE 31 DE JULHO DE 2015.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2013. NÚMERO CONTRATO: 009/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/02/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AMPLIAÇÃO DO OBJETO

Fica ampliado o quantitativo do objeto previsto no Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo, mediante a disponibilização, pela contratada, de mais duas (02) impressoras/copiadoras sendo 01 (uma) com impressão a cores e escâner a ser utilizada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, e 01 (uma) com impressão em preto e sem escâner a ser utilizada pela VIGILÂNCIA SANITÁRIA do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços constantes do Contrato 009, firmado em 18 de fevereiro de 2013, que antecedeu a este Termo Aditivo, a partir do mês de agosto de 2015, em função da ampliação do objeto previsto na cláusula anterior, passa a ser de R\$ 2.093,50 (dois mil e noventa e três reais e cinquenta centavos) para R\$ 2.263,50 (dois mil duzentos e sessenta três reais e cinquenta centavos) mensais, em decorrência do acréscimo do valor de R\$ 110,00 (cento e dez reais) mensais pela impressora a cores e R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais pela impressora em preto.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 07.806.780/0001-00

CONTRATADO: COLOR SUL IMPRESSORAS E SUPRIMENTOS LTDA

DECRETO Nº. 148 DE 20 DE JULHO DE 2015.

DECRETO Nº. 148 DE 20 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) na seguinte Programação de despesa:

15.01 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 – Manutenção da Secretaria de Cultura Esportes e Lazer				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	73	01.0000	1.050,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) da seguinte Programação de despesas:

15.01 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 – Manutenção da Secretaria de Cultura Esportes e Lazer				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	70	01.0000	50,00

15.01 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 – Manutenção da Secretaria de Cultura Esportes e Lazer				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Instituições Priv. Sem Fins	71	01.0000	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 20 de julho de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 125 DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA Nº. 125 DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (quinze) dias no período de 10/08/2015 à 24/08/2015.

Nome Cargo Referência

Evandro Belatto Sec. De Adm. Planejamento e Finanças 22/01/2013 à 21/01/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 04 de Agosto de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 37/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 37/2015

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA, AUDITORIA E CONSULTORIA EM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS ARRECADADAS PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO PROCESSO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

DEMAND SOLUCÇÕES TRIBUTÁRIAS LTDA ME

CNPJ: 09.271.840/0001-63

Instrumento: Contrato nº 0353/2015 PMCP

Valor total: 6.050,00

Vigência: 60 dias

Correia Pinto/SC 06 de agosto de 2015

VÂNIO FORSTER – Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO 5428/2015

DECRETO Nº 5428/2015.

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 1.500,00 (MIL E QUINHENTOS REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990 e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 4.390/2014:

DECRETA:
TÍTULO I

CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), objetivando a onerar dotação orçamentária existente que se fizerem insuficientes no decorrer do exercício.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), objetivando a onerar dotação orçamentária existente que se fizerem insuficientes no decorrer do exercício, com recursos recebidos do GOVERNO FEDERAL.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), em conformidade com o disposto neste ato objetivando a onerar dotação orçamentária existente que se fizerem insuficientes no decorrer do exercício.

CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – ADMINISTRAÇÃO

08.243.0483.2.074 – Admin. Geral dos Bens e Serv. Do Abrigo Inf, Beija Flor

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00
Art. 5º Para o atendimento do Crédito ora permitido, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – ADMINISTRAÇÃO

08.243.0483.2.074 – Admin. Geral dos Bens e Serv. Do Abrigo Inf, Beija Flor

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 29 DE JULHO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data 29/07/2015.

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

EDITAL 08 CMDCA - CANDIDATOS APTOS

Edital 008/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente divulga os candidatos aptos a concorrer no processo de escolha unificado para conselheiro tutelar. Abaixo a relação contempla, número e nome oficial a ser utilizado na cédula eleitoral da eleição que acontecerá no dia 04/10/2015.

Nº. ID	NOME DO CANDIDATO
01	Josiane Bólico da Silva
02	Vendelino Vendrusculo
03	Andressa Bruna Vasum
04	Solange Lurdes Gularte Pimentel
05	Maico Junior de Lima
06	Fátima Lemes da Costa
07	Lindacir Fátima Pastore Matiolo
08	Jandara Shaiana Schueigerti Abadi
09	Sirlene Terezinha Fumegali Sell
10	Marlene Sieg Fischer
11	Marlylaine Klein
12	Maria Cristina Wagner Schirmbech
13	Ana Carolina Haefliger
14	Deniz Evandro da Rocha
15	Janete Penassol dos Santos
16	Joseane Batista

Dionísio Cerqueira, 03 de agosto de 2015.

Juliano Izidoro Velho

Presidente do CMDCA - DC

RESOLUÇÃO 03/2015 CMDCA**RESOLUÇÃO 03/2015**

Dispõe sobre a autorização para pagamento de novas passagens aéreas aos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e equipe técnica do Programa Resgatando Vidas.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Dionísio Cerqueira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - ECA e Lei Municipal 4.245/2013 de Dionísio Cerqueira;

CONSIDERANDO, a reunião ordinária do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente realizada em três de agosto de dois mil e quinze, e mediante ata de número 06/2015;

CONSIDERANDO, o imprevisto que resultou no atraso e perda do voo já contratado e programado para o dia vinte e seis de julho de dois mil e quinze;

CONSIDERANDO, que os valores dos bilhetes aéreos para a referida data serão utilizados para a 3ª Oficina de Monitoramento que se realizará no mês de novembro;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar o pagamento de novas passagens aéreas para os conselheiros municipais e equipe técnica do Programa Resgatando Vidas, participantes da 2ª Oficina de Monitoramento, realizada na cidade de Curitiba/PR, nos dias vinte sete e vinte oito de julho do ano de dois mil e quinze, do Programa Amigo de Valor, do Banco Santander, coo financiador do Programa Municipal Resgatando Vidas.

Art. 2º: Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Dionísio Cerqueira, 10 de março de 2015.

Juliano Izidoro Velho

Presidente do CMDCA- DC

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 039, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO N.º 039, de 03 de agosto de 2015.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 371/14, de 18/11/2014 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.0093 (10) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0093 (Atenção Básica – Vigilância Sanitária).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 03 de agosto de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 07 FMAS

Resolução 07/2015

A Comissão Especial Eleitoral Permanente, delegada pelo CMDCA dispõe sobre encaminhamentos referentes à solicitação de urnas, cabines e fechamento de cadastro, para a Eleição Unificada para Conselheiros Tutelares gestão 2016/2020, no âmbito do município de Erval Velho/SC.

Art. 1º A Comissão Especial Eleitoral Permanente, estabelece a solicitação de 02 urnas de lona; 04 cabines de votação; e listagem de votantes com fechamento de cadastro 30 dias anterior a data da eleição.

Art. 2º A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Erval Velho, 04 de agosto de 2015.

Adriana Canci

Coordenadora da Comissão Especial Eleitoral

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO ADT 1º TRR GILIOLI - COMBUSTÍVEL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: TRR Gilioli Ltda

Objeto: Aquisição de forma parcelada de combustível.

Número do Contrato: 0003/2015

Primeiro Termo Aditivo: Reequilíbrio financeiro.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário

do Processo Licitatório nº 0002/2015 na Modalidade

Pregão Presencial N.º 0001/2015.

do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 05 de agosto de 2015

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 133/PMF/2015. AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 133/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo contratação de empresa especializada para prestar serviços de pavimentação asfáltica, urbanização e acessibilidade de passeios públicos com extensão total de 620,00m, da Avenida Adélia Rosa Bosa Búrigo, município de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 804308/2014 e Processo nº. 1017075-37/2014.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de agosto de 2015 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 05 de agosto de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0038_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0165/2015 – PMF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0038/2015 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 25, caput, visando a despesa com duas inscrições para as servidoras Patrícia Ceron Machado e Daiane Correia, quer participarão do curso "Esocial - Entendendo e Implantando", que será realizado no dia 10 de setembro de 2015, em Florianópolis. Contratada: Meta Cursos e Treinamentos Ltda. Valor e pagamento: R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais) até o vencimento do boleto. Fundamento Legal: Art. 25 "CAPUT" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 05 de agosto de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0094_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0094/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição e instalação de móveis sob medida, para o novo prédio da sede do Corpo de Bombeiros, situado na Avenida Caçador, nº 582, Bairro São José. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 21.08.2015; Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 05 de agosto de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 160/2015

DECRETO Nº 160, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais), nas seguintes dotações:

11.00 – Secretaria de Ação Social				
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social				
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS				
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0514 (166)	R\$	20.000,00		
08.00 – Secretaria de Saúde				
08.01 – Fundo Municipal de Saúde				
10.301.0012.2.031 – Gestão do SUS				
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0444 (104)	R\$	21.000,00		
10.305.0013.2.033 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica				
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0407 (69)	R\$	20.000,00		
Total	R\$	61.000,00		

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417213413 – Transf. De Recursos do FNAS – SSCFV	R\$	20.000,00
417223310 – Transf. De Recursos do SUS – Comissão Intergestores	R\$	21.000,00
417213305 – Transf. De Recursos do SUS – Vig. Epidemiológica	R\$	20.000,00

TOTAL	R\$	61.000,00
-------	-----	-----------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 05 DE AGOSTO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 161/2015

DECRETO Nº 161, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento			
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento			
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento			
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (28)	R\$	91.000,00	
07.00 – Secretaria de Educação			
07.01 – Educação Geral			
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental			
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	69.000,00	
Total	R\$	160.000,00	

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	160.000,00
TOTAL	R\$	160.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 05 DE AGOSTO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1826/2015

PORTARIA Nº 1826, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

Designa Fiscal de Obra decorrente de
Contrato Administrativo.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar TAYLOR MARTELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 151.606.909-80, nomeado no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE, matrícula nº 11920, para acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo CT15PMF95, Processo Administrativo Licitatório nº 0148/2015, Tomada de Preços nº 0015/2015, cujo objeto é a prestação de

serviços de orientação técnica com notório saber em Produção Integrada de Sistemas Agropecuários – PISA, compreendendo o desenvolvimento e aplicação de metodologia de extensão rural com base em consultoria de orientação técnica, difusão de tecnologias e boas práticas de gestão em sistemas de produção, para produtores rurais que se dedicam à produção leiteira no município.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução do serviço acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo (SC), 05 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1827/2015

PORTARIA Nº 1827, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de ISAMARA VICENTE WEBER PINTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 034.733.899-27, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1828/2015

PORTARIA Nº 1828, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de CAMILA POBENGA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 073.030.459-02, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1829/2015

PORTARIA Nº 1829, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna da nº 1130/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CLAUDETE FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 906.942.959-49, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1830/2015

PORTARIA Nº 1830, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 1131/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 36 (trinta e seis) para 39 (trinta e nove) horas semanais a carga horária da servidora ANGELA BALESTRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 656.702.999-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, a partir de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1831/2015

PORTARIA Nº 1831, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de ADRIANE MISTURINI SERAFINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º. 005.744.099-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1832/2015

PORTARIA Nº 1832, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna da nº 1128/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSUÉ MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.881.479-35, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério**PREFEITURA****EXTRATO PORTARIAS MÊS DE JULHO 2015****EXTRATO PORTARIAS MÊS DE JULHO DE 2015**

Número	Assunto	Resumo	Data
149/2015	Nomear Funcionário	Nomeia o Senhor JOSÉ LUIZ RAMIRO, para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos com vencimentos correspondentes ao cargo de acordo com a legislação vigente.	02/07/2015
150/2015	Nomear Funcionário	Nomeia o Senhor ROBERTO PAULO ROSSI, para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo com vencimentos correspondentes ao cargo de acordo com a legislação vigente.	02/07/2015
151/2015	Designar	Designar a Comissão de Licitação e a Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal nomeada através das portarias 010/2015 e 009/2015 para a realização dos certames na Câmara Municipal de Vereadores de Frei Rogério no exercício de 2015.:	02/07/2015
152/2015	Designar	Designar o Senhor HIDEKI IWASAKI Vice Prefeito Municipal para responder e assinar pelos atos da Prefeitura Municipal de Frei Rogério no período de 06 a 09 de julho de 2015 devido à viagem oficial a Brasília.	03/07/2015
153/2015	Lota Servidor	Altera a lotação da servidora IRACELIA APARECIDA DO PRADO PALHANO ocupante do cargo de Servente/Merendeira com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo conforme portaria 124/2011, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Frei Rogério.	03/07/2015
154/2015	Lota Servidor	Altera a lotação da servidora ELISANGELA MIGUELINA VAZ DA SILVA ocupante do cargo de Servente com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social conforme portaria 003/2014, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo de Frei Rogério.	03/07/2015
155/2015	Lota Servidor	Altera a lotação do servidor LUIZ CARLOS DA FONSECA ocupante do cargo de Motorista com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo conforme portaria 103/2015, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social de Frei Rogério.	03/07/2015
156/2015	Exonerar	Rescinde o contrato de trabalho de SCHEILA DE OLIVEIRA PEPEs, nomeada através da Portaria 058/2015, para exercer o cargo de Professora junto a Secretaria de Educação Cultura Esporte e Turismo, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.	06/07/2015
157/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores relacionados, no período de 11/07/2015 a 30/07/2015 - 20 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	06/07/2015
158/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora MARIZA FURLAN DELFES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo III, no período de 13/07/2015 a 11/08/2015, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	06/07/2015
159/2015	Contrato de Trabalho	Contrata o Sr. GUMO ADRIANO RIBEIRO, para exercer o cargo de PROFESSOR para prestação de serviços junto a Secretaria de Educação Cultura e Esportes, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.	07/07/2015
160/2015	Designar	Designar a servidora RITA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitarista, para receber Função Gratificada III - Chefe de Serviços, prevista em lei.	10/07/2015
161/2015	Altera Lotação	Alterar a lotação da servidora DIRCEIA LUCIA FRANZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social com lotação na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social conforme portaria 062/2014 para atuar junto ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, de Frei Rogério.	10/07/2015
162/2015	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio a servidora OSMARINA DE LIMA OLIVEIRA, servidora efetiva no cargo de Servente, referente ao período aquisitivo de 2008 a 2013.	21/07/2015
163/2015	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Nomeia Comissão para aplicar prova no Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Frei Rogério.	21/07/2015
164/2015	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio ao servidor JORGE DE LORENZI, servidor efetivo no cargo de Motorista de Transporte Escolar, referente ao período aquisitivo de 2007 a 2012.	23/07/2015
165/2015	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Nomeia Comissão para Avaliação dos Uniformes Escolares.	23/07/2015

166/2015	Progresso Funcional	Incorpora ao vencimento dos servidores relacionados à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	24/07/2015
167/2015	Exonerar	Rescinde o contrato de trabalho de MARIA FAQUIM, para exercer o cargo de Professora junto a Secretaria de Educação Cultura Esporte e Turismo no Centro Municipal Adolfo Soletti, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em substituição da servidora afastada.	24/07/2015
168/2015	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio, a servidora ANDREIA REGINA BAYER, servidora efetiva no cargo de Fonoaudióloga, referente ao período aquisitivo de 2008 a 2013.	24/07/2015
169/2015	Licença para Tratamento de Saúde	Conceder Licença a servidora SANDRA MARISA DE ANDRADE FONSECA, servidora eletiva no cargo de Conselheira Tutelar, para cuidar de seu filho em virtude de problemas de saúde conforme requerimento e declaração médica.	27/07/2015
170/2015	Licença Prêmio	Conceder Licença Prêmio a servidora JOICE SUSIN, servidora efetiva no cargo de Nutricionista, referente ao período aquisitivo de 2008 a 2013.	28/07/2015
171/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora MARIA PRATES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Servente, no período de 03/08/2015 a 01/09/2015, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	28/07/2015
172/2015	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio a servidora SANDRA APARECIDA ALVES BARBOSA DE MORAES, servidora efetiva no cargo de Zeladora, referente ao período aquisitivo de 2010 a 2015.	28/07/2015
173/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor ANDERSON XAVIER DE LIS, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas Tributos Obras, no período de 03/08/2015 a 22/08/2015, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	29/07/2015
174/2015	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor PAULO ROBERTO SUSUMU SHINODA, ocupante do cargo de Contador, no período de 03/08/2015 a 22/08/2015, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	30/07/2015
175/2015	Licença para Tratamento de Saúde	Concede Licença sem Vencimentos à servidora BERNADETE TERESINHA MACHRY DUARTE, servidora efetiva no cargo de Servente/Merendeira lotada na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, no período de 27/07/2015 a 25/08/2015 - 30 (trinta) dias para cuidar de sua mãe conforme requerimento e declaração médica apresentada.	30/07/2015

Frei Rogério, 05 de agosto de 2015.
MAGNA ADRIANE RIBEIRO
Diretora de Departamento - RH

RESUMO ED. PROC.LIC., 24/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC torna público aos interessados que fará realizar, através da equipe de pregoeiros, nomeada pela portaria 09/2015, no dia 19 de agosto de 2015, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS, regida pelo decreto municipal 104/2007 e pelas leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo a aquisição de tubos de concreto, bitolas diversas, para manutenção das ruas e estrada vicinais do município.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 05 de agosto de 2015
OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal.

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2015 - 153 A 157

DECRETO Nº 153/2015

DISPÕES SOBRE DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 5º, da Lei Municipal nº 284/83, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desmembrado o lote urbano nº 4 da Quadra 53, com área total de 750 m², situado no loteamento Galvão na cidade de Galvão, descrito e matriculado no CR de São Domingos SC sob o número 9.075, de propriedade de Garbin Materiais de Construção LTDA ME o qual passara denominar-se como segue:

I- fica denominado lote 4A da quadra 53, com área de 375 m², ao Norte com a Rua Frei Barnabé na extensão de 25,00 metros e ao Sul com parte do Lote urbano nº 3 de propriedade de Garbin Materiais de Construção LTDA ME na extensão de 25,00 metros. Ao Leste com a Rua Anita Garibaldi, na extensão de 15,00 metros. A Oeste com o lote urbano nº 4B, na extensão de 15,00 metros.

II- fica denominado lote 4B da quadra 53, com área de 375 m², ao Norte com a Rua Frei Barnabé na extensão de 25,00 metros, e ao Sul com parte do Lote nº 3 de propriedade de Garbin Materiais de Construção LTDA ME na extensão de 25,00 metros, a Leste com o lote urbano nº 4A, na extensão de 15,00 metros, e a oeste com a chácara nº 53 de propriedade do Luiz Antônio Acorsi, na extensão de 15,00 metros.

Art. 2º. Faz parte integrante deste Decreto todo memorial descritivo, mapa, ARTs e Alvarás que competem a este processo conforme rege as Leis Municipais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 136/2015 de 02/07/2015.

Gabinete do Prefeito em 28 de julho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 154/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito suplementar no orçamento do fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.025	Manut. Das Ativ. Da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0002-00	14.000,00

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.027	Manut. bloco piso de atenção básica variável	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	01.0038-20	30.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações na seguinte programação de despesas.

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.027	Manut. bloco piso de atenção básica variável	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3190000000	Aplicações Diretas	01.0038-20	20.100,00
4490000000	Aplicações Diretas	01.0038-20	9.900,00
TOTAL	30.000,00		

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2.025	Manut. Das Ativ. Da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3393000000	Aplic Direta dec de op Entre órgãos	01.0002-00	10.000,00
4490000000	Aplic Direta dec de op. Entre órgãos	01.0002-00	4.000,00
TOTAL	14.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de julho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 155/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005;

Considerando o pedido formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a servidora Ivonete Carvalho, ocupante do cargo de agente de copa e limpeza, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto Municipal nº 034/2010 de 01/02/2010, exonerada de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 04 de agosto de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de julho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 156/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL, SUPLEMENTAR - NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 798/2014 de 22/09/2014, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício crédito adicional no valor de R\$ 81.500,00 (Oitenta e um mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.01 / SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
26.782.2601	2.043	Manutenção das ativ de Infraestrutura	
Classificação	Descrição	Fonte/detalhamento	Valor R\$
3390000000	Aplicações Diretas	001.1064-00	81.500,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da seguinte dotação orçamentaria: pelo excesso de arrecadação da receita: 424729905000000, fonte 01.15064 – R\$ 81.500,00, Convênio Estado Ação 043

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 30 de julho de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sergio Pacheco
Secretário de Administração

DECRETO Nº 157/2015

DECLARA INSERVÍVEIS BENS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, NOMEIA COMISSÃO COM VISTAS A AVALIAÇÃO DOS MESMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Neri Pederssetti, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 825/2015 de 04/08/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declarados inservíveis os bens públicos municipais descritos no Artigo 1º da Lei Municipal nº 825/2015 de 04/08/2015, ficando autorizado a alienação dos mesmos nos moldes da Lei Federal 8.666/1993.

Art. 2º. Fica nomeada uma comissão municipal composta por servidores públicos dos poderes Executivo e Legislativo do Município de Galvão-SC, com o objetivo de proceder a avaliação dos bens ora declarados inservíveis, com vistas aos procedimentos de alienação, conforme segue:

Funcionário/Servidor	Função na Comissão
Ivânio José Martins	Presidente
Alcenir Otto dos Santos	Secretário
Valcir Basi	Membro
Denis Albert Spricigo	Membro
Antonio Loureiro	Membro

Art. 3º. Fica estipulado o prazo de 10 (dez) dias para o término dos trabalhos da comissão ora nomeada, contados a partir da publicação do presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de agosto de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

PROCESSO DE LICITAÇÃO 038/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 038/2015, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 027/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 19 de agosto de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE TUBOS EM CONCRETO DIVERSOS TAMANHOS PARA MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO NAS ESTRADAS VICINAIS, BUEIROS E GALERIAS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 05 de agosto de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE044/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 044/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de camisetas para atender a projetos e campanhas do centro de referencia especializado de Assistência Social. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 19/08/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 19/08/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 05 de agosto de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 149/2015

DECRETO N.º 149, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS MÓVEIS QUE MENCIONA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a inservibilidade dos bens móveis abaixo relacionados, por estarem desgastados e inadequados as necessidades da Prefeitura Municipal de Garopaba:

I – 01 (um) fogão industrial, patrimônio: 001940;

II – 01 (um) freezer 210 litros, patrimônio: 001947.

Art. 2º. Fica determinado, aos setores responsáveis, providências para alienação dos bens objeto do presente Decreto, nos termos do § 2º, Art. 6º, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 06/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 631/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 631, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 001/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora NEIDE DOS SANTOS PIRES SILVA, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 3851, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 27/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 632/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 632, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 002/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora MARIA VALÉRIA TEIXEIRA, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 3852, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 27/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 633/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 633, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 003/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora DULCINEA DE CAMPOS, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 3854, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 28/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 634/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 634, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 004/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora MARTA ELEUTÉRIO BARBOSA, ocupante do cargo de professor 20 horas, matrícula n.º 3855, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 12/02/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 635/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 635, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 005/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora BERENICE CATA-RINA CARVALHO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de professor 20 horas, matrícula n.º 3857, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 20/05/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 636/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 636, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 006/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora JAQUELINE DA SILVA SILVEIRA, ocupante do cargo de professor 20 horas, matrícula n.º 3858, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 06/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 637/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 637, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 007/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora CARLA ANDRÉA NOSCHANG BATTISTELLA, ocupante do cargo de professor 20 horas, matrícula n.º 3860, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 11/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 638/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 638, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 008/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora MARIA GORETI FERREIRA RAQUEL, ocupante do cargo de professor 20 horas, matrícula n.º 4179, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 02/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 639/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 639, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 009/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora LEILA BORGES TEIXEIRA, ocupante do cargo de professor 20 horas, matrícula n.º 4180, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 02/07/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 640/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 640, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 010/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora MARINEZ MARTINS FERREIRA, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4268, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 17/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 641/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 641, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 011/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora VANESSA BATISTA MENDONÇA PIRES, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4269, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir 22/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 642/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 642, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 012/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora THAISE MARTINS RICARDO, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4376, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 22/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 643/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 643, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 013/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora TAMIRIS PACHECO GONÇALVES, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4377, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 22/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 644/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 644, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 014/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora AMARANTA VENZON DE BONA RAMOS, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4473, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 22/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 645/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 645, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 015/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora JOSEANE ARAÚJO DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de professor 20 horas, matrícula n.º 4475, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 22/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 646/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 646, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 016/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora INDIAMARA JOICE DE ARAUJO, ocupante do cargo de professor 20 horas, matrícula n.º 4492, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 22/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

PORTARIA N.º 647/2015 (REPUBLICAR POR ERRO DE DIGITAÇÃO)

PORTARIA N.º 647, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 017/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro de 2009, a servidora MIRELA DE BEM ZULIAN, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4497, no Grupo I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 22/06/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de agosto de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/08/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 119/2015

DECRETO Nº. 119 de 05 de agosto de 2015

“Dispõe sobre a designação do servidor Aroldo Acordi, Secretário Municipal de Estratégias Rurais, para responder pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica designado o servidor AROLDO ACORDI, Secretário Municipal de Estratégias Rurais, para responder cumulativamente pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, subordinado ao Gabinete do Prefeito até a data de 31 de agosto de 2015 ou até a nomeação de novo secretário.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.519, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 6.519, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

ANULA E SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II e VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
Dotação: 319 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 457.000,00

Art. 2º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2072 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
Dotação: 172 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 170.000,00

Art. 3º Por conta da anulação do art. 2º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2072 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
Dotação: 171 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 170.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA RH 78/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 78/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) FLAVIO GONÇALVES SALDANHA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05/03/2009 a 18/09/2014, devendo folgar a partir de 05/08/2015 a 02/11/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

SAMAE - GASPAR**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº 34/2015

OBJETO: Aquisição de tubos e conexões de PVC, ferro galvanizado e ferro fundido

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 19/08/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 19/08/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 03 de agosto de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20/2014 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2015

===== Número do contrato:

20/2014 - Número do Aditivo: 3 (Aditivo Reajuste 2)

Data vigência: 03/08/2015

Data vencimento: 31/12/2015

Número da Licitação: 31/2014 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE

Objeto: Empresa especializada em administração de estágio para estudantes (agente integrador de estágio), de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio. O estágio poderá ser obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, no ambiente de trabalho.

Valor acrescido: R\$ 11,55 (onze reais e cinquenta e cinco centavos).

Gaspar (SC), em 31 de julho de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

PORTARIA N. 59 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA N. 59 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2014, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, aprovado para o cargo, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificada:

NOME	NÍVEL	REF	C/H	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
LÚCIO HOTEQUIL	ASE V	22	40	Motorista	SAMAE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 05 de agosto de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

PORTARIA N. 60 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA N. 60 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE ALMOXARIFE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR MARCELO POFFO

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerado a pedido, a partir do dia 05 de agosto de 2015, o servidor MARCELO POFFO, portador do CPF nº. 935.479.609-59 e da CI nº. 3/R 3279.627 do cargo efetivo de Almoхарife do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível ASE IV, Ref. 23, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 05 de agosto de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

PORTARIA N. 61 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA N. 61 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2015, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, aprovados para o cargo, no nível, carga horária e habilitação abaixo especificada:

NOME	NÍVEL	REF	C/H	HABILITAÇÃO	LOTAÇÃO
IVAN FÁBIO FABRIS	AOME 1B	27	40	ENCANADOR	SAMAE
MARCELO POFFO	AOME 1B	27	40	ENCANADOR	SAMAE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), em 05 de agosto de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO N 22-2015-COM. LEILÃO 2015 LE 02-2015

DECRETO Nº 22/2015, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

"CONSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS, ELABORAÇÃO DE EDITAL E REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º. Designar os Servidores JOSELI VENITO PICKLER SCHMIDT, DIONE HEINZEN, ROSILDA PERIN BÖGER e JISELI KONS para, sob a Presidência do primeiro e sob a Secretaria do segundo, constituírem a Comissão de Leiloeiros, que será responsável pela Avaliação de Bens, Elaboração de Edital e Realização do Leilão Público nº 02/2015.

Art. 2º. Os bens objeto do Leilão Público nº 02/2015 são aqueles constantes da Lei Municipal 1.987/2014, incisos IV, XI.

Art. 3º. Os valores mínimos dos bens a serem alienados serão determinados pela Comissão ora constituída, embasados na Ata de Avaliação da Comissão constituída pela Portaria nº 0333/2014, de 04 de dezembro de 2014.

Art. 4º. O pagamento dos bens adquiridos pelos arrematantes deverá ser em moeda corrente nacional, nas formas estabelecidas no Edital pertinente.

Parágrafo Único. Se o pagamento ocorrer por meio de cheque, a liberação dos bens somente se dará após sua respectiva compensação.

Art. 5º. Os recursos arrecadados com a Alienação dos Bens Móveis descritos no Edital de Leilão serão aplicados em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 1.987/2014.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
04 de agosto de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 04 de agosto de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

PR 25/2015 CARROCERIA COLETA SELETIVA

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 63/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 25/2015-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CARROCERIA PARA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 20/08/2015, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 03 de agosto de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO 005/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PARA COMPOR CADASTRO DE RESERVA PARA ATUAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O ANO LETIVO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENECHINI, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 1.940/06 de 27 de novembro de 2006, nº 1.646/01 de 27 de dezembro de 2001, nº 2518/2013 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo para preenchimento de vagas para admissão de professores em caráter temporário, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para atender necessidades de excepcional interesse público para o ano letivo de 2016, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Leis Municipais nº 1.940/06 de 27 de novembro de 2006, nº 1.646/01 de 27 de dezembro de 2001, nº 2518/2013 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Guaraciaba - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.6. O presente PROCESSO SELETIVO será válido para o ano letivo de 2016.

1.1.7. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA, TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO.

1.2 Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se ao Processo Seletivo abaixo delineado, devendo ser preenchidas por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente Edital.

1.2.2. O Processo Seletivo Público destina-se ao preenchimento de vagas, para contratação temporária imediata de servidores municipais, e compor reserva técnica, destinado a prover função, no quadro da categoria funcional do magistério, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

1.2.3. O número de vagas será disponibilizado conforme necessidade aferida após a realização das matrículas, sendo que a presente seleção servirá para compor reserva técnica. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

PROFESSOR HABILITADO					
Cargo/ função	Nº Vagas	Vencimento R\$/20h	Carga horária Semanal	Habilitação	Tipo de Prova
Professor I N1 Educação Infantil	CR*	R\$ 1.330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão em Pedagogia c/ habilitação em Educação Infantil.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor I N1 Anos Iniciais Ensino Fundamen- tal	CR*	R\$ 1.330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão em Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

Professor II N1 Artes	CR*	R\$ 1.330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor II N1 Geografia	CR*	R\$ 1.330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor II N1 História	CR*	R\$ 1.330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor II N1 Ciências	CR*	R\$ 1330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor II N1 Matemática	CR*	R\$ 1.330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor II N1 Português	CR*	R\$ 1.330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor II N1 Espanhol	CR*	R\$ 1.330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor II N1 Inglês	CR*	R\$ 1.330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço
Professor II N1 Educação Física	CR*	R\$ 1.330,90	20h	Portador de Certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação.	Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço

*CR: Cadastro de Reserva

** Para exercer funções no MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NA DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA, obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física deverá possuir: Curso de Licenciatura em Educação Física: (Resoluções nº 1 e 2/2002/CNE) ou (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

** Para exercer funções nas ATIVIDADES FÍSICAS E/OU DESPORTIVAS, que não estejam vinculadas a disciplina Educação Física, como componente curricular da Educação Básica, deverá obrigatoriamente, o Profissional de Educação Física deve possuir: Curso de Bacharelado em Educação Física (Resolução nº 7/2004/CNE e Resolução nº 4/CNE, de 6 de abril de 2009) ou Licenciatura em Educação Física (Resolução nº 03/87/CFE) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.

1.2.4. Os Vencimentos acima mencionados referem-se a 20 horas semanais para os cargos de professores. Poderão ser contratados professores com carga horária diversa, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, recebendo vencimento proporcional às horas semanais trabalhadas.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08 horas do dia 06/08/2015 às 23h59min do dia 08/09/2015.

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.
- Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.
- Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;
- Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 09/09/2015.

2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na biblioteca pública municipal, localizada junto ao Centro de Múltiplo Uso Armando Domingos Montagna ao lado da Prefeitura de Guaraciaba - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.2.2. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.3. A Prefeitura de Guaraciaba - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.4. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.4.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.2. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.5. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5.1. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile.

2.5.2. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.6. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.7. O candidato poderá inscrever-se para 01 (um) ou 02 (dois) cargos na mesma categoria (professores), previstos no edital.

2.7.1. Em caso de inscrição para dois cargos, o candidato deverá efetuar o recolhimento das taxas de inscrições para os dois (02) cargos a que pretende se inscrever;

2.7.2. Em caso de inscrições erradas e pagamento das mesmas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é responsabilidade do candidato efetuar a sua inscrição para o cargo a qual pretende concorrer corretamente;

2.7.3. Para os cargos que é permitida inscrições para dois (02) cargos, serão consideradas válidas somente as duas (02) últimas inscrições realizadas;

2.7.4. Em caso de realização de duas (02) provas, o candidato deverá responder as duas simultaneamente, no horário estabelecido por este edital.

2.8. O valor da taxa para cada inscrição é fixado em:

VALOR R\$	Cargo
R\$ 60,00	Professor

2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.10.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.10.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Considerando-se que o presente Processo Seletivo destina-se a cadastro de reserva, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, e que por lei são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição, deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação do Município de Guaraciaba, sito à Rua Ademar Barros, 85, Centro de Guaraciaba em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Educação somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Guaraciaba/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Guaraciaba, sito na Rua Ademar de Barros, 85, Centro do Município de Guaraciaba, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 07/11/2015, às 09h, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua REINOLDO RITTER, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para

instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h e término às 11h30min.

5.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de conhecimentos específicos, português e matemática.

5.1.4.2. A prova será composta de 20 (vinte) questões inéditas.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática para todos os cargos de PROFESSORES, especificados no item 1.2.3 deste edital, conforme quadro abaixo:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	12	0,45	5,40	4,00
2 <input type="checkbox"/> Português	05	0,20	1,00	
3 <input type="checkbox"/> Matemática	03	0,20	0,60	
TOTAL	20	-	7,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA DE TÍTULOS: Para os cargos de PROFESSORES. Valendo 1,80 (um vírgula oito) pontos, sendo considerado título:

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Comprovante de conclusão de curso de Pós-Graduação em nível de Especialização na área da Educação.	01	0,60 pontos	0,60
Comprovante de conclusão de curso de Graduação nas áreas pertinentes ao cargo escolhido.	01	0,20 pontos	0,20
Cursos de aperfeiçoamento com carga horária mínima de 10 horas, e pertinentes ao cargo escolhido, até o máximo de 100 horas.		0,01 pontos a hora	1,00
TOTAL de títulos			1,80

5.3.1 A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva, somente para efeitos de classificação sendo:

a) Os pontos destinados à especialização Pós-Graduação, somente serão válidos com apresentação de diploma ou certificado de Conclusão da Instituição de Ensino.

b) As cópias dos documentos para a PROVA DE TÍTULOS juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, sito na Rua Ademar de Barros nº 85, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30m às 11h30m e das 13h30m às 17h30m, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

b.1) A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, sito na Rua Ademar de Barros nº 85, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

c) Cursos de atualização/aperfeiçoamento, válidos para todos os cargos, somente serão considerados se realizados no período de 2013, 2014 e até 31 de julho de 2015.

d) Os cursos de Pós-graduação incompletos não têm validade como curso de aperfeiçoamento, para este processo seletivo.

e) Os títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pela inscrição conforme anexo deste edital.

f) O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

5.4. DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO: Para os cargos de PROFESSORES. Valendo 1,20 (um vírgula dois) pontos sendo considerado tempo de serviço:

Títulos	Nº máx. de Títulos/meses	Valor do Título	Pontuação dos títulos
Cômputo do tempo de serviço no magistério, será considerado o tempo de experiência na área pública, privada ou filantrópica.	120 meses	0,01	1,20
TOTAL	-		1,20

5.4.1. A comprovação de Tempo de Serviço em anos, meses e dias será avaliada mediante apresentação de Certidão específica, preenchida pelo órgão correspondente, com data limite 31/07/2015. A mesma deverá conter a totalização do tempo em anos, meses e dias.

5.4.2. Entende-se por Tempo de Serviço o tempo que o candidato atuou junto ao magistério.

5.4.3. É vedada a soma de tempo de serviço concomitante para fins de pontuação.

5.4.4. A certidão não poderá conter rasuras.

5.4.5. Para efeitos de cômputo de tempo de serviço, em relação à dias, será considerado o somatório dos dias, ou seja, 15 dias ou mais, será computado 01 (um) mês de efetivo exercício.

5.4.6. O cômputo para tempo de serviço será de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos por mês de efetivo exercício na função.

a) Os comprovantes serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pela inscrição conforme anexo

deste edital.

b) O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

c) As cópias dos documentos para a Prova de TEMPO DE SERVIÇO juntamente com o formulário de tempo de serviço preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, sito na Rua Ademar de Barros nº 85, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30m às 11h30m e das 13h30m às 17h30m, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

c.1) A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário de tempo de serviço preenchido e assinado também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, sito na rua Ademar de Barros nº 85, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

5.5. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.5.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.5.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40m), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.5.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.5.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.5.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.5.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá caderno de questões, cartão resposta e cartão identificação.

5.5.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Identificação, em local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.5.4.2. O candidato deverá apor no Cartão Resposta as suas respostas por questão, PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA, conforme, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.5.4.3. O Cartão Resposta não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital no verso do cartão, a qual será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.5.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao(s) cargo(s) em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.5.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 E 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.

5.5.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão Resposta (Gabarito):

5.5.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão resposta, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.5.8. O cartão resposta não será substituído por erro do candidato.

5.5.9. O preenchimento do Cartão Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.5.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão resposta.

5.5.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.5.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.5.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão resposta e o cartão identificação.

5.5.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.5.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.5.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.5.17. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta e o cartão de identificação ao mesmo tempo.

5.5.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.

5.5.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar no verso do cartão resposta eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.5.17.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.5.17.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.5.17.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões respostas e cartões de identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.5.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.5.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.5.21. O Município de Guaraciaba a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.6. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.6.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.6.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.6.3. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.7. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.8. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando cartão resposta e cartão de identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.8.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Câmara de Vereadores de Guaraciaba – SC, às 09 horas do dia 10 de novembro 2015, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (cartão de identificação).

6.1.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.1.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital e da Prova de Títulos.

6.2. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, sendo o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do disposto no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº 10. 741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.1.4. Maior número de acertos na prova de Português;

7.1.5. Maior número de acertos na prova de Matemática;

7.1.6. Maior Idade;

7.1.7. Sorteio Público.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva;

- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Processo Seletivo, para cada cargo/função.
- 9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).
- 9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.
- 9.4. Para a interposição dos mesmos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:
- a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.
- b) Acessar a "Área do Candidato".
- c) Clicar em "recursos e requerimentos".
- d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.
- e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.
- 9.4.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.
- 9.4.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido Cargo, independente de terem recorrido.
- 9.5 Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.
- 9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.
- 9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
- 9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da Ameosc.
- 9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.
- 9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da Ameosc é irrecorrível na esfera administrativa.
- 9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo decreto de resultado final será publicado.
- 10. DA ESCOLHA DAS VAGAS**
- 10.1. A escolha de vagas será realizada, conforme definição e divulgação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude obedecendo à ordem de classificação por área de inscrição para a chamada de escolha, envolvendo todas as unidades escolares municipais.
- 10.1.1. Não havendo mais classificados interessados em escolher vaga em uma das áreas de atuação, seguir-se-ão os critérios da lei municipal.
- 10.2. A carga horária da vaga será determinada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude.
- 10.3. O candidato no momento da escolha da vaga está optando em assumir o compromisso de corresponder com todas as atividades pedagógicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, independente da carga horária escolhida, sob pena da aplicação das leis cabíveis.
- 10.4. O candidato que no momento da escolha não aceitar a vaga disponível, será reclassificado. Caso chegar a escolher, confirmando a opção e acabar desistindo da vaga (pedindo exoneração), será automaticamente eliminado da listagem dos candidatos aprovados no Teste Seletivo.
- Parágrafo Único: O pedido de exoneração deverá ser protocolado com 07 dias de antecedência sob pena de ser descontado os valores relativos a esse período.
- 10.5. Na hipótese de abrir vaga no decorrer do ano letivo e não houver candidato excedente do processo seletivo, as admissões serão feitas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude conforme critérios estabelecidos na lei municipal.
- 10.6. O candidato que no momento da escolha não estiver presente ou não demonstrar interesse para escolher e assumir a vaga disponível no momento será automaticamente reclassificado, podendo escolher com prioridade sobre os demais classificados de acordo com sua classificação em escolhas de aulas futuras, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. O candidato deverá formalizar por escrito o não interesse pela vaga.
- 10.7. O candidato classificado para educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, no ato da escolha poderá escolher uma vaga temporária de 20 horas semanais ou 40 horas semanais na mesma unidade escolar. O candidato dos anos finais do ensino fundamental poderá escolher vagas com carga horária de 20 horas semanais na sua área de atuação ou 40 horas semanais na mesma unidade escolar. O candidato poderá escolher mais uma vaga desde que, todos os candidatos tenham sido chamados ou demonstrado desinteresse pela vaga.
- 10.8. Será admitida a escolha da vaga por terceiros mediante procuração particular do interessado, autenticada em cartório, assumindo este todas as responsabilidades.
- 10.9. As escolhas serão divulgadas com data, horário e local da escolha de aulas, na rádio local, no mínimo com seis inserções, em horários que facilitem aos munícipes o acesso à informação e na página inicial do site eletrônico oficial do Município de Guaraciaba, com destaque e antecedência mínima de 24 horas, sendo que o não comparecimento do candidato classificado caracteriza desinteresse pela vaga.
- 10.10. No ato da escolha os professores assinarão a ata.
- 10.11. Em caso de desistência da vaga do professor presente no ato da escolha, deverá ser formalizada a referida renúncia da vaga em documento escrito e assinado pelo desistente.
- 11. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO**
- 11.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 11.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:
- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;

- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.
- 11.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.
- 11.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.
- 11.5. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2016.
- 11.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.
- 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 12.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.
- 12.2. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Guaraciaba – SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
- 12.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.
- 12.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme a legislação vigente.
- 12.5. O Prefeito do Município de Guaraciaba - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.
- 12.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de São Miguel do Oeste (SC).
- 12.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV – Formulário de Prova de Título;

ANEXO V – Formulário de Tempo de Serviço;

ANEXO VI – Portaria que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO VII – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

Guaraciaba (SC), 05 de Agosto de 2015.

ROQUE LUIZ MENEGUINI

Prefeito

Vistado na Forma de Lei

Marina Guerini

OAB/SC 28.067 - Assessora Jurídica Prefeitura de Guaraciaba

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	05/08/2015	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Guaraciaba - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.
Inscrições	06/08/2015 a 08/09/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos e Tempo de Serviço	06/08/2015 a 08/09/2015	Junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Guaraciaba, sito à Rua Ademar de Barros, 85, Centro de Guaraciaba, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	16/09/2015	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	17 e 18/09/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	23/09/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação das Notas da Prova de Títulos e Tempo de Serviço	24/09/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos referente as notas da Prova de Títulos e Tempo de Serviço	25 a 28/09/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referentes a notas da Prova de Títulos e Tempo de Serviço	01/10/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas

Publicação do Ensalamento	21/10/2015	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	07/11/2015	A prova objetiva será realizada na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na Rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/SC. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09h e término às 11h30min.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	09/11/2015	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	10 e 11/11/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	10/11/2015	Às 09h, na Câmara de Vereadores, sito na Rua Ademar de Barros, 85, Centro, Guaraciaba – SC
Publicação do Resultado Preliminar	11/11/2015	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.
Prazo de recurso referente a Classificação Preliminar	12 e 13/11/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a Classificação Preliminar e Gabarito Preliminar	26/11/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	27/11/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	30/11/2015	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

ANEXO II**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****PROFESSORES****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Grau. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**PROFESSOR SERIES INICIAIS:**

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Metodologia de ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividades Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky, Cipriano Luckesi. Psicomotricidade. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LDB. Leis nº 5692/71 e 9.394/96. Alfabetização. Fases do Desenvolvimento. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Problemas de Aprendizagem: Fatores Físicos, Psíquicos e Sociais. Recreação: Atividades recreativas. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura: métodos, técnicas e habilidades. Instrumentos / Atividades Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky, Cipriano Luckesi. Psicomotricidade. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente.

PROFESSOR DE ESPANHOL

Interpretação de textos e palavras em espanhol. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: português e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola.

PROFESSOR DE PORTUGUÊS

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: ciências, matemática, português e outros. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Conhecimentos específicos da disciplina.

PROFESSOR DE INGLÊS

Interpretação de textos e palavras em inglês. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: Metodologia de Ensino: inglês e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola.

PROFESSOR DE ARTES

Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Projeto Político Pedagógico. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: artes e conteúdo específico. O significado da arte no processo de transformação do homem com os outros homens e com a natureza através do trabalho; Arte-educação como representação e organização do real; Educação Artística na formação da percepção e da sensibilidade do aluno. Pressupostos Metodológicos - Alfabetização Estética: leitura, conhecimento e trabalho artístico. Música: Elemento formal da expressão musical. Música: popular, erudita, folclórica. Teatro - O teatro na Educação. Elementos formais da representação cênica, texto, corpo e espaço cênico.

PROFESSOR DE HISTÓRIA

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola. Metodologia de Ensino: história e conteúdo específico.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: geografia e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola.

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: ciência e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Atualidades. Projeto Político Pedagógico. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: matemática e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Piaget, Vygotsky. Educação em âmbito global. Projeto Político Pedagógico. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Metodologia de Ensino: ciências e conteúdo específico. Relacionamento: Professor x Aluno. Função e Papel da Escola.

Conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Condicionamento físico, legislação, metodologia. Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica. Fisiologia do esforço e socorros de urgência. Efeitos fisiológicos dos exercícios, regulação hormonal durante o exercício, controle cardiovascular durante o exercício, termo regulação e relação entre atividade física e doenças cardiovasculares e respiratórias. Recreação, ginástica e dança. Atividade lúdica. Jogos e técnicas de jogos infantis organizados. Desenvolvimento infantil. Psicomotricidade e atividades psicomotoras. Pedagogia do movimento na escola da primeira e da segunda infância. Práticas desportivas, modalidades e regimentos.

ANEXO III**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015****ATRIBUIÇÕES DO CARGO****PROFESSORES**

1. Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
2. Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;
3. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
4. Estabelecer e implantar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
5. Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos;
6. Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
7. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
8. Desempenhar as demais tarefas indispensáveis ao atendimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

ANEXO IV**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015****FORMULÁRIO PROVA DE TÍTULOS****COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS**

NOME: _____ INSCRIÇÃO: _____

FUNÇÃO: _____

Declaro que recebi de _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital nº 005/2015.

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
Comprovante de conclusão de curso de Pós-Graduação em nível de Especialização na área da Educação.	01	0,60 pontos	
Comprovante de conclusão de curso de Graduação nas áreas pertinentes ao cargo escolhido.	01	0,20 pontos	
Cursos de aperfeiçoamento com carga horária mínima de 10 horas, e pertinentes ao cargo escolhido, até o máximo de 100 horas.		0,01 pontos a hora	
TOTAL de títulos			

AValiação PELA COMISSÃO EXAMINADORA.

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, foram avaliados em ____ pontos.

Guaraciaba – SC, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato	Assinatura Resp. Inscrição
-------------------------	----------------------------

ANEXO V**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015****FORMULÁRIO TEMPO DE SERVIÇO****COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS TEMPO DE SERVIÇO**

NOME: _____ INSCRIÇÃO: _____

FUNÇÃO: _____

Declaro que recebi de _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital nº 005/2015.

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Pontuação dos títulos
Cômputo do tempo de serviço no magistério será considerado o tempo de experiência na área pública, privada ou filantrópica.	120 meses	0,01	
TOTAL	-		

AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA.

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, foram avaliados em _____ pontos.

Guaraciaba – SC, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato	Assinatura Resp. Inscrição
-------------------------	----------------------------

ANEXO VI**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015****PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE GUARACIABA****PORTARIA Nº 331/2015****De 03 de agosto de 2015**

ROQUE LUIZ MENEHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Graciele Mara Maldaner, Talita Guerini, Michele Kunzler, Felipe Brustolin, Roseli Vaini Brustolin Comin, Janete Gabe e Jair Agostini, brasileiros(as), servidores públicos municipais, residentes e domiciliadas no município, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DOS TESTES SELETIVOS, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através dos Editais nº 005/2015 e 006/2015.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaraciaba, 03 de agosto de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO VII**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2015****DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC****PORTARIA Nº 332/2015****De 03 de agosto de 2015**

ROQUE LUIZ MENEHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto e Udinara Vanusa Zanchettin, brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, para comporem a COMISSÃO DOS TESTES SELETIVOS que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através dos Editais nº 005/2015 e 006/2015.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba, 03 de agosto de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO SELETIVO 006/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, MÉDICO, TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRA EM VIRTUDE DE AFASTAMENTO DOS TITULARES DO CARGO.

O Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENEHINI, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 1.940/06 de 27 de novembro de 2006, nº 1.651/2002 de 09 de janeiro de 2002, nº 1.705/2002 de 11 de dezembro de 2002, nº 1.824/2005 de 25 de fevereiro de 2005 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo para preenchimento de vagas para admissão em caráter temporário, sob o Regime Celetista, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS**1.1. Disposições preliminares:**

1.1.1. O presente Edital do Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de Guaraciaba - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1. do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.6. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.2 Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento	Carga Horária	Habilitação
Agente Comunitário de Saúde (*micro área 24)	01	R\$ 1.092,08	40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão do Ensino Médio, domiciliado na área de atuação.
Técnico em Enfermagem	*CR	R\$ 1.137,14	40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão do Ensino Médio, específico na área
Enfermeira	*CR	R\$ 3.049,92	40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão do Ensino Superior em Enfermagem
Médico	*CR	R\$ 15.797,16	40 h/sem	Portador de Certificado de conclusão do Ensino Superior em Medicina

* CR – cadastro de reserva

1.2.1.1. Localidades compreendidas na Micro área 24: Parte das Ruas: Do Comércio, 1º de Maio, 13 de Maio, Ademar de Barros, Presidente Vargas, General Osório, 13 de Outubro, Pedro Werlang, Cruz e Souza, Padre Bernardo Gemin, Cristóvão Colombo, Santos Dumont, Presidente Kennedy, Ermindo Anschau, Nossa Senhora de Fátima e Padre Feijó.

1.2.1.2. Conforme o Art. 6º, incisos I e II, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. Nos termos da lei Municipal 2728/2014 a habilitação exigida para o cargo é a conclusão do ensino médio.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08hrs do dia 06/08/2015 às 23h59min do dia 05/09/2015.

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.
- b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.
- c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- d) Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;
- e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 08/09/2015.

2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na biblioteca pública municipal, localizada junto ao Centro de Múltiplo Uso Armando Domingos Montagna ao lado da Prefeitura de Guaraciaba - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.2.2. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.3. A Prefeitura de Guaraciaba - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.4. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.4.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.2. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.5. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5.1. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile.

2.5.2. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.6. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.7. O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 cargo. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.8. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

Valor R\$	Escolaridade
R\$ 40,00	Ensino Médio
R\$ 80,00	Ensino Superior

2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.10.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.10.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Em face do número limitado de vagas oferecidas neste Processo Seletivo não haverá reserva de vagas para os candidatos portadores de necessidades especiais.

3.2. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.3. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 10/10/2015, às 14h30min, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua REINOLDO RITTER, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida

a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 14h20min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17hrs.

5.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de conhecimentos específicos, português e matemática.

5.1.4.2. A prova será composta de 20 (vinte) questões inéditas.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para todos os cargos, especificados no item 1.2.1 deste edital:

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1-Conhecimentos Específicos	12	0,60	7,20	4,00
2- Português	05	0,35	1,75	
3- Matemática	03	0,35	1,05	
TOTAL	20	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (14h10min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um ou dois cadernos de questões, um ou dois cartões resposta e um ou dois cartões identificação, de acordo com sua inscrição.

5.3.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Identificação, em local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.3.4.2. O candidato deverá apor no Cartão Resposta as suas respostas por questão, PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA, conforme a forma correta, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.3.4.3. O Cartão Resposta não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital no verso do cartão, a qual será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.3.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 E 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.

5.3.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.3.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.3.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.3.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

- 5.3.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.
- 5.3.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.
- 5.3.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.
- 5.3.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.
- 5.3.17. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta e o cartão identificação ao mesmo tempo.
- 5.3.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.
- 5.3.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.
- 5.3.17.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.
- 5.3.17.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.
- 5.3.17.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta e cartões identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.
- 5.3.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.
- 5.3.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
- 5.3.20. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.
- 5.4. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:**
- 5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:
- a) Documento de identificação;
 - b) Comprovante de Inscrição;
 - c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
 - d) Lápis preto e borracha;
 - e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- 5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.
- 5.4.3. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.
- 5.5. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:**
- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
 - b) Fumar;
 - c) Comunicação entre os candidatos;
 - d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
 - e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.
- 5.6. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:**
- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
 - b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
 - c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
 - d) não apresentar documento que bem o identifique;
 - e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
 - f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
 - g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
 - h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
 - i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
 - j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
 - k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
 - l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
- 5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.
- 6. DA SESSÃO PÚBLICA**
- 6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Câmara de Vereadores, sito à Rua Ademar de Barros nº 85, Centro, Guaraciaba - SC, às 11hrs do dia 14/10/2015, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).
- 6.2. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença constando o horário de entrada e saída.
- 7. DO EMPATE NA NOTA FINAL**
- 7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do disposto no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.2. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.1.3. Maior número de acertos na prova de Português;

7.1.4. Maior número de acertos na prova de Matemática;

7.1.5. Maior Idade;

7.1.6. Sorteio Público.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado até às 18 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) na formulação das questões da prova objetiva;

c) no gabarito preliminar divulgado;

d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Processo Seletivo, para cada cargo/função.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Para a interposição dos mesmos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Acessar a "Área do Candidato".

c) Clicar em "recursos e requerimentos".

d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido Cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da Ameosc.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da Ameosc é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo decreto de resultado final será publicada.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

10.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;

b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;

c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Celetista.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

10.5. O presente processo seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

10.7. Conforme o Art. 6º, incisos I e II, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada. Nos termos da lei Municipal 2728/2014 a habilitação exigida para o cargo é a conclusão do ensino médio.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à

necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.

11.2. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Guaraciaba – SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

11.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme a legislação vigente.

11.5. O Prefeito do Município de Guaraciaba - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de São Miguel do Oeste (SC).

11.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Portaria que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO IV – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

Guaraciaba (SC), 05 de Agosto de 2015.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Marina Guerini

OAB/SC 28.067

Assessora Jurídica Prefeitura de Guaraciaba

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	05/08/2015	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Guaraciaba - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.
Inscrições	06/08/2015 a 05/09/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	10/09/2015	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	11 à 14/09/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	17/09/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação do Ensalamento	28/09/2015	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	10/10/2015	- A prova objetiva será realizada na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na Rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/SC - A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min. - O fechamento dos portões será às 14h10min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. - A prova terá início às 14h30min e término às 17h.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	13/10/2015	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	14 e 15/10/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	14/10/2015	Às 11h, na Câmara de Vereadores, sito na rua Ademar de Barros, 85, Centro, Guaraciaba - SC
Publicação do Resultado Preliminar	15/10/2015	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente a Classificação Preliminar	16 a 19/10/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a Classificação Preliminar e Gabarito Preliminar	28/10/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas

Divulgação do Gabarito Oficial /Final	29/10/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas.
Publicação da Classificação/Resultado Final	30/10/2015	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.

ANEXO II**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CARGOS DE NÍVEL MÉDIO****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; Ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise Sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:**

Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria GM nº 648/2006 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Atribuições do cargo/função. Noções Básicas de informática.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM:

Fundamentos de Enfermagem: Noções básicas de saúde e doença, ações de enfermagem com relação à aferição de sinais vitais, realização de curativo, cuidado com a higiene, conforto e segurança ao paciente, preparo do paciente para exames, organização da unidade do paciente, administração de medicamentos por via oral, venosa, intramuscular, sub cutânea, ocular, nasal, retal, otológica. Biossegurança. Enfermagem Médico-Cirúrgica: Assistência de enfermagem a pacientes portadores de afecção cardiovascular, respiratória, digestiva, endócrina, renal, neurológica e hematológica. Assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico no pré, trans e pós-operatório. Prevenção e controle de infecção hospitalar. Assistência de enfermagem a pacientes em situação de urgência. Enfermagem Materno- Infantil: Assistência de enfermagem à mulher no ciclo vital (gestante, parturiente e puerpério), no parto normal e de risco e ao recém-nascido normal e de risco. Assistência à criança nas fases de lactente, pré-escolar, escolar e adolescente no seu desenvolvimento. Enfermagem em Saúde Pública: Noções de epidemiologia, cadeia epidemiológica, vigilância epidemiológica, indicadores de saúde, atenção primária em saúde. Assistência de enfermagem na prevenção e controle de doenças infecto-parasitárias, crônico-degenerativas e processo de reabilitação. Programa Nacional de Imunização. Programa de Assistência à Saúde da Mulher, Criança e do Trabalhador. Enfermagem em Saúde Mental: Integração da assistência de enfermagem às novas políticas públicas de atenção à saúde mental da criança e adultos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR****I - PORTUGUÊS:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ENFERMEIRA:

Processo de enfermagem: Sistematização da Assistência em Enfermagem; semiologia e semiotécnica em enfermagem; teorias da enfermagem. Biossegurança: conhecimento e medidas de biossegurança; prevenção em controle de riscos ocupacionais e de infecções hospitalares. Enfermagem na gestão em serviços de saúde: planejamento; tomada de decisão; gerenciamento de pessoal e liderança em enfermagem; relacionamento interpessoal; humanização da atenção em saúde; sistema de informação em saúde. Ética e bioética em enfermagem. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social; indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento; Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990. Visita e consulta de enfermagem em domicílio: técnicas e abordagens; estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente à família, à mulher e ao neonato, a grupos em situações vulneráveis e minoritários. Enfermagem em saúde da mulher: Sistematização da Assistência de Enfermagem à mulher; imunização; prevenção do câncer ginecológico e de mama. Climatério. Planejamento familiar: atenção ao casal infértil, atenção à contracepção (métodos reversíveis e irreversíveis) incluindo a contracepção de emergência. Atenção à mulher em abortamento; atenção à mulher vítima de violência doméstica. Enfermagem em saúde materno-neonatal: cuidado de enfermagem à mulher e ao neonato durante o período gravídico-puerperal; trabalho de parto e nascimento; sistematização da assistência de enfermagem à gestante, à parturiente, à puérpera e ao neonato; aleitamento materno. Educação em saúde: educação popular em saúde e sua aplicação na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde de grupos específicos.

MÉDICO:

Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infecciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Atenção Básica - Saúde da Família. Estratégia de Saúde da família. Assistência domiciliar. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. Ética Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Médico Clínico Geral Medicina Geral: Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infecciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Consciência, educação e boas práticas Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Ética Profissional.

ANEXO III**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015****PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE GUARACIABA****PORTARIA Nº 331/2015****De 03 de agosto de 2015**

ROQUE LUIZ MENEZHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Graciele Mara Maldaner, Talita Guerini, Michele Kunzler, Felipe Brustolin, Roseli Vaini Brustolin Comin, Janete Gabe e Jair Agostini, brasileiros(as), servidores públicos municipais, residentes e domiciliadas no município, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DOS TESTES SELETIVOS, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através dos Editais nº 005/2015 e 006/2015.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaraciaba, 03 de agosto de 2015.

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

PORTARIA Nº 332/2015

De 03 de agosto de 2015

ROQUE LUIZ MENECHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto e Udinara Vanusa Zanchettin, brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, para comporem a COMISSÃO DOS TESTES SELETIVOS que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através dos Editais nº 005/2015 e 006/2015.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba, 03 de agosto de 2015.

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº78/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 78/2015 – PMG

Processo Licitatório: 78/2015 - PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CALHAS DE CONCRETO PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Entrega dos Envelopes: 18/08/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 18/08/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 04 de agosto de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2015 - PMG.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES
ERRATA II:

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2015 – PMG

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão Presencial n.º 97/2015 – PMG.

1. ALTERAÇÃO ELEMENTOS DO EDITAL

No item 4 do Edital, no qual se estabelece o objeto do certame e itens, altera-se a descrição dos itens 3 e 4 do objeto.

2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO (Passará a conter a seguinte descrição)

A data de Recebimento dos Envelopes e Abertura da Sessão fica marcada para o dia 21/08/2015 às 09h, as demais informações permanecem inalteradas.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br> ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 05 de agosto de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2015 – FMS.

Objeto: Aluguel de espaço, sonorização e internet para realização da 8ª Conferência Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, através do Fundo Municipal de Assistência Social, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: Comunidade Evangélica Luterana de Guaramirim – SC, CNPJ nº 05.556.611/0001-34.

Valor: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Guaramirim (SC), 31 de julho de 2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

NOTA DE RETIFICAÇÃO DECRETO Nº. 518/2015

NOTA DE RETIFICAÇÃO DECRETO Nº. 518/2015

Publicação realizada no dia 05/08/2015 (quarta-feira), DOM/SC - Edição nº. 1799, página 137.

Onde se lê no art. 1º e 2º: "18089R\$ 22.000,00"

Leia-se: "10000R\$ 22.000,00"

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação: DECRETO Nº. 518/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 22.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

13.00 – Fundo de Assistência Social

13.001

2154 – Serviço de acolhimento institucional

3339000000000000

10000 R\$ 22.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

13.00 – Fundo de Assistência Social

13.001

2154 – Serviço de acolhimento institucional

3319000000000000

10000 R\$ 22.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 899/2015

PORTARIA Nº 899/2015

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor FERNANDO SÉRGIO FAVRETTO (Matr. 2879), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência – 9/B, 40 horas semanais, para responder pela função de Fiscal de Contratos pactuados pela Administração Pública de Herval d' Oeste, quando estes forem submetidos à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com a Instrução Normativa CCI Nº 001/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Agosto de 2015.

Ricardo José Nodari
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 900/2015

PORTARIA Nº 900/2015

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora CLAUDIA MARIA SCHEREIDER (Matr. 2872), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/Referência – 6/2/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, para responder pela função de Fiscal de Contratos pactuados pela Administração Pública de Herval d' Oeste, quando estes forem submetidos à Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Instrução Normativa CCI Nº 001/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Agosto de 2015.

Ricardo José Nodari
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 901/2015

PORTARIA Nº 901/2015

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora ALINE PRAXMARER (Matr. 4137), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência – 1/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, para responder pela função de Fiscal de Contratos pactuados pela Administração Pública de Herval d' Oeste, quando estes forem submetidos à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, de acordo com a Instrução Normativa CCI Nº 001/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Agosto de 2015.

Ricardo José Nodari
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 902/2015

PORTARIA Nº 902/2015

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora REGINA AUGUSTA STEFFANI PARIZE (Matr. 90), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 8/E, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, para responder pela função de Fiscal de Contratos pactuados pela Administração Pública de Herval d' Oeste, quando estes forem referentes à Material de Higiene e Limpeza, Material Escolar e de Expediente, submetidos à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com a Instrução Normativa CCI Nº 001/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Agosto de 2015.

Ricardo José Nodari
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 903/2015

PORTARIA Nº 903/2015

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora ADRIANE BERNARDO (Matr. 597), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/E, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, para responder pela função de Fiscal de Contratos pactuados pela Administração Pública de Herval d' Oeste, quando estes forem referentes ao Transporte Escolar, gás e combustível, submetidos à Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com a Instrução Normativa CCI Nº 001/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Agosto de 2015.

Ricardo José Nodari

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 904/2015

PORTARIA Nº 904/2015

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora ANDREIA DORINI GIACOMINI (Matr. 356), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência – 8/E, Anexo XII da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, para responder pela função de Fiscal de Contratos pactuados pela Administração Pública de Herval d' Oeste, quando estes forem referentes à Processo Seletivo e Concurso Público, submetidos à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com a Instrução Normativa CCI Nº 001/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Agosto de 2015.

Ricardo José Nodari

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 905/2015

PORTARIA Nº 905/2015

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora GEISA TROMBETTA BERNARDI (Matr. 3724), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível/Referência – 7/A, Anexo XII da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, para responder pela função de Fiscal de Contratos pactuados pela Administração Pública de Herval d' Oeste, quando estes forem referentes à Merenda Escolar, submetidos à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de acordo com a Instrução Normativa CCI Nº 001/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Agosto de 2015.

Ricardo José Nodari

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 906/2015

PORTARIA Nº 906/2015

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido, conforme requerimento anexo, a Servidora GRACIELA WEIMER (Matr. 2821), a contar de 05 de agosto de 2015, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde - ACS, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Agosto de 2015.

Ricardo José Nodari

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 907/2015

PORTARIA Nº 907/2015

Ricardo José Nodari, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 29 (vinte e nove) dias de Licença Prêmio, ao servidor ANTONIO ADECIR DE ALMEIDA (Matr. 433), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "H", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº. 191/2005, corroborada pelo artigo 104, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 05 de agosto de 2015 a 02 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Agosto de 2015.

Ricardo José Nodari

Prefeito em Exercício

Ilhota

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO 026 - DSP 180 2015 - CONSORCIO ALLBER SANEATEC - AGUA

Extrato de Contrato nº 026/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: Dispensa de Licitação nº 180/2015

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de Ilhota (SC). A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente os termos do Edital e seus Anexos, a proposta técnica da Licitante, bem como as regulamentações municipais, estadual e federal e ainda as normas técnicas da ABNT, aplicáveis independente de transcrição, conforme Termo de Referência em anexo.

Fornecedor: CONSORCIO ALLBER SANEATEC

RETIFICAÇÃO

Valor: R\$ 149.968,69 (cento e quarenta e nove mil novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos) mensais, totalizando o valor global de R\$ 899.812,14 (oitocentos e noventa e nove mil oitocentos e doze reais e quatorze centavos)

Assinatura: 03/08/2015

Vigência: 180 dias após emissão da Ordem de Serviço

DANIEL CHRISTIAN BOSI
PREFEITO MUNICIPAL

Imarui

PREFEITURA

PORTARIA GP Nº 414/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 414/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.
Revoga Servidor Municipal com Gratificação de Função de Confiança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

REVOGAR:

Portaria nº 349/2015 que concede gratificação a servidora DANIELA PEDRO CARDOSO, do cargo de responsável pela Coordenação do Setor de Vigilância Sanitária.

Imaruí, 01 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 413/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 413/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.
Exoneração do Cargo de Merendeira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:
EXONERAR:

LOURACI DA ROSA DA SILVA do Cargo de Merendeira, de acordo com a carta de concessão do INSS de aposentadoria.

Imaruí, 01 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 415/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 415/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015.
Nomeação para o Cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

DANIELA PEDRO CARDOSO com CPF: 050.947.489-63 para exercer o Cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, conforme a C.I nº 111/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Imaruí, 01 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/07/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 416/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 416/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.
Conceder Licença sem vencimento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar 004/2007, de acordo com o requerimento resolve:

CONCEDER

Licença Sem vencimento para a funcionaria DÉBORA RAIMUNDO, ocupante do cargo de Atendente de enfermagem I.

Imaruí, 01 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura em 01/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 417/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 417/2014, DE 01 DE JULHO DE 2015
Nomeação para o Cargo de Assistente Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1755/2013 e posteriores alterações, e com o Processo Seletivo nº 001/2014 resolve:

NOMEAR:

DÉBORA RAIMUNDO com CPF: 023.344.389-44 para exercer do Cargo de Assistente Social, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 111/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Imaruí, 01 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/07/2015.

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 418/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 418/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

JOÃO ANTONIO FIGUEREDO do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de acordo com a carta de concessão do INSS de aposentadoria.

Imaruí, 01 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 01/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 419/2015 DE 08 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 419/2015 DE 08 DE JULHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

DIEGO DOMINGOS DOS SANTOS com CPF: 096.526.079-83 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h semanais, com regência de Classe para a C.E.I.M Carlos Gomes, conforme a C.I nº 081/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 08 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 08/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 420/2015 DE 08 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 420/2015, DE 08 DE JULHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Professor de Ciências do EJA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

PATRÍCIA CRECENCIO do Cargo de Professor de Ciências do EJA, de acordo a C.I nº 081/2015 da Secretaria Municipal da Educação Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 08 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 08/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 421/2015 DE 08 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 421/2015 DE 08 DE JULHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

MARIA APARECIDA DE SOUSA com CPF: 613.310.829-00 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 10h semanais, com regência de Classe para a C.E.I.M Carlos Gomes, conforme a C.I nº 081/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 08 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 08/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 423/2015 DE 10 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 423/2015 DE 10 DE JULHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

ALINE DA SILVA COSTA FRANCISCO com CPF: 038.760.859-18 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para a Escola E.E.F.M.Pe. Itamar Luís da Costa, conforme a C.I nº 081/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 10 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 424/2015 DE 14 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 424/2015 DE 14 DE JULHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Matemática.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

WESLEN CASTRO DE RESENDES com CPF: 095.553.919-63 para exercer o Cargo de Professor de Matemática, com carga horaria de 20h semanais, conforme a C.I nº 082/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Julho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 425/2015 DE 15 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 425/2015 DE 15 DE JULHO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

PRISCILA DOS PASSOS RAFAEL com CPF: 081.808.719-67 para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme a C.I nº 083/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 15 de Julho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 15/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 426/2015 DE 15 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 426/2015, DE 15 DE JULHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Professor de Ensino Fundamental

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:

EXONERAR:

JÉSSICA GONÇALVES DA ROSA do Cargo de Professor de Ensino, na carga horaria de 20 horas semanais, de acordo com a C.I nº 083/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 15 de Julho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 15/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 427/2015 DE 23 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 427/2015, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Professor de Geografia EJA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:

EXONERAR:

FLÁVIA DE SOUSA GONÇALVES do Cargo de Professor de Geografia EJA, na carga horaria de 10 horas semanais, de acordo com a C.I nº 083/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 23 de Julho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 23/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 428/2015 Nº 24 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 428/2015 DE 24 DE JULHO DE 2015

Designação como Responsável pela Fiscalização da Obra no Município de Imaruí/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, resolve:

DESIGNAR:

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA, com o CREA/SC nº 125783-9, responsável pela fiscalização da Pavimentação da Rodovia Municipal IMA-422, no Bairro de Ponta Grossa, Município de Imaruí/SC, de acordo com o Memorando nº 083/2015 da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Imaruí, 24 de Julho de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 429/2015 DE 24 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 429/2015, DE 24 DE JULHO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Professor de História EJA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:

EXONERAR:

RAMONA DOS PASSOS DA SILVA do Cargo de Professor de História EJA , na carga horaria de 10 horas semanais, de acordo com a C.I nº 083/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude

Imaruí, 24 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 430/2015 DE 24 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 430/2015, DE 24 DE JULHO DE 2015.
Exoneração do Cargo de Professor de Educação Física EJA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

JONAS NUNES GONZAGA do Cargo de Professor de Educação Física, na carga horaria de 10 horas semanais, de acordo com a C.I nº 083/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude

Imaruí, 24 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 431/2015 DE 24 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 431/2015, DE 24 DE JULHO DE 2015.
Exoneração do Cargo de Professor de Geografia do EJA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE: EXONERAR:

FLÁVIA DE SOUSA GONÇALVES do Cargo de Professor de Geografia, na carga horaria de 10 horas semanais, de acordo com a C.I nº 083/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude

Imaruí, 24 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 432/2015 DE 24 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 432/2015 DE 24 DE JULHO DE 2015
Designação como Responsável pela Fiscalização da Obra no Município de Imaruí/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, resolve:

DESIGNAR:
MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA, com o CREA/SC nº 125783-9, responsável pela fiscalização da Pavimentação de Vias no Bairro de Praia do Lessa, Município de Imaruí/SC, através do Contrato de Repasse nº1005616-87, de acordo com o Memorando nº 082/2015 da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Imaruí, 24 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº412/2015 DE 01 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 412/2015, DE 01 DE JULHO DE 2015
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:
A Portaria GP Nº 616/2015 de JAILSON DA ROSA DOS PASSOS com o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Imaruí, 01 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº422/2015 DE 09 DE JULHO DE 2015

PORTARIA GP Nº 422/2015 DE 09 DE JULHO DE 2015.
Nomeação para o Cargo de Professor de Geografia do EJA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:
FLÁVIA DE SOUSA GONÇALVES com CPF: 037.494.279-09 para exercer o Cargo de Professor de Geografia do EJA, com carga horaria de 10h semanais, conforme a C.I nº 081/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 09 de Julho de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 09/07/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR
Secretário de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 144, DE 31 DE JULHO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 144, DE 31 DE JULHO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação - SEDURB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34 da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente:

- a) elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
- c) instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
- d) instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
- e) coordenação do planejamento físico-territorial do município;
- f) desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
- g) gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
- h) zelar pela aplicação do plano diretor do município;
- i) estabelecer o sistema viário oficial do município e a adequação do sistema viário existente àquele.

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

- a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;

- c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água e drenagem urbana;
- d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação, especialmente:

- a) traçar diretrizes, metas e planejamento dos projetos de obras e edificações referentes a programas habitacionais de interesse social;

b) a fiscalização e acompanhamento do destino dos recursos adquiridos ao Fundo Municipal de Habitação de Imbituba;

c) o acompanhamento da fiscalização da execução das obras habitacionais de interesse social;

d) o desenvolvimento e a elaboração de projetos habitacionais de interesse social;

e) o desenvolvimento de projetos habitacionais, a elaboração de projetos na busca de recursos junto aos órgãos, federal e estadual;

f) o desenvolvimento de convênios com a finalidade de construção de moradias habitacionais de interesse social;

g) a seleção de famílias a serem beneficiadas, atendendo a legislação de critérios dos programas habitacionais de interesse social a serem desenvolvidos.

IV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Saneamento Ambiental
- b) Departamento de Projetos Edilícios e Urbanos Sustentáveis
 1. Coordenadoria de Fiscalização Edilícia e Urbanística
 2. Unidade Gestora de Viabilidade Urbanística
- c) Gerência de Águas e Esgoto
- d) Gerência de Desenvolvimento Habitacional
 1. Unidade Gestora de Habitação de Interesse Social
- e) Departamento de Monitoramento de Processos

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba;
- b) Conselho Municipal de Saneamento; e
- c) Conselho Municipal de Habitação.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerência	2	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	1	33% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 34, de 27 de Fevereiro de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Agosto de 2015.

Imbituba, 31 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 145, DE 31 DE JULHO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 145, DE 31 DE JULHO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10

de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - SEAPI, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de agricultura e pesca, especialmente:

- desenvolvimento rural e aprimoramento da agricultura, pecuária e pesca;
- preservação e conservação do solo e da água no meio rururbano;
- prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;
- estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;
- estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;
- motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura e mobilidade urbana, especialmente:

- execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, canteiros e parques;
 - conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
 - manutenção e recuperação dos equipamentos rodoviários municipais;
 - gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e iluminação pública;
 - estabelecer a Política Municipal de Mobilidade Urbana;
 - controle de toda a frota de veículos da Administração Municipal.
- III – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Agricultura e Pesca

1. Departamento de Agricultura

2. Departamento de Pecuária

2.1. Supervisão de Inspeção Municipal

b) Gerência de Serviços Públicos

1. Coordenadoria de Execução de Obras Públicas

1.1. Supervisão de Execução de Edificações

1.2. Supervisão de Execução de Vias

2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética

3. Unidade Gestora do Serviço Público Funerário de Imbituba

- 3.1. Supervisão do Cemitério de Vila Nova
 3.2. Supervisão do Cemitério do Mirim
 4. Departamento de Praças, Parques e Jardins
 5. Diretoria de Mobiliade Urbana
 5.1. Coordenação Executiva de Trânsito
 6. Diretoria de Controle de Frota
 6.1. Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores
 c) Superintendência de Infraestrutura Regional/Norte – SDR/Norte
 1. Gerência de Infraestrutura Regional/Norte
 d) Superintendência de Infraestrutura Regional/Sul – SDR/Sul
 1. Diretoria de Infraestrutura Regional/Sul
 1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Sul
 e) Superintendência de Infraestrutura Regional/Oeste – SDR/Oeste
 1. Diretoria de infraestrutura Regional/Oeste
 1.1. Departamento de Infraestrutura Regional/Oeste
 1.2. Departamento de Apoio Operacional/Oeste
 2. Gerência de Infraestrutura Regional Oeste – SDR/Oeste

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	4	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	6	Remuneração	1.300,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	7	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.160,00
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	855,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00

Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	4	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	2	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	5	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	1	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 58, de 26 de Março de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de Agosto de 2015.

Imbituba, 31 de Julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
 Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
 Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 146, DE 31 DE JULHO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 146, DE 31 DE JULHO DE 2015.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 34, da Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – saúde pública e medicina preventiva;

II – atividades médicas e odontológicas;

III – educação para a saúde;

IV – administração ambulatorial;

V – vigilância sanitária e epidemiológica;
 VI – gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
 VII – assistência básica à saúde;
 VIII – controle, regulação, avaliação e auditoria.
 IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:
 a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde

1. Gerência de Controle Administrativo

2. Gerência de Compras

3. Gerência de Logística de Suprimentos

3.1. Coordenadoria de Planejamento

3.2. Supervisão de Insumos e Suprimentos

4. Gerência do Fundo Municipal de Saúde

b) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

1. Auditoria Técnica

1.1. Supervisão de Controle da Auditoria

1.2. Coordenadoria de Atenção Básica

1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica - PMAQ

1.4. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar

2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família

2.1. Coordenadoria de Programas e Ações Estratégicas

3. Gerência do Centro de Referência de Saúde da Mulher

3.1. Coordenadoria de Programas do Centro de Referência de Saúde da Mulher

4. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde

5. Gerência de Apoio à Saúde da Família

5.1. Unidade Gestora do Programa Saúde na Escola

5.2. Unidade Gestora dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF

6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde

6.1. Coordenação Executiva da Policlínica

6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas

6.3. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO

7. Departamento de Prevenção e Combate às Drogas

c) Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica

1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica

1.1. Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti

2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal da Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	1.900,00
Gestor(a) Institucional	Gestor(a)	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	2	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	6	Remuneração	800,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.260,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	1.000,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	1.260,00
Chefe de Departamento	Gratificação	675,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	855,00
Assessor(a) I	Gratificação	855,00
Assessor(a) II	Gratificação	540,00
Assessor(a) III	Gratificação	450,00
Assessor(a) IV	Gratificação	387,00

III – Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG
Gerente	7	50% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	7	33% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	4	17% do salário-base do servidor de carreira
Gestor(a) de Unidade	2	R\$ 430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, serão definidas e atribuídas por ato do Chefe do Poder Executivo e, ainda, poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno deste órgão.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 99, de 31 de maio de 2015, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de 1º de agosto de 2015.

Imbituba, 31 de julho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 152/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 152/2015
CONTRATADA: EDER LINDOMAR HERSING.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a locação, pelo período de 12 (doze) meses, de um imóvel novo com as seguintes características: terreno com 2.500,00 m2, com área construída de 728,93 m2 em estrutura de concreto pré-moldado e divisórias em gesso acartonado, contendo hall, 07 salas com mais 05 subdivisões, 04 WCs infantis, 01 WC para cadeirantes, 01 WC adulto, cozinha, dispensa, área de serviço, depósito, refeitório, pátio interno para atividades e salas para serviços administrativos.

O imóvel objeto deste contrato, destina-se ao uso exclusivo da Instalação da Unidade de Educação Infantil Curumim.

O imóvel está situado à Rua Juiz de Fora – Bairro Benedito – CEP: 89130-000, no município de Indaial, Estado de Santa Catarina.

PRAZO: 02 de julho de 2015 até 02 de julho de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 02/07/2015.

CONTRATO Nº 153/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 153/2015
CONTRATADA: SENAT SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação de Curso de "Condutores de Veículos de Transporte de Veículos de Emergência", com carga horária de 50 (cinquenta) horas/aula, e "Aula Prática Manobras Veicular, Direção Ostensiva e Evasiva", com carga horária de 16 (dezesseis) horas/aula. O curso será realizado para 23 (vinte e três) policiais militares, conforme relação anexa.

PRAZO: 07 de julho de 2015 até 07 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2015.

CONTRATO Nº 161/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 161/2015
CONTRATADA: ORQUESTRA DE CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a apresentação musical da Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, para público estimado de 1.000 (mil) pessoas, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 17 de julho de 2015 até 31 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 17/07/2015.

CONTRATO Nº 176/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 176/2015
CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de instituição financeira para recolhimento de tributos municipais por liquidação de boletos, em documentos no padrão FEBRABAN, sendo a estimativa anual de 110.000 (cento e dez mil) documentos de cobrança, de acordo com as condições constantes na minuta de contrato em anexo.

Os serviços serão realizados através dos guichês CEF (caixa), guichês de autoatendimento CEF (caixa eletrônico) internet banking CEF, unidades lotéricas, correspondentes Caixa Aqui e, por compensação (outros bancos – guichê/autoatendimento/internet banking) através de convênios próprios entre as partes (CONTRATADA / CONVENIADOS).

PRAZO: 20 de julho de 2015 até 20 de julho de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 20/07/2015.

CONTRATO Nº 177/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 177/2015
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO MUSICAL PROFESSOR ALIRIO DAHLKE.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Contrato, a apresentação musical da Banda Die Originalen Rega Bläeser, para público estimado de 1.000 (mil) pessoas, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 20 de julho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 20/07/2015.

TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 024/2015

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 024/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.638.795/0001-7, com sede na rua Tereza Fischer, nº 410, conjunto 3, bairro Itoupava Central, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Waldir Alessandro Nunes, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 006.952.439/42 e Cédula de Identidade nº 3.998.501, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente termo aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução dos serviços de adequação de instalações elétricas para a instalação de equipamentos de saneamento, na ETE – Bairro das Nações, e a elaboração dos projetos executivos das referidas instalações elétricas, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo de execução das obras é de 10 de agosto de 2015 até 07 de novembro de 2015, contados a partir do dia seguinte ao da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente

Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 04 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMAS Waldir Alessandro Nunes Contratada

SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 251/2014 TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 251/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - GABINETE DO PREFEITO - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38, com sede na Avenida das Nações Unidas, 11.711, Brooklin, CEP 04.578-000, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Paulo Roberto Martins, brasileiro, securitário, casado, portador da RG nº 04737397-2 IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 637.090.827-49, residente e domiciliado na Avenida das Nações Unidas, 11.711, Brooklin, CEP 04.578-000, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1.1. e quarta, item 4.1.,

do contrato original, que tem como objeto a contratação de seguros, nas modalidades Compreensiva, RCF-V – Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos, para a frota de veículos, motocicletas, utilitários, caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas, para os veículos de transporte de passageiros, da Prefeitura Municipal de Indaial, Fundos, Fundações e Convênios, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1.1. Os lotes serão formados da seguinte maneira:

ITEM	SEGURO/MODALIDADE	UNID	QUANT
01	Compreensiva, e RCF-V – Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos.	Unid.	162

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$41.224,44 (quarenta e um mil, duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 01 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A Paulo Roberto Martins Contratada

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antonio Ferrari Secretário
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária	SECRETARIA DE AGRICULTURA Remir José de Faveri Secretário
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário
SECRETÁRIO DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Nivald Reichel Silmara Fruet Coordenador de Defesa Civil OAB/SC 13.215	

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 009 DO CONTRATO Nº 245/2012
TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 245/2012

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS, inscrito no CNPJ sob nº 84.231.281/0001-83, estabelecida na Rua Desembargador Aves Pedrosa, nº 185, Centro, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Sérgio Cadore, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 181.703.749-87, e RG nº 283.635, residente e domiciliado na Rua Pará, nº 140, Estados, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas quarta, item 4.1. e sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor mensal contratado, para os itens 01 e 02, é de R\$ 334.784,37 (trezentos e trinta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos), para os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro/2015, conforme tabela abaixo, e no restante o valor será de R\$ 234.784,37 (duzentos e trinta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e sete centavos) constante da tabela do aditivo nº 05, perfazendo o valor anual de R\$ 3.217.412,44 (três milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e doze reais e quarenta e quatro centavos); e, para o item 3 é de, no máximo, R\$ 2.000,00 (dois mil reais), perfazendo o valor máximo anual de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) conforme a tabela que segue:

Item	Procedimentos	Valor Mensal
01	Manter no mínimo, dois plantões médicos diários para atendimento de pacientes, residentes em Indaial, exclusivos do Sistema Único de Saúde – SUS; 24 horas por dia, de segundas-feiras às sextas-feiras, bem como aos sábados, domingos e feriados.	R\$181.341,54
02	Manter serviços de sobreaviso em especialidades e Apoio Diagnóstico	R\$153.442,83
2.1	Ginecologia e Obstetrícia	R\$20.052,18
2.2	Cirurgia Geral	R\$20.052,18

2.3	Ortopedia	R\$20.052,18
2.4	Pediatria	R\$20.052,18
2.5	Anestesiologia	R\$26.155,04
2.6	Clínica Médica	R\$20.052,18
2.7	Patologia Clínica (Laboratorial)	R\$20.052,18
2.8	Raio-X e Ultrassom (Centro de Imagem)	R\$6.974,70
3	Procedimentos de Enfermagem realizados no Pronto Socorro	R\$2.000,00
3.1	Curativo Pequeno	R\$6,00
3.2	Curativo Médio	R\$9,00
3.3	Curativo Grande	R\$15,00
3.4	Curativo Especial	R\$30,00
3.5	Aplicação de medicação subcutânea	R\$3,00
3.6	Aplicação de medicação intramuscular	R\$5,00
3.7	Aplicação de medicação intravenosa	R\$10,00
3.8	Inserção de sonda naso enteral/gastro enteral (Material novo)	R\$20,00
3.9	Inserção de sonda vesical de demora (Material novo)	R\$20,00

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO:

7.1. O prazo deste Contrato será de 01 de setembro de 2015 a 01 de setembro de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, conforme Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 04 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS Sérgio Cadore Contratada
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____

CPF: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 010 DO CONTRATO Nº 140/2011
 TERMO ADITIVO Nº 010 AO CONTRATO Nº 140/2011

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E OUVIDORIA- GABINETE DO PREFEITO – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE – FUNDO MUNICIPAL DE EQUIPAMENTO E MELHORIA DA PM/SC – FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DEMUTIN – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.977.356/0001-66, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 70, sala 306 A, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Marcio Sodre Nunes, brasileiro, comerciante, inscrito no CPF sob nº 004.736.629/06 e Cédula de Identidade nº 3.742.708 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 70, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de agência de propaganda para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, planejamento, à concepção, execução, à distribuição e à veiculação de campanhas e peças publicitárias: elaboração e registro de marcas, expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como programação visual; execução de ações de consultoria técnica, e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades de comunicação da Administração Municipal, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO:

5.1. A Administração Pública Municipal, durante o período de execução dos contratos decorrentes do presente edital, pagará, pelos serviços descritos na Cláusula Terceira do contrato, efetivamente prestados, os seguintes valores:

9.	HONORÁRIOS:			
9.1.	115.979,18	Honorários (item 21.1.2. do edital)	15%	17.396,88
9.2.	45.103,01	Honorários especiais (item 21.1.3. do edital)	5%	2.255,15
9.3.	309.277,80	Veiculação (item 21.1.4. do edital)	20%	61.855,56

VALOR TOTAL DO ITEM:	R\$ 81.507,59
VALOR DA REMUNERAÇÃO DA AGÊNCIA (ESTIMADO)	R\$ 302.257,91
VALOR TOTAL GERAL DOS SERVIÇOS (ESTIMADO)	R\$ 772.617,90

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 30 de julho de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA Marcio Sodre Nunes Contratada
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E OUVIDORIA Secretário Municipal	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES Marli W. Menegazzi Diretora de Departamento
ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Marcelo Lanznaster Assessor Técnico	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Presidente Fundação
FUNDO MUNICIPAL DE EQUIPAMENTOS E MELHORIA DA PM/SC Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wamser Ribeiro Presidente da Fundação	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmaria Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

ATA Nº 036/2015**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.36/2015****Processo Licitatório Nº 15/00000120****Pregão Nº 53/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.36/2015**

Aos quatro dias do mês de agosto de dois mil e quinze, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Sérgio Almir dos Santos**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 15/00000120 - Pregão Nº 53/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.534.916/0001-36, estabelecida à RUA IRMGARD CARL, nº 225 – Bairro ESCOLA AGRÍCOLA, no município de Blumenau – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE COPA, COZINHA, LIMPEZA E HIGIENE.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.36/2015

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

661627 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

Lote: 5 - LOTE 05.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
15	SACO PARA LIXO EM MATERIAL RESISTENTE, NA COR AZUL E DIMENSÕES DE 04 MICRAS, COM CAPACIDADE PARA ARMAZENAR 50 LITROS FARDO COM 100 UNIDADES.	FARDO		3	R\$58,90	R\$176,70
16	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR PRETA, 09 MICRAS, CAPACIDADE DE 100 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE		2	R\$55,40	R\$110,80
17	SACO PLÁSTICO PARA LIXO, COR PRETA, 09 MICRAS, CAPACIDADE DE 40 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE		1	R\$53,90	R\$53,90
Total Lote:						R\$341,40
Total Fornecedor:						R\$341,40
Total Homologação:						R\$341,40

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.36/2015**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.
- 6. FISCALIZAÇÃO:**
- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.
- 7. PRAZO DE VALIDADE:**
- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
- 8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**
- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.36/2015**

- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 033/2015 - Edital de Pregão nº 017/2015-10430.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens,

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.36/2015**

sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;

- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.36/2015**

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 4 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.36/2015**

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

HILTON DELGADO DOS SANTOS
Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA CREDENCIAMENTO EM RÁDIO Nº 03/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PARA CREDENCIAMENTO EM RÁDIO Nº 03/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está aberto a partir do dia 11 de agosto de 2015, as inscrições para credenciamento de prestadores de serviços para: Contratação de Emissora de Rádio por meio de sistema de credenciamento, para divulgação de informativos dos serviços de publicidade dos atos programas, obras, serviços, notícias e campanhas do poder público nas diversas áreas da Administração Pública Municipal, por meio das mídias de emissoras de rádio com alcance local, conforme as exigências do presente Edital de Credenciamento. Cópia do edital e demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-3400 ou (0XX49) 3438-3401, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim, em 05 de agosto de 2015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 20/08/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 20/08/2015. Objeto da licitação: registro de preço, para possível aquisição de pneus novos, câmaras e protetores, com a Certificação do Inmetro, para utilização na frota municipal. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 05/08/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 39/2015

Processo Licitatório nº. 39/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 05/2015

Comissão Permanente de Licitações

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 39/2015, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação do Sr. Julio Ramos Luz, Leiloeiro Oficial, matriculado sob nº. AARC/162, na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de Alienação de bens inservíveis, em Leilão Público, pertencentes a Prefeitura Municipal. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 05 de agosto de 2015

ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL Nº 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATORIO Nº 39/2015

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 05/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL, MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA REALIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE BENS INSERVÍVEIS, PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS.

Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, declarar a Inexigibilidade de licitação para contratação do Sr. Julio Ramos Luz, Leiloeiro Oficial, conforme matrícula nº. AARC/162 na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para prestar serviços nas alienações que se fizerem necessárias, em leilões públicos dos bens inservíveis, pertencentes à Prefeitura Municipal. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado, sendo o Sr. Julio Ramos Luz, o primeiro a encaminhar os documentos necessários, de acordo com os solicitados no Processo Licitatório 31/2015 – Credenciamento 03/2015. Conforme consta dos autos, os valores a serem recebidos pelo leiloeiro serão pagos pelo arrematante, e o leiloeiro contratado fará a prestação de contas dos bens arrematados, ao encerramento do Leilão Público, na Secretaria da Fazenda.

Cumpra-se.

Irineópolis, 04 de agosto de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EDITAL 04-2015 - CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

EDITAL 004/2015 CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, - CMDCA do município de Irineópolis – SC e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal de 647/92 de 27 de novembro de 1992, torna público o presente EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA OBJETIVA DE AVALIAÇÃO com a relação dos nomes dos candidatos classificados na prova objetiva de avaliação e habilitados a participarem do processo eleitoral de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Irineópolis em Data Unificada, para o quadriênio 2016/2019, de acordo com o EDITAL 001/2015 do CMDCA que refere-se ao PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS – SC.

CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

Classificação	Nome do Candidato	Questões corretas	Nota da Prova
001	Bruna Emanuely Tretto	21	8,4
002	Chirlei Aparecida Lezan Kuyava	20	8,0
003	Mônica Diesel da Roza Cordeiro	20	8,0
004	Natalia Bueno Ferreira	18	7,2
005	Simone Konkel Mikatowicz	18	7,2
006	Andrea Calza Martins	16	6,4
007	Aldrieli Nascimento	16	6,4
008	Ronaldo Michahouski Maidel	16	6,4

Irineópolis, 17 de Julho de 2015.

Maria Rosa Schafaschek

Presidente do CMDCA

Wianey de C. O. G. T. dos Santos

Comissão Especial Eleitoral.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25-2015 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 25/2015

Contratante – Fundo Municipal de Saúde

Contratada – GR Soluções Ambientais Ltda - EPP

Objeto – Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos inerentes a pilhas, baterias, resíduos tecnológicos, bem como óleo de cozinha, pneus, borrachas e remédios vencidos.

Valor – R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Vigência – 20/07/2015 a 31/12/2015.

Base Legal – Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do FMS

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO 39/2015

INEXIGIBILIDADE 05/2015

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº. 39/2015

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita contratar leiloeiro(a)s, matriculados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para prestar serviços como leiloeiros, dos bens inservíveis da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme as ações descritas abaixo, sendo obrigações dos Credenciados:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado, para realização do objeto;
2. Auxiliar na avaliação dos bens a serem leiloados;
3. O edital para abertura do Processo de Leilão será de responsabilidade do leiloeiro contratado;
4. Receber os valores dos bens arrematados, e prestar contas destes valores, com a Sra. Bernadete Schuster Longo – Secretária Municipal da Fazenda, após o ato do leilão.
5. Receber do arrematante, o valor de 5% (cinco por cento), sobre o valor da venda.
6. Caso houver inadimplência pelo arrematante, os valores serão de responsabilidade do contratado.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Parágrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um número limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público.

A contratação do Sr. Júlio Ramos Luz, dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 04 de agosto de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Itá

PREFEITURA

LEI N. 2.406/2015

LEI Nº 2.404/2015, 26 de Junho de 2015.

AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEIDE MARA BENDER Prefeita Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o artigo 98 da Lei Orgânica Municipal, Faz Saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores discutiu, votou, aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, gratuitamente, à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ITÁ, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ n. 20.834.012/0001-29, com sede neste município de Itá, SC, os seguintes bens imóveis:

I – Lote urbano n. 01 (um), parte integrante do lote rural n. 71 (setenta e um), da Colônia Uvá, com área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), sem benfeitorias, sito à margem da SC 465, nesta cidade, com as confrontações constantes da matrícula n. 1.242, Livro n. 2 do Registro de Imóveis da Comarca de Itá – SC.

II – Lote urbano n. 02 (dois), parte integrante do lote rural n. 71 (setenta e um), da Colônia Uvá, com área de 5.504,638m² (cinco mil, quinhentos e quatro vírgula seiscentos e trinta e oito metros quadrados), sem benfeitorias, sito à margem da SC 465, nesta cidade, com as confrontações constantes da matrícula n. 1.243, Livro n. 2 do Registro de Imóveis da Comarca de Itá - SC.

Art. 2º A finalidade da presente cessão de uso é a construção do Centro de Cultura e Sustentabilidade de Itá, SC.

Art. 3º A cessão de uso terá prazo de até 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogada por igual período, mediante acordo das partes.

Art. 4º A cessão se formalizará mediante termo ou contrato, do qual constarão expressamente as condições estabelecidas, entre as quais a finalidade da sua realização e o prazo para seu cumprimento, e tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista nesta Lei.

Art. 5º Cumpridas às obrigações constantes nesta Lei e no Termo de Cessão fica autorizado o município a efetuar a doação dos imóveis descritos no artigo 1º desta Lei, a Associação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, em 26 de Junho de 2015.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015, INEXIGIBILIDADE Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2015

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a todos os interessados que está aberto a Chamada Pública de Pessoas Físicas e Jurídicas para fornecimento de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para compor a merenda escolar. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 08 de setembro de 2015 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 05 de Agosto de 2015.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N. 117/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 117/2015 DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

"ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2013, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, Faz Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores discutiu, votou, aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O Parágrafo único, do Art. 18, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. (...)

Parágrafo único – Fica aprovado para todos os efeitos como parte integrante desta Lei Complementar o Mapa de Zoneamento Fiscal – ANEXO I, que define as confrontações dos setores.

Art. 2º. O inciso "I" do Art. 43 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43. (...)

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º, do artigo 41.

Art. 3º. O item 10 da tabela disposta no art. 129, alterado pelo artigo 3º LC 110/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Atividade	Faixa de Enquadramento	Valor da Taxa em UMRF
10. COMÉRCIO OU SERVIÇO AMBULANTE	Qualquer atividade por dia fixo	75,0000
	Por mês – valor fixo	300,0000
	Por exercício fiscal	1.500,0000
10.1. COMÉRCIO EVENTUAL (feiras e eventos)	Por dia	3.000,00

Art. 4º. O item "XVII" da "Tabela da Taxa de Expediente e Serviços Diversos", do Art. 183, passa a vigorar com a seguinte redação e será incluído na referida Tabela o item "XIX" com a seguinte redação:

Art. 183 (...)

XVIII – Concessão de Terreno Para Sepultura Perpétua(túmulo/caveira) – 380,00 UMRF

XIX – Concessão de Terreno Para Jazigo/Mausoléu – 760,00 UMRF

Art. 5º. A tabela pertencente ao Art. 211 passa a vigorar com a seguinte redação:

I – CONSUMIDORES RESIDENCIAIS	
FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO %
0 a 30	0,00
Limitado ao valor máximo de R\$ 35,00	9%
II – CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERVIÇO PÚBLICO	
FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO R\$
Limitado ao valor máximo de R\$ 70,00	9%
III – CONSUMIDORES DO PODER PÚBLICO	
FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO R\$
Limitado ao valor máximo de R\$ 70,00	9%
IV – CONSUMIDORES PRIMÁRIOS	
FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO R\$
Limitado ao valor máximo de R\$ 115,00	9%
IMÓVEIS NÃO EDIFICADOS	
V – Valor Fixo em UMRF por ano	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO R\$
	28,0000 UMRF

Art. 6º. Fica incluído o parágrafo único, ao artigo 211 com a seguinte redação:

Parágrafo único: os valores previstos como sendo limites máximos da tabela acima, serão corrigidos anualmente pela variação do INPC do período acumulado.

Art. 7º. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, em 05 de Agosto de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2.407/2015

LEI Nº 2.407 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

"Dispõe Sobre Autorização para a Abertura de Crédito Adicional Especial e Suplementar e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Faz Saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reforçar o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2015, no valor de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), conforme descrito a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.004 – Contribuições a entidades

3.3.93.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	4.650,00
--	----------

Art. 2º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2015, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme descrito a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.003 – Manut. Atividades da Sec. da Administração e Fazenda

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	20.000,00
--	-----------

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.03 – Departamento de Cultura

2.029 – Manutenção Departamento de Cultura

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

Art. 3º Os recursos para a reforço e abertura de Crédito Adicional Especial e suplementar de que trata o art. 1º e 2º no valor de R\$ 54.650,00 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

1.033 – Adequação do Centro Administrativo Municipal

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas

24.650,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.02 – Departamento Indústria, Comércio e Serviços

2.028 – Manutenção Dpto Indústria, Comércio e Serviços

3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	30.000,00
--	-----------

Art. 4º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, no exercício de 2015, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme descrito a seguir:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

2.001- Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

Art. 5º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 4º no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, conforme a seguir descrito:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

1.001- Viabilização da Sede do Poder Legislativo

4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas	50.000,00
--	-----------

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 05 de Agosto de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO N. 143, DE 3 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO N. 143, DE 3 DE AGOSTO DE 2015.

Delega atribuições ao Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições ao Secretário Municipal de da Fazenda e Planejamento, Alberto Lengert, matrícula nº 14460/04, para efetuar cumulativamente a assinatura da documentação referenciada ao setor administrativo deste Município no que couber e prevista no inciso XXV do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Itapiranga SC, no período de licença para tratamento de saúde do Secretário Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos Artemio Antonio Scalon, matrícula nº 9979/05.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 3 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 144, DE 3 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 144, DE 3 DE AGOSTO DE 2015.

Institui a "Comissão de Avaliação de Bens Imóveis" na forma que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea "p" do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis e de valor locatício de bens imóveis, órgão consultivo e deliberativo, de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, que terá as atribuições constantes neste Decreto.

Art. 2º A Comissão será composta por 03 (três) membros entre representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Departamento de Engenharia e do Departamento de Tributos.

§ 1º Preferencialmente, cada comissão terá um integrante da Secretaria ou departamento mencionado no caput deste artigo.

§ 2º A comissão deverá ser composta de no mínimo 2 (dois) servidores ocupantes de cargos efetivo.

§ 3º Em até 15 (quinze) dias após a publicação deste decreto, a Secretaria e os Departamentos indicarão os membros a compor a

comissão, com no mínimo 03 (três) nomes, devendo ao menos 02 (dois) serem ocupantes de cargo efetivo.

Art. 3º São atribuições da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis e de valor locatício de imóveis:

I – avaliar imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal, passíveis de venda, doação, permuta, dação em pagamento ou outra forma de alienação;

II – avaliar imóveis para fins de desapropriação, recebimento em doação, permuta, comodato, locação, dação em pagamento, instituição de servidões, ou outras formas de aquisição de bens;

III – avaliar áreas urbanas remanescentes de obra pública ou resultante de modificação de alinhamento;

IV – verificar a compatibilidade do valor locatício pretendido pelo proprietário em relação ao mercado imobiliário local, tratando-se de locação ou arrendamento de imóveis particulares pelo Poder Público, bem como suas revisões, em caso de omissão no contrato;

V – reavaliar bens imóveis objeto de processos de desapropriação ainda não liquidados, quando solicitado pela divisão de patrimônio imobiliário;

VI – sugerir medidas, com os subsídios necessários, para a apreciação do Prefeito Municipal, inclusive sobre a contratação de perícias e laudos que entenderem necessários;

VII – avaliar imóveis urbanos que serão beneficiados com a implantação de melhorias na infraestrutura urbana com pavimentação asfáltica;

VIII – avaliar imóveis urbanos e rurais quando do questionamento administrativo do valor do Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis – ITBI;

IX – assessorar sempre que necessário o Prefeito Municipal.

Art. 4º Os laudos de avaliação deverão ser elaborados de acordo com as diretrizes da NBR 14653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

Parágrafo único. A Comissão poderá solicitar a contratação de peritos externos nos casos em que a complexidade da avaliação assim o requeira, utilizando os laudos contratados para a composição da avaliação.

Art. 5º Os laudos de avaliação e demais documentos serão elaborados e assinados por todos os membros da Comissão.

Art. 6º Quando necessária a nomeação de comissão de avaliação para determinado ato, a Secretaria solicitante deverá encaminhar o pedido à Procuradoria Jurídica do Município, a qual indicará os membros a compor a comissão.

Parágrafo único. A Procuradoria Jurídica do Município será a responsável pela distribuição dos profissionais nas comissões nomeadas para cada ato, de modo a não sobrecarregar membros e garantir a rotatividade da composição das comissões.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 98, de 29 de maio de 2015.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga – SC, 3 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 142, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 142, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 130/2015, de 17/07/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores ADRIANO KARAL, THIAGO ROHDEN e NELSON ANTONIO ARENHARDT para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes “documentação”; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes “proposta” referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 130/2015, de 17/07/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 09h00min do dia 04/08/2015, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no “caput” do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapiranga – SC, 03 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 092/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 092/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Construtora Deca Ltda - EPP.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 094/2015.

OBJETO: Rescinde amigavelmente o contrato nº 092/2015 com fundamento no art. 79, inciso II da Lei 8.666/93 e Cláusula 17.2.2 do contrato firmado, considerando a conveniência de ambas as partes em não manter o referido negócio jurídico. Esta rescisão não enseja ônus e responsabilidades para as partes.

Itapiranga – SC. 24 de julho de 2015.

Inácio Oswald – Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 156/2015

Portaria nº 156 de 3 de agosto de 2015.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 7% (sete por cento) incorporado no vencimento base, do servidor municipal Vandoir Luiz Reichert matrícula nº 15081/01, tendo em vista a conclusão do Ensino Médio, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 3 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 157/2015

Portaria nº 157 de 3 de agosto de 2015.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 7% (sete por cento) incorporado no vencimento base, do servidor municipal Volnei Ripplinger matrícula nº 15090/01, tendo em vista a conclusão do Ensino Médio, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 3 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 158/2015

Portaria nº 158 de 3 de agosto de 2015.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, da servidora municipal Luciele Eliza Kipper matrícula nº 14976/01, tendo em vista a conclusão do Ensino Superior de Tecnologia em Alimentos, em conformidade com o Art. 18

da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 3 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 159/2015

Portaria nº 159 de 3 de agosto de 2015.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, da servidora municipal Janice Maria Klein matrícula nº 14143/02, tendo em vista a conclusão do Ensino Superior de Licenciatura em Artes Visuais, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 3 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 160/2015

Portaria nº 159 de 3 de agosto de 2015.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 20% (vinte por cento) incorporado no vencimento base, da servidora municipal Janice Maria Klein matrícula nº 14143/02, tendo em vista a conclusão do Ensino Superior de Licenciatura em Artes Visuais, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 3 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 161/2015

Portaria nº 161 de 3 de agosto de 2015.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 5% (cinco por cento) incorporado no vencimento base, do servidor municipal Valmir Feldhaus matrícula nº 14745/01, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão e Educação Ambiental, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA (SC), 3 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao quinto dia do mês de agosto de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros VALERIO PACHECO e ROSILDA APARECIDA BOLDORI, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 41/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE 1º LINHA, PARA MÁQUINAS PESADAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
MODELO PNEUS LTDA	RICARDO ANTONIAZZI DA SILVA JUNIOR
LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA	LUIZ AFONSO GONSALES

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foi visto que a empresa MODELO PNEUS LTDA cotou o item 04 com o valor acima do valor do edital, por isso foi considerada DESCLASSIFICADA para este item. A empresa LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. A empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo HABILITADA para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Ganadoras	Itens	Valor Total
LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA	1, 2, 3 e 4	R\$ 34.946,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a empresa ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei

10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 5 de agosto de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
VALERIO PACHECO Membro	ROSELDA APARECIDA BOLDORI Membro
MODELO PNEUS LTDA RICARDO ANTONIAZZI DA SILVA JUNIOR	LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA LUIZ AFONSO GONSALES

CMDCA: ERRATA EDITAL Nº 022/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES
COMISSÃO DE ELEIÇÃO
ERRATA DE EDITAL
Nº 22/2015

Diante da impossibilidade de todos os membros componentes da banca examinadora participarem do processo de aplicação da prova, em atendimento ao item 25 "a", do Edital 022/2015, a Comissão do Processo Eleitoral para Conselheiro Tutelar e os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em assembleia realizada no dia 05 de agosto de 2015 decidiram pela nomeação dos membros Yolanda Gambarini da Silva, Deborah Karim Salles de Oliveira e Elisa Gonzalez Corso para a aplicação da prova.

Itapoá, 05 de agosto de 2015
YOLANDA GAMBARINI DA SILVA
Presidente do CMDCA
Comissão do Processo Eleitoral

ERRATA TOMADA Nº 04-15- TRANSPORTE PACIENTES

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
TOMADA DE PREÇO Nº 04/2015
PROCESSO Nº 64/2015

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS
DATA: 13 de agosto de 2015. HORÁRIO: 09h:00min (entrega envelopes)

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Tomada de preço

OBJETO: Contratação de empresa para prestação serviços de

transporte de pacientes do Município de Itapoá aos Hospitais, clínicas e Postos de Saúde de Joinville, conforme determinação da Secretaria de Saúde, e especificações constantes no Anexo I do edital.

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se fará realizar na data e horário, faz as seguintes considerações ao edital:

1.) Aonde lê-se:

3. DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES :

Dia: 18/08/2015 - Recebimento no setor de protocolo da tributação impreterivelmente até: 09h:00min - Abertura: 09h:30min.

2.) Passa a vigorar da seguinte forma:

3. DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES :

Dia: 13/08/2015 - Recebimento no setor de protocolo da tributação impreterivelmente até: 09h:00min - Abertura: 09h:30min.

Justificam-se os termos desta Errata como erro material.

Itapoá, 04 de agosto de 2015.

JOSÊNIO VIEIRA BERNARDI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 042/2015

CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES Edital N.º 42/2015

PORTUGUÊS

Class.	Protocolo	Nome	Habilitação
1	01	Marilene Belloni	Habilitada na área

Itapoá, 05 de agosto de 2015

Terezinha Fávoro da Silveira

Secretária de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

CONTRATO Nº 001/2015/ADM DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – CONVÊNIO FUNREBOM E A EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S/A., PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL DIGITAL PÓS-PAGO NA MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR

CONTRATO Nº 001/2015/ADM

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM E A EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S/A., PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL DIGITAL PÓS-PAGO NA MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, com sede na Rua 14 de Fevereiro, 630, Centro, Ituporanga - SC, inscrita no CNPJ nº 83.102.640/0001-30, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, inscrito no CPF 768.023.617-87 e a empresa TELEFÔNICA BRASIL S.A., com Sede na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1376 na cidade de São Paulo/SP, CNPJ 02.558.157/0001-62, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seus Procuradores, Srs. MARCELO ATAÍDE DE OLIVEIRA, CPF nº 271.741.152-68, e CLEBER PINHEIRO LIMA, CPF nº 652.051.030-00, tem entre si justos e contratados os serviços em epígrafe, com base no inciso II do artigo 24 da lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação em razão do valor), mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas, sob o regime instituído pela Lei nº 8.666/93, com todas as suas alterações posteriores e demais legislações específicas e pertinentes à matéria e estabelecidas pela ANATEL, e demais normas que regem a espécie, bem como as cláusulas abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de Serviço Móvel Pessoal, com fornecimento de 05 (cinco) linhas habilitadas com serviço de voz, sendo 3 (três) linhas habilitadas para o serviço de pacote de dados 3G, com franquia de 3Gb, e pacote de 50 torpedos SMS para as 5 (cinco) linhas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Faz parte integrante do presente Contrato, independente da transcrição, a Proposta de Preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

2.1. São direitos da Contratante:

2.1.1.receber os serviços objeto do presente Contrato nos termos e condições pactuados;

2.1.2.alterar unilateralmente o Contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93, ou rescindi-lo administrativamente em caso de inexecução total ou parcial das cláusulas pactuadas, de acordo com o art. 79, § 1º, do referido diploma legal.

2.1.3.receber demonstrativo de conta detalhada dos serviços, após a emissão da Nota Fiscal/Fatura de Serviços de Telecomunicações, por linha.

2.1.3.1.havendo contestação da conta de serviços, suspender a cobrança da parcela impugnada e pagar a parte incontroversa.

2.1.4.na transferência para outro plano de serviços cujo valor de habilitação for menor, a Contratante terá isenção do pagamento na habilitação do plano de serviços optado, bem como o retorno, sem ônus da habilitação a este plano de serviço alternativo, desde que não configure alteração do objeto.

2.2. São direitos da Contratada:

2.2.1.receber a remuneração dos serviços prestados, pelo preço e condições constantes das Cláusulas Terceira e Quarta;

2.2.2.propor à Contratante a melhor forma de prestação dos serviços objeto do presente Contrato.

2.3. São deveres da Contratante:

2.3.1.cumprir os prazos de pagamento estipulado neste instrumento e na legislação;

2.3.2.acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato através de fiscal nomeado para este fim e indicado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, assegurando-se do bom desempenho e qualidade dos serviços prestados;

2.3.3.fiscalizar a execução dos serviços prestados pela contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, não devem ser interrompidos;

2.3.4.comunicar à Contratada, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada na prestação dos serviços;

2.3.5.proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;

2.3.6.prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham ser solicitados pela Contratada, durante a vigência e execução dos serviços;

2.3.7.controlar as ligações realizadas e documentar as ocorrências havidas;

2.3.8.solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos preços vigentes, na data da emissão das contas telefônicas;

2.3.9.permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário;

2.3.10. emitir, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas neste Contrato e na proposta de aplicação de sanções;

2.4. São deveres da Contratada:

Além das responsabilidades resultantes deste Contrato, da Lei nº 9.472/1997, do Contrato de concessão/autorização assinado com a ANATEL, e demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados:

2.4.1. disponibilizar os Serviços para uso pela Contratante dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas e do prazo pactuado neste Contrato, implantando de forma adequada, a supervisão permanente dos mesmos, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

2.4.1.1 entregar os equipamentos na Rua 14 de Fevereiro, 630, Centro, Ituporanga - SC, devidamente habilitados nas seguintes condições:

a) A habilitação de 05 (cinco) linhas deverá ser executada em Sim Cards (chips) e aparelhos da empresa contratada, que deverão ser entregues a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, em no máximo 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do contrato;

b). Os Sim Card´s (chip) e aparelhos serão fornecidos pela empresa contratada, em regime de comodato, e serão devolvidos ao final da vigência contratual, no estado em que se encontrarem.

2.4.2. prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo a qualidade dos mesmos dentro dos padrões estabelecidos.

2.4.2.1. prestar os serviços de segunda-feira a domingo, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana.

2.4.3. atender em até 48 (quarenta e oito) horas às solicitações da fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, quanto a falhas ou interrupções na prestação dos contratados, restabelecendo o serviço no prazo máximo estabelecido em regulamento pela ANATEL;

2.4.4. tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 48 (quarenta e oito) horas;

2.4.5. utilizar pessoal devidamente habilitado para os serviços contratados;

2.4.6. responsabilizar-se por danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

2.4.7. abster-se de quaisquer iniciativas que impliquem ônus para a Contratante, se não previstas neste Instrumento;

2.4.8. sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, no acompanhamento da execução do serviço, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

2.4.10. colocar à disposição da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, serviço de atendimento a clientes corporativos, indicando consultores e número de telefone diferenciado;

2.4.11. comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

2.4.12. providenciar junto aos órgãos competentes os registros e licenciamentos regulamentares e pertinentes aos serviços de que trata o presente contrato;

2.4.13. responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento dos deveres de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

2.4.14. apresentar fatura/nota fiscal consolidada de cobrança de serviços, contendo o valor total do serviço, a quantidade total do serviço, o tempo total das chamadas, o histórico dos valores totais dos serviços prestados, e o tempo total das chamadas relativas a cada mês;

2.4.14.1.a referida fatura/nota fiscal deverá ser apresentada com um prazo não inferior a 5 (cinco) dias antecedentes à data do vencimento;

2.4.14.2. apresentar detalhamento, por acesso, dos serviços mensais prestados em todas as chamadas;

2.4.15. comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar informações julgadas necessárias, em tempo hábil, principalmente quando solicitadas pelo Gestor do Contrato.

2.4.16. atender prontamente quaisquer exigências do Gestor deste Contrato, o que for relacionado ao objeto ora contratado;

2.4.17. responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte, e outras que eventualmente venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

2.4.18. substituir, sempre que exigido pela Contratante, qualquer um de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços;

2.4.19. não ceder ou transferir a outrem por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar, os serviços a que está obrigada por força do Contrato, salvo se previamente autorizado pela Administração da Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, conforme valores discriminados na Proposta de Preços relativa ao objeto do contrato, sendo a despesa mensal estimada em R\$ 626,20 (seiscentos e vinte e seis Reais e vinte centavos) e global para o prazo contratual estimado em de 12 (doze) meses de R\$ 7.514,40 (Sete mil quinhentos e quatorze Reais e quarenta centavos).

CLAUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento mensal dos serviços será efetuado mediante boleto bancário/fatura;

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

5.1. O preço proposto não será reajustado durante o período de 12 (doze) meses, na forma do § 1º do art. 28, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Poderá ser alterado após esse período mediante índice divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em norma específica para o serviço, observada a legislação em vigor.

5.2. O reajuste de que trata o item anterior, poderá ser aplicado com periodicidade inferior, se assim vier a ser autorizado de acordo com o § 5º do art. 28 da lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 e/

ou artigo 19, VII, da Lei nº 9.472, que cuida da competência da ANATEL sobre a revisão de tarifas dos serviços no regime público bem como homologação de reajustes. Na hipótese dos preços ou tarifas virem a ser modificados, a Contratante passará a pagar os novos valores a partir da data de sua vigência, independentemente da assinatura de novo Contrato, instrumento de retificação ou aditivo ao presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Para a cobertura das despesas, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, emitirá Nota de Empenho no valor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, observado o que se segue:

a) o representante do CONTRATANTE anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive a observância do prazo de vigência do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

b) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

c) a existência da fiscalização do CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços a serem executados;

d) o CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que venha causar embaraço à fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1- Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de 1% (um por cento) ao dia, aplicável até o quinto dia, calculado sobre o valor faturado no mês anterior, no caso de inexecução parcial, comunicada oficialmente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global deste Contrato a partir do 6º dia, no caso de inexecução parcial ou total dos serviços, o que ensejará a rescisão deste Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

IV - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior; a declaração de inidoneidade é de competência exclusiva da PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio

FUNREBOM, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

8.3 - As multas aplicadas à CONTRATADA deverão ser recolhidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da comunicação, ou poderão ser descontadas pela CONTRATANTE dos valores das faturas.

8.4 - Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades previstas nesta cláusula.

8.5 - As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.

8.6 - Da sanção aplicada caberá recurso, dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que aplicou a sanção, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação do ato, nos termos do § 4º do Art. 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

9.2 Constituem motivos para rescisão do Contrato:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações e prazos;

c) a lentidão no cumprimento das cláusulas contratuais, levando a CONTRATANTE, a presumir a impossibilidade da realização do serviço, nos prazos estipulados;

d) o atraso injustificado no início do serviço;

e) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

f) a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução deste, sem prévio conhecimento e autorização da CONTRATANTE;

g) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas registradas pela CONTRATANTE durante a vigência do Contrato;

i) a decretação de falência;

j) a dissolução da firma contratada;

k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

l) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da CONTRATANTE, e exaradas no processo administrativo a que se

refere este Contrato;

m) a supressão do serviço, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Nº 8.666/93, respeitando o disposto no § 2º desse artigo;

n) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes de serviço, ou parcela deste, já executados e aceitos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nas alíneas "a" a "l" e "p" desta cláusula.

9.3 Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA – Convênio FUNREBOM, notificará a CONTRATADA para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, no interesse da Administração, limitada a um total de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o disposto no inciso II, do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, combinada com a Lei nº 9.648 de 27/05/1998, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Órgão Oficial designado, no prazo máximo de vinte dias, da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei na 8.666/93, sempre por intermédio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 O Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual é o da Comarca de Ituporanga/SC.

E por estarem as Partes Contratantes assim justas e acordadas, lavrou-se o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, forma e validade que, lido e achado conforme, é assinado pelas mesmas e pelas testemunhas a tudo presentes.

Ituporanga/SC, 06 de julho de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
Convênio FUNREBOM,
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

TELEFÔNICA BRASIL S/A.
CLEBER PINHEIRO LIMA
CONTRATADA

TELEFÔNICA BRASIL S/A.
MARCELO ATAIDE DE OLIVEIRA
CONTRATADA

TESTEMUNHA:

Nome:
RG:

TESTEMUNHA:

Nome:
RG:

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.799 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 4.799 de 05 de AGOSTO de 2015.

“NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL, QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo para compor a COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL, visando efetuar diligências acerca da comprovação de atendimento aos requisitos 4.1.2 e 4.1.4 do Edital referente ao Processo Licitatório nº 35/2015PMJ – TP 6/2015/PMJ.

Engª Sandra Ascari
Engº Silvio Fiedler
Luiz Sergio Belló

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 05 de agosto de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 4.800 DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4.800 DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, I DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.520,00 (um mil, quinhentos e vinte reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas, por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos próprios do FUNREBOM:

Órgão: 19 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Proj./Atividade: 1.007 AMPLIAÇÃO DO QUARTEL - FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – R\$ 1.520,00 (1)

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 05 de agosto de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

EXTRATO DE ANULAÇÃO PL 15/2015/FMS - PP 10/2015/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

EXTRATO DE ANULAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015/FMS

Considerando a solicitação expedida pela Pregoeira do Fundo Municipal de Saúde, datada de 05 de agosto de 2015, a qual foi deferida pelo Secretário de Saúde na mesma data, ficam cancelados o item 07 (Quetiapina 25mg) do anexo I do PL 15/2015/FMS – PP 10/2015/FMS e a ata de registro de preços nº 09/2015/FMS/01, nos termos e fundamentos apresentados na citada solicitação.

Joaçaba, 05 de agosto de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / F. M. SAÚDE

ADEMIR LUIZ RIGHI

Secretário

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 17/2015/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2015/FMS

O Secretário de Saúde Ademir Luiz Righi, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 17/2015/FMS – PP 12/2015/FMS, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lancetas e tiras de glicemia, destinadas a manutenção dos programas e atividades desenvolvidas por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Empresa Vencedora:

DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA- EPP

R\$: 44.780,50

EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA – EPP

R\$: 24.227,90

GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA

R\$: 24.030,00

GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA – EPP

R\$ 28.616,40

GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA –ME

R\$: 28.832,20

LEONIR ANTONIO HECKLER – ME

R\$: 1.740,00

MUNDO DIGITAL LTDA – ME

R\$ 2.500,00

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA – EPP

R\$: 3.070,50

NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA

R\$: 2.192,00

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA – ME

R\$: 9.464,20

FISCAL: MARCOS ANTONIO MARTINAZZO

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 30 de julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI

Secretario- FMS

NOTIFICAÇÃO SERVIDORA DEISE CRISTINA CRIPPA

Joaçaba, 04 de agosto de 2015.

De: Gerência de Recursos Humanos

Para: Deise Cristina Crippa

A presente notificação tem por objetivo informar que em função dos atestados apresentados nos seguintes dias:

- 1) 18/05/2015 a 22/05/2015 – 5 dias
- 2) 01/06/2015 a 08/06/2015 – 8 dias
- 3) 06/07/2015 a 19/07/2015 – 14 dias
- 4) 03/08/2015 a 06/08/2015 – 4 dias

Somando todos os atestados dá 31 dias, sendo que segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba quando trata da licença por motivo de doença em pessoa da família determina:

Art. 77. Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.

[...]

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até quinze dias, podendo ser prorrogada por mais quinze dias, mediante parecer de junta médica oficial e, excedendo estes prazos, sem remuneração, por até noventa dias, quando recomendado por assistente social do Município.

Tendo em vista que extrapola o afastamento previsto na legislação vigente deverá retornar ao trabalho no dia 06/08/2015, pois já fluíram 30 dias. Persistindo o afastamento, caso apresentado novo atestado para cuidados da filha, o afastamento não será remunerado, podendo chegar ao limite de 90 dias, na forma prevista no artigo 77, § 2º do Estatuto.

Atenciosamente,

Taiza Cristina Cordazzo de Almeida
Gerente de Recursos Humanos

Ciência: _____

Data: ____/____/____

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº07 - 1ª ETAPA PARQUE CENTRAL

ORDEM DE PARALISAÇÃO Nº 07/2015

Determino à empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA a paralisação dos serviços relativos à 1º Etapa do Parque Central, localizado na Rua Luiz Specht, bairro Cruzeiro do Sul, contrato nº 229/2015/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 82/2014/PMJ – Edital CC nº 9/2014/PMJ, cuja ordem de serviço inicial foi recebida em 13/03/2015.

A paralisação aconteceu a contar de 05/08/2015 e perdurará por um período de 30 (trinta) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

Joaçaba, SC, 05 de Agosto de 2015

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Venilton Rogerio Teles
Secretario de Infraestrutura

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA
Jucenei Andrade

SILVIO FIEDLER
Diretor de engenharia
Fiscal Obra

ORDEM DE SERVIÇO Nº 261/2015-FUNREBOM - ASSINADA EM 27/07/2015

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 261/2015

Autorizo por meio desta, a empresa MITREN – SISTEMAS E MONTAGENS VEICULARES LTDA, CNPJ/MF nº 92.249.150/0001-51 a execução dos serviços da transformação de chassi de caminhão em Auto Bomba Tanque – ABT para o 11º Batalhão de Bombeiros Militar de Joaçaba SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 2/2015/FUNREBOM – Edital Tomada de Preços nº 2/2015/FUNREBOM, homologado no dia 14/07/2015. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 11/2015/FUNREBOM de 14 de julho de 2015. O prazo de vigência é de até 210 (duzentos e dez) dias, contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 20 de Julho de 2015.

Contratante : FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____
RAFAEL LASKE
Prefeito

Contratada: MITREN – SISTEMAS E MONTAGENS VEICULARES LTDA

Representante: LEONEL JOSÉ WEIGEL

Assinatura e carimbo _____
CPF: 421.797.690-91

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

PORTARIA Nº 4537

PORTARIA Nº 4.537 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º NOMEAR COMISSÃO ESPECIAL para avaliação de imóveis de propriedade da Municipalidade em conformidade com o art. 11, parágrafo 1º, da Lei Ordinária n.º 3.721 de 26 de dezembro de 2007, são considerados inservíveis.

2º DESIGNAR os servidores, GABRIELA PRATTO, PRISCILA CONTINI, IRINEU MENECHINI, JOSE ANTONIO MARTINS, ILTON ANTONIO SCHMITZ, para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de agosto de 2015

MARCOS WEISS
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

ATA 11/2015/FMS

Página: 1/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Valido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	AGENDA CAPA DURA - agenda capa dura personalizada com impressão da arte a definir (4 cores), conforme programa da Sec. de Saúde, por meses com folhas diárias do ano todo, identificação inicial, total para anotações dos telefonemas. Medidas 15x21; furo, corte especial, intercalação manual, rodillito (1/16), costura e cola, wire-o, terminação brinco, arte final, folha em papel cartão para convites 600g com 0x0; folha em offset 90g com 1x1, folha em couche brilho 150g com 4x0; folha em offset 120g com 0x0; folha em couche brilho 115g com 4x4; folha duplex 250g com 0x0	UN	POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	19,0000	1
			GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	27,0000	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	29,0000	3
2	BALDE - balde oitro em material plástico resistente, transparente, diversas cores. Dimensões aproximadas: 35 x 33 x 47,5 cm (C x L x A). Capacidade mínima para 13 litros.	UN	DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP (6560)	D'BRINDES	0	29,5000	1
3	BANNER - banner sinaleiro, tamanho 0,60 x 0,50 m (A x L), impressão em 04 cores.	UN	MUNDO DIGITAL LTDA - ME (8068)	MUNDO DIGIT	0	20,0000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	26,0000	2
			GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	37,5000	3
4	BANNER COLORIDO I - em lona, tamanho 0,90 x 4,00 metros (A x L), com acabamento em madeira arredondada, ponteira de plástico e cordão (confeção e impressão)	UN	GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	150,0000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L	0	159,0000	2
			MUNDO DIGITAL LTDA - ME (8068)	MUNDO DIGIT	0	180,0000	3
5	BANNER COLORIDO II - em lona, tamanho 1,50 x 1,20 metros (A x L), com acabamento em madeira arredondada, ponteira de plástico e cordão (confeção e impressão)	UN	GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	95,0000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	97,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 2/30

Número do Registro de Preços: 11/2015			Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MUNDO DIGITAL LTDA - ME (8068)	MUNDO DIGIT	0	100,0000	3
6	BANNER COLORIDO III - em lona, tamanho 1,00 x 2,00 metros (A x L), com acabamento em madeira arredondada, ponteira de plástico e cordão (confeção e impressão)	UN	GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	99,0000	1
			MUNDO DIGITAL LTDA - ME (8068)	MUNDO DIGIT	0	100,0000	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	120,0000	3
			LUIS CARLOS ARMILLATO - ME (8072)	Líder Graf	0	130,0000	4
7	BLOCO ACOMPANHAMENTO DO HIPERTENSO E OU DIABETICO - 50 x 1 vias em Offset 120 g, tamanho 21,00 x 29,30, impressão 1 x 0 cor (F/V)	BLC	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8069)	NORTE	0	3,0000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	3,6500	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	3,8000	3
8	BLOCO ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTES - 50 x 1 vias em Offset 75 g nas medidas 15 x 21, impressão em 1 x 0 cores. Acabamento de bloco	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	2,1900	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	2,3800	2
9	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - 50 x 1 via nas medidas 15,00 x 21,00 cm, Acabamento de bloco: 1ª via em Offset 75g com 1 x 0	BLC	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8069)	NORTE	0	0,8000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	1,1000	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	1,1000	3

Página: 3/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	1,2680	4
10	BLOCO AUTO DE INFRAÇÃO - Bloco 50x4 vias nas medidas 21x32; intercalação manual, blocagem, grampear, numeração *, microserilha; capa em capa ag 90g com 0x0; 1ª via em extra copy - CB - Branco 56g com 1 x 0; 2ª via em extra copy - cb azul 56g com 1 x 0; 3ª via em extra copy - cb rosa 56g com 1 x 0; 4ª via em extra copy - cf branco 56g com 1 x 0.	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	24.5000	1
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	24.9000	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	25.0000	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	26.9000	4
11	BLOCO AUTO DE INTIMAÇÃO - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - 50 x 4 vias nas medidas 21 x 32 cm; Intercalação Manual; Blocagem; Grampear; Numeração; Microserilha; Capa em Capa ag 90g com 0 x 0; 1ª Via em Extra Copy - CB - Branco 56g com 1 x 0; 2ª Via em Extra Copy - CFB Azul 56g com 1 x 0; 3ª Via em Extra Copy - CFB Rosa 56g com 1 x 0; 4ª Via em Extra Copy - CF Branco 56g com 1 x 0.	BLC	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8069)	NORTE	0	15.6000	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	21.0000	2
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	22.0000	3
12	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS - 50 js x 1 via impressão em Offset 1x0 cores - papel Offset 56gr - Tamanho 16,00x11,00cm - Com numeração sequencial	BLC	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	1.9000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	1.9680	2
13	BLOCO BOLETIM DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - tamanho 15,70 x 29,50 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	2.9800	1
			GRAFICA GUARAPARIMA LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	2.9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 4/30

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	3,2000	3
14	BLOCO DE BOLETIM DIÁRIO DE ATENDIMENTO MÉDICO (SEXO FM) - 50 js x 1 via - impressão em Offset 1x0 cores - papel Offset 56gr - tamanho 30,00x21,50cm	BLC	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	1,4000	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	1,4900	2
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8069)	NORTE	0	1,5000	3
15	BLOCO BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - GESTANTE - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	9,8400	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	9,9000	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	11,0000	3
16	BLOCO BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - GRUPO DE IDOSOS - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	9,8400	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	9,9000	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	11,0000	3
17	BLOCO BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - GRUPO DE HIPERTENSÃO - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	9,8400	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	9,9000	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	11,0000	3

Página: 5/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	BLOCO BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - CRIANÇAS - 50 js x 1 via - Impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	9,8400	1
2			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	9,9000	2
3			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	11,0000	3
19	BLOCO BOLETIM DE SERVIÇOS PRODUZIDOS - ATIMIDADES - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - tamanho 21,50 x 30,00 cm	BLC	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (6069)	NORTE	0	1,5500	1
2			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (6070)	ALTA DEFINIÇ	0	2,0000	2
3			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	2,1780	3
20	BLOCO CADASTRO DO HIPERTENSO E OU DIABETICO - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel em Offset 120 g - tamanho 30,00 x 21,50 cm	BLC	POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	3,8500	1
2			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (6070)	ALTA DEFINIÇ	0	4,5000	2
21	BLOCO DE CHECK-LIST SAMU, 50 js x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V)	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	4,9800	1
2			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (6070)	ALTA DEFINIÇ	0	5,0000	2
3			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	5,8000	3
22	BLOCO CURATIVO GRAU II, III e IV - 20 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	1,9500	1
2			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	2,4000	2

Página: 6/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados a manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	BLOCO FICHA A - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21 x 29,7 cm	BLC	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	2,9800	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	2,9900	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	3,5000	3
24	BLOCO FICHA B - TB - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	9,7500	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	9,7800	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	9,9000	3
25	BLOCO DE FICHA B - GES, FRENTE E VERSO, 50 jgs x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V)	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	9,7500	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	9,9000	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	11,0000	3
26	BLOCO DE FICHA B - DIA, FRENTE E VERSO, 50 jgs x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V)	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	9,7500	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	9,9000	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	11,0000	3
27	BLOCO DE FICHA B - HÁ, AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, FRENTE E VERSO; 50 jgs x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V)	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	6,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 7/30

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos; banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	6,4000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	6,8000	3
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	9,6500	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	9,7000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	9,9000	3
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	6,6000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	6,7000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	6,8000	3
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	2,4300	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	2,4400	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	2,7000	3
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8089)	NORTE	0	1,6000	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	2,1000	2

28 BLOCO FICHA B - I-HAN - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm

29 BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO DE ODONTOLOGIA - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 120 g - tamanho 21,00 x 31,00 cm

30 BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO USB - SAMU - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 31,00 cm

31 BLOCO FICHA DE EVOLUÇÃO DO PACIENTE - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 31,00 cm

Página: 8/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	2,3480	3
32	BLOCO FICHA PMA2 - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	6,8000	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	7,5000	2
33	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE ESCARRO - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,5000	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	0,5100	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,5500	3
34	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE FEZES PARA EXAMES PARASITOLÓGICOS - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,5000	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,5500	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	0,6000	3
35	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE FEZES PARA EXAME E PESQUISA DE SANGUE OCULTO - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,5000	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,5500	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	0,6000	3

Página: 9/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 **Data do Registro:** 30/07/2015 **Válido até:** 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE URINA MULHERES - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,5000	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,5500	2
			GRAFICA GUARANIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,6000	3
37	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE URINA HOMENS - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,5000	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,5500	2
			GRAFICA GUARANIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,6000	3
38	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE SANGUE PARA PERFIL LIPÊMICO - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,5000	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,5500	2
			GRAFICA GUARANIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,6000	3
39	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE SECREÇÃO VAGINAL - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 6,00 x 12,00 cm.	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,5280	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,5500	2
40	BLOCO LAUDO - APAC - 20 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	1,9480	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	1,9500	2

Página: 10/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	1,9500	3
41	BLOCO MARCAÇÃO DE CONSULTA - 50 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	1,4700	1
			GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	1,4800	2
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	1,9400	3
42	BLOCO NOTIFICAÇÃO DE RECEITA "B" - 50 js x 1 via numeradas e pautadas - impressão em 1 x 1 cores - papel Super Bond azul 50 g - tamanho 20,50 x 9,30 cm	BLC	LEONIR ANTONIO HECKLER - ME (8073)	HECKLER	0	1,4500	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	1,4700	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	1,9000	3
43	BLOCO PEDIDO ALMOXARIFADO - 20 js x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	1,9300	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	2,4000	2
44	BLOCO DE RECEPTUARIO DE CONTROLE ESPECIAL - 50 js x 2 vias - impressão em Offset 100 cores - papel Offset 56g para as duas vias - tamanho 16,00x21,50cm - CARBONADO.	BLC	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	2,4790	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	2,4800	2
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8089)	NORTE	0	2,5000	3

Página: 11/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados a manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	BLOCOS RECEPTUÁRIO SIMPLES - 50 x 1 via nas medidas 15 x 21 cm; Acabamento de bloco, 1ª via em Offset 75g com 1 x 0	BLC	NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8069)	NORTE	0	0,8000	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,9500	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,9900	3
46	BLOCO REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLOGICO - CÔLO DO ÚTERO - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	3,4900	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	3,5000	2
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8069)	NORTE	0	4,0000	3
47	BLOCO DE RELATÓRIO PMA2 - 50 jgs x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1;	BLC	POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	8,8700	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	8,8900	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	9,9000	3
48	BLOCO RELATÓRIO SAI - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	6,7500	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	6,8000	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	7,5000	3
49	BLOCO ROTEIRO DE CONSULTA PUERPERAL - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm	BLC	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	1,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 12/30

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	2,4000	2		
50	BLOCO SOLICITAÇÃO DE MATERIAL E EXAMES - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - medidas 16,00 x 21,50 cm	BLC	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,8990	1		
			NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8069)	NORTE	0	0,9000	2		
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	1,1000	3		
51	BOLA COLORIDA - em vinil - diâmetro aproximado 20 cm (campanha de vacinação)	UN	GLOBALPED MATERIAS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - (8071)	Marson	0	3,2000	1		
			DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP (6560)	D'BRINDES	0	3,2100	2		
52	CANECA - Caneca de porcelana personalizada com cabo para frente - Com material cerâmico alóxico - cor a definir - com impressão da arte a definir (até 04 cores) na parte externa, conforme programa a ser utilizado pela Secretaria de Saúde - capacidade: 400 ml - com ausência de marca da porcelana - 1ª linha.	UN	DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP (6560)	D'BRINDES	0	16,9000	1		
			GLOBALPED MATERIAS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - (8071)	B.D.M	0	17,0000	2		
53	CANETA - Caneta esferográfica azul, de plástico, com detalhe emborrachado, nas cores: azul, vermelho, amarelo, preto e verde, ponta fina, com flip, impressão em até 5 cores, com ante (logos) de programas e personalização no corpo da caneta, conforme solicitação da Sec. de Saúde	UN	DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP (6560)	D'BRINDES	0	1,8800	1		
			GLOBALPED MATERIAS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - (8071)	Jaraguá	0	1,8900	2		
54	CARTÃO AGENDAMENTO SUS - impressão em Offset 1x1 cores - papel Offset 150gr - tamanho 29x11,50cm - acabamento: vincar	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,0590	1		

Página: 13/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0800	2
55	CARTÃO CTA - Impressão em Offset 1x1 cores - papel Offset 180gr - tamanho 15x10,80cm - acabamento: vincar	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0880	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1250	2
56	CARTÃO PARA CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL - Impressão em offset, 1 cor, 1 via, em papel cartolina, branco, de 22,00 x 12,00 cm (LxÁ). Acabamento: vincar - 180 gr.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0670	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,0680	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0700	3
57	CARTÃO PRÉ-NATAL - CARTEIRA DA GESTANTE - impressão em 1x5 cores - papel offset 180 g - tamanho 29,50 x 21 cm. Acabamento vincar	UN	POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7906)	POLIMPRESS	0	0,2500	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,3300	2
58	CARTEIRA DE SAUDE- impressão em 1 x 1 cor (F/V) - papel cartolina 75 g - tamanho 7,50 x 10,70 cm	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0400	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0430	2
59	CARTEIRINHA GRUPO SANGÜÍNEO - impressão em 1 x 1 cores - papel cartão - tamanho 6 x 10 cm. Acabamento: arte final	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0670	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,0680	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 14/30

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0800	3
60	CARTILHINHA HIPERDIA - impressão em Offset 1x1 cores - papel Offset 180gr- tamanho 22,00x9,00 cm - Acabamento: vincar	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0690	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	0,0700	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0770	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0800	4
61	CARTILHA AIDS - impressão em 4 x 4 cores - folha em couchê brilho 170 g nas medidas 16 x 30 cm - 10 páginas - intercalação manual, grampear, fotolito (17x)	UN	GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	0,4800	1
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	0,4900	2
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (8055)	Nova Print	0	0,6130	3
62	CARTILHA CRIANÇA - impressão em 10 cores - 28 páginas (02 folhas com 24 adesivos) - folha nas medidas 21 x 14,5 cm - capa e contra capa em papel cartão	UN	GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	1,7000	1
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	1,7500	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	3,3500	3
63	CARTILHA SAÚDE DE BELEZA - impressão em 05 cores - 08 páginas com figuras - folha em couchê nas medidas 20 x 17 cm	UN	NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (8055)	Nova Print	0	7,4700	1
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	7,4800	2

Página: 15/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados a manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	9,8750	3
64	CHAVEIRO - metálico, com detalhe em couro sintético	UN	GLOBAL PED MATERIAS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - R.B (8071)		0	5,8400	1
			DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP (6560)	D'BRINDES	0	5,8500	2
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	5,9000	3
65	CONVITE - Impressão em 4 x 4 cores - papel cartão - tamanho 10,00 x 15,00 cm	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,6430	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,6500	2
66	CRACHÁ - em PVC, com dimensões de 0,76 x 85 x 54 mm, com cordão porta crachá personalizado em tecido poliéster, com foto digitalizada, impressão colorida e conteúdo dados variados. A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela captação das fotos dos servidores da Secretaria de Saúde.	UN	GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	11,5000	1
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	12,0000	2
67	ENVELOPE OFICIO - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 90 g/m² - tamanho 11,40 x 22,90 cm - brásão e logo da PMU/FMS	UN	NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (8055)	Nova Print	0	0,1960	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,2000	2
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	0,2150	3
68	ENVELOPE SACO - Impressão em 4 x 0 cores - papel branco 110 gr - tamanho 26,00 x 36,00 cm - brásão e logo da PMU/FMS	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 16/30

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,7280	2
69	ESCOVA DE CABELO - Escova de cabelo com espelho em plástico - Arte (logos) na parte externa, conforme programas a serem desenvolvidos pela Sec. de Saúde. Tamanho Total (CxL): 6,0cm x 6,0 cm	UN	GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - Marson (8071)		0	3,7500	1
70	FICHA DADOS CADASTRAIS SIS/VAN - impressão em 1 x 1 cores - papel offset 75 g - tamanho 21 x 29,7 cm	UN	DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP (6560)	D/BRINDES	0	3,7600	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0620	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0650	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,0780	3
71	FICHA DE CONTROLE - ALMOXARIFADO - impressão em Offset 1x1 cores - papel cartolina azul 180gr - tamanho 11,20x20,60 cm - acabamento: furo -	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1950	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,2000	2
72	FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO DOMICILIO - Folha em Offset 75g nas medidas 21 x 29,7 cm; 1 x 1 cores;	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0640	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0700	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0800	3
73	FICHA IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO DO SUS - Folha em Offset 75g nas medidas 21 x 29,7 cm; 1 x 1 cores;	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0580	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 17/30

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0600	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0600	3
74	FICHA LAUDO MÉDICO - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0540	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0550	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0550	3
75	FICHA LAUDO MÉDICO TRATAMENTO FORA DOMICILIO PARA DENTRO DO ESTADO TFD - impressão em 1 x 0 cores (FV) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0540	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0550	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0550	3
76	FICHA MAPA DE ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL - impressão em 1 x 1 cores (FV) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0590	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0600	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0600	3
77	FICHA ODONTOGRAMA - Impressão em 1 x 1 cores (FV) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0630	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0650	2

Página: 18/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0670	3
78	FICHA PEDIDO DE TRATAMENTO FORA DOMICILIO TFD - Impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,0620	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0650	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0670	3
79	FICHA DE PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE - PNCD (REGISTRO DIÁRIO DE SERVIÇOS ANTIMETÓRICO) - Impressão em 1 x 0 cores - papel offset 90 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0670	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,0680	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0700	3
80	FICHA PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DENGUE PNCD - VIGILANCIA ENTOMOLÓGICA - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,0520	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0550	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0550	3
81	FICHA REQUISICÃO DE MAMOGRAFIA - impressão em 1 x 0 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,0600	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,0640	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0700	3

Página: 19/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados a manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	FLYER TUBERCULOSE - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 13 x 18 cm; vinco mecanizado; duas dobras; folheto (T/R); 4 x 4 cores.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1230	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1250	2
83	FOLDER ANIMAIS PEÇONHENTOS - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 21 x 30 cm; vinco mecanizado; duas dobras; folheto (T/R); 4 x 4 cores.	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1600	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,1770	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1780	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1800	4
84	FOLDER CASTRAÇÃO DE ANIMAIS - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; folheto (T/R), arte, layout	UN	POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	0,2500	1
			NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (8055)	Nova Print	0	0,3900	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,3900	3
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,4200	4
85	FOLDER CAPS - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado; duas dobras; folheto (T/R), arte, layout	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1990	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,2100	2
86	FOLDER COMBATE DENGUE É UM DEVER DE TODOS - Folha em Couchê Brilho 150g nas medidas 16 x 24 cm; vinco mecanizado; uma dobra; folheto (T/R); 4 x 4 cores.	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1260	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 20/30

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	FOLDER CTA - AMIGO É PRA TODA HORA - Folhas em Couchê Brilho 150g nas medidas 18 x 40 cm; vinco mecanizado, duas dobras; folheto (T/R); 4 x 4 cores.	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1270	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1300	3
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1970	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1980	2
88	FOLDER DENGUE - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; folheto (T/R), arte, layout	UN	DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,2000	3
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1380	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1400	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1700	3
89	FOLDER HEPATITES VIRAIS - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; folheto (T/R), arte, layout	UN	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUAR	0	0,1700	4
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1180	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1560	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1600	3
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUAR	0	0,1600	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 21/30

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
90	FOLDER INFORMATIVO SUS - Folha nas medidas 21 x 30; Vinco Mecanizado, duas dobras; Fotolito (T/R); Folha em Couché Brilho 170g com 4 x 4; (Arte e Layout empresa vencedora)	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1180	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,1560	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1600	3
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	0,1600	4
91	FOLDER MENINGITE - impressão em 4 x 4 cores - papel couché brilho 150 g - tamanho 16 x 24 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,1280	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1300	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1450	3
92	FOLDER SAÚDE BUCAL e SAÚDE BUCAL DR. CROCODENTE - impressão em 4 x 4 cores - papel couché brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,1750	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1800	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1900	3
93	FOLDER SAÚDE DA MULHER e SAÚDE DO HOMEM - impressão em 4 x 4 cores - papel couché brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1250	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,1620	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 22/30

Número do Registro de Preços: 11/2015			Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	FOLDER SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA EM TEMPOS DE AIDS - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, quatro dobras; folheto (T/R), ante, layout	UN	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	0,1650	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1650	4
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1690	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	0,1700	2
95	FOLDER TERCEIRA IDADE - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 21 x 30 cm; vinco mecanizado, duas dobras; folheto (T/R); 4 x 4 cores.	UN	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1900	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1900	4
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1500	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1580	2
96	FOLDER TESTES PRÉ NATAL - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 21 x 30 cm; vinco mecanizado, duas dobras; folheto (T/R); 4 x 4 cores.	UN	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	0,1590	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1750	4
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1550	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1570	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	0,1690	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 23/30

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1750	4
97	FOLDER TUBERCULOSE - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; folheto (T/R), arte, layout	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1550	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUJ	0	0,1580	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,1800	3
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,1800	4
98	FOLHA DE ROSTO HIPÉRDIA - impressão em 1 x 1 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0410	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0430	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0450	3
99	FOLHA DE ROSTO DE PRONTUÁRIO - Folha nas medidas 21x29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1	FLS	GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0410	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0430	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0450	3
100	FOLHA DE ROSTO REDE CEGONHA - impressão em 1 x 1 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0400	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0410	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 24/30

Número do Registro de Preços: 11/2015 Data do Registro: 30/07/2015 Válido até: 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0450	3
101	FOLHA DE ROSTO - VISITA DOMICILIAR - impressão em 1 x 1 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm	FLS	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,0400	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0410	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0450	3
102	FOLHA OFÍCIO - Impressão em 4 x 0 cores - papel offset 90 g - tamanho 21,00 29,70 cm	FLS	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,0780	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0800	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	0,1100	3
103	FOLHA SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA - Folha em Offset 75g nas medidas 21 x 29,7 cm, 1 x 0 cor;	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (8043)	E.G.C.L.	0	0,0550	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	0,0560	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0570	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0600	4
104	GESTOGRAMA - disco gestacional duplo colorido - formato circular com diâmetro de 14 cm - papel couchê 120 g -	UN	GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	8,7400	1
			LEONIR ANTONIO HECKLER - ME (8073)	HECKLER	0	8,7500	2

Página: 25/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015 **Data do Registro:** 30/07/2015 **Válido até:** 30/07/2016

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	13,4580	3
105	LIXA PARA UNHAS - cor azul - em embalagem plástica (branca de um lado e transparente do outro) - arte (logo) cor azul na parte externa da embalagem, a definir.	UN	GLOBAL PED MATERIAS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - MARSON (8071)	MARSON	0	0,8400	1
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	0,8500	2
			DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP (6560)	D'BRINDES	0	0,9000	3
106	MINI CARTAZ PROIBIDO FUMAR - Folha em adesivo brilho 180g na medida 21 x 29,7 cm; meio corte; fotolito (FV); 4 x 0 cores.	UN	NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (8055)	NOVA Print	0	0,4490	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GU	0	0,4500	2
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,5000	3
107	MINI CARTAZ PROIBIDO FUMAR (DUPLA FACE) - Dupla Face - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 21 x 29,7 cm; Fotolito (FV), costura e cola; 4 x 0 cores	UN	POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	0,7790	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,7800	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,8700	3
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,8800	4
108	PANFLETO ESTERILIZAÇÃO ANIMAIS - Polícromia - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 15 x 21 cm; Fotolito (FV); 4 x 0 cores.	UN	POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	0,1700	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,1800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 26/30

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	PANFLETO INFORMATIVO SUS - Folha nas medidas 15 x 21; Folheto (FV); Folha em Offset 75g com 1 x 0; (Ante e Layout a Definir com empresa vencedora)	UN	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUF	0	0,2100	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,2400	4
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0250	1
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0350	2
110	PANFLETOS SIMPLES - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - tamanho 15,00 x 21,00 cm - folheto (FV), ante e layout	UN	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUF	0	0,0380	3
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,0320	1
			GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP (8070)	ALTA DEFINIÇ	0	0,0330	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,0400	3
111	PASTA - CAPA DO PROCESSO - sem bolsa - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 180 g - tamanho 45,00 x 30,50cm - Acabamento: vincar	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,2320	1
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,2400	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUF	0	0,2700	3
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,3680	1
112	PASTA DE PROCESSO - MOVIMENTO - impressão em 1 x 0 cores - papel cartolina 180 g canário - tamanho 50,00 x 32,50 cm - Acabamento: Vincar, furar	UN	DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,3700	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 27/30

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados a manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
113	PASTA DE PRONTUARIO MÉDICO, impressão em offset 1X0 cores, papel catolína azul 180gr, 46,00 x 32,00 cm (L x A). Acabamento vincar	UN	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	0,2750	1
114	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO BANHEIROS - em acrílico, espessura 2,0 mm - impressão em serigrafia e fundo de tinta automotiva - policia com acabamento - textos a definir. Medidas: 15,00 x 12,00 cm.	UN	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME (7132)	GRAFICA GUI	0	0,2790	2
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	0,3500	3
			GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	20,0000	1
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	22,0000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	25,2100	3
115	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO SETORES - em acrílico, espessura 2,0 mm - impressão em serigrafia e fundo de tinta automotiva - policia com acabamento - textos a definir. Medidas: 34,00 x 8,00 cm.	UN	POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	19,9900	1
			GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	20,0000	2
			EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)	E.G.C.L.	0	26,5400	3
			DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME (7411)	D.C.L.	0	26,5500	4
116	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO FARMÁCIA - em PVC, 02 cores, com textos de identificação a definir, nas seguintes medidas: 300 x 200 x 2 mm.	UN	MUNDO DIGITAL LTDA - ME (8068)	MUNDO DIGIT	0	15,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Página: 28/30

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
117	SQUEEZE - Squeeze em plástico PE flexível, com tampa rosqueável em fibra de coco, vedação completa e bico em PE/MD flexível cristal. Cores disponíveis: branca, laranja, verde, preto, vermelho e azul. Mesma disponibilidade de cores para as tampas. Dimensões CxLxA (cm) 7,2x7,2x20cm. Peso unitário: 54g. CAPACIDADE 500 ML	UN	GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)		0	17,8000	2
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	17,9000	3
			GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - (8071)	Promex	0	4,8900	1
			POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)	POLIMPRESS	0	4,9000	2

Página: 29/30

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015		Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados a manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP (6560)	D'BRINDES	0	5,0500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015

Número do Registro de Preços: 11/2015							Data do Registro: 30/07/2015		Válido até: 30/07/2016		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados a manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

PROCESSO Nº 17/2015

- (6043) - EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP
- (6317) - GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME
- (6560) - DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP
- (7132) - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME
- (7411) - DIGITAL CRUZEIRO LTDA - ME
- (7908) - POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME
- (8055) - NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME
- (8068) - MUNDO DIGITAL LTDA - ME
- (8069) - NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP
- (8070) - GRAFICA ALTA DEFINICAO LTDA - EPP
- (8071) - GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA -
- (8072) - LUIS CARLOS ARMILLATO - ME
- (8073) - LEONIR ANTONIO HECKLER - ME

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

HOMOLOGAÇÃO PL 17/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVEMBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 19/06/2015
	Folha: 1/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAE LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 17/2015
b) Licitação Nr.: 12/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 30/07/2015
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de impressos gráficos, banners, placas em acrílico e em PVC e brindes, destinados à manutenção das atividades e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA - EPP (6560)

2 BALDE - balde ofurô em material plástico resistente, transparente, diversas cores. Dimensões aproximadas: 35 x 33 x 47,5 cm (C x L x A). Capacidade mínima para 13 litros. - Marca: D'BRINDES	UN	15,00	0,0000	29,50	442,50
52 CANECA - Caneca de porcelana personalizada com cabo para frente - Com material cerâmico atóxico - cor a definir - com impressão da arte a definir (até 04 cores) na parte externa, conforme programa a ser utilizado pela Secretaria de Saúde - capacidade: 400 ml - com ausência de marca da porcelana - 1ª linha. - Marca: D'BRINDES	UN	1.500,00	0,0000	16,90	25.350,00
53 CANETA - Caneta esferográfica azul, de plástico, com detalhe emborrachado, nas cores: azul, vermelho, amarelo, preto e verde, ponta fina, com flip, impressão em até 5 cores, com arte (logos) de programas e personalização no corpo da caneta, conforme solicitação da Sec. de Saúde - Marca: D'BRINDES	UN	10.100,00	0,0000	1,88	18.988,00

Total do Fornecedor: 44.780,50

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 19/06/2015
	Folha: 2/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)

8	BLOCO ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTES - 50 x 1 vias em Offset 75 g nas medidas 15 x 21, impressão em 1 x 0 cores. Acabamento de bloco - Marca: E.G.C.L.	BLC	50,00	0,0000	2,19	109,50
10	BLOCO AUTO DE INFRAÇÃO - Bloco 50x4 vias nas medidas 21x32; intercalação manual, blocagem, grampear, numeração *, microsenilha; capa em capa ag 90g com 0x0; 1ª via em extra copy - CB - Branco 56g com 1 x 0; 2ª via em extra copy - cfb azul 56g com 1 x 0; 3ª via em extra copy - cfb rosa 56g com 1 x 0; 4ª via em extra copy - cf branco 56g com 1 x 0. - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	24,50	245,00
13	BLOCO BOLETIM DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - tamanho 15,70 x 29,50 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	60,00	0,0000	2,98	178,80
15	BLOCO BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - GESTANTE - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	9,84	98,40
16	BLOCO BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - GRUPO DE IDOSOS - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	9,84	98,40
17	BLOCO BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - GRUPO DE HIPERDIA - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	9,84	98,40
18	BLOCO BOLETIM DE PRODUÇÃO MENSAL DE ODONTOLOGIA - CRIANÇAS - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	9,84	98,40
21	BLOCO DE CHECK-LIST SAMU, 50 jgs x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V) - Marca: E.G.C.L.	BLC	30,00	0,0000	4,99	149,70
22	BLOCO CURATIVO GRAU II, III e IV - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	50,00	0,0000	1,95	97,50
24	BLOCO FICHA B - TB - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	9,75	97,50
25	BLOCO DE FICHA B - GES, FRENTE E VERSO, 50 jgs x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V) - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	9,75	97,50
26	BLOCO DE FICHA B - DIA, FRENTE E VERSO, 50 jgs x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V) - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	9,75	97,50
27	BLOCO DE FICHA B - HÁ, AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE, FRENTE E VERSO; 50 jgs x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; (F/V) - Marca: E.G.C.L.	BLC	20,00	0,0000	6,30	126,00

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVEMBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 19/06/2015
	Folha: 3/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)

28	BLOCO FICHA B - HAN - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	9,65	96,50
29	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO DE ODONTOLOGIA - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 120 g - tamanho 21,00 x 31,00 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	20,00	0,0000	6,60	132,00
32	BLOCO FICHA PMA2 - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	6,80	68,00
33	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE ESCARRO - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	500,00	0,0000	0,50	250,00
34	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE FEZES PARA EXAMES PARASITOLÓGICOS - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	500,00	0,0000	0,50	250,00
35	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE FEZES PARA EXAME E PESQUISA DE SANGUE OCULTO - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	500,00	0,0000	0,50	250,00
36	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE URINA MULHERES - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	500,00	0,0000	0,50	250,00
37	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE URINA HOMENS - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	500,00	0,0000	0,50	250,00
38	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE SANGUE PARA PERFIL LIPÊMICO - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 5,00 x 20,00 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	500,00	0,0000	0,50	250,00
39	BLOCO INSTRUÇÃO P/ COLETA DE SECREÇÃO VAGINAL - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 50 g - tamanho 6,00 x 12,00 cm. - Marca: E.G.C.L.	BLC	500,00	0,0000	0,528	264,00
40	BLOCO LAUDO - APAC - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	100,00	0,0000	1,948	194,80
43	BLOCO PEDIDO ALMOXARIFADO - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	50,00	0,0000	1,93	96,50
46	BLOCO REQUISIÇÃO DE EXAME CITOPATOLÓGICO - CÓLO DO ÚTERO - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	50,00	0,0000	3,49	174,50
48	BLOCO RELATÓRIO SAI - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	10,00	0,0000	6,75	67,50

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 19/06/2015
	Folha: 4/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)

49	BLOCO ROTEIRO DE CONSULTA PUERPERAL - 20 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	BLC	50,00	0,0000	1,95	97,50
54	CARTÃO AGENDAMENTO SUS - impressão em Offset 1x1 cores - papel Offset 150gr - tamanho 29x11,50cm - acabamento: vincar - Marca: E.G.C.L.	UN	10.000,00	0,0000	0,059	590,00
55	CARTÃO CTA - impressão em Offset 1x1 cores - papel Offset 180gr - tamanho 15x10,80cm - acabamento: vincar - Marca: E.G.C.L.	UN	1.000,00	0,0000	0,088	88,00
56	CARTÃO PARA CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL - Impressão em offset, 1 cor, 1 via, em papel cartolina, branco, de 22,00 x 12,00 cm (LxA). Acabamento: vincar - 180 gr. - Marca: E.G.C.L.	UN	5.000,00	0,0000	0,067	335,00
59	CARTEIRINHA GRUPO SANGUÍNEO - impressão em 1 x 1 cores - papel cartão - tamanho 6 x 10 cm. Acabamento: arte final - Marca: E.G.C.L.	UN	1.000,00	0,0000	0,067	67,00
60	CARTEIRINHA HIPERDIA - impressão em Offset 1x1 cores - papel Offset 180gr - tamanho 22,00x9,00 cm - Acabamento: vincar - Marca: E.G.C.L.	UN	3.500,00	0,0000	0,069	241,50
65	CONVITE - impressão em 4 x 4 cores - papel cartão - tamanho 10,00 x 15,00 cm - Marca: E.G.C.L.	UN	6.500,00	0,0000	0,643	4.179,50
70	FICHA DADOS CADASTRAIS SISVAN - impressão em 1 x 1 cores - papel offset 75 g - tamanho 21 x 29,7 cm - Marca: E.G.C.L.	UN	3.500,00	0,0000	0,062	217,00
71	FICHA DE CONTROLE - ALMOXARIFADO - impressão em Offset 1x1 cores - papel cartolina azul 180gr - tamanho 11,20x20,60 cm - acabamento: furo - - Marca: E.G.C.L.	UN	500,00	0,0000	0,195	97,50
72	FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO DOMICILIO - Folha em Offset 75g nas medidas 21 x 29,7 cm; 1 x 1 cores; - Marca: E.G.C.L.	UN	3.000,00	0,0000	0,064	192,00
73	FICHA IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO DO SUS - Folha em Offset 75g nas medidas 21 x 29,7 cm; 1 x 1 cores; - Marca: E.G.C.L.	UN	5.000,00	0,0000	0,058	290,00
74	FICHA LAUDO MÉDICO - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: E.G.C.L.	FLS	5.000,00	0,0000	0,054	270,00
75	FICHA LAUDO MÉDICO TRATAMENTO FORA DOMINCILIO PARA DENTRO DO ESTADO TFD - impressão em 1 x 0 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: E.G.C.L.	FLS	5.000,00	0,0000	0,054	270,00
76	FICHA MAPA DE ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: E.G.C.L.	FLS	4.000,00	0,0000	0,059	236,00
77	FICHA ODONTOGRAMA - Impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: E.G.C.L.	FLS	3.000,00	0,0000	0,063	189,00

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 19/06/2015
	Folha: 5/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)

78	FICHA PEDIDO DE TRATAMENTO FORA DOMICILIO TFD - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: E.G.C.L.	FLS	3.000,00	0,0000	0,062	186,00
80	FICHA PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DENGUE PNCD - VIGILANCIA ENTOMOLÓGICA - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: E.G.C.L.	FLS	6.000,00	0,0000	0,052	312,00
81	FICHA REQUISIÇÃO DE MAMOGRAFIA - impressão em 1 x 0 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: E.G.C.L.	FLS	2.500,00	0,0000	0,06	150,00
82	FLYER TUBERCULOSE - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 13 x 18 cm; vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R); 4 x 4 cores. - Marca: E.G.C.L.	UN	5.000,00	0,0000	0,123	615,00
85	FOLDER CAPS - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout - Marca: E.G.C.L.	UN	3.000,00	0,0000	0,199	597,00
86	FOLDER COMBATE DENGUE É UM DEVER DE TODOS - Folha em Couchê Brilho 150g nas medidas 16 x 24 cm; vinco mecanizado, uma dobra; fotolito (T/R); 4 x 4 cores. - Marca: E.G.C.L.	UN	5.000,00	0,0000	0,126	630,00
88	FOLDER DENGUE - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout - Marca: E.G.C.L.	UN	10.000,00	0,0000	0,139	1.390,00
91	FOLDER MENINGITE - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 150 g - tamanho 16 x 24 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout - Marca: E.G.C.L.	UN	5.000,00	0,0000	0,128	640,00
92	FOLDER SAÚDE BUCAL e SAÚDE BUCAL Dr. CROCODENTE - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout - Marca: E.G.C.L.	UN	6.000,00	0,0000	0,175	1.050,00
94	FOLDER SEXUALIDADE E ADOLESCÊNCIA EM TEMPOS DE AIDS - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, quatro dobras; fotolito (T/R), arte, layout - Marca: E.G.C.L.	UN	5.000,00	0,0000	0,169	845,00
96	FOLDER TESTES PRÉ NATAL - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 21 x 30 cm; vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R); 4 x 4 cores. - Marca: E.G.C.L.	UN	7.000,00	0,0000	0,155	1.085,00
97	FOLDER TUBERCULOSE - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout - Marca: E.G.C.L.	UN	6.000,00	0,0000	0,155	930,00
100	FOLHA DE ROSTO REDE CEGONHA - impressão em 1 x 1 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: E.G.C.L.	FLS	15.000,00	0,0000	0,04	600,00

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVEMBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 19/06/2015
	Folha: 6/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA - EPP (6043)

101	FOLHA DE ROSTO - VISITA DOMICILIAR - impressão em 1 x 1 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: E.G.C.L.	FLS	15.000,00	0,0000	0,04	600,00
102	FOLHA OFÍCIO - Impressão em 4 x 0 cores - papel offset 90 g - tamanho 21,00 29,70 cm - Marca: E.G.C.L.	FLS	5.000,00	0,0000	0,078	390,00
103	FOLHA SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA - Folha em Offset 75g nas medidas 21 x 29,7 cm; 1 x 0 cor; - Marca: E.G.C.L.	UN	5.000,00	0,0000	0,055	275,00
110	PANFLETOS SIMPLES - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - tamanho 15,00 x 21,00 cm - fotolito (F/V), arte e layout - Marca: E.G.C.L.	UN	7.000,00	0,0000	0,032	224,00
111	PASTA - CAPA DO PROCESSO - sem bolsa - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 180 g - tamanho 45,00 x 30,50cm - Acabamento: vincar - Marca: E.G.C.L.	UN	2.000,00	0,0000	0,232	464,00
112	PASTA DE PROCESSO - MOVIMENTO - impressão em 1 x 0 cores - papel cartolina 180 g canário - tamanho 50,00 x 32,50 cm - Acabamento: Vincar, furar - Marca: E.G.C.L.	UN	2.000,00	0,0000	0,368	736,00
113	PASTA DE PRONTUARIO MÉDICO, impressão em offset 1X0 cores, papel cartolina azul 180gr, 46,00 x 32,00 cm (L x A). Acabamento vincar - Marca: E.G.C.L.	UN	3.500,00	0,0000	0,275	962,50
Total do Fornecedor:						24.227,90

GLOBALPED MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA - (8071)

51	BOLA COLORIDA - em vinil - diâmetro aproximado 20 cm (campanha de vacinação) - Marca: Marson	UN	500,00	0,0000	3,20	1.600,00
64	CHAVEIRO - metálico, com detalhe em couro sintético - Marca: R.B	UN	1.000,00	0,0000	5,84	5.840,00
69	ESCOVA DE CABELO - Escova de cabelo com espelho em plástico - Arte (logos) na parte externa, conforme programas a serem desenvolvidos pela Sec. de Saúde. Tamanho Total (CxL): 6,0cm x 6,0 cm - Marca: Marson	UN	2.000,00	0,0000	3,75	7.500,00
105	LIXA PARA UNHAS - cor azul - em embalagem plástica (branca de um lado e transparente do outro) - arte (logo) cor azul na parte externa da embalagem, a definir. - Marca: Marson	UN	5.000,00	0,0000	0,84	4.200,00
117	SQUEEZE - Squeeze em plástico PE flexível, com tampa rosqueável em fibra de coco, vedação completa e bico em PEMD flexível cristal. Cores disponíveis: branca, laranja, verde, preto, vermelho e azul. Mesma disponibilidade de cores para as tampas. Dimensões CxLxA (cm) 7,2x7,2x20cm. Peso unitário: 54g. CAPACIDADE 500 ML - Marca: Promex	UN	1.000,00	0,0000	4,89	4.890,00
Total do Fornecedor:						24.030,00

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVEMBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 19/06/2015
	Folha: 7/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA - EPP (8070)

12	BLOCO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS - 50 jgs x 1 via impressão em Offset 1x0 cores - papel Offset 56gr - Tamanho 16,00x11,00cm - Com numeração sequencial - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	BLC	75,00	0,0000	1,90	142,50
14	BLOCO DE BOLETIM DIÁRIO DE ATENDIMENTO MÉDICO (SEXO F/M) - 50 jgs x 1 via - impressão em Offset 1x0 cores - papel Offset 56gr - tamanho 30,00x21,50cm - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	BLC	500,00	0,0000	1,40	700,00
23	BLOCO FICHA A - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21 x 29,7 cm - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	BLC	80,00	0,0000	2,98	238,40
30	BLOCO FICHA DE ATENDIMENTO USB - SAMU - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 31,00 cm - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	BLC	150,00	0,0000	2,43	364,50
41	BLOCO MARCAÇÃO DE CONSULTA - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - medidas 21 x 29,7 cm - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	BLC	100,00	0,0000	1,47	147,00
44	BLOCO DE RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL - 50 jgs x 2 vias - impressão em Offset 1x0 cores - papel Offset 56gr para as duas vias - tamanho 16,00x21,50cm - CARBONADO. - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	BLC	5.000,00	0,0000	2,479	12.395,00
50	BLOCO SOLICITAÇÃO DE MATERIAL E EXAMES - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel offset 75 g - medidas 16,00 x 21,50 cm - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	BLC	1.000,00	0,0000	0,899	899,00
58	CARTEIRA DE SAUDE- impressão em 1 x 1 cor (F/V) - papel cartolina 75 g - tamanho 7,50 x 10,70 cm - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	5.000,00	0,0000	0,04	200,00
68	ENVELOPE SACO - Impressão em 4 x 0 cores - papel branco 110 gr - tamanho 26,00 x 36,00 cm - brasão e logo da PMJ/FMS - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	3.000,00	0,0000	0,55	1.650,00
79	FICHA DE PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE - PNCD (REGISTRO DIÁRIO DE SERVIÇOS ANTIVETORIAL) - Impressão em 1 x 0 cores - papel offset 90 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	FLS	3.000,00	0,0000	0,067	201,00
83	FOLDER ANIMAIS PEÇONHENTOS - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 21 x 30 cm; vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R); 4 x 4 cores. - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	5.000,00	0,0000	0,16	800,00
87	FOLDER CTA - AMIGO É PRA TODA HORA - Folhas em Couchê Brilho 150g nas medidas 18 x 40 cm; vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R); 4 x 4 cores. - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	7.000,00	0,0000	0,197	1.379,00
89	FOLDER HEPATITES VIRAIS - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	20.000,00	0,0000	0,118	2.360,00

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVEMBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 19/06/2015
	Folha: 8/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA - EPP (8070)

90	FOLDER INFORMATIVO SUS - Folha nas medidas 21 x 30; Vinco Mecanizado, duas dobras; Fotolito (T/R); Folha em Couchê Brilho 170g com 4 x 4; (Arte e Layout empresa vencedora) - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	20.000,00	0,0000	0,118	2.360,00
93	FOLDER SAÚDE DA MULHER e SAÚDE DO HOMEM - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	14.000,00	0,0000	0,125	1.750,00
95	FOLDER TERCEIRA IDADE - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 21 x 30 cm; vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R); 4 x 4 cores. - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	7.000,00	0,0000	0,15	1.050,00
98	FOLHA DE ROSTO HIPÉRDIA - impressão em 1 x 1 cores - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 29,70 cm - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	FLS	15.000,00	0,0000	0,041	615,00
99	FOLHA DE ROSTO DE PRONTUÁRIO - Folha nas medidas 21x29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1 - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	FLS	15.000,00	0,0000	0,041	615,00
109	PANFLETO INFORMATIVO SUS - Folha nas medidas 15 x 21; Fotolito (F/V); Folha em Offset 75g com 1 x 0; (Arte e Layout a Definir com empresa vencedora) - Marca: ALTA DEFINIÇÃO	UN	30.000,00	0,0000	0,025	750,00
Total do Fornecedor:						28.616,40

GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)

4	BANNER COLORIDO I - em lona, tamanho 0,90 x 4,00 metros (A x L), com acabamento em madeira arredondada, ponteira de plástico e cordão (confeção e impressão) - Marca:	UN	30,00	0,0000	150,00	4.500,00
5	BANNER COLORIDO II - em lona, tamanho 1,50 x 1,20 metros (A x L), com acabamento em madeira arredondada, ponteira de plástico e cordão (confeção e impressão) - Marca:	UN	30,00	0,0000	95,00	2.850,00
6	BANNER COLORIDO III - em lona, tamanho 1,00 x 2,00 metros (A x L), com acabamento em madeira arredondada, ponteira de plástico e cordão (confeção e impressão) - Marca:	UN	10,00	0,0000	99,00	990,00
61	CARTILHA AIDS - impressão em 4 x 4 cores - folha em couchê brilho 170 g nas medidas 16 x 30 cm - 10 páginas - intercalação manual; grampear; fotolito (T/R) - Marca:	UN	6.000,00	0,0000	0,48	2.880,00
62	CARTILHA CRIANÇA - impressão em 10 cores - 28 páginas (02 folhas com 24 adesivos) - folha nas medidas 21 x 14,5 cm - capa e contra capa em papel cartão - Marca:	UN	5.000,00	0,0000	1,70	8.500,00
66	CRACHÁ - em PVC, com dimensões de 0,76 x 85 x 54 mm, com cordão porta crachá personalizado em tecido poliéster, com foto digitalizada, impressão colorida e contendo dados variados. A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela captação das fotos dos servidores da Secretaria de Saúde. - Marca:	UN	700,00	0,0000	11,50	8.050,00

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVEMBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 19/06/2015
	Folha: 9/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRAFICA BRINDES JOACABA LTDA - ME (6317)

104	GESTOGRAMA - disco gestacional duplo colorido - formato circular com diâmetro de 14 cm - papel couchê 120 g - - Marca:	UN	30,00	0,0000	8,74	262,20
114	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO BANHEIROS - em acrílico, espessura 2,0 mm - impressão em serigrafia e fundo de tinta automotiva - polida com acabamento - textos a definir. Medidas: 15,00 x 12,00 cm. - Marca:	UN	40,00	0,0000	20,00	800,00
Total do Fornecedor:						28.832,20

LEONIR ANTONIO HECKLER - ME (8073)

42	BLOCO NOTIFICAÇÃO DE RECEITA "B" - 50 jgs x 1 via numeradas e picotadas - impressão em 1 x 1 cores - papel Super Bond azul 50 g - tamanho 20,50 x 9,30 cm - Marca: HECKLER	BLC	1.200,00	0,0000	1,45	1.740,00
Total do Fornecedor:						1.740,00

MUNDO DIGITAL LTDA - ME (8068)

3	BANNER - banner sinaleiro, tamanho 0,60 x 0,50 m (A x L), impressão em 04 cores. - Marca: MUNDO DIGITAL	UN	15,00	0,0000	20,00	300,00
116	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO FARMÁCIA - em PVC, 02 cores, com textos de identificação a definir, nas seguintes medidas: 300 x 200 x 2 mm. - Marca: MUNDO DIGITAL	UN	150,00	0,0000	15,00	2.250,00
Total do Fornecedor:						2.550,00

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8069)

7	BLOCO ACOMPANHAMENTO DO HIPERTENSO E OU DIABETICO - 50 x 1 vias em Offset 120 g, tamanho 21,00 x 29,30, impressão 1 x 0 cor (F/V) - Marca: NORTE	BLC	100,00	0,0000	3,00	300,00
9	BLOCO DE ATESTADO MÉDICO - 50 x 1 via nas medidas 15,00 x 21,00 cm; Acabamento de bloco: 1ª via em Offset 75g com 1 x 0 - Marca: NORTE	BLC	500,00	0,0000	0,80	400,00
11	BLOCO AUTO DE INTIMAÇÃO - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - 50 x 4 vias nas medidas 21 x 32 cm; Intercalação Manual; Blocagem; Grampear; Numeração; Microserilhha. Capa em Capa ag 90g com 0 x 0; 1ª Via em Extra Copy - CB - Branco 56g com 1 x 0; 2ª Via em Extra Copy - CFB Azul 56g com 1 x 0; 3ª Via em Extra Copy - CFB Rosa 56g com 1 x 0; 4ª Via em Extra Copy - CF Branco 56g com 1 x 0. - Marca: NORTE	BLC	30,00	0,0000	15,60	468,00
19	BLOCO BOLETIM DE SERVIÇOS PRODUZIDOS - ATIVIDADES - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores, papel em offset 75 g - tamanho 21,50 x 30,00 cm - Marca: NORTE	BLC	350,00	0,0000	1,55	542,50
31	BLOCO FICHA DE EVOLUÇÃO DO PACIENTE - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 1 cores (F/V) - papel offset 75 g - tamanho 21,00 x 31,00 cm - Marca: NORTE	BLC	350,00	0,0000	1,60	560,00

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVEMBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2015 - PR Processo Administrativo: 17/2015 Processo de Licitação: 17/2015 Data do Processo: 19/06/2015
	Folha: 10/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP (8069)

45	BLOCOS RECEITUÁRIO SIMPLES - 50 x 1 via nas medidas 15 x 21 cm; Acabamento de bloco: 1ª via em Offset 75g com 1 x 0 - Marca: NORTE	BLC	1.000,00	0,0000	0,80	800,00
Total do Fornecedor:						3.070,50

NOVA PRINT GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (8055)

63	CARTILHA SALÃO DE BELEZA - impressão em 05 cores - 08 páginas com figuras - folha em couchê nas medidas 20 x 17 cm - Marca: Nova Print	UN	150,00	0,0000	7,47	1.120,50
67	ENVELOPE OFICIO - impressão em 4 x 0 cores - papel offset alcalino 90 g/m² - tamanho 11,40 x 22,90 cm - brasão e logo da PMJ/FMS - Marca: Nova Print	UN	2.000,00	0,0000	0,199	398,00
106	MINI CARTAZ PROIBIDO FUMAR - Folha em adesivo brilho 180g na medida 21 x 29,7 cm; meio corte; fotolito (F/V); 4 x 0 cores. - Marca: Nova Print	UN	1.500,00	0,0000	0,449	673,50
Total do Fornecedor:						2.192,00

POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)

1	AGENDA CAPA DURA - agenda capa dura personalizada com impressão da arte a definir (4 cores), conforme programa da Sec. de Saúde, por meses com folhas diárias do ano todo identificação inicial, local para anotações dos telefones. Medidas 15x21; furo, corte especial, intercalação manual, fotolito (T/R), costura e cola, wire-ô, laminação brilho, arte final, folha em papel cartão para convites 600g com 0x0; folha em offset 90g com 1x1, folha em couchê brilho 150g com 4x0; folha em offset 120g com 0x0; folha em couchê brilho 115g com 4x4; folha duplex 250g com 0x0 - Marca: POLIMPRESSOS	UN	250,00	0,0000	19,00	4.750,00
20	BLOCO CADASTRO DO HIPERTENSO E OU DIABETICO - 50 jgs x 1 via - impressão em 1 x 0 cores - papel em Offset 120 g - tamanho 30,00 x 21,50 cm - Marca: POLIMPRESSOS	BLC	50,00	0,0000	3,85	192,50
47	BLOCO DE RELATÓRIO PMA2 - 50 jgs x 1 via; Folha nas medidas 21 x 29,7; Folha em Offset 75g com 1 x 1; - Marca: POLIMPRESSOS	BLC	10,00	0,0000	8,87	88,70
57	CARTÃO PRÉ-NATAL - CARTEIRA DA GESTANTE - impressão em 1x5 cores - papel offset 180 g - tamanho 29,50 x 21 cm. Acabamento vincar - Marca: POLIMPRESSOS	UN	2.000,00	0,0000	0,25	500,00
84	FOLDER CASTRAÇÃO DE ANIMAIS - impressão em 4 x 4 cores - papel couchê brilho 170 g - tamanho 21 x 30 cm - vinco mecanizado, duas dobras; fotolito (T/R), arte, layout - Marca: POLIMPRESSOS	UN	1.000,00	0,0000	0,29	290,00
107	MINI CARTAZ PROIBIDO FUMAR (DUPLA FACE) - Dupla Face - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 21 x 29,7 cm; Fotolito (F/V); costura e cola; 4 x 0 cores - Marca: POLIMPRESSOS	UN	500,00	0,0000	0,779	389,50

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA****CNPJ:** 10.594.533/0001-00
AV. XV DE NOVENBRO, 223
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 12/2015 - PR****Processo Administrativo:** 17/2015
Processo de Licitação: 17/2015
Data do Processo: 19/06/2015

Folha: 11/11

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME (7908)**

108	PANFLETO ESTERILIZAÇÃO ANIMAIS - Policromia - Folha em Couchê Brilho 170g nas medidas 15 x 21 cm; Fotolito (F/V); 4 x 0 cores. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	1.500,00	0,0000	0,17	255,00
115	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO SETORES - em acrílico, espessura 2,0 mm - impressão em serigrafia e fundo de tinta automotiva - polida com acabamento - textos a definir. Medidas: 34,00 x 8,00 cm. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	150,00	0,0000	19,99	2.998,50

Total do Fornecedor: 9.464,20**Total Geral:** 169.503,70

Joaçaba, 30 de Julho de 2015.

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**INEXIGIBILIDADE JHL 001/2015 SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0001/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 0045/2015
PROTOCOLO Nº 2251/2015

Objeto: Aquisição de peças e serviços para manutenção de equipamento Câmera Autocentrante. Modelo KD-325, marca RIDGID, de propriedade do SIMAE. Total de itens licitados: 05 itens.

Justificativa: Aquisição de peças de empresa representante exclusiva.

Fundamento Legal: Artigo 25, Inciso I, Lei 8666/93.

Empresa Contratada: CHN Máquinas e Equipamentos Ltda – ME.

Valor: R\$ 13.587,30

Declaração de Inexigibilidade em 05/08/2015.

Joaçaba/SC, 05 de agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

PREGÃO 0031/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0042/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2015
PROTOCOLO JHL 2131/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0031/2015 – Licitação 0042/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de materiais para substituição da rede de abastecimento de água de Luzerna à Linha Estreito.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 10h30m do dia 19/08/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 19/08/2015 às 14h:00m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 05/08/2015 a 19/08/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 05 de Agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

Laguna

PREFEITURA

CONTRATO Nº 42/15 - FMS

CONTRATO Nº 042/2015 - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: EMPRESA ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA
VIGÊNCIA: início em 29/06/2015 e término em 31/12/2015
VALOR TOTAL: R\$ 2.050,77 (dois mil e cinquenta reais e setenta e sete centavos)
DATA: 29/06/2015

CONTRATO Nº 47/15 - FMS

CONTRATO Nº 047/2015 - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADO: VALMOR DA SILVA ALVES
OBJETO: CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
VIGÊNCIA: início em 16/07/2015 e término em 16/07/2016
VALOR TOTAL: R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais, totalizando o contrato o valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)
DATA: 16/07/2015

CONTRATO Nº 43/15 - FMS

CONTRATO Nº 043/2015 - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: EMPRESA PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA
VIGÊNCIA: início em 29/06/2015 e término em 31/12/2015
VALOR TOTAL: R\$ 1.601,71 (mil, seiscentos e um reais e setenta e um centavos)
DATA: 29/06/2015

CONTRATO Nº 48/15 - FMS

CONTRATO Nº 048/2015 - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: EMPRESA DITRENT POSTOS E LOGÍSTICA LTDA.
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL
VIGÊNCIA: início em 16/07/2015 e término em 31/12/2015
VALOR TOTAL: R\$ 19.810,00 (dezenove mil e oitocentos e dez reais)
DATA: 16/07/2015

CONTRATO Nº 44/15 - FMS

CONTRATO Nº 044/2015 - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: EMPRESA MAYCON WILL ME
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA
VIGÊNCIA: início em 29/06/2015 e término em 31/12/2015
VALOR TOTAL: R\$ 355,05 (trezentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos)
DATA: 29/06/2015

CONTRATO Nº 49/15 - FMS

CONTRATO Nº 049/2015 - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: EMPRESA G/G GASTRONOMIAS LTDA. ME
OBJETO: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES
VIGÊNCIA: início em 23/07/2015 e término em 24/07/2015
VALOR TOTAL: R\$ 11.250,00 (onze mil e duzentos e cinquenta reais)
DATA: 17/07/2015

CONTRATO Nº 45/15 - FMS

CONTRATO Nº 045/2015 - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: EMPRESA RARIDADE INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. ME
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA
VIGÊNCIA: início em 29/06/2015 e término em 31/12/2015
VALOR TOTAL: R\$ 16.577,81 (dezesesseis mil, quinhentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos)
DATA: 29/06/2015

CONTRATO Nº 50/15 - FMS

CONTRATO Nº 050/2015 - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: EMPRESA HARLEY DE AGUIAR JÚNIOR EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES
VIGÊNCIA: início em 21/07/2015 e término em 31/08/2015
VALOR TOTAL: R\$ 16.450,00 (dezesesseis mil e quatrocentos e cinquenta reais)
DATA: 21/07/2015

CONTRATO Nº 46/15 - FMS

CONTRATO Nº 046/2015 - FMS
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA
CONTRATADA: EMPRESA ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA. EPP
OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA
VIGÊNCIA: início em 29/06/2015 e término em 31/12/2015
VALOR TOTAL: R\$ 5.053,80 (cinco mil e cinquenta e três reais e oitenta centavos)
DATA: 29/06/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/15 - REGULARIZAÇÃO DE OBRA

Edital de Notificação Nº 01/2015

O Município de Laguna, através da Procuradoria-geral e da CECAF (Coordenadoria Especial de Controle das Ações Fiscais), NOTIFICA os proprietários, conforme relação de nomes e endereços abaixo, a proceder no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste edital, a regularização da obra de sua propriedade:

Proprietários: Endereço da obra:

Margarida Maria Honorato Rua José Paulo Arantes , ao lado do nº 194, Bairro Esperança

Alessandro Espelocini Branco Rua A3, Loteamento Itapirubá – Bairro Itapirubá

Os proprietários ora notificados deverão comparecer no setor de protocolo, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Laguna, antigo prédio da Caixa Econômica Federal, localizada na Rua Osvaldo Cabral, 140, Centro Histórico, Laguna/SC.

Ressalta-se que a CECAF encaminhou a todos os proprietários acima identificados notificação por meio de carta com aviso de recebimento, não obtendo êxito em nenhuma delas.

Constatando o não atendimento desta notificação, no prazo acima estabelecido, ficam os proprietários passíveis de sofrerem as medidas judiciais cabíveis, inclusive com a possibilidade de Ação Demolitória da área não regular.

Prefeitura Municipal de Laguna/SC, 05 de agosto de 2015.

Leandro Schiefler Bento

Procurador Geral do Município

Waldir José de Souza

Coordenador da CECAF

ERRATA CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

Município de Laguna

Estado de Santa Catarina

ERRATA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

Exma. Sra. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, RETIFICA a data de apresentação da documentação de habilitação e as propostas dos interessados para Contratação de empresa para credenciamento de clínica veterinária, interessada em participar do programa permanente de controle Reprodutivo de Cães e Gatos, consistente na castração e assistência pós-operatória com internação, bem como carga antibiótica necessária a cirurgia, atendimento emergencial em caso de atropelamento, envenenamentos, doenças virais, sarnas e paritoses no Município de Laguna/SC, conforme especificado no edital, ficando para dia 08 de setembro de 2015, até as 13:30 horas.

Laguna, 05 de agosto de 2015.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal de Saúde

RGF 1 SEM 2015 - ANEXO 1

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	46.855.758,94	173.925,75
Pessoal Ativo	44.229.293,55	173.925,75
Pessoal Inativo e Pensionista	2.626.465,39	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	46.855.758,94	173.925,75
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	86.707.954,41	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	47.029.684,69	54,24
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	52.024.772,65	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	49.423.534,01	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	46.822.295,38	54,00

FONTE:

LAGUNA, 03/08/2015

Fabício Ferreira R. Leite
 Contador - CRC/GO 21.787

Everaldo dos Santos
 Prefeito Municipal

RGF 1 SEM 2015 - ANEXO 2

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	678.084,75	617.225,20	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	454.608,68	462.095,80	0,00
Interna	454.608,68	462.095,80	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	223.476,07	155.129,40	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.835.060,66	6.672.313,32	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.598.466,15	10.474.036,33	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.763.405,49	3.801.723,01	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-9.156.975,91	-6.055.088,12	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	89.803.829,00	86.707.954,41	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,76%	0,71%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-10,20%	-6,98%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	107.764.594,80	104.049.545,29	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	96.988.135,32	93.644.590,76	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	454.608,68	462.095,80	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	454.608,68	462.095,80	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	454.608,68	462.095,80	0,00
Previdenciárias	452.900,68	452.900,68	0,00
Demais Contribuições Sociais	1.708,00	9.195,12	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	915.479,70	2.409.044,22	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.899.484,37	35.425.132,65	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

LAGUNA, 03/08/2015

Fabício Ferreira R. Leite
Contador - CRC/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

FONTE:

RGF 1 SEM 2015 - ANEXO 3

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	89.803.829,00	86.707.954,41	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	19.756.842,38	19.075.749,97	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	17.781.158,14	17.168.174,97	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
 Contador - CRC/GO 21.787

Everaldo dos Santos
 Prefeito Municipal

RGF 1 SEM 2015 - ANEXO 4

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	24.788,00	24.788,00
Parcelamentos de Dívidas	24.788,00	24.788,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	24.788,00	24.788,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	24.788,00	24.788,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	86.707.954,41	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	13.873.272,71	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	12.485.945,44	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.069.556,81	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	24.788,00	0,03

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabício Ferreira R. Leite
Contador - CRC/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 1

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	139.355.547,94	139.355.547,94	12.668.005,93	9,09	43.976.389,56	31,56	95.379.158,38
RECEITAS CORRENTES	109.383.524,07	109.383.524,07	12.242.713,06	11,19	43.453.711,37	39,73	65.929.812,70
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.984.175,29	29.984.175,29	2.763.054,79	9,22	14.077.039,82	46,95	15.907.135,47
IMPOSTOS	24.221.999,27	24.221.999,27	2.568.638,30	10,60	11.616.507,04	47,96	12.605.492,23
TAXAS	5.555.242,02	5.555.242,02	194.416,49	3,50	2.460.532,78	44,29	3.094.709,24
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	206.934,00	206.934,00	0,00	0,00	0,00	0,00	206.934,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	435.000,00	435.000,00	130.554,67	30,01	930.358,95	213,88	-495.358,95
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	435.000,00	435.000,00	130.554,67	30,01	930.358,95	213,88	-495.358,95
RECEITA PATRIMONIAL	1.532.017,50	1.532.017,50	128.794,58	8,41	402.505,16	26,27	1.129.512,34
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.493.117,50	1.493.117,50	120.138,58	8,05	376.808,11	25,24	1.116.309,39
Outras Receitas Patrimoniais	38.900,00	38.900,00	8.656,00	22,25	25.697,05	66,06	13.202,95
RECEITA DE SERVIÇOS	47.390,00	47.390,00	20.901,49	44,11	261.077,83	550,91	-213.687,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.536.844,33	57.536.844,33	8.577.787,25	14,91	25.820.953,50	44,88	31.715.890,83
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	55.904.010,10	55.904.010,10	8.577.264,15	15,34	25.091.885,42	44,88	30.812.124,68
Transf. de Conv.	1.113.346,58	1.113.346,58	0,00	0,00	727.323,56	65,33	386.023,02
Transferências para o Combate à Fome	519.487,65	519.487,65	523,10	0,10	1.744,52	0,34	517.743,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.848.096,95	19.848.096,95	621.620,28	3,13	1.961.776,11	9,88	17.886.320,84
Multas e Juros de Mora	4.608.324,31	4.608.324,31	109.533,97	2,38	295.529,31	6,41	4.312.795,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	61.891,06	0,00	76.579,26	0,00	-76.579,26
RECEITA DA DIVIDATIVA	14.370.759,72	14.370.759,72	389.691,47	2,71	1.272.994,22	8,86	13.097.765,50
RECEITAS DIVERSAS	869.012,92	869.012,92	60.503,78	6,96	316.673,32	36,44	552.339,60
RECEITAS DE CAPITAL	29.972.023,87	29.972.023,87	425.292,87	1,42	522.678,19	1,74	29.449.345,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.119.580,26	1.119.580,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.119.580,26
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.119.580,26	1.119.580,26	0,00	0,00	0,00	0,00	1.119.580,26
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	25.862.443,61	25.862.443,61	425.292,87	1,65	522.678,19	2,02	25.329.765,42
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	287.322,00	287.322,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.322,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	25.565.121,61	25.565.121,61	425.292,87	1,66	522.678,19	2,04	25.042.443,42
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	139.355.547,94	139.355.547,94	12.668.005,93	9,09	43.976.389,56	31,56	95.379.158,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	139.355.547,94	12.668.005,93	9,09	43.976.389,56	31,56	96.379.158,38
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)							
		139.355.547,94	12.668.005,93	9,09	46.005.627,95	31,56	96.379.158,38
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro	—	12.345.528,38	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	4.045.528,38	—	—	0,00	—	—
	—	8.300.000,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	139.355.547,94	162.451.205,81	12.437.646,69	80.699.004,50	81.752.201,31	13.095.251,05	46.005.627,95	116.445.577,86	40.549.156,65
DESPESAS CORRENTES	105.526.759,27	108.572.105,07	12.159.123,66	57.766.742,54	50.805.362,53	12.835.569,66	41.297.523,26	67.274.581,81	35.841.051,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.358.089,65	53.362.641,47	6.735.044,84	25.083.600,75	28.279.040,72	6.887.807,94	22.531.684,59	30.830.956,88	17.206.413,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	49.389,55	49.389,55	8.217,18	24.651,54	24.738,01	16.434,36	24.651,54	24.738,01	24.651,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.119.280,07	55.160.074,05	5.415.861,64	32.658.490,25	22.501.593,80	5.931.327,36	18.741.187,13	36.418.886,92	18.609.986,60
DESPESAS DE CAPITAL	33.802.413,67	53.852.725,74	278.523,03	22.932.261,96	30.920.463,78	259.681,39	4.708.104,69	49.144.621,05	4.708.104,69
INVESTIMENTOS	31.772.413,67	51.822.725,74	139.933,39	21.894.864,24	29.927.861,50	192.509,63	3.746.540,85	48.076.184,89	3.746.540,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.030.000,00	2.030.000,00	138.589,64	1.037.397,72	992.602,28	67.171,76	961.563,84	1.068.436,16	961.563,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.375,00	26.375,00	0,00	0,00	26.375,00	0,00	0,00	26.375,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.375,00	26.375,00	0,00	0,00	26.375,00	0,00	0,00	26.375,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	139.355.547,94	162.451.205,81	12.437.646,69	80.699.004,50	81.752.201,31	13.095.251,05	46.005.627,95	116.445.577,86	40.549.156,65

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	139.355.547,94	162.451.205,81	12.437.646,69	80.699.004,50	81.752.201,31	13.095.251,05	46.005.627,95	116.445.577,86	40.549.156,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	43.976.389,56
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	139.355.547,94	162.451.205,81	12.437.646,69	80.699.004,50	—	13.095.251,05	46.005.627,95	—	84.525.546,21

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
Contador - CRC/GO 21.787

Everatto dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 10

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabricao Ferreira R. Leite
Contador - crc/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 11

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.119.580,26	0,00	1.119.580,26
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.119.580,26	0,00	1.119.580,26
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.119.580,26	0,00	1.119.580,26

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	1.119.580,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.119.580,26
Investimentos	1.119.580,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.119.580,26
TOTAL	1.119.580,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.119.580,26

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabricao Ferreira R. Leite
Contador - crc/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 12

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		42.655.452,96	42.655.452,96	12.636.559,44	29,62
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		10.265.901,01	10.265.901,01	5.161.758,73	50,28
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		1.728.259,50	1.728.259,50	1.191.759,58	68,96
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		11.015.598,76	11.015.598,76	4.855.475,73	44,08
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		1.212.240,00	1.212.240,00	407.513,00	33,62
Divida Ativa dos Impostos		90.329,57	90.329,57	18.854,10	20,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		13.920.924,82	13.920.924,82	984.279,72	7,07
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		4.422.199,30	4.422.199,30	16.918,58	0,38
Cota-Parte FPM		30.323.820,91	30.323.820,91	17.216.830,32	56,78
Cota-Parte ITR		18.025.942,28	18.025.942,28	10.812.279,93	59,98
Cota-Parte IPVA		15.137,08	15.137,08	1.579,19	10,43
Cota-Parte ICMS		3.289.957,69	3.289.957,69	1.825.540,96	55,49
Cota-Parte IPI-Exportação		8.861.546,15	8.861.546,15	4.510.669,16	50,90
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		131.237,71	131.237,71	66.761,08	50,87
		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		72.979.273,87	72.979.273,87	29.853.389,76	40,91
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE-SUS		17.696.846,12	17.696.846,12	6.829.120,93	38,59
Provenientes da União		16.930.723,89	16.930.723,89	6.382.941,90	37,70
Provenientes dos Estados		766.122,23	766.122,23	446.179,03	58,24
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		17.696.846,12	17.696.846,12	6.829.120,93	38,59
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS EMPENHADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
				Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		28.764.828,84	31.053.578,84	14.242.044,11	45,86
Pessoal e Encargos Sociais		16.010.403,52	15.420.403,52	6.629.964,42	42,99
Outras Despesas Correntes		12.754.425,32	15.633.175,32	7.612.079,69	48,69
DESPESAS DE CAPITAL		2.084.434,30	1.884.434,30	431.831,83	22,92
Investimentos		2.084.434,30	1.884.434,30	431.831,83	22,92

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	2.084.434,30	1.884.434,30	431.831,83	22,92	382.180,03	20,28
Investimentos	2.084.434,30	1.884.434,30	431.831,83	22,92	382.180,03	20,28
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	30.849.283,14	32.938.013,14	14.673.875,94	44,55	13.365.697,24	40,58
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/iv)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/iv)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	17.696.846,12	19.956.846,12	8.675.187,34	59,12	8.124.563,05	60,79
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	17.696.846,12	19.956.846,12	8.675.187,34	59,12	8.124.563,05	60,79
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	17.696.846,12	19.956.846,12	8.675.187,34	59,12	8.124.563,05	60,79
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	13.152.417,02	12.981.167,02	5.998.688,60	40,88	5.241.134,19	39,21
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						17,56
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]³						763.125,73

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	0,00			0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00			0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
	-			-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	
Atenção Básica	23.785.251,48	23.423.651,48	9.108.267,87	61,82	8.207.712,72
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.441.754,27	7.003.354,27	4.827.283,76	32,76	4.580.360,48
Suporte Profilático e Terapêutico	1.336.980,53	1.336.980,53	476.356,92	3,23	317.547,65
Vigilância Sanitária	1.157.707,71	1.157.707,71	309.293,19	2,10	307.402,19
Vigilância Epidemiológica	189.033,44	189.033,44	4.510,20	0,03	4.510,20
Alimentação e Nutrição	6.561,92	6.561,92	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	35.473,79	35.473,79	7.664,00	0,05	7.664,00
TOTAL	30.952.763,14	33.452.763,14	14.733.375,94	100,00	13.425.197,24

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i)] \cdot (15 \times IIIb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGUNA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LAGUNA , 03/08/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
Contador - CRCGO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 13

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabricao Ferreira R. Leite
Contador - crc/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 14

Município de LAGUNA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		139.355.547,94	
Previsão Atualizada		139.355.547,94	
Receitas Realizadas		43.669.189,56	
Déficit Orçamentário		2.336.438,39	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		139.355.547,94	
Créditos Adicionais		23.095.657,87	
Dotação Atualizada		162.451.205,81	
Despesas Empenhadas		80.701.082,69	
Despesas Liquidadas		46.005.627,95	
Despesas pagas		40.549.156,65	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		80.701.082,69	
Despesas Liquidadas		46.005.627,95	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		86.707.954,41	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	3.101.887,79	0,00
Resultado Primário	0,00	-1.727.031,12	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.895.286,42	0,00	2.165.608,51
EXECUTIVO	2.845.383,00	0,00	2.157.090,49
LEGISLATIVO	11.762,62	0,00	8.518,02
EXECUTIVO	38.140,80	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.763.405,49	4.044,14	1.084.785,35
EXECUTIVO	1.763.405,49	4.044,14	1.084.785,35
TOTAL:	4.658.691,91	4.044,14	3.250.393,86
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	7.770.760,36	25%	26,02
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	4.212.175,89	60%	111,97
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00	3.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida	4.708.104,69	49.144.621,05	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de LAGUNA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	1.119.580,26
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	1.119.580,26
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.241.134,19	15,00	17,56
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAGUNA, 03/08/2015

Fabício Ferreira R. Leite
 Contador - CRC/GO 21.787

Everaldo dos Santos
 Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 2

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RRR00 – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%(Total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%(d/Total d)	SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	139.355.547,94	162.451.205,81	12.437.646,69	80.699.004,50	100,00	81.752.201,31	13.095.251,05	46.005.627,95	100,00	116.445.577,86	
	Legislativa	4.548.650,00	-73.472,81	4.132.534,32	5,12	416.115,68	721.137,35	1.978.690,81	4,30	2.569.959,19	
	Ação Legislativa	4.548.650,00	-73.472,81	4.132.534,32	5,12	416.115,68	721.137,35	1.978.690,81	4,30	2.569.959,19	
Judiciária	228.056,80	228.056,80	150.380,64	151.594,64	0,19	76.462,16	24.340,99	25.554,99	0,06	202.501,81	
	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	228.056,80	150.380,64	151.594,64	0,19	76.462,16	24.340,99	25.554,99	0,06	202.501,81	
	Administração	25.093.272,45	25.090.272,45	3.474.242,74	13.358.534,74	16,55	11.731.737,71	2.701.401,82	9.113.210,98	19,81	15.977.061,47
Planejamento e Orçamento	2.065.297,50	2.065.297,50	282.665,74	812.814,39	1,01	1.252.483,11	222.404,74	736.259,61	1,60	1.329.037,89	
	Administração Geral	17.299.522,92	17.121.602,92	2.175.124,51	8.932.124,68	11,07	8.189.478,24	1.839.871,42	6.444.619,02	14,01	10.676.983,90
	Administração Financeira	3.258.127,71	3.435.127,71	837.419,78	2.318.846,30	2,87	1.116.281,41	507.083,72	1.309.768,98	2,85	2.125.358,73
Controle Interno	209.800,00	207.720,00	20.574,43	82.211,08	0,10	125.508,92	20.574,43	74.311,08	0,16	133.408,92	
	Normalização e Fiscalização	13.123,82	0,00	6.193,90	0,01	6.929,92	1.636,84	3.435,84	0,01	9.687,98	
	Comunicação Social	1.362.900,50	1.362.900,50	64.416,28	688.574,39	0,85	674.326,11	64.792,47	499.778,25	1,09	863.122,25
Alimentação e Nutrição	884.500,00	884.500,00	94.042,00	517.770,00	0,64	366.730,00	45.038,20	45.038,20	0,10	839.461,80	
	Segurança Pública	1.054.468,41	1.338.468,41	128.404,71	342.201,76	0,42	996.266,65	63.718,31	198.348,32	0,43	1.140.120,09
	Defesa Civil	1.054.468,41	1.338.468,41	128.404,71	342.201,76	0,42	996.266,65	63.718,31	198.348,32	0,43	1.140.120,09
Assistência Social	3.248.541,81	3.248.541,81	395.502,23	1.323.594,21	1,64	1.924.947,60	388.599,95	1.135.796,32	2,47	2.112.745,49	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	896.237,87	896.237,87	15.465,00	109.009,01	0,14	787.228,86	24.050,16	106.723,53	0,23	789.514,34
	Assistência Comunitária	2.352.303,94	2.352.303,94	380.037,23	1.214.585,20	1,51	1.137.718,74	364.549,79	1.029.072,79	2,24	1.323.231,15
Saúde	31.307.586,42	33.444.086,42	3.320.019,07	14.733.375,94	18,26	18.710.710,48	4.038.686,28	13.425.197,24	29,18	20.018.889,18	
	Administração Geral	28.911,87	28.911,87	0,00	7.684,00	0,01	21.247,87	1.050,00	7.684,00	0,02	21.247,87
	Atenção Básica	23.815.251,48	23.453.651,48	2.311.419,20	9.108.267,87	11,29	14.345.383,61	2.267.130,89	8.207.712,72	17,84	15.245.938,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.441.754,27	7.003.354,27	754.160,35	4.827.263,76	5,98	2.176.070,51	1.493.753,58	4.580.360,48	9,96	2.422.993,79	
	Suporte Profilático e Terapêutico	1.336.980,53	1.336.980,53	177.635,83	476.356,92	0,59	860.623,61	184.559,52	317.547,65	0,69	1.019.432,88
	Vigilância Sanitária	1.489.092,91	1.425.592,91	76.803,69	309.293,19	0,38	1.116.299,72	92.192,29	307.402,19	0,67	1.118.190,72
Vigilância Epidemiológica	189.033,44	189.033,44	0,00	4.510,20	0,01	184.523,24	0,00	4.510,20	0,01	184.523,24	
	Alimentação e Nutrição	6.561,92	6.561,92	0,00	0,00	6.561,92	0,00	0,00	0,00	6.561,92	
	Educação	28.097.686,02	28.172.636,11	3.306.806,97	11.383.720,11	14,11	16.788.916,00	2.616.776,24	8.291.474,79	18,02	19.881.161,32
Ensino Fundamental	21.839.918,95	21.859.918,95	2.618.479,36	9.634.071,04	11,94	12.225.847,91	2.518.711,45	7.883.634,78	17,14	13.976.284,17	
	Ensino Médio	11.616,34	11.616,34	0,00	0,00	11.616,34	0,00	0,00	0,00	11.616,34	
	Ensino Superior	250.769,70	30.269,70	0,00	0,00	30.269,70	0,00	0,00	0,00	30.269,70	
Educação Infantil	5.808.676,63	6.084.126,72	628.327,61	1.673.649,07	2,07	4.410.477,65	93.064,79	386.840,01	0,84	5.697.286,71	
	Educação de Jovens e Adultos	105.300,40	105.300,40	0,00	0,00	105.300,40	0,00	0,00	0,00	105.300,40	
	Educação Especial	81.404,00	81.404,00	60.000,00	76.000,00	0,09	5.404,00	5.000,00	21.000,00	0,05	60.404,00
Cultura	7.929.581,05	8.582.523,62	366.379,89	4.603.200,48	5,70	3.979.323,14	706.111,12	1.831.617,03	3,98	6.750.906,59	
	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	466.407,55	466.407,55	0,00	0,00	466.407,55	0,00	0,00	0,00	466.407,55	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (c)		
					(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	139.355.547,94	162.451.205,81	12.437.646,69	80.699.004,50	100,00	81.752.201,31	13.095.251,05	46.005.627,95	100,00	116.445.577,86
Cultura	7.929.581,05	8.582.523,62	366.379,89	4.603.200,48	5,70	3.979.323,14	706.111,12	1.831.617,03	3,98	6.750.906,59
Difusão Cultural	7.463.173,50	8.116.116,07	366.379,89	4.603.200,48	5,70	3.512.915,59	706.111,12	1.831.617,03	3,98	6.284.499,04
Urbanismo	14.236.726,40	25.673.991,61	556.869,42	19.140.517,79	23,72	6.533.473,82	1.116.877,44	7.086.826,04	15,40	18.587.165,57
Infra-Estrutura Urbana	8.461.624,23	19.978.889,44	56.042,60	16.445.981,30	20,38	3.532.908,14	550.631,82	5.435.441,48	11,81	14.543.447,96
Serviços Urbanos	5.775.102,17	5.695.102,17	500.826,82	2.694.536,49	3,34	3.000.565,68	566.245,62	1.651.384,56	3,59	4.043.717,61
Habituação	186.161,50	186.161,50	0,00	2.280,00	0,00	183.881,50	380,00	1.140,00	0,00	185.021,50
Habituação Urbana	186.161,50	186.161,50	0,00	2.280,00	0,00	183.881,50	380,00	1.140,00	0,00	185.021,50
Saneamento	526.875,86	526.875,86	0,00	0,00	0,00	526.875,86	0,00	0,00	0,00	526.875,86
Saneamento Básico Rural	169.841,42	169.841,42	0,00	0,00	0,00	169.841,42	0,00	0,00	0,00	169.841,42
Saneamento Básico Urbano	357.034,44	357.034,44	0,00	0,00	0,00	357.034,44	0,00	0,00	0,00	357.034,44
Gestão Ambiental	854.438,88	914.438,88	112.656,91	331.588,38	0,41	582.850,50	89.526,99	307.302,84	0,67	607.136,04
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Recuperação de Áreas Degradadas	854.438,88	854.438,88	112.656,91	331.588,38	0,41	522.850,50	89.526,99	307.302,84	0,67	547.136,04
Agricultura	136.730,31	136.730,31	0,00	43.034,00	0,05	93.696,31	7.789,70	15.769,70	0,03	120.960,61
Promoção da Produção Agropecuária	136.730,31	136.730,31	0,00	43.034,00	0,05	93.696,31	7.789,70	15.769,70	0,03	120.960,61
Organização Agrária	3.350,90	3.350,90	0,00	0,00	0,00	3.350,90	0,00	0,00	0,00	3.350,90
Colonização	3.350,90	3.350,90	0,00	0,00	0,00	3.350,90	0,00	0,00	0,00	3.350,90
Indústria	187.515,81	187.515,81	0,00	0,00	0,00	187.515,81	0,00	0,00	0,00	187.515,81
Promoção Industrial	187.515,81	187.515,81	0,00	0,00	0,00	187.515,81	0,00	0,00	0,00	187.515,81
Comércio e Serviços	3.264.965,75	3.564.965,75	1.012,00	409.693,92	0,51	3.155.306,83	1.402,32	104.487,96	0,23	3.460.477,79
Comercialização	566.386,61	566.386,61	0,00	4.475,96	0,01	561.910,65	695,16	2.390,48	0,01	563.996,13
Turismo	2.698.579,14	2.998.579,14	1.012,00	405.182,96	0,50	2.593.396,18	707,16	102.097,48	0,22	2.896.481,66
Comunicações	31.030,13	31.030,13	0,00	3.600,00	0,00	27.430,13	600,00	1.500,00	0,00	29.530,13
Comunicações Postais	23.906,36	23.906,36	0,00	3.600,00	0,00	20.306,36	600,00	1.500,00	0,00	22.406,36
Telecomunicações	7.123,77	7.123,77	0,00	0,00	0,00	7.123,77	0,00	0,00	0,00	7.123,77
Energia	8.300.000,00	16.600.000,00	0,00	8.016.881,71	9,93	8.583.118,29	0,00	0,00	0,00	16.600.000,00
Energia Elétrica	8.300.000,00	16.600.000,00	0,00	8.016.881,71	9,93	8.583.118,29	0,00	0,00	0,00	16.600.000,00
Transporte	4.540.458,68	4.393.458,68	0,00	0,00	0,00	4.393.458,68	0,00	0,00	0,00	4.393.458,68
Transportes Coletivos Urbanos	129.854,60	2.854,60	0,00	0,00	0,00	2.854,60	0,00	0,00	0,00	2.854,60
Transporte Aéreo	26.037,10	6.037,10	0,00	0,00	0,00	6.037,10	0,00	0,00	0,00	6.037,10
Transporte Rodoviário	3.311.500,00	3.311.500,00	0,00	0,00	0,00	3.311.500,00	0,00	0,00	0,00	3.311.500,00
Transporte Hidroviário	1.073.066,98	1.073.066,98	0,00	0,00	0,00	1.073.066,98	0,00	0,00	0,00	1.073.066,98
Desporto e Lazer	481.686,21	481.686,21	20.360,24	75.214,10	0,09	406.472,11	16.843,04	65.987,67	0,14	415.698,54
Desporto Comunitário	481.686,21	481.686,21	20.360,24	75.214,10	0,09	406.472,11	16.843,04	65.987,67	0,14	415.698,54

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	139.355.547,94	162.451.205,81	12.437.646,69	80.699.004,50	100,00	13.095.251,05	46.005.627,95	116.445.577,86
Encargos Especiais	5.071.389,55	5.071.389,55	678.484,68	2.647.473,40	3,28	601.059,50	2.422.723,26	2.648.666,29
Serviço da Dívida Interna	2.079.389,55	2.079.389,55	146.806,82	1.062.049,26	1,32	83.606,12	986.215,38	1.093.174,17
Outras Transferências	950.000,00	950.000,00	183.386,36	558.519,59	0,69	179.161,88	412.142,36	537.857,64
Outros Encargos Especiais	2.042.000,00	2.042.000,00	338.291,50	1.026.904,55	1,27	338.291,50	1.024.365,52	1.017.634,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.375,00	26.375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.375,00
TOTAL (III) = (I + II)	139.355.547,94	162.451.205,81	12.437.646,69	80.699.004,50	100,00	13.095.251,05	46.005.627,95	116.445.577,86

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabiano Ferreira R. Leite
Contador - cnd/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 3

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
		Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	8.413.024,94	8.055.041,25	6.383.159,33	6.564.297,86	7.967.042,93	8.383.709,99	8.015.944,21	11.692.360,05	7.336.390,24	6.098.406,47	6.454.867,77	7.002.642,70	92.966.287,74
	IPT.U.	3.281.823,72	2.203.856,16	1.723.543,40	1.919.761,17	873.514,54	-691.123,58	2.187.485,12	5.630.965,14	2.469.769,29	1.025.765,48	1.120.363,84	1.642.690,95	23.097.251,23
	I.R.R.F.	48.193,65	230.458,02	84.654,96	234.276,36	69.714,21	250.349,76	265.922,31	3.559.949,63	726.553,99	225.869,63	93.370,45	290.104,72	6.080.615,69
	I.S.S.	76.880,44	85.562,26	79.097,70	47.209,96	41.905,60	131.783,51	64.929,68	60.090,28	76.949,27	69.881,76	53.044,13	71.309,88	899.899,47
	I.T.B.I.	2.912.353,79	1.529.401,00	1.257.976,08	1.310.045,54	524.582,19	-1.178.980,91	1.271.341,79	469.610,28	1.040.873,65	388.329,57	729.297,59	926.022,85	10.690.870,57
	Outras Receitas Tributárias	150.598,89	202.076,19	233.529,40	164.771,85	141.559,46	170.980,91	202.523,43	193.893,40	186.845,09	203.008,98	170.690,84	234.827,84	2.254.376,28
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	92.799,95	159.398,69	74.385,26	163.400,46	95.946,08	185.256,00	382.789,91	1.308.413,55	433.947,29	138.886,54	73.990,83	120.425,66	3.221.489,22
	RECEITA PATRIMONIAL	103.722,50	144.523,25	129.600,21	132.957,13	117.810,78	112.965,96	150.289,69	309.900,90	179.193,28	160.361,51	77.304,15	53.900,52	1.676.868,77
	RECEITA AGROPECUÁRIA	56.027,64	60.109,01	63.304,81	74.311,10	61.139,15	76.501,55	67.884,61	72.132,27	77.945,26	55.748,44	55.128,49	73.666,09	794.236,42
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	RECEITA DE SERVIÇOS	9.264,96	14.476,38	11.540,13	16.807,55	13.854,13	26.020,04	41.626,78	151.944,91	32.957,90	13.444,75	9.727,33	11.174,16	363.040,72
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.434.339,11	5.210.501,77	4.096.349,65	4.314.467,08	6.594.779,18	7.591.359,22	5.238.467,82	5.376.078,36	4.275.813,02	4.594.879,71	4.928.250,09	4.894.334,57	61.869.669,58
	Cota-Parte do FPM.	1.107.379,89	1.345.278,17	1.179.348,79	1.114.511,54	1.475.199,56	2.372.718,22	1.997.785,54	2.039.352,00	1.465.369,38	1.603.105,08	1.971.573,29	1.715.294,64	19.406.615,10
	Cota-Parte do ICMS.	645.870,13	677.588,70	726.540,75	749.094,53	806.420,33	796.025,63	774.446,67	699.426,71	712.654,86	744.203,64	704.291,44	885.555,84	8.961.546,15
	Cota-Parte do IRVA.	369.761,95	335.525,24	320.775,35	301.255,65	195.533,35	163.888,03	176.232,95	211.786,14	283.311,60	374.941,74	383.990,28	385.278,04	3.512.300,56
	Outras Transferências Correntes	293,18	314,35	3.058,08	11.605,38	1.625,59	1.893,88	137,10	232,40	109,15	518,27	474,47	107,80	2.039,65
	Transferências da LC 61/1999	1.704.332,31	2.203.447,31	1.205.037,43	1.447.597,25	3.364.129,13	3.896.663,16	1.637.506,65	1.819.706,00	1.163.978,75	1.180.994,77	1.208.693,16	1.251.363,32	22.103.341,24
	Transferências da LC 87/1996	10.973,40	11.311,15	10.944,38	11.399,23	13.099,87	12.915,72	16.140,59	9.902,75	9.420,18	9.895,11	11.130,06	10.601,39	137.094,83
	Transferências da LC 87/1996	3.025,05	3.025,05	3.025,05	3.025,05	3.025,05	6.050,10	0,00	0,00	0,00	11.794,57	2.946,14	2.946,14	38.852,20
	Transferências da LC 87/1996	634.011,80	647.019,82	676.006,42	705.757,30	701.203,48	656.246,31	605.972,36	590.999,90	639.474,53	645.361,25	613.187,40	7.707.915,77	7.699.054,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	592.703,20	634.011,81	647.019,82	676.006,42	705.757,30	701.203,48	656.246,31	605.972,36	590.999,90	639.474,53	645.361,25	613.187,40	7.707.915,77	7.699.054,96
	527.821,31	415.574,68	353.491,13	406.393,63	315.945,15	1.207.757,81	309.956,19	451.278,57	300.711,49	278.206,58	264.093,87	357.526,41	5.195.760,02	19.646.095,96
DEDUÇÕES (II)	427.464,51	474.698,30	448.658,27	438.065,27	500.002,97	520.233,94	592.946,37	590.079,78	500.172,64	548.901,87	614.840,90	599.956,51	6.298.933,33	6.083.984,09
	427.464,51	474.698,30	448.658,27	438.065,27	500.002,97	520.233,94	592.946,37	590.079,78	500.172,64	548.901,87	614.840,90	599.956,51	6.298.933,33	6.083.984,09
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEC	7.985.590,43	7.590.432,95	5.930.501,96	6.428.232,97	7.464.039,96	7.863.476,05	7.242.965,84	7.922.868,19	11.402.280,27	6.036.217,90	5.545.901,60	5.840.263,87	6.092.686,19	86.707.564,41
	7.985.590,43	7.590.432,95	5.930.501,96	6.428.232,97	7.464.039,96	7.863.476,05	7.242.965,84	7.922.868,19	11.402.280,27	6.036.217,90	5.545.901,60	5.840.263,87	6.092.686,19	86.707.564,41

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 4

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS					
	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
	ADMINISTRAÇÃO					
	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015		2014	
Caixa						0,00
Bancos Conta Movimento			0,00			0,00
Investimentos			0,00			0,00
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00

Continua 2/4

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGUNA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LAGUNA	, 03/08/2015	
Fabrizio Ferreira R. Leite		Everaldo dos Santos
Contador - CRC/GO 21.787		Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 5

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	678.084,75	652.800,76	617.225,20
DEDUÇÕES (II)	9.835.060,66	7.511.933,01	6.672.313,32
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.598.466,15	9.203.580,86	10.474.036,33
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.763.405,49	1.691.647,85	3.801.723,01
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-9.156.975,91	-6.859.132,25	-6.055.088,12
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	39.026,93	39.026,93	39.026,93
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-9.196.002,84	-6.898.159,18	-6.094.115,05

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2015 (C - A)
VALOR	804.044,13	3.101.887,79

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabício Ferreira R. Leite
Contador - crc/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 6

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	107.892.406,57	43.076.903,26	46.281.270,32
Receita Tributária	29.984.175,29	14.077.039,82	16.842.032,33
I.P.T.U.	10.265.901,01	5.161.758,73	4.610.243,46
I.S.S.	11.015.598,76	4.855.475,73	8.839.242,61
I.T.B.I.	1.728.259,50	1.191.759,58	781.600,10
I.R.R.F.	1.212.240,00	407.513,00	331.186,57
Outras Receitas Tributárias	5.762.176,02	2.460.532,78	2.279.759,59
Receita de Contribuição	435.000,00	930.358,95	692.590,24
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	435.000,00	930.358,95	692.590,24
Receita Patrimonial Líquida	40.900,00	25.697,05	26.820,51
Receita Patrimonial	1.532.017,50	402.505,16	295.136,15
(-) Aplicações Financeiras	1.491.117,50	376.808,11	268.315,64
Transferências Correntes	57.536.844,33	25.820.953,50	26.314.008,40
F.P.M.	14.420.753,83	8.649.824,11	7.630.186,99
I.C.M.S.	7.089.236,92	3.608.535,89	3.323.535,11
Convênios	1.113.346,58	727.323,56	2.052.051,91
Outras Transferências Correntes	34.913.507,00	12.835.269,94	13.308.234,39
Demais Receitas Correntes	19.895.486,95	2.222.853,94	2.405.818,84
Dívida Ativa	14.370.759,72	1.272.994,22	1.562.643,44
Diversas Receitas Correntes	5.524.727,23	949.859,72	843.175,40
RECEITAS DE CAPITAL (II)	29.972.023,87	215.478,19	1.719.699,90
Operações de Crédito (III)	3.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.119.580,26	0,00	0,00
Transferências de Capital	25.852.443,61	215.478,19	1.719.699,90
Convênios	25.565.121,61	215.478,19	839.589,29
Outras Transferências de Capital	287.322,00	0,00	880.110,61
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	25.852.443,61	215.478,19	1.719.699,90
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	133.744.850,18	43.292.381,45	48.000.970,22

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	108.572.105,07	57.766.742,54	68.470.165,40	41.297.523,26	40.369.847,56
Pessoal e Encargos Sociais	53.362.641,47	25.083.600,75	33.482.186,99	22.531.684,59	20.166.452,62
Juros e Encargos da Dívida (IX)	49.389,55	24.651,54	4.383,27	24.651,54	4.383,27
Outras Despesas Correntes	55.160.074,05	32.658.490,25	34.983.595,14	18.741.187,13	20.199.011,67
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	108.522.715,52	57.742.091,00	68.465.782,13	41.272.871,72	40.365.464,29
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	53.852.725,74	22.932.261,96	17.652.833,84	4.708.104,69	2.722.149,16
Investimentos	51.822.725,74	21.894.864,24	17.290.025,82	3.746.540,85	2.452.878,45
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	2.030.000,00	1.037.397,72	362.808,02	961.563,84	269.270,71
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	51.822.725,74	21.894.864,24	17.290.025,82	3.746.540,85	2.452.878,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	26.375,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	160.371.816,26	79.636.955,24	85.755.807,95	45.019.412,57	42.818.342,74

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-26.626.966,08	-36.344.573,79	-37.754.837,73	-1.727.031,12	5.182.627,48
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

LAGUNA , 03/08/2015

Fabricio Ferreira R. Leite
Contador - crc/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 7

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										RP 1,00
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	Inscritos		Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Cancelados	Saldo (b)	Pagos	Liquidados	Saldo Total (a+b)
		En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014			En Exercícios Anteriores	En 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		623.358,64	1.140.046,85	4.044,14	674.576,00	38.140,80	2.857.145,62		729.677,91	2.165.608,51	2.165.608,51	1.404.253,91
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		465.918,70	1.011.624,99	4.044,14	513.463,50	37.134,82	1.893.280,04		630.957,00	1.089.437,86	1.089.437,86	1.144.420,50
PODER EXECUTIVO		459.882,89	1.011.624,99	4.044,14	507.427,69	37.134,82	1.893.280,04		630.957,00	1.089.437,86	1.089.437,86	1.138.394,69
PODER LEGISLATIVO		6.035,81	0,00	0,00	6.035,81	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	6.035,81
FUNREBOM DE LAGUNA		6.515,62	0,00	0,00	6.515,62	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	6.515,62
FUNREBOM		6.515,62	0,00	0,00	6.515,62	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	6.515,62
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA		0,00	128.253,49	0,00	3.504,19	1.005,98	522.723,74		75736,11	447.993,61	447.993,61	79.240,30
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	401.450,23		20.215,36	381.234,87	381.234,87	20.215,36
Fundação Lagunense de Cultura		0,00	0,00	0,00	0,00	464,67	0,00		464,67	0,00	0,00	464,67
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	541,31	0,00		541,31	0,00	0,00	541,31
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA		0,00	128.253,49	0,00	3.504,19	0,00	121.273,51		54.514,77	66.738,74	66.738,74	58.018,96
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		150.924,32	0,00	0,00	150.924,32	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	150.924,32
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA		0,00	168,37	0,00	168,37	0,00	639.399,22		19.740,20	619.659,02	619.659,02	19.908,57
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	168,37	0,00	168,37	0,00	639.399,22		19.740,20	619.659,02	619.659,02	19.908,57
LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.762,62		3.244,60	8.518,02	8.518,02	3.244,60
PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.762,62		3.244,60	8.518,02	8.518,02	3.244,60
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II):		623.358,64	1.140.046,85	4.044,14	674.576,00	38.140,80	2.857.145,62		729.677,91	2.165.608,51	2.165.608,51	1.404.253,91

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
Contador - cfo/GO 21.797

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 7

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										RP 1,00	
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)		
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)	
	Em 31 de Dezembro de 2014					Em 31 de Dezembro de 2014							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA													
PODER EXECUTIVO													
PODER LEGISLATIVO													
FUNREBOM DE LAGUNA													
FUNREBOM													
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA													
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA													
Fundação Lagunense de Cultura													
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA													
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA													
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL													
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA													
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE													
LEGISLATIVO													
PODER LEGISLATIVO													
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)													
TOTAL (III) = (I + II):													

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
Contador - crº/GO 21.797

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 8

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	42.655.452,96	42.655.452,96	12.626.092,71	29,60
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	28.482.047,13	28.482.047,13	6.108.067,62	21,45
1.1.1- IPTU	10.265.901,01	10.265.901,01	5.161.758,73	50,28
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	30.566,00	30.566,00	13.211,31	43,24
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	13.775.924,82	13.775.924,82	933.097,58	6,77
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	4.409.665,30	4.409.665,30	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.728.371,36	1.728.371,36	1.192.036,08	68,97
1.2.1- ITBI	1.728.259,50	1.728.259,50	1.191.759,58	68,96
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	111,86	111,86	276,50	247,18
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	11.232.794,47	11.232.794,47	4.918.036,66	43,78
1.3.1- ISS	11.015.598,76	11.015.598,76	4.855.475,73	44,08
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	59.661,71	59.661,71	5.366,29	8,99
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	145.000,00	145.000,00	40.317,67	27,81
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	12.534,00	12.534,00	16.876,97	134,65
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.212.240,00	1.212.240,00	407.952,35	33,65
1.4.1- IRRF	1.212.240,00	1.212.240,00	407.513,00	33,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	152,99	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	244,75	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	41,61	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.344.920,57	30.344.920,57	17.234.507,17	56,80
2.1- Cota-Parte FPM	18.025.942,28	18.025.942,28	10.812.279,93	59,98
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.025.942,28	18.025.942,28	10.812.279,93	59,98
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.861.546,15	8.861.546,15	4.510.669,16	50,90
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	21.069,66	21.069,66	17.676,85	83,78
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	131.237,71	131.237,71	66.761,08	50,87
2.5- Cota-Parte ITR	15.137,08	15.137,08	1.579,19	10,43
2.6- Cota-Parte IPVA	3.289.957,69	3.289.957,69	1.825.540,96	55,49
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	73.000.373,53	73.000.373,53	29.860.599,88	40,90
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.105.487,83	1.105.487,83	547.324,39	49,51
5.1- Transferências do Salário-Educação	800.062,20	800.062,20	455.934,13	56,99
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	256,62	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	279.500,00	279.500,00	83.903,60	30,02
5.4- Transferências Diretas - PNATE	19.668,00	19.668,00	3.038,26	15,45
5.5- Outras Transferências do FNDE	6.257,63	6.257,63	4.191,78	66,99
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	4.902.919,00	4.902.919,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	4.902.919,00	4.902.919,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.719.716,21	2.719.716,21	39.912,75	1,47
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	8.728.123,04	8.728.123,04	587.237,14	6,73
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.068.984,09	6.068.984,09	3.446.900,07	56,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.605.188,45	3.605.188,45	2.162.455,82	59,98
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.772.309,23	1.772.309,23	902.133,27	50,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.219,93	4.219,93	3.535,35	83,78
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	26.247,54	26.247,54	13.352,17	50,87
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.027,41	3.027,41	315,79	10,43
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	657.991,53	657.991,53	365.107,67	55,49
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	8.943.054,98	8.943.054,98	3.761.756,66	42,05
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	8.898.054,98	8.898.054,98	3.751.211,75	42,16
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	45.000,00	45.000,00	10.544,91	23,43
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.829.070,89	2.829.070,89	304.311,68	10,76
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.943.054,98	8.943.054,98	4.214.622,52	47,13	4.212.175,89	47,10
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	8.943.054,98	8.943.054,98	4.214.622,52	47,13	4.212.175,89	47,10
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	8.943.054,98	8.943.054,98	4.214.622,52	47,13	4.212.175,89	47,10
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.212.175,89	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					111,97	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					-11,97	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	18.250.093,38		18.250.093,38		7.465.149,97	40,90
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.351.736,47	3.351.736,47	1.459.899,07	43,56	386.840,01	11,54
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	18.272.109,02	18.292.109,02	8.980.215,97	49,09	7.698.776,94	42,09
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.943.054,98	8.943.054,98	4.214.622,52	47,13	4.212.175,89	47,10
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	9.329.054,04	9.349.054,04	4.765.593,45	50,97	3.486.601,05	37,29
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.623.845,49	21.643.845,49	10.440.115,04	48,24	8.085.616,95	37,36
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					304.311,68	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					10.544,91	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					314.866,59	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					7.770.760,36	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					26,02	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	800.062,20	800.062,20	263.038,16	32,88	135.099,86	16,89
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.050.359,33	840.484,33	258.863,93	30,80	63.209,63	7,52
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.850.421,53	1.640.546,53	521.902,09	31,81	198.309,49	12,09
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	23.474.267,02	23.284.392,02	10.962.017,13	47,08	8.283.926,44	35,58

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.751.211,75	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.168.840,18	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		3.168.840,18	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		10.544,91	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		592.916,48	0,00

LAGUNA, 03/08/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
Contador - CRC/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 3 BIM 2015 - ANEXO 9

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		3.000.000,00	0,00		3.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	53.852.725,74	22.932.261,96	4.708.104,69	0,00	30.920.463,78
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeir:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	53.852.725,74	22.932.261,96	4.708.104,69	0,00	30.920.463,78
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-50.852.725,74	-22.932.261,96	-	-	-27.920.463,78

FONTE:

LAGUNA , 03/08/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
Contador - crc/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGACAO EDITAL Nº 001/2015 PROCESSO SELETIVO PUBLICO TECNICO ENFERMAGEM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015

**HOMOLOGAÇÃO**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC**, torna público a Homologação do Resultado Final do **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO** realizado pela **FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL**, destinado a selecionar candidatos para o provimento temporário em cargos para o quadro de pessoal da Administração Municipal, objeto do Edital nº 001/2015 de 15 de Abril de 2015, conforme relação em ordem de Classificação constante no Anexo Único deste instrumento.

Laguna - SC, 15 de Julho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015



ANEXO ÚNICO

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	030829	ODILON MELO RODRIGUES
002	029577	LUANA ESTEVES MORAIS
003	029659	CAMILA DOS SANTOS CORREA
004	005179	MARIA APARECIDA LUIZA
005	029674	ANA PAULA CANDIDO DA ROSA
006	029570	MARIANA VIANNA BONAZZA
007	029198	SUSANI CORDOVA RAMOS
008	030695	FABIANA VALERIO DE CARVALHO FAUST
009	029620	JOYCE VALERIO MACHADO
010	029730	VALERIA DA SILVA
011	010077	EDILENE DUARTE DE OLIVEIRA
012	008113	MARLEIDE MARTINS VIEIRA
013	029708	ANA PAULA BERNARDES DA SILVEIRA

TERMO DE HOMOLOGACAO EDITAL Nº 003/2015 PROCESSO SELETIVO PUBLICO MEDICO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA – SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015**

**HOMOLOGAÇÃO**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC**, torna público a Homologação do Resultado Final do **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO** realizado pela **FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL**, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal, objeto do Edital nº 003/2015 de 15 de Abril de 2015, conforme relação em ordem de Classificação constante no Anexo Único deste instrumento.

Laguna - SC, 15 de Julho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015**



ANEXO ÚNICO

Cargo: MÉDICO DO PSF

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	029175	ROBERTO YASUYUKI DA CONCEICAO HAMADA
002	029579	LETICIA FERNANDES MONTEIRO
003	029635	JOSE HUDSON LAMEGO DA SILVA
004	029250	LEO MAX FEUERSCHUETTE NETO
005	030913	JARDEL FIGUEIREDO ESPINDOLA
006	029218	RODRIGO FIRMINO SILVANO
007	027942	GUSTAVO ZOMER JUNG
008	029192	FLAVIA SALVAN
009	029612	THAIS FURTAT MARQUES
010	029645	FABIO SILVEIRA DE SOUSA
011	029613	MATHEUS BETT NETO
012	029619	DEBORA FERREIRA BRAGA
013	029258	ANITA NOGARETE CATTANEO

Cargo: MÉDICO GINECOLOGISTA (OBSTETRA)

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	030621	JOSE LUIZ DE ALMEIDA MARTINS COSTA NETO

Cargo: MÉDICO PEDIATRA

Não houve candidatos aprovados

Cargo: TERAPEUTA OCUPACIONAL

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	029638	GLAUCIA VAEZ MOTTI
002	029589	PAMELA CATIUSCE MEDEIROS
003	029599	LEDIANE MARJORIE DAL FORNO

TERMO DE HOMOLOGACAO EDITAL PROCESSO SELETIVO PUBLICO ACS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAGUNA***INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS***Cargo: ACS - (AREA 1 - CAMPOS VERDES)**

Inscrição	Nome do Candidato			CPF	Dt. Nascto
029627	GABRIELA DO CARMO SOUZA			08242122903	14/11/1991
Orgão Expeditor	RG	Endereço	Complemento		
SECRETARIA	4.994.186-0	ESTRADA GERAL FAROL DE SANTA MARTA			
CEP	Bairro	UF	Cidade		
88790000	FAROL DE SANTA MARTA	SC	LAGUNA		
Telefone	Celular	e-mail	SEXO	Data/Hora Cadastro	Data pagto Taxa
36443916	98180733		F	28/04/2015 14:20	04/05/2015

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE LAGUNA*INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS***Cargo: ACS - (AREA 1 - CANTO DA LAGOA)**

Inscrição	Nome do Candidato		CPF	Dt. Nascto
031051	MARIA CONCEICAO LAUREANO		71225730953	17/03/1959
Orgão Expeditor	RG	Endereço	Complemento	
SSPSC	51663279	ESTRADA GERAL		
CEP	Bairro	UF	Cidade	
88790000	PASSAGEM DA BARRA	SC	LAGUNA	
Telefone	Celular	e-mail	SEXO	Data/Hora Cadastro
4836474026	4899879227	say_fer@hotmail.com	F	05/06/2015 15:04
				Data pagto Taxa
				05/06/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 1 - PONTA DA BARRA)

Inscrição 030380	Nome do Candidato DEBORA ANGELO TANQUIELA FRANCISCO		CPF 03806132984	Dt. Nascto 20/05/1982
Orgão Expedito SSP	RG 4356282	Endereço RUA JAIME AGUIAR DE SOUZA 904	Complemento CASA	
CEP 88708040	Bairro HUMAITA DE CIMA	UF SC	Cidade TUBARAO	
Telefone (48)36324120	Celular (48)99161820	e-mail deboratanchella@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 27/05/2015 18:24
				Data pagto Taxa 02/06/2015
Inscrição 030946	Nome do Candidato MARIA DO CARMO LUMERTZ PINTO		CPF 62892878934	Dt. Nascto 28/02/1967
Orgão Expedito SSP	RG 7319570	Endereço ANTONIO ZEFERINO CASTRO ,69 CASA	Complemento	
CEP 88790000	Bairro PONTA DA BARRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone (48) 36475014	Celular (48) 96172383	e-mail carmem_colorada@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 03/06/2015 15:54
				Data pagto Taxa 03/06/2015
Inscrição 009015	Nome do Candidato SORAIA AMALIA WUST		CPF 41883691915	Dt. Nascto 13/04/1961
Orgão Expedito SSP	RG 14845024	Endereço RUA NORBERTO A.VIEIRA	Complemento CASA 137	
CEP 88790000	Bairro PONTA DA BARRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone --	Celular 96559696	e-mail soraia_wust@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 20/05/2015 17:59
				Data pagto Taxa 25/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 10 - PROGRESSO)

Inscrição 010080	Nome do Candidato ANA LUCIA DE QUEIROZ MACHADO	CPF 97096199004	Dt. Nascto 12/01/1982
Orgão Expedito SSP-SC	RG 2.711.726	Endereço MUCISSISTA JULIO BARRETO,24	Complemento QUADRA 07
CEP 88790-000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA
Telefone (48)36460670	Celular (48)84182624	e-mail aqueirozmachado@yahoo.com	SEXO F
		Data/Hora Cadastro 28/04/2015 19:54	Data pagto Taxa 05/05/2015
Inscrição 029698	Nome do Candidato ANDREA ARAUJO DE OLIVEIRA	CPF 06475952907	Dt. Nascto 18/11/1988
Orgão Expedito SSPSC	RG 6262367	Endereço R MUCISISTA JULIO BARRETO	Complemento CASA
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA
Telefone 48 36442989	Celular 48 84940081	e-mail	SEXO F
		Data/Hora Cadastro 18/05/2015 15:59	Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029665	Nome do Candidato ANDREI GONCALVES HERTZOG	CPF 02264427051	Dt. Nascto 05/05/1988
Orgão Expedito SJS	RG 3106027943	Endereço RUA MAESTRO ANTONIO FIGUEIRO	Complemento 90
CEP 88790-000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA
Telefone 51_33199986	Celular 51)85783028	e-mail andrei123bruna@gmail.com	SEXO M
		Data/Hora Cadastro 29/05/2015 16:30	Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 009878	Nome do Candidato ELISA MIRANDA FERNANDES	CPF 08210089943	Dt. Nascto 15/08/1991
Orgão Expedito SSPI	RG 5649987	Endereço RUA: JULIO MARCONDES DE OLIVEIRA - 237	Complemento COHAB
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA
Telefone (48)96620314	Celular (48)84624083	e-mail isah.mf@gmail.com	SEXO F
		Data/Hora Cadastro 14/05/2015 09:20	Data pagto Taxa 19/05/2015
Inscrição 030355	Nome do Candidato ESTELAMARIS DA SILVA RIBAS	CPF 90279379072	Dt. Nascto 15/07/1974
Orgão Expedito SSP	RG 8051268525	Endereço RUA TUBARAO N. 33	Complemento ARTO 303
CEP 88790000	Bairro MAR GROSSO	UF SC	Cidade LAGUNA
Telefone -	Celular 8527.4835	e-mail eribas15@hotmail.com	SEXO F
		Data/Hora Cadastro 28/05/2015 14:13	Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029710	Nome do Candidato FABIO DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO	CPF 10617938938	Dt. Nascto 26/06/1997
Orgão Expedito IGP	RG 6079971	Endereço JULIO MARCONDES DE OLIVEIRA 109	Complemento
CEP 88790-000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA
Telefone 4836443191	Celular 4891369236	e-mail fabioandrade47@hotmail.com	SEXO M
		Data/Hora Cadastro 15/05/2015 22:58	Data pagto Taxa 22/05/2015
Inscrição 031038	Nome do Candidato GISELLE MATTOS TORRES	CPF 04077515998	Dt. Nascto 10/12/1980
Orgão Expedito SSP	RG 4110361	Endereço RUA SANTA RITA DE CASSIA 456	Complemento
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA
Telefone 98109296	Celular 4898109296	e-mail mattosgiselle@yahoo.com.br	SEXO F
		Data/Hora Cadastro 05/06/2015 13:21	Data pagto Taxa 05/06/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 10 - PROGRESSO)

Inscrição 008051	Nome do Candidato HELOISA CARDOSO DE OLIVEIRA		CPF 09214443971	Dt. Nascto 05/10/1993
Orgão Expedito SSPSC	RG 5867724	Endereço AVENIDA CALISTRATO MULLER SALLES	Complemento CASA	
CEP 88790-000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836443518	Celular 4899356264	e-mail hel0isaa.oliveira@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 18/05/2015 16:36
				Data pagto Taxa 25/05/2015
Inscrição 029675	Nome do Candidato IAGO CARNEIRO		CPF 07122452948	Dt. Nascto 20/05/1992
Orgão Expedito SC	RG 5697117	Endereço TOMAZIA DE SOUZA	Complemento CASA	
CEP 99790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836471839	Celular 4899308638	e-mail iagocarlg@gmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 10/05/2015 22:28
				Data pagto Taxa 15/05/2015
Inscrição 029714	Nome do Candidato JOSE RICARDO DA SILVA		CPF 48836400000	Dt. Nascto 11/06/1968
Orgão Expedito S E S P	RG 7017345	Endereço RUA MUSICISTA JULIO BARRETO 233	Complemento 233	
CEP 88790-000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836473084	Celular 4884798442	e-mail mara.custura@live.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 20/05/2015 14:52
				Data pagto Taxa 25/05/2015
Inscrição 008322	Nome do Candidato LEANDRO COSTA FAO		CPF 07604043992	Dt. Nascto 17/06/1989
Orgão Expedito SSP	RG 5077918	Endereço RUA COMANDANTE MOREIRA	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836440709	Celular 96702231	e-mail leandrocfao@hotmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 23/04/2015 12:47
				Data pagto Taxa 15/05/2015
Inscrição 007576	Nome do Candidato LUCIANA DA SILVA BITENCOURTE		CPF 67556965015	Dt. Nascto 04/12/1971
Orgão Expedito SSP	RG 5050325421	Endereço R JULIO MAURICIO,300	Complemento CASA	
CEP 88790 000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 84219828	Celular 84219828	e-mail luciana_bitencourte@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 10/05/2015 04:13
				Data pagto Taxa 13/05/2015
Inscrição 030839	Nome do Candidato MARIA APARECIDA GODINHO		CPF 90975553968	Dt. Nascto 16/04/1973
Orgão Expedito SSP	RG 2568532	Endereço FINAL ANITA GARIBALDI, 943	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone XXXXXXXXXX	Celular 4884327119	e-mail mariaaparecidagodinho@gmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 02/06/2015 13:21
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029647	Nome do Candidato MICHELLI DE SOUZA SANTOS		CPF 03355227935	Dt. Nascto 12/10/1982
Orgão Expedito SSP	RG 4603696	Endereço VL COHAB,23	Complemento QUADRA 06	
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone (48)36476341	Celular (48)96059475	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 05/05/2015 10:55
				Data pagto Taxa 05/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 10 - PROGRESSO)

Inscrição 029307	Nome do Candidato NATHIELLE DIAS MACIEL		CPF 06101803988	Dt. Nascto 25/07/1986
Orgão Expedito SSP	RG 49943723	Endereço RUA EDIO DE OLIVEIRA, NO 100	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836442908	Celular	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 03/06/2015 14:20
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029606	Nome do Candidato ROSANGELA DA SILVA NUNES LEAO		CPF 28949821869	Dt. Nascto 11/04/1964
Orgão Expedito SSP	RG 7412091	Endereço RUA JOAO HENRIQUE, NO 181	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro MAGALHAES	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836470937	Celular 4836443977	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 23/04/2015 15:35
				Data pagto Taxa 28/04/2015
Inscrição 029689	Nome do Candidato VANIA BALDOINO PEREIRA		CPF 07563878920	Dt. Nascto 24/08/1988
Orgão Expedito SSP	RG 5697244	Endereço AVENIDA CALISTRATO MULLER SALLES 870 BLOCO 14 AP 203	Complemento	
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836444414	Celular 48 99614039	e-mail vaniayasmin@outlook.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 12/05/2015 18:12
				Data pagto Taxa 13/05/2015
Inscrição 029668	Nome do Candidato WANESSA DOS REIS MACIEL		CPF 00959304932	Dt. Nascto 14/01/1987
Orgão Expedito SSP	RG 49946340	Endereço RUA COMANDANTE MOREIRA	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836442239	Celular 4884866817	e-mail wanessa_ernesto@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 02/06/2015 13:23
				Data pagto Taxa 05/06/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 11 - ESPERANCA)

Inscrição 029586	Nome do Candidato ROSEANE MARINHO GORDO		CPF 09988253958	Dt. Nascto 28/08/1995
Orgão Expedito IGP/SC	RG 5.697.023	Endereço PREFEITO GILL UNGARETI - 429	Complemento	
CEP 88790-000	Bairro ESPERANCA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836445234	Celular 4896369419	e-mail roseanemarinho@live.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 20/04/2015 19:43
				Data pagto Taxa 06/05/2015
Inscrição 006953	Nome do Candidato THAIS SANTOS		CPF 06945942961	Dt. Nascto 21/11/1988
Orgão Expedito SSP	RG 51662981	Endereço RICARDO MIRANDA N 176	Complemento	
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836444414	Celular 4899539636	e-mail thais.santus@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 08/05/2015 09:10
				Data pagto Taxa 13/05/2015
Inscrição 029677	Nome do Candidato THAMIRES SANTOS		CPF 08306766946	Dt. Nascto 30/11/1991
Orgão Expedito SSP	RG 55140203	Endereço RUA COMANDANTE MOREIRA N 1106	Complemento	
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836444414	Celular 4898219390	e-mail ysinha211188@gmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 11/05/2015 11:21
				Data pagto Taxa 15/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 13 - CAMPO DE FORA)

Inscrição 029170	Nome do Candidato ALESSANDRA COSTA MOTA		CPF 09960075982	Dt. Nascto 14/09/1995
Orgão Expedito SSPSC	RG 5630526	Endereço RUA CALHEIROS DA GRACA	Complemento PERTO CHURRASCARIA PER	
CEP 88790000	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone (48)36444845	Celular (48)99528578	e-mail alessandra.costamota@gmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 22/04/2015 13:47
				Data pagto Taxa 25/05/2015
Inscrição 029721	Nome do Candidato CANDIDO JOSE FERNANDES DOS SANTOS		CPF 34265270816	Dt. Nascto 28/03/1987
Orgão Expedito SSP	RG 6972821	Endereço AV. COLOMBO MACHADO SALLES,774	Complemento PROX.CANTINHO DOS PAES	
CEP 88790000	Bairro CAMPO DE FORA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36443845	Celular 99517984	e-mail candidojosedossantosneto@yahoo.com.br	SEXO M	Data/Hora Cadastro 18/05/2015 12:44
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029724	Nome do Candidato CARLA SANTHIAGO GUSTAVO		CPF 06015138947	Dt. Nascto 20/04/1985
Orgão Expedito SSP	RG 54352738	Endereço RUA 22 DE JULHO	Complemento MORRO DE GLORIA	
CEP 88790000	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36446046	Celular 84202640	e-mail helinha_1294@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 19/05/2015 09:28
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029603	Nome do Candidato CAROLINE BARBARA		CPF 08376329944	Dt. Nascto 29/07/1992
Orgão Expedito SSP/SC	RG 5907563	Endereço RUA ESTELITA LINS , 193	Complemento	
CEP 88790000	Bairro CAMPO DE FORA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36446715	Celular 98024867	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 24/04/2015 00:00
				Data pagto Taxa 18/05/2015
Inscrição 009904	Nome do Candidato CRISTIANO NASCIMENTO SILVANO		CPF 07130127902	Dt. Nascto 11/05/1986
Orgão Expedito SSP	RG 54353777	Endereço RUA OSVALDO ARANHA	Complemento CASA NUMERO 09	
CEP 88790000	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone (48)36471372	Celular (48)84554379	e-mail CRISTIANO.PS4@HOTMAIL.COM	SEXO M	Data/Hora Cadastro 10/05/2015 13:15
				Data pagto Taxa 12/05/2015
Inscrição 007914	Nome do Candidato LENITA VIEIRA RIBEIRO		CPF 04159850995	Dt. Nascto 28/01/1985
Orgão Expedito SSP	RG 53430891	Endereço RUA DA PASSARELA, 208	Complemento	
CEP 88790-000	Bairro CAMPO DE FORA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone (48) 3647-5000	Celular (48) 84739164	e-mail lenitaasocial@bol.com.br	SEXO F	Data/Hora Cadastro 31/05/2015 20:48
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029707	Nome do Candidato THAIS ARAUJO VIEIRA		CPF 08980038909	Dt. Nascto 13/09/1993
Orgão Expedito SSP	RG 5267763	Endereço FERNANDO MACHADO, 92	Complemento	
CEP 88790000	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48 36462009	Celular 48 98009403	e-mail araujovieirathais@yahoo.com.br	SEXO F	Data/Hora Cadastro 15/05/2015 12:03
				Data pagto Taxa 15/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 6 - BENTOS)

Inscrição 029702	Nome do Candidato CRISTIANE BURKIEVICZ MARQUES		CPF 69879583000	Dt. Nascto 27/06/1972
Orgão Expedito SSP-RS	RG 5053721758	Endereço RUA DOS DOURADOS	Complemento NUMERO 120	
CEP 88790000	Bairro PRAIA DO SOL	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 51 33361115	Celular 51 95923525	e-mail cris_burki@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 27/05/2015 20:21
				Data pagto Taxa 01/06/2015
Inscrição 030853	Nome do Candidato LILIAN MARIA COSTA DA SILVA		CPF 08542928962	Dt. Nascto 19/10/1991
Orgão Expedito SSP	RG 48830003	Endereço ESTRADA GERAL, S/N	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro BENTOS	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone XXXXXXXXXX	Celular 4896880412	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 02/06/2015 14:32
				Data pagto Taxa 03/06/2015
Inscrição 008329	Nome do Candidato MAGUEDA ADRIANA PEREIRA IEGLI		CPF 57109613020	Dt. Nascto 13/03/1970
Orgão Expedito IGP	RG 5040724337	Endereço AVENIDA JOSE FELISBERTO, S/N	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro CAPUTERA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone ---	Celular 4896525389	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 23/04/2015 15:56
				Data pagto Taxa 23/04/2015
Inscrição 029722	Nome do Candidato MORGANA PEREIRA AGUIAR		CPF 10356152901	Dt. Nascto 29/01/1992
Orgão Expedito SSP	RG 5697500	Endereço ESTRADA GERAL, 143	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro BENTOS	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone XXXXXXXXXX	Celular 4896980377	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 18/05/2015 13:21
				Data pagto Taxa 21/05/2015
Inscrição 029740	Nome do Candidato OSMARINA DOS SANTOS SILVA		CPF 02652783920	Dt. Nascto 14/09/1969
Orgão Expedito SSP	RG 3591628	Endereço ESTRADA GERAL, S/N	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro BENTOS	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4898488636	Celular 4899073002	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 22/05/2015 09:14
				Data pagto Taxa 22/05/2015

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICIPIO DE LAGUNA*INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS***Cargo: ACS - (AREA 7 - BARBACENA)**

Inscrição 029651	Nome do Candidato ANA CAROLINA MARTINS		CPF 10061025909	Dt. Nascto 06/05/1997
Orgão Expeditor SSP	RG 6800110	Endereço RUA SAO JUDAS TADEU	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro BARBACENA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 96214017	Celular 96278966	e-mail paulinhamartins30@gmail.com.br	SEXO F	Data/Hora Cadastro 05/05/2015 13:50
				Data pagto Taxa 11/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 7 - BARRANCEIRA)

Inscrição 029630	Nome do Candidato ALESSANDRA NACHTIGAL BANDEIRA SANTOS		CPF 03802255909	Dt. Nascto 30/06/1981
Orgão Expedito SSP	RG 5267514	Endereço RUA BEIRA MAR N 68	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro BARRANCEIRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48 36473071	Celular 48 99036080	e-mail biah.lgsc@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 28/04/2015 19:27
				Data pagto Taxa 08/05/2015
Inscrição 029580	Nome do Candidato ANGELICA DA SILVA MATOS FARIAS		CPF 06665818942	Dt. Nascto 27/01/1990
Orgão Expedito SSP	RG 5486771	Endereço JERONIMO JOAO RAFAEL	Complemento	
CEP 88790000	Bairro LOTEAMENTO JULIANA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone (48)36442656	Celular (48)96104781	e-mail angelica_matosfarias@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 19/04/2015 18:58
				Data pagto Taxa 12/05/2015
Inscrição 029658	Nome do Candidato KAROLAYNE CARVALHO BITTENCOURT		CPF 10260849979	Dt. Nascto 12/06/1997
Orgão Expedito SSP/SC	RG 6865453	Endereço RUA BEIRA MAR	Complemento CASA N 114	
CEP 88790000	Bairro BARRANCEIRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36444655	Celular 96761370	e-mail karolcarvalhobitt@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 01/06/2015 10:33
				Data pagto Taxa 03/06/2015
Inscrição 030741	Nome do Candidato KEVIN ABREU DE CARVALHO		CPF 10096526998	Dt. Nascto 02/07/1994
Orgão Expedito SSP	RG 6853532	Endereço RUA BEIRAMAR, S/N	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro BARRANCEIRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836444655	Celular 4899120464	e-mail kevincarvalhho@hotmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 01/06/2015 15:01
				Data pagto Taxa 03/06/2015
Inscrição 029637	Nome do Candidato LARISSA VARGAS CARVALHO		CPF 09596245970	Dt. Nascto 21/05/1993
Orgão Expedito SECRETARIA	RG 5267715	Endereço PERTO DO CAMPO STA MARIA	Complemento RUA ANTONIO MANOEL VIR	
CEP 88790000	Bairro BARRANCEIRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone (48)36464011	Celular (48)99922037	e-mail larissavargas@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 30/04/2015 18:24
				Data pagto Taxa 05/05/2015
Inscrição 030671	Nome do Candidato MIRIAM HELENA LOPES		CPF 88904075904	Dt. Nascto 01/11/1973
Orgão Expedito SSP	RG 3024881	Endereço RUA MARCELINA ANDRE	Complemento CASA, FUNDOS	
CEP 88790000	Bairro BARRANCEIRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48 36473071	Celular 48 98010516	e-mail samyra_ls@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 31/05/2015 18:53
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029221	Nome do Candidato SUZANA DE OLIVEIRA BERTOLINO PACHECO		CPF 06857740909	Dt. Nascto 09/02/1985
Orgão Expedito IGP	RG 4856882	Endereço RUA SANTA MARIA	Complemento AO LADO DA ASS DE DEUS	
CEP 88790000	Bairro BARRANCEIRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36472107	Celular 99383664	e-mail talitaise_wy@outlook.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 17/04/2015 19:23
				Data pagto Taxa 11/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 7 - COHAB MATO ALTO)

Inscrição 029567	Nome do Candidato ANNIE KAROLYNE ROCHA XAVIER		CPF 10948310936	Dt. Nascto 23/06/1997
Orgão Expedito IISC	RG 55144209	Endereço RUA ARGENTINA Nº121	Complemento	
CEP 88790000	Bairro COHAB- MATO ALTO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36243036	Celular 48-96741387	e-mail karolynexavieer@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 15/04/2015 10:59
				Data pago Taxa 15/04/2015
Inscrição 030843	Nome do Candidato CLEIDE RODRIGUES DE SOUZA		CPF 04459089980	Dt. Nascto 28/02/1980
Orgão Expedito SSP	RG 4501154	Endereço RUA LOTAR HENRIQUE, 362	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro CABECUDA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone XXXXXXXXXX	Celular 4899100948	e-mail cleidi_ccb@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 02/06/2015 13:40
				Data pago Taxa 02/06/2015
Inscrição 030844	Nome do Candidato CLINEUA FERNANDES		CPF 03215949911	Dt. Nascto 18/03/1976
Orgão Expedito SSP	RG 4299180	Endereço RUA LOTAR HENRIQUE, 315	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro CABECUDA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone XXXXXXXXXX	Celular 4896597099	e-mail neiadi09@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 02/06/2015 13:43
				Data pago Taxa 02/06/2015
Inscrição 029568	Nome do Candidato ELISINARA DO AMARAL		CPF 02049111096	Dt. Nascto 18/03/1989
Orgão Expedito IIRS	RG 3103285007	Endereço CALISTRATO MULLER SALLES	Complemento 1284	
CEP 88790000	Bairro PORTINHO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36243036	Celular 98317392	e-mail karolynexavieer@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 15/04/2015 10:58
				Data pago Taxa 15/04/2015
Inscrição 029954	Nome do Candidato LUCELENE NASCIMENTO		CPF 05215186952	Dt. Nascto 23/09/1983
Orgão Expedito SPSC	RG 4720193	Endereço ACIOLI DE BRITO	Complemento 174	
CEP 88790000	Bairro MAR GROSSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836471726	Celular 4896365414	e-mail lucenasc1@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 24/05/2015 19:32
				Data pago Taxa 03/06/2015
Inscrição 008723	Nome do Candidato LUCIA RICARDO ALBINO		CPF 07568682978	Dt. Nascto 10/06/1991
Orgão Expedito SSP	RG 5630324	Endereço AVENIDA BRASIL S/N	Complemento	
CEP 88790-000	Bairro MATO ALTO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36444379	Celular 84476957	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 01/06/2015 19:59
				Data pago Taxa 03/06/2015
Inscrição 007726	Nome do Candidato MISLAINE OLIVEIRA PEREIRA		CPF 07041546926	Dt. Nascto 03/08/1989
Orgão Expedito SSP	RG 5267939	Endereço RUA PREFEITO GEOCONDO TASSO N 1974	Complemento IGREJA SAO JOSE	
CEP 78790000	Bairro MATO ALTO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36446908	Celular 84651117	e-mail mislaine_misss@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 26/05/2015 14:33
				Data pago Taxa 02/06/2015

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICIPIO DE LAGUNA*INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS***Cargo: ACS - (AREA 7 - COHAB MATO ALTO)**

Inscrição 029712	Nome do Candidato RAISSA PACHECO MARCELINO		CPF 08856029944	Dt. Nascto 19/12/1994
Orgão Expeditor SSP	RG 5697078	Endereço PREFEITO GUIMARAES CABRAL - 722	Complemento	
CEP 88790000	Bairro MAGALHAES	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36441071	Celular 48 96153767	e-mail raah.Marcelino@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 16/05/2015 13:50
				Data pagto Taxa 05/06/2015

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICIPIO DE LAGUNA*INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS***Cargo: ACS - (AREA 7 - LOTEAMENTO JULIANA)**

Inscrição 029711	Nome do Candidato ROSILDA GONCALVES PACHECO		CPF 73543853953	Dt. Nascto 10/12/1971
Orgão Expeditor SSP	RG 2384795	Endereço PREFEITO GUIMARAES CABRAL - 722	Complemento	
CEP 88790000	Bairro MAGALHAES	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36441071	Celular 96153768	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 16/05/2015 14:06
				Data pagto Taxa 22/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 8 - CABECUDA)

Inscrição 008411	Nome do Candidato ADRIANO PEREIRA FLOR		CPF 06098982996	Dt. Nascto 06/09/1990
Orgão Expeditor SSP	RG 5514820	Endereço GIOCONDO TASSO	Complemento PROX. MERCADO MARJU	
CEP 88790000	Bairro CABECUDA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 91088604	Celular 99513436	e-mail	SEXO M	Data/Hora Cadastro 16/04/2015 10:07
				Data pagto Taxa 05/05/2015
Inscrição 007535	Nome do Candidato CLAUDIA FERMINO PEDRO		CPF 00829251944	Dt. Nascto 21/12/1978
Orgão Expeditor SSP	RG 3752636	Endereço RUA DEOBAR DE OLIVEIRA	Complemento FARMACIA DO JAIR	
CEP 88790000	Bairro CABECUDAS	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36446328	Celular 99567454	e-mail adilsonnjoaquin@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 22/04/2015 14:48
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029728	Nome do Candidato FERNANDA FOLLE BORGES		CPF 06810481907	Dt. Nascto 13/04/1990
Orgão Expeditor SSP	RG 5629342	Endereço RUA DOUTOR PAULO CARNEIRO, 47	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro CABECUDAS	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone XXXXXXXXXX	Celular 4896815039	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 19/05/2015 14:03
				Data pagto Taxa 19/05/2015
Inscrição 029595	Nome do Candidato FERNANDO FIGUEIREDO DOS SANTOS		CPF 10054689902	Dt. Nascto 03/06/1993
Orgão Expeditor SC	RG 5514558	Endereço RUA NEMEZIO FRANCISCO PEREIRA, NO 342	Complemento	
CEP 88790000	Bairro MATO ALTO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4899999291	Celular 4899999291	e-mail fernandovasco1993@gmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 22/04/2015 14:10
				Data pagto Taxa 29/04/2015
Inscrição 029623	Nome do Candidato FRANCISCO CARLOS FRAGA		CPF 42154014020	Dt. Nascto 04/12/1962
Orgão Expeditor SSP	RG 7027694228	Endereço RUA JOSE JERONIMO	Complemento S/N	
CEP 88790000	Bairro CABECUDA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone (48)96222699	Celular	e-mail franciscocarlos.fraga@yahoo.com.br	SEXO M	Data/Hora Cadastro 27/04/2015 20:19
				Data pagto Taxa 04/05/2015
Inscrição 029720	Nome do Candidato MIREJE MARTINS MARCELINO MARIA		CPF 04677918996	Dt. Nascto 15/07/1983
Orgão Expeditor SSP	RG 488334	Endereço GERCINO COSTA	Complemento	
CEP 88790000	Bairro CABECUDA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36443989	Celular 84653671	e-mail rafaela.mfiscal@gmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 18/05/2015 12:24
				Data pagto Taxa 29/05/2015
Inscrição 029736	Nome do Candidato PRISCILA MARTINHO GONCALVES		CPF 09758154907	Dt. Nascto 05/06/1994
Orgão Expeditor SSP	RG 6262023	Endereço RUA	Complemento	
CEP 88780000	Bairro CABECUDA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 33560806	Celular (48)99186457	e-mail priscilaluciani@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 26/05/2015 20:36
				Data pagto Taxa 05/06/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: ACS - (AREA 8 - CABECUDA)

Inscrição 029715	Nome do Candidato ROSILEIA GONCALVES PACHECO		CPF 03033954944	Dt. Nascto 11/07/1977
Orgão Expeditor SSP	RG 3952102	Endereço CARLOS CORDEIRO HORN - 386	Complemento	
CEP 88790000	Bairro PORTINHO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48 36441071	Celular 48 84750210	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 17/05/2015 13:05
				Data pagto Taxa 26/05/2015
Inscrição 029614	Nome do Candidato RUBIA FLORES ROSA		CPF 82302871987	Dt. Nascto 11/01/1975
Orgão Expeditor SSP	RG 3020808	Endereço RUA INOCENCIO RODRIGUES, 394	Complemento	
CEP 8879000	Bairro CABECUDA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone (48) 36462480	Celular (48) 84364879	e-mail ru_biarosa@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 24/04/2015 17:58
				Data pagto Taxa 27/04/2015
Inscrição 029583	Nome do Candidato SIMONE MARTINS DE AGUIAR		CPF 78960207934	Dt. Nascto 06/10/1972
Orgão Expeditor SSPSC	RG 2733474	Endereço RUA GEOCONDO TASSO	Complemento CASA	
CEP 88790-000	Bairro CABECUDAS	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836444992	Celular 4884984174	e-mail andresadeaguiar@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 20/04/2015 15:46
				Data pagto Taxa 20/04/2015
Inscrição 029735	Nome do Candidato YZADORA BARREIROS BET		CPF 07827279996	Dt. Nascto 24/09/1997
Orgão Expeditor SESPD	RG 55143687	Endereço RUA GIOCONDO TASSO, 568	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro CABECUDA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48-36442165	Celular 48-96543045	e-mail napqb@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 22/05/2015 09:46
				Data pagto Taxa 29/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: MEDICO DO PSF

Inscrição 029258	Nome do Candidato ANITA NOGARETE CATTANEO		CPF 00854363998	Dt. Nascto 18/02/1986
Orgão Expedito SSPSC	RG 4.357.371	Endereço RUA PRINCESA IZABEL	Complemento 313	
CEP 88702-200	Bairro OFICINAS	UF SC	Cidade TUBARAO	
Telefone 36269750	Celular 96440004	e-mail anytanc@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 10/05/2015 23:52
				Data pagto Taxa 15/05/2015
Inscrição 029619	Nome do Candidato DEBORA FERREIRA BRAGA		CPF 07945161901	Dt. Nascto 20/07/1991
Orgão Expedito SSP	RG 4501512	Endereço RUA SANTOS DUMONT, 83 APT0	Complemento APTO 1001	
CEP 88701610	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade TUBARAO	
Telefone 4836265828	Celular 4896448881	e-mail bynhaf@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 27/04/2015 16:12
				Data pagto Taxa 29/04/2015
Inscrição 029645	Nome do Candidato FABIO SILVEIRA DE SOUSA		CPF 55125247987	Dt. Nascto 20/07/1965
Orgão Expedito SSP/SC	RG 20R/1.185.087	Endereço RUA SAUL ULYSSEA	Complemento 461	
CEP 88790-000	Bairro MAR GROSSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48-36471707	Celular 9966-0441	e-mail consultoriomedico@hotmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 04/05/2015 18:16
				Data pagto Taxa 07/05/2015
Inscrição 029192	Nome do Candidato FLAVIA SALVAN		CPF 06222396941	Dt. Nascto 08/10/1989
Orgão Expedito SSP	RG 53560396	Endereço RUA IMARUI, S/N	Complemento	
CEP 88790000	Bairro MAR GROSSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4899166600	Celular	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 09/05/2015 17:47
				Data pagto Taxa 13/05/2015
Inscrição 027942	Nome do Candidato GUSTAVO ZOMER JUNG		CPF 05057488945	Dt. Nascto 31/07/1984
Orgão Expedito SSP	RG 47167394	Endereço RUA PORTO ALEGRE	Complemento 189	
CEP 88705200	Bairro AEROPORTO	UF SC	Cidade TUBARAO	
Telefone 4836220704	Celular 4898069462	e-mail gustavozomer_5@yahoo.com.br	SEXO M	Data/Hora Cadastro 03/06/2015 16:46
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 030913	Nome do Candidato JARDEL FIGUEIREDO ESPINDOLA		CPF 04369970962	Dt. Nascto 19/05/1990
Orgão Expedito SSP	RG 4716259	Endereço RUA LAGUNA	Complemento 568 APT0 301	
CEP 88702283	Bairro OFICINAS	UF SC	Cidade TUBARAO	
Telefone 48 36225501	Celular 48 99568668	e-mail jardel.espindola@hotmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 03/06/2015 09:19
				Data pagto Taxa 03/06/2015
Inscrição 029635	Nome do Candidato JOSE HUDSON LAMEGO DA SILVA		CPF 40670104272	Dt. Nascto 04/01/1972
Orgão Expedito SESEG	RG 09989544	Endereço RUA EUGENIO RAULINO KOERICH	Complemento 148, APT0 602-A	
CEP 88095-151	Bairro ESTREITO	UF SC	Cidade FLORIANOPOLIS	
Telefone 48 33716036	Celular 48 98287977	e-mail hudsonlamego@ig.com.br	SEXO M	Data/Hora Cadastro 29/04/2015 23:09
				Data pagto Taxa 04/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: MEDICO DO PSF

Inscrição 029250	Nome do Candidato LEO MAX FEUERSCHUETTE NETO		CPF 04681625930	Dt. Nascto 21/10/1991
Orgão Expedito SESP	RG 5112962	Endereço RUA VIDAL RAMOS, 120	Complemento	
CEP 88701-160	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade TUBARAO	
Telefone 4896372710	Celular 4896372710	e-mail leomxfe@gmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 06/05/2015 13:28
				Data pagto Taxa 03/06/2015
Inscrição 029579	Nome do Candidato LETICIA FERNANDES MONTEIRO		CPF 06910800974	Dt. Nascto 25/09/1992
Orgão Expedito SSP	RG 4067127	Endereço RUA PIRATINI	Complemento 64	
CEP 88790000	Bairro PROGRESSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48 36443649	Celular 48 99100901	e-mail	SEXO F	Data/Hora Cadastro 18/04/2015 21:05
				Data pagto Taxa 23/04/2015
Inscrição 029613	Nome do Candidato MATHEUS BETT NETO		CPF 02635052948	Dt. Nascto 01/08/1980
Orgão Expedito SSP	RG 3325948	Endereço RUA XV DE NOVEMBRO, 165	Complemento SALA 2	
CEP 88870000	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade ORLEANS	
Telefone 4834663401	Celular 4899947075	e-mail matheus.bett@hotmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 24/04/2015 15:50
				Data pagto Taxa 27/04/2015
Inscrição 029175	Nome do Candidato ROBERTO YASUYUKI DA CONCEICAO HAMADA		CPF 05284486927	Dt. Nascto 14/04/1991
Orgão Expedito SSP	RG 4753388	Endereço AVENIDA ROSARIO, NO 505	Complemento COBERTURA 2	
CEP 88705120	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade TUBARAO	
Telefone 4836325276	Celular 4899894416	e-mail robertohamada91@gmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 12/05/2015 22:55
				Data pagto Taxa 14/05/2015
Inscrição 029218	Nome do Candidato RODRIGO FIRMINO SILVANO		CPF 02548133990	Dt. Nascto 22/06/1978
Orgão Expedito SSP	RG 36640980	Endereço RUA RECIFE, NO 133	Complemento	
CEP 88701420	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade TUBARAO	
Telefone 4898406491	Celular	e-mail rodrigossilvan5@hotmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 29/05/2015 14:03
				Data pagto Taxa 29/05/2015
Inscrição 029612	Nome do Candidato THAIS FURTAT MARQUES		CPF 01186232064	Dt. Nascto 23/01/1990
Orgão Expedito SSP	RG 3093647463	Endereço RUA XV DE NOVEMBRO, 165	Complemento SALA 2	
CEP 88870000	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade ORLEANS	
Telefone 4834663401	Celular 4899050792	e-mail thais_marques3@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 24/04/2015 11:50
				Data pagto Taxa 28/04/2015

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICIPIO DE LAGUNA*INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS***Cargo: MEDICO GINECOLOGISTA (OBSTETRA)**

Inscrição 030621	Nome do Candidato JOSE LUIZ DE ALMEIDA MARTINS COSTA NETO		CPF 34958819053	Dt. Nascto 04/01/1958
Orgão Expeditor SSP	RG 7000608112	Endereço SERVIDAO RECANTO DA ARAPONGA	Complemento 328	
CEP 88063663	Bairro RIO TAVARES	UF SC	Cidade FLORIANOPOLIS	
Telefone 34375365	Celular 96067125	e-mail joseluizmcneto@gmail.com	SEXO M	Data/Hora Cadastro 30/05/2015 15:05
				Data pagto Taxa 01/06/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM

Inscrição 029708	Nome do Candidato ANA PAULA BERNARDES DA SILVEIRA		CPF 90980093953	Dt. Nascto 10/02/1975
Orgão Expedito SSP	RG 3029026	Endereço JULIO MAURICIO	Complemento 388	
CEP 88790000	Bairro PORTINHO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48-98214086	Celular 48-98167807	e-mail palomasilveirab@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 15/05/2015 14:28
				Data pagto Taxa 15/05/2015
Inscrição 029674	Nome do Candidato ANA PAULA CANDIDO DA ROSA		CPF 07998153903	Dt. Nascto 12/03/1991
Orgão Expedito SSP	RG 5907539	Endereço TRAVESSA ABDON COELHO Nº134	Complemento	
CEP 88790000	Bairro PORTINHO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36443198	Celular 96477194	e-mail anapaulaa_15@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 04/06/2015 23:09
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029659	Nome do Candidato CAMILA DOS SANTOS CORREA		CPF 04727641950	Dt. Nascto 27/01/1990
Orgão Expedito SSP	RG 4639946	Endereço TRAVESSA PEDRO ELIBIO, NO 102	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro BARRANCEIRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone XXXXXXXXXX	Celular 4896375263	e-mail camiladossocorre@gmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 06/05/2015 10:47
				Data pagto Taxa 11/05/2015
Inscrição 010077	Nome do Candidato EDILENE DUARTE DE OLIVEIRA		CPF 07588914904	Dt. Nascto 02/09/1989
Orgão Expedito SSP	RG 5697165	Endereço RUA MARCELINO ANDRE - 315	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro BARRANCEIRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48-36476298	Celular 48-84771482	e-mail miro_cid@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 02/06/2015 08:45
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 030695	Nome do Candidato FABIANA VALERIO DE CARVALHO FAUST		CPF 88903540972	Dt. Nascto 09/06/1976
Orgão Expedito SSP	RG 3025139	Endereço RUA BEIRAMAR, S/N	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro BARRANCEIRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone XXXXXXXXXX	Celular 4896004238	e-mail fabi.deyvid@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 01/06/2015 10:37
				Data pagto Taxa 03/06/2015
Inscrição 029620	Nome do Candidato JOYCE VALERIO MACHADO		CPF 09347684988	Dt. Nascto 28/09/1995
Orgão Expedito SSP	RG 5907590	Endereço ESTELITA-LINS	Complemento	
CEP 88990000	Bairro CAMPO DE FORA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48-36440625	Celular 48-98253424	e-mail joyce_valerio@hotmail.com.br	SEXO F	Data/Hora Cadastro 27/04/2015 18:51
				Data pagto Taxa 04/05/2015
Inscrição 029577	Nome do Candidato LUANA ESTEVES MORAIS		CPF 05217044993	Dt. Nascto 02/11/1985
Orgão Expedito SSP	RG 4.994.123	Endereço RUA ALMIRANTE LAMEGO, Nº 09	Complemento	
CEP 88790-000	Bairro CAMPO DE FORA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone (48)3647-1836	Celular (48)9605-3512	e-mail luanaestevesm@gmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 06/05/2015 12:12
				Data pagto Taxa 07/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM

Inscrição 005179	Nome do Candidato MARIA APARECIDA LUIZA		CPF 03332230980	Dt. Nascto 26/06/1980
Orgão Expedito SSP	RG 4012517	Endereço ESTRADA GERAL TAQUARACU	Complemento CASA	
CEP 88790000	Bairro TAQUARACU	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 0000000	Celular 99701324	e-mail cassianomartim@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 12/05/2015 08:44
				Data pagto Taxa 18/05/2015
Inscrição 029570	Nome do Candidato MARIANA VIANNA BONAZZA		CPF 04216389902	Dt. Nascto 11/06/1984
Orgão Expedito SSP	RG 45685266	Endereço RUA DO PESCADOR	Complemento	
CEP 88790000	Bairro VILA VITORIA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836440771	Celular 4899162361	e-mail mariana_bonazza@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 17/04/2015 17:48
				Data pagto Taxa 22/04/2015
Inscrição 008113	Nome do Candidato MARLEIDE MARTINS VIEIRA		CPF 41730313949	Dt. Nascto 30/03/1963
Orgão Expedito SESP	RG 25704940	Endereço RUA: SAUL ULYSSEA, 109	Complemento APTO. 902	
CEP 88790000	Bairro MAR GROSSO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone XXXXXXXXXXXX: 48- 9923-0249	Celular	e-mail leide_mavi@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 28/04/2015 17:40
				Data pagto Taxa 08/05/2015
Inscrição 030829	Nome do Candidato ODILON MELO RODRIGUES		CPF 10647104091	Dt. Nascto 06/08/1950
Orgão Expedito SSP	RG 2007437888	Endereço ARY EUGENIO STRUMER,68	Complemento CASA	
CEP 93120420	Bairro SCHARLAU	UF RS	Cidade SAO LEOPOLDO	
Telefone 5135684581	Celular 5192176888	e-mail	SEXO M	Data/Hora Cadastro 02/06/2015 11:22
				Data pagto Taxa 05/06/2015
Inscrição 029198	Nome do Candidato SUSANI CORDOVA RAMOS		CPF 07119473921	Dt. Nascto 01/03/1990
Orgão Expedito SSP	RG 5514860	Endereço VEREADOR EUCLIDES LUCIO DO NASCIMENTO	Complemento	
CEP 88790000	Bairro PASSAGEM DA BARRA	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 4836444640	Celular 4899512498	e-mail susanicordova@bol.com.br	SEXO F	Data/Hora Cadastro 11/05/2015 20:31
				Data pagto Taxa 12/05/2015
Inscrição 029730	Nome do Candidato VALERIA DA SILVA		CPF 03247568956	Dt. Nascto 23/07/1981
Orgão Expedito SSP	RG 4.368.149	Endereço ESTRADA GERAL	Complemento	
CEP 88790000	Bairro PAROBE	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 36477878	Celular 98249438	e-mail cleuza78@hotmail.com	SEXO F	Data/Hora Cadastro 19/05/2015 17:46
				Data pagto Taxa 22/05/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAGUNA



INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE OS CANDIDATOS INSCRITOS

Cargo: TERAPEUTA OCUPACIONAL

Inscrição 029638	Nome do Candidato GLAUCIA VAEZ MOTTI		CPF 69994749153	Dt. Nascto 06/06/1979
Orgão Expeditor SSP	RG 987351	Endereço RUA CORONEL FERNANDES MARTINS 25	Complemento	
CEP 88790-000	Bairro CENTRO	UF SC	Cidade LAGUNA	
Telefone 48 36462307	Celular 48 9948-3069	e-mail GLAUCIAMOTTI@HOTMAIL.COM	SEXO F	Data/Hora Cadastro 30/04/2015 15:44
				Data pagto Taxa 30/04/2015
Inscrição 029599	Nome do Candidato LEDIANE MARJORIE DAL FORNO		CPF 01460879090	Dt. Nascto 23/12/1987
Orgão Expeditor SJS	RG 9074592743	Endereço AVENIDA SIQUEIRA COUTO	Complemento CASA	
CEP 97195000	Bairro CENTRO	UF RS	Cidade SILVEIRA MARTINS	
Telefone 55 32241128	Celular 55 96517696	e-mail leledalforno@yahoo.com.br	SEXO F	Data/Hora Cadastro 22/04/2015 15:26
				Data pagto Taxa 14/05/2015
Inscrição 029589	Nome do Candidato PAMELA CATIUSCE MEDEIROS		CPF 01240121083	Dt. Nascto 11/03/1988
Orgão Expeditor SSP	RG 1095315253	Endereço RUA UM NUMERO 264	Complemento	
CEP 96081-110	Bairro LOTEAMENTO DUNAS BAIRRO AREAL	UF RS	Cidade PELOTAS	
Telefone 5332733847	Celular 5384331543	e-mail pamelacatiuscemedeiros@yahoo.com.br	SEXO F	Data/Hora Cadastro 20/04/2015 22:26
				Data pagto Taxa 27/04/2015

TERMO DE HOMOLOGACAO EDITAL PROCESSO SELETIVO PUBLICO ACS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LAGUNA

RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: ACS - (AREA 1 - CAMPOS VERDES)

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	029627	GABRIELA DO CARMO SOUZA	4,80	07 + 05 + 14/11/1991

- 1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.

FAEPESUL - Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul

Relat_21 Page 1 of 16



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: ACS - (AREA 1 - CANTO DA LAGOA)

Posição Inscrição Nome do Candidato

Pontos¹ Critério de Desempate²

CANDIDATOS CLASSIFICADOS

0001	031051	MARIA CONCEICAO LAUREANO	3,20	06 + 02 + 17/03/1959
------	--------	--------------------------	------	----------------------

- 1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.

FAEPESUL - Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul

Relat_21 Page 2 of 16



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: ACS - (AREA 1 - PONTA DA BARRA)

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	030380	DEBORA ANGELO TANQUIELA FRANCISCO	4,40	07 + 04 + 20/05/1982
CANDIDATOS ELIMINADOS				
0002	009015	SORAIA AMALIA WUST	2,80	03 + 04 + 13/04/1961
0003	030946	MARIA DO CARMO LUMERTZ PINTO	2,80	02 + 05 + 28/02/1967

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: ACS - (AREA 10 - PROGRESSO)

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempeho ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	009878	ELISA MIRANDA FERNANDES	6,40	11 + 05 + 15/08/1991
0002	029710	FABIO DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO	5,60	08 + 06 + 26/06/1997
0003	029665	ANDREI GONCALVES HERTZOG	5,20	08 + 05 + 05/05/1988
0004	008322	LEANDRO COSTA FAO	5,20	08 + 05 + 17/06/1989
0005	010080	ANA LUCIA DE QUEIROZ MACHADO	5,20	06 + 07 + 12/01/1982
0006	030355	ESTELAMARIS DA SILVA RIBAS	4,80	06 + 06 + 15/07/1974
0007	029668	WANESSA DOS REIS MACIEL	4,80	06 + 06 + 14/01/1987
0008	031038	GISELLE MATTOS TORRES	4,40	05 + 06 + 10/12/1980
0009	029606	ROSANGELA DA SILVA NUNES LEAO	4,00	05 + 05 + 11/04/1964
0010	007576	LUCIANA DA SILVA BITENCOURTE	3,60	05 + 04 + 04/12/1971
0011	008051	HELOISA CARDOSO DE OLIVEIRA	3,60	04 + 05 + 05/10/1993
0012	029689	VANIA BALDOINO PEREIRA	3,20	06 + 02 + 24/08/1988
0013	029714	JOSE RICARDO DA SILVA	3,20	05 + 03 + 11/06/1968
0014	029675	IAGO CARNEIRO	3,20	05 + 03 + 20/05/1992
0015	029698	ANDREA ARAUJO DE OLIVEIRA	3,20	03 + 05 + 18/11/1988

CANDIDATOS ELIMINADOS

0016	029307	NATHIELLE DIAS MACIEL	2,80	04 + 03 + 25/07/1986
0017	030839	MARIA APARECIDA GODINHO	2,40	03 + 03 + 16/04/1973
0018	029647	MICHELLI DE SOUZA SANTOS	2,00	03 + 02 + 12/10/1982

CANDIDATOS FALTANTES

0019	030947	LETICIA CARDOSO ALVES	FALTANTE	
------	--------	-----------------------	----------	--

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.

2 - Critérios de Desempeho conforme edital.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE LAGUNA

RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS**CARGO: ACS - (AREA 11 - ESPERANCA)**

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	029586	ROSEANE MARINHO GORDO	4,00	06 + 04 + 28/08/1995
0002	006953	THAIS SANTOS	3,20	06 + 02 + 21/11/1988
0003	029677	THAMIRES SANTOS	3,20	04 + 04 + 30/11/1991
CANDIDATOS FALTANTES				
0004	007702	GIOVANA MONTEIRO BERTOTTI	FALTANTE	
0005	030941	TIAGO DEMETRIO CELSO	FALTANTE	

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: ACS - (AREA 13 - CAMPO DE FORA)

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	029721	CANDIDO JOSE FERNANDES DOS SANTOS	4,40	05 + 06 + 28/03/1987
0002	009904	CRISTIANO NASCIMENTO SILVANO	4,00	07 + 03 + 11/05/1986
0003	029603	CAROLINE BARBARA	4,00	06 + 04 + 29/07/1992
0004	029170	ALESSANDRA COSTA MOTA	3,60	07 + 02 + 14/09/1995
0005	007914	LENITA VIEIRA RIBEIRO	3,60	04 + 05 + 28/01/1985
0006	029724	CARLA SANTHIAGO GUSTAVO	3,20	03 + 05 + 20/04/1985
CANDIDATOS ELIMINADOS				
0007	029707	THAIS ARAUJO VIEIRA	2,80	03 + 04 + 13/09/1993
CANDIDATOS FALTANTES				
0008	030084	GENECI DE FATIMA NUNES	FALTANTE	
0009	029601	MARILDA GLUCH	FALTANTE	
0010	009672	GABRIELA LOPES DA SILVA	FALTANTE	

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: ACS - (AREA 6 - BENTOS)

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	029702	CRISTIANE BURKIEVICZ MARQUES	4,80	06 + 06 + 27/06/1972
0002	029740	OSMARINA DOS SANTOS SILVA	4,40	08 + 03 + 14/09/1969
0003	030853	LILIAN MARIA COSTA DA SILVA	3,60	05 + 04 + 19/10/1991
CANDIDATOS ELIMINADOS				
0004	008329	MAGUEDA ADRIANA PEREIRA IEGLI	2,00	02 + 03 + 13/03/1970
0005	029722	MORGANA PEREIRA AGUIAR	1,60	01 + 03 + 29/01/1992

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: ACS - (AREA 7 - BARBACENA)

Posição Inscrição Nome do Candidato

Pontos¹ Critério de Desempate²

CANDIDATOS CLASSIFICADOS

0001	029651	ANA CAROLINA MARTINS	5,60	09 + 05 + 06/05/1997
------	--------	----------------------	------	----------------------

- 1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.

FAEPESUL - Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul

Relat_21 Page 8 of 16

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICÍPIO DE LAGUNA

RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS**CARGO: ACS - (AREA 7 - BARRANCEIRA)**

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	030741	KEVIN ABREU DE CARVALHO	5,20	08 + 05 + 02/07/1994
0002	029637	LARISSA VARGAS CARVALHO	5,20	07 + 06 + 21/05/1993
0003	029658	KAROLAYNE CARVALHO BITTENCOURT	5,20	07 + 06 + 12/06/1997
0004	029580	ANGELICA DA SILVA MATOS FARIAS	5,20	06 + 07 + 27/01/1990
0005	029221	SUZANA DE OLIVEIRA BERTOLINO PACHECO	4,40	05 + 06 + 09/02/1985
0006	030671	MIRIAM HELENA LOPES	3,60	03 + 06 + 01/11/1973
CANDIDATOS ELIMINADOS				
0007	029630	ALESSANDRA NACHTIGAL BANDEIRA SANTOS	2,40	03 + 03 + 30/06/1981
CANDIDATOS FALTANTES				
0008	030449	LUAN DA SILVA HENRIQUE	FALTANTE	

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.

2 - Critérios de Desempate conforme edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: ACS - (AREA 7 - COHAB MATO ALTO)

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	030843	CLEIDE RODRIGUES DE SOUZA	5,60	07 + 07 + 28/02/1980
0002	008723	LUCIA RICARDO ALBINO	5,20	08 + 05 + 10/06/1991
0003	007726	MISLAINE OLIVEIRA PEREIRA	4,40	08 + 03 + 03/08/1989
0004	030844	CLINEUA FERNANDES	4,40	06 + 05 + 18/03/1976
0005	029567	ANNIE KAROLYNE ROCHA XAVIER	4,40	06 + 05 + 23/06/1997
0006	029954	LUCELENE NASCIMENTO	4,40	04 + 07 + 23/09/1983
0007	029712	RAISSA PACHECO MARCELINO	4,00	06 + 04 + 19/12/1994
0008	029568	ELISINARA DO AMARAL	4,00	05 + 05 + 18/03/1989

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: ACS - (AREA 7 - LOTEAMENTO JULIANA)

Posição Inscrição Nome do Candidato

Pontos¹ Critério de Desempate²

CANDIDATOS CLASSIFICADOS

0001	029711	ROSILDA GONCALVES PACHECO	4,80	08 + 04 + 10/12/1971
------	--------	---------------------------	------	----------------------

- 1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.

FAEPESUL - Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul

Relat_21 Page 11 of 16



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: ACS - (AREA 8 - CABECUDA)

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	029736	PRISCILA MARTINHO GONCALVES	6,40	08 + 08 + 05/06/1994
0002	008411	ADRIANO PEREIRA FLOR	4,40	05 + 06 + 06/09/1990
0003	029623	FRANCISCO CARLOS FRAGA	4,00	08 + 02 + 04/12/1962
0004	029595	FERNANDO FIGUEIREDO DOS SANTOS	3,60	07 + 02 + 03/06/1993
0005	007535	CLAUDIA FERMINO PEDRO	3,20	06 + 02 + 21/12/1978
0006	029735	YZADORA BARREIROS BET	3,20	05 + 03 + 24/09/1997
CANDIDATOS ELIMINADOS				
0007	029614	RUBIA FLORES ROSA	2,80	04 + 03 + 11/01/1975
0008	029728	FERNANDA FOLLE BORGES	2,80	02 + 05 + 13/04/1990
0009	029583	SIMONE MARTINS DE AGUIAR	2,40	04 + 02 + 06/10/1972
0010	029715	ROSILEIA GONCALVES PACHECO	2,40	04 + 02 + 11/07/1977
0011	029720	MIREJE MARTINS MARCELINO MARIA	2,40	04 + 02 + 15/07/1983

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.

2 - Critérios de Desempate conforme edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: MEDICO DO PSF

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	029175	ROBERTO YASUYUKI DA CONCEICAO HAMADA	7,00	14 + 09 + 14/04/1991
0002	029579	LETICIA FERNANDES MONTEIRO	7,00	13 + 08 + 25/09/1992
0003	029635	JOSE HUDSON LAMEGO DA SILVA	6,75	10 + 10 + 04/01/1972
0004	029250	LEO MAX FEUERSCHUETTE NETO	6,50	09 + 09 + 21/10/1991
0005	030913	JARDEL FIGUEIREDO ESPINDOLA	5,50	10 + 06 + 19/05/1990
0006	029218	RODRIGO FIRMINO SILVANO	5,00	09 + 09 + 22/06/1978
0007	027942	GUSTAVO ZOMER JUNG	4,75	10 + 06 + 31/07/1984
0008	029192	FLAVIA SALVAN	4,75	10 + 05 + 08/10/1989
0009	029612	THAIS FURTAT MARQUES	4,75	09 + 06 + 23/01/1990
0010	029645	FABIO SILVEIRA DE SOUSA	4,50	12 + 06 + 20/07/1965
0011	029613	MATHEUS BETT NETO	4,50	09 + 06 + 01/08/1980
0012	029619	DEBORA FERREIRA BRAGA	4,50	08 + 05 + 20/07/1991
0013	029258	ANITA NOGARETE CATTANEO	4,00	09 + 07 + 18/02/1986

CANDIDATOS FALTANTES

0014	029582	LAYS ANSELMO MOREIRA	FALTANTE	
0015	029616	BEATRIZ CAMISAO SCHWINDEN	FALTANTE	
0016	029571	GILFRANKLIN SILVA QUEIROZ FONTES	FALTANTE	
0017	029641	JESSICA MORAES CORREA	FALTANTE	

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.

2 - Critérios de Desempate conforme edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: MEDICO GINECOLOGISTA (OBSTETRA)

Posição Inscrição Nome do Candidato

Pontos¹ Critério de Desempate²

CANDIDATOS CLASSIFICADOS

0001	030621	JOSE LUIZ DE ALMEIDA MARTINS COSTA NETO	5,75	09 + 10 + 04/01/1958
------	--------	---	------	----------------------

- 1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.

FAEPESUL - Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul

Relat_21 Page 14 of 16



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: TECNICO EM ENFERMAGEM

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	030829	ODILON MELO RODRIGUES	7,60	11 + 08 + 06/08/1950
0002	029577	LUANA ESTEVES MORAIS	6,00	11 + 04 + 02/11/1985
0003	029659	CAMILA DOS SANTOS CORREA	6,00	09 + 06 + 27/01/1990
0004	005179	MARIA APARECIDA LUIZA	5,60	11 + 03 + 26/06/1980
0005	029674	ANA PAULA CANDIDO DA ROSA	5,60	11 + 03 + 12/03/1991
0006	029570	MARIANA VIANNA BONAZZA	5,60	10 + 04 + 11/06/1984
0007	029198	SUSANI CORDOVA RAMOS	5,60	10 + 04 + 01/03/1990
0008	030695	FABIANA VALERIO DE CARVALHO FAUST	5,20	11 + 02 + 09/06/1976
0009	029620	JOYCE VALERIO MACHADO	4,80	09 + 03 + 28/09/1995
0010	029730	VALERIA DA SILVA	4,40	07 + 04 + 23/07/1981
0011	010077	EDILENE DUARTE DE OLIVEIRA	4,40	07 + 04 + 02/09/1989
0012	008113	MARLEIDE MARTINS VIEIRA	4,00	07 + 03 + 30/03/1963
0013	029708	ANA PAULA BERNARDES DA SILVEIRA	3,20	05 + 03 + 10/02/1975

CANDIDATOS FALTANTES

0014	029602	EROS AUGUSTO CORDEIRO DE SA	FALTANTE	
0015	029733	CRISTIANE CAETANO	FALTANTE	
0016	029578	JAIR RAMOS MIRANDA	FALTANTE	
0017	009601	TATIANE SANTOS FAUSTINO	FALTANTE	

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA



RESULTADO GERAL EM ORDEM DECRESCENTE DE PONTUAÇÃO AGRUPADO POR CARGO

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

Posição	Inscrição	Nome do Candidato	Pontos ¹	Critério de Desempate ²
CANDIDATOS CLASSIFICADOS				
0001	029638	GLAUCIA VAEZ MOTTI	4,75	12 + 05 + 06/06/1979
0002	029589	PAMELA CATTUSCE MEDEIROS	4,75	11 + 04 + 11/03/1988
0003	029599	LEDIANE MARJORIE DAL FORNO	3,00	08 + 02 + 23/12/1987
CANDIDATOS FALTANTES				
0004	031067	SABRINA DOS SANTOS MACIEL	FALTANTE	
0005	029592	INGRID IOOST ESTANIESKI	FALTANTE	
0006	029588	JOANA CRISTINA SCHUCH	FALTANTE	

1 - Pontos obtidos nas etapas participadas.
2 - Critérios de Desempate conforme edital.

TERMO DE HOMOLOGACAO EDITALNº 002/2015 PROCESSO SELETIVO PUBLICO ACS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
EDITAL Nº 002/2015

**HOMOLOGAÇÃO**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC**, torna público a Homologação do Resultado Final do **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO** realizado pela **FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL**, destinado a selecionar candidatos para o provimento temporário em cargos para do quadro de pessoal da Administração Municipal para atuar nos Programas de Saúde da Família - PSF, objeto do Edital nº 002/2015 de 15 de Abril de 2015, conforme relação em ordem de Classificação constante no Anexo Único deste instrumento.

Laguna - SC, 15 de Julho de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
EDITAL Nº 002/2015



ANEXO ÚNICO

Cargo: ACS - (AREA 1 - CAMPOS VERDES)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 029627 GABRIELA DO CARMO SOUZA

Cargo: ACS - (AREA 1 - MADRE)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

Não houve candidatos aprovados

Cargo: ACS - (AREA 1 - SANTA MARTA)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

Não houve candidatos aprovados

Cargo: ACS - (AREA 1 - CIGANA)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

Não houve candidatos aprovados

Cargo: ACS - (AREA 5 - MORRO GRANDE)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

Não houve candidatos aprovados

Cargo: ACS - (AREA 5 - FIGUEIRA)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

Não houve candidatos aprovados

Cargo: ACS - (AREA 5 - PAROBÉ)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

Não houve candidatos aprovados

Cargo: ACS - (AREA 5 - RIBEIRÃO GRANDE)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

Não houve candidatos aprovados

Cargo: ACS - (AREA 5 - MADRE)

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

Não houve candidatos aprovados



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
EDITAL Nº 002/2015



Cargo: ACS - (AREA 6 - NOVA FAZENDA)

POSICÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

Não houve candidatos aprovados

Cargo: ACS - (AREA 6 - ESTREITO)

POSICÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

Não houve candidatos aprovados

Cargo: ACS - (AREA 1 - CANTO DA LAGOA)

POSICÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001	031051	MARIA CONCEICAO LAUREANO
-----	--------	--------------------------

Cargo: ACS - (AREA 1 - PONTA DA BARRA)

POSICÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001	030380	DEBORA ANGELO TANQUIELA FRANCISCO
-----	--------	-----------------------------------

Cargo: ACS - (AREA 10 - PROGRESSO)

POSICÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001	009878	ELISA MIRANDA FERNANDES
002	029710	FABIO DE OLIVEIRA ANDRADE FILHO
003	029665	ANDREI GONCALVES HERTZOG
004	008322	LEANDRO COSTA FAO
005	010080	ANA LUCIA DE QUEIROZ MACHADO
006	030355	ESTELAMARIS DA SILVA RIBAS
007	029668	WANEISSA DOS REIS MACIEL
008	031038	GISELLE MATTOS TORRES
009	029606	ROSANGELA DA SILVA NUNES LEAO
010	007576	LUCIANA DA SILVA BITENCOURTE
011	008051	HELOISA CARDOSO DE OLIVEIRA
012	029689	VANIA BALDOINO PEREIRA
013	029714	JOSE RICARDO DA SILVA
014	029675	IAGO CARNEIRO
015	029698	ANDREA ARAUJO DE OLIVEIRA

Cargo: ACS - (AREA 11 - ESPERANCA)

POSICÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001	029586	ROSEANE MARINHO GORDO
002	006953	THAIS SANTOS
003	029677	THAMIRES SANTOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
EDITAL Nº 002/2015



Cargo: ACS - (AREA 13 - CAMPO DE FORA)

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	029721	CANDIDO JOSE FERNANDES DOS SANTOS
002	009904	CRISTIANO NASCIMENTO SILVANO
003	029603	CAROLINE BARBARA
004	029170	ALESSANDRA COSTA MOTA
005	007914	LENITA VIEIRA RIBEIRO
006	029724	CARLA SANTHIAGO GUSTAVO

Cargo: ACS - (AREA 6 - BENTOS)

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	029702	CRISTIANE BURKIEVICZ MARQUES
002	029740	OSMARINA DOS SANTOS SILVA
003	030853	LILIAN MARIA COSTA DA SILVA

Cargo: ACS - (AREA 7 - BARBACENA)

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	029651	ANA CAROLINA MARTINS

Cargo: ACS - (AREA 7 - BARRANCEIRA)

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	030741	KEVIN ABREU DE CARVALHO
002	029637	LARISSA VARGAS CARVALHO
003	029658	KAROLAYNE CARVALHO BITTENCOURT
004	029580	ANGELICA DA SILVA MATOS FARIAS
005	029221	SUZANA DE OLIVEIRA BERTOLINO PACHECO
006	030671	MIRIAM HELENA LOPES

Cargo: ACS - (AREA 7 - COHAB MATO ALTO)

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	030843	CLEIDE RODRIGUES DE SOUZA
002	008723	LUCIA RICARDO ALBINO
003	007726	MISLAINE OLIVEIRA PEREIRA
004	030844	CLINEUA FERNANDES
005	029567	ANNIE KAROLYNE ROCHA XAVIER
006	029954	LUCELENE NASCIMENTO
007	029712	RAISSA PACHECO MARCELINO
008	029568	ELISINARA DO AMARAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO
EDITAL Nº 002/2015



Cargo: ACS - (AREA 7 - LOTEAMENTO JULIANA)

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	029711	ROSILDA GONCALVES PACHECO

Cargo: ACS - (AREA 8 - CABECUDA)

POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	029736	PRISCILA MARTINHO GONCALVES
002	008411	ADRIANO PEREIRA FLOR
003	029623	FRANCISCO CARLOS FRAGA
004	029595	FERNANDO FIGUEIREDO DOS SANTOS
005	007535	CLAUDIA FERMINO PEDRO
006	029735	YZADORA BARREIROS BET

Lauro Muller**PREFEITURA****COMUNICADO AUDIENCIA****COMUNICADO**

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, Prefeito Municipal de Lauro Müller/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante Lei Municipal, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 16h00min do dia 27 de Agosto de 2015, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para discussão sobre a elaboração da LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, Fundo Municipal de Saúde e Hospital Municipal Henrique Lage.

Lauro Müller/SC, 05 de Agosto de 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 087/2015

DECRETO Nº 087/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.045 - Manutenção do PAB, PACS e PSF

DOTAÇÃO 29

3.3.90.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Total: R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação nas seguintes dotações orçamentárias:

07. - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

2.045 - Manutenção do PAB, PACS e PSF

DOTAÇÃO 25

3.1.90.00.00.0003 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Total: R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE AGOSTO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2015

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PR18/2015 PROCESSO37/2015

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de pedra brita nº 01, para recuperação das ruas do bairro Núcleo Rio Doce e Loteamento Santa Mônica, no perímetro urbano do Município de Lebon Régis. Data de Homologação: 05/08/2015 Licitante Homologado: LZK CONSTRUTORA LTDA. Valor R\$97.500,00
Lebon Régis, 05/08/2015. Ludovino Labas - Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 60/2015 licitação: PR18/2015.

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de pedra brita nº 01, para recuperação das ruas do bairro Núcleo Rio Doce e Loteamento Santa Mônica, no perímetro urbano do Município de Lebon Régis. Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS. Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA - 07.455.659/0002-62. Valor: R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais). Vigência: 06/08/2015. Término: 31/12/2015.

Lebon Régis, 05/08/2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284/2015

PORTARIA Nº 284 DE 03 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária JOSOENNI RAUEN XAVIER, Conselheiro Tutelar, com lotação na Secretaria de Assistência Social, LICENÇA MATERNIDADE, a partir de 01/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de agosto de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 285/2015

PORTARIA Nº 285 DE 03 DE AGOSTO DE 2015

REDUZ CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário VILMAR JOSÉ DE MIRANDA, Auxiliar de Enfermagem, lotado no Fundo Municipal de Saúde, redução de carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de agosto de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 286/2015

PORTARIA Nº 286 DE 03 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ADRIANA DO PRADO TONCHAK, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 01/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de agosto de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de agosto de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 287/2015

PORTARIA Nº 287 DE 03 DE AGOSTO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária VERA LUCIA SCHREGELE

NOGUEIRA, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 01/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 03 de agosto de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 03 de agosto de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 288/2015

PORTARIA Nº 288 DE 03 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária JUCILEI BINELLO, Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 03/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 03 de agosto de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 03 de agosto de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 289/2015

PORTARIA Nº 289 DE 03 DE AGOSTO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JOANA BRUGNARA, para ocupar o cargo de Psicóloga, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 03 de agosto de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 03 de agosto de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 290/2015

PORTARIA Nº 290 DE 03 DE AGOSTO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MORGANA FORTES, para ocupar o cargo de Agente de Saúde (gruta), com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/08/2015, ficando sua vaga vinculada a Licença Maternidade de Edna de Fatima Ribeiro Schefmacher.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 03 de agosto de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 03 de agosto de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 291/2015

PORTARIA Nº 291 DE 03 DE AGOSTO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR THAINAN BERNARDI MENDES, para ocupar o cargo de Nutricionista, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/08/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 03 de agosto de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 03 de agosto de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 506/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0506/2015 de 13 de Julho de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, ROSELI PAES DE MELLO, ocupante do cargo de SERVENTE, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 13 de Julho de 2015, por motivo de Concessão de Aposentadoria Previdenciária.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 13 de Julho de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 507/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0507/2015 de 15 de Julho de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 § 3º da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - INDENIZAR INTEGRALMENTE, a Licença Prêmio de 18 dias a servidora, CLAUDETE GUEDES DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM , relativo ao período aquisitivo de 12/01/2013 a 11/01/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 15 de Julho de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 508/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0508/2015 de 01 de Agosto de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, VILMAR JOSÉ DE MIRANDA, para ocupar o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do hospital, 40 horas a partir de 01/08/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Agosto de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

PORTARIA Nº 509/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0509/2015 de 01 de Agosto de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, EDSON ROBERTO SCHMIDT, para ocupar o cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 01 de Agosto de 2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de Agosto de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Leoberto Leal

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015

Tipo: "Menor Preço Global", visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de roupas para os Grupos de Dança do NE Rio das Pedras e EMEF Vargem dos Bugres, que irão participar do Festival de Dança "Dança Catarina", conforme descrição no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 038/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 18 de agosto de 2015. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 05/08/2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: POLETTTO MÓVEIS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015
Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais de construção, destinados a construção de banheiros em residências de municípios carentes.
Valor: R\$ 21.815,83
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: NERA DISRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015
Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais de construção, destinados a construção de banheiros em residências de municípios carentes.
Valor: R\$ 8.895,94
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 09 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONVÊNIO 26/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 26/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LINHA MIMOSA
Lei: Lei Ordinária nº 1280/2015 de 15 de julho de 2015.
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação técnico financeiro, visando o repasse a CONVENIENTE, de recursos necessários para os gastos com a realização da Festa em homenagem ao Colono que será realizado no dia 25 de julho de 2015 na comunidade de Linha Mimosa.
Valor: R\$ 3.500,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015

Assinatura: 21 de julho de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONVÊNIO 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 27/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA PALMEIRAS
Lei: Lei Ordinária nº 1281/2015 de 15 de julho de 2015.
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação técnico financeiro, visando o repasse a CONVENIENTE, de recursos necessários para manutenção das atividades
Valor: R\$ 2.500,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015
Assinatura: 24 de julho de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONVÊNIO 28/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 28/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: COOPERATIVA ESCOLA JOVENS ESTUDANTES – (CE-JEL).
Lei: Lei Municipal nº 1190 de 16 de dezembro de 2013; Lei Municipal nº 316/1998 de 14 de dezembro de 1998; Lei Ordinária nº 922/2010 de 05 de abril de 2010 e Lei ordinária nº. 1.284 /2015.
Objeto: Cobrir parte das despesas com alimentação e moradia do aluno Lindoiense, durante seus estudos no Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva – CEDUP.
Valor: R\$ 1.500,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015
Assinatura: 30 de julho de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONVÊNIO 29/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONVÊNIO
CONVÊNIO Nº 29/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte convênio:

Conveniente: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA JUVENTUDE
Lei: Lei nº 1.282/2015 de 15 de julho de 2015.
Objeto: Estabelecimento de programa de cooperação financeira,

visando o repasse de recursos à CONVENIENTE, tendo em vista que a entidade representará o município na Taça de Prata a ser realizada pela Federação Catarinense de Bolão.

Valor: R\$ 3.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015

Assinatura: 30 de julho de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

EXTRATOS DOS CONTRATOS ASSINADOS EM JULHO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 101/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: IRMA CAVALIERI 94923922915

Objeto: Serviços de sonorização e serviços musicais com o "Grupo Quinta Dimensão", compreendendo equipamentos, instrumentos e músicos, para apresentação no evento "Mostra do Vinho de Lindóia do Sul", cuja promoção ocorrerá no salão de festas localizado em baixo do Ginásio Municipal de Esportes, neste município.

Valor: R\$ 2.000,00

Vigência: 11 de julho de 2015.

Assinatura: 09 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 102/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: MASTER EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 32/2015

Objeto: Fornecimento de equipamentos de proteção individual (epi).

Valor: R\$ 7.017,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 14 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 103/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: DALAMAR TRANSPORTES LTDA

Objeto: Contratação pelo regime de empreitada por preço global (veículo e pessoal), o fretamento de microônibus destinado ao transporte de alunos e equipe técnica das oficinas municipais de dança, até a cidade de Joinville/SC, para representar o município de Lindóia do Sul no Festival de Dança de Joinville, durante os dias 23 a 26 de julho de 2015

Valor: R\$ 2.100,00

Vigência: 31 de agosto de 2015.

Assinatura: 17 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 104/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: DE MARCO LTDA

Licitação: PREGÃO Nº 33/2015

Objeto: Aquisição de dois veículos zero km.

Valor: R\$ 95.600,00

Vigência: 17 de agosto de 2015.

Assinatura: 17 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 105/2015 – 1º TA 05/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: ANGONESE & PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo, a alteração da cláusula primeira do contrato original, visando a inclusão da prestação de serviços contábeis, compreendendo os sistemas orçamentário, de compensação, financeiro e patrimonial, da administração pública de Lindóia do Sul, durante o período de 20 a 24 de julho de 2015.

Valor: Sem ônus.

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 20 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 106/2015 – 6º TA 71/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: BALBINOT – TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2014

Objeto: Prorrogação do prazo de execução da obra e prazo de vigência do contrato de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. nas ruas Victorio Dalmora, Urbano Nicolau, e Capitão Zorzi, em mais 90 dias consecutivos.

Vigência: 28 de dezembro de 2015.

Assinatura: 21 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 107/2015 – 2º TA 19/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução da obra por mais 30 dias, e do prazo de vigência contratual, por mais 60 dias. Referente obra de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q., nas Ruas Getúlio Vargas, Anita Garibaldi, e Ricardo Frare, em mais 60 dias consecutivos.
Vigência: 23 de setembro de 2015.
Assinatura: 24 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO**
CONTRATO Nº 108/2015 – 1º TA 20/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução da obra por mais 30 dias, e do prazo de vigência contratual, por mais 60 dias. Referente a obra de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q., nas Ruas Dom Pedro e General Assis Brasil.
Vigência: 23 de setembro de 2015.
Assinatura: 24 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO**
CONTRATO Nº 109/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: FORMATTO ENGENHARIA LTDA EPP
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de uma cobertura metálica no pátio, novos banheiros e adequação de uma parede do refeitório do Centro de Educação Infantil Roselene Fátima Bussolaro.
Valor: R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais)
Vigência: 24 de janeiro de 2016.
Assinatura: 28 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO**
CONTRATO Nº 110/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: FRARE & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO Nº 34/2015
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 8.205,38
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 28 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO**
CONTRATO Nº 111/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: SUPERMERCADO FAMA LTDA
Licitação: PREGÃO Nº 34/2015
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 8.021,12
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 28 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO**
CONTRATO Nº 112/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Licitação: PREGÃO Nº 34/2015
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 3.886,38
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 28 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO**
CONTRATO Nº 113/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME
Licitação: PREGÃO Nº 34/2015
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 7.755,25

Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 28 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 114/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS
Licitação: PREGÃO Nº 34/2015
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios, para composição da merenda escolar.
Valor: R\$ 2.682,07
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 28 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 115/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: INFO DIGITALL – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME
Objeto: Locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico, digitalização de documentos administrativos e publicação dos mesmos na Internet.
Valor: R\$ 1.416,15
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 31 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 116/2015 – 1º TA 99/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: GREIZIANE CONFECÇÕES LTDA
Licitação: PREGÃO 30/2015
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência do aumento quantitativo do objeto do Contrato, relativo a aquisição de figurinos para oficinas de dança do município.
Valor: R\$ 400,00
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 31 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 117/2015 - 1º TA 15/2015

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: ALTO URUGUAI SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA - ME
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual e do prazo de entrega do Estudo de Conformidade Ambiental – ECA, e dos Relatórios de Análise de Água e Solo, até 31 de dezembro de 2015.
Vigência: 31 de dezembro de 2015.
Assinatura: 31 de julho de 2015.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2084

DECRETO Nº 2084 de 05 de agosto de 2015.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente, no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais) na Unidade, Atividade e na Modalidade de Aplicação da despesa, abaixo discriminados:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Mun. de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 3.100,00

Detalhamento de Recursos 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior fica suplementada no valor de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais) na Unidade, Atividade e na Modalidade de Aplicação da despesa, abaixo discriminados:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Mun. de Saúde

Modalidade de Aplicação - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde R\$ 3.100,00

Detalhamento de Recursos 02 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de agosto de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2085

DECRETO Nº 2085 de 05 de agosto de 2015.

“ABRE DOIS CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19 da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 6.767,55 (seis mil e setecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e Detalhamento abaixo relacionadas, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do

Município para 2015, atribuído à Atividade:

06.SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade -06.01.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.767,55

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários

Art. 2º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionada, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

06.SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade -06.01.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

Detalhamento de Recursos: 102- Rádio Patrulha

Art.3º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de agosto de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 061/2015 - PP 042/2015 - KIT GESTANTE- PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 061/2015 - FMS

Pregão nº 042/2015 - FMS

O Gestor do FMS, WALMOR S. DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 061/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço, para aquisição, de forma parcelada, de produtos que compõem o kit gestante, amparado pela Lei municipal nº 1.272 de 21 de outubro de 2014, destinados às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna/SC, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* ROBERTO TESSARO & CIA LTDA – EPP

- Valor total: R\$ 6.240,00

Luzerna (SC), 6 de agosto de 2015.

WALMOR S. DRESCH NETO STROHER

Gestor do FMS

PORTARIA 089/15

PORTARIA Nº 089/15 de 27 de julho de 2015.

"PRORROGA LICENÇA GESTAÇÃO CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC) em exercício, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, nos termos do art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora LICIANE DE FÁTIMA TELLES, Professora III, Classe "B", 20 horas semanais, a partir de 28 de julho de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de julho de 2015.

Luzerna(SC), 27 de julho de 2015.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna em exercício

PORTARIA 090/15

PORTARIA Nº 090/15 de 31 de julho de 2015.

"PROMOVE SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- PROMOVER a servidora efetiva abaixo relacionada, para Classe superior do mesmo Nível e Grupo que ocupa, por ter cumprido os requisitos dos arts. nºs 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC):

Servidor	Emprego público	Classe atual	Classe nova	Períodos
Débora Tais Menlak	Técnica Administrativa	A	B	10/07/2012 a 09/07/2015

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2015.

Luzerna(SC), 31 de julho de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 091/15

PORTARIA Nº 091/15 de 03 de agosto de 2015.

"PRORROGA LICENÇA GESTAÇÃO CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, nos termos do art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora VIVIANE CRISTINA DELLAI PIAIA, Professora III, Classe "G", 40 horas semanais, a partir de 04 de agosto de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de agosto de 2015.

Luzerna(SC), 03 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 092/15

PORTARIA Nº 092/15 de 03 de agosto de 2015.

"EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR o servidor SAMUEL DA CAZ, ocupante do emprego público de Motorista II, Classe "H", 44 horas semanais, do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, da Tabela de Cargos de Provimento Efetivo, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, em razão de sua aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo INSS, a partir de 03 de agosto de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2015.

Luzerna(SC), 03 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 093/15

PORTARIA Nº 093/15 de 03 de agosto de 2015.

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, TATIANE APARECIDA POLO, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, sendo 14 horas de trabalho com alunos e 06 horas de trabalho pedagógico, em acompanhamento e posterior substituição a BIANCA RADEL MARTINS, com restrição médica em função de gestação e posterior licença maternidade, com remuneração do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe "A", do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 001/2015 de 06 de fevereiro de 2015, homologado em 18 de fevereiro de 2015, a partir de 03 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015, ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2015.

Luzerna(SC), 03 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 094/15

PORTARIA Nº 094/15 de 04 de agosto de 2015.

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, ELENICE RIBEIRO CIDADE MARTINI, para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, sendo 14 horas de trabalho com alunos e 06 horas de trabalho pedagógico, em acompanhamento e posterior substituição a VIVIANE CRISTINA DELLAI PIAIA, em prorrogação de sua licença maternidade, com remuneração do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe "A", do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 001/2015 de 06 de fevereiro de 2015, homologado em 18 de fevereiro de 2015, a partir de 04 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015, ou o retorno da titular, o que ocorrer antes.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de agosto de 2015.

Luzerna(SC), 04 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº 3867

DECRETO Nº 3867

DATA: 28.07.2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o Mem. nº 189 de 28 de Julho de 2015.

DECRETA

Art. 1º - Ponto Facultativo no dia 06 de Agosto de 2015 Quinta-feira, dia do Padroeiro de Rio Negro, Bom Jesus.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 28 de Julho de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal Interino de Administração

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2015

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando CREDENCIAMENTO o credenciamento de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço Tabela SUS, destinados as Unidades de Saúde, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), sob o regime de credenciamento. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos de 06 de agosto de 2015, ate o dia 06 de agosto de 2020, no Departamento de Licitações. Base legal: Lei Federal nº 8.666/93. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 05 de agosto de 2015.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO N.º 08 - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2014-SME

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL Nº 002/2014-SME

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 08

O Prefeito Municipal e a Secretária Municipal da Educação, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005; Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo

37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCAM os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 002/2014, para contratação de membros do magistério, em caráter temporário para o ano letivo de 2015, desta Municipalidade a comparecer no Endereço a seguir:

- Av. Cel José Severiano Maia, 441 na Secretaria Municipal de Educação, no dia 10 de agosto de 2015, às 14:00min.

A Convocação dos candidatos irá respeitar a seguinte ordem, das Áreas/ Disciplinas (abaixo informadas no quadro de vagas), conforme cita o item 7. DA CLASSIFICAÇÃO, que: 7.1. A classificação será efetuada em ordem decrescente dos pontos obtidos, obedecendo a seguinte ordem de classificação:

- 1.ª classificação – os HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- 2.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- 3.ª classificação - os HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.
- 4.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.

QUADRO DE VAGAS

01. Área de Atuação: Alfabetização

A	Série/Turma: 2º ano	Turno: (x) Matutino – (–) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termo: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Professora Efetiva nomeada em Função Gratificada		

B	Série/Turma: 2º ano	Turno: (--) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Término: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Professora Efetiva nomeada em Função Gratificada		

02. Área de Atuação: Ensino Fundamental (4º e 5ºano)

A	Série/Turma: 5º ano	Turno: (x) Matutino – (–) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Término: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Professora Efetiva nomeada em Função Gratificada		

B	Série/Turma: 5º ano	Turno: (--) Matutino – (X) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Término: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Professora Efetiva nomeada em Função Gratificada		

C	Série/Turma: 5º ano	Turno: (x) Matutino – (--) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termo: 18/12/15
	Local: EMEF São Lourenço	Professor Titular: --	
	Obs. Aposentadoria da Professora que estava com a turma		

03. Área de Atuação: Educação Infantil

A	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (--) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Faxinal	Professor Titular: --	
	Obs. Professora em atribuição de Exercício no CEM Beija Flor		

B.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (-) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 30 dias
	Local: CEM Vila Nova	Professor Titular: --	
	Obs. Licença Tratamento de Saúde da Professora Titular 30 dias		

B.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (-) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 30 dias
	Local: EMEB General Osório	Professor Titular: --	
	Obs. Professora em atribuição de Exercício no CEMMA		

04. Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Língua Portuguesa

A.	Série/Turma: 6º ao 9º ano	Turno: (-) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 05 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEMMA	Professor Titular: -	
	Obs. Desistência de aulas excedentes da Professora efetiva.		

05. Área de Atuação: Ensino Fundamental

Disciplina: Educação Física

A.	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (x) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 15 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEIM Breno Cauan Garcia	Professor Titular: --	
	Obs. Professora Efetiva nomeada em Função Gratificada		

B	Série/Turma: Educação Infantil	Turno: (x) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 15 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEIM Gunther Werner	Professor Titular: --	
	Obs. Professora Efetiva nomeada em Função Gratificada		

	Série/Turma: Ed. Infantil/Ens. Fund.	Turno: (x) Matutino – (x) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 horas	Início: ---	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Beija Flor	Professor Titular: --	
	Obs. Professora Efetiva em Licença Prêmio		

Obs. De acordo com o Edital 002/2014: 9.10. Quando não houver candidato para a vaga de determinada disciplina, que seja observada a disponibilidade dos inscritos nas áreas afins (respeitando a classificação).

O Candidato Classificado que não se apresentar no Av. Cel Jose Severiano Maia, 441 na Secretaria Municipal de Educação, no dia 10/08/15, às 14h00min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 04 de agosto de 2015.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito do Município de Mafra

Estela Maris Bergamini Machado
Secretária Municipal de Educação

Maracajá

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 42/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 42 DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

LEI DE MOBILIDADE URBANA DE MARACAJÁ - PLANO DIRETOR.

INSTITUI A LEI DE MOBILIDADE URBANA DE MARACAJÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

LEI DE MOBILIDADE URBANA DA CIDADE DE MARACAJÁ.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO MARACAJÁ

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Mobilidade Urbana no Município de Maracajá - SC, fundamentada na Constituição Federal; na Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade; na Constituição do Estado de Santa Catarina, bem como na Lei Orgânica do Município de Maracajá, atendendo ainda as Leis Federais 12587/12 sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana, o Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503/97, o Decreto 5296/04 que regulamenta questões sobre acessibilidade universal e a NBR 9.050/04, que trata sobre Acessibilidade as edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, além de outras citadas nos casos específicos.

Parágrafo único. As normas, princípios básicos e diretrizes para implantação da Lei de Mobilidade Urbana, são aplicáveis a toda a extensão territorial do Município de Maracajá.

Art. 2º A Política Municipal de Mobilidade é entendida como a articulação e a ordenação dos componentes estruturadores da mobilidade no município de Maracajá, abordagem feita sobre o transporte de cargas e passageiros, o sistema de vias municipais, o trânsito e a orientação para o trânsito, de forma a assegurar o direito de ir e vir com sustentabilidade e a melhor relação custo benefício social.

Art. 3º A Lei de Mobilidade do Município de Maracajá é integrada pelo Sistema Municipal de Transportes, pelo Sistema Municipal de Viação, vinculado ao Sistema Federal nos termos da Lei específica e pelo Sistema Municipal de Trânsito, explicitados da seguinte forma:

- a) o Sistema Municipal de Transportes é constituído pelos serviços de transportes de passageiros e de mercadoria, abrigos, estações de passageiros e operadores de serviços;
- b) o Sistema Municipal de Viação é constituído pela infra-estrutura física das vias que compõem a malha viária, por onde circulam veículos, pessoas e animais; e
- c) o Sistema Municipal de Trânsito é constituído pelo conjunto de sinalizações viárias que orientam o tráfego nas vias, indicando o seu Poder de Polícia e sujeitando os seus usuários as sanções e as penalidades previstas no CTB - Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único. O Planejamento e gestão dos sistemas municipais deverão atender ainda os pressupostos constantes do capítulo quinto da Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei Federal 12587/12.

Art. 4º A Lei de Mobilidade Municipal diz-se Urbana por tratar dos requisitos urbanísticos adequados as vias de deslocamento dentro do município sem, no entanto restringir-se ao perímetro urbano do mesmo.

Parágrafo único. Vias locais e vicinais rurais deverão acatar igualmente os requisitos de gabarito e caixa de rolamento apropriado ao uso, tipo e intensidade de fluxo previsto nesta Lei.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 5º A Lei de Mobilidade do Município de Maracajá é o instrumento orientador e normativo de sua Política de Mobilidade Urbana, buscando garantias para a locomoção com segurança e fluidez, de todos os tipos de veículos, bem como dos pedestres em suas diversas modalidades.

Parágrafo único. Nestes termos, a Lei Municipal de Mobilidade tem por princípios:

- a. a preservação da vida, da saúde, do meio ambiente e da paisagem urbana;
- b. o acesso amplo e democrático ao espaço municipal, com garantia de acessibilidade universal e a circulação ordenada de pessoas e mercadorias;
- c. a prioridade de pedestres, ciclistas, pessoas portadoras de necessidades especiais ou com restrição temporárias de mobilidade sobre o transporte motorizado;
- d. a prioridade do transporte coletivo sobre o individual e do público sobre o particular;
- e. a hierarquia do sistema viário, objetivando a fluidez e a redução de tempo nos deslocamentos dentro do município; e
- f. a sua articulação com os Sistemas Estadual e Federal de Mobilidade.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Art. 6º A Política Municipal de Mobilidade tem como objetivo geral, proporcionar o acesso amplo e democrático aos espaços públicos municipais, garantindo a acessibilidade universal e cidadã, a equidade de direitos e deveres sobre o uso dos sistemas de mobilidade, a segurança no trânsito e a livre circulação de pessoas e de mercadorias, orientada sempre para a inclusão social.

Art. 7º São objetivos específicos ainda da Política Municipal de Mobilidade:

- I. priorizar em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente;
- II. criar condições viárias de mobilidade e a acessibilidade para os pedestres, ciclistas e pessoas com necessidades especiais ou com restrição de mobilidade;
- III. considerar o sistema viário municipal como um todo, de forma a indicar fluxos otimizados para o transporte de mercadorias e do transporte coletivo, na busca da redução de impacto social e ambiental sobre a malha viária;
- IV. considerar no planejamento viário municipal, a malha de fluxos peatonais e cicloviários, interligados ao sistema de áreas verdes, na busca de alternativas salutaras de deslocamento no município;
- V. resguardar a integridade e a continuidade da malha viária municipal, através do controle ostensivo de sua ampliação, priorizando as necessidades coletivas sobre interesses privados; e
- VI. compatibilizar a legislação existente com as diretrizes urbanísticas estabelecidas neste Plano Diretor, bem como exigir o cumprimento da Legislação Federal que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS EM MOBILIDADE

Art. 8º São diretrizes da Política Municipal de Mobilidade:

- I. garantir o acesso às propriedades e localidades em todo o território municipal;
- II. estruturar e hierarquizar o Sistema de Viação, de forma a propiciar a melhor condição de deslocamento de veículos e pedestres, em tempo reduzido, com menos consumo energético e baixo impacto ambiental;
- III. planejar, executar e manter o Sistema de Viação segundo os critérios de segurança e conforto da população, respeitando o meio ambiente e obedecendo as diretrizes de uso e ocupação do solo municipal;
- IV. promover a continuidade da malha viária municipal, por meio de diretrizes viárias a serem impostas aos parcelamentos e ocupações do solo, contíguos as franjas da mesma ou em vazios urbanos;
- V. planejar, ordenar e operar o Sistema Municipal de Transportes, planejando o transporte coletivo, suas diretrizes de atendimento e a forma de concessão do serviço público;
- VI. promover estudos técnicos sob a ótica da pluralidade dos meios de transporte, que possam indicar modalidades alternativas para o transporte público coletivo e individual;
- VII. estruturar e implantar na medida de suas demandas, o Sistema Municipal de Trânsito, fundamentado no Código de Trânsito Brasileiro, indicando o uso adequado das vias e logradouros públicos municipais, concedendo objeto de sujeição as penalidades através do poder de polícia instituído.

Art. 9º São ações estratégicas para a implantação dos Sistemas de Mobilidade Municipal:

- I. promover tratamento paisagístico adequado às vias, de modo a proporcionar segurança e conforto à mobilidade dos cidadãos e a preservação do patrimônio cultural da Cidade;
- II. projetar e implantar todos os espaços públicos de circulação do Município de Maracajá de forma a considerar a acessibilidade universal e cidadã;
- III. exigir dos projetos de ordem privada a consecução de medidas construtivas que considerem igualmente a acessibilidade universal e cidadã;
- IV. conceder prazo regulamentar para a adequação de edificações e pavimentações existentes, sejam públicas ou privadas, às normas de mobilidade e acessibilidade universais;
- V. desenvolver o Plano Cicloviário Municipal, prevendo a implantação da malha de ciclovias e ciclofaixas, a ordenação e a educação para o seu uso;
- VI. desenvolver o Plano de Rotas do transporte coletivo municipal, instituindo a concessão de sua exploração a título precário, mediante processo licitatório pertinente;
- VII. desenvolver o Plano de Transporte Escolar municipal, por demanda pública, independente do Transporte Coletivo municipal, instituindo neste caso a concessão de sua exploração a título precário, mediante processo licitatório pertinente;
- VIII. instituir Órgão Executivo Municipal de Trânsito, encarregado da manutenção constante das vias e logradouros, bem como da confecção e instalação de sinalização viária adequada, em conformidade com o CTB - Código de Trânsito Brasileiro;
- IX. ordenar o uso do espaço apropriado em vias e logradouros públicos para estacionamento de veículos e vagas específicas, indicando a possibilidade e a forma de oneração para sua utilização; e
- X. pesquisar a viabilidade de anéis viários nas centralidades urbanas, como forma de restringir o acesso de veículos incompatíveis com o uso adequado da malha viária em zonas específicas.

CAPÍTULO IV

DAS DEFINIÇÕES

Art. 10 Para os fins desta Lei, consideram-se as seguintes definições:

- I. acesso: espaço transversal ao passeio público que permite a interligação para veículos e pedestres entre as pistas de rolamento e o lote, independente da característica dos mesmos;
- II. acostamento: parte da estrada vicinal, diferenciada da pista de rolamento e destinada à paragem de veículos em caso de emergência, com uso excepcional para a circulação de pedestres e bicicletas, quando não houver local apropriado para esse fim;
- III. alinhamento: a linha divisória entre o lote, prédio ou terreno e o espaço público de vias e logradouros, conformando a testada;
- IV. bocas de lobo: caixa de recolhimento de águas pluviais, instaladas nos talvegues das sarjetas;
- V. caixa de rua: conjunto de faixas, normalmente contidas entre meio-fios, que compõem as pistas veiculares do arruamento;
- VI. calçada: parte do passeio destinado a circulação livre e exclusiva de pedestres, com ou sem mobilidade reduzida;

- VII. canteiro: trecho verde da faixa de serviço exclusiva para vegetação;
- VIII. canteiro central: faixa que divide pistas da caixa de rua, formando prioritariamente trechos verdes;
- IX. corredor: pista de rolamento de uso exclusivo do transporte coletivo;
- X. ciclo-elétricos: todo veículo de duas ou três rodas, provido de motor de propulsão elétrica com potência máxima de 4Kw, dotados ou não de pedais acionados pelo condutor, cujo peso máximo, incluindo o condutor, não exceda a 140kg e cuja velocidade máxima declarada pelo fabricante não ultrapasse a 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).
- XI. ciclovia: pista exclusiva para circulação de bicicletas e similares;
- XII. ciclofaixa: parte da pista de rolamento reservada à circulação de bicicletas, ciclo-elétricos e ciclomotores;
- XIII. ciclomotores: veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a 50 Km/h (cinquenta quilômetros por hora).
- XIV. esquina: concordância entre dois alinhamentos;
- XV. estrada vicinal: via rural de conexão entre localidades, sujeita igualmente a padronização de gabarito em quaisquer condições de pavimentação;
- XVI. faixa de serviço: parte do passeio público destinado a instalação de mobiliários urbanos, sinalizadores, vegetação e redes de distribuição;
- XVII. franja urbana: limite físico da malha viária, aquém da linha perimetral urbana, onde os arruamentos encerram em áreas de expansão ou vazios urbanos;
- XVIII. gabarito: seção transversal do conjunto de caixas de ruas, passeios públicos e canteiros, determinante do padrão da via e da composição dos seus serviços;
- XIX. guia: aresta contínua superior do meio-fio, que define as cotas de nível dos pavimentos, redes e sistemas;
- XX. hierarquia viária: classificação dos arruamentos e estradas municipais, objetivando dotar preferência de fluxo às vias e velocidade regulamentar;
- XXI. logradouro público: todo e qualquer espaço público passível de endereçamento;
- XXII. malha viária: o conjunto de vias urbanas do município;
- XXIII. meio-fio: o cordão linear, normalmente em desnível formando a sarjeta, que divide os espaços do passeio público e da caixa de rua;
- XXIV. mobiliário urbano: elementos do serviço público que visam dotar de segurança, conforto e higiene as atividades humanas nos logradouros;
- XXV. nivelamento: greide aferido pelo departamento municipal responsável, para o arruamento e passeio público, visando a preservação de sua continuidade e drenagem ao longo da quadra;
- XXVI. paragem: espaço da calçada excedente ao trânsito livre de pedestres, mormente destinado ao acesso e observação de vitrines, painéis e assemelhados;
- XXVII. passeio público: conjunto de faixas, contida entre o alinhamento e o meio-fio, que compõem os usos de calçadas, paragens, acessos, serviços e mobiliários;
- XXVIII. pista de rolamento: é a parte da caixa de rua destinada a circulação dos veículos;
- XXIX. quadra: conjunto de testadas que formam um alinhamento entre duas esquinas;

- XXX. redes de distribuição: sistemas aéreos ou subterrâneos, instalados nas faixas de serviço ou nas caixas de rua, visando o abastecimento público dos lote;
- XXXI. sarjeta: calha exposta da caixa de rua que conduz águas pluviais às bocas de lobo;
- XXXII. sinalizadores: mobiliários urbanos específicos para regulamentação e orientação do trânsito;
- XXXIII. testada: parte do alinhamento correspondente a um lote especificamente; e
- XXXIV. vaga: espaço público da caixa de rua, contíguo a pista de rolamento, paralelo ou oblíquo, destinado à paragem ou estacionamento de veículos.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Art. 11 O Sistema Municipal de Transportes será gerido e aplicado pelo Órgão Executivo Municipal de Trânsito, a partir de regulamentação própria, referendada pelo Conselho da Cidade, dos seguintes temas:

- I. as concessões públicas aos serviços de transportes de passageiros, coletivo, escolar, de grupos e individual;
- II. o transporte de mercadorias dentro do município, suas transições, transbordos, entradas e carregamentos, inclusive restrições específicas;
- III. a instalação, operação e manutenção de abrigos, estações de passageiros e equipamentos viários; e
- IV. as operadoras de serviços em transporte com atuação no município.

§ 1º. As atividades do Órgão Executivo Municipal de Trânsito serão subsidiadas pelo Setor de Planejamento Urbano no que concernem as ações estratégicas e elaboração do Plano de Rotas para o Transporte Público Coletivo.

§ 2º. As atividades indicadas no inciso primeiro serão regulamentadas por Lei Complementar, enquanto os demais incisos serão regulamentados por Decreto Municipal,

CAPÍTULO I

DO TRANSPORTE DE CARGAS

Art. 12 O Transporte de cargas e mercadorias dentro do Município de Maracajá corresponderá às limitações físicas interpostas pela malha viária municipal e pelo regime de adensamento urbano previsto na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, sem que haja prejuízo ao atendimento das demandas comerciais e a qualidade do espaço urbano.

§ 1º. As previsões de ampliação da malha viária municipal deverão considerar alternativas fluidas para o transporte de cargas nos diversos lugares da cidade.

§ 2º. As áreas especialmente adensadas ou de caráter polarizador, deverão restringir o acesso de veículos considerando o seu tamanho, peso e impacto sobre as atividades do lugar.

Art. 13 As eventuais áreas de restrição de acesso de veículos deverão ser definidas no Mapa do Sistema de Viação, daquele sistema circunscrito, inibindo o deslocamento direto de veículos incompatíveis com a malha urbana ali existente, a partir de regulamentação efetivada por Decreto Municipal, referendada pelo Conselho da Cidade.

§ 1º. Os eixos viários arteriais são naturalmente áreas irrestritas de acesso, permitindo no entanto somente o deslocamento de cargas para abastecimento de mercadorias locais.

§ 2º. Somente as vias rápidas são permissíveis para cargas e mercadorias em trânsito, não sendo admissível o acesso de veículos com esse fim na malha regular da cidade.

Art. 14 Para que seja possível o acesso de cargas e mercadorias em todos os pontos das áreas restritas, deverão estar previstas ao longo das vias arteriais ou anéis viários, estações de transbordo de mercadorias para veículos compatíveis com aquele tráfego.

§ 1º. O Poder Público Municipal irá incentivar a instalação destes pontos de transbordo nas áreas privadas ao longo das vias rápidas, que poderão estar relacionadas a outros serviços correlatos como pátios de operadoras de transporte ou postos de abastecimento de veículos.

§ 2º. No caso do transporte de grandes cargas, em áreas industriais ou de modalidade diversa à rodoviária, o Poder Público deverá planejar a adoção de Porto Seco, localizado apropriadamente, por gestão própria ou concessão a terceiros.

CAPÍTULO II

DO TRANSPORTE PÚBLICO

Art. 15 Em consonância ao Artigo 30 da Constituição Federal, o Transporte Público Municipal é de competência executiva da Prefeitura Municipal, e por ela deve ser gerido e fiscalizado, atribuindo-se a esta as responsabilidades do atendimento dos serviços prestados, prioritariamente aos carentes, idosos, estudantes e portadores de necessidades especiais.

Art. 16 O Transporte público, coletivo, escolar, de grupos ou individual, dentro do Município de Maracajá, corresponderá às demandas progressivas por estes sistemas, bem como a capacidade de atendimento da malha viária existente e planejada.

§ 1º. As previsões de ampliação da malha viária municipal deverão considerar alternativas fluidas para o transporte público coletivo, inclusive com a adoção de eventuais corredores exclusivos.

§ 2º. As áreas especialmente atratoras, sejam comerciais, de serviço, industriais ou de lazer, deverão atender a convergência de veículos do transporte público.

Art. 17 Ao Município de Maracajá compete ainda, cumprir e fazer cumprir a Lei 9503/97 – Código de Trânsito Brasileiro, no âmbito de suas atribuições.

SEÇÃO I

DO TRANSPORTE COLETIVO

Art. 18 A Prefeitura Municipal poderá explorar o serviço de transporte coletivo, através de Autarquia a ser por si criada para este fim, ou mediante o regime de concessão ou permissão nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para consolidar e particularizar as diretrizes relativas a este serviço, o Poder Público Municipal, através de seus órgãos de Planejamento e Trânsito deverão elaborar o Sistema Municipal de Transporte, ferramenta técnica de operabilidade, que vise:

- I. integrar os sistemas municipal, estadual e federal de transportes;
- II. disciplinar e fiscalizar as concessões e permissões públicas relativas ao caso;
- III. integrar políticas de desenvolvimento e apoio ao turista no transporte coletivo;
- IV. garantir o processo participativo da sociedade civil das designações relativas ao transporte coletivo.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal atenderá ainda as diretrizes relativas ao transporte público coletivo, constantes do capítulo segundo da Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei Federal 12587/12.

Art. 19 Incumbe ao Poder Executivo Municipal, nas questões relativas ao serviço de Transporte Coletivo Municipal:

- I. promover o Plano de Rotas do Transporte Coletivo Municipal, definindo as demandas, as modalidades de transporte, os agrupamentos de rotas, as frequências, os horários e as lotações ao bom atendimento da oferta diária e regular dos serviços à população;
- II. expedir Decreto regulamentando as condições do serviço público de Transporte Coletivo no município, referendado pelo Conselho da Cidade;
- III. promover os meios para a prestação adequada do serviço, inclusive subsidiando o atendimento aos carentes, idosos, estudantes e portadores de necessidades especiais;
- IV. fiscalizar a execução dos serviços, a aplicação das tarifas sociais e o planilhamento de seus custos operacionais;
- V. prover condições mínimas de segurança, higiene e informação nas paradas e estações integrantes do Sistema Municipal de Transportes;
- VI. recomendar procedimentos mais econômicos e eficazes para a prestação do serviço;
- VII. fiscalizar as condições de higiene e segurança dos veículos de transporte coletivo e do atendimento ao Estatuto do Idoso - Lei 10741/03;
- VIII. fiscalizar o atendimento a Lei Federal 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e ao Decreto 5296/04, que trata da Acessibilidade ao transporte coletivo, entre outros; e
- IX. pesquisar e promover sistemas alternativos de transporte coletivo condizentes com as demandas sociais locais, enfaticamente quanto ao transporte rodoviário e ferroviário.

Parágrafo único. O Plano de Rotas do Sistema de Transporte Coletivo Municipal deverá prever, além dos predicados previstos no inciso primeiro deste artigo, a locação de terminais e paradas, a integração articulada de sistemas e rotas, bem como a hierarquização de fluxos radiais e perimetrais do sistema.

SUB-SEÇÃO I DA CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 20 O Poder Público Municipal poderá conceder a terceiros a promoção dos serviços de transporte coletivo, mediante processo licitatório público.

§ 1º. Os processos de concessão terão por base o Plano de Rotas do transporte coletivo municipal e será inferido por agrupamentos de rotas ou em sua totalidade, a partir de regulamentação efetivada por Decreto Municipal, devidamente referendado pelo Conselho da Cidade.

§ 2º. O Poder Público poderá subsidiar rotas e/ou horários de demanda insuficiente que entender pertinentes para o atendimento de necessidades sociais, desde que justificados e aferidos pelo Conselho da Cidade, resultando este em medida compensatória ao serviço prestado.

§ 3º. A concessão ou permissão para exploração do serviço de transporte coletivo fica condicionada ao uso público dos espaços publicitários dos veículos e das estações de passageiros.

Art. 21 A Licença de Localização e Funcionamento para Empresas do Transporte Coletivo estará condicionada, além de outras exigências, a:

- I. possuir o pátio de estacionamento de seus veículos neste município, em condições que não impinjam situações adversas a unidade de vizinhança;
- II. no caso da existência de oficinas de manutenção e/ou posto de abastecimento, os mesmos requisitos legais relativamente a segurança, saneamento e higiene destes estabelecimentos independentemente; e
- III. possuir posto de atendimento pessoal ao usuário, bem como serviço telefônico gratuito de atendimento ao consumidor.

SUB-SEÇÃO II DAS ROTAS E HORÁRIOS

Art. 22 O Poder Público Municipal, deverá desenvolver e implantar estratégias de mobilidade urbana, de forma a atender a progressão das necessidades públicas no tocante ao transporte coletivo.

Parágrafo único. A definição das Rotas e dos Horários de cada uma destas modalidades será definida sobre cálculo de demanda mínima, priorizando sempre o atendimento pleno em detrimento da lucratividade.

Art. 23 É de competência do Órgão Executivo Municipal de Trânsito, manter atualizados os cálculos do Plano de Rotas, as frequências e horários pertinentes ao bom atendimento das demandas públicas relativamente a este serviço.

Parágrafo único. As alterações formuladas para o Plano de Rotas em função destas atualizações deverão ser aprovadas pelo Conselho da Cidade, antes de sanção executiva.

SEÇÃO II DO TRANSPORTE INDIVIDUAL

Art. 24 Caracteriza-se como transporte individual, o serviço público remunerado prestado a passageiro, com destinação única e não sujeita a delimitação de rota.

Parágrafo único. A regulamentação do serviço de transporte individual no município se dará por Decreto Municipal, até o final do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), devidamente referendado pelo Conselho da Cidade.

Art. 25 O transporte individual configura igualmente serviço público, sujeito a concessão ou permissão do Poder Público Municipal, em razão de demanda aferida ou de proximidade a equipamento urbano requerente de tal serviço, como hospitais e estações viárias.

Parágrafo único. A concessão ou permissão para exploração do serviço de transporte individual fica condicionada ao uso público dos espaços publicitários das estações de passageiros.

Art. 26 O transporte individual deverá satisfazer, além das exigências previstas na Lei Federal 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos, através de legislação municipal específica do poder competente para autorizar, permitir ou conceder a exploração dessa atividade.

Parágrafo único. A autorização, permissão ou concessão do transporte individual se dará tanto para pessoa física como jurídica.

Art. 27 As estações de paragem dos veículos de transporte individual, estando sobre espaço público, configuram equipamento de uso prioritário do passageiro, não sendo aceitas condições de restrição, exclusividade ou privatizantes do seu uso.

SEÇÃO III DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 28 Caracteriza-se como transporte escolar, o serviço público ou privado, fretado à passageiro ou grupo em número limitado a capacidade do veículo transportador, voltado à locomoção de estudantes entre suas residências e os estabelecimentos de ensino e não sujeito a delimitação de rota.

§ 1º. A regulamentação do serviço de transporte escolar no município se dará por Decreto Municipal até o final do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), devidamente referendado pelo Conselho da Cidade.

§ 2º. O transporte escolar público, quando não executado pelo Município, poderá ser permitido ou concedido, mediante processo licitatório, ficando sua fiscalização a cargo do Órgão Executivo Municipal de Trânsito, sob orientação do Conselho de Educação.

Art. 29 O transporte escolar privado ficará sujeito às cominações legais do estado relativamente ao transporte intermunicipal, além das exigências previstas na Lei Federal 9503/97 - Código de Trânsito Brasileiro, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos, através de legislação municipal específica do poder competente para autorizar, permitir ou conceder a exploração dessa atividade.

Art. 30 Aos veículos de transporte escolar poderão ser regularizados espaços de parada específicos sobre a via pública, identificando tempo exíguo de paragem para o embarque inicial, não sendo aceitas condições de restrição, exclusividade ou privatizantes do seu uso.

Parágrafo único. O ponto de parada autorizado deverá considerar a proteção abrigada dos passageiros, não sendo permitida a instalação de qualquer mobiliário ou abrigo de caráter privado, ou sem a autorização pública.

SEÇÃO IV DO TRANSPORTE DE GRUPOS

Art. 31 Caracteriza-se como transporte de grupos, o serviço fretado à passageiro ou grupo em número limitado a capacidade do veículo transportador, com destinação única, de caráter turístico ou escolar privado e não sujeito a delimitação de rota.

Parágrafo único. A regulamentação do serviço de transporte de grupos no município se dará por Decreto Municipal, devidamente referendado pelo Conselho da Cidade.

Art. 32 O transporte de grupos não será regulado por concessão ou permissão, caracterizando-se como prestação privada do serviço de transporte, sujeito as cominações legais do estado relativamente ao transporte intermunicipal e ao Código de Trânsito Brasileiro, desde que devidamente justificadas as demandas do transporte, destino e condições.

Parágrafo único. O licenciamento para exploração do serviço de transporte de grupos, quando sua base estiver instalada no Município de Maracajá, fica dependente da inexistência de condições deste atendimento pelo gestor municipal, ou quaisquer de suas concessionárias.

CAPÍTULO III

DAS MODALIDADES DE TRANSPORTE

Art. 33 As modalidades de transporte público oportunas para o Município de Maracajá são aquelas presumidas como eficazes às demandas coletivas na questão do transporte de massas e da mobilidade urbana, exclusive as de necessidades esportivas, turísticas e de lazer.

Parágrafo único. As modalidades consideradas adequadas serão a do transporte rodoviário, motorizado ou não e do transporte ferroviário, de cargas ou de passageiros.

Art. 34 A partir do advento de demandas para o transporte municipal, o Poder Público deverá promover estudos técnicos para a implantação de mobiliários, veículos e infra-estrutura que viabilizem o atendimento das mesmas, em modalidades que priorizem o conforto e segurança dos usuários, a qualificação dos deslocamentos e a preservação do meio ambiente.

§ 1º. Serão consideradas modalidades imprescindíveis em sua implantação, a ciclovária e a rodoviária.

§ 2º. A modalidade ferroviária será consideradas alternativa quando tratar-se do transporte de passageiros e restriníveis a zonas específicas quando tratar-se do transporte de cargas.

§ 3º. Outras modalidades poderão ser estudadas desde que atendam os mesmos princípios de eficiência, conforto, segurança e preservação ambiental.

Art. 35 O transporte público por veículos motorizados será realizado em ônibus e vans de forma coletiva e em carros de praça e motocicletas de forma individual, devidamente identificado por cor e adesivagem padronizados pelo Poder Público Municipal.

§ 1º. Todas as condições para o transporte motorizado serão prescritos pela Lei 9503/97 – Código de Trânsito Brasileiro, sob a fiscalização do Órgão Executivo Municipal de Trânsito em suas atribuições.

§ 2º. O transporte coletivo será ordenado pelo Plano de Rotas, com previsão nos terminais, paradas e faixas, de todos os serviços informativos necessários a consecução do atendimento em qualquer ponto de cada rota.

§ 3º. Para a consecução do transporte individual deverão ser previstas apenas as paragens dos veículos e todas as informações relativas ao funcionamento do serviço.

Art. 36 O transporte não motorizado, efetivamente por bicicletas, será incentivado pelo Poder Público Municipal, através da adoção do Plano Cicloviário Municipal, com a previsão de rotas estruturantes desta modalidade, nas seguintes condições:

- I. em ciclofaixas junto as vias urbanas que não possibilitem o isolamento da modalidade;
- II. em ciclovias independentes quando em vias vicinais; e
- III. em faixas preferenciais, quando do cruzamento com outras modalidades viárias.

Art. 37 A malha cicloviária municipal será implantada através de estudo técnico específico, considerando-a em sua agilidade e eficácia quanto aos deslocamentos, com qualidade e segurança ao usuário.

Parágrafo único. As ciclovias e ciclofaixas serão instaladas preferencialmente:

- a) em vias de conexão de pólos industriais;
- b) em vias de conexão de áreas verdes, parques e praças;
- c) por paisagens apazíveis; e
- d) por distinção do tráfego motorizado, emissor de gases tóxicos.

Art. 38 O transporte efetuado por ciclomotores e ciclo-elétricos, em todos os seus aspectos serão regulamentados por Decreto Municipal, devidamente referendado pelo Conselho da Cidade.

Art. 39 O transporte efetuado por veículos de tração animal, em todos os seus aspectos serão regulamentados por Decreto Municipal, devidamente referendado pelo Conselho da Cidade.

Art. 40 O transporte ferroviário atende ao Decreto 1832/96 – Regulamento do Transporte Ferroviário, aferidas ainda todas as disposições legais relativas ao impacto social e do meio ambiente, apostos por esta modalidade de transporte.

Parágrafo único. As linhas férreas instaladas no município comporão o Sistema Ferroviário Nacional, e deverão atender ainda os parâmetros do zoneamento municipal, previsto na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, justificados os interesses sociais e ambientais do empreendimento e com previsão de medidas mitigadoras e compensatórias para a sua instalação.

Art. 41 As modalidades de transporte por VLT – Veículo Leve sobre Trilhos ou VLP – Veículo Leve sobre Pneus, deverão ser estudados como alternativas no transporte de passageiros entre os pólos locais e regionais.

Art. 42 Em sendo implantado através do Município de Maracajá, o transporte ferroviário de passageiros e na medida da interação dos ramais ferroviários existentes, formando a chamada Ferrovia Litorânea, o mesmo deverá estar provido de uma estação de embarque capaz de atender as demandas locais de transporte intermunicipal.

TÍTULO III

DO SISTEMA MUNICIPAL DE VIAÇÃO

Art. 43 A Prefeitura Municipal será responsável pelo planejamento e disciplinamento das vias de circulação municipal, no que concerne:

- I. à estruturação de vias de circulação para pedestres, ciclistas, motoristas e motociclistas, a partir da organização e urbanização da sede urbana, das localidades e das vias vicinais;
- II. à ordenação da paisagem urbana, da informação ordenada e padronizada com interesse orientativo e de incentivo ao turismo;
- III. ao estudo sobre a necessidade da instalação de sinalizadores de trânsito, objetivando ordenar com segurança o tráfego de veículos e pedestres nas vias do município;
- IV. ao estabelecimento de áreas de estacionamento público ao longo das vias, de forma a agilizar acessos e a mobilidade de usuários;
- V. à implantação e manutenção de elementos de acessibilidade universal;
- VI. à padronização das calçadas e caixas de rua, inclusive quanto aos tipos de pavimentação a serem empregados;
- VII. à instalação de canteiros, serviços e mobiliários urbanos ao longo das vias, de forma compatibilizada; e
- VIII. ao estabelecimento de locais e horários adequados e exclusivos para carga e descarga, embarques e estacionamento geral de veículos.

Art. 44 Aos proprietários ou inquilinos de imóveis que possuam testadas para vias públicas pavimentadas, compete:

- I. proceder à remoção e desobstrução de todo e qualquer obstáculo porventura existente nos passeios públicos, tornando o trânsito livre para pedestres, de modo particular aos portadores de necessidades especiais e idosos;
- II. aplicar a boa técnica e as diretrizes de projeto quanto a continuidade, nivelamento e textura do pavimento empregado nas calçadas, garantindo a sua regularidade;
- III. realizar constantemente a limpeza e conservação dos passeios públicos, mantendo-os limpos; e
- IV. manter inacessíveis os lotes vagos e proceder o fechamento dos mesmos em todas as divisas se necessário.

§ 1º. Mesmo quando tratar-se de imóveis não ocupados ou baldios estarão implícitas as obrigações deste artigo ao proprietário, que se sujeitará ainda a manter inacessível o lote em questão.

§ 2º. Ao ser notificado para a realização de pavimentação para as calçadas contíguas, o proprietário deverá requerer o alinhamento e nivelamento da mesma junto ao Departamento de Planejamento Urbano, eximindo-se de transferir elementos necessários ao acesso do lote para o espaço da mesma.

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO DAS VIAS

Art. 45 Cada via urbana ou vicinal obedecerá a uma composição programada para a sua pista de rolamento e os seus passeios públicos, caracterizados pelo conjunto de sistemas que importem ao bom desempenho da mesma, dentro do conjunto da malha viária.

§ 1º. O projeto de novas vias, prolongamentos ou a retificação de existentes depende de avaliação da necessidade destes sistemas, baseado obrigatoriamente em levantamento de contagem de tráfego, elaboradas pelo Setor de Planejamento Urbano ou seu designado e aferidas pelo Conselho da Cidade.

§ 2º. A classificação hierárquica da via definirá o seu projeto e o gabarito necessário, implicando a eventual prioridade de instalação ou retificação da mesma.

§ 3º. A imposição de recuos frontais estará vinculada à necessária provisão de gabarito para a implantação do conjunto de sistemas previstos em cada via.

Art. 46 Em quaisquer circunstâncias a composição das rodovias e vias urbanas deverá atender aos preceitos instituídos pela Lei Federal 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e pela NRB 9050/04 – Acessibilidade à edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

SEÇÃO I DAS CAIXAS DE RUA

Art. 47 As caixas de rua, configuradas pelo conjunto de faixas destinadas ao deslocamento veicular e estacionamento, devem possuir pavimento apropriado à intensidade de fluxo previsto no Plano Viário, com greide e seção, projetados adequadamente a drenagem de águas pluviais por gravidade.

§ 1º. Não serão admitidas ruas de loteamentos que tenham sido abertas sem previsão de pavimentação e instalação das redes públicas essenciais.

§ 2º. Sempre que possível o pavimento da caixa de rua deve priorizar materiais permeáveis, que promovam a percolação das águas pluviais, se não nas pistas de rolamento, ao menos nas vagas e pistas auxiliares.

SUB-SEÇÃO I DAS PISTAS DE ROLAMENTO

Art. 48 As pistas de rolamento são faixas da caixa de rua destinadas exclusivamente ao deslocamento de veículos no seu sentido longitudinal, não sendo toleradas detenções injustificadas sobre a mesma.

Parágrafo único. As pistas de rolamento serão interrompidas somente a cada quadra pela passagem transversal preferencial de pedestres, na exceção de vias rápidas, e ocasionalmente pela transversalidade em mesmo nível de outra via com maior hierarquia sobre esta.

Art. 49 É terminantemente proibida, a bem da fluidez do trânsito local, a obstrução de qualquer forma e sob qualquer pretexto de pistas de rolamento, sem a autorização programada do Órgão Executivo Municipal de Trânsito, em atendimento ao artigo 95 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal 9503/97.

Parágrafo único. Quando da eventualidade de obras ou instalações sobre as pistas, o Órgão Executivo Municipal de Trânsito deverá programar os desvios necessários ao fluxo de veículos, de forma a evitar transtornos aos cidadãos, por quanto durar a referida obra ou instalação.

Art. 50 As pistas de rolamento terão gabarito padronizado conforme a hierarquia da via em questão e poderão ter entre 2,80 mts (dois metros e oitenta centímetros) e 3,60 mts (três metros e sessenta centímetros), dependendo das condições previstas de tráfego.

Parágrafo único. Em ruas existentes, com gabarito fora de padrão, serão aceitas variações máximas de até 7% (sete por cento) nas faixas de rolamento, ou a supressão de outras faixas da composição da via, até que se promova a devida retificação.

Art. 51 Nos cruzamentos, entroncamentos com outras vias e nas ruas sem saída, as pistas de rolamento atenderão a um diâmetro mínimo não inferior ao da composição do maior gabarito previsto, em condições de promover a devida manobra de contorno.

§ 1º. Nas ruas sem saída o diâmetro mínimo de retorno será de 20,00 mts (vinte metros), estando condicionado ainda a hierarquia da via e a indicação de tráfego sinalizada.

§ 2º. Este gabarito específico poderá ser ampliado por projeto pontual no sistema de viação, devidamente justificado e aferido pelo Conselho da Cidade.

SUB-SEÇÃO II DAS VAGAS DE ESTACIONAMENTO PÚBLICAS

Art. 52 O estacionamento de veículos em áreas públicas, contidas nas caixas de rua, não terá prioridade sobre quaisquer outros sistemas da composição das vias.

Parágrafo único. É prerrogativa exclusiva do Poder Público Municipal determinar os trechos passíveis de implantação de vagas para estacionamento público, nas caixas de rua ou de forma que impliquem o seu uso.

Art. 53 É obrigação do Município de Maracajá, dispor o uso dos espaços de estacionamento públicos implantados, de forma equânime e distributiva, inferindo tributo sobre o uso das mesmas.

§ 1º. A imputação de tributo nestas circunstâncias poderá ser realizada de forma progressiva e na medida da demanda reprimida por estacionamento público, em cada zona urbana da cidade, a partir de suas centralidades atratoras.

Art. 54 2% (dois por cento) ou ao menos uma para cada 50 (cinquenta) vagas disponíveis para estacionamento público serão destinadas sem tributação, a veículos destinados ao transporte de portadores de necessidades especiais, preferencialmente em finais de quadra ou a frente do acesso de escolas, hospitais e equipamentos assistenciais públicos.

§ 1º. O Órgão Executivo Municipal de Trânsito regulará o credenciamento dos veículos destinados ao transporte de portadores de necessidades especiais, identificando-os adequadamente.

§ 2º. Nas vagas destinadas ao embarque e desembarque de portadores de necessidades especiais em frente de escolas e estabelecimentos correlatos, o Órgão Executivo Municipal de Trânsito regulamentará horários de permanência precária, objetivando o atendimento paritário dos escolares.

Art. 55 5% (cinco por cento) ou ao menos uma para cada 20 (vinte) vagas disponíveis para estacionamento público serão destinadas a veículos ao transporte de idosos, preferencialmente em locais que possam garantir a melhor comodidade ao mesmo.

Parágrafo único. O Órgão Executivo Municipal de Trânsito regulará o credenciamento dos veículos destinados ao transporte ou conduzidos por idosos, identificando-os adequadamente.

Art. 56 Não serão disponibilizadas vagas especiais em função da proximidade de farmácias, drogarias ou clínicas privadas de qualquer espécie, descaracterizados do aspecto de interesse coletivo.

Art. 57 As vagas de uso para carga e descarga de mercadorias em áreas comerciais na cidade, se darão por Decreto Municipal, à medida das demandas coletivas, devidamente referendado pelo Conselho da Cidade.

Parágrafo único. Na medida em que forem implantados os pontos de transbordo nas vias arteriais das zonas comerciais, estas vagas deverão restringir igualmente o tamanho dos veículos usuários destes espaços.

Art. 58 Ao Setor de Projetos Urbanos da Prefeitura compete prever espaços em número adequado para o estacionamento de motos nas faixas de estacionamento, sempre em sentido oblíquo ao do trânsito e somente em condições onde o estacionamento de carros, contíguos ou suprimidos, estivesse paralelo ao meio-fio.

§ 1º. Em quadras onde exista vaga de estacionamento exclusivo para motos, será proibido a paragem das mesmas fora destas.

§ 2º. Será permissível a previsão de vagas para estacionamento de motos nos canteiros centrais de avenidas, desde que:

- a) ao mesmo nível da faixa de rolamento;
- b) esteja bloqueado no sentido da saída por retorno, obrigando o motociclista a manter a mão de trânsito;
- c) não configure agrupamento indefinido de veículos e esteja intercalado por mobiliários urbanos ou vegetação; e
- d) não embarce o fluxo preferencial de pedestres por este espaço.

§ 3º. A locação de vagas de uso para estacionamento de motos será aferida por Decreto Municipal, à medida das demandas coletivas, devidamente referendadas pelo Conselho da Cidade.

Art. 59 As vagas de uso do transporte público, coletivo e individual serão dispostas igualmente pelo Município de Maracajá, em razão do Plano de Rotas e do maior interesse público relativo ao serviço.

Art. 60 As faixas de estacionamento terão gabarito padronizado conforme a hierarquia da via em questão e poderão ter:

- I. entre 2,00 mts (dois metros) e 2,60 mts (dois metros e sessenta centímetros), quando paralelas ao meio-fio;
- II. entre 4,00 mts (quatro metros) e 4,60 mts (quatro metros e sessenta centímetros), quando em ângulo de 30º (trinta graus) em relação ao meio-fio;
- III. entre 4,80 mts (quatro metros e oitenta centímetros) e 5,20 mts (cinco metros e vinte centímetros), quando em ângulo de 45º (quarenta e cinco graus) em relação ao meio-fio; e
- IV. entre 5,00 mts (cinco metros) e 5,40 mts (cinco metros e quarenta centímetros), quando em ângulo de 60º (sessenta graus) ou 90º (noventa graus) em relação ao meio-fio.

Parágrafo único. As vagas destinadas ao embarque e desembarque de portadores de necessidades especiais, deverá possuir faixa auxiliar de 1,20 mts (um metro e vinte centímetros), além da dimensão da vaga, ao seu final quando relativo ao inciso primeiro deste artigo e em ao menos uma das laterais quando relativo aos demais incisos.

Art. 61 Nas sobreposições com as faixas de pedestres, o espaço que seria da vaga de estacionamento poderá ser apropriado pelo passeio público no uso de qualquer de seus sistemas, desde que mantida a fluidez, segurança e a acessibilidade universal dos transeuntes.

§ 1º. Esta apropriação se dará efetivamente nas proximidades de escolas, hospitais, repartições públicas, praças e equipamentos urbanos que configurem pólos atratores de acesso habitualmente peatonal.

§ 2º. Onde importe a preferencialidade plena do pedestre ou em vias locais, nos acessos diretos de instituições, parques e equipamentos de caráter público, o projeto urbano poderá prever a continuidade destes alargamentos do passeio público, interligando-o ao passeio oposto através de moderadores de tráfego.

Art. 62 Os projetos das vagas de estacionamento públicas nas caixas de rua serão específicos em cada tipo de via e em cada trecho, importando o bom senso de manter-se fluido todos os sistemas de trânsito, a acessibilidade universal e a paisagem urbana.

Parágrafo único. Qualquer projeto urbano que implique em alterações das previsões do gabarito padrão para a via projetada deverá ser aferido pelo Conselho da Cidade.

Art. 63 Os recuos frontais de edificações poderão ser utilizados como vagas de estacionamento, desde que autorizados pelo Setor de Planejamento Urbano em virtude de projeto apresentado e mediante as seguintes condições:

- I. configurarem uso exclusivamente comercial, não sendo aceitos como vaga de estacionamento residencial;
- II. serem implantados sempre de forma oblíqua ao meio-fio, respeitando as medidas mínimas de instalação neste caso;
- III. em caso de sobreposição parcial com o passeio público, somente ocuparem faixa de paragem da calçada em contiguidade e não destinada a passagem e trânsito de pedestres.
- IV. manterem inclinação transversal máxima de 2% (dois por cento) em relação ao meio-fio;
- V. não obstruírem em qualquer circunstância o fluxo longitudinal de pedestres e cadeirantes, como também o acesso destes aos estabelecimentos que as contenham; e
- VI. estarem devidamente sinalizados ao transeuntes quanto ao acesso transversal de veículos sobre o passeio, através de placas;

Art. 64 Quando instaladas as vagas sobre o recuo de jardim, 50% (cinquenta por cento) mais a fração superante da unidade resultante implicarão em vagas de uso público, excetuando-se daí uma vaga reservada para idosos ou portadores de deficiência física.

Art. 65 Em uso dos recuos frontais como estacionamento, não serão aceitos projetos que desloquem o alinhamento do meio-fio, aferindo descontinuidade ao passeio público, salvo projeto especial devidamente justificado pelo proponente em que pese parecer do Setor de Planejamento Urbano devidamente avaliado e aferido pelo Conselho da Cidade.

Parágrafo único. Os eventuais projetos de deslocamento de meio-fio deverão considerar a contiguidade de seu uso ao longo da quadra, mantendo a mais que possível a continuidade de suas calçadas e antecipando projeto de alargamento de via.

SUB-SEÇÃO III DAS CICLOVIAS E CICLOFAIXAS

Art. 66 Ciclovias são faixas de circulação exclusiva e independentes para bicicletas, projetadas para agilizar o deslocamento de ciclistas com segurança e conforto, compondo juntamente com as ciclofaixas, uma malha cicloviária municipal.

§ 1º. Nas ciclovias não serão permitidos o acesso de veículos motorizados que venham oferecer riscos ao trânsito das bicicletas.

§ 2º. Outros equipamentos de tração humana, quando não houver espaços específicos para o seu trânsito poderão utilizar as ciclovias, respeitando sempre o caráter preferencial das bicicletas e apenas com o objetivo de deslocamento ao longo da via.

Art. 67 Ciclofaixas são partes demarcadas nas faixas de rolamento, usadas por bicicletas, sem restrição física no pavimento.

Parágrafo único. As ciclofaixas estarão situadas entre a faixa de rolamento e a faixa de estacionamento com vagas paralelas ao meio-fio e poderão ser usadas como faixa auxiliar de embarque e desembarque dos veículos estacionados.

Art. 68 As ciclovias e ciclofaixas terão gabarito padronizado conforme a intensidade de fluxo previsto na malha cicloviária e poderão ter:

- I. entre 0,90 mts (noventa centímetros) e 1,20 mts (hum metros e vinte centímetros), quando em uma única via;
- II. entre 1,70 mts (hum metro e setenta centímetros) e 2,10 mts (dois metros e dez centímetros) quando em duas vias; e
- III. acima de 2,60 mts (dois metros e sessenta centímetros) quando em quatro vias.

§ 1º. Quando a ciclofaixa for contígua a faixa de estacionamento paralelo, a mesma deverá estar acrescida de 0,30 mts (trinta centímetros) em sua largura.

§ 2º. Não serão elaboradas ciclofaixas contíguas a faixa de estacionamentos oblíquos.

Art. 69 Ao longo da malha cicloviária deverão ser dispostos paraciclos ou bicicletários em pontos próximos aos equipamentos públicos, mormente as escolas, postos de saúde, praças e parques.

Parágrafo único. Em parques urbanos e equipamentos de interesse turístico, o Poder Público poderá explorar ou conceder exploração para o serviço de locação de bicicletas, interconectados pela malha cicloviária.

Art. 70 À bem da qualidade de vida dos munícipes e do desenvolvimento turístico ecológico da cidade, o Poder Público promoverá e incentivará a implantação e o uso do sistema cicloviário municipal.

Parágrafo único. O Plano Cicloviário Municipal será regulamentado por Decreto Municipal, devidamente referendado pelo Conselho da Cidade.

SUB-SEÇÃO IV DOS CORREDORES EXCLUSIVOS

Art. 71 Quando o transporte coletivo atingir demanda significativa, que provoque atrasos em desatendimento aos princípios instituídos no Capítulo sobre Transporte Público, o Poder Público Municipal desenvolverá projeto de implantação de faixas de rolamento exclusivas nas vias arteriais do município, ou naquelas que impliquem conexão entre centralidades urbanas e pontos de interesse específico.

Parágrafo único. Os corredores exclusivos do transporte coletivo deverão prever faixa de instalação de mobiliário urbano compatível com o serviço a ser prestado.

Art. 72 As pistas de rolamento exclusivas do transporte coletivo terão gabarito padronizado conforme a dimensão dos veículos empregados e poderão ter entre 3,20 mts (três metros e vinte centímetros) e 4,00 mts (quatro metros).

Parágrafo único. Em vias existentes que possam ser retificadas para a implantação de faixas de rolamento para o transporte coletivo, serão aceitas variações máximas de até 7% (sete por cento) nestas faixas, ou a supressão de outras faixas da composição da via, até que se promova a devida retificação.

SUB-SEÇÃO V DOS ACOSTAMENTOS

Art. 73 Compreende-se por acostamento a faixa de serviço lateral a rodovias vicinais, sem continuidade obrigatória e com variedade de usos em trecho, podendo contemplar além da paragem eventual de veículos, ciclovias, canteiros, calçadas e serviços pertinentes.

Art. 74 As faixas de acostamento terão gabarito padronizado conforme a composição dos usos atribuídos a rodovia, podendo ter entre 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros) e 3,00 mts (três metros).

§ 1º. Em vias existentes que possam ser retificadas para a implantação de acostamento, serão aceitas variações máximas de até 7% (sete por cento) nestas faixas, ou a supressão de outras faixas da composição da via, até que se promova a devida retificação.

§ 2º. Paradares de ônibus não poderão estar dispostos sobre a faixa de acostamento, devendo em caso de sua necessidade, ser instalados aquém de seu alinhamento externo.

SEÇÃO II DOS PASSEIOS PÚBLICOS

Art. 75 Os passeios públicos, configurados pelo conjunto de faixas destinadas ao deslocamento peatonal, paragem, acessos, serviços, vegetação e mobiliário urbano, devem possuir revestimento apropriado à permeabilidade no solo das águas pluviais, continuidade longitudinal ao fluxo peatonal e acessibilidade universal.

Art. 76 Configura obrigação do proprietário do terreno contíguo a testada, instalar e manter os passeios públicos, dentro das diretrizes e padrões construtivos instituídos nesta Lei e nas Normas Técnicas relativas ao seu uso, com ênfase na NBR 9050/04 – Acessibilidade à edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

§ 1º. Nenhum obstáculo suspenso ou em balanço sobre o passeio público estará a menos do que 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros) do piso do mesmo, contado a partir de qualquer de suas partes.

§ 2º. Sempre que possível o passeio público deverá considerar a existência de faixa com trechos de vegetação nativa, que não interfiram nas redes de serviço ou afetem negativamente os mobiliários e sinalizadores da via.

SUB-SEÇÃO I DAS CALÇADAS

Art. 77 As calçadas são faixas dos passeios públicos destinadas exclusivamente ao deslocamento peatonal em sentido duplo longitudinal, sem definição de mão e com restrição de paragem ou instalação de qualquer obstáculo injustificado.

§ 1º. As calçadas somente serão bloqueadas ou reduzidas em seu gabarito, nas condições previstas no Código de Obras ou nas intervenções a propósito de redes e serviços instalados nos passeios públicos.

§ 2º. O caminho longitudinal dos passeios será transposto pelos acessos transversais dos lotes e terrenos, sobre o qual conserva preferência.

Art. 78 O pavimento das calçadas deverá atender a certas especificações, a bem da segurança e do conforto dos transeuntes, quais sejam:

- I. ser sempre que possível, permeável à águas pluviais, com o uso de material com grau de permeabilidade atestados por conformidade técnica específica;
- II. não possuir materiais soltos, escamados ou isolados, que impliquem alteração no nivelamento da calçada;
- III. possuir textura antiderrapante;
- IV. não possuir inclinações convergentes sem drenagem apropriada para as águas pluviais; e
- V. ter instalado piso podotátil conforme especificações da NBR 9050/04 - Acessibilidade à edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

Parágrafo único. A implantação de pavimentações totalmente permeáveis nas calçadas poderá ser considerada parcialmente na taxa de impermeabilidade do terreno contíguo, de acordo com os condicionantes da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 79 As calçadas terão gabarito padronizado conforme a densidade da quadra que as contém e poderão ter entre 1,50 mts (hum metro e cinquenta centímetros) e 3,60 mts (três metros e sessenta centímetros), dependendo do número de unidades de passagem necessário.

§ 1º. Para efeito desta Lei as unidades de passagem peatonais são de 0,60 mts (sessenta centímetros), considerada 1,5 x (uma vez e meia) para cadeiras de rodas.

§ 2º. Em calçadas com gabarito fora de padrão, serão aceitas variações máximas de até 7% (sete por cento) nas faixas de circulação, ou a supressão de outras faixas da composição do passeio público, até que se promova a devida retificação.

§ 3º. Gabaritos de calçadas superiores ao máximo previsto neste artigo deverão ser justificados adequadamente ou transmutados em outras faixas da composição do passeio público.

§ 4º. Espaços residuais de calçadas que não importem na adequação para outras faixas da composição dos passeios serão considerados simplesmente área de paragem.

SUB-SEÇÃO II DOS ACESSOS AOS LOTES E PARAGENS

Art. 80 Os caminhos transversais as calçadas, de acesso aos lotes e terrenos contíguos, são necessariamente continuidades das calçadas, não podendo das mesmas diferir em pavimento ou nivelamento.

§ 1º. Somente junto aos rebaixos de meio-fio, o pavimento poderá estar desnivelado da calçada, formando rampa, desde que não avance sobre as faixas de calçada.

§ 2º. Os rebaixos de meio-fio instalados para o acesso de cadeirantes e portadores de necessidades especiais obedecerão às especificações da NBR 9050/04.

Art. 81 O rebaixo de meio-fio destinado ao acesso de veículos aos lotes e terrenos não poderão ultrapassar a faixa dos canteiros e de serviço, de forma a interferir no nivelamento da faixa de calçada.

Art. 82 Os meio-fios poderão ter desnível variável em relação ao piso da caixa de rua, não sendo superiores, em qualquer hipótese a 0,18 mts (dezoito centímetros) e nunca inferior a medida suficiente para manter a sarjeta.

§ 1º. A rampa de acesso dos veículos deverá manter inclinação máxima de 25% (vinte e cinco por cento), não tendo extensão superior a 0,70 mts (setenta centímetros).

§ 2º. As terminações das rampas deverão estar chanfradas à 45º (quarenta e cinco graus), com a mesma inclinação do pano principal.

§ 3º. A largura das rampas em rebaixo do meio-fio para o acesso simples de veículos, excetuando-se os chanfros laterais, ficará no máximo em 2,80 mts (dois metros e oitenta centímetros).

§ 4º. Para acessos múltiplos em rebaixo de meio-fio será necessário a instalação de sinalização vertical nas extremidades dos mesmos, a marcação em faixas na rampa, sinalizando a preferência ao pedestre. A extensão destes acessos múltiplos fica condicionada a projeto da edificação contígua, devidamente justificada, para análise e deliberação do Conselho da Cidade.

§ 5º. Quando estes projetos distinguirem testada acima de 40,00 mts (quarenta metros), ou que complementem este valor em relação aos lotes contíguos deverão prever o deslocamento do passeio à frente das vagas de estacionamento, considerando apenas a inversão destas duas faixas, sem prejuízo das faixas pertinentes à caixa de rua.

Art. 83 As faixas de paragem correspondem necessariamente a espaços em continuidade das calçadas, não podendo das mesmas diferir em pavimento ou nivelamento.

Parágrafo único. Quando houver espaços de paragem no passeio público poderá haver mobiliários, canteiros e sinalizadores que correspondam justificadamente às atividades correspondentes.

Art. 84 O gabarito das faixas de paragem ficará entre 0,70 mts (setenta centímetros) e 1,60 mts (hum metro e sessenta centímetros), em nível com a calçada contígua.

§ 1º. Quando não houver previsão de faixa de paragem no gabarito do passeio público, o estabelecimento em construção poderá recuar pelo padrão de gabarito, destinando o mesmo a faixa de paragem.

§ 2º. Em edificações construídas no alinhamento, em cujo passeio público contíguo, exista previsão de faixa de paragem, $\frac{1}{3}$ (hum terço) desta faixa poderá ser destinada a instalação de vitrines, móveis ou fixas, desde que suspensas do solo da calçada por mais de 0,30 mts (trinta centímetros).

SUB-SEÇÃO III DOS CANTEIROS E FAIXAS DE SERVIÇO

Art. 85 A localização de canteiros nos passeios públicos estará condicionada a composição padrão proposta para a via pelo departamento competente da Prefeitura Municipal, sempre em continuidade as faixas de serviço ou de paragens e mantendo o seu gabarito.

§ 1º. A vegetação a ser empregada nos canteiros ficará por deliberação do órgão ambiental competente, importando a manutenção da permeabilidade visual por entre ela, em uma altura não superior a um metro e não inferior a 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros).

§ 2º. Os canteiros são áreas exclusivas para o paisagismo, não competindo outros usos e instalações no trecho.

Art. 86 As faixas de serviço são obrigatórias na composição dos passeios públicos, ficando o seu gabarito entre 0,70 mts (setenta centímetros) e 2,10 (dois metros e dez centímetros) e podendo transpor por elas:

- I. redes aéreas ou subterrâneas de distribuição de energia elétrica;
- II. redes telefônicas;
- III. circuitos de iluminação pública;
- IV. ramais de água;
- V. tubulações de gás;
- VI. drenagens pluviais e cloacais; e
- VII. outras redes eventuais do abastecimento público.

Parágrafo único. Excepcionalmente estes sistemas poderão passar subterraneamente pela caixa de rua ou pelas calçadas, quando nestas condições não impliquem prejuízo do uso adequado nas faixas sobrepostas.

Art. 87 O Setor de Planejamento Urbano manterá cadastro de todas as redes e sistemas de abastecimento público, a fim de facilitar novas instalações, manutenções e retificações dos serviços.

Parágrafo único. Cada autarquia ou concessionária pública, usuário de faixas de serviço, deverá encaminhar as informações pertinentes aos seus ramais, dispondo da localização dos mesmos quanto ao afastamento do meio-fio e sua profundidade em relação à guia.

SUB-SEÇÃO IV DOS MOBILIÁRIOS URBANOS

Art. 88 Os mobiliários urbanos são elementos instalados sobre as faixas excedentes dos passeios públicos, em trecho específico das faixas de serviço, das faixas de acesso e paragens ou em locais planejados para tal pelo Setor de Planejamento Urbano.

Parágrafo único. Todos os mobiliários urbanos deverão seguir o padrão instituído pela Prefeitura Municipal, com as seguintes características:

- a) manterem permeabilidade visual por entre si, não sendo admissível o uso de painéis opacos;
- b) serem instalado com material resistente, seguro ao uso e ao vandalismo e de fácil manutenção;
- c) serem devidamente identificados através de cor, padrão ou logomarca, caracterizando-o como patrimônio comunitário; e
- d) serem esteticamente agradáveis, sem afetações ou pastiches aculturados em desacordo com a história e cultura da comunidade maracajaense.

Art. 89 Os mobiliários urbanos constituem-se em duas modalidades distintas:

- I. os que são de usufruto direto do cidadão, sem a necessidade de prestadores do serviço, tais como: lixeiras, bancos de praça, paradas de ônibus, sinalizadores de nomeação das ruas, aparelhos de ginástica, luminárias, chafarizes, bebedouros, obeliscos, monumentos e assemelhados; e
- II. os que são de usufruto indireto do cidadão e que necessitam de operadores para se concretizar a prestação do serviço público, tais como: bancas de jornais, banheiros, lavatórios, paradores de taxi e assemelhados.

Art. 90 A instalação e manutenção dos mobiliários da modalidade de usufruto direto são de competência do Poder Público Municipal, que poderá concedê-las a exploração publicitária, dentro de padrões razoáveis à paisagem urbana, e mediante contrapartida de divulgação de campanhas públicas.

Parágrafo único. As concessões acima descritas serão objeto de processo licitatório, em cujo edital serão considerados:

- a) a paridade de distribuição dos mobiliários pela cidade, a partir da composição de lotes de aparelhos com maior e menor potencial publicitário;
- b) a garantia de manutenção dos mobiliários por enquanto persistir o contrato; e
- c) a adoção dos mesmos como patrimônio público a partir de sua instalação.

Art. 91 A instalação de mobiliários da modalidade de usufruto indireto será concedida para exploração por processo licitatório, quando do interesse do Município de Maracajá em prestar um serviço específico, dentro dos condicionantes previstos no Código de Posturas.

§ 1º. Não serão admitidas concessões deste tipo em caráter precário.

§ 2º. Não será admitido o repasse da concessão a terceiros, caracterizando neste caso, sua nulidade de direito e a pertinência de novo certame.

CAPÍTULO II

DA HIERARQUIA DAS VIAS

Art. 92 A Lei de Mobilidade, dentre outras atribuições deverá constituir um sistema hierárquico das vias urbanas e rurais do município, estabelecendo as condições adequadas de fluidez e segurança na malha viária.

§ 1º. Para o instituto deste fim, as vias serão categorizadas da seguinte forma:

- a) vias Rápidas: são aquelas caracterizadas por acessos especiais com trânsito livre, que não permitem acessibilidade direta a lotes lindeiros, intersecções veiculares e transposição peatonal em nível;
- b) vias Arteriais: são as de distribuição do fluxo na malha viária, conectando pontos extremos da cidade e caracterizadas pela preferencialidade quando por intersecções em nível, geralmente controladas por semáforo ou rotatória;
- c) vias Coletoras: são as de acomodação do fluxo na malha viária, conectando os bairros periféricos e caracterizadas como eixos vicinais de interesse local, com intersecções em nível, geralmente controladas por sinalização ostensiva;
- d) vias Locais: são as de acesso pontual, de interesse limitado à moradores ou de interesses específicos e caracterizadas por intersecções em nível não preferencial; e
- e) vias Vicinais: são as rodovias municipais, com caráter preferencial sobre as vias coletoras e locais, mormente em ambiente rural e sujeitas a intersecções em nível.

§ 2º. A classificação das vias, constante no Mapa de Hierarquia Viária determinará os limites de velocidade aferidos para cada trecho, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9503/97.

SEÇÃO I DAS VIAS RÁPIDAS

Art. 93 A Rodovia Federal BR-101 duplicada e a Rodovia Estadual SC-445 em seus trechos não urbanizados, serão consideradas vias de trânsito rápido, dentro das características enunciadas para as Vias Rápidas, atendendo aos pressupostos do DNIT e do DEINFRA relativamente as suas faixas de domínio.

Parágrafo único. Em trechos urbanos, estas Rodovias terão afastamento frontal definido pelo recuo legal exigido pelo órgão responsável citado, acrescido do recuo previsto pelo uso ou atividade da edificação contígua.

Art. 94 As Vias Municipais de caráter rápido estarão definidas no Mapa de Hierarquia Viária, Anexo 02 da presente Lei, sobre as quais incidirá um gabarito mínimo de 38,00 mts (trinta e oito metros), 19,00 mts (dezenove metros) para cada lado a partir do eixo da pista.

Parágrafo único. As Vias Rápidas deverão ser ladeadas por vias marginais, com característica de coletora, formando corredores de distribuição e acesso a vias contíguas e equipamentos de interesse da própria via rápida.

Art. 95 As Vias Rápidas serão compostas basicamente por pista de rolamento e acostamento, buscando sempre o atendimento às necessidades de comunidades lindeiras e acessos locais.

Parágrafo único. Vias com interesse excepcional poderão ser dotadas de faixas especiais e mobiliários condizentes com estes interesses, desde que devidamente justificados junto ao órgão responsável pela via, apresentado o projeto de intervenção e sem desvirtuamentos da finalidade principal da via.

Art. 96 Os gabaritos definidos pelos órgãos diretivos das vias servirão de indicativo para os projetos de intervenção de faixas marginais e mobiliários.

Parágrafo único. Quando da criação de Via Rápida em área rural, a faixa de domínio da mesma deverá ser demarcada em 38,00 mts (trinta e oito metros), salvo quando da definição de gabarito por projeto da mesma.

Art. 97 A composição padrão de gabarito básico das Vias Rápidas de caráter municipal será de 58,00 mts (cinquenta e oito metros), indicando projeto máximo de ocupação pela hierarquia.

Parágrafo único. Os recuos frontais das Vias Rápidas incidirão sobre o alinhamento das vias marginais dado em projeto, condicionados a atividade e uso previstos em cada uma das edificação contíguas.

SEÇÃO II DAS VIAS ARTERIAIS

Art. 98 As Vias Municipais de caráter arterial estarão definidas no Mapa de Hierarquia Viária, Anexo 01 da presente Lei, sobre as quais incidirá o gabarito mínimo de 25,00 mts (vinte e cinco metros), 12,50 mts (doze metros e cinquenta centímetros) para cada lado a partir do eixo da pista.

Art. 99 Os elementos de composição das Vias Arteriais serão basicamente:

- I. para a caixa de rua:
 - a) uma ou duas faixas de rolamento por mão;
 - b) a eventualidade de uma faixa de corredor exclusivo para ônibus;
 - c) uma faixa de estacionamento por mão, com gabarito para uso em paragens de ônibus ou vagas oblíquas; e
 - d) uma ciclofaixa ou ciclovia por mão.
- II. para o passeio público:

- a) uma faixa de serviço com gabarito para uso em mobiliários de porte, como paradouros de ônibus e bancas;
- b) uma faixa de calçada com no mínimo três unidades de passagem;
- c) a eventualidade de uma ciclovia;
- d) faixa de acesso e paragem, mesmo em zonas com recuo de jardim; e
- e) trechos em canteiro arborizados, no intervalo dos mobiliários de serviços e nas faixas de acesso e paragens, quando na intermitência destes.

Parágrafo único. Quando a via arterial constituir arranjo em Avenida, definida pelo passeio público central, o mesmo deverá conter, além dos canteiros, ao menos uma faixa de calçada ou ciclovia e trechos de acesso.

Art. 100 Quando a caixa de rua possuir duas ou mais faixas de rolamento por mão, uma delas por mão poderá ser destinada com exclusividade ao uso como corredor de ônibus.

Parágrafo único. No caso de verificada a pertinência da instalação de corredores exclusivos de ônibus em logradouros sem gabarito apropriado para tanto, o projeto específico deverá considerar o interesse coletivo, promovendo as devidas desapropriações e a recomposição da via, considerando as suas prioridades sociais.

Art. 101 A composição padrão de gabarito básico das Vias Arteriais será de 35,00 mts (trinta e cinco metros), indicando projeto máximo de ocupação pela hierarquia.

Parágrafo único. Os recuos frontais das Vias Arteriais estarão condicionados a atividade e uso previstos em cada uma das edificação contíguas.

SEÇÃO III DAS VIAS COLETORAS

Art. 102 As Vias Municipais de caráter coletora estarão definidas no Mapa de Hierarquia Viária, Anexo 01 da presente Lei, sobre as quais incidirá o gabarito mínimo de 15,00 mts (quinze metros), 7,50 mts (sete metros e cinquenta centímetros) para cada lado a partir do eixo da pista.

Parágrafo único. Excepcionalmente, vias coletoras de composição para sistemas binários, identificados por projeto, possuirão gabarito mínimo de 18,00 mts (dezoito metros), 9,00 mts (nove metros) para cada lado a partir do eixo da pista.

Art. 103 Os elementos de composição das Vias Coletoras serão basicamente:

- I. para a caixa de rua:
 - a) uma faixa de rolamento por mão;
 - b) uma faixa de estacionamento por mão, com possibilidade de uso em paragens de ônibus; e
 - c) a eventualidade de uma ciclofaixa ou ciclovia com duas mãos.
- II. para o passeio público:
 - a) uma faixa de serviço com possibilidade de uso para mobiliários de porte, como paradouros de ônibus e bancas;
 - b) uma faixa de calçada com no mínimo 1,50 mts (um metro e cinquenta centímetros);
 - c) faixa de acesso e paragem, quando em zonas comerciais; e

d) trechos em canteiro arborizados, no intervalo dos mobiliários de serviços e nas faixas de acesso e paragens, quando na intermitência destes.

Parágrafo único. Quando a via Coletora constituir arranjo em Avenida, definida pelo passeio público central, o mesmo deverá conter, além dos canteiros, ao menos os trechos de acesso transversal.

Art. 104 Quando o sistema de viação requerer o uso de faixa exclusiva de rolamento para ônibus em Via Coletora, o projeto deverá considerar o impacto causado nas atividades locais, mitigando a sua implantação.

Art. 105 A composição padrão de gabarito básico das Vias Coletoras será de 25,00 mts (vinte e cinco metros), indicando projeto máximo de ocupação pela hierarquia.

Parágrafo único. Os recuos frontais das Vias Coletoras estarão condicionados a atividade e uso previstos em cada uma das edificação contíguas.

SEÇÃO IV DAS VIAS LOCAIS

Art. 106 Todas as vias da cidade, urbanas ou rurais, não hierarquizadas como Rápidas, Arteriais, Coletoras ou Vicinais, serão consideradas Vias Locais, salvo especificidade atribuída em projeto e sobre as quais incidirá o gabarito mínimo de 12,00 mts (doze metros), 6,00 mts (seis metros) para cada lado a partir do eixo da pista.

Parágrafo único. Excepcionalmente as vias locais existentes poderão possuir gabarito reduzido em até 1/3 (hum terço), em função de seu caráter pontual e a partir do uso exclusivamente residencial, não implicando isto em condição para projeto.

Art. 107 Os elementos de composição das Vias Locais serão basicamente:

- I. para a caixa de rua:
 - a) uma faixa de rolamento por mão;
 - b) uma faixa de estacionamento por mão; e
 - c) a possibilidade de ciclofaixa ou ciclovia quando necessárias ao complemento do sistema ciclovitário municipal.
- II. para o passeio público:
 - a) uma faixa de serviço com possibilidade de uso para mobiliários simples, como lixeiras, telefones públicos e sinalizadores;
 - b) uma faixa de calçada com no mínimo 1,50 mts (hum metro e cinquenta centímetros); e
 - c) trechos em canteiro arborizados, no intervalo dos mobiliários de serviços.

Parágrafo único. As vias locais deverão priorizar os canteiros arborizados e sombreados sem, no entanto interferir na permeabilidade visual, resguardando fator de segurança aos transeuntes.

Art. 108 A composição padrão de gabarito mínimo das Vias Locais será de 22,00 mts (vinte e dois metros), indicando projeto máximo de ocupação pela hierarquia.

Parágrafo único. Os recuos frontais das Vias Locais estarão condicionados a atividade e uso previstos em cada uma das edificação contíguas.

SEÇÃO V DAS ESTRADAS VICINAIS

Art. 109 As Vias Municipais de caráter vicinal estarão definidas no Mapa de Hierarquia Viária, Anexo 01 da presente Lei, sobre as quais incidirá um gabarito mínimo de 20,00 mts (vinte metros), 10,00 mts (dez metros) para cada lado a partir do eixo da pista.

§ 1º. Os projetos de composição destas vias obedecerão aos critérios de fluidez das mesmas, podendo relevar mobiliários e acessos em trecho a eventuais desapropriações pontuais.

§ 2º. Quando a estrada vicinal ascende em importância, sendo-lhe atribuída características das demais vias, a mesma deverá ser objeto de projeto de gabarito, passível de alargamento em toda a sua extensão.

Art. 110 As Rodovias Municipais Vicinais, independente do seu volume de trânsito, deverão prever o atendimento de fluxos diferenciados, como tratores, caminhões, máquinas agrícolas e veículos de tração animal, enquanto autorizados.

Parágrafo único. As estradas vicinais de fluxo arterial ou coletor deverão considerar ainda a possibilidade de linhas de ônibus, com o atendimento de paradas recuadas das faixas de rolamento.

Art. 111 A composição padrão de gabarito básico das Estradas Vicinais de caráter municipal será de 40,00 mts (quarenta metros), indicando projeto máximo de ocupação pela hierarquia.

Parágrafo único. Os recuos frontais das Vias Vicinais estarão condicionados a atividade e uso previstos em cada uma das edificação contíguas.

Art. 112 A numeração das Rodovias Municipais vicinais se dará em conformidade ao artigo 10º da Lei 5917/73 – Plano Nacional de Viação, que concede ao Município de Maracajá a atribuição de ordenar seu Plano Municipal de Viação.

Art. 113 A numeração das rodovias vicinais municipais será precedida do prefixo “MR”, ensejando a abreviatura da cidade, seguida de três algarismos numéricos, com as seguintes características:

- I. o eixo médio nordeste - sudoeste correspondente à Rodovia Federal BR-101;
- II. o eixo médio norte - sul correspondente a Avenida Nossa Senhora da Conceição e projeção ao sul;
- III. a indicação da via a ser numerada deverá ter a sua localização reduzida ao quadrante de maior proximidade dos afastamentos paralelos e perpendiculares dos eixos acima descritos; e
- IV. o algarismo da centena determinará o sentido da rodovia municipal:
 - a) “2” (dois) para as rodovias paralelas ao eixo norte - sul;
 - b) “3” (três) para as rodovias perpendiculares ao eixo norte - sul;
 - c) “4” (quatro) para as rodovias paralelas ao eixo nordeste - sudoeste; e
 - d) “5” (cinco) para as rodovias perpendiculares ao eixo nordeste - sudoeste.
- V. os algarismos da dezena e unidade determinarão o afastamento lateral do eixo paralelo, em que se encontra a rodovia municipal a ser numerada:
- VI. tendo por referência as linhas paralelas ao eixo médio, a numeração acontecerá de zero, nos extremos do quadrante de leste e sudeste do município à 99 (noventa e nove) nos extremos oeste e noroeste do município, passando sempre junto aos eixos médios com a numeração em 50 (cinquenta); e
- VII. quando a referência for feita por linha perpendicular aos eixos médios, a numeração acontecerá de zero, nos extremos norte e nordeste do município à 99 (noventa e nove) nos extremos sul e

sudoeste, passando sempre junto ao ponto de intersecção dos eixos médios com a numeração em 50 (cinquenta); e

VIII. o algarismo da unidade determinará ainda o lado do eixo médio relativo:

- a) quando a referência for feita por linha paralela ao eixo médio, a numeração será “par” dos lados ao noroeste e ao leste dos eixos médios relativos e “ímpar” dos lados sudeste e oeste dos mesmos; e
- b) quando a referência for feita por linha perpendicular ao eixo médio, a numeração será “par” em segmento ao sudeste e leste do ponto de intersecção dos eixos médio relativos e “ímpar” em segmento ao noroeste e a oeste.

CAPÍTULO III

DOS CONDICIONANTES DAS VIAS

SEÇÃO I

DOS GABARITOS DAS VIAS

Art. 114 Cada hierarquia de via terá um gabarito padrão variável conforme a composição das faixas viárias, necessárias ao atendimento dos fluxos e serviços em cada logradouro e aferidos por levantamento em contagem de tráfego.

§ 1º. Os gabaritos padrões das hierarquias viárias constam do Anexo 02 do Plano Diretor, identificando os limites mínimos e básicos de composição de cada uma delas.

§ 2º. Identificada a hierarquia de uma determinada via, através do Mapa de Hierarquia Viária – Anexo 01 na presente Lei, o projeto de seu gabarito total será efetuado considerando-se:

- a) o gabarito total e a caixa de rua existentes;
- b) os recuos necessários a composição do padrão mínimo ou de projeto da via;
- c) as demandas por serviços e fluxos do greide;
- d) a contagem de tráfego por modalidade nas faixas; e
- e) as necessidades pontuais de transposição, acessos e mobiliários.

Art. 115 Cada via urbana será projetada na medida das condições de sua implantação total, avaliando-se a possibilidade de instalações parciais ou precárias, mas que objetivem o gabarito pleno, sem modificações e em atendimento as demandas previstas para a sua hierarquia e zona.

§ 1º. Os projetos urbanos das vias existentes serão coordenados pelo Setor de Planejamento Urbano, a qual caberá indicar a existência de interesse nos recuos de jardim ou sua dispensa, para análise e consideração do Conselho da Cidade.

§ 2º. Projetos de novos loteamentos, contíguos ou não a malha urbana, deverão adequar os seus projetos urbanos as condições mínimas dos gabaritos das vias, reservando o Setor de Planejamento Urbano à resolução final sobre a hierarquia das mesmas.

SEÇÃO II DOS RECUOS FRONTAIS

Art. 116 Os recuos frontais exigidos para as edificações em relação ao alinhamento dos lotes, previstos na composição de cada hierarquia viária, são destinados a provisão eventual do alargamento das vias contíguas ou da manutenção dos gabaritos mínimos estabelecidos, sob a ótica do interesse coletivo.

Parágrafo único. Os recuos frontais das edificações em relação as suas testadas com o logradouro público atenderão aos seguintes dimensionamentos:

- a) a partir da situação existente da via, não podendo ser menor do que o alinhamento do gabarito mínimo ou de projeto instituído para a mesma;
- b) a partir do uso da edificação em sua testada; e
- c) a partir de um prisma perpendicular ao alinhamento, com 70° (setenta graus) de inclinação a partir do eixo da via, incidindo sobre o recuo da altura máxima da edificação.

Art. 117 Não serão admitidos recuos livres em quaisquer circunstâncias, salvo projeto específico de interesse público, devidamente abalizado pelo Conselho da Cidade.

§ 1º. Para as atividades residenciais, comerciais ou de serviço, em qualquer hierarquia de via será exigido o recuo padrão de 5,00 mts (cinco metros), contados a partir do alinhamento existente, nunca menor do que o alinhamento do gabarito mínimo ou de projeto instituído para a mesma.

§ 2º. Em esquinas em que uma das testadas for menor do que 15,0 (quinze) metros, o recuo perpendicular à esta poderá ser a metade do recuo instituído.

§ 3º. Para as atividades industriais, em qualquer hierarquia de via, será exigido um recuo de 15,00 mts (quinze metros), contados a partir do alinhamento existente, nunca menor do que o alinhamento do gabarito mínimo ou de projeto instituído para a mesma.

Art. 118 Os recuos obrigatórios sobre a testada dos terrenos serão aferidos para cada via ou segmento, a partir de sua hierarquia, de eventual projeto de alargamento, do gabarito mínimo ou de projeto instituído.

Parágrafo único. Inexistindo projeto que recomponha o padrão de gabarito da via em questão, as edificações deverão atender excepcionalmente o recuo instituído pelo gabarito mínimo da via.

CAPÍTULO IV DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIAÇÃO

Art. 119 Novos loteamentos, desmembramentos e empreendimentos imobiliários de qualquer ordem, propostos tanto pela iniciativa privada, quanto pelo Poder Público, deverão observar as disposições da presente Lei, aferindo continuidade no sistema de viação, na franja da malha e nos vazios urbanos.

§ 1º. A hierarquização das novas vias será identificada pelo Poder Público, quando da análise do projeto, efetivando então as exigências quanto à composição dos gabaritos e mobiliários urbanos.

§ 2º. Na Lei Municipal de Loteamentos serão definidos os parâmetros para a implantação de loteamentos, desmembramentos e empreendimentos imobiliários.

§ 3º. A ausência de continuidade e gabarito nos logradouros existentes do município deverão ser identificados e mapeados, gerando projetos de intervenção que objetivem a fluidez na malha viária, principalmente pelas Vias Arteriais e Coletoras.

Art. 120 O greide das vias projetadas em novos loteamentos deverá acompanhar o mais que possível as curvas topográficas do terreno, evitando-se transposições por linhas de água e inclinações superiores a 20% (vinte por cento).

§ 1º. O desenho geométrico das vias de circulação deverá obedecer às normas técnicas especificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como o previsto na presente Lei.

§ 2º. A implantação do greide de logradouros projetados, em qualquer circunstância será analisado e aprovado pelo órgão ambiental competente.

§ 3º. Os atos administrativos necessários ao cumprimento do disposto neste capítulo serão definidos por meio de Decreto Municipal, devidamente referendados pelo Conselho da Cidade.

Art. 121 A implantação das vias do loteamento ou parcelamento atenderá prioritariamente as instâncias coletivas, não cabendo ao promotor do mesmo, argumentos relativos ao aproveitamento técnico da área em detrimento do interesse público.

§ único. O loteador deverá solicitar antecipadamente as diretrizes de arruamento onde constará a orientação para o traçado das vias.

TÍTULO IV

DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO

Art. 122 O Sistema Municipal de Trânsito será gerido e aplicado pelo Órgão Executivo Municipal de Trânsito, a partir de regulamentação própria, expedida por Decreto Municipal e referendada pelo Conselho da Cidade, dos seguintes temas:

- I. o trânsito de mercadorias dentro do município, suas rotas, horários de fluxo, cargas e descargas, inclusive restrições específicas, através de mobiliários sinalizadores;
- II. a instalação, operação e manutenção de sinalizadores e mobiliários urbanos relativos ao sistema de viação, inclusive aos limitadores de velocidade;
- III. as concessões públicas aos serviços de exploração publicitária dos sinalizadores e mobiliários urbanos; e
- IV. a fiscalização dos serviços de transporte público no município.

§ 1º. As atividades do Órgão Executivo Municipal de Trânsito serão subsidiadas pelo Setor de Planejamento Urbano no que concernem as ações estratégicas e elaboração do desenho urbano para a instalação de sinalizadores e mobiliários urbanos para o sistema de trânsito.

§ 2º. Os parâmetros técnicos para definição de publicidades em mobiliários públicos e condições de usos e conduta no serviço de transporte público no município serão regrados pelo Código de Posturas Municipal e demais legislações específicas.

§ 3º. As publicidades em mobiliários públicos serão ordenadas igualmente pelo Código de Posturas, atendendo especificamente aos artigos 94 e 95 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9503/97 no que se refere aos sinalizadores de trânsito.

Art. 123 Os sinalizadores são subdivididos em verticais e horizontais, e obedecem aos parâmetros técnicos apostos no CTB - Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9503/97, ou legislação sucedânea.

Parágrafo único. A regulamentação técnica pertinente aos sinalizadores é definida a partir de Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, competindo ao Município de Maracajá a sua aplicação.

CAPÍTULO I

DOS SINALIZADORES VERTICAIS

Art. 124 De acordo com o CTB, a sinalização vertical é um subsistema da sinalização viária, que se utiliza de sinais apostos sobre placas fixadas na posição vertical, ao lado ou suspensas sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente ou, eventualmente, variável, mediante símbolos e/ou legendas preestabelecidas e legalmente instituídas.

Art. 125 A sinalização vertical é classificada como de regulamentação, de advertência e de indicação, nas seguintes condições:

- I. sinalização vertical de regulamentação: normatizada pela resolução número 180/05 do CONTRAN, tem por finalidade transmitir aos usuários, condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais;
- II. sinalização vertical de advertência: normatizada pela resolução número 243/07 do CONTRAN, tem por finalidade alertar aos usuários, condições potencialmente perigosas, obstáculos ou restrições existentes na via ou adjacentes a ela, indicando a natureza dessas situações a frente, quer sejam permanentes ou eventuais; e
- III. sinalização vertical de indicação: tem por finalidade informar aos usuários, acessos, desvios, locais, equipamentos, pontos referenciais, atrativos e turísticos, objetivando dar fluidez ao trânsito.

Parágrafo único. As sinalizações semaforicas, radares e lombadas eletrônicas são equipamentos ostensivos de fiscalização e serão regulamentados mediante resolução própria do CONTRAN.

Art. 126 A sinalização vertical poderá ter ainda caráter informativo, quando tratar-se de totens, pórticos e similares, na intenção de anunciar equipamentos, atrativos naturais e/ou circunstâncias típicas do lugar, importantes a divulgação turístico-cultural do município.

Parágrafo único. Os mobiliários relativos a sinalização informativa serão elaborados pelo Setor de Planejamento Urbano, a partir dos condicionantes estabelecidos pelo órgão regulador da via à receber os mesmos, em consonância aos planos municipais de cultura e turismo.

Art. 127 A implantação, manutenção e operação do sistema de sinalização vertical, os dispositivos e equipamentos de controle viário são de competência exclusiva dos órgãos e entidades executivos de trânsito com circunscrição sobre as vias.

CAPÍTULO II

DOS SINALIZADORES HORIZONTAIS

Art. 128 A sinalização horizontal é normatizada pela resolução número 236/07 do CONTRAN e tem por finalidade, transmitir e orientar os usuários sobre as condições de utilização adequada da via, compreendendo as proibições, restrições e informações que lhes permitam adotar comportamento adequado, de forma a aumentar a segurança e ordenar os fluxos de tráfego.

Parágrafo único. Pinturas de pista, balisas, tachas demarcatórias, lombadas físicas, traffic calming, sonorizadores e redutores de velocidade somente serão instalados no município, mesmo que em vias municipais e de uso local, mediante planejamento baseado no CTB e resolução 236/07 específica.

Art. 129 A implantação, manutenção e operação do sistema de sinalização horizontal, os dispositivos e equipamentos de controle viário são de competência exclusiva dos órgãos e entidades executivos de trânsito com circunscrição sobre as vias.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 130 Esta Lei Complementar, a exemplo da Lei Geral e dos demais instrumentos de política urbana municipal, deverão ser revistos pelo menos a cada 10 (dez) anos, por iniciativa do Poder Público e sob inspeção e instigação do Conselho da Cidade.

Art. 131 O Poder Público Municipal promoverá até o final do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), edição popular desta Lei, com distribuição gratuita às escolas municipais, bibliotecas, faculdades, demais órgãos e entidades públicas, bem como entidades da sociedade civil, sem prejuízo de outras formas de divulgação, impressa ou eletrônica.

Art. 132 Os Planos, sistemas e programas previstos nesta Lei deverão ser implantados até o final do ano de 2020 (dois mil e vinte).

Art. 133 A transgressão do exposto nesta Lei do Plano Diretor pelos Agentes Públicos e coniventes, caracterizará infração e enquadramento no ordenamento jurídico pertinente.

Parágrafo único. A iniciativa privada igualmente poderá ser enquadrada pelo Código de Posturas e pelo Código de Obras no que concerne a confecção ordenada das calçadas contíguas as suas propriedade, pelos parâmetros descritos nesta Lei.

Art. 134 Esta presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 135 Revogam-se todas as disposições contrárias a esta Lei.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Agosto de 2015.

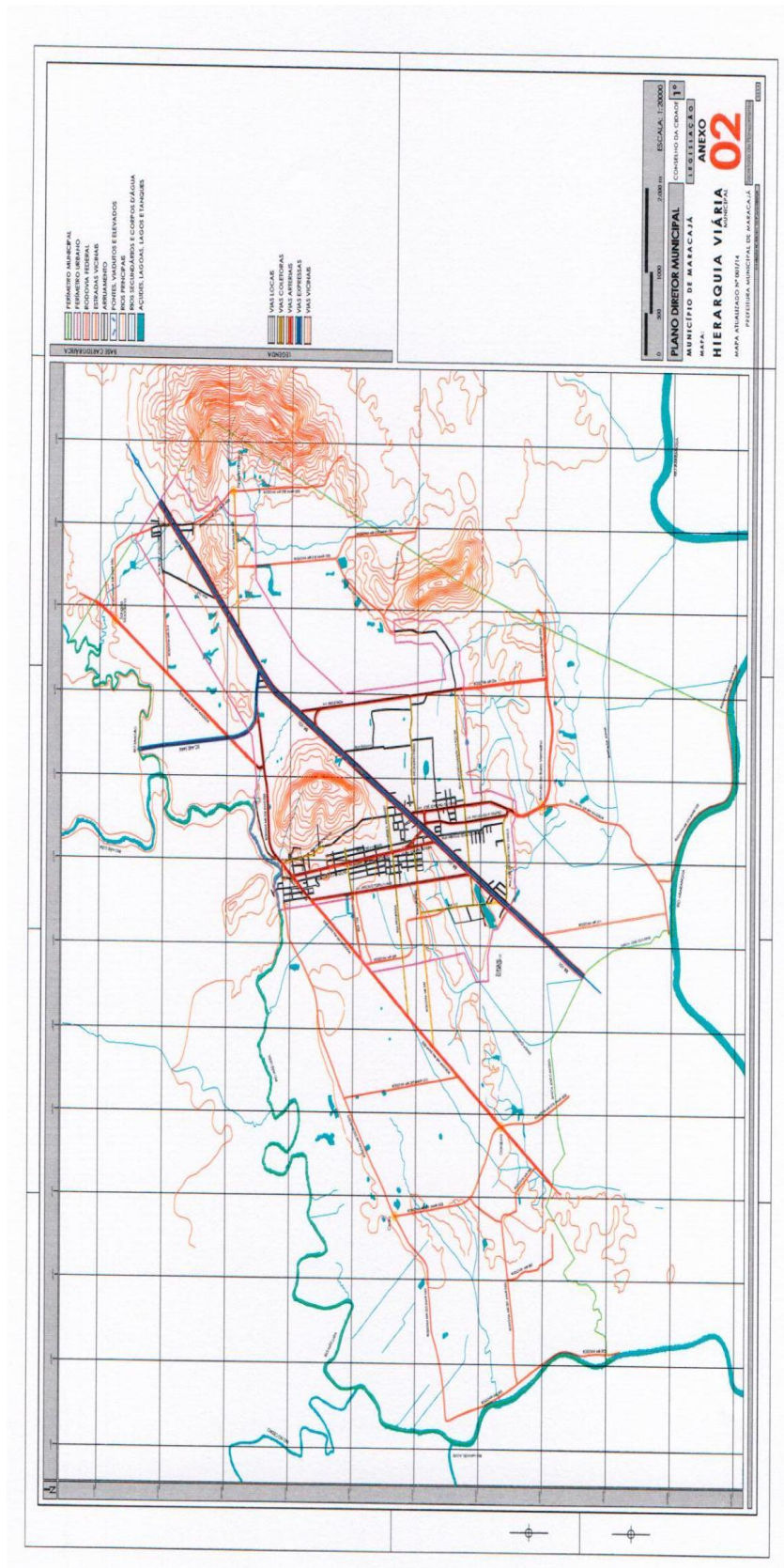
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria Municipal de Administração em 05 de Agosto de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Anexo 01

Mapa de Hierarquia Viária



Anexo 02

Lei de Mobilidade Urbana

Gabaritos de Vias por Hierarquia

		TIPOLOGIA DAS VIAS									
		RÁPIDAS		ARTERIAIS		COLETORAS		LOCAIS		VICINAIS	
		MÍNIMO	BÁSICO	MÍNIMO	BÁSICO	MÍNIMO	BÁSICO	MÍNIMO	BÁSICO	MÍNIMO	BÁSICO
COMPOSIÇÃO DAS FAIXAS	SISTEMA DE FAIXAS										
	ACESSOS E PARAGENS		2,00	1,00	3,60		3,00		2,50	2,50	2,50
	CALÇADA	3,60	2,40	2,10		1,80		1,50	1,80		1,80
	CICLOVIA	2,80	2,10	1,70	2,40		2,10		1,70		2,10
	SERVIÇO	1,20	1,20	1,00		0,70		0,70	0,90	1,00	1,20
	ACOSTAMENTO	3,00	2,50							3,00	3,00
	VAGAS DE ESTACIONAMENTO		2,30	2,40	5,00	2,20	2,60	2,00	2,40		
	CICLOFAIXA		2,10				1,20		1,20		2,10
	PISTA DE ROLAMENTO INTERNA	3,60	3,40	3,20	3,60	2,80	2,80	2,80	3,00	3,50	3,60
	PISTA DE ROLAMENTO EXTERNA	3,60	3,40		4,00						3,20
CANTEIRO O CENTRAL	CORREDOR EXCLUSIVO		3,60								
	CALÇADAS		2,80	1,50			1,60				
	SERVIÇOS	2,40	2,40	0,70	5,00						1,00
	CICLOVIAS		2,80								

TIPOLOGIA DAS VIAS											
	RÁPIDAS		ARTERIAIS		COLETORAS		LOCAIS		VICINAIS		
	MÍNIMO	BÁSICO	MÍNIMO	BÁSICO	MÍNIMO	BÁSICO	MÍNIMO	BÁSICO	MÍNIMO	BÁSICO	
COMPOSIÇÃO DAS FAIXAS	SISTEMA DE FAIXAS										
	CORREDOR EXCLUSIVO										
	PISTA DE ROLAMENTO EXTERNA										
	PISTA DE ROLAMENTO INTERNA										
	CICLOFAIXA										
	VAGAS DE ESTACIONAMENTO										
COMPOSIÇÃO PADRÃO DE HIERARQUIA DAS VIAS	ACOSTAMENTO										
	SERVIÇO										
	CICLOVIA										
	CALÇADA										
	ACESSOS E PARAGENS										
COMPOSIÇÃO PADRÃO DE HIERARQUIA DAS VIAS	PASSOIO PÚBLICO										

● O PADRÃO DE GABARITO BÁSICO ESTABELECE O LIMITE DE PROJETO PARA A VIA.

● O PADRÃO DE GABARITO MÍNIMO INDICARÁ OS ACRESCIMOS DE RECUE PARA O PROJETO OU RECOMPOSIÇÃO DA VIA.

LEI COMPLEMENTAR 43/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 43 DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

LEI DO CÓDIGO DE OBRAS DE MARACAJÁ - PLANO DIRETOR.

DISPÕE SOBRE A LEI DO CÓDIGO DE OBRAS DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

LEI DO CÓDIGO DE OBRAS DA CIDADE DE MARACAJÁ

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Código de Obras e Edificações do Município de Maracajá, o qual estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações no território municipal, fundamentalmente em seus aspectos tecnológicos, estruturais, funcionais e formais.

Parágrafo Único. Para que sejam considerados válidos e plenos de seus efeitos, os projetos de obras e instalações no município deverão estar em consonância com este Código, com a Lei sobre Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, bem como a Lei sobre o Parcelamento do Solo.

Art. 2º Nas edificações existentes que estiverem em desacordo com as disposições deste Código não serão permitidas obras de reconstrução, parcial ou total, e reformas, salvo se, a critério da Prefeitura Municipal, essas obras visarem à conservação de edificação de valor patrimonial cultural.

§ 1º. Para a concessão de licença nos casos previstos por este artigo o imóvel deverá estar tombado na forma da Lei e a Prefeitura Municipal deverá determinar vistoria na edificação, para verificar a conformidade das obras e definir as condições do licenciamento.

§ 2º. As obras a serem realizadas em construções integrantes do patrimônio cultural municipal, estadual ou federal, deverão atender às normas próprias estabelecidas pelo órgão de proteção competentes.

Art. 3º As obras realizadas no Município serão identificadas como construção, reconstrução, reforma, ampliação e/ou demolição, de iniciativa pública ou privada, e somente poderão habilitado.

Art. 4º Estará isenta do recolhimento de tarifas, impostos e emolumentos para o seu licenciamento, a obra de interesse social com até 70,00 m² (setenta metros quadrados), que possua as seguintes características:

- I. situada em lote regular, com caráter unifamiliar;
- II. não pertencente a nenhum programa habitacional oficial;
- III. atestada a única posse ou propriedade do requerente no município; e
- IV. com projetos vinculados a algum programa facilitador do procedimento de registro e responsabilidade profissional.

§ 1º. A isenção de que trata este artigo, não abona a necessidade de projeto e responsabilidade técnica, que poderá no entanto ser cotejada através de portfólio de projetos habitacionais populares, eventualmente elaborado pelas associações técnicas de profissionais projetistas ou pelos próprios, em doação a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

§ 2º. O uso de projeto constante do portfólio público não isenta a necessária responsabilidade técnica na execução da obra.

Art. 5º Para a construção ou reforma de instalações capazes de causar, de qualquer das formas, impactos ao meio ambiente, será exigida a licença ambiental prévia pelos órgãos municipal ou estadual pertinentes, quando da aprovação do projeto e de acordo com o disposto na legislação correlata.

Parágrafo Único. Consideram-se impactos ao meio ambiente natural e construído as interferências negativas nas condições de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, de insolação, aeração e acústica do entorno imediato, dos logradouros em geral, e das áreas de uso coletivo do espaço urbano.

CAPÍTULO I **DAS DEFINIÇÕES**

Art. 6º Para efeito do presente Código, deverão ser admitidas as seguintes definições:

- I. Aberturas: vãos livres das esquadrias, que possibilitam ventilação e/ou iluminação;
- II. Acobertamento: Ato ilícito de amparar atividade irregular junto ao CREA-SC, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU-BR, por profissional habilitado;
- III. Adega: Compartimento, geralmente subterrâneo, que serve por suas condições ambientes, para a guarda de bebidas;

- IV. Água: Termo genérico designativo dos planos inclinados de um telhado
- Alicerce: Elemento da construção que transmite a carga da edificação ao solo, também designado de fundação;
- V. Alinhamento: Linha legal que serve de limite entre o terreno e o logradouro público para o qual faz frente;
- VI. Alpendre: Área coberta, saliente da edificação, cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares ou consolos;
- VII. Alvará: Termo em desuso que define a Licença de Construção, autorizando a execução de obras sujeitas a fiscalização Municipal;
- VIII. Andaime: Plataforma elevada destinada a sustentar materiais e operários na execução de uma edificação ou reparo;
- IX. Andar: Transposição entre dois pavimentos úteis;
- X. Ante-sala: compartimento que precede o ambiente principal, análogo ao hall e foyer;
- XI. Apartamento: Unidade autônoma de moradia em prédio de habitação múltipla;
- XII. Apoio: Qualquer forma de sustentação sobre o solo;
- XIII. Área Aberta: Qualquer área que possua elemento de cobertura, geralmente aberta em seu perímetro;
- XIV. Área Computável: Área considerada para efeito de condicionantes urbanos;
- XV. Área Edificada: Somatório de todas as áreas de projeção horizontal dos pavimentos de uma edificação;
- XVI. Área Externa: Toda área não edificada;
- XVII. Área de Paredes: Área correspondente a projeção horizontal, não útil, dos elementos construtivos;
- XVIII. Área Fechada: Área limitada em todos os lados por elementos construtivos ou linha de divisa de lotes;
- XIX. Área útil: Área de uso e atividade;
- XX. Arquibancada: Escalonamento sucessivo de assentos ordenados em fila;
- XXI. Arrimo: Muro de contenção de desnível abrupto no solo;
- XXII. Aterro: Acréscimo de solo ao terreno;
- XXIII. Ático: Andar com área até 30% (trinta por cento) da área do compartimento inferior, com acesso interno e exclusivo desse. O ático será computado como área construída;
- XXIV. Balanço: Avanço da edificação sobre os alinhamentos ou recuo regulamentares que não possuam apoio além dos mesmos;
- XXV. Balaustrada: Conjunto de pilaretes ornados com a função de sustentar um corrimão ou para-peito;

- XXVI. Balcão: Balanço de pequena projeção com para-peito protegendo com porta;
- XXVII. Balcão-Vitrine: Balanço de pequena projeção, geralmente comercial, compondo vitrine ou expositor;
- XXVIII. Beiral ou Beirado: Prolongamento da cobertura que sobressai das paredes externas;
- XXIX. Breezes: Breeze soleil; Aletas verticais ou horizontais, fixas ou móveis provedoras de sombra sobre a fachada em que foi instalada;
- XXX. Calçada: Pavimentação do terreno, dentro do lote em área externa;
- XXXI. Clandestina: Obra executada ou em andamento sem aprovação legal e/ou alvará de construção;
- XXXII. Compartimento: O mesmo que peça, cômodo;
- XXXIII. Condomínio: Conjunto de unidades autônomas compostas numa edificação com serviços comuns;
- XXXIV. Contra-verga: Contraforte colocado sob os vãos das esquadrias, objetivando apoiar as cargas dos montantes laterais das mesmas;
- XXXV. Copa: Compartimento auxiliar da cozinha, destinado a refeitório;
- XXXVI. Corpo Avançado: Volume em balanço, que avança além da prumada do prédio;
- XXXVII. Corte: Escavação do terreno; Bota fora;
- XXXVIII. Cota: Indicação ou registro de dimensão, medida;
- XXXIX. Dependência: Compartimento ou conjunto destes;
- XL. Depósito: Compartimento ou edificação destinada a guarda de materiais ou produtos não perecíveis;
- XLI. Despensa: Depósito doméstico para gêneros alimentícios;
- XLII. Economia: Unidade autônoma de uma edificação, passível de tributação;
- XLIII. Embargo: Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra para averiguação de irregularidades;
- XLIV. Empachamento: Utilização do espaço público para finalidades diversas;
- XLV. Especificações: Descrição dos materiais e serviços empregados em uma obra;
- XLVI. Empena: Prumada de uma edificação. Parede externa;
- XLVII. Esquadria: Porta, Janela ou abertura similar que conecta o compartimento com o espaço externo;
- XLVIII. Fachada: Elevações das paredes externas de uma edificação;
- XLIX. Fachada Principal: Elevação voltada para o logradouro público;
- L. Foyer: Utilizada geralmente nas salas de espetáculos, com a finalidade de acolher previamente a assistência;

- LI. Fundações: O mesmo que alicerces;
- LII. Gabarito: Cota que determina ou limita a largura dos logradouros públicos ou a altura das edificações;
- LIII. Galpão: Edificação em madeira, fechada total ou parcialmente em pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) de seu perímetro;
- LIV. Galeria: Passeio comum coberto, integrante de uma edificação e ligado ao logradouro público;
- LV. Geminadas: Diz-se das unidades autônomas que compartilham uma mesma parede contígua;
- LVI. Habitação multifamiliar: edificação para habitação coletiva;
- LVII. Habitação unifamiliar: edificação para habitação de uma única família;
- LVIII. Hachura: Rajado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio-tom;
- LIX. Hall: Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos;
- LX. Isoladas: Diz-se das unidades autônomas distintas, sem conexão física com outra;
- LXI. Jirau: Pavimento intermediário entre o piso e o forro de um compartimento, de uso exclusivo deste e que não possua área igual ao mesmo. Correlato a mezanino;
- LXII. Ladrão: Tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiras, pias, etc..., para escoamento automático do excesso de água;
- LXIII. Lavatório: Bacia para lavar as mãos, com água encanada e esgoto;
- LXIV. Licenciamento: Ato administrativo que autoriza a execução de obras. O mesmo que conceder o Alvará;
- LXV. Lindeiro: Limítrofe, vicinal, vizinho;
- LXVI. Linha: Peça estrutural horizontal de composição de tesouras, sujeita a esforços de tração;
- LXVII. Logradouro Público: Toda parcela de território de domínio público e de uso comum da população;
- LXVIII. Lote: Porção de terreno com testada para logradouro público;
- LXIX. Manobra: Espaço destinado a mudança de direção de um determinado veículo;
- LXX. Marquise: Elemento em balanço que não constitui área útil sobre o mesmo;
- LXXI. Mezanino: O mesmo que jirau, porém em menor dimensão, normalmente formando passadiço;
- LXXII. Montante: Peça estrutural de composição de tesouras e painéis. Suporte, mourão ou palanque;
- LXXIII. Para-Peito: Resguardo de pequena altura, de sacadas, terraços e jirau;

- LXXIV. Pára-Raios: Dispositivo destinado a proteger as edificações contra descargas atmosféricas;
- LXXV. Parede Cega: Parede sem abertura, empena;
- LXXVI. Passadiço: Circulação entre uma parede e um para-peito;
- LXXVII. Patamar: Superfície intermediária entre dois lances de escada configurando pausa entre estes;
- LXXVIII. Pavimento: Conjunto de compartimentos de uma edificação situados em mesmo nível ou com diferença de cota não superior a 1,00 m (hum metro);
- LXXIX. Pavimento térreo: Pavimento de acesso principal, cuja cota de piso não ultrapasse a 1,50 metros (hum metro e meio) o nível médio do passeio adjacente;
- LXXX. Pavimento tipo: pavimento que se repete em altura, indistintamente;
- LXXXI. Peatonal: relativo a pedestre; Caminho exclusivo.
- LXXXII. Pé-Direito: Distância vertical entre o piso e o forro de um determinado compartimento;
- LXXXIII. Pendural: Peça estrutural de composição das tesouras e painéis sujeita a esforços específicos;
- LXXXIV. Pergolado: Conjunto de pérolas, ou peças dispostas paralelamente e de caráter decorativo, não constituindo cobertura;
- LXXXV. Perna: Peça estrutural inclinada de composição das tesouras, que recebe e distribui o peso das coberturas;
- LXXXVI. Piscina: Reservatório de água para uso de lazer, considerada como área computável para efeito de registro;
- LXXXVII. Playground: Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos similares;
- LXXXVIII. Platibanda: Coroamento de uma edificação, formado pelo prolongamento das paredes externas e acima do forro;
- LXXXIX. Poço: Área externa de pequena dimensão, formada por elementos construtivos ou divisa de lotes, destinada a ventilar e/ou iluminar os compartimentos ligados a ela;
- XC. Porão: Compartimento abaixo do pavimento térreo com destinação exclusiva para depósito;
- XCI. Portante: Elemento que suporta sobrecarga além do próprio; Diz-se das alvenarias que dispensam estrutura;
- XCII. Prancha: Folha de tamanho grande, na qual é apresentado um determinado projeto;
- XCIII. Prumada: Projeção ortogonal ao solo de uma edificação ou de corpos avançados;
- XCIV. Reconstrução: Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou no todo;

- XCV. Recuo: Distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e a divisa do lote;
- XCVI. Reforma: Restabelecimento ou alteração de uma edificação em seus elementos essenciais, total ou parcialmente, visando melhorar as suas condições de uso;
- XCVII. Reparo: Serviço de manutenção executado em uma edificação, sem intervenção nos elementos essenciais da obra;
- XCVIII. Restauro: Recuperação das características construtivas originais, concedendo ao imóvel caráter de patrimônio cultural;
- XCIX. Sacada: Área aberta útil em balanço total ou parcial, além da fachada de uma empena;
- C. Sobreloja: Jirau em compartimento destinado a comércio, geralmente no pavimento térreo, formando mezanino ou não;
- CI. Sótão: Espaço situado entre o forro e a cobertura de uma edificação, aproveitável como dependência;
- CII. Sprinklers: Equipamentos de prevenção de incêndio, composto por insuflador de água, fechado por uma cápsula de vidro contendo líquido de fácil dilatação. Acionado pelo calor, provocado pelas chamas;
- CIII. Sub-Solo: Pavimento abaixo do térreo, cujo piso está situado abaixo do registro de nível natural do terreno, em cota não superior a 1,50 metros (hum metro e meio) do nível médio do passeio adjacente;
- CIV. Tapume: Vedação provisória usada durante a construção como proteção;
- CV. Telheiro: Área coberta totalmente aberta em seu perímetro;
- CVI. Terraço: Área útil sobre elemento de cobertura e em lugar acessível;
- CVII. Tesoura: Conjunto estrutural de sustentação de coberturas;
- CVIII. Testada: É a linha que separa a via pública de circulação da propriedade particular;
- CIX. Unidade Autônoma: Parte de uma edificação, vinculada a uma fração ideal do terreno, sujeita as limitações da Lei, constituída de dependências e instalações de uso privado e de parcelas das dependências e instalações de uso comum da edificação, classificada por designação especial numérica;
- CX. Varanda: Área coberta que possua no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu perímetro aberta para a área externa;
- CXI. Verga: Contraforte colocado sobre os vãos das esquadrias, objetivando distribuir as cargas das paredes;
- CXII. Vestíbulo: Pequeno ambiente, mormente de uso comum, para acesso e recepção à edificações. Hall ou ante-sala;
- CXIII. Viga: Estrutura horizontal usada para a distribuição de carga aos pilares;
- CXIV. Vistoria: Diligência efetuada pelo Poder Público, tendo em vista verificar as condições de uma edificação;

CXV. Vitrine: Elemento construtivo vítreo, com finalidade de expor produtos destinados ao comércio, geralmente compondo fachada; e

CXVI. Zenital: Diz-se daquilo referente as coberturas, iluminação ou ventilação zenital, realizada através de vãos ou transparências do elemento de cobertura.

CAPÍTULO II

DAS SIGLAS

Art. 7º Para efeito do presente Código, deverão ser admitidas as seguintes abreviaturas e siglas, dispensando-as de citá-las por extenso no escopo da Lei:

- I. ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas, cujos termos fazem parte integrante deste Código, quando com ele relacionados;
- II. ANP: Agência Nacional de Petróleo;
- III. ART: Anotação de Responsabilidade Técnica, documento expedido pelo CREA-SC, regularizando uma obra ou serviço junto ao mesmo;
- IV. CASAN: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. Órgão da Administração Pública responsável pelo atendimento à população dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos;
- V. CAU-SC: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina;
- VI. CB-SC: Corpo de Bombeiros de Santa Catarina;
- VII. CELESC: Centrais Elétricas de Santa Catarina;
- VIII. CERSUL: Cooperativa de eletrificação do Sul;
- IX. CREA-SC: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina;
- X. CODESC: Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina;
- XI. CVCO: Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra. Habite-se;
- XII. DAM: Documento de Arrecadação Municipal;
- XIII. FATMA: Fundação de amparo tecnológico ao meio ambiente;
- XIV. IBAMA: Instituto Brasileiro de Assistência ao Meio Ambiente;
- XV. NBRs: Normas Brasileiras. Normatização Técnica da ABNT;
- XVI. NTCI: Normas Técnicas de Combate à Incêndio do CB-SC;
- XVII. PMM: Prefeitura Municipal de Maracajá;
- XVIII. RRT: Registro de Responsabilidade Técnica, documento expedido pelo CAU-SC, regularizando uma obra ou serviço junto ao mesmo;
- XIX. RTI: Reserva Técnica de Incêndio;
- XX. SDR: Secretaria de Desenvolvimento Regional;

- XXI. SEPLAN: Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Maracajá;
- XXII. SPCDA: Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
- XXIII. SPU: Secretaria de Patrimônio da União; e
- XXIV. UFM: Unidade Fiscal Municipal. Indexador tributário que indica a variação dos tributos municipais;

TÍTULO II

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

CAPÍTULO I

DO MUNICÍPIO

Art. 8º Cabe a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano a aprovação final dos projetos de arquitetura e complementares, observadas as disposições deste Código bem como os padrões urbanísticos definidos pela legislação municipal vigente.

Parágrafo único. Os profissionais do Setor de Planejamento Urbano, tecnicamente habilitados para promover análise de projetos, deverão ter sido admitidos por concurso e registrarem ART ou RRT de cargo e função específico.

Art. 9º Os Analistas de projeto do Setor de Planejamento Urbano poderão ajuizar projetos de sua própria autoria, desde que submetido ao Conselho da Cidade, salvo quando do interesse público municipal ou a título honorífico.

Art. 10 Compete ao Município fiscalizar a manutenção das condições de segurança e salubridade das obras e edificações, através do licenciamento e fiscalização do projeto, da execução e da utilização das mesmas, através de seus funcionários ou prepostos legalmente habilitados.

§ 1º. Os engenheiros e fiscais da Prefeitura terão ingresso a todas as obras no território municipal, mediante a apresentação de prova de identidade, independentemente de quaisquer outras formalidades.

§ 2º. Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

§ 3º. Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, autenticar documentos eletrônicos reproduzidos em papel necessários ao atendimento desta legislação.

Art. 11 Em qualquer período da execução da obra, o Setor de Planejamento Urbano poderá exigir que lhe sejam exibidas as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 12 As informações contidas no processo de obra são da alçada do respectivo responsável técnico, coniventemente ao proprietário ou incorporador, restringido a estes o seu acesso e divulgação.

Parágrafo único. A bem do interesse público, serão consideradas as solicitações de prestação de informações sobre obras privadas que, justificadamente e por quem de interesse direto, possam interferir na unidade de vizinhança e/ou no patrimônio ambiental.

CAPÍTULO II

DO PROPRIETÁRIO OU INCORPORADOR

Art. 13 O proprietário ou incorporador da obra responderá pela veracidade dos documentos apresentados, implicando a nulidade de direito do processo de obra, na confirmação de falsidade ou claudicação nos dados apresentados.

Parágrafo único. Não é da competência do Poder Público, atestar propriedade, posse ou domínio sobre as áreas edificadas, cabendo-lhe tão somente o registro das responsabilidades envolvidas sobre a obra em questão.

Art. 14 O proprietário do imóvel, ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, bem como pela observância das disposições deste Código e das leis municipais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Art. 15 O responsável técnico pela obra assume perante o Município e terceiros que serão seguidas todas as condições previstas nos projetos de arquitetura e complementares, aprovados de acordo com este Código.

Art. 16 Para efeito deste Código somente profissionais habilitados devidamente inscritos e quites com a Prefeitura Municipal poderão fiscalizar, orientar, administrar e executar qualquer obra no Município.

Parágrafo único. A atividade projetual, por seu caráter imaterial, quando depreendida em outro município e independente das atividades acima descritas, estarão sujeitas a comprovação de inscrição e quitação legal, aferida por esta outra localidade.

Art. 17 Só poderão ser inscritos na Prefeitura os profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/SC, tanto quanto no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/SC.

Art. 18 Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa da responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá comunicar por escrito à Prefeitura essa pretensão, a qual só será concedida após vistoria procedida pelo órgão competente, acompanhada da anuência do interessado na obra e se nenhuma infração for verificada.

§ 1º. O proprietário deverá apresentar, no prazo de 07 (sete) dias, novo responsável técnico, o qual deverá enviar o Setor de Planejamento Urbano, comunicação a respeito juntamente com a nova ART ou RRT de substituição, sob pena de não se poder prosseguir a execução da obra.

§ 2º. Os dois responsáveis técnicos, o que se afasta da responsabilidade pela obra e o que a assume, poderão fazer uma só comunicação que contenha a assinatura de ambos e do proprietário.

§ 3º. A alteração da responsabilidade técnica deverá ser anotada no Alvará de Construção.

Art. 19 É obrigação do responsável técnico pela execução, a colocação da placa na obra, constando ao menos:

- I. os nomes dos responsáveis técnicos, seus títulos e registros profissionais;
- II. a natureza da obra; e
- III. endereços, sites, e-mails e telefones para contato.

TÍTULO III

DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO

CAPÍTULO I

DAS NORMAS TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 20 Os projetos de arquitetura para efeito de aprovação e outorga de licença para construção, somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as normas de desenho arquitetônico.

§ 1º. As folhas do projeto deverão seguir as normas da ABNT NBR 10068 quanto as dimensões escolhidas, sendo apresentadas em cópias dobradas e nunca em rolo, tomando-se por referência o tamanho A-4, descrito na referida norma, de forma a prover o manuseio corrente das suas folhas montadas em processo, mesmo que fixadas em pastas.

§ 2º. A dobradura em rosto do tamanho A-4 é configurada como o selo da prancha desenhada, não sendo admitidas outras informações neste espaço, que não sejam as seguintes:

- I. informações da obra:

- a) natureza, objeto e destinação;
 - b) local e endereço;
 - c) logomarcas e/ou identificação comercial; e
 - d) nome, título, registro e assinatura da responsabilidade técnica.
- II. informações do projeto:
- a) tipo e modalidade;
 - b) área total;
 - c) data de elaboração;
 - d) logomarcas e/ou identificação comercial; e
 - e) nome, título, registro e assinatura da responsabilidade técnica.
- III. informações dos desenhos na prancha:
- a) elementos de composição;
 - b) projeções ortogonais, vistas e/ou detalhes;
 - c) numeração crescente; e
 - d) escalas.
- IV. informações da propriedade ou incorporação:
- a) logomarcas e/ou identificação comercial; e
 - b) nome completo, CPF ou CNPJ.
- V. informações revisionais:
- a) data e descrição; e
 - b) responsável pela alteração.

§ 3º. O conjunto de informações previstas no parágrafo segundo deste artigo, não poderá exceder a altura de 112 mm (cento e doze milímetros), ficando o excedente da folha de rosto reservada aos carimbos, vistos e aprovações legais dos Órgãos públicos envolvidos no processo de análise do projeto.

Art. 21 Nos projetos de reforma, ampliação ou reconstrução deverá ser indicado o que será demolido, construído ou conservado de acordo com convenções especificadas na legenda.

CAPÍTULO II

DA CONSULTA PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Art. 22 A Prefeitura, mediante requerimento, fornecerá uma Consulta Prévia contendo informações sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, dados cadastrais disponíveis, do alinhamento e do nivelamento da testada do terreno, além de ressalvas quando o greide de via pública estiver sujeito a modificações futuras.

§ 1º. A consulta prévia é procedimento que antecede a aprovação de projeto, devendo o profissional responsável requerer ao setor competente da Prefeitura através de formulário próprio, contendo informações suficientes para identificação do imóvel consultado.

§ 2º. O Município fornecerá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a partir da data da consulta, com validade de 12 (doze) meses, todas as informações necessárias ao fiel cumprimento da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, inclusive no que diz respeito ao tipo de atividade prevista para a zona, índices e parâmetros construtivos, bem como avaliação ambiental, a fim de orientar o trabalho de projeto.

Art. 23 Conjuntamente a consulta prévia poderá ser requerido o alinhamento do terreno em relação ao logradouro público, bem como as cotas em nível do greide no trecho específico.

§ 1º. Não será admissível a execução de obras, que por nivelamento inadequado venham a interferir no passeio público, alterando a caminhabilidade e acessibilidade públicas, prevista na Lei de Mobilidade.

§ 2º. O departamento topográfico do Setor de Planejamento Urbano realizará o alinhamento e nivelamento previsto neste artigo, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias.

CAPÍTULO III

DA LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Art. 24 Toda e qualquer obra que implique responsabilidade técnica para a sua execução deverá requerer a necessária Licença para Construção.

§ 1º. A licença para implantação de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra terá caráter provisório.

§ 2º. Em terrenos onde existam edificações irregulares, as mesmas deverão ser regularizadas antes da conclusão da obra, sob pena da mesma não obter o CVCO.

Art. 25 Para obter a Aprovação de Projeto preliminar e na inexistência de impedimento construtivo na Consulta Prévia, o requerente apresentará o projeto básico de arquitetura para aprovação, composto de:

- I. requerimento, solicitando a aprovação do projeto, assinado pelo responsável técnico, pelo proprietário, incorporador ou representante legal;
- II. a Consulta Prévia devidamente preenchida pelo órgão municipal competente, em seu prazo de validade;
- III. planta de situação e localização, em escala suficiente para averiguação circunstancial, contendo todas as dimensões, ângulos, níveis e afastamentos necessários a sua compreensão, inclusive a orientação setentrional; e
- IV. projeções ortogonais em número e escala suficiente para a identificação de todos os elementos construtivos propostos, sem gerar dúvidas sobre cada espaço, contendo ainda as seguintes informações:

- a) área parcial de cada pavimento e do total da edificação;
- b) todas as dimensões e áreas de todos os espaços conformados, internos e externos;
- c) orientação setentrional;
- d) cotas de todos os níveis construídos;
- e) dimensões dos afastamentos, vãos de iluminação e/ou de ventilação;
- f) a denominação de cada compartimento;
- g) especificação dos materiais de revestimento utilizados;
- h) indicação das espessuras das paredes e dimensões externas gerais da obra;
- i) os indicativos em planta dos cortes produzidos;
- j) planilha de esquadrias, relacionados a localização em planta;
- k) dimensão das esquadrias, peitoris e/ou códigos específicos;
- l) pé-direito, cotas verticais, distâncias entre pisos;
- m) especificações técnicas e indicação de materiais;
- n) indicação dos elementos naturais preserváveis; e
- o) indicação de previsão dos compartimentos e elementos técnicos em atendimento aos projetos complementares.

V. ART ou RRT de projeto;

VI. Memorial Descritivo de todas as condições e etapas da obra; e

VII. Matrícula do Registro de Imóveis atualizada ou documento legal correspondente.

Parágrafo único. As requisições aqui descritas são aplicáveis não só ao projeto preliminar de arquitetura, mas por sua vez a todos os projetos complementares exigíveis.

Art. 26 Para a emissão da Licença de Construção em definitivo, o requerente deverá apresentar a Responsabilidade Técnica pela execução da obra, bem como dos projetos complementares, aprovados em seus respectivos Órgãos fiscalizadores e nas seguintes condições:

- I. projeto hidrossanitário: no Departamento de Vigilância em Saúde, em quaisquer dos casos;
- II. projeto elétrico: na CELESC, para quaisquer dos casos, com exceção de edificações residenciais com até 03 (três) unidades autônomas;
- III. licença ambiental: na FATMA, IBAMA ou outro Órgão ambiental, conforme a competência e para os casos apontados na Consulta Prévia;
- IV. projeto preventivo de incêndio: no CB-SC, para quaisquer dos casos, com exceção de residências unifamiliares.

§ 1º. A Prefeitura exigirá a apresentação da ART ou RRT das estruturas prediais, sempre que o mesmo for exigível pelo órgão fiscalizador do Conselho pertinente.

§ 2º. Em circunstâncias especiais a Prefeitura poderá exigir ainda projetos complementares de instalações especiais que possam interferir na segurança e uso das edificações.

§ 3º. A Prefeitura se resguardará o direito de apenas expedir a Licença de Construção, mediante a apresentação de todas as demais aprovações legais exigíveis, sem prejuízo dos prazos regulamentares, contados a partir da entrega da última licença complementar exigida.

Art. 27 Todos os elementos exigidos na entrega do projeto deverão ser apresentadas em arquivo digital e no mínimo em 02 (duas) vias em papel, uma das quais será arquivada no Setor de Planejamento Urbano e a outra será devolvida ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas o carimbo "APROVADO" e as rubricas do Profissional encarregado das análises de aprovação, com data e registro.

Parágrafo único. Os projetos deverão ser obrigatoriamente georreferenciados ao cadastro municipal, indicando com clareza as suas coordenadas e orientações.

Art. 28 O Setor de Planejamento Urbano se outorga o prazo de 15 (quinze) dias para análise e deliberação do projeto apresentado, distintamente dos prazos definidos pelos demais Órgãos envolvidos nas aprovações preliminares.

Parágrafo único. Em caso de desacerto da proposição apresentada com qualquer das condições legais estabelecidas, exigindo retificações ou diligências para dirimir dúvidas relativas ao mesmo, fica suspenso o prazo estabelecido até que se cumpra os trâmites agenciados.

Art. 29 Estão isentas de Licença para construção as seguintes obras:

- I. limpeza ou pintura interna e externa de edifícios, que não exija a instalação de tapumes, andaimes ou telas de proteção;
- II. conserto nos passeios dos logradouros públicos em geral;
- III. construção de muros divisórios com até 1,20 mts (hum metro e vinte centímetros) de altura, contado em seu maior desnível, em quaisquer de suas faces;
- IV. construção de abrigos provisórios para operários ou depósitos de materiais, no decurso de obras definidas e já licenciadas; e
- V. reformas que não determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, não contrariando os índices estabelecidos pela legislação referente ao Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, e que não afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.

Art. 30 A Licença para Construção definitiva terá prazo de validade igual a 02 (dois) anos, podendo ser revalidada, pelo mesmo prazo e por uma única vez mediante solicitação em tempo hábil, pelo interessado.

§ 1º. Decorrido o prazo definido no caput sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogada a Licença de Construção bem como a aprovação do projeto.

§ 2º. Durante a vigência da Licença de Construção, mesmo em não havendo movimento de obra, o responsável técnico em convivência com o proprietário ou incorporador, ficará invariavelmente responsável pela segurança do canteiro de obras.

§ 3º. A paralisação da obra, sem baixa da Licença de construção deverá ser informada o Setor de Planejamento Urbano.

Art. 31 É vedada qualquer alteração no projeto básico de arquitetura após sua aprovação sem o prévio consentimento do Município, especialmente dos elementos essenciais da construção, sob pena de cancelamento de sua Licença.

Parágrafo Único. A execução de modificações em projetos básicos de arquitetura ou complementares, aprovados com licença ainda em vigor e que envolva partes da construção, acréscimo de área ou gabarito, somente poderá ser iniciada após a sua aprovação.

Art. 32 Os documentos comprovantes da aprovação legal, previstos neste Código deverão ser mantidos na obra durante sua construção, em local de fácil acesso à fiscalização dos Órgãos fiscalizadores envolvidos.

Art. 33 Nenhuma demolição de edificação poderá ser efetuada sem solicitação prévia o Setor de Planejamento Urbano, que expedirá a licença para demolição, mediante vistoria técnica.

Parágrafo único. Após a vistoria a Prefeitura Municipal exigirá que o proprietário apresente profissional legalmente habilitado, responsável pela execução dos serviços.

Art. 34 Qualquer edificação que esteja, a juízo do Setor de Planejamento Urbano, ameaçada de desabamento deverá ser interditada de imediato para a promoção de perícia e laudo técnico sobre as reais condições do imóvel.

§ 1º. Constatado o fato agravante, a edificação deverá ser demolida pelo responsável, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias do recebimento da Notificação pelo mesmo.

§ 2º. Na recusa em fazê-la, a Prefeitura providenciará a execução da demolição, encaminhando as expensas ao setor tributário para as medidas cabíveis.

§ 3º. A licença para demolição poderá ser expedida juntamente com a licença para construção, quando for o caso.

CAPÍTULO IV

DO CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA – CVCO

Art. 35 Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade.

Parágrafo Único. É considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

- I. garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;
- II. possuir todas as instalações previstas em projeto, funcionando a contento;
- III. for capaz de garantir a seus usuários, padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;
- IV. não estiver em desacordo com as disposições deste Código;
- V. atender às exigências do Corpo de Bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio, atestadas por vistoria técnica daquele Órgão; e
- VI. tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado, atestado por documento expedido pelo Departamento de Vigilância em Saúde.

Art. 36 Concluída a obra, o proprietário e o responsável técnico deverão solicitar ao Município o CVCO da edificação, em documento assinado por ambos, que deverá ser precedido da vistoria efetuada pelo Setor de Planejamento Urbano, através de seu profissional habilitado ou preposto instrumentado.

Art. 37 Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada em desacordo com o projeto aprovado, o responsável técnico e o proprietário serão notificados, de acordo com as disposições deste Código, e obrigados a regularizar os projetos, caso as alterações possam ser aprovadas, ou fazer a demolição e modificações necessárias, caso em desacordo com os parâmetros legais instituídos.

Art. 38 A vistoria deverá ser efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do seu requerimento.

Parágrafo único. A expedição do CVCO se dará de imediato após a vistoria, desde que não sejam aferidos desacordos com o projeto, sujeitando neste caso efeito suspensivo do trâmite, até que sejam sanadas as irregularidades.

Art. 39 Será concedido o CVCO parcial de uma edificação nos seguintes casos:

- I. prédio composto de parte comercial e parte residencial utilizadas de forma independente;
- II. programas habitacionais de reassentamentos com caráter emergencial, desenvolvidos e executados pelo Poder Público ou pelas comunidades beneficiadas, em regime de mutirão.

Parágrafo único. O CVCO parcial não substitui o definitivo, que deve ser concedido no final da obra.

TÍTULO IV

DA SEGURANÇA NAS OBRAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 A execução das construções somente poderão ser iniciadas depois de concedida a Licença para Construção.

Parágrafo Único. São atividades que ainda não caracterizam o início de uma construção, mas que sujeitam a obra a notificação preliminar:

- I. o preparo do terreno;
- II. a instalação do canteiro de obras e requisitos de segurança;
- III. a abertura de cavas para fundações; e
- IV. a execução de estaqueamentos e drenagens.

Art. 41 A confecção de formas e ferragens para lançamento de concreto em sapatas ou cravação de estacas já caracterizam o início da obra.

Parágrafo Único. Obras nestas condições sem a devida Licença, serão autuadas e embargadas até que se promova a necessária regularização.

CAPÍTULO II

DO CANTEIRO DE OBRAS

Art. 42 Os canteiros da obra deverão conformar-se dentro dos limites do terreno em construção, devidamente cercado e protegido, não imputando qualquer tipo de insegurança a transeuntes e vizinhos da obra em questão.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, e a critério do Setor de Planejamento Urbano, projetos com elevada taxa de ocupação de acordo com a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, poderão pleitear, mediante projeto de obra devidamente justificado, a ocupação de no máximo a metade dos passeios públicos adjacentes para composição do canteiro de obras, desde que:

- a) preserve o gabarito mínimo de calçadas, previsto na Lei de Mobilidade Urbana;
- b) não crie obstáculos neste alinhamento;

c) não altere o piso da calçada, preservando suas características de segurança; e

d) Preserve uma altura livre de 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros) do piso da calçada;

Art. 43 A implantação do canteiro de obras sobre parte do passeio público, somente terá sua licença concedida pelo Setor de Planejamento Urbano, mediante exame das condições locais de circulação nos horários de maior intensidade e dos inconvenientes e/ou prejuízos que possam vir a ser causados ao trânsito de veículos, bicicletas e pedestres.

Parágrafo Único. Os prejuízos eventualmente causados a terceiros, transeuntes ou vizinhos, deverão ser mitigados e/ou compensados na medida do desenvolvimento da obra, ou ao seu término, quando por este não for possível, restituindo inclusive pavimentações e coberturas vegetais pré-existentes.

Art. 44 É proibida a permanência de qualquer material de construção fora dos limites do canteiro, mesmo que precariamente, bem como entulhos de qualquer espécie.

§ 1º. O recolhimento de entulhos derivados da obra em questão é de responsabilidade do construtor, do proprietário ou incorporador, coniventemente.

§ 2º. A não retirada imediata dos materiais ou do entulho, autoriza a Prefeitura Municipal a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-lhe o destino conveniente, e a lançar as expensas dos executores da obra as despesas provenientes da remoção, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO III

DOS TAPUMES, ANDAIMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Art. 45 Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas.

Art. 46 Nenhuma construção, reforma, reparo ou demolição poderá ser executada sem que esteja obrigatoriamente protegida por tapumes.

Parágrafo Único. No caso de reparos e serviços que dispensem a expedição da Licença de Obra, como muros, grades ou pinturas, desde que não comprometam a segurança dos transeuntes, poderão ser isoladas com cavaletes ou fitas de isolamento, nas condições previstas anteriormente para o uso dos passeios públicos.

Art. 47 Não serão admitidos andaimes suspensos além da projeção dos tapumes da obra, sem a proteção de bandejas de segurança.

Parágrafo Único. É obrigatório o uso máximo de 2/3 (dois terços) da calçada para disposição do tapume provisório da obra, desde que preservado ao menos 1,20 mts para a circulação pública.

Art. 48 Nenhuma obra poderá aspergir poeira, detritos ou outros materiais para além de seus limites.

Parágrafo Único. Em edificações com 03 (três) ou mais pavimentos, será exigido o uso de tela de proteção em todas as fachadas da edificação.

Art. 49 Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

Art. 50 Durante a execução da obra será obrigatória a observação dos dispositivos estabelecidos na norma NR-18 do Ministério do Trabalho.

Art. 51 Após o término das obras ou no caso de paralisação por prazo superior a 04 (quatro) meses, os tapumes deverão ser recuados e os andaimes retirados.

Art. 52 Outras NBRs relativas a segurança no canteiro de obras deverão ser consideradas, sempre que aposto dúvida sobre os procedimentos a serem adotados.

TÍTULO V DAS CONDIÇÕES DAS EDIFICAÇÕES

CAPÍTULO I DA ACESSIBILIDADE

Art. 53 De todas as edificações será exigido projeto de modo a permitir o acesso, a circulação e utilização universal das pessoas, com inclusão daquelas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes, cadeirantes e indivíduos com necessidades especiais.

§ 1º. Excetuam-se desta exigência apenas as residências unifamiliares.

§ 2º. A fim de permitir o uso universal das dependências destas edificações, os projetos deverão seguir as orientações previstas na NBR 9050/94 da ABNT e normativas correlatas aos casos.

Art. 54 Todas as edificações existentes deverão adequar-se às exigências da NBR 9050/94, para acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com exceção daquelas já citadas.

Parágrafo único. O prazo para que o proprietário da edificação defasada nesta questão, regularize a sua condição conforme a norma citada será definida pelo Setor de Planejamento Urbano, que expedirá notificação apropriada quanto ao caso.

Art. 55 As edificações em construção, que eventualmente tenham sido aprovadas sem a consideração dos condicionantes da NBR 9050/94, deverão em tempo hábil, encaminhar pedido de retificação do projeto, anexando-o ao processo original, para que seja possível a expedição do CVCO.

SEÇÃO I DOS CORREDORES E VÃOS DE PASSAGENS

Art. 56 Os corredores e vãos de passagens devem considerar o acesso, circulação e utilização universal das pessoas, tendo largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação à que dão passagem.

§ 1º. As larguras dos corredores e vãos de passagens obedecerão as unidades de passagem previstas na NBR 9050/94 ou sucedânea, bem como a NTCl do CB-SC, quando à estas estiverem submetidas.

§ 2º. Nas edificações residenciais unifamiliares serão aceitos corredores e vãos de passagens mais exíguos, nunca inferiores a 0,90 mts (noventa centímetros).

SEÇÃO II DAS ESCADAS E RAMPAS

Art. 57 Para efeito deste Código as escadas e rampas serão subdivididas em privadas, coletivas e de serviço.

I. escadas e rampas privadas são aquelas de uso exclusivo em uma unidade autônoma;

II. escadas e rampas de uso coletivo deverão impreterivelmente atender os condicionantes técnicas instituídas para acessibilidade e segurança; e

III. escadas e rampas de serviço são aquelas usadas exclusivamente para acessos de manutenção ou a compartimentos de serviço.

§ 1º. As rampas de acesso de veículos serão consideradas rampas de serviço.

§ 2º. A classificação acima mencionada não descaracteriza a classificação feita nas NTCl, nem as suas obrigações normativas.

Art. 58 Todas as escadas deverão atender ao princípio da fórmula de blondel, previsto nas NTCl, bem como as demais regulamentações relativas a patamares, degraus, espelhos e corrimãos, quando de uso coletivo.

Parágrafo único. As escadas de uso privado e de serviço poderão ter seus condicionantes modificados, mediante justificativa técnica adequada e que não implique em insegurança do usuário.

Art. 59 Todas as rampas de acesso peatonal deverão atender as inclinações previstas na NBR 9050/94 para acessibilidade universal.

Parágrafo único. Somente serão admissíveis inclinações acima do normatizado para rampas de uso exclusivo para veículos de tração mecânica.

CAPÍTULO II DOS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS

Art. 60 Os compartimentos das edificações serão classificados por seu uso e permanência, devendo atender as seguintes especificações:

- I. perímetro circular inscrito entre paredes;
- II. área mínima;
- III. fração mínima de iluminação e ventilação; e
- IV. pé-direito.

Art. 61 Para efeito do presente Código, cada compartimento, será considerado também pela sua finalidade lógica decorrente da sua disposição em projeto, como Compartimentos de Permanência:

- I. Prolongada noturna - PN;
- II. Prolongada diurna - PD;
- III. Transitória - PT;
- IV. Mínima - PM; e
- V. Especial - PE.

§ 1º. Serão considerados Compartimento de Permanência Prolongada Noturna – PN, os dormitórios, quartos, suítes e similares.

§ 2º. Serão considerados Compartimento de Permanência Prolongada Diurna – PD, as salas de jantar, estar, visitas, música, jogos, costura, leitura, estudo, gabinetes de trabalho em geral, cozinhas, copas e similares;

§ 3º. Serão considerados Compartimentos de Permanência Transitória(PT) os vestíbulos, hall, lavabos, quartos de banho, gabinetes sanitários, lavanderias de uso doméstico e similares;

§ 4º. Serão considerados Compartimentos de Permanência Mínima – PM, os depósitos domésticos, despensas, armários, closets, corredores, passagens, compartimentos de serviços, equipamentos e similares.

§ 5º. Serão considerados Compartimentos de Permanência Especial – PE, aqueles que, não se enquadrando em nenhuma das classificações acima relacionadas, tenham condições de uso próprias ou definidas por legislação a parte, como escritórios públicos, salas comerciais, ateliers, oficinas, auditórios, templos e similares.

SEÇÃO I DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NOS COMPARTIMENTOS

Art. 62 Os compartimentos PN deverão obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

- I. Ter ventilação e iluminação naturais conforme os vãos mínimos de aberturas;

II. Ter o pé-direito mínimo de 2,60 mts (dois metros e sessenta centímetros), livre em qualquer ponto medido;

III. Ter área mínima de 12,00 m² (doze metros quadrados) quando este PN for o primeiro e/ou único na unidade autônoma, podendo ser reduzido para 10,50 m² (dez metros e cinquenta decímetros quadrados), caso existam compartimentos conexos à este;

IV. Em existindo o segundo PN, este poderá ter área mínima de 9,00 m² (nove metros quadrados), enquanto o terceiro PN poderá ter área mínima de 7,50 m² (sete metros e cinquenta decímetros quadrados).

V. Ter área mínima de 6,50 m² (seis metros e cinquenta decímetros quadrados) em qualquer hipótese, a partir do quarto compartimento PN de uma mesma unidade autônoma, mesmo tratando-se de dormitório de serviço; e

VI. Ter forma tal que permita a inscrição de uma circunferência de diâmetro igual à 2,40m (dois metros e quarenta centímetros).

§ 1º. Para efeito do cálculo da área destes compartimentos, será computado até o máximo de 1,50 m² (hum metro e cinquenta decímetros quadrados), a área do armário embutido que lhe corresponder;

§ 2º. Os compartimentos PN não poderão ter ligação direta com cozinhas, despensas, depósitos, área de serviço em geral ou similares.

§ 3º. Quando os compartimentos acima especificados componham unidade autônoma de interesse popular, as referidas dimensões mínimas poderão sofrer uma redução de até 20% (vinte por cento).

Art. 63 Os compartimentos PD deverão obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

I. Ter ventilação e iluminação naturais conforme os vãos mínimos de aberturas;

II. Ter o pé-direito mínimo de 2,60 mts (dois metros e sessenta centímetros);

III. Ter área mínima de 10,00 m² (dez metros quadrados), em qualquer hipótese; e

IV. Ter forma tal que permita a inscrição de uma circunferência de diâmetro igual à 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros).

Parágrafo Único. Nas unidades autônomas que possuam três ou mais compartimentos PN, será permitido a redução da área dos compartimentos objetos deste artigo para 8,00 m² (oito metros quadrados).

Art. 64 Os compartimentos PT deverão obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

I. Ter pé direito mínimo de 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros);

II. Ter área mínima de 3,50 m² (três metros e cinquenta decímetros quadrados), com exceção dos lavabos, que poderão ter área mínima de 2,00 m² (dois metros quadrados); e

III. Ter forma tal que permita a inscrição de uma circunferência de diâmetro igual à 1,30 mts (hum metro e trinta centímetros).

§ 1º. Os compartimentos PT poderão ser ventilados através de uma área aberta, desde que o vão de ventilação não diste mais do que 3,00 mts (três metros) da abertura desta outra área.

§ 2º. Serão aceitos sistemas de ventilação mecânica nestes compartimentos, quando enclausurados na edificação, desde que devidamente dimensionados e especificados.

§ 3º. A iluminação poderá ser artificial, desde que devidamente dimensionada para o uso correspondente ao compartimento.

§ 4º. Os compartimentos PT que possuem pontos de canalização hidráulica deverão ter suas paredes revestidas com material impermeável, resistente e lavável até uma altura mínima de 1,60 mts (um metro e sessenta centímetros).

Art. 65 Os compartimentos PM deverão ter um pé-direito mínimo de 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros).

§ 1º. Os compartimentos PM poderão ser ventilados através de outro compartimento por meio de painéis vazados ou venezianados.

§ 2º. A iluminação poderá ser artificial, desde que devidamente dimensionada para o uso correspondente ao compartimento.

Art. 66 Os pisos dos compartimentos que possuem pontos de canalização hidráulica ou que caracterizem área de serviço de qualquer espécie, deverão ser revestidos com material impermeável e resistente, conforme a atribuição de uso do compartimento.

Art. 67 Os PE deverão obedecer os requisitos específicos para cada caso, determinados neste Código ou em legislação complementar.

Art. 68 Em nenhum compartimento as paredes que o compõem, poderão formar ângulo diedro menor do que 60º (sessenta graus).

SEÇÃO II DAS CONSTRUÇÕES EM ESPAÇOS ABERTOS

Art. 69 São consideradas construções em espaços abertos, as piscinas, tanques, cisternas e compartimentos que gerem impermeabilidade no solo, bem como outros elementos estruturados, como outdoors, antenas, torres, placas e painéis publicitários, que possam obstruir deslocamentos, acessos e visuais ou ofuscar os transeuntes.

§ 1º. As construções em espaços abertos serão computados para efeito da Taxa de Permeabilidade - TP da edificação.

§ 2º. As referidas construções caracterizam a necessidade de responsabilidade técnica sobre a obra ou serviços, exigível pelo departamento fiscal da Prefeitura.

Art. 70 Pavimentações que empreguem material permeável, atestados por normatização ou laudo técnico, serão considerados permeáveis para efeito da TP mencionada.

Art. 71 As instalações de outdoors, luminosos, painéis publicitários e assemelhados em quaisquer terreno, devem apresentar a devida ART de fabricação e instalação, adequando-se as condições previstas no Código de Posturas relativamente as publicidades e propagandas e a este Código em afinidade aos afastamentos e alturas permitidas.

Parágrafo único. Não serão permitidas a instalação destes elementos em áreas públicas, mesmo que precariamente, com exceção dos devidamente concessionados.

CAPÍTULO III **DOS VAZIOS CONSTITUÍDOS**

Art. 72 São considerados vazios constituídos, as aberturas, prismas e vãos de iluminação e ventilação, conformados pelo conjunto dos espaços construídos.

Parágrafo único. Os vazios constituídos não são considerados para efeito do índice de aproveitamento – IA e a taxa de ocupação – TO da edificação.

SEÇÃO I **DAS ABERTURAS PARA VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO**

Art. 73 O dimensionamento das esquadrias e aberturas deverá obedecer a altura mínima de verga em 2,10 mts (dois metros e dez centímetros) livres e as seguintes larguras mínimas úteis:

- I. 0,70 mts (setenta centímetros) para compartimentos de serviço em uso individual e de interesse privado;
- II. 0,80 mts (oitenta centímetros) para compartimentos de uso coletivo de interesse privado;
- III. 0,90 mts (noventa centímetros) para as entradas sociais de unidades autônomas ou qualquer outro vão de uso coletivo ou público;
- IV. 1,20 mts (hum metro e vinte centímetros) para vãos de passagem de interesse coletivo; e
- V. acima de 1,20 mts (hum metro e vinte centímetros) conforme padrão de unidades de passagem previstos na NTCl e na NBR 9050/94.

Art. 74 Todos os compartimentos deverão ter aberturas voltadas diretamente para o exterior da edificação, com exceção dos compartimentos de permanência mínima - PM.

§ 1º. Estas aberturas deverão ser dotadas de dispositivos que permitam a renovação de ar em pelo menos 50% (cinquenta por cento) de sua área.

§ 2º. Em nenhum caso a área das aberturas destinadas a ventilar e iluminar poderá ser inferior à 0,30 m² (trinta decímetros quadrados), ressalvado os casos de tiragem mecânica permissíveis para os compartimentos de permanência transitória.

Art. 75 A metragem quadrada dos vãos das aberturas, voltadas para o exterior, com a finalidade de ventilação e/ou iluminação, não poderá ser inferior a:

- I. 1/8 (hum oitavo) da superfície do piso, tratando-se de compartimento PN;
- II. 1/10 (hum décimo) da superfície do piso, tratando-se de compartimento PD; e
- III. 1/12 (hum doze avos) da superfície do piso, tratando-se de compartimento PT.

§ 1º. Os compartimentos PM por não necessitarem de ventilação e/ou iluminação direta, não possuem dimensionamento mínimo.

§ 2º. Os compartimentos PE terão os dimensionamentos mínimos de suas aberturas definidos pelo caso específico.

§ 3º. Essas relações passam a ser de 1/4 (hum quarto), 1/6 (hum sexto) e 1/10 (hum décimo) respectivamente, quando os vãos se localizarem sob qualquer tipo de cobertura imediatamente superior, cuja projeção horizontal, medida perpendicularmente ao plano do vão, for superior a 1,50 mts (hum metro e cinquenta centímetros).

Art. 76 Os casos não determinados no artigo anterior, deverão ser analisados quanto a necessidade de ventilação e ou iluminação nos compartimentos, cabendo o Setor de Planejamento Urbano determinar a necessidade de ampliação dos vãos.

Art. 77 Não será permitido o envidraçamento de terraços de serviço ou passagens comuns a mais de uma economia, quando pelos mesmos se processar a ventilação e/ou iluminação de outros compartimentos.

Art. 78 Quando se tratar de compartimentos PT em que a ventilação for indireta, serão aceitos dutos verticais ou horizontais com sistema eólico de sucção, até uma distância de 3,00 mts (três metros), sendo exigido sistema de ventilação mecânica acima desta medida.

§ 1º. Os sistemas artificiais de ventilação deverão ser comprovados em projeto e através das especificações técnicas constantes do memorial descritivo.

§ 2º. No caso de dutos horizontais, os mesmos não poderão distar do piso do compartimento que os contém, menos do que 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros).

Art. 79 Todos os compartimentos, de qualquer local habitável, para os efeitos de insolação, ventilação e iluminação, terão abertura em qualquer plano, abrindo diretamente para o logradouro público ou espaço livre e aberto do próprio imóvel.

§ 1º. As distâncias mínimas serão calculadas perpendicularmente à abertura, da parede que a contém à extremidade mais próxima da aresta oposta.

§ 2º. Nenhum ponto da abertura poderá distar menos do que 0,80 mts (oitenta centímetros) de divisas de outros terrenos.

Art. 80 Os compartimentos PT e PM poderão ser ventilados indiretamente por meio de dutos ou através de compartimento contíguo, com a observância das seguintes condições:

- I. Possuir dimensões mínimas equivalentes as exigidas para o compartimento a ser ventilado;
- II. Possuir panos de ventilação permanentes quando existir abertura no compartimento contíguo; e
- III. Não distar mais do que 2,50 mts (dois metros e cinquenta centímetros) da abertura ventilada deste outro compartimento.

Art. 81 Os compartimentos PT e PM poderão ter ventilação forçada feita por chaminé de tiragem ou exaustor, observadas as seguintes condições:

- I. quando em tiragem horizontal, sejam feitas por exaustor com comprimento nunca superior a 2,50 mts (dois metros e cinquenta centímetros); e
- II. quando em tiragem vertical que não atenda as dimensões mínimas do prisma de ventilação, usem obrigatoriamente sistema mecânico.

SEÇÃO II DOS RECUOS PARA VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO

Art. 82 As ventilações e iluminações naturais necessárias ao conforto de um determinado compartimento, serão atendidas pelos recuos das divisas de suas paredes externas ou dos poços projetados para este fim.

§ 1º. Os poços deverão obedecer à dimensionamentos mínimos de afastamento e metragem quadrada, determinadas por esta secção e proporcionais ao número de pavimentos atendidos por ele.

§ 2º. No caso de iluminação ou ventilação zenital de um pavimento térreo, quando o poço inicia sua laje de cobertura, este deverá ser computado na altura determinante do poço para efeito de dimensionamento de seu prisma, salvo quando a iluminação ou ventilação do compartimento térreo atendido possa prescindir dos mesmos.

Art. 83 Os afastamentos e poços serão delimitados pelas paredes externas de uma edificação, pelas divisas de lote, pelos alinhamentos públicos, quando houver, ou pela combinação destes limites.

Art. 84 As secções horizontais dos poços serão denominados prismas. Os prismas poderão ser de iluminação ou de ventilação, conforme a necessidade dos compartimentos servidos por estes poços.

Parágrafo Único. Para efeito deste artigo as ventilações de compartimentos PN e PD só poderão ser efetivadas, através de prismas de iluminação.

Art. 85 Os prismas obedecerão aos seguintes parâmetros:

I. Para edificações térreas o prisma de iluminação terá medida mínima de 1,50 mts (hum metro e cinquenta centímetros) e área mínima de 4,50 m² (quatro metros e cinquenta decímetros quadrados) enquanto o prisma de ventilação terá medida mínima de 0,80 mts (oitenta centímetros) e área mínima de 1,20 m² (hum metro e vinte decímetros quadrados);

II. Para cada acréscimo de um pavimento na edificação o prisma de iluminação terá sua medida mínima acrescida em 0,20 mts (vinte centímetros) e sua área mínima acrescida em 1,70 m² (hum metro e setenta decímetros quadrados) enquanto o prisma de ventilação terá sua medida mínima acrescida em 0,15 mts (quinze centímetros) e sua área mínima acrescida em 0,75 m² (setenta e cinco decímetros quadrados).

Parágrafo Único. As dimensões mínimas determinadas neste artigo são válidas para pavimentos até 3,10 mts (três metros e dez centímetros) de piso à piso. Para cada metro, ou fração deste, a mais nesta altura, implicará num acréscimo de 10% (dez por cento) nestas dimensões.

Art. 86 Os prismas poderão ter seção de formas e medidas irregulares, desde que:

I. as aberturas voltadas para este poço tenham um afastamento perpendicular, em qualquer ponto de seu plano, igual a medida mínima exigida para o prisma correspondente;

II. possua em qualquer hipótese a área mínima exigida para o prisma correspondente; e

III. A seção horizontal deste poço não poderá apresentar, internamente, ângulos maiores do que 180° (cento e oitenta graus).

SEÇÃO III DOS AFASTAMENTOS VICINAIS

Art. 87 Entende-se por afastamentos vicinais os recuos relativos a todas as prumadas de uma determinada edificação em relação aos vizinhos, considerando inclusive eventuais saliências estruturadas em cada alinhamento, mesmo que não configure recuo de iluminação ou ventilação.

Parágrafo único. Estes afastamentos são características da edificação em sua altura, independente do zoneamento previsto na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e aplicáveis a qualquer edificação no território do município.

Art. 88 A relação definida entre a altura da edificação e os seus afastamentos vicinais será de:

I. $H/6$ (a altura dividida por seis), para edificações de até quatro pavimentos, nunca menor do que 1,50 mts (hum metro e cinquenta centímetros);

II. $H/5$ (a altura dividida por cinco), para edificações até dez pavimentos, nunca menor do que 3,00 mts (três metros); e

III. $H/4$ (a altura dividida por quatro), para edificações a partir de onze pavimentos.

Parágrafo único. Estes afastamentos poderão ser aplicados piso a piso, desconsiderando-se os pavimentos técnicos de serviço com área não superior a 1/4 (um quarto) do pavimento tipo.

Art. 89 As edificações terão os seus afastamentos vicinais condicionados ainda a tipologia da construção, da seguintes forma:

I. Nas edificações unifamiliares será tolerado um trecho de recuo livre no térreo de no máximo 30% (trinta por cento) do total das divisas vicinais, respeitados os prismas de iluminação e ventilação;

II. Nas edificações multifamiliares exclusivas será admitido o recuo livre para o pavimento térreo, com no máximo 3,20 mts (três metros e vinte centímetros) de altura, desde que não conformem prismas de iluminação e ventilação junto as divisas;

III. Nas edificações mistas, comerciais e de serviços, o pavimento térreo e seu imediato superior poderão ter afastamento livre, desde que:

- a) este pavimento superior ao térreo não configure o uso dado ao pavimento tipo;
- b) a altura total destes dois pavimentos não ultrapasse a 7,20 mts (sete metros e vinte centímetros); e
- c) o pavimento térreo não conforme prismas de iluminação e ventilação junto as divisas.

IV. Nas demais tipologias não serão admitidos redução dos recuos previstos no artigo anterior.

CAPÍTULO IV **DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS**

SEÇÃO I **DAS FUNDAÇÕES, CORTES E ATERROS**

Art. 90 Nos cortes e aterros deverão ser adotadas medidas de segurança para evitar o deslocamento de terra nas divisas do lote em construção ou eventuais danos às edificações e muros lindeiros.

Art. 91 No caso de cortes e aterros de caráter permanente, que modifiquem o perfil do lote, o responsável legal é obrigado a proteger as edificações lindeiras e/ou o logradouro público, com obras de proteção contra o deslocamento de terra.

Parágrafo Único. As alterações no perfil do lote deverão constar no projeto básico de arquitetura e na memória de cálculo dos arrimos, quando for o caso.

Art. 92 A execução de movimento de terra, independente da existência de projeto e obra de edificação, deverá ser precedida de autorização da Prefeitura Municipal nas seguintes situações:

- I. Movimentação de terra com mais de 500,00 m³ (quinhentos metros cúbicos) de material;
- II. Movimentação de terra com qualquer volume em áreas lindeiras a cursos d'água, áreas de várzea e de solos alagadiços;
- III. Movimentação de terra de qualquer volume em áreas sujeitas à erosão; e
- IV. Alteração de topografia natural do terreno que atinja superfície maior que 1.000,00m² (hum mil metros quadrados).

Art. 93 O requerimento para solicitar autorização de corte e aterro, nas situações acima mencionadas deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

- I. Matrícula do Registro de imóveis;
- II. Licença Ambiental;
- III. Levantamento topográfico do terreno em escala;
- IV. Memorial descritivo informando volumes, composição do solo, medidas de segurança, mitigadoras ou compensatórias, destinação de excessos ou jazida de extração;
- V. Projetos contendo todos os elementos geométricos que caracterizem a situação do terreno antes e depois da obra, inclusive sistemas de drenagem e contenção; e
- VI. Documento de Responsabilidade Técnica da obra, ART ou RRT.

Parágrafo Único. As disposições deste artigo deverão ser igualmente aplicadas no caso de construção de subsolos.

Art. 94 As fundações, também denominadas de infra-estrutura, serão classificados como profundas ou superficiais, independente dos sistemas empregados.

§ 1º. As fundações superficiais implicam em cortes e reaterros que deverão atender as mesmas particularidades previstas anteriormente.

§ 2º. As fundações profundas implicam o uso de equipamentos de perfuração e/ou estaqueamento, que deverão atender aos requisitos de segurança previstos nas normas técnicas pertinentes.

SEÇÃO II DAS ESTRUTURAS

Art. 95 As estruturas de edificações construídas no território municipal são de inteira responsabilidade do executor da obra, do projetista das mesmas e do proprietário ou incorporador coniventemente.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Planejamento Urbano deverá manter cadastro cronológico das edificações de uso público ou coletivo, exigindo dos responsáveis, periodicamente, por denúncia ou por fato que lhe indique a necessidade, laudo técnico que verifique eventual risco iminente de ruína.

Art. 96 O Setor de Planejamento Urbano, através de seu Departamento de Fiscalização de Obras deverá identificar alterações nas obras, reformas e ampliações em andamento ou finalizadas, exigindo dos responsáveis a apresentação de substituição da ART ou RRT correspondente a estrutura, mesmo que não implique em alteração de metragem da edificação.

Parágrafo Único. A expedição do CVCO nestes casos, fica condicionada a apresentação da devida ART ou RRT de substituição da responsabilidade.

SEÇÃO III DAS ALVENARIAS

Art. 97 Para efeito deste Código as alvenarias serão consideradas portantes ou de fechamento.

Parágrafo Único. Todas as alvenarias deverão resguardar a capacidade de isolamento acústico, térmico e de impermeabilidade necessárias em cada circunstância projetada.

Art. 98 As alvenarias comuns deverão ter espessura mínima de 10,00 cms (dez centímetros) quando internas, e 15,00 cms (quinze centímetros) quando externas.

§ 1º. Quando se tratar de alvenarias entre divisa de unidades autônomas distintas ou construídas na divisa de lote, deverão ter espessura mínima total de 20,00 cm (vinte centímetros).

§ 2º. Alvenarias especiais, qualificadas pelo uso de materiais que ao menos mantenham as características básicas da alvenaria comum, poderão ter suas espessuras reduzidas, de acordo com a especificação do fabricante, desde que atendam as mesmas condições de isolamento e impermeabilidade.

SEÇÃO IV DAS MARQUISES, SACADAS, BEIRADOS E TOLDOS

Art. 99 Será exigida a construção de marquises em edificações construídas no alinhamento predial, obedecendo-se às seguintes condições:

- I. serão sempre em balanço;
- II. terão a altura mínima de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), em seu ponto mais baixo;
- III. a projeção máxima da face externa do balanço da marquise deverá coincidir com o alinhamento da calçada, excetuando-se a faixa de serviço do passeio público; e
- IV. não será admissível o descarregamento de águas pluviais coletados pela marquise sobre o passeio público.

§ 1º. Os passeios públicos contíguos à atividades comerciais ou de serviço, mesmo em testadas de lotes não construídos ou com edificações recuadas deverão igualmente ser protegidos por marquise.

§ 2º. Os proprietários de lotes nestas condições serão notificados para em prazo definido, promover as instalações necessárias.

§ 3º. As marquises contíguas deverão manter a sua continuidade em relação a altura e projeção do passeio público.

Art. 100 Quaisquer elementos suspensos sob a marquise não poderão estar a menos do que 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros) do piso do passeio público.

Art. 101 Qualquer outro elemento em balanço sobre o passeio público deverão estar acima do plano da marquise e nunca em projeção superior a $\frac{1}{20}$ (hum vinte avos) do gabarito do logradouro, acrescido dos seus recuos legais.

Parágrafo único. Excetuam-se deste artigo os elementos previstos na Lei de Mobilidades, relativamente ao uso das faixas de paragens e acesso dos passeios públicos.

Art. 102 Sacadas e balcões em balanço sobre a projeção do alinhamento deverão manter afastamento horizontal de no mínimo 1,50 mts (hum metro e cinquenta centímetros) de redes aéreas, postes ou quaisquer outros mobiliários do serviço público.

Art. 103 Beirados, aparelhos, breezes e assemelhados poderão ser fixados sobre as marquises ou em sua projeção superior, desde que não prejudiquem os mobiliários do serviço público ou derivem águas e dejetos sobre as mesmas ou sobre o passeio público.

Art. 104 Os beirados poderão ter afastamento perpendicular à parede de até 0,90 mts (noventa centímetros), não caracterizando área coberta, nem computável.

§ 1º. Os beirados com afastamento perpendicular à parede, entre 0,90 mts (noventa centímetros) até 1,50mts (hum metro e cinquenta centímetros), não caracterizarão área computável, para efeito da taxa de ocupação(TO), nem do índice de aproveitamento(IA), desde que:

- a) Não possuam apoio sobre o solo, além da parede externa da edificação;
- e
- b) Tenha como única função a de proteção das paredes e esquadrias externas da edificação, não caracterizando área útil sobre os mesmos.

§ 2º. Acima de 1,50 mts (hum metro e cinquenta centímetros), a área de projeção dos beirados sobre o solo será considerada computável, independente de possuir ou não apoios além da parede ou características de não utilização.

Art. 105 Quando a projeção dos toldos estiverem sobre o passeio público, não será aceito qualquer tipo de apoio sobre este, devendo sua estrutura estar contida dentro do alinhamento.

Parágrafo Único. A parte mais inferior do toldo, neste caso, deverá estar no mínimo à 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros) do passeio.

Art. 106 Nos recuos de jardim, os toldos poderão estar apoiados sobre o solo, desde que sua estrutura de sustentação configure material desmontável e resguarde a altura mínima exigida.

SEÇÃO V DOS PISOS E REVESTIMENTOS

Art. 107 Os pisos e revestimentos de qualquer ambiente deverão preservar a higiene, segurança e condições de saneamento exigíveis para cada compartimento, em atendimento as NTCl e normas específicas do Departamento de Vigilância em Saúde.

Parágrafo único. Os pisos externos, sujeitos a intempéries deverão ser antiderrapantes, conforme normatização da ABNT.

SEÇÃO VI DAS ESQUADRIAS E ABERTURAS

Art. 108 As esquadrias possuirão suas aberturas de forma a permitir o máximo aproveitamento dos vãos de ventilação e iluminação, não sendo toleradas vãos úteis inferiores a 50% (cinquenta por cento) da área da esquadria.

Art. 109 As folhas móveis das portas dos compartimentos, acesso e circulações de uso coletivo deverão abrir para fora, de forma a permitir o fluxo de eventuais rotas de fuga em caso de sinistros.

Parágrafo único. Estas esquadrias poderão ter suas folhas de correr, desde que o vão resultante de sua abertura seja equivalente ao somatório de unidades de passagem necessárias ao fluxo calculado.

SEÇÃO VII DA COMPOSIÇÃO DAS COBERTURAS

Art. 110 As coberturas deverão prover a impermeabilidade do pavimento final das edificações, coletando as águas pluviais e destinando-as adequadamente.

§ 1º. Não será tolerado o lançamento das águas pluviais derivadas das coberturas, em lotes limítrofes ou sobre o passeio público do logradouro.

§ 2º. Em inexistindo a drenagem pluvial no logradouro específico as águas pluviais deverão ser despejadas na sarjeta, junto ao meio fio do passeio público.

§ 3º. As águas coletadas que forem reaproveitadas em cisternas, para uso em descargas sanitárias, regas e lavagens de calçadas e veículos, implicarão em uma redução de 10% (dez por cento) na taxa de permeabilidade – TP, necessária para a edificação.

SUB-SEÇÃO I CHAMINÉS E VOLUMES

Art. 111 As chaminés de qualquer espécie serão dispostas de maneira que os resíduos por ela emanados, não incomodem ou prejudiquem a vizinhança.

Parágrafo Único. As chaminés industriais deverão dispor de equipamentos fumíferos, qualquer que seja a altura das mesmas, afim de que seja cumprido o que dispõe o presente artigo, bem como os dispositivos regulamentares do Órgão Ambiental competente, da qual depende parecer de viabilidade e aprovação do projeto específico.

Art. 112 Os volumes salientes da cobertura não poderá exceder os limites de projeção da mesma, sob pena de serem considerada como elementos construtivos independentes.

§ 1º. Os compartimentos técnicos que avancem além da cobertura não serão computados para efeitos do índice de aproveitamento - IA, desde que não ultrapassem a 30% (trinta por cento) da área do pavimento anterior.

§ 2º. Todos os demais tipos de compartimentos nestas condições serão considerados computáveis para o índice de aproveitamento - IA, até o limite de 30% (trinta por cento) considerado como ático e acima disto como pavimento normal, computado para efeito do gabarito da edificação..

SUB-SEÇÃO II ESTRUTURAS, PANOS E INCLINAÇÕES

Art. 113 As estruturas de cobertura, independentes do material empregado deverão estar devidamente apoiadas e ancoradas nas amarrações da edificação, transferindo adequadamente os pesos relativos da cobertura aos pontos de apoio.

Art. 114 As cumeeiras, espigões, rincões e calhas formadas pelos panos de telhado deverão ser construídos de forma a conduzir as águas pluviais de forma indelével, independente do volume pluviométrico registrado, evitando descarregamentos aos lotes vizinhos ou ao logradouro público.

Art. 115 As inclinações dos panos da cobertura deverão estar adequadas as telhas empregadas, conforme especificações técnicas, afim de evitar-se o descolamento das peças e eventuais acidentes.

Parágrafo único. A fixação dos telhados e de suas estruturas deverão prever os esforços de arranque eventualmente causados por eventos climáticos intensos.

Art. 116 Fica proibido o uso de telhas de fibrocimento ou similares com espessura inferior a 5 mm (cinco milímetros), em quaisquer edificações.

§ 1º. Outros tipos de telhas econômicas poderão ter espessura inferior a determinada para as telhas de fibrocimento, desde que atendam especificações técnicas de resistência aos eventos previstos no artigo anterior.

§ 2º. Não serão admitidos o uso de telhados ou quaisquer outros elementos construtivos que contenham amianto em sua composição.

SEÇÃO VIII DAS VITRINES

Art. 117 A instalação de vitrines e mostruários só será permitida, quando não advenha em prejuízo da ventilação e da iluminação dos comportamentos que as possuir, nem da circulação pública do local.

§ 1º. Quando sobre o alinhamento de testada, as vitrines somente serão admitidas quando houver faixa de paragem e acesso nos passeios públicos.

§ 2º. As vitrines contíguas a passeio que não possuam faixa de paragem e acesso deverão recuar dentro do terreno para a sua composição.

Art. 118 As vitrines e mostruários dispostos nas fachadas das edificações, quando sobre a faixa de paragem e acesso dos passeios públicos, não poderão servir para o atendimento público, sendo obrigatório seus painéis vítreos serem fixos.

Art. 119 O material empregado na construção de vitrines e mostruários deverá ser incombustível, apropriado a apresentação formal da mesma e preservar a segurança dos usuários e transeuntes do local.

SEÇÃO IX DOS JIRAUS E MEZANINOS

Art. 120 Será permitido a construção de jiraus ou mezaninos, em compartimentos que tenham pé-direito mínimo de 5,00 mts (cinco metros), desde que o espaço resultante desta construção fique em boas condições de iluminação e ventilação.

Art. 121 Os jiraus ou mezaninos deverão ser construídos de maneira a atender as seguintes condições:

- I. Não possuir área superior à $\frac{1}{2}$ (hum meio) do pavimento de acesso;
- II. Permitir passagem livre, em qualquer ponto, com altura mínima de 2,20 mts (dois metros e vinte centímetros);
- III. Ter exclusivamente parapeitos em toda a extensão do mezanino; e
- IV. Ter escada fixa de acesso, não podendo a mesma ser do tipo marinheiro.

Art. 122 Os pés-direitos resultantes da construção de um jirau ou mezanino, não poderão ser inferiores a 2,20 mts (dois metros e vinte centímetros) para pisos de serviço e 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros) para pisos de uso social.

Art. 123 Os compartimentos de jiraus ou mezaninos de caráter residencial, obedecerão independentemente entre si, as normas previstas neste Código, com relação aos prismas de iluminação e ventilação.

Art. 124 Para efeito desta seção, entenda-se por sobre-loja o espaço útil formado por um jirau ou mezanino em uma dependência comercial.

Parágrafo único. Os mezaninos existentes ou aqueles instalados com materiais efêmero de caráter provisório serão tolerados ao uso, desde que exclusivo para depósito e de acesso funcional.

SEÇÃO X DAS GALERIAS

Art. 125 As galerias deverão ter pé-direito mínimo de 3,60 mts (três metros e sessenta centímetros), podendo haver rebaixos quando da necessidade de passagem de dutos para ventilação e outros serviços.

Parágrafo Único. Em nenhuma hipótese estes rebaixos poderão distar menos de 2,60 mts (dois metros e sessenta centímetros) do piso acabado da galeria.

Art. 126 As galerias deverão ter largura mínima de 2,80 mts (dois metros e oitenta centímetros), para uma profundidade máxima de 10,00 mts (dez metros).

§ 1º. Quando as galerias tiverem profundidade maior do que a máxima constante deste artigo, para cada 2,50 mts (dois metros e cinquenta centímetros) ou fração deste a mais, deverá haver um acréscimo de 0,20 mts (vinte centímetros) na sua largura.

§ 2º. Galerias com mais de 30,00 mts (trinta metros) de profundidade, poderão ter largura constante de 4,50 mts (quatro metros e cinquenta centímetros).

Art. 127 Quando as galerias possuírem saída por apenas um logradouro, o fim das mesmas deverá formar um retorno peatonal, determinado pelo alargamento da mesma em no mínimo 20% (vinte por cento), devendo inscrever-se uma circunferência de diâmetro igual a galeria alargada.

SEÇÃO XI DOS PORÕES E SUB-SOLOS

Art. 128 Os porões e sub-solos, para assim serem entendidos, deverão localizar-se abaixo do registro de nível natural do terreno, sendo que o piso acabado do pavimento térreo, imediatamente superior, não poderá ter nível maior do que 1,50 mts (um metro e cinquenta centímetros) acima do nível do passeio público.

Art. 129 Os porões e sub-solos deverão atender as seguintes exigências:

I. Terem pé-direito mínimo de 2,20 mts (dois metros e vinte centímetros) livres em qualquer ponto do compartimento, a contar do piso de tráfego;

II. Terem sistema de ventilação apropriado para o dimensionamento dos compartimentos atendidos, podendo a ventilação ser indireta no caso dos porões; e

III. A iluminação poderá ser artificial, desde que atenda as necessidades mínimas do compartimento em questão, para o seu uso específico.

Art. 130 Quando os porões e sub-solos tiverem suas cotas de nível localizados abaixo do nível médio do lençol freático do terreno, as paredes e o piso dos mesmos deverão ser devidamente impermeabilizados, de forma a evitar inundações inconvenientes.

Parágrafo Único. Os porões e sub-solos tratados neste artigo, deverão dispor de equipamento elevatório de águas pluviais e de limpeza.

SEÇÃO XII DAS PISCINAS

Art. 131 As piscinas para efeito desta seção, serão classificadas entre:

I. Piscinas particulares; e

II. Piscinas públicas.

Parágrafo Único. As piscinas particulares poderão ser construídas de forma livre, sem determinação de medidas e profundidades, visando a atender as necessidades próprias do usuário.

Art. 132 As piscinas deverão estar afastadas no mínimo 0,80 mts (oitenta centímetros) dos alinhamentos vicinais. Os muros de arrimo que compõem as piscinas, quando próximos destes alinhamentos, deverão ser apropriadamente construídos de forma a absorver eventuais cargas de obras regulares edificadas pelo confrontante.

Art. 133 Todas as piscinas deverão, obrigatoriamente, possuir sistema de renovação e tratamento de água, conforme as normas definidas pela ABNT.

Parágrafo Único. Qualquer tipo de tanque de água artificial, que não atenda as exigências deste artigo, ficará sujeito as normas impostas pelo Departamento de Vigilância em Saúde e deverá ter averiguada a probabilidade de proliferação de vetores infecciosos neste, estando, em caso positivo, sujeito ao aterro definitivo.

Art. 134 As piscinas públicas, além das exigências definidas nos artigos anteriores, deverão obedecer aos seguintes condicionantes:

I. Terem profundidade útil nunca inferior à 0,90 mts (noventa centímetros) e nunca superior à 2,30 mts (dois metros e trinta centímetros);

II. Quando do uso de raia, que estas tenham a largura mínima de meia raia ou 1,25 mts (hum metro e vinte e cinco centímetros) e sejam pelo menos em número de 06(seis);

III. Quando do uso de passarelas, a parte inferior desta deverá ser lisa e sem quinas, sendo que esta face deverá distar 0,40 mts (quarenta centímetros) do nível de água;

IV. O material empregado no passeio ao entorno das piscinas deverá ser antiderrapante, sendo que no caso de pavimentação com pedras, as mesmas deverão possuir mínima composição ferrosa, evitando temperaturas altas em sua superfície com a incidência do sol; e

V. As piscinas para serem consideradas de competição deverão atender as especificações das normas esportivas vigentes.

Art. 135 As piscinas cobertas que tenham sistema de aquecimento de água deverão possuir, além dos vãos de ventilação normais, sistema de exaustão mecânica dos vapores de cloro em excesso no ambiente da piscina.

CAPÍTULO V

DO ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS

Art. 136 É obrigatória a reserva de espaços destinados a estacionamento ou garagem de veículos vinculados às atividades das edificações, com área e respectivo número de vagas calculadas de acordo com o tipo de ocupação do imóvel, além de outras determinações da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

Art. 137 Para os efeitos desta Lei, consideram-se como estacionamento de veículos, as áreas reservadas às paradas e aquelas destinadas à manobra interna dos mesmos conforme as regras abaixo:

I. em estacionamentos particulares individuais: uma vaga para cada 100,00 m² (cem metros quadrados) da edificação ou fração;

II. em estacionamentos particulares coletivos: uma vaga de estacionamento por unidade residencial ou para cada 100,00 m² (cem metros quadrados) de área privada das unidades autônomas ou fração, o que for mais exigente;

III. em estacionamentos comerciais: uma vaga de estacionamento para cada 75,00 m² (setenta e cinco metros quadrados) de área privada das unidades autônomas ou fração;

IV. em oficinas mecânicas e comércio varejistas: uma vaga de estacionamento para cada 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de construção ou fração;

V. em comércio atacadistas e similares: uma vaga de estacionamento para cada 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) de construção ou fração, mais uma vaga de carga e descarga para cada 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados) ou fração;

VI. em estabelecimentos hospitalares: uma vaga de estacionamento para cada 06 (seis) leitos ou fração; e

VII. em hotéis: uma vaga de estacionamento para cada 03 (três) unidades de alojamento ou fração.

Art. 138 Nos estacionamentos comerciais deverão ser reservadas 2% (dois por cento) de vagas para estacionamento de veículos destinados à deficientes físicos, identificados para este fim, próximas da entrada da edificação, com largura mínima de 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros) acrescida de espaço de desembarque de 1,20 m (hum metro e vinte centímetros), em atendimento e conforme o estabelecido pela NBR 9050/04.

Art. 139 Nos estacionamentos comerciais deverão ser reservadas 5% (cinco por cento) de vagas para estacionamento de veículos destinados aos idosos, identificados para este fim, próximas da entrada da edificação, com largura mínima de 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros), em atendimento e conforme o estabelecido pela Lei 10741/03 – Estatuto do Idoso.

Art. 140 Estacionamentos em áreas descobertas sobre o solo deverão ser arborizados e apresentar, no mínimo, uma árvore para cada 04 (quatro) vagas.

Art. 141 A utilização do recuo obrigatório do alinhamento predial, para estacionamento será tolerado em edificações comerciais desde que atendendo aos requisitos da Lei de Mobilidade Urbana.

Art. 142 Para efeito do presente Código, os estacionamentos serão classificados como particulares individuais, particulares coletivos e comerciais.

SEÇÃO I PRIVADOS INDIVIDUAIS

Art. 143 Os compartimentos destinados a guarda de veículos particulares, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis:

- I. ter pé-direito mínimo de 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros);
- II. ter piso revestido com material resistente, lavável e impermeável;
- III. possuir dimensões mínimas de 2,40 x 4,80 (dois metros e quarenta centímetros por quatro metros e oitenta centímetros), correspondente a cada vaga de veículo;
- IV. ser incomunicabilidade diretamente com qualquer compartimento PN.

Art. 144 As garagens particulares individuais e suas áreas de manobra poderão ter suas medidas relativizadas em função dos usos secundários propostos e das especificações de cada veículo.

SEÇÃO II PRIVADOS COLETIVOS

Art. 145 Garagens particulares coletivas são aquelas que, atendendo à várias unidades autônomas distintas, não visam fins comerciais em si mesma.

Art. 146 Os compartimentos ou edificações destinados a guarda coletiva de veículos particulares, além das disposições do presente Código que lhe forem aplicáveis, deverão:

- I. ter pé-direito mínimo de 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros);
- II. ter piso revestido com material resistente, lavável e impermeável;
- III. possuir vaga de estacionamento com no mínimo 4,80 mts (quatro metros e oitenta centímetros) de comprimento por 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros) de largura, cada uma;
- IV. ter as vias de circulação do veículo, quando determinem manobra para o acesso das vagas, com largura mínima de 4,80 mts (quatro metros e oitenta centímetros);
- V. possuir vãos de ventilação permanente, com no mínimo $\frac{1}{20}$ (um vinte avos) da superfície do piso;
- VI. possuir vão de acesso mínimo de 2,80 mts (dois metros e oitenta centímetros);
- VII. quando a garagem atender a mais de 50 (cinquenta) veículos, possuir no mínimo, dois vãos de acesso;
- VIII. quando houver entrepiso sobre o compartimento da garagem, este deverá ser construído com material incombustível;
- IX. as rampas de acesso deverão ter largura mínima de 2,80 mts (dois metros e oitenta centímetros) e inclinação máxima de 25% (vinte e cinco por cento); e
- X. possuir instalações preventivas de incêndio, de acordo com o que dispõe as NTCI.

Art. 147 Nas garagens particulares coletivas, a manobra de cada veículo deverá ser independente, tolerando-se até duas vagas contíguas, nas edificações de uso residencial.

Art. 148 Não serão permitidas instalações de abastecimento, lubrificação ou reparos em garagens particulares coletivas.

SEÇÃO III COMERCIAIS

Art. 149 Serão consideradas garagens comerciais aquelas destinadas alocação de vagas para estacionamento e guarda de veículos, podendo ainda nelas haver serviços de lavagem.

Art. 150 As edificações destinadas a guarda coletiva de veículos, com fins comerciais, além das disposições relativas as garagens particulares coletivas e as demais do presente Código que lhe forem aplicáveis, deverão:

- I. Ter área de acumulação, com acesso direto do logradouro, que permita o estacionamento eventual de 5% (cinco por cento) da capacidade total da garagem, não sendo computado para este caso o espaço necessário ao acesso dos veículos;

- II. Ter pé direito livre mínimo de 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros);
- III. Os compartimentos ou locais destinados a lavação, deverão ser revestidos com materiais impermeáveis, cujos resíduos deverão ser coletados e tratados adequadamente;
- IV. Possuir vãos de ventilação permanente, com no mínimo $\frac{1}{20}$ (hum vinte avos) da superfície do piso;
- V. Possuir vão de acesso mínimo de 3,20 mts (três metros e vinte centímetros);
- VI. Quando a garagem atender a mais de 50 (cinquenta) veículos, possuir no mínimo dois vãos de acesso;
- VII. Quando houver entrepiso sobre o compartimento da garagem, este deverá ser construído com material incombustível;
- VIII. As rampas de acesso deverão ter largura mínima de 3,20 mts (três metros e vinte centímetros) e inclinação máxima de 25% (vinte e cinco por cento);
- IX. Possuir instalações sanitárias de serviço, na proporção de um conjunto de vaso sanitário, lavatório e chuveiro, para cada grupo de 10 (dez) funcionários ou fração;
- X. Possuir instalações sanitárias públicas para atendimento eventual dos clientes; e
- XI. Possuir instalações preventivas de incêndio, de acordo com o que dispor as NTCL.

Art. 151 As garagens comerciais instaladas em edificações mistas, não poderão possuir serviços de abastecimento, lubrificação e reparo de veículos.

CAPÍTULO VI

DOS ESPAÇOS EM JARDINS

Art. 152 Os espaços abertos remanescentes das edificações em lotes privados, recuos de jardim e afastamentos diversos, serão considerados prioritariamente para ajardinamento e percolação das chuvas.

§ 1º. Para que se mantenha a característica de jardim os espaços pavimentados deverão ser executados com material plenamente permeável.

§ 2º. Terraços jardins serão considerados como área de reaproveitamento de águas pluviais para efeito de dimensionamento da Taxa de Permeabilidade – TP do terreno.

§ 3º. São considerados similares ao mesmo princípio os canteiros, hortas e pomares.

SEÇÃO I

DAS CALÇADAS E CAMINHOS

Art. 153 As calçadas e caminhos para veículos e pessoas, bem como os estacionamentos descobertos, serão considerados áreas impermeáveis, sujeitas a drenagem pluvial e destinação adequada das águas, salvo comprovação atestada de permeabilidade do material empregado nos mesmos.

§ 1º. Será incentivado o uso de pisos permeáveis para percolação das águas diretamente ao solo, considerando-se os valores atestados para estes, na Taxa de Permeabilidade – TP do terreno.

§ 2º. No caso de estacionamentos descobertos, não serão excetuadas as seguintes situações:

- I. imóveis em que o total das áreas destinadas a estacionamento descoberto seja igual ou superior a 75,00 m² (setenta e cinco metros quadrados); e
- II. os estacionamentos descobertos implantados sobre laje de cobertura.

SEÇÃO II DOS CANTEIROS E ÁREAS DE LAZER

Art. 154 Canteiros são todas as áreas destinadas a vegetação, rasteira, arbustiva e arbórea, com capacidade plena de percolação.

Parágrafo único. Os canteiros deverão ser mantidos de forma adequada, evitando-se acúmulo de dejetos, mesmo que orgânicos e a reserva de águas paradas.

Art. 155 As áreas de lazer e recreação em edificações construídas no Município deverão obedecer aos seguintes requisitos:

§ 1º. Em todas as edificações com mais de 04 (quatro) unidades residenciais, será exigida uma área de recreação coletiva, equipada, aberta ou coberta, com pelo menos 5,00 m² (cinco metros quadrados) por unidade habitacional ou 5% (cinco por cento) da área total do terreno, localizada em área de preferência isolada, com acesso independente ao de veículos, sobre os terraços ou no térreo.

§ 2º. Não será computada como área de recreação coletiva a faixa correspondente ao recuo obrigatório do alinhamento predial.

SEÇÃO III DOS MUROS E FECHAMENTOS

Art. 156 Os muros e fechamentos de um determinado terreno deverão estar contidos em seus alinhamentos, não sendo permissível o partilhamento de elementos construídos entre os confrontantes.

Art. 157 Os muros em alvenaria não poderão ter altura superior a 2,20 mts (dois metros e vinte centímetros), medido em seu maior desnível, podendo ter sua altura

ampliada com gradis, cercas ou similares e com mais de 75% (setenta e cinco por cento) vazado, até o limite de 3,20 mts (três metros e vinte centímetros).

§ 1º. Na existência de muros confrontantes quando da edificação de determinada obra, os mesmos não poderão ser perfurados, usados como apoio de estruturas ou modificados de qualquer forma, com exceção de revestimentos que impliquem na benfeitoria do mesmo.

§ 2º. A obra poderá dispensar a confecção de outro muro contíguo, desde que limite-se ao revestimento do existente, sem implicar sobrecarga ou dano ao mesmo.

Art. 158 As testadas com logradouros públicos poderão ser muradas ou cercadas até o limite de 3,00 mts (três metros), independente do uso ou não de gradis, cercas e similares, devidamente registrada a responsabilidade técnica.

Parágrafo único. Será necessária a implantação de elementos permeáveis visualmente em ao menos 20% (vinte por cento) das testadas com logradouros públicos.

Art. 159 Em esquinas, as projeções ortogonais dos recuos de jardim deverão conter fechamentos de testada totalmente permeáveis visualmente a partir de uma altura de 0,80 mts (oitenta centímetros) a partir do piso do passeio público.

Parágrafo único. Quando a edificação em virtude de seu uso ou atividade, estiver isenta de recuos frontais, a composição da edificação na esquina deverá considerar um chanfro com lados mínimos de 2,00 mts (dois metros), ou curva côncava cujo raio mínimo seja de 2,75 mts (dois metros e setenta e cinco centímetros).

Art. 160 Os proprietários de imóveis que tenham frente para ruas pavimentadas ou com meio-fio e sarjetas instaladas, são automaticamente obrigados a implantar passeios, de acordo com o padrão estabelecido para o gabarito da rua, pela Lei de Mobilidade Urbana.

§ 1º. No caso de não cumprimento do disposto no caput deste Artigo ou quando os passeios se acharem em mau estado, a Prefeitura notificará o proprietário para que providencie a execução dos serviços necessários conforme o caso.

§ 2º. Em Vias Arteriais ou Coletoras e a bem do interesse público, o Poder Público realizará obras de pavimentação e serviços nos passeios públicos, enviando as expensas dos imóveis confrontantes para cobrança em dívida ativa.

§ 2º. Os pressupostos deste artigo são aplicáveis mesmo que para terrenos baldios ou com subutilização.

Art. 161 Os lotes baldios devem ter, nos respectivos alinhamentos, fechamento em bom estado e aspecto, sendo proibida a utilização de materiais que ponham em risco a segurança dos transeuntes.

TÍTULO VI

DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

CAPÍTULO I DAS INSTALAÇÕES BÁSICAS

SEÇÃO I DAS INSTALAÇÕES PLUVIAIS

Art. 162 O escoamento de águas pluviais do lote edificado para a sarjeta será feito em canalização construída sob o passeio.

§ 1º. Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas às sarjetas, será permitido o lançamento dessas águas nas galerias de águas pluviais, após aprovação pela Prefeitura, de esquema gráfico apresentado pelo interessado.

§ 2º. As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais correrão integralmente por conta do interessado.

§ 3º. A ligação será concedida a título precário, revogável a qualquer momento pela Prefeitura caso haja qualquer prejuízo ou inconveniência.

Art. 163 As águas pluviais provenientes de telhados, balcões, marquises deverão ser captadas e conduzidas para uma estrutura que evite a erosão.

Parágrafo Único. Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até a altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros), acima do nível do passeio.

Art. 164 Não é permitida a ligação de condutores de águas pluviais à rede de esgotos.

SEÇÃO II DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICO-SANITÁRIAS

Art. 165 Todas as edificações em lotes com frente para logradouros públicos que possuam redes de água potável e de esgoto deverão, obrigatoriamente, servir-se dessas redes e suas instalações.

§ 1º. Deverão ser observadas as exigências da concessionária local quanto à alimentação pelo sistema de abastecimento de água e quanto ao ponto de lançamento para o sistema de esgoto sanitário.

§ 2º. As instalações nas edificações deverão obedecer às exigências dos órgãos competentes e estar de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 166 Quando a rua não tiver instalada rede de distribuição de água, a edificação poderá captar água subterrânea, adequada ao seu abastecimento, devidamente protegido contra as infiltrações de águas superficiais.

Art. 167 Quando a rua não possuir rede de esgoto, a edificação deverá ser dotada de sistema de fossa séptica e filtro anaeróbio cujo efluente será lançado em poço absorvente (sumidouro ou valas de infiltração), conforme as NBRs 7229/93 e 13969/97 da ABNT, ou sucedâneas, e aprovados pelo Departamento de Vigilância em Saúde.

Parágrafo único. Em casos específicos, onde não houver capacidade técnica para a instalação do poço absorvente, a solução técnica proposta deverá ser submetida a avaliação do Departamento de Vigilância em Saúde.

Art. 168 Toda unidade residencial deverá possuir no mínimo um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório e uma pia de cozinha, que deverão ser ligados à rede de esgoto ou ao sistema de fossa séptica, filtro anaeróbio e poço absorvente.

§ 1º. Os vasos sanitários e mictórios serão providos de dispositivos sifonado e serem vitrificados a fim de garantir o seu perfeito funcionamento e higiene.

§ 2º. As pias de cozinha, máquinas de lavar louças, deverão, antes de ligadas ao sistema de tratamento, passar por caixa de gordura sifonada localizada próxima as instalações protegidas.

Art. 169 Os reservatórios de água deverão possuir:

- I. cobertura que não permita a poluição da água;
- II. torneira de bóia que regule, automaticamente, a entrada de água do reservatório;
- III. extravasor com diâmetro superior ao do tubo alimentar, com descarga em ponto visível para a imediata verificação de defeito da torneira de bóia;
- IV. canalização de descarga para limpeza periódica do reservatório; e
- V. volume de reservação compatível com o tipo de ocupação e uso de acordo com as prescrições da NBR 5626.

Art. 170 A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 1,5% (hum e meio por cento).

Art. 171 Fica instituído o Plano Municipal de Drenagem Pluvial, onde deverão ser incentivadas ações de utilização de sistemas alternativos de captação e uso de água das chuvas.

Art. 172 A água das chuvas será captada na cobertura das edificações e encaminhada a uma cisterna ou tanque, para ser utilizada em atividades que não requeiram o uso de água tratada, proveniente da Rede Pública de Abastecimento, tais como:

- I. rega de jardins e hortas,
- II. lavagem de veículos;
- III. lavagem de vidros, calçadas e pisos; e
- IV. descarga em vasos sanitários e mictórios.

Art. 173 Todas as edificações servidas com a rede pública de abastecimento de água, deverão possuir ligação a esta com hidrômetro aferido pela concessionária local.

Parágrafo único. As edificações multifamiliares ou comerciais atendidas por um único hidrômetro coletivo, deverão ter suas ligações internas de água tratada aferidas por hidrômetros individualizados.

SEÇÃO III DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 174 As entradas aéreas e subterrâneas de luz e força de edifícios deverão obedecer às normas técnicas exigidas pela CELESC ou CERSUL, quando for o caso.

Art. 175 Os diâmetros dos condutores de distribuição interna serão calculados de conformidade com a carga máxima dos circuitos e voltagem de rede.

Art. 176 O diâmetro dos eletrodutos serão calculados em função do número e diâmetro dos condutores, conforme as especificações da ABNT.

Art. 177 Em locais onde o fornecimento de energia elétrica se dê por rede aérea e em havendo interesse do consumidor em ser atendido por ramal subterrâneo, o mesmo arcará com todas as despesas decorrentes do serviço, inclusive da repavimentação de vias públicas e passeios, nas condições que foram encontradas.

CAPÍTULO II DAS INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIOS

Art. 178 As edificações construídas, reconstruídas, reformadas ou ampliadas, quando for o caso, deverão ser providas de instalações e equipamentos de proteção contra incêndio, de acordo com as prescrições das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e do Código de Prevenção de Incêndios do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Santa Catarina.

SEÇÃO I DAS INSTALAÇÕES DE GÁS

Art. 179 As instalações centrais de gás, deverão estar sempre instaladas no pavimento térreo, com fácil acesso para manutenção e em condições de ventilação adequadas.

Parágrafo Único. Quando tratar-se de instalações de uso comum a mais de uma unidade autônoma, cada uma deverá possuir um gasômetro, preferencialmente

colocado no mesmo pavimento desta unidade, o mais próximo possível do ponto de consumo e com acesso comum para leituras e manutenção.

Art. 180 As tubulações de distribuição de gás serão executadas de acordo com o que dispuser as normas correspondentes da ABNT e das NTCl, priorizando-se sempre a segurança das mesmas.

Art. 181 Os aquecedores de água atendidos pelo sistema de gás central em qualquer pavimento, deverão possuir chaminé para descarga externa dos gases gerados pela combustão deste.

Art. 182 Nas edificações que não forem dotadas de instalação de gás central, será obrigatório a previsão em cada unidade autônoma, de local ao ar livre, para a colocação dos botijões de gás, destinados a atender fogões e aquecedores.

CAPÍTULO III

DAS INSTALAÇÕES DE DESLOCAMENTO VERTICAL

Art. 183 São entendidos como instalações de deslocamento vertical, os equipamentos eletromecânicos capazes de elevar pessoas e cargas entre níveis de qualquer diferença, em volume e para fins específicos.

SEÇÃO I

DOS ELEVADORES E MONTA-CARGAS

Art. 184 Elevadores são equipamentos de grande dinâmica, capazes de operações repetidas indefinidamente.

Art. 185 Será obrigatória a instalação de, elevadores nas edificações com mais de 04 (quatro) pavimentos ou mais, devidamente dimensionado conforme normas específicas da ABNT.

§ 1º. O térreo conta como um pavimento, bem como cada pavimento abaixo do nível do meio-fio.

§ 2º. No caso de existência da sobreloja ou de pé-direito suficiente para tal, o mesmo contará como um pavimento.

§ 3º. Os espaços de acesso ou circulação às portas dos elevadores deverão ter dimensão não inferior a 1,50 mts (um metro e cinquenta centímetros) medida perpendicularmente às portas dos elevadores.

§ 4º. Os elevadores não poderão ser o único modo de acesso aos pavimentos superiores de qualquer edificação.

§ 5º. O sistema mecânico de circulação vertical, considerará o número de elevadores, a partir do cálculo de tráfego e demais características, estando sujeito às normas técnicas da ABNT, sempre que for instalado, e devendo ter um responsável legalmente habilitado.

§ 6º. Não será considerado para efeito da aplicação deste artigo, o último pavimento, quando este for de uso exclusivo do penúltimo ou destinado a pavimentos técnicos.

Art. 186 Montas-cargas são elevadores de uso exclusivo para cargas, não sendo admitido o transporte de passageiros.

SEÇÃO II DAS PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS

Art. 187 As plataformas elevatórias são equipamentos para elevação em altura restrita, e sem operações repetitivas, podendo referir-se a elevação de equipamentos e veículos, ou especificamente de portadores de necessidades especiais, idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. As plataformas elevatórias destinadas as pessoas descritas acima deverão atender as especificações da NBR 9050/94 e das NTCl.

SEÇÃO III DAS ESCADAS E PASSARELAS ROLANTES

Art. 188 A construção e instalação de escadas e passarelas rolantes deverá atender os dispostos na NB 38 da ABNT e das NTCl, prevendo-se sempre que o equipamento deverá ser instalado inteiro antes de ser efetuado o fechamentos dos vãos e esquadrias e deverá possuir inclinação padrão de 30º (trinta graus).

CAPÍTULO IV DAS INSTALAÇÕES DE SERVIÇO

SEÇÃO I DO DEPÓSITO E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 189 A coleta de lixo doméstico será realizada regularmente, pelo Departamento de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal, em todos os logradouros públicos do sistema viário urbano.

Parágrafo único. Não serão coletados resíduos de obras, caliças, madeiras, aparos de gramas, podas, galhos, restos vegetais ou quaisquer objetos não devidamente acondicionados.

Art. 190 O Município disponibilizará local apropriado para a destinação dos resíduos não coletáveis descritos acima, por remoção do interessado ou por terceiros.

Art. 191 Para serem atendidas pelo serviço de coleta de lixo pública, as edificações deverão possuir local apropriado, junto ao alinhamento de sua testada, restrito ao terreno e de fácil acesso, para o depósito provisório do lixo.

§ 1º. O lixo doméstico, de que trata este artigo, deverá estar devidamente acondicionado, em sacos plásticos próprios ao uso.

§ 2º. Quando o local determinado para o depósito provisório não estiver dentro do próprio terreno, este não poderá ocupar mais do que 10% (dez por cento) do gabarito do passeio público, localizando-se nas faixas de serviço dos mesmos, com material drenante, sem obstrução dos postes, árvores ou sinalizações de trânsito porventura existentes e em condição que não permita o seu alcance à animais de rua.

§ 3º. O local dos depósitos provisórios, no caso dos resíduos sólidos industriais, deverá ser obrigatoriamente dentro do terreno.

§ 4º. O Poder Público Municipal deverá atender as mínimas condições de higiene e saúde no transporte, manuseio e acondicionamento dos resíduos sólidos no que lhes diga respeito.

Art. 192 Os hospitais e congêneres deverão possuir, obrigatoriamente um incinerador apropriado a eliminação dos dejetos hospitalares, ou prover coleta especial dos dejetos hospitalares, através de empresa habilitada, não estando sujeitos as coletas públicas.

Art. 193 Os dutos de coleta verticais serão facultativos a qualquer tipo de edificação. No entanto, quando fizerem parte do projeto, os mesmos deverão:

- I. ser executados em tubos de PVC, ou material similar, que evitem a aderência do lixo nas suas paredes interna ou rasguem os sacos;
- II. possuírem condições de lavagem periódica com jato de água;
- III. não estarem sujeitos à oxidações;
- IV. possuírem diâmetro mínimo de 0,30 mts (trinta centímetros);
- V. terminarem em compartimento apropriado ao depósito provisório do lixo, com elemento construtivo que evite a queda brusca dos sacos;
- VI. possuir um ponto de coleta em cada pavimento, com tampa hermética de acesso; e
- VII. os dutos deverão configurar chaminé no último pavimento para expelirem eventuais gases formados dentro do mesmo.

Art. 194 Quando implementada a coleta seletiva de resíduos sólidos pelo Poder Público Municipal, passará a ser exigido a destinação dos resíduos devidamente selecionados por cor dos compartimentos e sacos, conforme normatização específica.

SEÇÃO II DAS MÁQUINAS, BOMBAS E SIMILARES

Art. 195 Os compartimentos destinados ao abrigo de máquinas, bombas, reservatórios, botijões e assemelhados deverão ser construídos de forma a prover todos os requisitos de segurança e higiene aferidos nas normas técnicas pertinentes e nas NTCL.

Art. 196 Os critérios de ventilação e iluminação nestes compartimentos prescinde das especificações deste Código, sendo regidas prioritariamente pelas normas da ABNT e das NTCL.

SEÇÃO III DAS INSTALAÇÕES PARA TELEFONIA E ANTENAS

Art. 197 Nas edificações de uso coletivo em geral, será obrigatório a instalação de tubulações, armários e caixas de conexão dos serviços telefônicos.

Parágrafo Único. Em cada unidade autônoma deverá haver, no mínimo, instalação de tubulação para um aparelho telefônico direto.

Art. 198 Todas as instalações realizadas em edificações de uso coletivo, deverão ser precedidas do respectivo projeto, elaborado por profissional habilitado e de acordo com a NBR específica.

Art. 199 No caso de instalações de centros particulares, deverá ser previsto, no projeto arquitetônico, área destinada ao equipamento em questão.

Art. 200 As tubulações destinadas as instalações telefônicas, não poderão ser utilizadas para outros fins.

Parágrafo Único. Da mesma forma a fiação telefônica não poderá ser instalada em tubulações destinadas a rede elétrica ou similares.

Art. 201 As edificações residenciais multifamiliares deverão possuir, obrigatoriamente, tubulação própria para antenas parabólicas ou digitais, até a laje de cobertura da edificação.

§ 1º. Cada unidade autônoma deverá possuir tubulação própria. No caso de antenas coletivas, a bifurcação da instalação far-se-á sobre a laje de cobertura, junto à respectiva antena.

§ 2º. A partir da data de promulgação desta Lei, as edificações específicas deste artigo, deverão obrigatoriamente, prever tubulação para instalação de televisão a cabo.

Art. 202 O atendimento do artigo anterior, nas demais edificações de uso coletivo, será facultativo.

Parágrafo Único. Em qualquer dos casos deverá ser atendido as eventuais exigências da concessionária de telefonia fixa, com relação a possíveis interferências na rede telefônica.

Art. 203 As instalações de antenas deverão atender as normas da ABNT relativas ao caso.

SEÇÃO IV DAS INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 204 Os sistemas de condicionamento de ar poderão ser centrais ou individuais. Em qualquer dos casos deverá ser atendido o dimensionamento mínimo em BTU, para o ambiente atendido.

Art. 205 Os aparelhos individuais deverão atender os seguintes requisitos mínimos:

- I. localizar-se em parede externa da edificação;
- II. possuir elemento externo de proteção do aparelho contra as intempéries;
- III. possuir circuito de instalação elétrica independente de outros equipamentos, com saída para aterramento; e
- IV. ficar preservado a ventilação externa do equipamento.

Art. 206 Os aparelhos de condicionamento de ar centrais deverão atender os seguintes requisitos mínimos:

- I. possuir a parte mais baixa dos insufladores de ar no mínimo à 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros) do piso acabado do compartimento atendido;
- II. o equipamento deverá estar localizado em ponto de fácil acesso para manutenção e que não perturbe as circulações, nem as atividades realizadas no ambiente;
- III. quando o equipamento for composto por duas unidades distintas, a unidade externa deverá estar abrigada e protegida de intempéries, não aceitando-se que sejam sobrepostas à marquises ou similares, quando estas estejam sobre o passeio público.

Art. 207 Em quaisquer casos, a instalação dos equipamentos de condicionamento de ar deverão obedecer as normas específicas da ABNT, bem como as instruções de uso e instalação do respectivo fabricante.

CAPÍTULO V

DA INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA

SEÇÃO I

DOS ALARMES E SISTEMAS DE VIGILÂNCIA

Art. 208 As edificações que possuírem instalações eletro-eletrônicas para detecção e registro de acessos indesejados deverão fazê-lo de forma ostensiva, indicando através de aviso legível e visível que o imóvel encontra-se protegido por alarme e/ou sistema de vigilância.

Parágrafo único. A presença do sistema de alarme ou vigilância não poderá causar constrangimento ao usuário do local e nem ser usado para averiguações de foro íntimo do indivíduo observado.

Art. 209 Quando do uso de sistema de vigilância por câmara, as mesmas não poderão estar instaladas em banheiros, lavabos e assemelhados, implicando em

invasão de privacidade do indivíduo, sendo tolerados tomadas em campo de visão nas portas de acesso dos mesmos pelo lado externo.

Parágrafo único. Quando instalados no alinhamento predial, além de cobrir os acesso da edificação será solicitado tomadas em campo de visão em toda a extensão da testada.

SEÇÃO II DOS COMUNICADORES E PORTEIROS ELETRÔNICOS

Art. 210 Toda edificação recuada ou não da testada, que restrinja o acesso direto de usuários e visitantes, deverá possuir porteiro eletrônico.

Parágrafo único. Serão admitidas campainhas convencionais apenas em residências unifamiliares.

Art. 211 Os porteiros eletrônicos devem localizar-se recuados do alinhamento, em local protegido e de visibilidade garantida a partir da unidade autônoma comunicante.

Parágrafo único. Quando a visibilidade de que trata este artigo não for garantida, o mesmo deverá contar com sistema de vídeo-porteiro, tanto no acesso comum, quanto nas unidades autônomas comunicantes.

SEÇÃO III DAS CERCAS ELETRIFICADAS E SIMILARES

Art. 212 Toda cerca instalada com a finalidade de proteção de perímetro de imóvel, que seja dotada de energia elétrica, aqui denominada “cerca energizada”, fica disciplinada pelo disposto nesta Seção.

Art. 213 As empresas e pessoas físicas que se dediquem a instalação de cercas energizadas, independente dos demais documentos legais para seu funcionamento, deverão possuir:

- I. registro no CREA-SC;
- II. engenheiro eletricista, na condição de responsável técnico; e
- III. alvará de licença e de funcionamento regular, que autorize as instalações.

Art. 214 Os interessados na instalação de cercas energizadas deverão apresentar ao órgão próprio da Prefeitura:

- I. projeto técnico de cada unidade;
- II. documento de ART, tomando por base as normas técnicas pertinentes; e
- III. declaração do responsável técnico pela instalação responsabilizando-se por eventuais informações inverídicas sobre o projeto.

§ 1º. Para a instalação de cerca energizada vertical na divisa com imóveis lindeiros em que haja residência, o interessado deverá apresentar, além dos documentos referidos nos incisos de caput deste artigo, a anuência do proprietário ou possuidor do imóvel lindeiro.

§ 2º. A licença para instalação de cerca energizada será expedido somente após aprovado o projeto, não sendo permitida a energização da cerca antes da vistoria final pelo órgão competente da Prefeitura.

Art. 215 As cercas energizadas somente poderão ser instaladas se obedecidas as seguintes características técnicas:

- I. tipo de corrente: intermitente ou pulsante;
- II. potencia máxima: 05 (cinco) joules;
- III. intervalo dos impulsos elétricos: 50 (cinquenta) impulsos/minuto; e
- IV. duração dos impulsos elétricos: média de 0.001 milissegundos.

Art. 216 A unidade de controle de energização da cerca deve ser constituída de, no mínimo, um aparelho energizador de cerca que apresente um transformador e um capacitor.

Art. 217 A instalação de cercas energizadas deve obedecer aos seguintes parâmetros:

- I. ter sistema de aterramento específico para a espécie, não podendo ser utilizado para este fim outro sistema de aterramento existente no imóvel;
- II. ter os cabos elétricos destinados às conexões com a unidade de controle e com o sistema de aterramento, comprovadamente com as características técnicas para isolamento de 10 KV; e
- III. utilizar no sistema isoladores fabricados em material de alta durabilidade, não higroscópico e com capacidade de isolamento mínimo de 10 KV, mesmo na hipótese de utilização de estruturas de apoio ou suporte dos arames feitos em material isolante.

Art. 218 A cada 5,00 mts (cinco metros) de cerca energizada, nos portões e/ou portas de acesso existentes ao longo da cerca e em cada mudança de direção da mesma, devem ser instaladas placas de advertência.

Parágrafo único. As placas de advertência a que se refere o caput deste artigo devem ter dimensões mínimas de 0,10 x 0,20 mts (dez por vinte centímetros), contendo texto e símbolos voltados para ambos os lados da cerca, com as seguintes características:

- I. cor de fundo amarela;
- II. caracteres grafados em cor preta, com dimensões mínimas de 2,00 cms (dois centímetros) de altura por 0,5 cms (meio centímetro) de espessura, contendo o texto; "CERCA ELÉTRICA" ou "CERCA ELETRIFICADA"; e
- III. símbolo de raio, em cor preta, que possibilite sem margem de dúvida, a interpretação de que se trata de um sistema dotado de energia elétrica e que pode transmitir choque elétrico.

Art. 219 Os arames utilizados para condução da corrente elétrica da cerca energizada devem ser do tipo liso, de aço inox ou galvanizado, com bitola mínima de 21 dmm (vinte e decimilímetros).

Parágrafo único. É vedada a utilização de arames farpados ou similares para condução da corrente elétrica da cerca energizada.

Art. 220 Sempre que a cerca energizada for instalada na parte superior de muros, grades, telas ou estruturas similares, o respectivo suporte deve estar a uma altura mínima de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) em relação ao nível do solo da parte externa do imóvel cercado, sendo que o primeiro fio (mais baixo) deve estar a uma altura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros).

TÍTULO VII DAS EDIFICAÇÕES

Art. 221 Todas as atividades em edificações são regradas por sua relação de vizinhança e a impactação de seus usos nesta unidade, cabendo a cada uma restringir seus direitos, de qualquer espécie, dentro dos limites físicos de seu terreno ou unidade autônoma, estendendo seus deveres ao logradouro público confrontante.

Art. 222 As edificações residências unifamiliares possuem relações diretas entre confrontantes e o logradouro público, devidamente estabelecidas neste Código e em Leis Complementares correlatas.

Parágrafo único. As relações inerentes à unidades autônomas dentro do mesmo terreno são definidas adiante.

CAPÍTULO I DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES

Art. 223 As residências multifamiliares são aquelas determinadas por um conjunto de economias, podendo ser de uso permanente ou transitório.

- I. As residências multifamiliares de uso permanente constituem condomínios verticais ou horizontais, cujas economias independem entre si pela propriedade; e
- II. As residências multifamiliares de uso transitório constituem os hotéis e congêneres.

Art. 224 Nas residências multifamiliares de uso permanente em condomínio vertical, será exigido o uso de:

- I. portaria ou hall com caixa de distribuição de correspondência em local acessível;

- II. no mínimo uma vaga de garagem para cada unidade autônoma;
- III. área de recreação comum, coberta ou externa, na proporção de, no mínimo, 2,50 m² (dois metros e cinquenta decímetros quadrados) para cada unidade autônoma;
- IV. tubulações para as instalações complementares de antena de televisão, telefone, internet e interfone, mesmo que estas instalações não estejam previstas na execução da obra;
- V. quando houver mais do que 12 (doze) unidades autônomas, dependência destinada à zelador, com exceção dos casos de edificações de caráter popular;
- VI. instalação preventiva de incêndio de acordo com as NTCI; e
- VII. afastamento mínimo entre dois pavimentos, pertencentes a economias distintas, não inferior à 2,73 mts (dois metros e setenta e três centímetros).

Art. 225 As dependências destinadas à zelador, de que trata o Artigo anterior, deverá constar de, pelo menos um quarto, uma sala, um banheiro e uma cozinha.

Parágrafo Único. A sala e o quarto de que trata este artigo, poderão ser um único compartimento, desde que tenha pelo menos 18,00 m² (dezoito metros quadrados).

SEÇÃO I DOS CONDOMÍNIOS VERTICAIS

Art. 226 Consideram-se Condomínios Verticais, todo e qualquer edificação em altura, mononucleada, destinada a habitação, com quatro ou mais unidades autônomas,

Parágrafo único. Aos condomínios verticais são aplicáveis todas as normas relativas a edificações em suas relações quanto a sua unidade de vizinhança.

SEÇÃO II DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS

Art. 227 Consideram-se Condomínios Horizontais, toda e qualquer conjunto de unidades autônomas, relacionadas entre si através de áreas de uso coletivo, destinados a habitação e com quatro ou mais unidades.

Parágrafo único. Aos condomínios horizontais serão aplicáveis todas as normas relativas aos loteamentos e suas relações quanto aos sistemas inerentes a malha de viação.

SEÇÃO III DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

Art. 228 Consideram-se conjuntos habitacionais os Condomínios que possuam mais do que dois blocos residenciais com 10 (dez) unidades de moradia cada.

Art. 229 Os conjuntos habitacionais, quando de caráter popular, poderão beneficiar-se dos condicionantes reduzidos, previstos para as habitações de interesse popular.

Parágrafo único. As condições para favorecimento dos conjuntos habitacionais populares, dependem de análise do Setor de Planejamento Urbano, aprovado pelo Conselho da Cidade, com critério do interesse coletivo maior.

SEÇÃO IV DAS HABITAÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 230 As edificações destinadas à hotéis e congêneres, além das demais disposições previstas neste Código deverão:

- I. ter no mínimo, além dos compartimentos destinados a habitação, um vestíbulo para instalação de portaria, uma sala de estar geral e acesso de serviço;
- II. quando a altura da edificação exigir, deverá haver um elevador de serviço, além do primeiro de uso dos hóspedes;
- III. ter local para coleta de lixo nas dependências de serviço;
- IV. ter vestiários e sanitários privados de serviço;
- V. ter em cada pavimento, instalações sanitárias, separadas por gênero, na proporção de um conjunto para cada grupo de 06 (seis) hóspedes, que não possuam instalações privadas; e
- VI. ter instalações preventivas contra incêndio.

Art. 231 Os dormitórios deverão possuir área mínima de 9,50 m² (nove metros e cinquenta decímetros quadrados), em qualquer hipótese, mesmo tratando-se de apartamentos com sanitário.

Art. 232 Todos os sanitários, cozinhas, lavanderias e demais áreas molhadas, deverão ser revestidos com material impermeável, tanto no piso como nas paredes, até o forro.

Parágrafo Único. Estes revestimentos serão preferencialmente cerâmicos.

Art. 233 As edificações destinadas a asilos, orfanatos, albergues e congêneres, além das demais disposições do presente Código, que lhes forem aplicáveis, deverão:

- I. terem dormitórios com área mínima de 7,50 m² (sete metros e cinquenta decímetros quadrados), quando individuais;
- II. quando os dormitórios forem coletivos, a área mínima deverá ser de 9,00 m² (nove metros quadrados) para 02 (dois) beliches ou leitos, devendo ser acrescido uma área de 4,00 m² (quatro metros quadrados) para cada beliche ou leito à mais;
- III. o pé-direito dos dormitórios deverá ser de 2,80 mts (dois metros e oitenta centímetros) para uma área de até 49,00 m² (quarenta e nove metros quadrados),

sendo que dormitórios com área superior deverão ter pé-direito mínimo de 3,20 mts (três metros e vinte centímetros);

IV. terem um conjunto sanitário constituído de lavatório, vaso e chuveiro, para cada 10 (dez) leitos;

V. quando destinado a orfanatos, as edificações deverão contar com salas de aula, aplicando-se para tais dependências as prescrições referentes a escolas;

VI. ter instalações preventivas de incêndios, de acordo com as NTCl e ABNT; e

VII. possuir área de lazer, coberta ou não, espaço para atividades múltiplas e refeitório.

CAPÍTULO II

DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

Art. 234 Serão consideradas edificações de uso comercial, aquelas que se destinem as atividades de comércio em geral, mistas ou não as atividades empresariais.

Art. 235 Estas edificações deverão observar, além das demais especificações deste Código, os seguintes itens:

I. no caso de edificações destinadas ao comércio atacadista ou varejista de grande porte, local apropriado, para carga e descarga dos produtos, dentro do terreno edificado;

II. para as edificações destinadas ao comércio varejista de grande porte, estudo de impacto de vizinhança, considerando prioritariamente os fluxos de acesso e áreas de estacionamento;

III. para o comércio varejista de médio e pequeno porte, o local destinado para carga e descarga dos produtos, poderá ser na via pública, desde que definido pelo setor de trânsito da Prefeitura Municipal e em horário apropriado; e

IV. quando edificadas na testada do terreno, deverão possuir marquise em toda a sua extensão.

Art. 236 Os pavimentos comerciais térreos deverão ter pé-direito mínimo de:

I. 2,80 mts (dois metros e oitenta centímetros) quando a área do compartimento não exceder à 50,00 m² (cinquenta metros quadrados);

II. 3,40 mts (três metros e quarenta centímetros) quando a área do compartimento não exceder à 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados); e

III. 4,60 mts (quatro metros e sessenta centímetros) quando a área do compartimento exceder aos 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados).

Art. 237 As aberturas das edificações comerciais deverão obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

I. ter largura de 1,20 mts (um metro e vinte centímetros) de vão livre, para compartimentos de até 30,00 m² (trinta metros quadrados);

II. ter largura de 1,60 mts (hum metro e sessenta centímetros) de vão livre, para compartimentos entre 30,00 m² (trinta metros quadrados) e 80,00 m² (oitenta metros quadrados);

III. ter largura de 2,20 mts (dois metros e vinte centímetros) de vão livre, para compartimento entre 80,00 m² (oitenta metros quadrados) e 160,00 m² (cento e sessenta metros quadrados); e

IV. a partir de compartimentos com mais de 160,00 m² (cento e sessenta metros quadrados), possuir um acréscimo de 0,01 mts (hum centímetro) para cada metro quadrado acrescido.

Parágrafo Único. Em qualquer hipótese deverá ser levado em consideração o dimensionamento mínimo para aberturas externas, previstas nas normas do Corpo de Bombeiros e ABNT, para o caso específico.

Art. 238 Os compartimentos comerciais ao preparo e manuseio de gêneros alimentícios, deverão possuir:

I. pisos e paredes revestidas até o forro com materiais impermeáveis e laváveis;

II. serem incomunicáveis para compartimentos de habitação; e

III. possuírem sistema de ventilação suficiente para exaurir as fuligens e vapores graxos do ambiente, sem afetarem os demais compartimentos cobertos da edificação.

Art. 239 Os compartimentos comerciais destinados ao preparo e manuseio de medicamentos, deverão:

I. Terem compartimento específico destinado a guarda de drogas e aviamento de receitas; e

II. Terem compartimento específico para curativos e aplicação de injeção.

Art. 240 Os compartimentos comerciais destinados à higiene e acuidade pessoal deverão ser revestidos com materiais impermeáveis e de fácil desinfecção.

SEÇÃO I DOS RESTAURANTES, BARES E CONGÊNERES

Art. 241 Nos restaurantes, bares e congêneres as cozinhas, copas, despensas e locais de consumo não poderão ter ligação direta com compartimentos sanitários ou destinados à habitação.

Art. 242 Nos estabelecimentos com área acima de 40,00 m² (quarenta metros quadrados) e nos restaurantes, independente da área construída, serão necessários compartimentos sanitários públicos distintos para cada gênero, que deverão atender a um conjunto sanitário de lavatório e vaso ou mictório, para cada 40,00 m² (quarenta metros quadrados) ou fração.

Parágrafo Único. Na quantidade de sanitários estabelecidas neste artigo deverão ser consideradas as exigências da NBR 9050/94 para atendimento aos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO III **DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS**

Art. 243 Serão consideradas edificações industriais, aquelas em cujas instalações se encontra, total ou parcialmente, setores de produção primária, que deverão observar, além das demais especificações deste Código, os seguintes itens:

- I. todas as atividades pertinentes a atividade industrial deverão restringir-se ao terreno edificado;
- II. todos os dejetos industriais resultantes do processo de industrialização não poderão interferir no meio ambiente, sob pena de imediato cancelamento do Alvará de Funcionamento;
- III. a indústria deverá possuir sistemas eficientes de tratamento de seus dejetos industriais, aferidos pelo Órgão ambiental competente e passíveis de fiscalização periódica;
- IV. as indústrias deverão ser edificadas com materiais incombustíveis e seguir todas as NTCl, de instalações preventivas contra incêndio;
- V. os vãos de iluminação natural deverão ter área mínima de $\frac{1}{10}$ (hum décimo) da superfície do piso, admitindo-se para este fim, iluminação zenital;
- VI. ter pé direito mínimo de 3,60 mts (três metros e sessenta centímetros) quando a área for superior à 100,00 m² (cem metros quadrados); e
- VII. ter instalações sanitárias e vestiários separados por gênero.

Art. 244 Os compartimentos que assentem diretamente sobre o solo deverão ter contrapisos impermeabilizados com pavimentação adequada a natureza do trabalho.

Art. 245 Os equipamentos que gerem vibrações, trepidações ou calor deverão distar no mínimo 10,00 mts (dez metros) dos alinhamentos dos confrontantes.

Art. 246 As indústrias de produtos alimentícios e medicamentos, bem como as próprias instalações ambulatoriais e de refeições de qualquer tipo de indústria, deverão atender a todas as exigências pertinentes ao bem estar e a higiene dos operários, como requer as normas da Vigilância em Saúde do Estado.

Art. 247 Quando os compartimentos da indústria forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com normas específicas relativas a segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes e em especial, o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Santa Catarina.

Art. 248 Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou qualquer outro aparelho onde se produza ou concentre calor deverão obedecer às normas técnicas vigentes e disposições do CB-SC, admitindo-se:

- I. uma distância mínima de 2,00 mts (dois metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 2,50 mts (dois metros e cinquenta centímetros), pelo menos, quando houver pavimento superior oposto; e
- II. uma distância mínima de 2,00 mts (dois metro) das paredes das divisas com lotes vizinhos.

Parágrafo único. As instalações definidas como zona de risco nestas indústrias deverão:

- a) Conservar afastamento necessário ao controle de sinistros das outras instalações de indústria, com o uso de portas e paredes anti chama.
- b) Ser edificada com materiais incombustíveis e bem contraventados; e
- c) Ser dotada de para-raio, individual ou comum ao conjunto de edificações da indústria.

CAPÍTULO IV **DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS**

SEÇÃO I **DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES E CONGÊNERES**

Art. 249 As edificações destinadas a escolas e estabelecimentos congêneres, deverão obedecer às normas da Secretaria da Educação do Estado e da Secretaria Municipal de Educação, além das disposições deste Código no que lhes couber.

Art. 250 As edificações destinadas a estabelecimentos escolares, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

- I. serem construídos em materiais incombustíveis, tolerando-se o uso de madeira nas estruturas de cobertura e esquadrias;
- II. ter afastamento mínimo de 80,00 mts (oitenta metros) de postos de abastecimentos de combustíveis e similares, medido em linha reta até a divisa de confrontação da escola;
- III. possuir local de recreação descoberto, apropriado a atividade, à proporção de 1,50 m² (hum metro e cinquenta decímetros quadrados) por aluno;
- IV. possuir local de recreação e atividades físicas coberto, à proporção de 0,50 m² (cinquenta decímetros quadrados) por aluno;

- V. possuir um conjunto de sanitário masculino, composto por um vaso sanitário, um lavatório e dois mictórios para cada 40 (quarenta) alunos por carteiras;
- VI. possuir um conjunto sanitário feminino, composto por dois vasos sanitários e um lavatório para cada 40(quarenta) alunos(carteiras);
- VII. quando houverem atividades físicas, ter um chuveiro para cada 50(cinquenta) alunos;
- VIII. possuir setor administrativo com sanitários independentes;
- IX. ter cozinha apropriada ao serviço de distribuição de merenda escolar; e
- X. ter instalações preventivas de incêndio, de acordo com as NTCl e ABNT.

Art. 251 As salas de aula deverão atender as seguintes condições:

- I. ter comprimento máximo de 12,00 mts (doze metros);
- II. a largura não poderá ser inferior à metade do comprimento, nem superior esta medida;
- III. possuir área mínima de 48,00 m² (quarenta e oito metros quadrados), calculada a razão de 1,50 m² (hum metro e cinquenta decímetros quadrados), para cada aluno;
- IV. não comportar mais do que 40 (quarenta) alunos;
- V. as salas deverão possuir pé-direito mínimo de 2,70 mts (dois metros e setenta centímetros);
- VI. possuir janelas com área total equivalente à 1/4 (hum quarto) da superfície do piso da sala; e
- VII. abertura com vão livre não inferior à 0,90 mts (noventa centímetros).

Art. 252 As circulações escolares, em um mesmo nível e verticais, deverão obedecer os seguintes critérios:

- I. ter largura mínima de 2,40 (dois metros e quarenta centímetros) até um máximo de 30,00 mts (trinta metros), sendo acrescido uma unidade de passagem de 0,60 mts (sessenta centímetros) para cada 10,00 mts (dez metros) ou fração excedente;
- II. nas escadas com mais de 08 (oito) degraus, possuir patamar intermediário;
- III. as escadas deverão distar um máximo de 30,00 mts (trinta metros), de qualquer sala de aula em um mesmo nível; e
- IV. serem empregadas rampas ou equipamentos de deslocamento vertical, conforme aplicações da NBR 9050/94.

Art. 253 Nas escolas existentes, que não estejam de acordo com as exigências do presente Código, serão permitidas obras que impliquem no aumento de sua capacidade de utilização, desde que não venham a sobrecarregar as condições gerais de uso já existentes.

SEÇÃO II DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E CONGÊNERES

Art. 254 As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e congêneres deverão estar de acordo com o Código Sanitário do Estado e demais Normas Técnicas específicas.

Art. 255 As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e congêneres, além das disposições do presente Código, que lhes forem aplicáveis, deverão:

- I. serem edificadas totalmente com material incombustível;
- II. terem pé-direito mínimo de 2,80 mts (dois metros e oitenta centímetros), em todas as dependências, com excepcionalidade de corredores e sanitários;
- III. terem lavanderias destinadas exclusivamente a desinfecção e esterilização das roupas, revestidas com materiais de fácil limpeza;
- IV. terem farmácia com área mínima de 12,00 m² (doze metros quadrados);
- V. terem instalações sanitárias, separadas por gênero, para cada 06 (seis) leitos não atendidos por sanitário privado;
- VI. terem instalações sanitárias isoladas para os funcionários;
- VII. possuírem circulações de serviço, independentes das edificações dos quartos;
- VIII. possuírem rampas, independentemente da existência de escada convencional, com inclinação conforme a NBR 9050/94; e
- IX. terem instalações preventivas contra incêndio de acordo com as NTCl.

Art. 256 Os hospitais especificamente, além das exigências contidas no artigo anterior, deverão possuir:

- I. No mínimo, um posto de enfermagem para cada 30 (trinta) leitos constituídos;
- II. Setor de incineração do lixo hospitalar;
- III. Sistema de geração de energia elétrica de emergência;
- IV. Quando possuir mais do que 03 (três) pavimentos, elevador para transporte de macas, independente da necessidade ou não de outros elevadores; e
- V. Necrotério, não configurando compartimento pivô no sistema de fluxo do hospital, distando ao menos 20,00 mts (vinte metros) das edificações vizinhas, com ante-sala e revestido com material de fácil limpeza e manutenção.

Parágrafo Único. Além dos artigos pertinentes a esta seção, os hospitais e congêneres deverão atender as Normas específicas da Secretaria Estadual de Saúde, bem como as do Ministério da Saúde, que à edificação digam respeito.

Art. 257 As circulações deverão possuir os seguintes gabaritos mínimos:

- I. 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros) quando se tratar das circulações dos quartos; e

II. 1,60 mts (hum metro e sessenta centímetros) quando se tratar das circulações de serviço.

Parágrafo Único. Entenda-se as circulações tanto em um mesmo nível, quando as verticais.

Art. 258 As dependências destinadas aos leitos deverão obedecer os seguintes requisitos:

I. possuir área mínima de 8,50 m² (oito metros e cinquenta decímetros quadrados), quando se tratar de quarto privado;

II. possuir área mínima de 14,00 m² (quatorze metros quadrados), quando se tratar de quarto duplo;

III. quando houver quartos coletivos, a área dos mesmos deverá ser proporcional aos leitos, na medida de 6,00 m² (seis metros quadrados) para cada um; e

IV. as portas deverão ter largura útil mínima de 0,90 mts (noventa centímetros) enquanto as aberturas de ventilação deverão obedecer a proporção de $\frac{1}{8}$ (hum oitavo) da área do piso.

Parágrafo Único. Os quartos coletivos de que trata o inciso terceiro da artigo anterior, deverão possuir um máximo de 06 seis) leitos.

Art. 259 As cozinhas e despensas de suprimentos alimentícios, deverão obedecer aos parâmetros mínimos de higiene e limpeza, sendo seus revestimentos impermeáveis e laváveis.

Parágrafo Único. Não será permitida a comunicação direta das cozinhas e despensas, com os compartimentos e circulações de serviço.

Art. 260 Os blocos cirúrgicos, salas de parto, radiologia e similares e demais compartimentos específicos, deverão obedecer as normas recomendadas para cada caso pela Secretaria de Saúde Pública do Estado e pela legislação vigente.

Art. 261 As instalações hospitalares ou congêneres, já existentes e em desacordo com esta secção, só poderão reformarem ou ampliarem suas dependências, desde que:

I. alterem as partes em desacordo com esta secção;

II. demonstrem que as alterações requisitadas, são imprescindíveis ao bem estar, segurança e higiene dos usuários e provem a inviabilidade técnica e funcional das alterações exigidas.

Parágrafo Único. Para dirimir eventuais dúvidas com relação ao inciso segundo deste artigo, o Setor de Planejamento Urbano fará a vistoria necessária, baseada no parecer do responsável pelo hospital.

SEÇÃO III DOS LOCAIS DE REUNIÃO

Art. 262 Para efeito desta secção serão considerados locais de reunião os auditórios, cinemas, teatros, salas de espetáculos e templos religiosos.

Parágrafo Único. Eventuais especificações peculiares a cada atividade, deverão ser atendidas com base em norma própria.

Art. 263 As edificações destinadas a auditórios ou congêneres, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

- I. serem construídos em materiais incombustíveis, tolerando-se o uso de madeira nas estruturas de cobertura e esquadrias;
- II. terem vãos de ventilação natural, equivalentes à $\frac{1}{10}$ (hum décimo) da superfície do piso ou ventilação mecânica que obedeça o prazo máximo de renovação de ar do ambiente estipulado pela norma técnica específica;
- III. o sistema de iluminação principal poderá ser artificial, desde que respeite o cálculo luminotécnico do ambiente, não sendo considerada a iluminação alternativa para efeito deste cálculo;
- IV. possuir um conjunto sanitário masculino, composto por um vaso sanitário, um lavatório e dois mictórios para cada 80 (oitenta) lugares;
- V. possuir um conjunto sanitário feminino, composto por dois vasos sanitários e um lavatório para cada 80 (oitenta) lugares;
- VI. ter instalações preventivas de incêndio, de acordo com as NTCl e ABNT;
- VII. possuir Foyer a proporção de 0,25 m² (vinte e cinco decímetros quadrados) para cada lugar do auditório ou correlato; e
- VIII. possuir bilheterias, a proporção de uma para cada 200 (duzentos) lugares, em local apropriado à proteger das intempéries, uma fila mínima de 50 (cinquenta) pessoas.

Art. 264 As aberturas serão dimensionadas em função da lotação máxima, obedecendo aos seguintes parâmetros:

- I. terão largura mínima de 1,50 mts (hum metro e cinquenta centímetros), até um limite de 150 (cento e cinquenta) lugares, devendo ser acrescido 0,01 mts (hum centímetro), para cada lugar a mais;
- II. em hipótese alguma terão largura inferior a das circulações e nem estarão dispostas a menos do que 2,00 mts (dois metros) de qualquer obstáculo para o fluxo; e
- III. as folhas móveis das aberturas não poderão, em hipótese alguma, obstruir o fluxo de saída, devendo, quando de abrir, serem voltadas para fora do ambiente.

Art. 265 As circulações em um mesmo nível e verticais, serão dimensionadas em função da lotação máxima, obedecendo aos seguintes parâmetros:

- I. os acessos do auditório ou congênere deverão ter completa independência, não podendo ser realizada através de compartimento contíguos ao mesmo;
- II. os corredores e escadas deverão ter largura mínima de 1,80 mts (hum metro e oitenta centímetros) até um limite de 150 (cento e cinquenta) lugares, devendo ser acrescido 0,01 mts (hum centímetro), para cada lugar a mais;

III. quando o acesso do auditório ou congênere se fizer por dois logradouros, o acréscimo determinado no inciso segundo poderá ser reduzido em 50% (cinquenta por cento);

IV. as circulações entre os lugares de um auditório ou congênere, devem ter largura mínima de 1,20 mts (hum metro e vinte centímetros), sendo que a razão entre a metragem quadrada destas circulações e a lotação máxima do local não poderá ser inferior à 0,25 m² (vinte e cinco decímetros quadrados), ou 04 (quatro) pessoas por metro quadrado;

V. nas escadas, sempre que a altura máxima a ser vencida for superior à 2,50 mts (dois metros e cinquenta centímetros), deverá haver patamares intermediários com vão mínimo de 1,20 mts (hum metro e vinte centímetros), ou da largura da escada, quando esta mudar de direção; e

VI. serem acompanhadas de rampas antiderrapantes, para uso de portadores de necessidades especiais, com inclinação definida conforme NBR 9050/94.

Art. 266 Os lugares de um auditório ou correlato deverão ser dispostos em setores, separados por corredores, observando os seguintes parâmetros:

I. o número de lugares em cada setor não poderá ultrapassar à 240 (duzentos e quarenta);

II. as filas de setores centrais do auditório ou congênere, deverá ter no máximo 16 (dezesseis) lugares;

III. quando estes setores ficarem junto das paredes laterais o número máximo de lugares será de 05 (cinco); e

IV. o espaçamento mínimo entre as filas será de 0,90 mts (noventa centímetros), independente de sua mobilidade.

Art. 267 A distribuição dos lugares em setores deverá ser indicado no projeto arquitetônico e detalhado o sistema de fixação e mobilidade dos assentos.

Art. 268 Nos cinemas, as cabines de proteção deverão obedecer as seguintes condições:

I. serem construídas totalmente em materiais incombustíveis;

II. terem completa independência da sala de espetáculos, com exceção apenas dos visores e aberturas de projeção;

III. possuírem área mínima de 12,00 m² (doze metros quadrados), dando condições de inscrever uma circunferência com raio mínimo de 1,50 mts (hum metro e cinquenta centímetros);

IV. ter espaço técnico para dois projetores, no mínimo;

V. possuir pé-direito mínimo de 2,80 mts (dois metros e oitenta centímetros);

VI. ter paredes internas com tratamento acústico adequado;

VII. possuir ventilação permanente no ambiente e exaustão direta sobre projetores, a fim de remover os aerodispersóides tóxicos produzidos pelo arco voltaico; e

VIII. ter instalações preventivas de incêndio, de acordo com as NTCI e ABNT.

Art. 269 Os teatros, além das disposições constantes desta secção, deverão possuir compartimentos destinados a depósito de cenário e material cênico, guarda roupas e decoração, bem como camarins apropriados aos artistas.

Parágrafo Único. Estes compartimentos não poderão situar-se sob o palco.

Art. 270 Os camarins deverão possuir:

- I. acesso externo, sem vínculo com a parte destinada ao público, admitindo-se no entanto que o mesmo seja através dos corredores de escoamento do público;
- II. sistema de ventilação direta ou indireta, apropriado as condições do compartimento;
- III. instalações sanitárias privadas por conjunto; e
- IV. serem em número mínimo de 02 (dois camarins) cada.

Art. 271 As legislações específicas para os auditórios e correlatos deverão ser observadas, sem detrimento dos artigos desta secção.

Art. 272 Os locais destinados ao culto religioso, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- I. serem construídos em materiais incombustíveis, tolerando-se o uso de madeira nas estruturas de cobertura e esquadrias;
- II. possuírem obrigatoriamente ventilação direta no pavilhão principal; e
- III. terem instalações preventivas de incêndio, de acordo com as NTCI e ABNT.

Art. 273 Construções de locais de culto religioso poderão ser admitidos em madeira, desde que seja em caráter provisório, possua um único pavimento e área máxima de 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados).

SEÇÃO IV DOS LOCAIS ESPORTIVOS E DE LAZER

Art. 274 As edificações destinadas a ginásios e estádios, além das disposições do presente Código, que lhes forem aplicáveis, deverão:

- I. serem construídos em materiais incombustíveis, admitindo-se porém o uso de madeira na estrutura de cobertura, no revestimento dos pisos e nas esquadrias;
- II. as arquibancadas poderão também ser edificadas em madeira, desde que o espaço sob as mesmas não seja utilizado;
- III. terem vãos de ventilação natural, equivalentes à $\frac{1}{10}$ (hum décimo), da superfície do piso ou $\frac{1}{20}$ (hum vinte avos) quando houver sistema de ventilação mecânica ou eólica auxiliar;
- IV. possuir um conjunto sanitário masculino, composto por um vaso sanitário, um lavatório e dois mictórios para cada 50 (cinquenta) assentos nas arquibancadas;

V. possuir m conjunto sanitário feminino, composto por dois vasos sanitários e um lavatório para cada 50 (cinquenta) assentos nas arquibancadas;

VI. ter instalações preventivas de incêndio, de acordo com as NTCI e ABNT;

VII. possuir vestiários independentes para os atletas, quando a capacidade de público do ginásio ou estádio for superior à 400 (quatrocentos) lugares; e

VIII. possuir acessos e saídas a proporção de 0,01 mts (hum centímetro) para cada espectador, em qualquer quantidade, desde que cada acesso ou saída nunca tenha largura inferior à 1,50 mts (hum metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. Os vestiários de que trata o inciso sétimo deste artigo, deverão ser em número de dois com no mínimo dois chuveiros, dois lavatórios, dois vasos. Em estabelecimentos escolares, poderão ser dispensados os incisos 4,5 e 7 (quatro, cinco e sete) deste artigo, desde que haja a possibilidade de utilização das instalações sanitárias da própria escola.

Art. 275 As arquibancadas deverão ser dimensionadas conforme estabelece a NTCI do CB-SC.

Art. 276 Os estádios, além das disposições desta seção, deverão possuir área de estacionamento externo, a proporção mínima de uma vaga para cada 20 lugares.

Art. 277 As edificações destinadas a clubes ou associações recreativas, desportivas, culturais ou similares, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I. terem vãos de ventilação natural, equivalentes à $\frac{1}{10}$ (hum décimo) da superfície do piso ou $\frac{1}{20}$ (hum vinte avos) quando houver sistema de ventilação mecânica ou eólica auxiliar;

II. possuir um conjunto sanitário masculino, composto por um vaso sanitário, um lavatório e dois mictórios para cada 100 (cem) pessoas;

III. possuir um conjunto sanitário feminino, composto por dois vasos sanitários e um lavatório para cada 100 (cem) pessoas;

IV. ter instalações preventivas de incêndio, de acordo com as NTCI e ABNT; e

V. possuir acessos e saídas a proporção de 0,01 mts (hum centímetro) para cada pessoa, em qualquer quantidade, desde que cada acesso ou saída nunca tenha largura inferior à 1,80 mts (hum metro e oitenta centímetros).

Art. 278 Construções de clubes, associações recreativas ou correlatos, poderão ser admitidos em madeira, desde que seja em caráter provisório, possua um único pavimento e área máxima de 160,00 m² (cento e sessenta metros quadrados).

Art. 279 Os parques de diversão e circos, por serem compostos de edificações efêmeras e instalações removíveis, deverão ser normatizados pelo Código de Posturas Municipal e pelas Normas de Saúde Pública.

Art. 280 Além do que possa exigir as referidas Leis, para a implantação dos parques de diversão e circos, os mesmos deverão:

I. ter instalações preventivas de incêndio, de acordo com as NTCI e ABNT, aplicáveis ao caso; e

II. subordinarem-se a fiscalização de obras e posturas do município, sempre que este departamento entender por necessário a realização de vistoria.

Art. 281 As edificações dos parques particulares, de caráter comercial, deverão ser analisados distintamente de acordo com as suas finalidades, determinadas neste Código.

Art. 282 Os projetos urbanístico e paisagístico destes parques deverão ser aprovados pelo Órgão ambiental competente, quando envolvam elementos de implicação ao meio ambiente.

Parágrafo Único. Entenda-se por parques particulares de caráter especulativo, todas aquelas áreas privadas que visem lucro através de atividades de lazer e recreação, tais como circos, parques de diversão e teatros mambembes.

SEÇÃO V DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E CORRELATOS

Art. 283 Será permitida a instalação de postos de abastecimento, serviços de lavagem, lubrificação e mecânica de veículos nos locais definidos pela Lei de Zoneamento do Município de Maracajá.

Art. 284 A autorização para construção de postos de abastecimento de veículos e serviços será concedida com observância das seguintes condições:

- I. para a obtenção da Licença de Construção ou localização dos postos de abastecimento junto à Prefeitura Municipal, será necessária a análise de projetos com a emissão de correspondente certidão de licenciamento preliminar pelo órgão municipal competente;
- II. deverão ser instalados em terrenos com área igual ou superior a 900,00 m² (novecentos metros quadrados) e testada mínima de 25,00 mts (vinte e cinco metros);
- III. somente poderão ser construídos com raio de distanciamento mínimo de 100,00 mts (cem metros) de equipamentos comunitários existentes ou programados e 700,00 mts (setecentos metros) de outros postos de abastecimento;
- IV. só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para este fim;
- V. serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de abastecimento de combustíveis e serviço, somente quando localizadas no mesmo nível dos logradouros de uso público, com acesso direto e independente;
- VI. as instalações de abastecimento, bem como as bombas de combustíveis deverão distar, no mínimo, 8,00 mts (oito metros) do alinhamento predial e 5,00 mts (cinco metros) de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos do lote;

VII. no alinhamento do lote deverá haver um jardim para evitar a passagem de veículo sobre os passeios; e

VIII. a entrada e saída de veículos será feita com largura mínima de 4,00 mts (quatro metros) e máxima de 8,00 mts (oito metros), devendo ainda guardar distância mínima de 2,00 mts (dois metros) das laterais do terreno.

§ 1º. Não poderá ser rebaixado o meio fio no trecho correspondente à curva da concordância das ruas, e no mínimo a 5,00 mts (cinco metros) da projeção dos alinhamentos do terreno.

a) para testadas com mais de um acesso, a distância mínima entre eles é de 5,00 mts (cinco metros);

b) a projeção horizontal da cobertura da área de abastecimento não será considerada para aplicação da Taxa de Ocupação da zona, estabelecida pela Lei de Zoneamento, não podendo avançar sobre o recuo do alinhamento predial;

c) os depósitos de combustíveis dos postos de serviço e abastecimento deverão obedecer às normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP;

d) deverão ainda atender às exigências legais do Corpo de Bombeiros, da Agência Nacional do Petróleo – ANP e demais leis pertinentes;

e) para a obtenção do CVCO será necessária a vistoria das edificações quando da sua conclusão, com a emissão do correspondente laudo de aprovação pelo órgão municipal competente;

f) todos os tanques subterrâneos e suas tubulações deverão ser testados quanto a sua estanqueidade, segundo as normas da ABNT e da ANP;

g) para todos os postos de abastecimento e serviços existentes ou a serem construídos, será obrigatória a instalação de pelo menos 03 (três) poços de monitoramento de qualidade da água do lençol freático; e

h) deverão ser realizadas análises de amostras de água coletadas dos poços de monitoramento, da saída do sistema de retenção de óleos e graxas e do sistema de tratamento de águas residuais existentes nos postos de abastecimento e congêneres, segundo parâmetros a serem determinados pelo órgão municipal competente.

§ 2º. Para fins de liberação da Licença de Construção de Postos de Serviço e Abastecimento de Combustível, a preferência será dada ao processo com número de protocolo mais antigo.

§ 3º. A construção de postos que já possuam alvará de construção, emitido antes da aprovação desta Lei, deverá ser iniciada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da sua liberação.

§ 4º. As medidas de proteção ambiental para armazenagem subterrânea de combustíveis, estabelecidas nesta lei, aplicam-se a todas as atividades que possuam estocagem subterrânea de combustíveis.

Art. 285 As edificações destinadas a abrigar postos de abastecimento e prestação de serviços de lavagem, lubrificação e mecânica de veículos deverão obedecer às seguintes condições:

- I. ter área coberta capaz de comportar os veículos em reparo ou manutenção;
- II. ter pé-direito mínimo de 3,00 mts (três metros), inclusive nas partes inferior e superior dos jirais ou mezaninos ou de 4,50 mts (quatro metros e cinquenta centímetros) quando houver elevador para veículo;
- III. ter compartimentos sanitários e demais dependências destinadas aos empregados, de conformidade com as determinações deste Código;
- IV. ter os pisos, revestidos de material impermeável e resistente a frequentes lavagens, com sistema de drenagem independente do da drenagem pluvial e ou de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas NBRs e observadas as exigências dos Órgãos Estadual e Municipal responsáveis pelo licenciamento ambiental; e
- V. a área a ser pavimentada, atendendo à taxa de permeabilidade definida na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, deverá ter declividade máxima de 3% (três por cento), com drenagem que evite o escoamento das águas de lavagem para os logradouros públicos.

Art. 286 As instalações para lavagem de veículos e lava-rápidos deverão:

- I. estar localizadas em compartimentos cobertos e fechados em 02 (dois) de seus lados, no mínimo, com paredes fechadas em toda a altura ou ter caixilhos fixos sem aberturas;
- II. ter as partes internas das paredes revestidas de material impermeável, liso e resistente a frequentes lavagens até a altura de 2,50 mts (dois metros e cinquenta centímetros), no mínimo;
- III. ter as aberturas de acesso distantes 8,00 mts (oito metros) no mínimo, do alinhamento predial e 5,00 mts (cinco metros) das divisas laterais e de fundos do lote;
- IV. Ter instalado um reservatório de no mínimo 5000 (cinco mil) litros para aproveitamento de água das chuvas;
- V. ter os pisos, revestidos de material impermeável e resistente a frequentes lavagens, com sistema de drenagem independente do da drenagem pluvial e ou de águas servidas, para escoamento das águas residuais, as quais deverão passar por caixas separadoras de resíduos de combustíveis antes da disposição na rede pública, conforme padrão estabelecido pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e observadas às exigências dos Órgãos Estadual e Municipal responsável pelo licenciamento ambiental; e
- VI. Utilizar captação de água da chuva ou subterrânea para lavagem de veículos e pátio, na seguinte proporção: 0,25 m³ (vinte e cinco decilitros) de reservatório de água por cada metro quadrado de área da coberta.

Parágrafo Único. Será proibido o uso de água da rede pública de abastecimento para lavagem comercial de veículos.

SEÇÃO VI

DOS DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 287 As edificações destinadas a depósito de inflamáveis e explosivos, além das edificações do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

- I. terem vãos de iluminação e ventilação não inferiores à $\frac{1}{20}$ (hum vinte avos) da superfície do piso;
- II. terem instalações preventivas contra incêndio, de acordo com o que dispuser a ABNT e as NTCl;
- III. possuírem instalação de pára-raios;
- IV. terem um afastamento mínimo de 80,00 mts (oitenta metros) de escolas, asilos, orfanatos e congêneres, medido do depósito até o terreno dos mesmos;
- V. terem instalações elétricas blindadas, devendo os focos incandescentes serem impermeáveis a eventuais gases formados pela evaporação dos inflamáveis;
- VI. não poderão haver redes de energia elétrica aérea, sobre ou próximas aos depósitos;
- VII. os depósitos deverão ser edificados totalmente com materiais incombustíveis;
- VIII. os pisos deverão ser laváveis, com declividade e ralos de escoamento;
- IX. terem portas de comunicação entre os compartimentos, do tipo corta fogo e dotadas de dispositivo de fechamento automático;
- X. terem vãos de ventilação ao nível do piso em oposição à portas e janelas;
- XI. terem um afastamento mínimo entre si de 4,00 mts (quatro metros) para os depósitos de inflamáveis e 50,00 mts (cinquenta metros) para os depósitos de explosivos; e
- XII. terem um afastamento mínimo das divisas do lote de 10,00 mts (dez metros) para os depósitos de inflamáveis e 50,00 mts (cinquenta metros) para os depósitos de explosivos.

Art. 288 São considerados como inflamáveis, para efeito do presente Código, os líquidos que tenham seu ponto de fulgor abaixo de 93°C (noventa e três graus Celsius), entendendo-se como tal a temperatura em que o líquido emite vapores em quantidades que possam inflamar-se ao contato de chama ou centelha.

Art. 289 Para efeito do presente Código, não serão considerados depósitos de inflamáveis os reservatórios das colunas de abastecimento de combustível, os reservatórios e autoclaves, empregados na fusão de materiais gordurosos, fábricas de velas e sabões, bem como tanques de gasolina, álcool e óleos que façam parte integrante de motores à explosão ou combustão interna, em qualquer parte que estejam instalados.

Art. 290 O requerimento de aprovação do projeto deverá ser instruído com memorial descritivo das especificações da instalação, mencionando todos os dimensionamentos, localizações e informações pertinentes a definição dos depósitos.

Parágrafo Único. A aprovação de projetos de construção para depósitos de explosivos, fica condicionado a permissão prévia do Ministério do Exército, cuja autorização deve fazer parte integrante do processo.

SEÇÃO VII DAS OFICINAS E GARAGENS DE SERVIÇO

Art. 291 Serão consideradas edificações destinadas à oficinas e serviços, aquelas em cujas instalações se encontre, total ou parcialmente, setores de manutenção e reparo de peças, consertos e troca de partes de maquinários de qualquer tipo de equipamento, veículo ou similares. Estas edificações deverão observar, além das demais especificações deste Código, os seguintes itens:

- I. todas as atividades pertinentes a atividade citada deverão restringir-se ao terreno edificado;
- II. todos os dejetos graxos resultantes dos serviços, não poderão ser lançados ao meio ambiente, sob pena de imediato cancelamento do Alvará de Funcionamento;
- III. as oficinas deverão possuir sistemas eficientes de tratamento de seus dejetos graxos, aferidos pelo Órgão ambiental competente e passíveis de fiscalização periódica;
- IV. as obras destinadas a este fim, deverão ser edificadas com materiais incombustíveis e seguir todas as normas de instalações preventivas contra incêndio aferidas pela ABNT e pelas NTCl;
- V. os vãos de iluminação natural deverão ter área mínima de $\frac{1}{10}$ (um décimo) da superfície do piso. Admitindo-se para este fim, iluminação zenital;
- VI. ter pé direito mínimo de 3,20 mts (três metros e vinte centímetros) quando a área for superior à 100,00 m² (cem metros quadrados); e
- VII. ter instalações sanitárias e vestiários separados por gênero.

Art. 292 Os compartimentos de serviço que assentem diretamente sobre o solo deverão ter contrapisos impermeabilizados com pavimentação adequada a natureza do trabalho.

Art. 293 Os equipamentos que gerem vibrações, trepidações ou calor deverão distar no mínimo 10,00 mts (dez metros) dos alinhamentos dos confrontantes.

Art. 294 As instalações ambulatoriais e de refeições de qualquer tipo de oficina ou serviço, deverão atender a todas as exigências pertinentes ao bem estar e a higiene dos operários, como requer as normas da Vigilância em Saúde.

SEÇÃO VIII DOS ARMAZÉNS E SILOS

Art. 295 Armazéns e silos são aquelas edificações destinadas ao depósito e armazenagem de grãos e cereais, sendo que nos silos este depósito se efetua à

granel. Além das demais disposições deste Código, aplicáveis ao caso, os armazéns e silos deverão atender as seguintes especificações:

- I. as obras destinadas a este fim, deverão ser edificadas com materiais incombustíveis e seguir todas as normas de instalações preventivas contra incêndio aferidas pela ABNT e pela NTCl;
- II. os vãos de iluminação natural dos armazéns deverão ter área mínima de $\frac{1}{20}$ (hum vinte avos) da superfície do piso, admitindo-se para este fim, iluminação zenital;
- III. os vãos de ventilação deverão ser naturais e controláveis, resguardando-se sempre o nível de umidade dos grãos e cereais depositados;
- IV. os silos deverão prever o sistema de transbordo dos grãos e cereais, evitando desperdícios na operação; e
- V. quando houver atividades funcionais nas instalações destes depósitos, eles deverão contar com conjuntos sanitários apropriados ao caso.

SEÇÃO IX DAS CONSTRUÇÕES EM CEMITÉRIOS

Art. 296 As construções nos cemitérios, serão regulamentados pelo Regimento Interno de cada um deles, considerando-se como diretrizes os seguintes princípios:

- I. serem pavimentadas em todo o seu percurso, com material antiderrapante;
- II. possuírem meio-fio em toda sua extensão, definindo as quadras úteis do cemitério;
- III. terem sistema de coleta de águas pluviais;
- IV. possuírem um mínimo de 20% (vinte por cento) de sua área, com proteção vegetal, sendo aconselhável o uso de árvores de porte mediano, com raízes axiais, que produzam sombra nas circulações.

Art. 297 As quadras do cemitério deverão:

- I. terem comprimento máximo de 60,00 mts (sessenta metros);
- II. forma a dispor todas as suas locações com acesso pelas circulações, evitando enclausuramentos.

Art. 298 Os lotes definidos nas quadras deverão:

- I. terem forma regular;
- II. serem dispostos perpendicularmente com relação as circulações;
- III. possuírem comprimento mínimo de 2,40 mts (dois metros e quarenta centímetros);
- IV. possuírem largura mínima de 1,20 mts (hum metro e vinte centímetros).

Art. 299 Os cemitérios deverão dispor no mínimo, das seguintes instalações de apoio:

- I. uma capela para celebrações ecumênicas;
- II. duas salas para velório com sanitários;
- III. conjuntos sanitários comuns, proporcionais à capacidade média de visitas possíveis;
- IV. almoxarifado de manutenção;
- V. área de estacionamento, à proporção de uma vaga para cada 80(oitenta) locações.

Art. 300 As locações poderão ser em forma de túmulos, capelas, carneiras, mausoléus ou combinações destes, de acordo com o padrão a ser estabelecido para o cemitério.

Art. 301 A gestão dos Cemitérios é assunto pertinente ao Código de Posturas Municipal e do Regimento Interno de cada Cemitério.

CAPÍTULO V **DOS TERRENOS NÃO EDIFICADOS**

Art. 302 Os terrenos não edificadas são entendidos como improdutivo ao bem público e portanto sujeitos as penalizações legais pertinentes ao caso.

§ 1º. A manutenção e preservação do terreno não utilizado estão previstos no Código de Posturas.

§ 2º. A progressão tributária e sobretaxação dos terrenos não edificadas ou de sua subutilização estão previstos na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.

TÍTULO VIII **DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

Art. 303 Constitui procedimento administrativo toda ação incitada por irregularidade demandada por fiscalização ou denúncia, contrária às disposições deste Código e de outras disposições legais.

CAPÍTULO I **DAS FISCALIZAÇÕES**

SEÇÃO I DAS AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES

Art. 304 Constituem investigações preliminares do processo, quando necessárias à configuração da infração, a diligência, a vistoria e a relatoria.

§ 1º. Da diligência e vistoria subentende-se a composição de informações suficientes ao esclarecimento dos fatos, através de medições, levantamentos fotográficos, inquirições, bem como a coleta de evidências e documentos.

§ 2º. Da relatoria compreende-se a descrição sucinta dos fatos e evidências, capaz de esclarecer a probabilidade do ato infracional.

§ 3º. Tomadas estas providências será lavrado o termo correspondente e apresentado relatório circunstanciado.

§ 4º. Quando desta averiguação preliminar ficar apurada a existência de Infração, será lavrada a competente Notificação Preliminar.

Art. 305 Sempre que for verificada a existência de ato ou evento com possibilidade de risco a segurança, a integridade física, a saúde ou ao bem-estar da população, a obra será interditada.

Parágrafo único. Esta interdição poderá ser revisada pelo Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil à pedido do interessado.

Art. 306 Esta vistoria complementar, quando necessária, será realizada em dia e hora previamente marcados, na presença de autoridade municipal e do responsável pelo ato ou evento que a motivou.

Parágrafo único. Na hipótese de não comparecer o responsável, a vistoria será realizada à sua revelia.

Art. 307 Quando das vistorias ficar apurada a prática de infração da qual resulte risco às pessoas, além da aplicação da interdição, bem como de outras penalidades a que o responsável estiver sujeito, será indicado prazo para a regularização do ato ou evento, no sentido de eliminar o risco.

§ 1º. Mesmo regularizando a obra no prazo estipulado, o infrator estará sujeito a cominações legais e a aplicação de multa.

§ 2º. Findo o prazo de que trata este artigo, sem o cumprimento das medidas indicadas pelas vistorias, será aplicada ao infrator a penalidade que couber.

SEÇÃO II DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES

Art. 308 Verificando-se infração ao disposto neste Código será expedida contra o infrator uma Notificação Preliminar para que, nos prazos fixados no Anexo 01 deste Código, regularize sua situação.

Parágrafo único. O prazo para regularização ou defesa da situação, será mencionado pelo agente fiscal no ato da notificação.

Art. 309 A Notificação Preliminar será feita em formulário destacável de talonário próprio, em duas vias, contendo os seguintes elementos:

- I. nome do notificado ou denominação que o identifique;
- II. dia, mês, ano, hora e lugar da lavratura da notificação preliminar;
- III. prazo para a regularização da obra;
- IV. descrição do fato que motivou a notificação e a indicação do dispositivo legal infringido;
- V. a penalidade a ser aplicada em caso de não regularização no prazo estabelecido;
- VI. identificação do Órgão fiscalizador; e
- VII. nome e assinatura do agente fiscal notificante.

§ 1º. Em sua ausência ou na recusa do notificado em apor o seu ciente, será tal situação declarada na notificação preliminar pela autoridade notificante.

§ 2º. A recusa de que trata o parágrafo anterior, bem como a de receber a primeira via da Notificação Preliminar lavrada, não favorece nem prejudica o infrator.

§ 3º. Os procedimentos de defesa e recurso deverão ser encaminhados ao Protocolo Geral da Prefeitura.

Art. 310 Esgotado o prazo estabelecido na Notificação Preliminar para a regularização ou defesa sobre o ato, sem que o infrator tenha tomado providências quanto a situação perante o órgão fiscalizador competente, será lavrado o devido Auto de Infração.

SEÇÃO III DA DEFESA

Art. 311 A Defesa será interposta perante a autoridade prolatora da decisão em primeira instância.

Art. 312 O infrator terá o prazo determinado pela notificação preliminar para promover a sua defesa, que deverá ser apresentada através de petição entregue contra recibo, no protocolo geral da Prefeitura, contando-se o prazo da data de sua notificação.

Art. 313 Decorrido o prazo fixado no artigo anterior, sem que o autuado tenha apresentado defesa, será considerado revel, certificando-se no processo a revelia.

Art. 314 Apresentada a defesa, o Órgão responsável pelo setor fiscal terá o prazo de 15 (quinze) dias para analisar e proferir decisão.

§ 1º. Não se considerando habilitada para decidir, o Órgão poderá, dentro do prazo de cinco 05 (cinco) dias do recebimento do processo, convertê-lo em diligência ou submetê-lo a parecer jurídico ou técnico, passando a contar, da data do retorno do processo, o prazo estabelecido para decisão.

§ 2º. Para cumprimento da diligência ou emissão do parecer jurídico ou técnico, será fixado prazo não superior a 15 (quinze) dias.

Art. 315 A decisão será proferida por escrito, com simplicidade e clareza, concluindo pela procedência ou improcedência, total ou parcial, do Auto de Infração.

Art. 316 Da decisão será intimado o interessado ou infrator, por instrumento de comunicação contra recibo no próprio processo administrativo.

SEÇÃO IV DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 317 O Auto de Infração é o instrumento pelo qual se inicia o processo para apurar infração às normas de Poder de Polícia.

Art. 318 O Auto de Infração conterá obrigatoriamente:

- I. dia, mês e ano, hora e local de sua lavratura;
- II. o nome do infrator ou denominação que o identifique e, se houver, das testemunhas;
- III. o fato que constitui a infração e as circunstância pertinentes, bem como, o dispositivo legal violado e, quando for o caso, referências da Notificação Preliminar;
- IV. o valor da multa a ser paga pelo infrator ou outra penalidade cabível;
- V. o prazo de que dispõe o infrator para efetuar o pagamento da multa ou apresentar seu recurso e elementos comprobatórios; e
- VI. nome e assinatura do agente fiscal que lavrou o Auto de Infração.

Art. 319 Da lavratura do Auto intimar-se-á o infrator mediante entrega de cópia do instrumento fiscal.

SEÇÃO V DAS AUTORIDADES JULGADORAS

Art. 320 Os Secretários e Diretores dos departamentos competentes à fiscalização constituem individualmente ou em colegiado, a Autoridade Julgadora com competência e responsabilidade de apreciar os processos e recursos pertinentes a cada caso.

§ 1º. O regramento destes julgamentos será elaborado pela Secretaria de Administração Municipal e deverá ser aprovada em Plenária do Conselho da Cidade.

§ 2º. Após julgamento do Secretário ou Diretor do departamento cabe réplica, com efeito suspensivo, de qualquer das partes ao Conselho da Cidade.

SEÇÃO VI DO RECURSO

Art. 321 O recurso será interposto perante a Autoridade Julgadora, como decisão de segunda instância.

§ 1º. Da decisão de segunda instância cabe réplica, com efeito suspensivo, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência.

§ 2º. É vedado reunir em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, salvo quando proferidas em um mesmo processo administrativo.

Art. 322 Julgado improcedente o recurso em última instância, o recorrente será comunicado para no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento deste parecer, dar cumprimento à decisão.

SEÇÃO VII DOS EFEITOS DA DECISÃO

Art. 323 Considerada definitiva, a decisão produz os efeitos seguintes:

I. em processo originário de Auto de Infração, obriga o infrator ao pagamento da penalidade pecuniária, dentro do prazo de 15 (quinze) dias; e

II. em processo do qual resulte a aplicação de outra penalidade, ainda que cumulativa, esta será cumprida no prazo estabelecido pelo Autoridade Julgadora em última instância.

§ 1º. No caso do não pagamento da penalidade pecuniária, o processo será encaminhado para inscrição do débito em dívida ativa.

§ 2º. No caso de não cumprimento de penalidade prevista no inciso segundo, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis.

Art. 324 Quando o processo for encaminhado para inscrição de débito em dívida ativa aplicar-se-ão, no que couber, as formalidades previstas no Código Tributário do Município.

TÍTULO IX DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES

Art. 325 Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código, de outras Leis, Decretos e Atos Normativos baixados pela Administração e no exercício de seu Poder de Polícia.

Parágrafo único. A aplicação das sanções cabíveis neste capítulo não desobriga o infrator do atendimento as normas de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, sujeitando o mesmo a eventuais penalidades cumulativamente ao que lhe for imposto pelo Município.

Art. 326 As infrações resultantes do descumprimento das disposições deste Código serão punidas com o seguinte critério:

I. na 1ª Infração do estabelecimento: Multa aplicada conforme os parâmetros da fiscalização pertinente, notificação preliminar concedendo 05 (cinco) dias úteis para a regularização do objeto infracional ou sua detenção até que se promova a regularização do fato infracional;

II. na 1ª Reincidência: Multa correspondente ao dobro do valor aplicado anteriormente, e a sua detenção até que se promova a regularização do fato infracional;

III. na 2ª Reincidência: Multa correspondente ao quádruplo do valor aplicado anteriormente, suspensão da Licença de Construção, por 30 (trinta) dias úteis, ou além disso por quanto persistir o fato infracional;

IV. na 3ª Reincidência: Multa correspondente ao valor básico da referida infração por dia de insistência e sucessão de suspensão da Licença de Construção, por 60 (sessenta) dias, independente de regularização; e

V. na 4ª Reincidência: Cassação definitiva da Licença de Construção e execução fiscal de todas as penalidades imputadas, eventualmente não recolhidas.

§ 1º. As penalidades previstas neste artigo poderão ser aplicadas a um mesmo infrator, isolado ou conivamente, independentemente de outras penalidades previstas neste mesmo Código ou em Leis correlatas de outras esferas públicas.

§ 2º. Responderá pelas infrações quem, por quaisquer modos a cometer, concorrer para a sua prática ou delas se beneficiar.

§ 3º. Em qualquer das instâncias infracionais, se a obra em desacordo legal gerar ampliação ou continuidade de prejuízo a coletividade ou a terceiros, será embargado imediatamente, até que sejam apuradas as consequências porventura admitidas.

§ 4º. Poderá o Poder Público ainda, aplicar suspensão parcial ou total, de eventuais benefícios e/ou incentivos fiscais a que o infrator estiver por concessão, restando-lhe a prerrogativa da restituição dos benefícios e/ou incentivos indevidamente aplicados.

Art. 327 Para efeito das aplicações das penalidades, as infrações aos dispositivos desta Lei serão classificadas como leves, moderadas, graves ou gravíssimas, definidas da seguinte forma:

I. leves: aquelas em que o ato infracional pouco prejudica ou amplia prejuízos relativos a terceiros ou ao ambiente, oferecendo condições imediatas e plenas de recuperação, em prazo máximo de até 7 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte a notificação;

II. moderadas: aquelas em que o ato infracional, apesar de prejudicar ou ampliar prejuízos relativos a terceiros ou ao ambiente, poderá ser reparado plenamente pelo infrator, em prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do dia seguinte a notificação;

III. graves: aquelas em que o ato infracional, prejudicando ou ampliando prejuízos relativos a terceiros ou ao ambiente, compete medida de mitigação ou compensação pelo infrator;

IV. gravíssima: aquelas em que o ato infracional, prejudicando ou ampliando prejuízos relativos a terceiros ou ao ambiente, não oferece condições de reparação, tornando ineficazes as ações mitigadoras ou compensatórias tomadas pelo infrator.

Parágrafo único. Os prazos constantes deste artigo são improrrogáveis.

Art. 328 Para a imposição da pena e graduação da multa a autoridade municipal observará:

- I. as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II. a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a sociedade e/ou o meio ambiente;
- III. a natureza da infração e suas consequências;
- IV. o porte do empreendimento; e
- V. os antecedentes do infrator, quanto às normas relativas a este Código.

Art. 329 São circunstâncias atenuantes:

- I. o menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- II. o arrependimento eficaz do infrator, manifestada pela espontânea reparação do dano ou limitação significativa do prejuízo; e
- III. ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

Art. 330 São circunstâncias agravantes:

- I. ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma persistida; e
- II. ter o infrator agido com dolo direto ou eventual.

§ 1º. A reincidência verifica-se quando o agente comete nova infração do mesmo tipo.

§ 2º. No caso de infração persistida, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, a penalidade de multa poderá ser aplicada diariamente até cessar o objeto infracional.

Art. 331 Será considerado infrator todo aquele que incitar, cometer, constranger ou auxiliar alguém na prática de infração à legislação de obras do Município.

Art. 332 A responsabilidade por infração à norma de Poder de Polícia, independe da intenção do agente ou responsável e da natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 333 A responsabilidade será:

- I. pessoal do infrator;

- II. de empresa, quando a infração for praticada por pessoa na condição de seu mandatário, preposto, ou empregado; e
- III. dos pais, tutores, curadores, quanto às pessoas de seus filhos menores, tutelados e curatelados, respectivamente.

CAPÍTULO II DAS PENALIDADES

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 334 As penalidades previstas neste Código serão aplicadas através de processo fiscal, pelas autoridades competentes, cujas responsabilidades ficam atribuídas na Tabela de Aplicação de Penalidades, parte integrante desta Lei.

Art. 335 Caso sejam extintos os setores funcionais responsáveis pela fiscalização e aplicação das penalidades previstas neste Código, suas atribuições ficarão a cargo:

- I. do setor funcional subordinado à mesma Secretaria; ou
- II. do setor funcional designado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Em ambos os casos, as designações serão ser feitas mediante Decreto.

Art. 336 Concorrerão para o fiel cumprimento dos dispositivos da presente Lei:

- I. o Poder Público Municipal, através de seu órgão competente, na aplicação das normas e sanções de ordem administrativas;
- II. a Polícia Civil, através das suas Delegacias, e no âmbito das suas atribuições, dar atendimento ao registro de denúncias, queixas ou flagrantes, oriundos de infração dos dispositivos previstos nesta Lei e no Código Penal; e
- III. a Polícia Militar, através de ações de ordem preventiva ou ostensiva, na área de sua jurisdição.

Parágrafo único. As autuações destes órgãos poderão ser efetuadas em conjunto ou isoladamente, mediante convênio, de acordo com o caso e no interesse do bem estar, segurança e respeito a coletividade.

Art. 337 A infração de qualquer disposição para o qual não haja penalidade expressamente estabelecida neste Código, será punida com multa de uma à 03 (três) Unidade Fiscal Municipal - UFM.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, a Unidade Fiscal Municipal - UFM será aquela vigente na época do recolhimento da multa.

Art. 338 A aplicação de penalidade não desonera o infrator da obrigação de fazer ou desfazer, nem o isenta da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma prevista no Código Civil Brasileiro.

SEÇÃO II DAS MULTAS

Art. 339 A multa será aplicada através de Auto de Infração, o qual terá modelo único a ser utilizado pelos diversos setores funcionais responsáveis pela aplicação das penalidades.

§ 1º. As multas serão aplicadas de forma cumulativa e sua aplicação não excluirá a Administração Municipal da competência de impor outras penalidades a que o infrator estiver sujeito.

§ 2º. Aplicada a multa, não fica o infrator exonerado da obrigação de regularizar o objeto infracional, que a Administração Municipal lhe houver imputado.

§ 3º. A multa imposta será inscrita em dívida ativa e judicialmente executada, se o infrator deixar de recolhê-la no prazo legal.

Art. 340 Incorrerá em multa o infrator de quaisquer das sanções descritas neste Código, atribuídas em cada Capítulo e classificadas conforme a Tabela de Aplicação de Penalidades – Anexo 01 deste Código, resguardadas ainda outras responsabilidades cíveis e criminais que couberem.

- I. Nas infrações leves: de 01 (uma) à 03 (três) Unidade Fiscal Municipal - UFM;
- II. Nas infrações moderadas: de 02 (duas) à 16 (dezesesseis) Unidade Fiscal Municipal - UFM;
- III. Nas infrações graves: de 12 (doze) à 96 (noventa e seis) Unidade Fiscal Municipal - UFM; e
- IV. Nas infrações gravíssimas: de 72 (setenta e duas) à 576 (quinhentas e setenta e seis) Unidade Fiscal Municipal – UFM.

§ 1º. Para efeito do disposto neste artigo, caberá aos departamentos fiscalizadores distinguidos em suas responsabilidades pela Tabela citada, a demanda de cada valor pecuniário imputado por multa, mediante fatores agravantes ou atenuantes do caso.

§ 2º. Na reincidência, a multa será, sempre, aplicada em dobro.

SEÇÃO III DOS EMBARGOS E INTERDIÇÕES

Art. 341 As obras que preliminarmente apresentarem riscos a sua integridade ou de desabamento serão embargadas pela Fiscalização de Obras.

Art. 342 Serão ainda passíveis de embargo as obras que apresentarem as seguintes irregularidades:

- I. estiverem sendo executadas sem a Licença de Construção, nos casos em que for necessário;
- II. for desrespeitado o respectivo projeto em qualquer de seus elementos essenciais;

III. não forem observadas as indicações de alinhamento ou nivelamento, fornecidas pelo Departamento de Topografia da Prefeitura;

IV. estiverem sendo executadas sem a responsabilidade de profissional habilitado na Prefeitura;

V. quando o profissional responsável sofrer suspensão ou cassação de carteira pelo CREA ou pelo CAU; e

VI. quando constatado ser fictícia a ART ou RRT da obra, ou a mesma configurar acobertamento profissional.

Parágrafo Único. O embargo é processo administrativo anotado na Notificação Preliminar, sujeito a verificação do Corpo de Bombeiros e/ou da Defesa Civil para a sua manutenção.

Art. 343 O procedimento de embargo conforma suspensão da obra pelo tempo determinado da correção do motivo de sua medida.

Art. 344 O procedimento de interdição conforma a suspensão definitiva da edificação, para que se promova o processo de recuperação ou demolição da obra.

SEÇÃO IV DAS DEMOLIÇÕES

Art. 345 A demolição é processo conclusivo da identificação de ruína iminente ou risco de integridade e será imposta, total ou parcialmente, nos seguintes casos:

I. quando a obra for clandestina e sendo interposto notificação e embargo, não tenham sido atendidas;

II. quando executadas sem a observância de alinhamento ou nivelamento fornecidos ou com desrespeito ao projeto aprovado em seus elementos; e

III. quando julgada com risco iminente de caráter público ou específico a um confrontante e o proprietário não quiser tomar as providências que a Prefeitura determinou para a sua segurança.

Art. 346 A demolição não será imposta nos casos dos dois primeiros incisos do artigo anterior, quando:

I. a obra for regularizada preenchendo os requisitos regulamentares; e

II. que embora não preenchendo os requisitos regulamentares, sofra modificações que a tornem de acordo com a legislação em vigor.

Art. 347 Deverá ser considerado todas as medidas legais, concedido todos os prazos estipulados e expedido as notificações e autos, disciplinares cabíveis antes de adotar-se o ato da demolição da obra, para que não se fira os direitos de plena defesa do infrator.

Art. 348 No caso de ruína iminente a Prefeitura Municipal poderá acelerar o processo, evitando a concessão de prazos.

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 349 Sistemas de mobilidade, instalações ou elementos construtivos de prédios de uso público, em desacordo com este Código deverão ser reparados ou adaptados no prazo máximo de 05 (cinco) anos, em atendimento as Leis específicas, sob pena de interdição do ambiente não ajustado.

Parágrafo único. As condições de adaptação previstas neste artigo deverão ser avaliadas e autorizadas pelo departamento técnico competente do Setor de Planejamento Urbano.

Art. 350 As multas resultantes da presente Lei não são passíveis de anistia, isenção ou compensação.

Parágrafo único. Não será considerado como anistia, isenção ou compensação, quando cabível o efeito suspensivo da multa recorrida.

Art. 351 O Poder Público Municipal promoverá edição popular desta Lei, com distribuição aos órgãos e entidades públicas, bem como à entidades da sociedade civil.

Art. 352 A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 353 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, 05 de Agosto de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração Municipal em 05 de Agosto de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Anexo 01

Código de Obras Municipal

Tabela de Aplicação das Penalidades

TÍTULO	CAPÍTULO	SEÇÃO	TEMA – ASSUNTO PERTINÊNCIA	GRADUAÇÃO DA INFRAÇÃO				PRAZO DA NOTIFICAÇÃO - DIAS -	INSTÂNCIA ORDENADORA			INSTÂNCIA CONSULTIVA	INSTÂNCIA DELIBERATIVA			
				LEVE	MODERADA	GRAVE	GRAVÍSSIMA		DIRETIVA	EXECUTORA	JULGADORA		INSTRUTORA	ARBITRAL		
2	2	-	Do Proprietário ou Incorporador	■	■	■		15	PLANEJAMENTO URBANO			SECRETARIA DE OBRAS		GABINETE DO PREFEITO	CONSELHO DA CIDADE	
2	3	-	Da Responsabilidade Técnica	■	■			07								
3	3	-	Da Licença para Construção	■	■	■		15				FISCALIZAÇÃO DE OBRAS		COMITÊ APURADOR		
3	4	-	Do certificado de Conclusão	■	■	■		10								
4	2	-	Do Canteiro de Obras	■	■	■		07								
4	3	-	Dos Equipamentos de Segurança	■	■	■		07								
5	1	-	Da Acessibilidade	■				15								
5	1	OUTROS	TEMA – ASSUNTO PERTINÊNCIA	GRADUAÇÃO DA INFRAÇÃO				07	INSTÂNCIA ORDENADORA			INSTÂNCIA	INSTÂNCIA DELIBERATIVA			

				LEVE	MODERAD	GRAVE	GRAVÍSSIM			DIRETIVA	EXECUTORA	JULGADORA	CONSULTIVA	INSTRUTORA	ARBITRAL
										PLANEJAMENTO URBANO	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	COMITÊ APURADOR	SECRETARIA DE OBRAS	GABINETE DO PREFEITO	CONSELHO DA CIDADE
5	1	-	Da Acessibilidade	■	■			15							
5	2	-	Dos Espaços Construídos	■	■	■		07							
5	3	-	Dos Vazios Constituídos	■	■	■		15							
5	4	-	Dos Elementos Constitutivos	■	■	■		15							
5	5	-	Dos Estacionamentos	■	■			15							
5	6	-	Dos Jardins	■				07							
6	1	-	Das Instalações Básicas	■	■	■		15							
6	2	-	Das Instalações de Incêndio			■	■	07							
6	3	-	Do Deslocamento Vertical		■	■	■	15							
5	6	1	TEMA – ASSUNTO PERTINÊNCIA	GRADUAÇÃO DA INFRAÇÃO				5	10	INSTÂNCIA ORDENADORA			INSTÂNCIA	INSTÂNCIA DELIBERATIVA	

				LEVE	MODERADA	GRAVE	GRAVÍSSIMA		DIRETIVA	EXECUTORA	JULGADORA	CONSULTIVA	INSTRUTORA	ARBITRAL
									PLANEJAMENTO URBANO	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	COMITÊ APURADOR	SECRETARIA DE OBRAS	GABINETE DO PREFEITO	CONSELHO DA CIDADE
6	3	-	Do Deslocamento Vertical		■	■	■	15						
6	4	-	Das Instalações de Serviço	■	■			07						
6	5	-	Das Instalações de Segurança		■	■	■	07						
7	1	-	Das Residências Multifamiliares	■	■	■		15						
7	2	-	Das Edificações Comerciais	■	■	■		07						
7	3	-	Das Edificações Industriais	■	■	■		07						
7	4	-	Das Edificações Especiais	■	■	■		15						
7	5	-	Dos Terrenos Não Edificados	■	■			15						

A PRESENTE TABELA DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES É PARTE INTEGRANTE DO CÓDIGO DE OBRAS, EM ATENDIMENTO AO PRESSUPOSTO DE SEU ARTIGO 334

ÍNDICE

PREÂMBULO	05
TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	01
CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES	07
CAPÍTULO II – DAS SIGLAS	9
TÍTULO II - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES	9
CAPÍTULO I - DO MUNICÍPIO.....	9
CAPÍTULO II - DO PROPRIETÁRIO OU INCORPORADOR.....	10
CAPÍTULO III - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	10
TÍTULO III - DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO	11
CAPÍTULO I - DAS NORMAS TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO	11
CAPÍTULO II - DA CONSULTA PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	11
CAPÍTULO III - DA LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	13
CAPÍTULO IV - DO CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA – CVCO	16
TÍTULO IV - DA SEGURANÇA NAS OBRAS	18
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18
CAPÍTULO II - DO CANTEIRO DE OBRAS.....	18
CAPÍTULO III - DOS TAPUMES, ANDAIMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.....	19
TÍTULO V - DAS CONDIÇÕES DAS EDIFICAÇÕES	20
CAPÍTULO I – DA ACESSIBILIDADE	24
SEÇÃO I - DOS CORREDORES E VÃOS DE PASSAGENS	24
SEÇÃO II - DAS ESCADAS E RAMPAS	21
CAPÍTULO II - DOS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS	25
SEÇÃO I – DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NOS COMPARTIMENTOS	26
SEÇÃO II – DAS CONSTRUÇÕES EM ESPAÇOS ABERTOS	27
CAPÍTULO III – DOS VAZIOS CONSTITUÍDOS.....	28
SEÇÃO I - DAS ABERTURAS PARA VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO	28
SEÇÃO II - DOS RECÚOS PARA VENTILAÇÃO E ILUMINAÇÃO.....	31
SEÇÃO III - DOS AFASTAMENTOS VICINAIS	31

CAPÍTULO IV – DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS	29
SEÇÃO I - DAS FUNDAÇÕES, CORTES E ATERROS	29
SEÇÃO II - DAS ESTRUTURAS	31
SEÇÃO III - DAS ALVENARIAS	33
SEÇÃO IV - DAS MARQUISES, SACADAS, BEIRADOS E TOLDOS	31
SEÇÃO V - DOS PISOS E REVESTIMENTOS	31
SEÇÃO VI - DAS ESQUADRIAS E ABERTURAS	31
SEÇÃO VII - DA COMPOSIÇÃO DAS COBERTURAS	31
SUB-SEÇÃO I - CHAMINÉS E VOLUMES	31
SUB-SEÇÃO II - ESTRUTURAS, PANOS E INCLINAÇÕES	31
SEÇÃO VIII - DAS VITRINES	31
SEÇÃO IX - DOS JIRAUS E MEZANINOS	37
SEÇÃO X - DAS GALERIAS	31
SEÇÃO XI - DOS PORÕES E SUB-SOLOS	31
SEÇÃO XII - DAS PISCINAS	31
CAPÍTULO V - DO ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS	38
SEÇÃO I – PRIVADOS INDIVIDUAIS	41
SEÇÃO II – PRIVADOS COLETIVOS	41
SEÇÃO III – COMERCIAIS	29
CAPÍTULO VI - DOS ESPAÇOS EM JARDINS	43
SEÇÃO I - DAS CALÇADAS E CAMINHOS	42
SEÇÃO II – DOS CANTEIROS E ÁREAS DE LAZER	42
SEÇÃO III – DOS MUROS E FECHAMENTOS	42
TÍTULO VI - DAS INSTALAÇÕES EM GERAL	43
CAPÍTULO I - DAS INSTALAÇÕES BÁSICAS	44
SEÇÃO I - DAS INSTALAÇÕES PLUVIAIS	44
SEÇÃO II - DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICO-SANITÁRIAS	44
SEÇÃO III - DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	46
CAPÍTULO II - DAS INSTALAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIOS	46
SEÇÃO I - DAS INSTALAÇÕES DE GÁS	46
CAPÍTULO III - DAS INSTALAÇÕES DE DESLOCAMENTO VERTICAL	42
SEÇÃO I - DOS ELEVADORES E MONTA-CARGAS	48

SEÇÃO II – DAS PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS	42
SEÇÃO III - DAS ESCADAS E PASSARELAS ROLANTES	42
CAPÍTULO IV - DAS INSTALAÇÕES DE SERVIÇO	49
SEÇÃO I - DO DEPÓSITO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	49
SEÇÃO II - DAS MÁQUINAS, BOMBAS E SIMILARES	50
SEÇÃO III - DAS INSTALAÇÕES PARA TELEFONIA E ANTENAS	50
SEÇÃO IV - DAS INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO E EXAUSTÃO	50
CAPÍTULO V - DAS INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA	50
SEÇÃO I - DOS ALARMES E SISTEMAS DE VIGILÂNCIA	52
SEÇÃO II - DOS COMUNICADORES E PORTEIROS ELETRÔNICOS	52
SEÇÃO III - DAS CERCAS ELETRIFICADAS E SIMILARES	53
TÍTULO VII - DAS EDIFICAÇÕES.....	54
CAPÍTULO I - DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS MULTIFAMILIARES	55
SEÇÃO I - DOS CONDOMÍNIOS VERTICAIS	55
SEÇÃO II - DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS	56
SEÇÃO III - DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS.....	56
SEÇÃO IV - DAS HABITAÇÕES TRANSITÓRIAS	56
CAPÍTULO II – DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS.....	57
SEÇÃO I - DOS RESTAURANTES, BARES E CONGÊNERES	58
CAPÍTULO III - DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS	59
CAPÍTULO IV - DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS	60
SEÇÃO I - DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES E CONGÊNERES	60
SEÇÃO II - DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E CONGÊNERES	62
SEÇÃO III - DOS LOCAIS DE REUNIÃO	63
SEÇÃO IV - DOS LOCAIS ESPORTIVOS E DE LAZER.....	63
SEÇÃO V - DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E CORRELATOS	68
SEÇÃO VI – DOS DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS.....	70
SEÇÃO VII – DAS OFICINAS E GARAGENS DE SERVIÇO	71
SEÇÃO VIII – DOS ARMAZÉNS E SILOS	71
SEÇÃO IX – DAS CONSTRUÇÕES EM CEMITÉRIOS.....	72
CAPÍTULO V – DOS TERRENOS NÃO EDIFICADOS	73

TÍTULO VIII - DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	74
CAPÍTULO I – DAS FISCALIZAÇÕES	73
SEÇÃO I - DAS AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES	75
SEÇÃO II - DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES	75
SEÇÃO III - DA DEFESA	76
SEÇÃO IV - DO AUTO DE INFRAÇÃO	77
SEÇÃO V - DAS AUTORIDADES JULGADORAS	77
SEÇÃO VI - DO RECURSO	78
SEÇÃO VII - DOS EFEITOS DA DECISÃO	78
TÍTULO IX – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES	78
CAPÍTULO I – DAS INFRAÇÕES	78
CAPÍTULO II – DAS PENALIDADES	79
SEÇÃO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	79
SEÇÃO II – DAS MULTAS	82
SEÇÃO III – DOS EMBARGOS E INTERDIÇÕES	82
SEÇÃO IV – DAS DEMOLIÇÕES	82
TÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	82
ANEXO 01 – TABELA DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES	83

Marema

PREFEITURA

CONTRATO N. 080/2015

Minuta

Contrato n. 080/2015

Contratante: Município de Marema

Contratado: Liga Coronel Freitense de Futebol

Finalidade: Serviços de Arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol de Salão Masculino e Feminino

Valor Total: R\$ 7.650,00 (reais),

Prazo: 31 de dezembro 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 24 de julho de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO N. 081/2015

MINUTA

CONTRATO n. 081/2015

CONTRATANTE: Município de Marema

CONTRATADO: Maisativo Intermediação de Ativos Ltda.

VINCULAÇÃO: Processo Licitatório nº 040/2015 Tomada de Preços nº 003/2015

FINALIDADE: Assessoria Na Estruturação De Leilões Públicos Eletrônicos E Presenciais

VALOR: 10% (dez por cento) do preço de arrematação dos bens, devendo ser pago pelos arrematantes diretamente à CONTRATADA,

PRAZO: 12 meses

FORO: Comarca de Pinhalzinho do Estado Santa Catarina

Marema, SC, 28 de julho de 2015.

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 079/2015

Minuta

Contrato nº: 079/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: IV INFORMATICA EIRELI ME

CNPJ/MF n. 13.764.417/0001-72

Finalidade: SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO DE REDE DE INTERNET

Valor total: R\$6.000,00 (reais)

Prazo: 30 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema – SC, 21 de julho de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

LIC FMS 18.2015 PRP 14.2015 - EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E RAIOS-X

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18 / 2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/ 2015
REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba torna público, de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por lote, visando a contratação de empresa para realização de exames de ultrassonografia e serviços de responsabilidade técnica para emissão de laudos de exames radiológicos.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08h00min do dia 20/08/2015.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08h30min do dia 20/08/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou no site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 29 de julho de 2015.
SUZANE E. F. REINKE
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº079/2015

RESOLUÇÃO Nº079/2015.
03/08/2015

Autoriza o Licenciamento ao Vereador Pedrinho Osmar Spézia pelo prazo de indeterminado para desempenhar a função de Secretário de Estradas, Obras e Serviços Urbanos do Município conforme Portaria nº 806/2015 do Poder Executivo

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao Vereador Pedrinho Osmar Spézia, para desempenhar a função de Secretário de Estradas, Obras e Serviços Urbanos do Município de Massaranduba conforme Portaria nº 806/2015 do Poder Executivo.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, Inciso I, do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 03 DE AGOSTO DE 2015.
Sílvia Mainka
Presidente

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi
Assistente Legislativo.

RESOLUÇÃO Nº080/2015

RESOLUÇÃO Nº080/2015.

03/08/2015

Autoriza o Licenciamento ao Vereador Geraldo Michelluzzi pelo prazo de quinze (15) dias para tratamento de Saúde.

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao Vereador Geraldo Michelluzzi, para tratamento de Saúde pelo prazo de quinze (15) dias a contar do dia 03 ao dia 17 de agosto de 2015.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, Inciso II, do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 03 DE AGOSTO DE 2015.

Silvio Mainka
Presidente

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi
Assistente Legislativo.

RESOLUÇÃO Nº081/2015

RESOLUÇÃO Nº081/2015.

03/08/2015

Autoriza o Licenciamento ao Vereador José Osnir Ronchi pelo prazo de trinta e um (31) dias para tratar de assunto de interesse particular

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao Vereador José Osnir Ronchi, para tratar de assuntos de interesse particular, pelo prazo determinado de trinta e um (31) dias a contar do dia 1º a 31 de agosto de 2015.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, Parágrafo 1º, do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 03 DE AGOSTO DE 2015.

Silvio Mainka
Presidente

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi
Assistente Legislativo.

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0200/2015

Decreto nº 200/2015 de 31/07/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 379/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 379/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2015, adjudicado a favor das empresas:

Empresa	Valor Total Homologado
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	40.787,60
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA	9.193,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	9.336,15

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 31 de julho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0201/2015

Decreto nº 201/2015 de 31/07/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 390/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 390/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE SEMEM PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E MELHORAMENTO GENÉTICO BOVINO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
SEMEX DO BRASIL COM IMPORT E EXPORT LTDA	14.272,50

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 31 de julho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0202/2015

DECRETO Nº 0202/2015 DE 03.08.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015, Considerando não haver mais aprovados para o cargo no Processo Seletivo nº 002/2014, Considerando o afastamento da Servidora titular do cargo, Lori Helena Maldaner, por motivo de Licença Prêmio e Prêmio Assiduidade no período de 60 (sessenta) dias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. GRAZIANE FRIGO HASLINGER, portadora do CPF nº 052.475.779-81, RG nº 4.970.129, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Ensino Fundamental, com atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller, com carga horária de 20 horas semanais, turno Vespertino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 032/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 03.08.2015 a 01.10.2015, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 03 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 032/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: GRAZIANE FRIGO HASLINGER, brasileira, casada, portadora do CPF nº 052.475.779-81, RG nº 4.970.129, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, 609, Bairro Floresta – município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: 3º Ano, atribuição de exercício na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude do afastamento da Servidora titular do cargo, Lori Helena Maldaner, em Licença Prêmio e Prêmio Assiduidade no período de 03.08.2015 a 01.10.2015 e considerando não haver mais aprovados no Processo Seletivo nº 002/2014, conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002 e 2.198/2015.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 03 de agosto de 2015. Término: 01 de outubro de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.360,41 (Um mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e um centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal – Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência “A”.

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Vespertino, 20 (vinte) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 03 de agosto de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

GRAZIANE FRIGO HASLINGER
Contratada

Testemunhas:

1. _____
2. _____

DECRETO Nº 0203/2015

DECRETO Nº 0203/2015 DE 03.08.2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ELISANGELA NEU PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. ELISANGELA NEU, portadora do CPF nº 986.637.559-53, RG nº 2.430.893, para desempenho do cargo em comissão de ASSESSORA DE DEPARTAMENTO, para ação de acolhimento e encaminhamento dos serviços de saúde no Centro Municipal/Unidade Básica de Saúde, com lotação no Departamento Municipal de Saúde do município de Modelo/SC.

Art. 2º - A servidora nomeada através deste decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-06, do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,
aos 03 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

TERMO DE POSSE 029/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0203/2015

Cargo em Comissão: Assessora de Departamento

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora ELISANGELA NEU, portadora do CPF nº 986.637.559-53, RG nº 2.430.893, a fim de tomar posse no cargo de Assessora de Departamento, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0203/2015, com lotação no Departamento Municipal de Saúde de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 03 de agosto de 2015.

ELISANGELA NEU

Servidor

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 77/2015

Extrato de Contrato nº 77/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 390/2015

Contrato n. 77/2015

Contratada: SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Valor: R\$ 14.272,50

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 00.593.476/0001-83, objetivando aquisição de sêmem para manutenção do programa de inseminação artificial e melhoramento genético bovino do Município para o ano de 2015.

Modelo (SC), 31 de julho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 78/2015

Extrato de Contrato nº 78/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 379/2015

Contrato n. 78/2015

Contratada: ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME

Valor: R\$ 40.787,60

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 07.345.281/0001-63, objetivando aquisição de gêneros alimentícios para elaboração da merenda escolar de alunos da Rede Municipal De Ensino Do Município, para o segundo semestre de 2015.

Modelo (SC), 31 de Julho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 79/2015

Extrato de Contrato nº 79/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 379/2015

Contrato n. 79/2015

Contratada: DISTRIBUIDORA LTDA ME

Valor: R\$ 9.193,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com DISTRIBUIDORA LTDA ME, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 16.738.785/0001-34, objetivando aquisição de gêneros alimentícios para elaboração da merenda escolar de alunos da Rede Municipal De Ensino Do Município, para o segundo semestre de 2015.

Modelo (SC), 31 de Julho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 80/2015

Extrato de Contrato nº 80/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 379/2015

Contrato n. 80/2015

Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Valor: R\$ 9.336,15

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 07.814.016/0001-87, objetivando aquisição de gêneros alimentícios para elaboração da merenda escolar de alunos da Rede Municipal De Ensino Do Município, para o segundo semestre de 2015.

Modelo (SC), 31 de Julho de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 080/2015

DECRETO Nº 080/2015, de 03 de Agosto de 2015.

“DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DOS PREGÕES DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 3º, inciso IV da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto nº 2.249/2005, de 09 de novembro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado como Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, Fundo Municipal de Esportes e Turismo e da Fundação Municipal de Meio Ambiente: DIEGO ELIAS ESTEVAM, matrícula nº 3801, para atuar nos Pregões destinados à aquisição de bens e serviços comuns, com as seguintes atribuições:

- credenciar os participantes;
- receber as propostas;
- analisar a aceitabilidade das propostas;
- classificar as propostas;
- receber os lances;
- analisar a aceitabilidade dos lances;
- classificar os licitantes segundo o critério de menor preço;
- verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta;
- declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital;
- adjudicar o objeto do certame ao licitante declarado vencedor;

Art. 2º Fica designada a Equipe de Apoio composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo na Prefeitura Municipal:

- CINTYA SARTOR – Apoio / Matrícula nº 3549;
- ANDERSON RODRIGUES SALVADOR – Apoio / Matrícula nº 3318.

Parágrafo único. A Equipe de Apoio cabe auxiliar o Pregoeiro em todas as suas atribuições.

Art. 4º. Conforme o disposto na Lei Orgânica Municipal, art. 69, Parágrafo único, passa a ser atribuição do Secretário de Finanças: a autorização de abertura de processos de Pregão, a expedição dos respectivos editais, a certificação de suas publicações em mural público e a homologação dos respectivos processos.

Art. 5º Os trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio encerrar-se-ão em 31.12.2015.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na presente data.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 03 de Agosto de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

ADILSON PEDRO MACCARI

Secretário Interino de Administração e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

DECRETO Nº 081/2015

DECRETO Nº 081/2015, de 03 de Agosto de 2015.

“DESIGNA OS NOVOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a lei nº. 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros da Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça, do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal da Infância e Adolescência, Fundo Municipal de Esportes e Fundação Municipal do Meio Ambiente, composta dos seguintes membros.

- CINTYA SARTOR – Presidente / Matrícula nº 3549;
- DIEGO ELIAS ESTEVAM – Secretário / Matrícula nº 3801;
- ANDERSON RODRIGUES SALVADOR – Membro / Matrícula nº 3318.

Parágrafo único. Conforme o disposto na Lei Orgânica Municipal, art. 69, Parágrafo único, passa a ser atribuição do Secretário do Sistema Econômico: a autorização de abertura de processos licitatórios, a expedição dos respectivos editais, a certificação de suas publicações em mural público e a homologação dos processos licitatórios.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação encerrar-se-ão em 31.12.2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na presente data.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 03 de Agosto de 2015.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

ADILSON PEDRO MACCARI

Secretário Interino de Administração e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇO 072/2015

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Registro de Preço 072/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDA E LEITE. Data: 13/08/2015 às 11:00 ALTERA-SE O ITEM 8.1.5 ACRESCENTANDO O DESCRITIVO:

8.1.5.1 – Comprovação de que o estabelecimento de produção/distribuição acha-se devidamente licenciado pelo órgão de vigilância sanitária competente dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios, mediante cópia autenticada da AFE – Autorização de Funcionamento da Empresa, para os produtos cosméticos.

8.1.5.2 - No caso das empresas participantes, quando varejista, em relação ao comércio e fornecimento conforme dispõe o Decreto 8.077/2013, ficam as mesmas dispensadas de apresentação da AFE – Autorização de Funcionamento da Empresa.

8.1.5.3 - Comprovação da regularidade dos produtos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, através da cópia autenticada do registro ou da isenção, ou de notificação ou cadastramento.

8.1.5.3.1 - Registro do(s) produto(s) cotado(s) junto ao Ministério da Saúde, com os respectivos números, exceto para aqueles considerados isentos;

8.1.5.4 - No caso das empresas comercializadoras/atacadista/varejistas, o comprovante referido no item 8.1.5.3 deverá estar em nome de seu fornecedor ou fabricante.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Fernando D Teixeira

Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO PMN084/2015.

EXTRATO * ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN 084/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 084/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 084/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas/fornecedores abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC (ITENS FRACASSADOS DO PP 235/2014 E 55/2015).

FORNECEDOR: TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 129.010,00.

FORNECEDOR: Licisul Comercial Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 71.677,40.

Vigência: 26.06.2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

RELATÓRIO DE GESTÃO DE FISCAL - PODER LEGISLATIVO - 1º QUADRIMESTRE/2015

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.272.124,24	0,00
Pessoal Ativo	2.272.124,24	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	2.272.124,24	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	189.119.745,61	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.272.124,24	1,20
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.347.184,74	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.779.825,50	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.212.466,26	5,40
FONTE:		

NAVEGANTES, 05/08/2015

NORMA ESPINDOLA

PRESIDENTA DA CAMARA MUNICIPAL

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE

CONTADOR. CRC/SC- N º 015111/O-3

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	402.554,93	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	402.554,93	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-402.554,93	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	119.456,66	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

NAVEGANTES, 05/08/2015

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE
CONTADOR. CRC/SC- N º 015111/O-3

NORMA ESPINDOLA
PRESIDENTA DA CAMARA MUNICIPAL

FONTE:

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22^c	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

NAVEGANTES, 05/08/2015

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE
 CONTADOR. CRC/SC- N º 015111/O-3

NORMA ESPINDOLA
 PRESIDENTA DA CAMARA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

NAVEGANTES, 05/08/2015

NORMA ESPINDOLA
PRESIDENTA DA CAMARA MUNICIPAL

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE
CONTADOR. CRC/SC- N° 015111/O-3

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		,00	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		2.272.124,24	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		0,00	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-402.554,93	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		119.456,66	402.554,93

FONTE:

NAVEGANTES, 05/08/2015

NORMA ESPINDOLA
PRESIDENTA DA CAMARA MUNICIPAL

VILSEMAR OLÍMPIO DUARTE
CONTADOR. CRC/SC- N º 015111/O-3

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 002/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/15

HOMOLOGAÇÃO: 06/08/15

CONTRATADO: PROVILLE INFORMATICA LTDA - EPP

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DO MUN.

NAVEGANTES

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (COMPUTADORES COMPLETOS) PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES-NAVEGANTESPREV.

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.050,00 (treze mil cinqüenta reais)

DATA: 06/08/2015 - JAN ULLRICH - Diretor Presidente.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/15

EXTRATO – ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/15

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES – NAVEGANTESPREV torna pública a Ata de Registro de Preços 002/2015, relativa ao Pregão Presencial 002/2015, contendo os preços registrados pela Empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (COMPUTADORES COMPLETOS) PARA O INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES-NAVEGANTESPREV.

Fornecedor: PROVILLE INFORMÁTICA LTDA – EPP

Valor Unitário: R\$ 2.610,00 (dois mil seiscentos dez reais)

Valor Total: R\$ 13.050,00 (treze mil cinquenta reais)

Vigência: 05/08/2016

A ATA está disponível na Assessoria Administrativa

Informações: Tel. (47) 3342-3838

Nova Trento

PREFEITURA

COMUNICADO

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Nova Trento, comunica a quem interessar possa que o Decreto nº 127, de 08 de agosto de 2015, que convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 – QUARTA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências, publicado no Diário Oficial do Municípios – DOM/SC, dia 05 de agosto de 2015, Edição nº 1799, pág. 293, por equívoco foi colocado a data de 08 de agosto, sendo o correto 04 de agosto, passando a ter validade o novo Decreto com o mesmo número e a data devidamente alterada e nova publicação na Edição do dia 06 de agosto de 2015.

Nova Trento, em 05 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 127/2015

DECRETO nº 127, de 04 de Agosto de 2015

convoca os aprovados no CONCURSO PÚBLICO 002/2015 – QUARTA CHAMADA, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I do presente Decreto para comparecerem Ao Setor de Recursos Humanos, do dia 07 a 17 de agosto de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - 01 (uma) foto 3/4

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV - Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V- Cópia do Título Eleitoral;

VI - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII - Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII - Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

IX - Cópia Comprovante de Residência;

X - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II).

XI - Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XII - Estar quite com o Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIII - Cópia autenticada do Diploma de Curso Superior (Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV Cópia autenticada do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/Médio/Curso Técnico), se for o caso;

XV - Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe, se for o caso

XVI - Inscrição no PIS/PASEP;

XVII - Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do

prazo de validade do documento.

XVIII- Declaração de bens, Declaração de acúmulos ou não de cargos, Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos).

XIX - Declaração de desistência a vaga do cargo no qual foi nomeado (a), se for o caso (Anexo III).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 04 de agosto de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I

(Decreto nº127/2015)

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
30º	641	Viliane Cardoso Ferreira

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
44º	527	Marice Marchi
45º	53	Elice Ferrari
46º	514	Maria De Lourdes Tomasi Minatti

CARGO: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
5º	188	Francisco Rodolfo Orsi

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS

(Decreto nº 127/2015)

CARGOS	EXAMES
ATENDENTE DE CRECHE	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo. Acima de 45 anos Eletrocardiograma.
MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	Raio-X de coluna lombo sacra Ap/Pe com laudo. Acima de 45 anos Eletrocardiograma e Audiometria.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(Decreto nº 127/2015)

Ilmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Trento- SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,
....., portador (a) do RG nº e CPF nº
....., Candidato (a) naª posição do
Concurso Público - Edital nº 002/2015, inscrição nº
para o cargo de, pela Prefeitura
Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha
DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Nomeado(a)
pelo Decreto nº, publicado no Diário Oficial dos
Municípios de//.....

Nova Trento, de de 2015 .

Assinatura

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015 -CLASSIFICAÇÃO PARCIAL

PROCESSO SELETIVO 003/2015

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a classificação parcial do processo seletivo para contratação temporária de profissionais é a seguinte:

CARGO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Clarice Poli Ferrari	21/12/1977	05	06	05	06	5,7	5,7
02	Ivaldair Bortoletti	07/09/1957	05	02	06	06	5,5	5,5
03	Bernardete Tomasi Carniel	07/08/1954	04	04	06	05	5,0	5,0
04	Fermino Inacio Fumagali	31/07/1952	00	00	05	06	4,6	4,6
05	Santim Teodoro Tomasi	29/10/1955	01	04	05	06	4,6	4,6
06	José Valdir Perotoni	03/10/1953	04	03	01	06	4,5	4,5
07	Ricardo Luis da Silva	11/04/1971	03	03	04	04	3,8	3,8
08	Osni Valter Mickaski	10/11/1974	04	03	03	04	3,7	3,7
09	Nilton Libardo	19/11/1963	02	02	01	06	3,6	3,6
10	Enes Tomasi	24/12/1952	02	01	01	06	3,5	3,5
11	Celestino Alves	19/05/1965	03	01	05	03	3,2	3,2
12	Valdoci Lofy	29/01/1973	02	04	01	04	3,2	3,2
13	Daniel Martins Godoe	14/09/1960	03	05	04	03	3,0	3,0
14	João Taboni	23/07/1964	03	03	00	04	3,0	3,0
15	Ivo Bonikoski	22/07/1953	03	04	02	03	2,7	2,7
16	Mario Abelino	04/02/1959	04	04	03	02	2,6	2,6
17	Inacio Dalla Brida	31/07/1948	02	05	01	03	2,4	2,4
18	Norival Libardo	30/10/1975	00	02	02	03	2,4	2,4
19	Osmar Hilleshein	20/05/1966	03	02	03	02	2,3	2,3
20	Sergio Fachi	12/03/1964	01	03	03	02	2,3	2,3
21	Aldo Inacio Marchi	19/04/1956	03	04	01	02	2,1	2,1
22	Hilario Wolf	01/09/1966	03	02	02	02	2,1	2,1
23	Senator Eccher	02/08/1937	02	03	01	02	2,0	2,0
24	Lauzinho Lacerda	21/04/1951	02	03	01	02	2,0	2,0
00	Aparecido Moreira	Não compareceu						

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Carina Sueli Nicolodi	09/04/1992	10	06	06	06	6,4	6,4
02	Dalva Aparecida Eccher	18/07/1960	03	01	06	07	5,8	5,8
03	Cacilda Moreira	18/05/1969	09	05	07	05	5,8	5,8
04	Nalzir do Prado Hoffmann	03/03/1960	05	03	06	06	5,6	5,6
05	Maristela Dutra	09/07/1982	04	02	03	07	5,4	5,4
06	Elicelma Lazzarotto	26/04/1979	06	02	07	05	5,2	5,2
07	Elaine Aparecida de Souza	24/10/1972	07	08	02	05	4,9	4,9
08	Ana Claudia Battisti	28/10/1995	07	02	05	05	4,9	4,9
09	Dalva Montibeller Dell Antonio	27/02/1967	05	04	06	04	4,5	4,5
10	Ivani Salete Cordeiro Wisintainer	08/10/1966	06	03	05	04	4,3	4,3

11	Karla Armelini	06/02/1978	04	03	06	04	4,3	4,3
12	Waylla Maria Souza Santos	10/03/1986	09	05	05	03	4,2	4,2
13	Leila Maria Giacomini	03/02/1962	07	06	05	03	4,1	4,1
14	Maria de Lourdes Tomasi Minatti	17/04/1960	05	05	06	03	4,0	4,0
15	Maria Cattani Veneri	31/10/1958	00	03	06	04	3,9	3,9
16	Aparecida Montibeller Vinotti	11/09/1960	02	06	06	03	3,8	3,8
17	Laudivânia Silva Bezerra	08/10/1978	05	02	03	04	3,7	3,7
18	Andreia Naira Battisti	27/07/1987	04	05	05	03	3,7	3,7
19	Jozelia Fogaça França	19/03/1987	04	04	04	03	3,4	3,4
20	Idineia Turaci Mantoani	05/07/1978	05	03	03	03	3,2	3,2
21	Juliana Aparecida dos Santos	30/07/1989	06	06	03	01	2,3	2,3
22	Mirian Libardo Coelho	03/04/1968	01	00	04	01	1,5	1,5
00	Dirce Cavajoni	13/01/1982	00	00	00	00	00	00
00	Marlene Detz Corsi	Não compareceu						
00	Salvelina Nunes Fontanelli	Não compareceu						
00	Tânia Murceski Pereira	Não compareceu						

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Ana Lucia Vargas Coelho	17/09/1970	10	07	10	06	7,3	7,3
02	Naiara Minatti Muraro	20/11/1989	06	09	04	06	5,9	5,9
03	Leticia Eliane de Maria de Jesus	19/05/1988	05	08	07	05	5,7	5,7
04	Marilete Orlandi Piva	18/05/1971	07	04	04	06	5,5	5,5
05	Raquel Jordana dos Santos Dornelles	21/12/1995	08	03	04	06	5,5	5,5
06	Josiani Piva Capraro	16/11/1981	08	08	07	04	5,4	5,4
07	Josilda Queiroz Biscaia	31/07/1989	08	09	05	04	5,1	5,1
08	Marileia Raiser Dalla Brida	30/04/1978	07	07	05	04	4,8	4,8
09	Janete Inacia Gulini Nichnoski	15/06/1971	06	05	06	04	4,7	4,7
10	Tainara da Silva	27/12/1995	06	05	06	04	4,7	4,7
11	Raquel Venske	31/05/1997	06	04	05	04	4,4	4,4
12	Edna Magali Koerich	20/09/1982	04	02	06	04	4,2	4,2
13	Fabricia Meyer	25/09/1983	08	06	04	03	4,0	4,0
14	Mariza Marilande Fantini	24/11/1984	08	06	07	02	4,0	4,0
15	Driely Valeria de Aguiar Gonçalves	12/07/1992	05	05	06	03	4,0	4,0
16	Joselia Moreira Kuttoche	23/07/1979	09	03	07	02	3,8	3,8
17	Rosenilda Perotoni Peixer	04/10/1979	02	04	03	04	3,6	3,6
18	Edineia Ap. dos Santos Maçaneiro	17/05/1985	06	05	06	02	3,6	3,6
19	Ivone Gandin	04/03/1966	06	03	05	02	3,1	3,1
20	Maria Bernadete Fumagalli	27/10/1958	03	03	05	02	2,8	2,8
21	Luana Miquele Dessoy	12/08/1994	06	07	04	01	2,7	2,7
22	Eler Franzoi	30/04/1961	03	05	05	01	2,4	2,4
00	Maria Isabel de Oliveira	Não compareceu						
00	Neuza Aparecida T. Marcolla	Não compareceu						
00	Maiara Muraro	Não compareceu						
00	Paula Suelyn de Lima	Não compareceu						
00	Andressa Tarter Mafra	Não compareceu						
00	Nara Adriana Esmala	Não compareceu						

CARGO: MOTORISTA III

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Criselle Stuepp Claudino	30/06/1982	06	07	08	09	8,3	8,3
02	Ricardo Amarante	27/12/1981	07	09	06	09	8,2	8,2
03	Daniel Ferreira Coelho	05/04/1976	06	06	09	08	7,8	7,8
04	Jefferson G. Ouriques	15/10/1980	08	06	07	08	7,6	7,6
05	Evandro Aluizio Cucco	05/07/1969	04	07	07	08	7,3	7,3
06	João Lemes	11/08/1961	07	07	08	07	7,2	7,2
07	Lindonei Benvenuti	02/06/1983	04	04	07	08	7,0	7,0
08	Luciano Neri de Souza	06/06/1983	04	06	05	08	6,8	6,8
09	Reginaldo Edesio Silva	18/08/1982	06	06	06	07	6,7	6,7
10	Jaison José Compiani	28/11/1976	08	06	10	05	6,4	6,4
11	Paulo Sérgio Rodrigues	17/12/1968	05	04	05	07	6,1	6,1
12	Luiz Henrique Neumam	06/12/1975	06	09	05	06	6,1	6,1
13	Nestor Brás Ramos	26/02/1964	07	06	05	06	5,9	5,9
14	Leonardo João Bonecher	04/04/1990	07	07	08	09	5,4	5,4
15	Cristiano Constante	27/07/1974	04	07	05	05	5,2	5,2
16	Paulo Roberto Rodrigues	28/08/1961	06	02	06	05	5,0	5,0
17	Valmir Sehn	26/11/1977	05	03	06	05	5,0	5,0
00	Jair Michaski	10/11/1970	00	00	02	01	1,0	1,0
00	Marcelo Francisco de Moura	Não compareceu						

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Juraci Jurema Vicentini Demonti	04/02/1962	04	03	08	06	5,9	5,9
02	Paulo Roberto Ferreira de Brito	05/08/1987	06	01	09	04	4,9	4,9
03	Saete Eller	22/05/1958	05	02	05	05	4,7	4,7
04	Valdinéia Dos Santos Rosa	20/11/1981	06	03	07	04	4,7	4,7
05	Lucimari Brizolla de Vargas	06/07/1982	08	01	07	04	4,7	4,7
06	Fernanda Salum Correa	17/01/1980	05	02	07	04	4,5	4,5
07	Robison Melo	16/12/1969	05	02	05	04	4,1	4,1
08	Rogério Júlio De Aguiar	17/07/1970	08	01	07	03	4,1	4,1
09	Onélia Almeida	23/02/1956	04	01	05	04	3,9	3,9
10	Karina Tomasi	12/06/1979	08	01	06	03	3,8	3,8
11	Alvina Buttchewitz Dalri	27/03/1964	01	01	07	03	3,4	3,4
12	Sérgio Pereira Lobo	25/11/1976	04	01	05	03	3,3	3,3
13	Terezinha Maria Dalri	06/06/1959	02	04	04	03	3,2	3,2
14	Tayse Gambeta	18/04/1995	08	02	05	02	3,2	3,2
15	Chirle Silva	08/01/1980	04	04	05	02	3,0	3,0
16	Daniela Carina Selli Rodhen	07/02/1980	06	03	04	01	2,3	2,3
00	Marcio Ceratti Junior	25/12/1983	Não compareceu					
00	Luci Sueli Cardoso Paza	29/12/1973	Não compareceu					
00	Julio Cesar De Oliveira	26/07/1970	Não compareceu					

CARGO: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Vili Francisco Giacomini	05/12/1952	06	05	07	07	6,7	6,7
02	Francisco Rodolfo Orsi	13/08/1958	04	06	06	06	5,8	5,8
03	Romoacir Romalino de Souza	10/09/1952	03	05	07	05	5,2	5,2
04	Jair Silva dos Santos	05/11/1949	02	05	07	04	4,5	4,5
05	Luiz Snaider	18/07/1955	02	03	05	05	4,5	4,5
06	Edson Adão Ferreira	18/09/1980	05	05	04	04	4,2	4,2
07	Alexandre Marcelo Piva	Não compareceu						
08	Jan Carlos Dalri	Não compareceu						

CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Marcia Maria Vicentini	15/12/1965	08	05	07	04	5,1	5,1
02	Salomão Almeida Santos	14/04/1967	05	07	09	03	4,8	4,8
03	Rita Cadorin Tomasoni	05/01/1968	06	04	06	06	4,6	4,6

CARGO: VIGIA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Giovani Gomes da Rosa	10/07/1960	07	06	05	05	5,3	5,3
02	Joel Battisti	17/06/1996	06	03	03	05	4,5	4,5
03	Élcio Giacomeli	24/10/1965	03	01	07	03	3,6	3,6
00	Vinícius G. Barreto Passos	Não compareceu						

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO – CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCI- MENTO		ACERTOS			NOTA PRO- VA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Espe- cíficos		
00	Janderlene Laurindo	Não compareceu						

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA NÃO HABILITADO

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Jucelino Marino Chini	16/12/1979	05	03	08	05	5,4	5,4

CARGO: PROFESSOR DE PORTUGUES NÃO HABILITADO

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCI- MENTO		ACERTOS			NOTA PRO- VA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Espe- cíficos		
00	Dione dos Santos	Não compareceu						

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS NÃO HABILITADO

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Augusto Flavio Porto da Veiga	01/09/1967	04	03	09	07	6,7	6,7
02	Dhionatas Junior Ferreira Oliveira	09/06/1992	09	05	09	05	6,2	6,2
03	Eugeani Fundcheller	28/10/1979	05	06	07	03	4,3	4,3

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO ANOS INICIAIS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Mireli Carla Ceccato	22/08/1990	06	03	07	06	5,9	5,9
00	Andrea de Souza Mário							

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Maiara Boettner Peixe	14/10/1981	07	03	09	09	8,2	8,2
02	Pamela Janaina Freese	04/09/1992	07	05	08	06	6,4	6,4
03	Elide Maria Anzoategui	20/05/1974	06	05	09	05	5,9	5,9
04	Suelen do Belem de Oliveira	11/04/1990	07	04	08	04	5,1	5,1
05	Lisangela Locks	08/08/1980	07	04	04	05	4,9	4,9
00	Luciana Pezzini	Não compareceu						

CARGO: PROFESSOR NÃO HABILITADO - ARTES

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos		
01	Pâmela Amorim da Silva	17/03/1997	06	07	06	08	7,3	7,3
02	Hingrid Rosa Clotilde Z. Ouriques Pereira	20/11/1996	03	04	08	02	3,5	3,5
03	Silene Rodrigues Cadorin	12/02/1970	04	02	06	02	3,0	3,0
00	Patricia Fagundes	Não compareceu						

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Patricia Regina Tell Marchi	05/04/1964	04	00	06	05	3,6	00	3,6
02	Jeime Andreia Davalo Gonçalves	Não compareceu							

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – CIÊNCIAS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Fernanda Piazza	02/12/1988	05	04	09	06	5,1	0,50	5,6

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – ANOS INICIAIS

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Daiana Laura de Aguiar	18/12/1985	07	04	06	04	3,9	00	3,9
00	Emilia Irani Tomasi Leite	Não compareceu							
00	Paula camilla Bertelli	Não compareceu							

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Juliana Zicatti de Santana Marcolla	09/04/1984	05	02	06	05	3,9	0,50	4,4
02	Adriele Moraes	20/01/1989	05	04	05	06	4,3	00	4,3

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – EDUCAÇÃO FÍSICA - BASQUETE

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Gabriela de Barros Mandrozato	11/07/1972	03	04	07	09	5,7	00	5,7

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – EDUCAÇÃO FÍSICA - SESI

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Israel Sérgio Cipriani	09/05/1989	05	04	08	08	5,7	00	5,7
02	Leandro da Silva	14/09/1985	06	03	07	08	5,5	00	5,5
00	Francieli Alves Cabral	Não compareceu							

CARGO: PROFESSOR HABILITADO – PORTUGUES

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Lacioni Wolf	28/01/1985	09	01	06	06	4,6	0,50	5,1

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA - PSIQUIATRIA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Victor Raphael Corrêa Voss	01/11/1984	07	10	09	05	5,5	00	5,5

CARGO: MÉDICO PLANTONISTA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Rafael A Alves Pinto	26/01/1989	09	09	08	08	6,6	00	6,6
02	Fábio Shihadeh Muhammad Mahmud Leite	24/10/1985	07	04	09	08	6,1	00	6,1
03	Rodrigo Dias da Silva	20/04/1982	06	07	08	07	5,7	00	5,7
04	Maico Matos Menegola	05/06/1976	06	07	08	06	5,3	00	5,3
05	Hélio S. Barbosa Filho	28/08/1977	08	06	09	05	5,2	00	5,2
06	Felisberto Mora	29/01/1937	07	06	09	05	5,1	00	5,1
07	Marcia Ross	11/01/1966	08	02	08	06	5,0	00	5,0
00	Dany Willian Taguchi	Não compareceu							

CARGO: NUTRICIONISTA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Larissa Tachini	09/05/1993	08	08	09	09	7,0	00	7,0
02	Vivian Braz Vieira	17/11/1980	06	07	06	09	6,1	00	6,1

CARGO: FARMACEUTICO (A)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Eduarda Souza Lodetti	02/12/1992	07	08	08	07	5,9	00	5,9
02	Marcelo Battista de Andrade Jacques	20/05/1968	08	08	09	05	5,4	00	5,4
03	Indianara Waltrick Abreu	20/03/1991	07	09	07	04	4,6	00	4,6

CARGO: ENFERMEIRO (A)

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	ACERTOS				NOTA PROVA ESCRITA	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA FINAL
			Português	Matemática	Conh. Gerais	Conh. Específicos			
01	Dinamar de Souza Froner	15/05/1977	02	03	09	05	4,3	0,5	4,8
02	Rodrigo Thallis A. Pudell	04/12/1979	06	02	09	05	4,6	00	4,6
03	Leticia Testoni	29/06/1981	03	05	07	05	4,2	00	4,2
04	Thais Angelita da Silva	03/10/1968	04	02	07	05	4,0	00	4,0
00	Rosangela Braz Vieira	29/09/1956	02	01	01	01	0,9	0,5	1,4

Com relação ao critério de desempate , proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- d) obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 04 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 066/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 066/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.
Valor : 32.828,03 (trinta e dois mil oitocentos e vinte e oito reais e três centavos)
Vigência : Início: 04/08/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2015
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (28), 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (58)
Objeto : É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da Rede de Ensino Municipal, com autorização da verba FNDE/PNAE, a partir do 2º semestre de 2015, descritos nos itens enumerados na Cláusula Segunda, parágrafo único, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA Nº 002/15, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Novo Horizonte/SC, em 04 de Agosto de 2015
Eli Mariott
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 031/2015 - PR Nº 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA : 04/08/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.
CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 232,00 (Duzentos e trinta e dois reais)

DATA: 04/08/2015
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 044/2015 - CP Nº 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2015
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2015 – CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2015
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 04/08/2015
CONTRATADO: COOPERAL-COOP.DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE N.H.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: A presente CHAMADA PÚBLICA visa o credenciamento de proposta para futura aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do programa nacional de alimentação escolar, das escolas municipais do município de Novo Horizonte, para 2º Semestre de 2015, discriminados no ANEXO I deste edital.
VALOR DA DESPESA: R\$ 32.828,03 (trinta e dois mil oitocentos e vinte e oito reais e três centavos)
FUNDAMENTO: Art.14 § 1º da Lei 11.947/2009

DATA: 04/08/2015
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CONTRATOS 132 A 135/2015

Contrato Nº: 132/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Valor: R\$ 321.200,00 (trezentos e vinte e um mil e duzentos reais)

Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº89/2015

Recursos: 08.02.1.011.4.4.90.51.99.00.00.00 – Pavimentação e Revitalização de Vias Públicas

Objeto: AQUISIÇÃO DE CBUQ COM MÃO DE OBRA, PARA TAPA BURACOS DE RUAS, CONTEMPLANDO IMPRIMAÇÃO E PINTURA..

Orleans, 05 de agosto de 2015

Contrato Nº: 133/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: GENTE SEGURADORA SA

Valor: R\$ 21.513,00 (Vinte e um mil quinhentos e treze reais).

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº90/2015

Recursos: 06.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 – Manutenção do Transporte Escolar.

Objeto: CONTRAÇÃO DE SEGUROS PARA A FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Orleans, 05 de agosto de 2015

Contrato Nº: 134/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: GERALDO MARCELO PAVEI (ME)

Valor: R\$ 14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais).

PREGÃO PRESENCIAL Nº90/2015

Recursos: 2.013.3390.00 - 102 - 64/2015 - Manutenção do Ensino Fundamental

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPOR DE EQUIPAMENTOS DE ESTRUTURA, ILUMINAÇÃO SISTEMA DE SOM PARA O FESTIVAL DE DANÇA E DESFILE DE 7 DE SETEMBRO CONFORME ITENS EM ANEXO.

Orleans, 05 de agosto de 2015

Contrato Nº: 135/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: GB SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA EPP

Valor: R\$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais).

PREGÃO PRESENCIAL Nº.91/2015

Recursos: 2.020.3390.00 - 101 - 93/2015 - Manutenção da Rede Viária

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROLO COMPACTADOR E ROMPEDOR HIDRÁULICO.

Orleans, 05 de agosto de 2015

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

RP 37/2015 FMS

FMS DE ORLEANS

PROCESSO Nº 37/2015 FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2015 FMS

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 20/08/2015 às 13h:30min.

Abertura das Propostas: dia 20/08/2015, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 8.666/93 consolidada, 10.520/2002 e 123/2006.

Orleans - SC, 05 de agosto de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretária de Saúde

Palhoça

PREFEITURA

EDITAL DE CADASTRAMENTO – SEGUNDA CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CADASTRAMENTO – SEGUNDA CONVOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Governo, por seu Secretário Municipal, Sr. Mário Cesar Hugén, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os interessados que virem a presente divulgação ou dela tomarem conhecimento, que o Município de Palhoça do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 5º, alíneas “f”, “h” e “i” da Lei Municipal nº 1.891/2004 e Decreto nº 1.846/2015, que está realizando cadastramento de órgãos e entidade(s) ambiental(is), comunitária(s) e instituição(es) para efetuar a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Palhoça – COMDEMA.

Os órgãos e entidades interessados deverão realizar protocolo diretamente na Secretaria Municipal de Governo de Palhoça, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir da data de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

As entidades interessadas deverão apresentar os seguintes documentos: I – requerimento de cadastramento assinado pelo Presidente ou Diretor da entidade a ser cadastrada; II – cópia do estatuto social original e suas alterações, quando for o caso, ou documento equivalente de constituição; III – cópia da ata de eleição e posse da diretoria em exercício, ou ato de nomeação; e IV – comprovante do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, de acordo com o Decreto nº 1.846/2015.

Promova-se a divulgação.

Palhoça, 28 de julho de 2015.

MÁRIO CESAR HUGEN

Secretário Municipal de Governo

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA DE SAÚDE

Avenida Atílio Pedro Pagani, 855, Bairro Passa Vinte – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88132-149

FONE/FAX: (48) 3279-1900 - CNPJ: 82.892.316/0001-08

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2015

O Secretário de Saúde do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, abre inscrições para a realização de Processo Seletivo Simplificado, visando contratação temporária de profissionais, abaixo descritos, para a Secretaria Municipal de Saúde nos termos da Lei Complementar nº 080 de 14 de dezembro de 2009, Lei 2.660 de 29 de agosto de 2007, Lei nº 3002, de 01 de abril de 2009 e Lei complementar 079, de 14 de dezembro de 2009, Lei 096 de 15 de dezembro de 2010 que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital. O Processo Seletivo de Análise de Títulos será realizado sob a responsabilidade da Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde.

1 DO CARGO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO BÁSICO DO EMPREGO.

Nível Superior

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Enfermeiro	01	40h	R\$ 3.275,13
Enfermeiro	01	30h	R\$ 1.823,97
Odontólogo	01	40h	R\$ 4.197,02
Odontólogo	01	30h	R\$ 1.823,97
Farmacêutico	01	40h	R\$ 2.789,93
Farmacêutico	01	30h	R\$ 1.823,97
Psicólogo	01	40h	R\$ 2.789,93
Psicólogo	01	30h	R\$ 1.823,97
Assistente Social	01	40h	R\$ 2.789,93
Nutricionista	01	40h	R\$ 2.789,93
Médico ESF	02	40h	R\$ 7.399,36
Médico Pediatra	1	10h	R\$ 2.573,53
Médico Oftalmologista	1	10h	R\$ 2.573,53
Médico Ginecologista	1	10h	R\$ 2.573,53
Fisioterapeuta	1	30h	R\$ 1.823,97
Médico Veterinário	1	30h	R\$ 1.823,97

1. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de contratação imediata no emprego público municipal, apenas a expectativa de nele ser admitido, ficando a concretização deste ato condicionada às disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse

e necessidade do serviço público municipal.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento da Ficha de Inscrição, que se encontra no Anexo II deste Edital e deve ser preenchida, impressa e entregue na Secretaria da Saúde, na Avenida Atílio Pedro Pagani, 855, Bairro Passa Vinte, juntamente com os documentos comprobatórios das informações prestadas, no período de 05 a 14 de agosto de 2015, de segunda a sexta, das 14:00 às 17:00 horas.

2.1.1 A homologação será publicada no site da Prefeitura Municipal de Palhoça no dia 21 de agosto de 2015.

2.1.2 O prazo para solicitar recurso será de 48 horas, nos dias 24 e 25 de agosto das 13:30 às 18:00 horas no Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, conforme endereço citado.

2.1.3 Em virtude da revogação do Edital 001/2015 e Edital 002/2015, os candidatos que tiveram suas inscrições deferidas no referido Edital estarão automaticamente inscritos neste processo seletivo.

2.1.4 Os candidatos que se inscreveram no Edital 001/2015 e 002/2015 que tiveram suas inscrições indeferidas poderão se inscrever neste edital, apresentando toda a documentação exigida novamente.

2.1.5 Toda e qualquer documentação entregue por conta da inscrição no Edital 001/2015 e Edital 002/2015 no presente edital não será devolvida ao candidato.

3 DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 São requisitos para inscrição:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter 18 anos completos até a data de término das inscrições;
- c) Preencher requerimento que obedecerá a fórmula própria, no ato da inscrição;
- d) 1 foto 3x4;
- e) Apresentar, no ato de inscrição, fotocópia autenticada dos seguintes documentos:
 - e.1) Carteira de identidade, título de eleitor e CPF;
 - e.2) Certidão de Reservista;
 - e.3) Comprovante de Escolaridade;
 - e.4) Diploma ou certificados de conclusão de cursos de pós-graduação;
 - e.5) Certidão de Casamento;
 - e.6) Certidão de Nascimento de filhos.
- f) Para todo o cargo será exigido experiência mínima de 06 (seis) meses.
- g) Cada candidato poderá inscrever-se em apenas um cargo;
- h) No ato da posse, o candidato deverá apresentar o Registro Profissional no Órgão de Classe.

Todos os documentos elencados neste item deverão ser entregues na Secretaria de Saúde. A falta de quaisquer documentos citados acima acarretará a desclassificação automática do candidato.

4 DO PROCESSO SELETIVO

4.1. O presente Processo Seletivo constará de Prova Escrita e Prova de Títulos.

4.2. A prova Escrita será realizada no dia 04 de setembro de 2015, às 14 horas, com duração de 2 horas. Os candidatos devem comparecer com antecedência de 30 minutos. O local da prova será divulgado no site da Prefeitura até 3 dias antes da realização da mesma.

4.3. A Prova de Títulos consiste na análise da formação profissional na área de atuação (especialização, mestrado e doutorado concluídos) e experiência profissional do candidato.

4.4. Para fins de cursos de formação profissional deverá ser observado:

1. Formação em Pós-Graduação (especialização, Mestrado e Doutorado) nas áreas afins às atribuições do cargo.
2. Os cursos de formação serão computados, na forma de pontos, observado a seguinte tabela:

CURSOS	PONTUAÇÃO
Pós-Graduação (especialização)	2,0
Pós-Graduação (mestrado)	3,0
Pós-Graduação (doutorado)	5,0

4.5. Para fins de Experiência Profissional deverá ser observado:

1. O tempo de serviço prestado em estágios, cargos, funções, como empregados ou na condição de profissional liberal ou autônomo, cujas atividades sejam afins às atribuições do cargo para o qual o candidato se inscreveu.
2. Será computado o tempo de serviço até o dia 08/05/2015, na forma de pontos, observado a seguinte tabela:

TEMPO DE SERVIÇO (EM MESES)	PONTUAÇÃO
0 a 12 meses	3,0
De 12 meses e 1 dia a 24 meses	4,0
Acima de 24 meses	5,0

4.6. Não é permitida a contagem de experiência profissional em períodos concomitantes.

. Como comprovante de experiência profissional será considerado:

. Tempo de serviço com vínculo empregatício em empresas privadas ou em órgãos públicos, registro na Carteira de Trabalho e Previdência

Social no exercício da função e/ou declarações oficiais fornecidas pelos órgãos públicos, contendo o cargo ocupado e o período em que esteve vinculado à instituição;

. Tempo de serviço como profissional liberal autônomo: certidões ou atestados de órgãos públicos ou de empresas privadas. Também serão aceitos comprovantes de recolhimento ao INSS como autônomos, acompanhados de alvará e identidade profissional (registro de classe).

Critérios de desempate:

Idade

Número de dependentes.

5 DO REGIME EMPREGATÍCIO

5.1 Os habilitados e classificados no concurso serão contratados conforme Lei nº. 2.508, de 13 de fevereiro de 2007, Lei Complementar nº 080 de 14 de dezembro de 2009, Lei nº 3002, de 01 de abril de 2009 e Lei complementar 079, de 14 de dezembro de 2009, Lei 2.660 de 29 de agosto de 2007 e Lei 096 de 15 de dezembro de 2010.

5.2 O contrato terá duração de até 12 (doze) meses, podendo, a critério da administração, ser prorrogável por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 2º, inciso VII, linha "a" c/c artigo 4º, inciso III, todos da Lei nº 2.508 de 13 de Fevereiro de 2007, que tratam do programa de Saúde e Assistência Social custeado com recursos do Estado e Governo Federal.

6 Da Classificação

6.1 A listagem classificatória será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Palhoça, www.palhoça.sc.gov.br, na data de 18 de setembro de 2015.

7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções, no aceite das condições do processo seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

7.2 As admissões obedecerão, rigorosamente, a ordem de classificação.

7.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde.

Fica homologado o presente Edital de Seleção Pública, a data, o local e os horários das inscrições e entrega de títulos.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

SANDRA RIBEIRO DE ABREU

Presidente da Comissão de Processos Seletivos

ANEXO I

SOBRE A PROVA ESCRITA

QUANTITATIVO E NATUREZA DAS QUESTÕES

A Prova Escrita de Seleção será composta de dez (10) questões, todas na área da saúde, com ênfase na atenção primária à saúde, atenção básica e conteúdos correlacionados, bem como algumas específicas em cada área de conhecimento (Assistente Social, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia e Psicologia).

VALORAÇÃO DAS QUESTÕES

Cada questão valerá 1 ponto, totalizando 10 pontos o candidato que acertar todas as questões.

CONTEÚDOS ABORDADOS	
Temas Transversais	Temas Específicos
Enfermagem - Determinação do processo saúde-doença - Trabalho em Equipe - Ética e Saúde - Controle Social	Enfermagem - Saúde da Família - Trabalho e Risco - Atenção Básica à Saúde
Bibliografias e Outras Fontes para Estudo - (Departamento de Atenção Básica – DAB do Ministério da Saúde – disponível em www.saude.gov.br/dab). - http://www.ans.gov.br/portal/upload/biblioteca/manual_ans.pdf - http://www.ccs.saude.gov.br/visa/publicacoes/arquivos/P2_Unidades_de_Sa%C3%BAde.pdf - Lei 8080/90, Lei 8142/90 - Constituição Federal: artigos 196 a 200. - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/231-sas-raiz/humanizaus/l1-humanizaus/12417-principios - http://aeticadocuidar.blogspot.com.br/ - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057626.PDF	

<p>Farmácia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ética e Saúde - Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - Controle Social - Humanização 	<p>Farmácia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Política Nacional de Medicamentos - Assistência Farmacêutica
<p>Bibliografias e Outras Fontes para Estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> - http://aeticadocuidar.blogspot.com.br/ - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/319-sgtes-p/gestao-da-educacao-raiz/gestao-da-educacao/9619-pneps - BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicamentos. Brasília, 2001 Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em: 23 de jul. 2015 (adaptado) - http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/colecao_progestores_livro7.pdf - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/231-sas-raiz/humanizacoes/l1-humanizacoes/12417-principios - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057626.PDF 	
<p>Fisioterapia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão do Trabalho em Saúde - Hábitos Saudáveis - Controle Social - Ética e Saúde - Humanização 	<p>Fisioterapia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fisioterapeuta na Rede Básica - Fisioterapeuta na Saúde Coletiva - Fisioterapia e Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
<p>Bibliografias e Outras Fontes para Estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/331-sgtes-p/gestao-do-trabalho-raiz/gestao-do-trabalho/l1-gestao-do-trabalho/9474-teste-de-noticia - http://dab.saude.gov.br/portaldab/autocuidado.php - http://www.crefito3.org.br/dsn/pdfs/Cartilha%20-%20fisioterapeuta.pdf - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/231-sas-raiz/humanizacoes/l1-humanizacoes/12417-principios - http://aeticadocuidar.blogspot.com.br/ - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057626.PDF 	
<p>Medicina</p> <ul style="list-style-type: none"> - Políticas Públicas de Saúde no Brasil - Saúde como Direito e não como favor - Humanização - Controle Social 	<p>Medicina</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ética Médica - Atenção Primária à Saúde - Matriciamento e Apoio Matricial
<p>Bibliografias e Outras Fontes para Estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Filme: Políticas Públicas de Saúde no Brasil – you tube - https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/15801 - http://aeticadocuidar.blogspot.com.br/ - http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/ateprisau.html - http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000200016&script=sci_arttext - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/231-sas-raiz/humanizacoes/l1-humanizacoes/12417-principios - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057626.PDF 	
<p>Medicina Veterinária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão do Trabalho em Saúde - Hábitos Saudáveis de Vida - Ética e Saúde - Controle Social - Humanização 	<p>Medicina Veterinária</p> <ul style="list-style-type: none"> - Médico Veterinário na Saúde Pública - Médico Veterinário no NASF - Zoonoses
<p>Bibliografias e Outras Fontes para Estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/331-sgtes-p/gestao-do-trabalho-raiz/gestao-do-trabalho/l1-gestao-do-trabalho/9474-teste-de-noticia - http://dab.saude.gov.br/portaldab/autocuidado.php - http://www.crmv-pr.org.br/?p=imprensa/artigo_detalhes&id=94 - http://www.crmvrs.gov.br/bage_seminario_rt_avancado_saude_publica_palestra_1.pdf - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/231-sas-raiz/humanizacoes/l1-humanizacoes/12417-principios - http://aeticadocuidar.blogspot.com.br/ - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057626.PDF 	

<p>Nutrição</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atenção Básica à Saúde - Pacto pela Saúde e Alimentação - Controle Social - Humanização - Ética em Saúde 	<p>Nutrição</p> <ul style="list-style-type: none"> - Amamentação - Segurança Alimentar
<p>Bibliografias e Outras Fontes para Estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> - (Departamento de Atenção Básica – DAB do Ministério da Saúde – disponível em www.saude.gov.br/dab) - http://aeticadocuidar.blogspot.com.br/ - http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2709/1/Castro_In%C3%AAs.pdf - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/231-sas-raiz/humanizausus/l1-humanizausus/12417-principios - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057626.PDF 	
<p>Odontologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Autocuidado - Políticas de Saúde - Controle Social - Humanização - Ética em Saúde 	<p>Odontologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação e Qualificação da Assistência em Saúde Bucal - Fluor - Câncer de Boca e Atenção Básica
<p>Bibliografias e Outras Fontes para Estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> - http://dab.saude.gov.br/portaldab/autocuidado.php. - http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/diretrizes_da_politica_nacional_de_saude_bucal.pdf - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/231-sas-raiz/humanizausus/l1-humanizausus/12417-principios - http://aeticadocuidar.blogspot.com.br/ - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057626.PDF 	
<p>Psicologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ética e Saúde - Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - Humanização - Controle Social 	<p>Psicologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centros de Atenção Psicossocial – CAPS - Na estrutura - Na rede - No cuidado
<p>Bibliografias e Outras Fontes para Estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> - http://aeticadocuidar.blogspot.com.br - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/319-sgtes-p/gestao-da-educacao-raiz/gestao-da-educacao/9619-pneps. - http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf. - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/231-sas-raiz/humanizausus/l1-humanizausus/12417-principios - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057626.PDF 	
<p>Serviço Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Políticas Sociais Públicas - Constituição Federal e a Assistência Social - Controle Social - Humanização - Ética em Saúde 	<p>Serviço Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Serviço Social na Saúde - Atuação do Assistente Social na Saúde - Movimento dos Trabalhadores do Serviço Social na Saúde
<p>Bibliografias e Outras Fontes para Estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> - (IAMAMOTO, M. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.2004: p.32/33) - Constituição Federal: artigos 196 a 200. - Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão, ambos datados de 1993, e Diretrizes Curriculares da ABEPSS, datada de 1996) - http://www.cresspr.org.br/wp-content/uploads/2009/08/PARAMETROS-AS-NA-SA%C3%A9-VERS%C3%83O-FINAL.pdf. - http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/231-sas-raiz/humanizausus/l1-humanizausus/12417-principios - http://aeticadocuidar.blogspot.com.br/ - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf - http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057626.PDF 	

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

Dados Pessoais			
Nome:		Raça/Humana	Fator RH
Filiação	Pai:		
	Mãe:		
Sexo	Deficiente Físico	Data Nascimento	Local Nascimento
Estado Civil		Cônjuge	
Endereço	Rua	Nº	

CEP	Bairro	Cidade	UF
E-mail para contato			Fone
Escolaridade	Formação Profissional		
Cargo:	Carga horária:		

Declaro para os devidos fins que entreguei os documentos para _____ no dia / / e estou ciente que a conferência dos mesmos será feita pela comissão do Processo Seletivo e que somente a entrega não garante o deferimento da inscrição. É de minha inteira responsabilidade conferir se os documentos cumprem as exigências do Edital.

Assinatura do funcionário Assinatura do candidato

Declaro para os devidos fins que entreguei os documentos para _____ no dia / / e estou ciente que a conferência dos mesmos será feita pela comissão do Processo Seletivo e que somente a entrega não garante o deferimento da inscrição. É de minha inteira responsabilidade conferir se os documentos cumprem as exigências do Edital.

Assinatura do funcionário Assinatura do candidato
(via do candidato)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA DE SAÚDE

Avenida Atílio Pedro Pagani, 855, Bairro PassaVinte – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88132-149

FONE/FAX: (48) 3279-1900 - CNPJ: 82.892.316/0001-08

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 004/2015

O Secretário de Saúde do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, abre inscrições para a realização de Processo Seletivo Simplificado, visando contratação temporária de profissionais, abaixo descritos, para a Secretaria Municipal de Saúde nos termos da Lei Complementar nº 080 de 14 de dezembro de 2009, Lei 2.660 de 29 de agosto de 2007, Lei nº 3002, de 01 de abril de 2009 e Lei complementar 079, de 14 de dezembro de 2009, Lei 096 de 15 de dezembro de 2010 que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital. O Processo Seletivo de Análise de Títulos será realizado sob a responsabilidade da Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde.

1 DO CARGO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO BÁSICO DO EMPREGO.

Nível Médio

CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
ACD – Auxiliar de Consultório Dentário	01	40h	R\$ 1.528,39
Técnico de Enfermagem – ESF	01	40h	R\$ 1.643,62
Técnico de Enfermagem	01	40h	R\$1.351,10
Assistente Administrativo	01	40h	R\$ 1.240,30
Socorrista	01	40h	R\$ 1.351,10

1. 1 A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de contratação imediata no emprego público municipal, apenas a expectativa de nele ser admitido, ficando a concretização deste ato condicionada às disposições legais pertinentes e, sobretudo, ao interesse e necessidade do serviço público municipal.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento da Ficha de Inscrição, que se encontra no Anexo II deste Edital e deve ser preenchida, impressa e entregue na Secretaria da Saúde, na Avenida Atílio Pedro Pagani, 855, Bairro Passa Vinte, juntamente com os documentos comprobatórios das informações prestadas, no período de 05 a 14 de agosto de 2015, de segunda a sexta, das 14:00 às 17:00 horas.

2.1.1 A homologação será publicada no site da Prefeitura Municipal de Palhoça no dia 21 de agosto de 2015.

2.1.2 O prazo para solicitar recurso será de 48 horas, nos dias 24 e 25 de agosto das 13:30 às 18:00 horas no Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Saúde, conforme endereço citado.

2.1.3 Em virtude da revogação do Edital 001/2015 e Edital 002/2015, os candidatos que tiveram suas inscrições deferidas no referido Edital estarão automaticamente inscritos neste processo seletivo.

2.1.4 Os candidatos que se inscreveram no Edital 001/2015 e Edital 002/2015 que tiveram suas inscrições indeferidas poderão se inscrever neste edital, apresentando toda a documentação exigida novamente.

2.1.5 Toda e qualquer documentação entregue por conta da inscrição no Edital 001/15 e Edital 002/2015 no presente edital não será devolvida ao candidato.

3 DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 São requisitos para inscrição:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Ter 18 anos completos até a data de término das inscrições;

- c) Preencher requerimento que obedecerá a fórmula própria, no ato da inscrição;
- d) 1 foto 3x4;
- e) Apresentar, no ato de inscrição, fotocópia autenticada dos seguintes documentos:
- e.1) Carteira de identidade, título de eleitor e CPF;
- e.2) Certidão de Reservista;
- e.3) Comprovante de Escolaridade;
- e.4) Diploma ou certificados de conclusão de cursos de pós-graduação;
- e.5) Certidão de Casamento;
- e.6) Certidão de Nascimento de filhos.
- f) Para todos os cargos serão exigidos experiência mínima de 06 (seis) meses.
- g) Cada candidato poderá inscrever-se em apenas um cargo;
- h) No ato da posse, quando a situação exigir, o candidato deverá apresentar o Registro Profissional no Órgão de Classe.
- i) Para o cargo de auxiliar de consultório dentário, necessário de faz a comprovação de profissionalização através de curso técnico de auxiliar de consultório dentário, com registro no CRO.
- j) A vaga de socorrista só poderá ser ocupada mediante apresentação de diploma de técnico em enfermagem, devidamente registrado no órgão competente ou Curso de Suporte Básico de Vida; Curso de Socorrista, ministrado por instituição especializada; Carteira Nacional de Habilitação - Categoria D e curso de direção defensiva para a condução de Ambulância e idade mínima de 21 anos.

Todos os documentos elencados neste item deverão ser entregues na Secretaria da Saúde. A falta de quaisquer documentos citados acima acarretará desclassificação automática do candidato.

4 DO PROCESSO SELETIVO

4.1. O presente Processo Seletivo constará de Prova de Títulos e de Prova Escrita.

4.1.1. O quantitativo de questões, os conteúdos abordados e as bibliografias para estudo se encontram no Anexo I deste edital.

4.2. A Prova de Títulos consiste na análise da experiência profissional e dos cursos de formação do candidato.

4.3. A prova Escrita será realizada no dia 04 de setembro de 2015, às 14 horas, com duração de 2 horas. Os candidatos devem comparecer com antecedência de 30 minutos. O local da prova será divulgado no site da Prefeitura até 3 dias antes da realização da mesma.

4.3.1 As especificidades da Prova Escrita se encontram no Anexo I deste Edital.

4.4. Para fins de Experiência Profissional deverá ser observado:

1. O tempo de serviço prestado em cargos, funções, estágios curriculares e não curriculares, como empregados ou na condição de profissional liberal ou autônomo, cujas atividades sejam afins às atribuições do cargo para o qual o candidato se inscreveu.

2. Será computado o tempo de serviço até o dia 08/05/2015, na forma de pontos, observado a seguinte tabela:

TEMPO DE SERVIÇO (EM MESES)	PONTUAÇÃO
0 a 12 meses	3,0
De 12 meses e 1 dia a 24 meses	4,0
De 24 meses e 1 dia	5,0

4.4. Não é permitida a contagem de experiência profissional em períodos concomitantes.

. Como comprovante de experiência profissional será considerado:

. Tempo de serviço com vínculo empregatício em empresas privadas ou em órgãos públicos, registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social no exercício da função e/ou declarações oficiais fornecidas pelos órgãos públicos, contendo o cargo ocupado e o período em que esteve vinculado à instituição;

. Tempo de serviço como profissional autônomo: certidões ou atestados de órgãos públicos ou de empresas privadas. Também serão aceitos comprovantes de recolhimento ao INSS como autônomos, acompanhados de alvará e identidade profissional (registro de classe).

Critérios de desempate:

Idade

Número de dependentes.

5 DO REGIME EMPREGATÍCIO

5.1 Os habilitados e classificados no concurso serão contratados conforme Lei nº. 2.508, de 13 de fevereiro de 2007, Lei Complementar nº 080 de 14 de dezembro de 2009, Lei nº 3002, de 01 de abril de 2009 e Lei complementar 079, de 14 de dezembro de 2009, Lei 2.660 de 29 de agosto de 2007 e Lei 096 de 15 de dezembro de 2010.

5.2 O contrato terá duração de até 12 (doze) meses, podendo, a critério da administração, ser prorrogável por mais 12 (doze) meses, nos termos do artigo 2º, inciso VII, alínea "a" c/c artigo 4º, inciso III, todos da Lei no. 2.508 de 13 de fevereiro de 2007, que tratam do Programa de Saúde e Assistência Social custeado parcialmente com recursos do Estado e Governo Federal.

6 Da Classificação

6.1 A listagem classificatória será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Palhoça, www.palhoca.sc.gov.br, na data de 18 de setembro de 2015.

7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e, compromisso já expresso na ficha de inscrição, no aceite das condições do processo seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

7.2 Serão publicados no site www.palhoca.sc.gov.br, da Prefeitura Municipal de Palhoça, os resultados dos candidatos aprovados, dentro do número de vagas abertas por este Edital.

7.3 As admissões obedecerão, rigorosamente, a ordem de classificação.

7.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde.

Fica homologado o presente Edital de Seleção Pública, a data, o local e os horários das inscrições e entrega de títulos.

Palhoça /SC, 04 de agosto de 2015.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário da Saúde

**ANEXO I
SOBRE A PROVA ESCRITA****QUANTITATIVO E NATUREZA DAS QUESTÕES**

A Prova Escrita de Seleção será composta de dez (10) questões, sendo que a Prova Escrita de Seleção para os cargos de Auxiliar de Consultório Dentário, Técnico de Enfermagem e Socorrista abordará temas transversais da área da saúde, conhecimentos gerais, português e matemática.

A Prova Escrita de Seleção para o cargo Assistente Administrativo e Vigia abordará conhecimentos gerais, português e matemática.

VALORAÇÃO DAS QUESTÕES

Cada questão valerá 1 ponto, totalizando 10 pontos o candidato que acertar todas.

CONTEÚDOS ABORDADOS NA PROVA ESCRITA PARA OS CARGOS AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, TÉCNICO DE ENFERMAGEM E SOCORRISTA

Temas Transversais da Área da Saúde

- Direitos Sociais
- Programas de Saúde do Ministério da Saúde

Conhecimentos Gerais

- Movimentos Sociais
- Mídias Sociais
- Momento Político/Econômico Brasileiro
- Momento Social Brasileiro no âmbito da área da saúde

Ortografia e Gramática

- Regras Ortográficas e Gramaticais

Matemática

- Matemática Financeira
- Probabilidades

BIBLIOGRAFIA PARA ESTUDO

- <http://forum.nintendoblast.com.br/t26052-acordabrasil-manifestos-em-todo-o-brasil>
- <http://www.portugues.com.br/gramatica/uniformidade-tratamento.html>
- <http://www.comoescreve.com/2013/02/o-que-e-ortografia-conceito-e-regras.html>
- <http://www.colegioweb.com.br/probabilidade/conceito-de-probabilidade.html>
- <http://www.brasile scola.com/sociologia/movimentos-sociais-breve-definicao.htm>
- www.portal.saude.gov.br
- gilmar.blogosfera.uol.com.br
- Ortografia e Gramática
- http://www.editorafoco.com.br/i/f/Degustação_Português.pdf
- Matemática Financeira
- http://www.proativams.com.br/files_aberto/Livro%20de%20MForiginal.pdf
- Probabilidades
- <http://educzulin.blogspot.com.br/>

**ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO**

Dados Pessoais			
Nome:		Raça/Humana	Fator RH
Filiação	Pai:		
	Mãe:		
Sexo	Deficiente Físico	Data Nascimento	Local Nascimento
Estado Civil	Cônjuge		

Endereço	Rua	Nº
CEP	Bairro	Cidade
UF	Fone	
E-mail para contato		
Escolaridade	Formação Profissional	
Cargo:	Carga horária:	

Declaro para os devidos fins que entreguei os documentos para _____ no dia --/--/-- e estou ciente que a conferência dos mesmos será feita pela comissão do Processo Seletivo e que somente a entrega não garante o deferimento da inscrição. É de minha inteira responsabilidade conferir se os documentos cumprem as exigências do Edital.

Assinatura do funcionário Assinatura do candidato

Declaro para os devidos fins que entreguei os documentos para _____ no dia --/--/-- e estou ciente que a conferência dos mesmos será feita pela comissão do Processo Seletivo e que somente a entrega não garante o deferimento da inscrição. É de minha inteira responsabilidade conferir se os documentos cumprem as exigências do Edital.

Assinatura do funcionário Assinatura do candidato
(via do candidato)

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 21/2015

RESOLUÇÃO Nº 21/2015

DISPÕE SOBRE A FILIAÇÃO DESTA CÂMARA MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CÂMARAS MUNICIPAIS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que os vereadores aprovaram e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica revogada a Resolução nº 017/2013, que dispõe sobre a filiação desta Câmara Municipal à Associação Brasileira de Câmaras Municipais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2015.

Sala das Sessões, 17 de julho de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

Resolução originada do Projeto de Resolução nº 10/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 385/2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 385/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A INSTITUIÇÃO CONSELHO COMUNITÁRIO ARIRIÚ PARA ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça e a Instituição Conselho Comunitário Aririú para atendimento na Educação Infantil, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de Agosto de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de Agosto ano de dois mil e quinze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 153/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 386/2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 386/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA ATRAVÉS DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ORIONÓPOLIS CATARINENSE.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretária de Assistência Social e a Orionópolis Catarinense, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de Agosto de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de Agosto ano de dois mil e quinze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 154/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº384/2015.

DECRETO LEGISLATIVO Nº384/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL DE PALHOÇA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretária de Assistência Social e a Ação Social Paroquial de Palhoça, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de Agosto de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de Agosto ano de dois mil e quinze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 152/2015

PROJETO DE LEI Nº600/2015.

PROJETO DE LEI Nº600/2015.

CONVÊNIO. Assistência Social. Orionópolis Catarinense.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Orionópolis Catarinense, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 80.670.631/0001-57, com sede na Rua Frederico Afonso, nº 5568, Centro, São José/SC, CEP 88.104-000, no valor global de R\$ 57.365,25 (cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta e cinco mil e vinte e cinco centavos) com o objetivo de conferir o apoio efetivo do Município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 339

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 0008 – Assistência Social

Subfunção: 0244 – Assistência Comunitária

Programa: 0033 – Assistência Social

Ação: 2004 – Contribuição a Entidade Não Govern. e Privadas

Elemento: 3335000000000000000 – Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínculo: 01000152 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de Agosto de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº601/2015.

PROJETO DE LEI Nº601/2015.

CONVÊNIO. Conselho Comunitário Aririú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Conselho Comunitário Aririú, inscrito no CNPJ/MF nº 78.883.618/0001-34, com sede à Rua São Francisco, n. 468, bairro Aririú, CEP 88.135-160, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) referente a repasse financeiro da contrapartida do Município para atendimento na Educação Infantil, correndo a despesa à conta de dotações orçamentárias referente ao recurso do FUNDEB.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação 75

Órgão 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função 0012 – Educação

Subfunção 0365 – Educação Infantil

Programa 0010 – Educação

Ação 1047 – Subvenções Sociais a Entidades

Elemento 3335000000000000 – Transferência a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vínculo 01190207 – Transf. FUNDEB 40%

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de Agosto de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze.

PROJETO DE LEI Nº602/2015.

PROJETO DE LEI Nº602/2015.

CONVÊNIO. Assistência Social. Ação Social Paroquial de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Ação Social Paroquial de Palhoça, associação da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 85.319.333/0001-30, com sede na Rua José Alfredo Brum, nº 52, Bairro Centro, CEP 88130-190, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 133.852,23 (cento e trinta e três mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e três centavos) com o objetivo de conferir o apoio efetivo do Município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades privadas socioassistenciais no que se refere a execução indireta dos serviços da política de assistência social.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Referência de Dotação: 339

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 001 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 0008 – Assistência Social

Subfunção: 0244 – Assistência Comunitária

Programa: 0033 – Assistência Social
 Ação: 2004 – Contribuição a Entidade Não Govern. e Privadas
 Elemento: 33350000000000000000 – Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos
 Vínculo: 01000152 – Recursos Ordinários Livres

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de Agosto de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e quinze.

RESOLUÇÃO Nº 20/2015

RESOLUÇÃO Nº 20/2015

Modifica o artigo 7º, parágrafo 1º, e, do Regimento Interno. Torna o uso obrigatório de paletó e gravata para os Vereadores durante as sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que os vereadores aprovaram e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - O artigo 7º, parágrafo 1º, e do Regimento Interno desta Casa legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º (...)

§ 1º (...)

e) O uso de paletó e gravata para os Vereadores durante as sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de julho de 2015

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze.

Resolução originada do Projeto de Resolução nº 009/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2015

BASE LEGAL	A Câmara Municipal de Palhoça, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, mediante o regime de empreitada por PREÇO GLOBAL, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá a Lei nº 8.666/93 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006 (Institui o Estatuto Nacional da ME e EPP), de 14.12.2006, Lei Complementar nº 147/2014 (que altera a Lei Complementar 123/2006) Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12. e demais normas complementares pertinentes a licitação.
OBJETO	A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de ampliação do DATACENTER, conforme especificações detalhadas no Projeto Básico (Anexo I do Edital).

TIPO	MENOR PREÇO
REGIME DE EXECUÇÃO	EMPREITADA MENOR PREÇO GLOBAL
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES "DOCUMENTAÇÃO" E "PROPOSTA DE PREÇOS".	
Câmara Municipal de Palhoça Endereço: Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Pagani – Palhoça/SC – CEP 88132-282, piso Térreo – Setor de Compras e Licitações – A/C Coordenadoria de Licitações.	
DIA: 28 DE AGOSTO DE 2015. HORÁRIO 10H00MIN	
ABERTURA E JULGAMENTO	
DIA: 28 DE AGOSTO DE 2015. HORÁRIO 10H00MIN	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:	
www.cmp.sc.gov.br - (licitação)	
Email p/ esclarecimentos: licitacao@cmp.sc.gov.br	
Esclarecimentos pelo telefone: (0xx) 48-32421501 – ramal 1212	

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015

PROCESSO Nº 014/2015

PREÂMBULO:

A Câmara Municipal de Palhoça, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, mediante o regime de empreitada por preço global, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 8.666/93 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública), Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, Lei Complementar nº 147/2014 (que altera a Lei Complementar 123/2006) Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12, e demais normas complementares pertinentes à licitação, observadas as condições estabelecidas no Edital, Projeto Básico e seus Anexos, com recebimento da documentação e proposta, na forma a seguir:

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto desta licitação é a Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação de equipamentos do Data Center da Câmara Municipal de Palhoça, de acordo com as especificações e serviços inseridos na planilha orçamentária, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Anexo deste Edital.

1.2 - Detalhamento do objeto:

1.2.1 - Serviços de reforma e ampliação do Data Center, substituição do piso elevado, de forma que o mesmo atenda a área integral da sala, instalação de um novo bastidor, retirada e reinstalação dos patch panel inteligentes, do sistema Patch View, desligamento e reinstalação de todos os ativos, ampliação do sistema Patch View, fornecimento de switches, atualização de hardware e software do PABX Alcatel-Lucent para o release 10 e fornecimento de licenças, instalação e configuração de ramais IP/SIP mobile e construção de infraestrutura de eletrocalhas e canaletas de alumínio.

2 – DA AUTORIZAÇÃO E DA DESPESA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1 - A realização desta licitação encontra-se autorizada no Processo Administrativo nº 014/2015.

2.2 - As despesas com o pagamento estão previstas nos seguintes elementos de despesas:

44.90.35.52 – Equipamentos de Processamento de Dados.

3.3.90.39.57 – Serviços de Processamento de Dados.

3 - DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data: 28/08/2015

Horário: 10h00min

Local: Setor de Compras e Licitação, Câmara Municipal de Palhoça/SC; Rua Joci José Martins, 101, Loteamento Pagani, Palhoça/SC – CEP 88132-282.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1. Deverão os interessados estar devidamente cadastrados na Prefeitura Municipal de Palhoça, ou então atenderem todas as condições elencadas 4.1.1 até 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas (25/08/2015 até as 10h00min) junto a Câmara Municipal de Palhoça, de acordo com os artigos 22, § 2º e 27 a 32 da Lei 8.666/93.

4.1.1 - Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos para o devido cadastramento, sob pena de impedimento para participação do presente certame:

4.1.1.2 - Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original com as alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.1.1.3 - Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, atualizado;

4.1.1.4 - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, inclusive quanto à Dívida Ativa da União, da sede da empresa;

4.1.1.5 - Certidão Negativa de Tributos da Fazenda Estadual, da sede da empresa;

4.1.1.6 - Certidão Negativa de Tributos da Fazenda Municipal da sede da empresa;

4.1.1.7 - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

4.1.1.8 - Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;

4.1.1.9 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

4.1.2 - Os documentos discriminados acima poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4.1.3 - A empresa licitante deverá ter como objeto, descrito em seu contrato social, atividade inerente ao objeto central desta licitação. OBS.: Todas as Certidões e Provas devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas;

4.1.4 - Não Poderão participar desta licitação:

4.1.4.1 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo licitatório, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) constituídos sob a forma de consórcio;

b) em cumprimento de penalidade de suspensão temporária de participar em licitações;

c) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

d) Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

e) Estrangeiras que não funcionem no País;

f) Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente);

g) As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, conhecidas como ONGS de participarem em processos licitatórios promovidos pela Administração (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário – (TC-021.605/2012-2);

h) Tenham funcionário ou membro da Administração da Câmara Municipal de Palhoça, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico (art. 9, caput da Lei nº 8.666/93).

5 - DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

5.1 - Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e a proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Rua Joci José Martins, 101 – Loteamento Pagani – Palhoça/SC - CEP 88132-282

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015

RAZAO SOCIAL DO LICITANTE

CNPJ Nº

ABERTURA: ____/____/2015 AS ____h____min.

Envelope nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Rua Joci José Martins, 101 – Loteamento Pagani – Palhoça/SC - CEP 88132-282

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015

RAZAO SOCIAL DO LICITANTE

CNPJ Nº

ABERTURA: ____/____/2015 AS ____h____min.

5.2 - Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos:

a) um contendo os documentos de habilitação;

b) e o outro, contendo a proposta de preços.

5.3 – DO ENVIO DOS DOCUMENTOS VIA POSTAL

5.3.1 - Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento - AR, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

5.3.2 - Nessa hipótese, os dois envelopes 01 habilitação e 02 Proposta de Preços, deverão ser acondicionados em involucrio único, endereçado diretamente a Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Câmara Municipal de Palhoça

Rua Joci José Martins, 101 – Loteamento Pagani – Palhoça/SC - CEP 88132-282

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2015

ABERTURA: 28/08/2015 AS 10h00min.

6 – DO CREDENCIAMENTO:

6.1 - O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se a Comissão Permanente de Licitação para efetuar seu credenciamento como participante desta Licitação, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe de poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a este certame.

6.1.1 - Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues, separadamente, dos envelopes de números 01 e 02.

6.2 - Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

6.3 - Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

6.4 - Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

6.5 - O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representa-lo perante terceiros.

6.6 - O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos

inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

6.7 - A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a Sessão, em nome do licitante.

7 - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Habilitação Jurídica:

- Comprovante de cadastro junto a Prefeitura de Palhoça/SC com a apresentação do CRC - Certificado de Registro Cadastral;
- Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2 - Regularidade Fiscal:

- Prova de regularidade junto a Fazenda Publica Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União);
- Prova de regularidade junto a Fazenda Publica Estadual e Municipal;
- Prova de regularidade de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros (CND);
- e Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

7.2.1 – Demais Certidões:

- Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ou Certidão de Débito Trabalhista Positiva com efeito de Negativa.
- Certidão Negativa de Falência, Insolvência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo Distribuidor Judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual, com validade dentro da abrangência da data de abertura do certame licitatório.
- No caso de micro empresa-me ou empresa de pequeno porte -EPP: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

7.2.2 – Documentos Complementares:

7.2.2.1 - Declarações exigidas no edital deverão ser assinadas pelo representante legal da licitante:

- Termo de Referência (Anexo I do Edital);
- Declaração de Renúncia (Anexo II do Edital);
- Carta de Credenciamento (Anexo III do Edital);
- Declaração nos termos do 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93 (Anexo IV do Edital);
- Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação (Anexo V do Edital);
- Minuta do Contrato (Anexo VI do Edital);
- Declaração que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO em qualquer de suas esferas (Anexo VII);
- Declaração de ME- Microempresa e EPP- Empresa de Pequeno Porte (Anexo VIII do Edital).
- Modelo da apresentação da proposta (Anexo IX).
- Termo de Vistoria (X).

7.3 - Habilitação Técnica:

7.3.1 - Demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, de no mínimo de 01 (um) Engenheiro Eletricista, habilitado no art. 8º e 9º da resolução 218/73 do CONFEA, o qual será obrigatoriamente o profissional preposto, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA, por execução de serviços ou fornecimento de características semelhantes ao objeto, devendo juntar para tal comprovação os seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o profissional indicado pertence ao quadro permanente da empresa;
- Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CREA deste mesmo profissional, Engenheiro Eletricista, que comprove ter o mesmo se responsabilizado por execução de serviços ou fornecimento de características semelhantes ao objeto da presente licitação, mais especificamente:
 - Instalação e/ou manutenção de sistema de gerenciamento PatchView de marca Furukawa;
 - Instalação e/ou manutenção de sistema de telefonia Alcatel -Lucent;
- Prova de registro da empresa no CREA com jurisdição no Estado onde está sediada a empresa, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas;
- Apresentar certificação do profissional preposto, devidamente atualizado, nomeado na alínea "a", do fabricante Furukawa - FCP Master e FCP Patch View;
- Apresentar certificado de treinamento do profissional preposto do PABX Omni PCX Office (OXO);
- Apresentar o certificado NR10 Básico, NR 10 SEP e NR 23, do profissional preposto, definido na alínea "a".

7.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

- balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante.
 - No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
 - O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira da empresa:
 - Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo.
 - Índice de Liquidez Geral (LG) = mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas a curto e longo prazo.
 - Solvência Geral (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.
- LC= Liquidez Corrente – superior a 1
 LG= Liquidez Geral – superior a 1
 SG= Solvência Geral – superior a 1
- Sendo,
- LG= Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
 Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
 SG= Ativo Total
 Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo
 LC= Ativo Circulante
 Passivo Circulante
- Onde:
- AC = Ativo Circulante
 AT= Ativo Total
 RLP= Realizável a Longo Prazo
 PC= Passivo Circulante
 ELP= Exigível a Longo Prazo

7.4.1 - Licitante com resultado em quaisquer dos índices contábeis, igual ou menor que 1,0 (um), deverá comprovar o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação.

7.4.1.1 - A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de documento assinado por profissional legalmente habilitado.

7.4.2 - Para sociedades anônimas, regidas pela Lei nº 6.404/1976, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social devem ter sido, cumulativamente:

a) registrados e arquivados na junta comercial;

b) publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia;

c) publicados em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada também a sede da companhia.

7.4.3 - Com relação às demais empresas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento.

7.4.3.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante.

7.5 - As MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, deverão apresentar declaração esclarecendo tal situação, para fins de aplicação da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, Lei Complementar nº 147/2014 (que altera a Lei Complementar nº 163/2006) e Dec. 6204/07, ressaltando, ainda, que não se enquadram nos termos do § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006.

7.5.1 - O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar à respectiva declaração.

7.6 - As ME's e EPP's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, inclusive os documentos de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, caso em que, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

7.6.1 - A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da primeira colocada, sendo facultado a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.7 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32 da Lei 8.666/93.

7.7.1 - As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

7.8 - Durante a fase de habilitação, poderá à CPL:

a) Verificar nos sites oficiais de órgão e entidades emissores de certidões (SICAF, CND, CRF e CNDT), que constitui meio legal de prova (§ 4º, art. 25, do Decreto 5.450/05).

b) A existência de registros impeditivos de contratação na CGU-Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, disponível no site www.portaltransparencia.gov.br, CNJ-Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa no site www.cnj.jus.br/improbidade_adm/ consulta.

c) Verificar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção "Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)".

7.9 - A Comissão de Licitação verificará imediatamente o atendimento às exigências do Edital e inabilitará, liminarmente, quem não tenha correspondido aos pressupostos da habilitação.

7.10 - No quesito habilitação, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou

após o julgamento dos recursos interpostos, serão imediatamente abertas as Propostas de Preços dos licitantes habilitados (inciso III do art. 43 da Lei 8.666/93).

7.11 - Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

7.12. Será lavrada ata circunstanciada da sessão de abertura do envelope nº 1 – HABILITAÇÃO, a qual será assinada pelos membros da Comissão e pelo(s) representante(s) devidamente identificado(s), onde constarão as eventuais observações.

7.13. O(s) envelope(s) nº 2 – PROPOSTA do(s) licitante(s) inabilitado(s), estará(ão) disponível(is), intacto(s) em seu(s) fecho(s), para retirada na Câmara Municipal de Palhoça, a partir da data de abertura do(s) envelope(s) nº 2 – PROPOSTA, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias. Caso o(s) licitante(s) não o faça(m), este(s) será(ão) destruído(s) após o resultado final da licitação.

8 - DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1 - A proposta, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

a) Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico;

b) Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentaria anexo ao Edital;

c) Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

d) Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

e) Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

e.1) As alterações de que trata este subitem serão submetidas a apreciação da Comissão, com a devida ciência de todos os licitantes.

f) Não será aceita reclamação posterior relativamente as propostas, sem que tenha sido devidamente registrada em ata, salvo se prevista em lei.

g) Prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento e abertura dos envelopes Proposta e Documentação;

h) Apresentar nome, estado civil, profissão, número do CPF e RG, domicílio e cargo na empresa, da pessoa que ficara responsável pela assinatura do Contrato;

9 - DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá a abertura da licitação.

9.2 - Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa e os licitantes ou representantes credenciados, não serão permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

9.3 - Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos a documentação ou proposta de preços apresentadas.

9.4 - A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á a abertura dos Envelopes nº 01-Documentos de Habilitação;

9.5 - O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

9.6 - Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltara a reunir-se, informando os licitantes.

9.6.1 - Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

9.7 - Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

9.8 - Não ocorrendo à desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

9.8.1 - Mesmo que seja julgada inabilitada, a licitante deverá permanecer na sala de reunião até o seu final.

9.9 – DOS ENVELOPES Nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

9.9.1 - Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

9.9.2 - Ultrapassada a fase de habilitação e abertas às propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

9.9.3 - Comissão, se julgar necessário, suspenderá a reunião para proceder à avaliação das propostas objetivando examinar o atendimento as especificações do objeto licitado. O reinício dos trabalhos será oportunamente comunicado, fixando-se data, horário e local.

9.10 - Não ocorrendo à intenção de interposição de recurso, cuja desistência devesse ser expressamente manifestada por todas as licitantes, a Comissão comunicará as licitantes classificadas no certame.

9.11 - Na hipótese de ter havido recurso em razão da desclassificação das propostas comerciais, a classificação somente será comunicada, e adotadas as providências de que trata o subitem 9.13, deste ato convocatório, caso o resultado do julgamento do referido recurso tenha sido improcedente.

9.12 - Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

9.13 - Será considerado inabilitado o licitante que não apresentar os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade.

9.14 - Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

10.0 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 - A Comissão de Licitações poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do órgão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

10.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

10.3 - Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007:

10.4 - A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas

por licitantes ME/EPP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores a proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

10.5 - As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

10.6 - A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, em sessão pública, no prazo de 05 (cinco) dias úteis no mesmo local da sessão de abertura, às 10h00min, contados da data da Ata ou da intimação do licitante.

10.7 - Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

10.8 - Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

10.9 - Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, permanecerá a classificação inicial.

10.10 - Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

10.11 - Persistindo o empate, o critério de desempate será por sorteio, em ato público, na presença dos licitantes na sessão ou convocados para participarem do ato público.

10.11.1 - Convocados os licitantes e decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.

10.12 - O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes dos licitantes empatados, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em urna fechada, da qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim retirando-se as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados.

10.13 - Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, que faça jus ao tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.14 - A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

10.15 - O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.

10.16 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.17 - Do resultado final do julgamento das propostas - Declaração

de Vencedor:

- a) na sessão pública e na presença dos prepostos dos licitantes, desde que todos tenham desistido expressamente do direito de recorrer, será declarado pela CPL o vencedor do certame com lavratura de ata; ou
- b) com intimação direta dos prepostos dos licitantes, após o regular decurso da fase recursal com lavratura de ata.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Após o regular decurso da fase recursal, o processo será submetido à autoridade competente para analisar quanto à regularidade do processo licitatório, podendo homologá-lo e consequente adjudicar o objeto licitado ao licitante vencedor.

12 - DO DIREITO DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

12.1 - Dos atos da Administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os seguintes recursos:

12.1.1 - Recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666, de 1993;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

12.1.2 - Os recursos previstos nas alíneas "a" e "b" referentes à habilitação ou inabilitação do licitante e julgamento das propostas de preços, terão efeito suspensivo, não o tendo os demais casos.

12.1.3 - Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contra-razões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.2 - Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado (art. 109, § 5º, da Lei 8.666/93).

12.3 - A Comissão Permanente de Licitação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade competente, devidamente informado.

12.3.1 - A decisão pela autoridade competente deverá ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando do recebimento do recurso.

13 - DA IMPUGNAÇÃO

13.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis (art.43, § 1º, da Lei 8.666/93).

13.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

13.3 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

13.4 - A critério da Administração da Câmara Municipal de Palhoça, esta Tomada de Preços poderá:

13.4.1 - ser anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

13.4.2 - ser revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente, por conveniência exclusiva da Administração; ou

13.4.3 - ser transferida a data de abertura dos envelopes, por conveniência exclusiva da Administração.

13.5 - Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta Tomada de Preços, o seguinte:

13.5.1 - a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei 8.666/93;

13.5.2 - a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no subitem anterior;

13.5.3 - no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e ampla defesa.

14 - DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

14.1 - O critério para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, será utilizado o MENOR PREÇO GLOBAL.

15 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMAS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1- As especificações técnicas para fornecimento dos materiais e serviços para a realização do objeto licitado estão estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

16 - DA CONTRATAÇÃO

16.1 - Após a homologação da licitação, o Contratante convocará oficialmente o(s) licitante(s) vencedor(es), para no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93.

16.1.1 - O referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro dia e incluir o último.

16.2 - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais, este edital, anexos e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

16.3 - A minuta de contrato que acompanha este edital poderá sofrer alterações para adequá-la à proposta vencedora.

16.4 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

16.5 - Decorridos os prazos acima citados e, não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação, estando sujeita às penalidades previstas neste edital.

16.6 - É facultado à Administração da Câmara Municipal, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados, ou revogar esta Tomada de Preços independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

16.7 - A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da Câmara Municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

16.7.1 - O disposto no subitem 16.7 não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas condições propostas pela adjudicatária inclusive quanto ao prazo e preço.

16.8 - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17 - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS:

17.1 - Nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições

contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.2 - Em caso de reforma e ampliação de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 - As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

17.4 - O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

18 - DO PRAZO DE GARANTIA

18.1 O proponente deverá garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como de seus acessórios (peças e serviços), sem qualquer ônus para a CMP, pelo período mínimo de 12(doze) meses ou na sua proposta (o que for maior), contados a partir da data de entrega.

18.2 A Assistência Técnica da Garantia deverá ser executada no local de instalação do equipamento (on-site), por empresa(s) devidamente habilitada(s).

18.3 As obrigações desta licitação a serem firmadas entre CMP e o licitante vencedor, serão formalizadas através de Contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, Minuta de Contrato e na legislação vigente.

18.4 A CMP convocará formalmente o Proponente adjudicatário para assinar o Contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação.

18.5 O prazo estipulado poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, quando solicitado pelo proponente adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e de força maior, expressamente aceito pela CMP.

18.6 A CMP poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas por este Edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o ato convocatório, ou ainda, revogar a presente licitação, a seu critério.

18.7 A convocada deverá, até a data da assinatura do contrato, informar o número da conta corrente bancária, número da agência bancária e denominação da respectiva instituição financeira, para pagamento do objeto dessa licitação.

19 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento dos equipamentos e conclusão dos serviços, acompanhados das respectivas Notas Fiscais, mediante declaração de aceite dos serviços que deverá ser emitida pelo Gerente de Informática da CMP.

19.2 O pagamento será efetuado exclusivamente através de crédito em conta corrente, em nome do licitante vencedor e no Banco de sua escolha.

19.3 Por ocasião da apresentação da fatura, contratada deverá anexar cópias do CND obtido junto ao INSS, bem como do CRF, obtido perante o FGTS, dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento até regularização.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada estão definidas no anexo I Termo de Referência.

21 - PERÍODO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O período para execução dos serviços descritos no Termo de Referência, parte integrante deste Edital é de até 90 dias a partir da assinatura do contrato.

22 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

22.1 - Os serviços serão recebidos, provisoriamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da Contratada após a conclusão dos mesmos.

22.2 - Serão recebidos definitivamente no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.

22.2.1 - A condição para o recebimento definitivo de objeto será através de declaração e parecer do Setor Técnico da Casa, que atestará ao Setor de Licitações a quitação total dos serviços contratados conforme licitado.

22.3 - Reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, tendo em vista o direito assegurado a Administração pelo art. 618 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); e

22.4. Não realizar o recebimento provisório dos serviços e materiais com pendências a serem solucionadas pela contratada, uma vez que o instituto do recebimento provisório, previsto no art. 73, inc. I, da Lei nº 8.666/93, não legitima a entrega provisória de uma obra inconclusa, mas visa resguardar a Administração no caso de aparecimento de vícios ocultos, surgidos após o recebimento provisório.

23 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

23.1 Os recursos e as penalidades para a presente licitação serão aqueles instituídos na lei 8.666/93 e alterações posteriores.

23.2 Dentro do prazo legal, o licitante poderá apresentar recurso fundamentado, por escrito, devidamente protocolado na CMP, e dirigido ao Presidente da Comissão de Licitação.

23.3 Todos os licitantes habilitados serão informados da apresentação do recurso e terão o prazo legal para apresentar impugnação. Uma vez cientes de todas as informações, a Comissão Permanente de Licitação dará seu provimento e o submeterá para homologação, ou não, da Autoridade Superior. Da decisão final todos os licitantes interessados serão notificados.

23.4 Ao contratado total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as seguintes sanções legais, de acordo com a gravidade da falta:

a) Advertência;

b) Multa administrativa, graduável, conforme a gravidade da infração, não excedendo em cada aplicação, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 2 (dois) anos; e

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

24 - LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1 - Os serviços serão executados na sede da Câmara Municipal de Palhoça, localizada na Rua Joci José Martins, nº 101 - Loteamento Pagani, CEP 88132-282, Palhoça - SC.

25 - FONTE ORÇAMENTÁRIA - ESTIMATIVA DE VALORES

25.1. As despesas decorrente desta licitação correrão por conta da Câmara Municipal de Palhoça, pelos seguintes elementos de despesa:

Ø 44.90.35.52 - Equipamentos de Processamento de Dados.

Ø 3.3.90.39.57 - Serviços de Processamento de Dados.

25.2. A dotação orçamentária destinada está estimada em R\$ 179.113,60 (cento e setenta e nove mil, cento e treze reais e sessenta centavos).

26 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1 - A presente licitação não importará necessariamente na contratação da adjudicatária, podendo a Administração da Câmara

Municipal de Palhoça, revoga-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anula-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, sendo dada a devida ciência aos licitantes, por meio de publicação no órgão oficial.

26.2 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Câmara Municipal de Palhoça, em nenhuma hipótese, responsável por tais custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observando-se o início e término em dias úteis de expediente normal neste Poder.

26.4 - Os atos e decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicados aos licitantes interessados, por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação nos meios oficiais de comunicação.

26.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

26.6 - O presente Edital e seus anexos encontra-se disponível no site www.cmp.sc.gov.br/Licitacoes ou na Câmara Municipal de Palhoça - Setor de Compras e Licitações, localizada na Rua Joci José Martins, nº 101, Loteamento Pagani, Palhoça - SC - CEP 88132-282, telefone - fax (0xx) 32421501, ramal 1212, em dias úteis, no horário das 13h00min as 18h00min.

26.7 Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Licitação em conformidade com as disposições legais e princípios gerais do direito.

26.8 - O desatendimento pelo licitante, de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, conforme a prudente análise da Comissão.

26.9 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.10 - É facultada a Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

26.11 - Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça/SC como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução da presente contratação, com renúncia expressa por qualquer outro.

26.12 - São partes integrantes deste Edital os seus Anexos.

Palhoça/SC, 04 de agosto de 2015.

Otávio Marcelino Martins Filho
Presidente

ANEXO I TERMO DE REFERENCIA

1. Escopo do Fornecimento

1.1. Serviços de reforma do Data Center, substituição do piso elevado, de forma que o mesmo atenda a área integral da sala, instalação de um novo bastidor, retirada e reinstalação dos patch panel inteligentes, do sistema Patch View, desligamento e reinstalação de todos os ativos, ampliação do sistema Patch View, fornecimento de switches, atualização de hardware e software do PABX Alcatel-Lucent para o release 10 e fornecimento de licenças, instalação e configuração de ramais IP/SIP mobile e construção de infraestrutura de eletrocalhas e canaletas de alumínio.

2. Especificação técnica da prestação dos serviços

2.1. O presente documento contém o detalhamento técnico e operacional dos serviços;

2.2. Deverá ser efetuada a desmontagem de toda estrutura atual, com retirada de todos os equipamentos da sala (racks, servidores, servidor do sistema de câmeras ip, pabx, switches, sistema Patch View, patch-panels, patch cords, no-breaks e desligamento de todo o cabeamento cat.6 terminado no Data Center);

2.3. Deverá ser instalado um sistema de piso elevado, em toda a área do Data Center;

2.4. Deverá ser construída a infraestrutura de eletrocalhas e eletrodutos;

2.5. Os equipamentos deverão ser reinstalados nos racks de piso a serem montados na nova estrutura;

2.6. Deverá ser instalado um novo rack de piso, destinado a alojar os ativos necessários;

2.7. Deverá ser efetuada a remontagem e ativação de todos os equipamentos e serviços existentes no Data Center;

2.8. Deverá ser efetuada toda a religação do cabeamento terminado no Data Center, a sua completa identificação e os testes de certificação previstos na norma NBR 14565 para classe E/categoria 6;

2.9. Deverá ser efetuada a ampliação do sistema Patch View;

2.10. Fornecimento, instalação e configuração de 01 switch ethernet 24 portas;

2.11. O sistema de cabeamento ampliado deve ser devidamente identificado, de acordo com a instalação original e atualizado no sistema de gerenciamento Path View. Deve ser apresentado um relatório, gerado pelo Path View, com todas as informações cadastrais de todos os pontos supervisionados pelo sistema.

2.12. Deverá ser efetuada atualização do PABX Alcatel-Lucent, modelo Omni PCX Office (OXO) para a versão mais atual (release 10);

2.13. Deverá ser atualizado o hardware do PABX para a CPU mais atual, de forma a oferecer suporte às novas aplicações;

2.14. Fornecer as licenças necessárias ao PABX OXO para a implantação de ramais IP/SIP a serem instalados nos aparelhos móveis celulares - 15 licenças (android e/ou ios);

2.15. Instalar os aplicativos necessários nos aparelhos móveis celulares para o funcionamento como ramal IP/SIP do PABX OXO e efetuar treinamento dos usuários;

2.16. Efetuar vistoria prévia, a ser agendada com o setor de TI, de forma a tomar conhecimento das condições da instalação e da prestação dos serviços. Esta vistoria deverá ser efetuada pelo responsável técnico da proponente e devidamente assinado por servidor da CMP. O documento deverá ser apresentado na proposta, sob pena de desclassificação.

2.17. Antes dos inícios dos trabalhos deverá ser emitida ART - Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA -SC;

2.18. Os serviços deverão ser executados em horários que não interfiram nas comunicações da CMP;

2.19. Ao término dos serviços a empresa contratada deverá fornecer a CMP um caderno técnico com todos os detalhes da instalação e dos detalhes de construção, "as built";

3. Especificação técnica da infraestrutura

3.1. 240 metros de eletrocalha perfurada tipo U, com dimensões de 100 mm de largura, 50 mm de altura e 3000 mm de comprimento;

3.2. Construída com aço SAE 1008/1010, de baixo teor de carbono, chapa 18;

3.3. Pré-zincada a fogo de acordo com NBR 7008 -ZC;

3.4. Deve ser fornecida com todos os acessórios de interligação e fixação que sigam as mesmas características construtivas;

3.5. A distribuição secundária, dos quadros locais até as áreas de trabalho dos usuários deve ser acomodada em canaletas metálicas de alumínio;

3.6. 300 metros de eletrocalha de alumínio tipo D, com dimensões de 73 mm de largura, 25 mm de altura e 3000 mm de comprimento;

3.7. Deve ser fornecida com todos os acessórios de fixação, curvas e tampas planas ranhuradas;

- 3.8. Devem ser fornecidos os porta equipamentos a serem fixados na eletrocalha de alumínio, capazes de comportar duas tomadas elétricas, padrão NBR 14136;
- 3.9. A empresa executora deverá fornecer todos os materiais necessários a fixação e acabamentos da instalação;
- 3.10. Os materiais utilizados devem atender às especificações contidas neste anexo;
- 3.11. Os materiais não podem estar em desacordo com as exigências dos fabricantes e das normas técnicas pertinentes;
- 3.12. É de responsabilidade do executor o cálculo de carga e esforço dos materiais de infraestrutura utilizados;

4. Especificações técnicas dos materiais do Data Center

- 4.1. Rack estrutural, aberto, padrão 19" com 44U de altura útil;
- 4.2. Dimensões: Altura 2100mm, Largura 540mm, Profundidade 300mm(pés da base), Os perfis laterais do rack devem ter furação lateral para passagem de cabos;
- 4.3. Deve ser fornecido na cor preta;
- 4.4. Deve suportar entrada de cabos pela parte superior ou inferior;
- 4.5. Deve atender às premissas da norma EIA 310E;
- 4.6. A base deve suportar a montagem de capas de proteção, pré furadas para acomodação de tomadas elétricas para conexão de elementos ativos;
- 4.7. Acabamento em pintura de epóxi pó de alta resistência à riscos, protegido contra corrosão, de acordo com as condições indicadas para uso interno, pela EIA TIA 569;
- 4.8. Guia de passagem de cabos horizontalmente na parte superior e inferior do Rack;
- 4.9. Confeccionado em aço SAE 1020;
- 4.10. Colunas com espessura mínima de 2mm;
- 4.11. Deve conter 2 guias verticais de cabos na parte frontal e 2 guias verticais de cabos na parte traseira, ou 2 guias verticais dupla face;
- 4.12. Deve conter 2 guias verticais de cabos na parte frontal e 2 guias verticais de cabos na parte traseira, ou 2 guias verticais dupla face;
- 4.13. Todos os componentes da solução de Rack sejam o Rack Estrutural, os Guias Verticais, e os Guias Horizontais devem ser do mesmo fabricante;

5. Piso Elevado

- 5.1. 16 m² de piso elevado desenvolvido especialmente para salas técnicas de informática e Data Centers;
- 5.2. Placa fabricada em revestimento laminado melamínico HPL/PVC;
- 5.3. Bordas com tiras de PVC na cor preta;
- 5.4. Deve ser altamente resistente, não propagante a chamas e fumaça;
- 5.5. Apresentar estrutura metálica em aço de alta qualidade;
- 5.6. Estrutura superior e inferior feita através de processos avançados de soldagem;
- 5.7. Preenchimento da placa feito com cimento leve e ingredientes especiais que proporcionem elevada resistência e durabilidade;
- 5.8. Resistente à poluição e de fácil limpeza;
- 5.9. Carga Concentrada (mínima): => 568 kg;
- 5.10. Carga Uniforme (mínima): => 3.300 N/ m²;
- 5.11. Carga Limite (mínima): => 16.680 N;
- 5.12. Quantidade por metro quadrado (m²) de piso elevado: 2,78 placas;

6. Switch Ethernet 24 portas 02(duas) peças

- 6.1. 24 portas 10/100/1000;
- 6.2. 04 combo gigabit ethernet/SFP ports;
- 6.3. Gerenciável;
- 6.4. Layer 2/Layer4;
- 6.5. Capacidade de comutação mínima de 56 Gbps;
- 6.6. Taxa de encaminhamento mínima de 41 Mpps;
- 6.7. Spanning tree protocol (IEEE 802.1D,802.1w,802.1s);

- 6.8. VLAN 802.1Q- 4k;
- 6.9. Link aggregation (802.3ad) mínimo de 16 portas trunks links;
- 6.10. IGMP snnoping;
- 6.11. Q in Q;
- 6.12. Jumbo frames de 9K;
- 6.13. Recursos IPv6;
- 6.14. Facilidades QoS – prioridade por porta, quarto filas de hardware, classificação de tráfego IEEE 802.1p, Diffserv, controle de largura de banda;
- 6.15. Gerenciamento via porta console e via Telnet;

7. Sistema Patch View Furukawa

- 7.1. Extensão RJ45 cat.6 T568 sólido 3,0m, cor cinza, 48 (quarenta e oito) peças;
- 7.2. Patch cord gerenciável U/UTP cat.6 LSZH, cor azul 2,0m, 48 (quarenta e oito) peças;
- 7.3. Patch panel 48 (quarenta e oito) peças, angular patch view 02 peças.

8. Pabx Alcatel-Lucent

- 8.1. Quinze licenças para ramal IP;
- 8.2. Quinze licenças SIP open pack;
- 8.3. Uma licença IP para CPU;
- 8.4. Upgrade de versão de software para o Release 10;
- 8.5. Uma placa Power CPU EE com placa filha de armazenamento;
- 8.6. Upgrade correio de voz.

Palhoça, 04 de agosto de 2015.

Otávio Marcelino Martins Filho
Presidente

ANEXO II

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA (Lei Federal n.º 8.666/93, art. 43, III)

A empresa abaixo assinada, participante do Edital de Licitação n.º ____/2015, declara, na forma e sob as penas da Lei n.º 8.666/93, que não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitações da CMP que julgou em preliminar os documentos de habilitação, renunciando assim, expressamente, ao direito de recurso e seu respectivo prazo, concordando em consequência, com o curso do procedimento licitatório.

Palhoça, ____ de _____ de 2015.

Empresa Licitante
(Nome legível e função/cargo do representante legal)
Edital de Licitação n.º ____/2015

ANEXO III

EDITAL DE LICITAÇÃO N.º- TOMADA DE PREÇOS N.º ____/2015 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

A
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Referente: Tomada de Preços – Menor Preço Global n.º ____/2015

Credenciamos a pessoa abaixo identificada e qualificada, para representar nossa empresa em todos os atos correspondente à licitação em referência, outorgando-lhe amplos e irrestritos poderes para tomar qualquer decisão que se faça necessária com relação ao seu andamento.

Nome :
Nacionalidade :
Estado Civil :
Profissão :

Cédula de Identidade : Órgão emissor:

CPF :

Residência/Domicílio :

Cargo na empresa :

(local e data)

Nome legível cargo do representante legal

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES
(modelo conforme Decreto Federal nº 4.358, de 5 de setembro de 2002)

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2015.

A empresa _____
_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____,
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____
_____, portador(a) da Car-
teira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
declara, para fins do disposto no artigo 7º,
inciso XXXIII da CF e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21
de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de
1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho notur-
no, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de apren-
diz (____).

(marcar com um "x" o espaço acima, em caso afirmativo)

Palhoça, ____ de ____ de 2015.

Carimbo do CNPJ

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: _____

OBS.: Identificar o signatário.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDI-
TIVOS

A empresa _____, CNPJ/
MF nº _____, declara, sob as penas da
lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua
habilitação no processo licitatório relativo à TOMADA DE PREÇOS
nº ____/2015 da Câmara Municipal de Palhoça, estando ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Palhoça, ____ de ____ de 2015.

Carimbo do CNPJ

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: _____

OBS.: Identificar o signatário.

ANEXO VI

MINUTA CONTRATUAL

A Câmara Municipal de Palhoça, pessoa jurídica de direito públi-
co, com sede na Rua Joci José Martins, 101, Parque Residencial
Pagani, passa Vinte, Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº
75.813.675/0001-59, Inscrição Estadual Isenta, neste ato repre-
sentada pelo seu Presidente, Sr. OTÁVIO MARCELINO MARTINS

FILHO, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa (nome
da Contratada) com sede à (endereço da contratada), inscrita no
CNPJ sob nº (Nº do CNPJ da contratada), Inscrição Estadual (Nº de
inscrição da contratada), neste ato representado pelo Sr. (nome do
representante da contratada), doravante denominada CONTRATA-
DA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços,
mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam,
ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo
com a Lei 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei 8.883/94
e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento possui como objeto contratação de em-
presa especializada para reforma e ampliação de equipamentos do
Data Center da Câmara Municipal de Palhoça, conforme especifica-
ções e quantidades constantes do Anexo I – Termo de Referência
– do Edital nº ____/2015, referente ao Processo nº ____/2015, que
passa a ser parte integrante deste instrumento.

§1º O fornecimento dos equipamentos será efetuado pela CON-
TRATADA em horário comercial, na sede da CONTRATANTE, con-
tendo incluso todos os acessórios, cabos, manuais, e demais itens
necessários ao perfeito funcionamento do objeto do Edital em
questão e as propostas apresentadas pela CONTRATADA.

§2º A CONTRATADA fornecerá durante o período de garantia, as
suas despesas, toda e qualquer peça que deva ser substituída, a
fim de garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos forne-
cidos, inclusive acessórios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Para o fornecimento previsto na Cláusula Primeira, a CONTRATAN-
TE pagará a CONTRATADA numa única parcela, o valor total de R\$
_____(reais), os quais serão devidos somente
após a efetiva entrega e aceite do objeto deste instrumento.

§1º O pagamento descrito no caput dessa Cláusula será efetuado
numa única parcela, em até 30 (trinta) dias após a conferência pela
CMP, de todas as características e funcionalidades dos equipamen-
tos entregues pela CONTRATADA.

§2º O pagamento será efetuado exclusivamente através de crédito
em conta corrente, em nome da CONTRATADA em Banco de sua
escolha, mediante apresentação da nota fiscal atestada e visada
pelo setor competente da CONTRATANTE.

§3º Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a CONTRATADA
anexará cópias do CND obtido junto ao INSS, bem como do CRS,
obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos
de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará
na retenção do pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de xxxxx (xxx) _____ (prazo
da garantia proposto pelo licitante), contados de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir de imediato o presente contrato
por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no art.
78, da lei n.º 8.666/93 e na ocorrência de qualquer das seguintes
hipóteses:

- a) Se os serviços contratados não estiverem sendo executados ou
estiverem em desacordo com as especificações deste Contrato.
- b) Se a CONTRATADA deixar de manter pessoal e equipamento em
número suficiente e condições técnicas para prestação de serviços
nos termos estabelecidos no presente Contrato.
- c) Se a CONTRATADA na qualidade de empregadora deixar de dar
cumprimento aos encargos trabalhistas, previdenciários existentes
ou que venham a ser instituídos, não efetuando os pagamentos
nos termos da legislação em vigor.
- d) Se a CONTRATADA requerer ou tiver requerida sua falência, re-
querer concordata ou de qualquer outra forma tiver caracterizado
sua insolvência.

Parágrafo único – Ocorrendo a rescisão ou a denúncia deste

Contrato, a CMP é assegurado o direito de repassá-los a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

Caberá a CONTRATADA com exclusividade, todas as obrigações e despesas com encargos sociais, securitários, previdenciários, tributos federais, estaduais e municipais, passados, presentes e futuros, na forma da legislação em vigor, relativos aos empregados e fornecimentos utilizados na execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA CESSÃO

Fica vedado a CONTRATADA, transferir ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidas através deste contrato, sem a concordância prévia e formal da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA se responsabiliza por fornecer os serviços, materiais de consumo e peças de reposição originais totalmente compatíveis com os equipamentos fornecidos a CONTRATANTE.

§1º O não cumprimento pela CONTRATADA dos prazos de atendimento no período de assistência técnica, ou ainda, a prestação de serviços defeituosos, ensejará independentemente do previsto na Cláusula Quarta, a aplicação de multa de 0,10 % (dez décimos por cento) por dia e/ou evento, acumuláveis e aplicáveis sobre o valor previsto na Cláusula Segunda.

§2º Após a terceira falta de mesma espécie cometida pela CONTRATADA, será aplicada de forma acumulativa aquela estipulada no §1º, a multa de 3 % (três por cento), incidente sobre o valor previsto na Cláusula Segunda, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Cláusula Quarta.

§3º As dúvidas na execução dos termos aqui estabelecidos, que modifiquem ou alterem sua substância, serão objetos de novos acordos, consubstanciados em aditivos ao presente Contrato.

§4º A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO

Para fins de acompanhamento e fiscalização da execução do presente Contrato, conforme determina o Art. 67 da Lei 8.666/93, fica investido da responsabilidade o servidor responsável pelo setor de informática da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA NOVAÇÃO

Qualquer omissão ou tolerância das partes no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato, ou não exercer qualquer prerrogativa nele decorrente, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito da parte de exercê-la a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente despesa correrá à Conta do orçamento próprio da CONTRATANTE, sob o elemento de despesa: _____

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Palhoça/SC excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja ou se torne, para solução de qualquer pendência ou dúvida resultante deste Contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Palhoça, ____ de _____ de 2015.

Otávio Marcelino Martins Filho
PRESIDENTE DA CÂMARA

Empresa

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF/MF nº.

Nome:
CPF/MF nº.

ANEXO VII

TOMADA DE PREÇOS nº ____/2015

D E C L A R A Ç Ã O

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____ (cargo na empresa: Diretor ou Sócio-Gerente). DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Palhoça, na modalidade TOMADA DE PREÇOS nº ____/2015, que não foi declarada INIDÔNEA para licitar com o PODER PÚBLICO em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Palhoça, de de 2015.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO

DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

A N E X O V I I I

TOMADA DE PREÇOS Nº /

DECLARACAO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A EMPRESA _____, devidamente inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede rua/av. _____, nº _____, bairro _____, cidade _____, UF _____, CEP _____, complemento _____, declara, sob as penalidades da lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA-ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP, instituídas na forma da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, bem como não contemplam as hipóteses do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local e data.

Assinatura do representante legal

RG:

CPF:

ANEXO IX

TOMADA DE PREÇOS n.º ____/2015

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Pessoa de Contato:

e-mail:

Telefone Fixo: ()

Celular: ()

Dados Bancários:

Banco:

Agência:

C/C:

OPTANTE DO SIMPLES: SIM () NÃO ()

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação de equipamentos do Data Center da Câmara Municipal de Palhoça, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Anexo deste Edital.

Nº	Descrição	Valor Total Material (R\$)	Valor Total dos Serviços (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cabeamento estruturado (Quantitativos Conforme Termo de Referencia).			
2	PABX - (Quantitativos Conforme Termo de Referencia).			
3	Infra estrutura- Canaletas de Alumínio (Quantitativos Conforme Termo de Referencia)			
4	Infra estrutura – Eletroducto (Quantitativos Conforme Termo de Referencia).			
5	TOTAL			

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados a partir da data de recebimento da proposta comercial devidamente consolidada, nos termos do Edital.

Informar nome, estado civil, profissão, número do CPF e RG e cargo na empresa, da pessoa que ficará responsável pela assinatura do Contrato.

Palhoça, ____ de _____ de 2015.

(Representante Legal da Empresa)

ANEXO X

TOMADA DE PREÇOS Nº /.....

TERMO DE VISTORIA

Nesta data compareceu na Câmara Municipal de Palhoça, o representante técnico da empresa, _____, o Senhor _____, portador do CPF nº _____, para proceder a vistoria no local da que serão executados os serviços, objeto deste edital, efetuar os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, ficando ciente a partir deste instante, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços.

Local e Data

Assinatura do Representante da Empresa

Assinatura do Servidor da CMP

Palmitos

PREFEITURA

1º ADENDO AO PROCESSO 94/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

1º ADENDO

O MUNICÍPIO DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Independência, nº 100, centro, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que houve ALTERAÇÕES no EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2015 – MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura e no site do município.

Palmitos, 05 de agosto de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

INSCRITOS PARA MEMBROS DE SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA ANALISE DO EDITAL DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

O Município de Palmitos – SC publica a relação dos profissionais inscritos no edital de chamamento público para inscrição e seleção dos membros de subcomissão técnica destinada a julgar as propostas técnicas contendo o plano de comunicação publicitária apresentados por agências de propaganda interessadas em participar de licitação promovida pelo Município para contratação de serviços de publicidade, sendo estes: Marcelo José Both (Bacharel em comunicação Social), Katiane Alice Jaeger (Tecnóloga em Marketing) e Rosangela Beatriz Freitag Peiter (Bacharela em Comunicação Social). Data final para impugnação: 14/08/2015 até as 17:00 horas. Relação disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou no site www.palmitos.sc.gov.br.

Palmitos, 05 de Agosto de 2015.

Paulino Parisotto

Presidente da Comissão de Licitação.

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 267/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 267/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade da disposição na Lei Municipal Vigente, resolve.

CONSTITUIR:

A Comissão Chamada Publica 006/2015 integrado pelos seguintes servidores de carreira deste município, Osnilda Rodrigues Vieira, matrícula Nº686, Carlos Eduardo Moises, matrícula nº1009, Jeane Aparecida Santos Martins, matrícula nº10898, Ficando sob a responsabilidade do primeiro, executar e julgar, com os demais, a Chamada Pública nº 006/2015, para o Cargo de Professor – Educação Infantil, respeitando as disposições legais em vigor, para isto tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução.

Município de Paulo Lopes-SC, em 04 de Agosto de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

184

PORTARIA Nº 184/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e JULIANA BUENO PERCIANI, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar os fatos conforme publicação em rede social – Facebook - no dia 02 de julho de 2015 envolvendo as funcionárias Rosana Mércia Valentim matrículas 3057 e 6766, Gertrudes Rogalsky Schwab matrícula 3138 e Marcia Cristina Medeiros matrículas 2197 e 7998, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 04 de agosto de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

187

PORTARIA Nº 187/2015

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

NOMEAR: Membros para compor a COMISSÃO JULGADORA DAS AMOSTRAS do Processo Licitatório nº 02/2015- FMAS - Pregão Presencial nº 02/2015- FMAS para aquisição de AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA SEREM UTILIZADAS NO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS CADASTRADAS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, compostas dos funcionários descritos abaixo:

- Zenaide Weege – servente merendeira
- Lucimar Tiburski – Assistente Social
- Isabel Nicoletti – professora não titulada

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 05 de agosto de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2373/2015

DECRETO Nº. 2373/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOVALOR DE R\$370.000,00 (TREZENTOS E SETENTA MIL REAIS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64E Lei Municipal nº 2.734 de 10 de dezembro de 2014, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 02 – Secretaria de Governo

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Comunicação Social
Programa de Trabalho: 04.122.0002

Atividade: 2.003 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Comunicação Social

Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (004) – Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

Órgão: 03 – Gabinete do Vice-Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.122.0002

Atividade: 2.004 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo

Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (007) – Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Órgão: 04 – Procuradoria Geral do Município

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.061.0003

Atividade: 2.005 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo

Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (010) – Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

Órgão: 04 – Procuradoria Geral do Município

Unidade Orçamentária: 02 – Casa da Cidadania
Programa de Trabalho: 04.061.0003

Atividade: 2.006 – Funcionamento e manutenção da Casa da Cidadania

Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (015) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Fiscalização
Programa de Trabalho: 04.123.0005

Atividade: 2.014 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Fiscalização

Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (045) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento do Meio Ambiente
 Programa de Trabalho: 04.122.0007
 Atividade: 2.016 – Funcionamento e manutenção do Departamento do Meio Ambiente
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (051) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Qualificação Profissional
 Programa de Trabalho: 23.363.0007
 Atividade: 2.017 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Qualificação Profissional
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (055) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Órgão: 11 – Secretaria de Agricultura e Pesca
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Agricultura
 Programa de Trabalho: 20.605.0011
 Atividade: 2.035 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Agricultura
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (105) – Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Órgão: 11 – Secretaria de Agricultura e Pesca
 Unidade Orçamentária: 03 – Departamento Administrativo
 Programa de Trabalho: 04.122.0011
 Atividade: 2.037 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (108) – Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
 Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Convênios e Projetos
 Programa de Trabalho: 04.121.0016
 Atividade: 2.046 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Convênios e Projetos
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (145) – Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
 Unidade Orçamentária: 04 – Departamento Habitacional
 Programa de Trabalho: 16.482.0016
 Atividade: 2.047 – Funcionamento e manutenção do Departamento Habitacional
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (148) – Aplicações Diretas
 R\$ 30.000,00

Art.2º - As suplementações das dotações decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 02 – Secretaria de Governo
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Comunicação Social
 Programa de Trabalho: 04.122.0002
 Atividade: 2.003 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Comunicação Social
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (005) – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (006) – Aplicações Diretas

..... R\$ 20.000,00

Órgão: 03 – Gabinete do Vice-Prefeito
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
 Programa de Trabalho: 04.122.0002
 Atividade: 2.004 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (008) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (009) – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Órgão: 04 – Procuradoria Geral do Município
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
 Programa de Trabalho: 04.061.0003
 Atividade: 2.005 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (012) – Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Órgão: 04 – Procuradoria Geral do Município
 Unidade Orçamentária: 02 – Casa da Cidadania
 Programa de Trabalho: 04.061.0003
 Atividade: 2.006 – Funcionamento e manutenção da Casa da Cidadania
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (015) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
 Unidade Orçamentária: 04 – Departamento de Fiscalização
 Programa de Trabalho: 04.123.0005
 Atividade: 2.014 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Fiscalização
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (047) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento do Meio Ambiente
 Programa de Trabalho: 04.122.0007
 Atividade: 2.016 – Funcionamento e manutenção do Departamento do Meio Ambiente
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (054) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável
 Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Qualificação Profissional
 Programa de Trabalho: 23.363.0007
 Atividade: 2.017 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Qualificação Profissional
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (057) – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

Órgão: 11 – Secretaria de Agricultura e Pesca
 Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Agricultura
 Programa de Trabalho: 20.605.0011
 Atividade: 2.035 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Agricultura
 Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (107) – Aplicações Diretas
 R\$ 40.000,00

Órgão: 11 – Secretaria de Agricultura e Pesca
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 04.122.0011
Atividade: 2.037 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (110) – Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Convênios e Projetos
Programa de Trabalho: 04.121.0016
Atividade: 2.046 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Convênios e Projetos
Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (146) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (147) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Órgão: 15 – Secretaria de Planejamento Urbano
Unidade Orçamentária: 04 – Departamento Habitacional
Programa de Trabalho: 16.482.0016
Atividade: 2.047 – Funcionamento e manutenção do Departamento Habitacional
Recurso: 0.1.0000 – Recursos próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (149) – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (150) – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 05 de agosto de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA CH04/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2015 – FMS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC DE ACORDO COM A TABELA SAI/SUS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 29/07/2015
Motivo: Não compareceu nenhum licitante restando a licitação deserta.
Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 29 de julho de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PP08/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015– FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE CÂMARAS DE HEMATOIMUNO DE CONSERVAÇÃO SEGURA DE SANGUE, VACINAS, REAGENTES, MEDICAMENTOS E OUTRAS DROGAS A SER UTILIZADA PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO SETOR EPIDEMIOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 06/05/2015

Motivo: NÃO COMPARECEU NENHUM LICITANTE RESTANDO A LICITAÇÃO DESERTA.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 07 de maio de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2371/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2371/2015

EXONERA: a funcionária FRANCINE VERISSIMO ADÃO, do cargo em comissão de Chefe de Setor I P.A 24 Horas, do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, a contar desta data. Revogando o Decreto nº 2009/2014.

Penha/SC, 05 de agosto de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2372/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2372/2015

NOMEIA: a Sra. MARGARETE MAXIMILIANO CORDOVA, ao cargo em comissão de Chefe de Setor Administrativo I, do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, a contar desta data.

Penha/SC, 05 de agosto de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 185/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 185/2015

EXONERA: a pedido a Sra. LAURA CATARINA GIRARDINI KOT-TWITZ, do cargo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 178/2004.

Penha/SC, 05 de agosto de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 186/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 186/2015

EXONERA: a pedido a Sra. LAURA CATARINA GIRARDINI KOT-TWITZ, do cargo de Professora – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 58/2010.

Penha/SC, 05 de agosto de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 12/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 12/2015

Fica rescindido o contrato nº 198/2015 PMP, firmado entre a Sra. ADELINE BLIHARSCKI DE ANDRADE e esta PREFEITURA, em 20 de fevereiro de 2015, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 05 de agosto 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

TERMO DE RESCISAO 13/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 13/2015

Fica rescindido o contrato nº 288/2015 PMP, firmado entre a Sra. KATIA CILENE KRUEGER NICOLAU e esta PREFEITURA, em 10 de março de 2015, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 05 de agosto 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 230/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 230/2015

OBJETO: O presente contrato tem por objeto acometer a CONTRATADA, a aquisição de tinta e contratação de serviços técnicos para pintura da Creche Municipal do Município de Pinheiro Preto.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2015

EMPRESA CONTRATADA: RAFA COMERCIO E SERVIÇOS DE PINTURA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais).

DATA DO CONTRATO: 03 de agosto de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

TERMO ADITIVO 032/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 032/2015

CONTRATO N.º: 143/2015

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, ano letivo de 2015.

LICITAÇÃO: Chamada Pública nº 001/2015

EMPRESA CONTRATADA: COOPERATIVA DE ARTEZÃOS DE ARROIO TRINTA

DO ADITAMENTO: Assim, fica o contrato aditado, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula segunda, pelo preço total de R\$ 1.641,64 (um mil, seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

DATA DO CONTRATO: 13 de julho de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

TERMO ADITIVO 033/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 033/2015

CONTRATO N.º: 20/2015

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, ano letivo de 2015.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL. nº 051/2014

EMPRESA CONTRATADA: FRANCIS BREZOLIN BOGONI - ME

DO ADITAMENTO: Assim, fica o contrato aditado, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula segunda, pelo preço total de R\$ 3.867,70 (Três mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 13 de julho de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

TERMO ADITIVO 034/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 034/2015

CONTRATO N.º: 142/2015

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR – UNIDADES ESCOLARES NO MUNICÍPIO de Pinheiro Preto, ano letivo de 2015.

LICITAÇÃO: Chamada Pública 001/2015

EMPRESA CONTRATADA: CLAUDETE ANDRETA PERAZZOLI

DO ADITAMENTO: Assim, fica o contrato aditado, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula segunda, pelo preço total de R\$ 716,30 (setecentos e dezesseis reais com trinta centavos).

DATA DO CONTRATO: 14 de julho de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CÂMARA MUNICIPAL

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO PORTARIA N. 29, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA N. 29, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA MAIQUEL ALCEU CHRIST DE CARVALHO PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVAN BOGONI, Presidente Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR, MAIQUEL ALCEU CHRIST DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 031.968.539-00, residente na Rua Bulcão Viana, nº 1200, Bairro Floresta, Município de Videira-SC para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR, devido a licença maternidade da servidora Suzana Testa Mugnol, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na forma que dispõe a Resolução n.º 07, de 27 de setembro de 2013, lotado na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores – SC, 03 de Agosto de 2015.

IVAN BOGONI

Presidente Mesa Diretora da

Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.366, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 1.366, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

ALTERA O CAPUT DO ART. 1º, E ACRESCENTA-LHE O PARÁGRAFO ÚNICO AO DECRETO Nº 1.274, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º, caput, do Decreto nº 1.274 de 12 de novembro de 2014, e acrescentando o Parágrafo Único, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam divulgados os dias de feriados Nacional, Estadual e os pontos facultativos no ano de 2015, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

[...]

Parágrafo Único: Em caso de transferência do dia do feriado, este deverá ser considerado legítimo pelas entidades de direito público e privado com as devidas implicações legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 05 dias do mês de agosto de 2015.

Porto União

PREFEITURA

ERRATA DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 055/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 097/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL 055/2015

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Errata ao edital do processo licitatório anteriormente citado, onde houve alterações no mesmo. Altera-se as datas anteriormente publicadas, a data limite de recebimento dos envelopes será até dia 26 de agosto de 2015 às 09h00min, com início da sessão pública às 09h15min do mesmo dia.

Porto União SC, 05 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

ERRATA DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 004/2015 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 014/2015 - EDUCAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 004/2015

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a Errata ao edital do processo licitatório anteriormente citado, onde houve alteração em diversos itens do mesmo e em cláusulas da minuta de contrato. Permanecem as datas anteriormente publicadas inalteradas.

Porto União SC, 05 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 021/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 021/2015 - FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e Mecânica Marjovan Ltda.

Objeto: Aquisição de guincho elétrico, base e quebra-mato para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.

Valor Total: R\$ 5.420,00 (cinco mil quatrocentos e vinte reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 015/2015 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 03 de agosto de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Mecânica Marjovan Ltda.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 147/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 147/2015 - PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de setecentas lixeiras plásticas com capacidade de sete litros para execução do projeto “Educação em Saúde Ambiental”.

Valor Total: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

Vigência: até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 056/2015 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 30 de julho de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Mercado Kosera Ltda – ME

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 142/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 142/2015

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 004/2013.

Partes: Município de Porto União e Acordar Treinamentos Ltda – ME.

CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Prorroga-se o aludido contrato superior até 23 de outubro de 2016. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 22 de julho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 036/2015

PORTARIA Nº 036, de 03 de agosto de 2015.

Dispõe sobre instauração de Sindicância e nomeação de Comissão Sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra “f” da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Disciplinar, determinar a instauração de Sindicância e constituir a respectiva Comissão Sindicante, encarregada de investigar o motivo do desaparecimento do Prontuário de Atendimento de Saúde da Senhora ARLETE LASCOSKI BARBOSA (falecida), bem como o eventual responsável, junto à Unidade de Pronto Atendimento.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão Sindicante:

I- Daniel Benoni – Presidente;

II- Arlene Alves Daubermann Padilha – Secretária;

III- Ilse Aparecida Simioni – Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 016/2015 – FUNREBOM

Pregão Presencial 015/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Mecânica Marjovan Ltda.

Porto União SC, 03 de agosto de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 056/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 098/2015 – PREFEITURA

Pregão Presencial 056/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Mercado Koseira Ltda.

Porto União SC, 30 de julho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 016

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

CONVOCAÇÃO Nº 016/2015 de 05/08/2015

Convoca Servidor para retorno ao cargo por licença sem vencimento

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Redondo.

CONSIDERANDO que, a Portaria nº 008/2012 concedeu licença sem vencimento a servidora;

CONSIDERANDO que, a servidora não foi encontrada no endereço informado em cadastro funcional;

CONSIDERANDO que, a licença sem vencimento já expirou sua vigência em 18/01/2014.

CONSIDERANDO que, o artigo 157, Estatuto do Servidor Público Municipal, dispõe que:

Art. 157 - Configura abandono de cargo a ausência intencional e injustificada do servidor, por 03 (três) dias interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

RESOLVE:

CONVOCAR - A Servidora IZABEL DE LURDES DA SILVA, ocupante do cargo de ZELADORA, para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas se apresente ao Departamento de Recursos Humanos. Para assumir sua função. O não comparecimento implicará na exoneração por configurar abandono de emprego.

Pouso Redondo, 05 de agosto de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

RETIFICAÇÃO POSTES E PLACAS DE TRANSITO Nº 026 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº.34/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, fica retificado o processo de objeto: Registro de Preços para aquisição de Postes e Placas de Trânsito, para o Município, fica retificado os itens 5 e 6 da proposta, Anexo I:

Onde lê-se:

Item 5: Poste galvanizado a fogo 3 M de altura, espessura 2,5", com parede de 1,20mm, preenchido com concreto na altura de um metro para maior durabilidade.

Item 6: Poste galvanizado a fogo 4 M de altura, espessura 2,5", com parede de 1,20mm, preenchido com concreto na altura de um metro para maior durabilidade

Agora passa-se a ler:

Item 5: Poste galvanizado a fogo 3 M de altura, Diâmetro 2,5", com parede de 1,20mm, preenchido com concreto na altura de um metro para maior durabilidade.

Item 6: Poste galvanizado a fogo 4 M de altura, Diâmetro 2,5", com parede de 1,20mm, preenchido com concreto na altura de um metro para maior durabilidade.

Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 05 de Agosto de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 052/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIDIANE LAURETE KNEIDL portador(a) do CPF nº 891.676.009-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 052/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Cantinho do Amor, em substituição a Michele Cristina de Oliveira Vignola que está designada para ocupar cargo comissionado.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SIDIANE LAURETE KNEIDL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 054/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 054/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA portador(a) do CPF nº 864.633.579-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 054/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art.

2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Romão Trauczynski, em substituição a Neusa Rassweiler que está designada para ocupar cargo comissionado.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MANEIDE MACEDO DA SILVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 056/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA GUILZ MARCONSINI portador(a) do CPF nº 054.064.109-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 056/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Ilse Soldatelli, em substituição a Marilene Back Espindola que está em mandato eletivo.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VANESSA GUILZ MARCONSINI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 060/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS portador(a) do CPF nº 674.983.889-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 060/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

CLAUDIA JEANE WANZUITA DE NOVAIS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 062/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA CRISTIANE ALVES portador(a) do CPF nº 058.297.329-55, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 062/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Adelaide Ledra, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015. GIVANILDO SILVA Secretário de Administração	CARLA CRISTIANE ALVES Contratado(a)
---	--

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 077/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JERUSA SCHIOCHET portador(a) do CPF nº 004.144.349-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 077/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Dr. Romão Trauczinsky, em substituição a Sandra Figueredo que está readaptada.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015. GIVANILDO SILVA Secretário de Administração	JERUSA SCHIOCHET Contratado(a)
---	-----------------------------------

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 079/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAMILE DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 049.256.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 079/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JAMILE DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 080/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONE INES SAWICKI portador(a) do CPF nº 917.357.850-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 080/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Professora Belmarli da Silva, em substituição a Aline Micaela Schafer que está em licença maternidade.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

IVONE INES SAWICKI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 082/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 082/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIANE EGER BITTENCOURT portador(a) do CPF nº 045.001.369-32, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 082/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 03/08/2015, com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Belmarli da Silva, em substituição a Iolanda Weiss Warmling que está afastada em readaptação.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VIVIANE EGER BITTENCOURT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 083/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA HOEPERS EZIDIO portador(a) do CPF nº 045.214.439-66, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 083/2015, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 03/08/2015, com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CARLA HOEPERS EZIDIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 085/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 085/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ portador(a) do CPF nº 047.200.949-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 085/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 03/08/2015, com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VANESSA LETICIA LINO DE AVIZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 087/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 087/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS portador(a) do CPF nº 529.164.219-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 087/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 03/08/2015, com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt, em substituição a Adelaine Soares, que está afastada em Licença Maternidade."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 097/2015

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 097/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZILMA KLOPPEL portador(a) do CPF nº 833.633.789-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 097/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Adelaide Ledra, em virtude de vaga não ocupada em Concurso Público"

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ZILMA KLOPPPEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 101/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA DE MATOS portador(a) do CPF nº 009.522.329-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 101/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 03/08/2015, com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a Lucinéia Vanderlinde Goedert que está afastada em Licença Maternidade"

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

LUCIANA DE MATOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 102/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 102/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA PAUL PARMA portador(a) do CPF nº 053.459.459-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 102/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a Kelly da Silva Girardi que está em licença maternidade."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANIELA PAUL PARMA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 104/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA portador(a) do CPF nº 039.164.589-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 104/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 03/08/2015, com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Danilo Lourival Schmidt, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

TATIANA COSTA SPINDOLA VIEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYELE SOUZA portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Egídio Dalmarco, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CARLA FRANCYELE SOUZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER portador(a) do CPF nº 028.364.909-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Egídio Dalmarco, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SCHARLENE LORUANA SCHLEMPER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 110/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI portador(a) do CPF nº 041.307.129-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 110/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Francisco Fleisner, em substituição a Angela Maria Hasckel que está designada para ocupar cargo em comissão.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

GEANI CRISTINA GODOY LANGE BRIDI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA STUPP portador(a) do CPF nº 053.473.469-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 113/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 03/08/2015, com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA STUPP

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANTILIA DOS ANJOS portador(a) do CPF nº 898.453.409-97, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 116/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Daniel Maschio, em substituição a Daniele Cristine Lehmann que está afastada em Licença Maternidade.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SANTILIA DOS ANJOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 117/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 117/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SINTIA LUCIANO RUCKERT portador(a) do CPF nº 056.355.559-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 117/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SINTIA LUCIANO RUCKERT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS portador(a) do CPF nº 938.509.059-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Ricardo Marchi, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 05/08/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ portador(a) do CPF nº 032.520.379-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar, a partir de 03/08/2015, com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Danilo Lourival Schmidt, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JUSSARA DE FATIMA SCHEITZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA LIGIA DIAS TONON portador(a) do CPF nº 003.385.739-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Ricardo Marchi, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ADRIANA LIGIA DIAS TONON

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIELLE LAUREANO DA SILVA portador(a) do CPF nº 008.744.809-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Canta Galo, em substituição a Cíntia Klaumann Ávila que está afastada em licença para tratamento de saúde.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

FRANCIELLE LAUREANO DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA CARDOZO HOEPERS portador(a) do CPF nº 005.042.029-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA PAULA CARDOZO HOEPERS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 129/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 020.514.769-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 129/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

AMANDIA CAROLINA DOS S. S.DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SILVANA DA SILVA portador(a) do CPF nº 040.500.529-62, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 130/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Ricardo Marchi, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SILVANA DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 131/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DARIANE BECKER DA SILVA portador(a) do CPF nº 064.337.789-17, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DARIANE BECKER DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 133/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NACA CLAUDINO DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 056.369.549-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 133/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NACA CLAUDINO DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 135/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAGALI CRISTINA SCHON portador(a) do CPF nº 006.547.999-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Egídio Dalmarco, em substituição a Walkiria Schaeffer Ferreira que está em licença Maternidade.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MAGALI CRISTINA SCHON

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MYRIAN HOLLER KNAESEL portador(a) do CPF nº 936.166.949-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Favinho de Mel I, em substituição a Nilva Wesner que está em licença para tratamento de saúde.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MYRIAN HOLLER KNAESEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 137/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER portador(a) do CPF nº 052.388.759-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Shirley Dolores Sedrez, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 138/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI portador(a) do CPF nº 687.812.299-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 138/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Navegantes, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSELI TERESINHA DA ROCHA LOSI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 139/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANIA CARLA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 897.778.599-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Padre Angelo Moser, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JANIA CARLA DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUBIA GONZAGA portador(a) do CPF nº 007.762.399-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 140/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Guilherme Butzke, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANUBIA GONZAGA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 141/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 141/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLANGE APARECIDA DEMETRIO portador(a) do CPF nº 003.779.999-11, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 141/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Déa Bornhausen, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SOLANGE APARECIDA DEMETRIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 143/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA MELLO SORDI portador(a) do CPF nº 009.317.099-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 143/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Francisco Fleisner, em substituição a Terezinha Franciele dos Santos Pessoa Campos que está em licença maternidade.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PATRICIA MELLO SORDI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 145/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA THOLL portador(a) do CPF nº 054.064.109-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 145/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em substituição a

Marisa Albino que está em licença para tratamento de saúde.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

FABIANA THOLL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT portador(a) do CPF nº 041.464.969-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 146/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Guilherme Butzke, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CINEIDE MARILEIA MOSER SCHMIDT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 147/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA APARECIDA FARIAS KOCK portador(a) do CPF nº 040.302.259-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 147/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Guilherme Butzke, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JULIANA APARECIDA FARIAS KOCK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DÉBORA COMIATTO portador(a) do CPF nº 792.102.609-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 148/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Guilherme Butzke, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DÉBORA COMIATTO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILISE SCHWARTZ portador(a) do CPF nº 022.824.579-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 151/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Cantinho do Amor, em substituição a Daiana Valiati que está em licença maternidade.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARILISE SCHWARTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 152/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE SCHUTZ WEISS portador(a) do CPF nº 053.652.689-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 152/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em substituição a Josias Jochem que está em licença para tratamento de saúde.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JANETE SCHUTZ WEISS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 163/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELITA MARIA SEBOLD portador(a) do CPF nº 763.433.169-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 163/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em substituição a Margarete Pinto Nasato que está em licença para tratamento

de saúde.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSELITA MARIA SEBOLD

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 164/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES portador(a) do CPF nº 763.433.169-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Guilherme Butzke, em virtude de vaga não ocupada em Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CLEIDE APARECIDA ABREU LOPES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 165/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RUBIANA MUTSCHLER portador(a) do CPF nº 068.907.669-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 165/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Cobras, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

RUBIANA MUTSCHLER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 210/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EMANUELLA MURIEL CUNHA portador(a) do CPF nº 070.901.549-63, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 210/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Padre Angelo Moser, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

EMANUELLA MURIEL CUNHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 214/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 214/2015 firmado em 04/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANI BECKER portador(a) do CPF nº 048.323.799-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 214/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Déa Bornhausen, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

CRISTIANI BECKER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 219/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2015 firmado em 04/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA portador(a) do CPF nº 807.878.279-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Ricardo Marchi, em virtude de vaga não ocupada em Concurso Público”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VANIA MARIUZA HEINZ DE SOUZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 234/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 234/2015 firmado em 06/02/2015, com término previsto para 05/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA portador(a) do CPF nº 007.040.149-71, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 234/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de vaga não ocupada em Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/07/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JULIANA MALIZESKI MAÇANEIRO DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

ADRIANA APARECIDA ROSA - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 27/2015, firmado em 22/01/2015, com término previsto para 25/08/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA APARECIDA ROSA, portador(a) do CPF nº 005.558.799-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 27/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 27/2015, iniciando-se a prorrogação em 26/08/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 24/08/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ADRIANA APARECIDA ROSA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CARMEN FARIAS - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 7/2015, firmado em 12/01/2015, com término previsto para 11/08/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARMEN FARIAS, portador(a) do CPF nº 732.979.509-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 7/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 7/2015, iniciando-se a prorrogação em 12/08/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/08/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

CARMEN FARIAS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 342/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 342/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONE KOHLS, portador(a) do CPF nº 017.776.979-30, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Otto Wetsztein, nº 315, – Bairro Budag – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.071,83 (mil e setenta e um reais e oitenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 06/08/2015 e encerrando-se em 04/09/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência

administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 05 de agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA	IVONE KOHLS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

IVANIR LORENÇO - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 18/2015, firmado em 15/01/2015, com término previsto para 11/08/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANIR LORENÇO, portador(a) do CPF nº 824.723.199-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 18/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 18/2015, iniciando-se a prorrogação em 12/08/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/08/2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

IVANIR LORENÇO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RESUMO DO ADITIVO 056/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 056/2015 – DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO NR. 125/2013, REFERENTE A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO DE VEÍCULOS EM SITUAÇÃO IRREGULAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TELMESH TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA.

Aos dez (10) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TELMESH TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA., estabelecida na Av. Brasil, 205, 2º andar, sala 03, Ponta Aguda, no município de Blumenau/SC, CEP 89.050-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.213.589/0001-80, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável, Sr. Sidnei Luciano Vargas, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 073/2013, o contrato original de locação de equipamento nº 125, datado de 25 de julho de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 25 de julho de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

TELMESH TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA
Sr. Sidnei Luciano Vargas
Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RUDINEI DA CUNHA - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 19/2015, firmado em 15/01/2015, com término previsto para 11/08/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RUDINEI DA CUNHA, portador(a) do CPF nº 046.042.289-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 19/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 19/2015, iniciando-se a prorrogação em 12/08/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

RUDINEI DA CUNHA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SIGMAR SCHULTZ - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 300/2015, firmado em 06/07/2015, com término previsto para 08/08/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIGMAR SCHULTZ, portador(a) do CPF nº 039.329.069-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 300/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 300/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2015 e encerrando-se em 18/12/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em

duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SIGMAR SCHULTZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

WALQUIRIA KARSTEN - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2015, firmado em 23/06/2015, com término previsto para 21/08/2015. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) WALQUIRIA KARSTEN, portador(a) do CPF nº 767.071.309-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 298/2015, iniciando-se a prorrogação em 22/08/2015 e encerrando-se em 18/09/2015." Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

WALQUIRIA KARSTEN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 REF. AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015.

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015

REF. AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015.

Com fundamento no inciso XIII, do artigo 55 da Lei 8.666/93, fica cancelada a Ata de Registro de Preços nº 11/2015, datada de quatorze de maio do ano de dois mil e quinze, que trata do Registro de Preço para aquisição de Equipamentos e Materiais de Informática (No-breaks), conforme Lote V do Pregão Presencial nº 03/2015, celebrada entre a Câmara Municipal de Rio do Sul e a Empresa R A de Campos Departamentos EIRELI ME.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente da Câmara

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AVALIAÇÃO PSICOLOGICA - EDITAL 001/2015 - CT EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Andréia Vitti, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso, no uso das atribuições:

Convoca os aprovados na Prova Escrita de 11 de julho de 2015 - Edital 01/2015 – Processo de escolha unificado do Conselho Tutelar do município de Salto Veloso – para comparecerem nas dependências da Escola Municipal Vereador Avelino Biscaro, no dia 30 de julho para Avaliação Psicológica, conforme relação e horários abaixo estabelecidos, e informa que o resultado dos candidatos APTOS será divulgado no dia 06/08/2015.

DATA	30/07/2015 (quinta-feira)	
HORARIO	08h00min horas (matutino)	
CANDIDATOS	INSCRIÇÃO	NOME
	014	ANDRÉIA SCHWANTZ DOS SANTOS
	002	GIOVANA ARIATI ZACCARON
	005	JANI CARLOS CONTE
	001	MARLI ANGÉLICA BORGES
	004	MARTINA CELZLEIN

DATA	30/07/2015(quinta-feira)	
HORARIO	13h30min horas (vespertino)	
CANDIDATOS	INSCRIÇÃO	NOME
	003	MERYELI DONADEL
	013	PAULO RICARDO DA FONSECA
	012	PRISCILA LUVISON
	006	SANDRA MARA DE MOURA RIBAS
	011	TEREZINHA GETASSI MACARI

ANDREIA VITTI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AVALIAÇÃO SOCIAL - EDITAL 001/2015 - CT EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Andréia Vitti, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salto Veloso, no uso das atribuições:

Convoca os aprovados na Prova Escrita de 11 de julho de 2015 - Edital 01/2015 – Processo de escolha unificado do Conselho Tutelar do município de Salto Veloso – para comparecerem nas dependências da Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, no dia 06 de agosto para Avaliação Social, conforme relação e horário abaixo estabelecido, e informa que o resultado dos candidatos APTOS será divulgado no dia 06/08/2015 no período vespertino.

DATA	06/08/2015 (quinta-feira)	
HORARIO	08h30min horas	
CANDIDATOS	INSCRIÇÃO	NOME
	014	ANDRÉIA SCHWANTZ DOS SANTOS
	002	GIOVANA ARIATI ZACCARON
	005	JANI CARLOS CONTE
	001	MARLI ANGÉLICA BORGES
	004	MARTINA CELZLEIN
	003	MERYELI DONADEL
	013	PAULO RICARDO DA FONSECA
	006	SANDRA MARA DE MOURA RIBAS
	011	TEREZINHA GETASSI MACARI

ANDREIA VITTI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescentes

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LEILÃO PÚBLICO Nº 190/2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 190/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

O município de SÃO BENTO DO SUL, SC, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, cidade de São Bento do Sul, CEP 89.280/902, inscrito no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-00, Telefone (47) 3631 6000, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas do dia 25 de AGOSTO de 2015, tendo como local o CENTRO ADMINISTRATIVO LEOPOLDO ZSCHOERPER, na Rua Benjamin Constant, nº 120, Centro, São Bento do Sul, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. ULISSES DONIZETE RAMOS, matrícula AARC/309 JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis: LOTE 01: SUCATAS DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 02: SUCATAS DE INFORMÁTICA. LANCE INICIAL R\$ 600,00. LOTE 03: SUCATAS DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS. LANCE INICIAL R\$ 700,00. LOTE 04: SUCATAS DE ELETRODOMÉSTICOS. LANCE INICIAL R\$ 1.200,00. LOTE 05: SUCATAS DE ELETRÔNICOS. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 06: 01 FORD/FIESTA, ano/modelo 1999, Placas MAT 6442, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00. LOTE 07: 01 MICROÔNIBUS VW/KOMBI LOTAÇÃO, ano/modelo 2003, Placas MCQ 9967, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00. LOTE 08: 01 CAMINHÃO IVECO FIAT/DAILY 3510 VAN1, ano/modelo 2003, Placas JZN 4791, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 22.000,00. LOTE 09: 01 CAMINHÃO VW/13.130, ano 1985, modelo 1986, Placas ALO 2751, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 8.500,00. LOTE 10: 01 VW/GOL 1000, ano/modelo 1996, Placas LXO 7364, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 11: 01 SUCATA FORD/PAMPA, sem motor, baixado no Detran. LANCE INICIAL R\$ 300,00. LOTE 12: 01 HONDA/CG125 TITAN, ano/modelo 2001, Placas AAW 2303, cor verde, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 13: 01 TRATOR DE ESTEIRAS FIAT ALLIS FD 9, ano 1986. LANCE INICIAL R\$ 35.000,00. LOTE 14: 01 RETROESCAVADEIRA CASE 580L CDC, 4 x 2. LANCE INICIAL R\$ 40.000,00. LOTE 15: 01 VW/PARATI 1.6, ano 2010 modelo 2011, Placas MIF 9075, cor branca, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 16: 01 VW/PARATI 1,6, ano 2010 modelo 2011, Placas MIF 9215, cor branca, álcool/gasolina. LANCE INICIAL R\$ 15.000,00. LOTE 17: 01 SUCATA VW/PARATI CL 1.6, ano/modelo 1997, gasolina. Obs.: Veículo baixado no Detran e sinistrado. LANCE INICIAL R\$ 800,00. LOTE 18: 06 BICOS INJETORES DE COMBUSTÍVEL DIESEL, 01 COLETOR BG6X9H487 AA e 01 BOMBA DE COMBUSTÍVEL DIESEL. Obs.: Peças de um FORD/CARGO 3132, 6X4, ano 2011. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 19: 01 TRATOR PÁ CARREGADEIRA FIAT/ALLIS FR 10M, ano/modelo 1984. LANCE INICIAL R\$ 35.000,00. LOTE 20: APROXIMADAMENTE 1500 KG DE SUCATA DE PEÇAS DE METAL. LANCE INICIAL R\$ 400,00. LOTE 21: 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CASE CX160, ano/modelo 2002. LANCE INICIAL R\$ 75.000,00. LOTE 22: SUCATA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. LANCE INICIAL R\$ 1.200,00. LOTE 23: LOTE DE PNEUS USADOS. LANCE INICIAL R\$ 200,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.MAXLEILOES.COM.BR ou WWW.SAOBENTODO-SUL.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (47) 3631 6000, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

São Bento do Sul (SC), 03 de agosto de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL

DECRETO Nº 1040/2015

DECRETO Nº 1040, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

(37) 3.1.90.13.00.00.00 019 - Obrigações Patronais R\$ 330.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 02 - FUNDEB

Atividade: 4.023 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil - FUNDEB

(36) 3.1.90.13.00.00.00 018 - Obrigações Patronais R\$ 330.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 04 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1041/2015

DECRETO Nº 1041, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.596,45 (dois mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral
Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos
(241) 3.3.90.93.00.00.00 100 - Indenizações e Restituições R\$ 2.596,45

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.051 – Gestão dos Serviços Públicos

(237) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 2.596,45

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 1042/2015

DECRETO Nº 1042, DE 05 DE AGOSTO DE 2015

ALTERA O DECRETO Nº 1288/2012 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL DE SÃO BENTO DO SUL

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os Decretos nº 149/2001, nº 2070/2004 e nº 0550/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. O Decreto nº 1288, de 05 de novembro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

“III - Representante do Hospital e Maternidade Sagrada Família:

a) Adriane Rudnick – Titular

b) Evelina Hauck Hummelgen – Suplente”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 73/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 73/2015 FMS

OBJETO: Aquisição de gasolina comum para abastecer ambulâncias e veículos de transportes de urgência de pacientes em horários diferenciados (após expediente, finais de semana e feriados). Obs: Caso o estabelecimento não possua atendimento ao público 24 horas, deverá disponibilizar funcionário 24 horas para o abastecimento, para o período de 04 meses.

CONTRATADO: EMPREENDIMENTOS OXFORD LTDA.

VALOR: R\$ 40.452,00.

SÃO BENTO DO SUL, 27 de julho de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 73/2015 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de gasolina comum para abastecer ambulâncias e veículos de transportes de urgência de pacientes em horários diferenciados (após expediente, finais de semana e feriados). Obs: Caso o estabelecimento não possua atendimento ao público 24 horas, deverá disponibilizar funcionário 24 horas para o abastecimento, para o período de 04 meses.

II – Contratado: EMPREENDIMENTOS OXFORD LTDA

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação se funda no art. 24, V, da Lei 8.666/93, e se faz necessário a contratação devido aos Processos Licitatórios desertos. A contratação é de suma importância para atendimento de pacientes agendados em outras cidades. Porém há necessidade de contratar um posto de 24 horas para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, para os atendimentos após o horário de expediente, fins de semana e feriados.

IV- Razão da Escolha do Fornecedor: Após pesquisa de preços verificou-se que a empresa vencedora foi que ofertou o melhor preço. V- Justificativa do Preço: O valor de R\$ 3,371 (três reais trinta e sete centavos e um centésimo) por litro de combustível contratado num valor total de R\$ 40.452,00 é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 24 da Lei 8.666/93.

Deodato Raul Hruschka

Secretário Municipal de Saúde

LISTAGEM PORTARIAS Nº 08/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 9680, de 03 de agosto de 2015. Exonera Coordenador de Setor de Manutenção em Informática, a partir de 01 de agosto de 2015. Roberto Machado. SEMED.

Portaria nº 9681, de 03 de agosto de 2015. Nomeia Coordenador de Setor de Transporte Escolar e Convênios, a partir de 01 de agosto de 2015. Roberto Machado. SEMED.

Portaria nº 9682, de 03 de agosto de 2015. Nomeia Coordenador Pedagógico na EBM Prefeito Antonio Tremi, a partir de 03 de agosto de 2015. Adriano Luis Moreira. SEMED.

Portaria nº 9683, de 03 de agosto de 2015. Concede Função Gratuitada de Responsabilidade Técnica Médica Veterinária, a partir de 01 de agosto de 2015. Mauro Fernandes Bacsfalusi, Médico Veterinário. SEMAN.

Portaria nº 9685, de 03 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 03 de agosto de 2015. Fernanda Aparecida Mathias,

Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9686, de 03 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 03 de agosto de 2015. Edina Machado, Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9687, de 03 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 03 de agosto de 2015. Tainara Cristina Kwitschal, Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9688, de 03 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9685/2015 que nomeou servidora pública municipal Fernanda Aparecida Mathias, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea em 03 de agosto de 2015.

Portaria nº 9689, de 03 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 03 de agosto de 2015. Michele Maros, Professor, Grupo Ocupacional Educação Infantil – Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9690, de 03 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9689/2015 que nomeou servidora pública municipal Michele Maros, no cargo de Professor Educação Infantil, por desistência espontânea em 03 de agosto de 2015.

Portaria nº 9691, de 04 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 04 de agosto de 2015. Simone Sauer Rodrigues da Silva, Professor, Grupo Ocupacional Educação Infantil – Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9692, de 04 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 04 de agosto de 2015. Maria Sallete de Paula Schroeder, Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9693, de 04 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9692/2015 que nomeou servidora pública municipal Maria Sallete de Paula Schroeder, no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea em 04 de agosto de 2015.

São Bento do Sul, 06 de agosto de 2015.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 9684/2015

PORTARIA Nº 9684, DE 03 DE AGOSTO DE 2015
Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de agosto de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada CRISTINE MARIA SPITZNER HILGENSTIELER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental, Nível II, Classe G, matrícula nº 1940, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração

dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4768/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de agosto de 2015.

São Bento do Sul, 03 de agosto de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9694/2015

PORTARIA Nº 9694, DE 04 DE AGOSTO DE 2015
Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 04 de março de 2015, Abono de Permanência à servidora CRISTINE MARIA SPITZNER HILGENSTIELER, ocupante do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação, conforme consta no Processo nº 4843, de 27 de julho de 2015.

São Bento do Sul, 04 de agosto de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 9695/2015

PORTARIA Nº 9695, DE 05 DE AGOSTO DE 2015
Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 008/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 008/2015.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;
EDERVAL JOSÉ NEIDERT- Representante do Departamento de Recursos Humanos;
VERA LUCIA KUZAWSKI - Representante do Departamento de

Recursos Humanos;
MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
ELAINE DO PRADO - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

REVOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 69/2015 FMS **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL**

REVOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2015 - FMS

O Município de São Bento do Sul, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com caput do art. 49 da Lei 8.666/93, resolve REVOGAR LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE 01 (UM) APARELHO DE ULTRASSOM. Vem através deste comunicar que, em virtude da manutenção do equipamento do FMS ficar pronta ainda no mês de agosto, não haverá mais necessidade de locação, portanto, revoga-se o processo licitatório Pregão Presencial 69/2015 FMS.

São Bento do Sul, 05 de agosto de 2015.

Deodato Raul Hruschka.

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 54/2015

Pregão Eletrônico nº 54/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 54/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 54/2015, e o envio das propostas será das 18:00hrs do dia 06/08/2015 até as 08:00hrs do dia 19/08/2015 pelo site www.bll.org.br. Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 19/08/2015 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de tubos, conexões e válvulas de ferro fundido e ferro maleáveis galvanizados, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site www.bll.org.br e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 06 de agosto de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 183, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 183, de 05 de agosto de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor IVAN DA SILVA PEREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de LEITURISTA, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 17 de agosto de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 184, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 184, de 05 de agosto de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor LUIS SERGIO FERREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE TÉCNICO, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 10 de agosto de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 185, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 185, de 05 de agosto de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JONAS ALVES ocupante do cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO II, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 10 de agosto de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 186, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 186, de 05 de agosto de 2015.

“CONCEDE FÉRIAS”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER ao servidor PAULO SÉRGIO FURTADO ocupante do cargo de provimento efetivo de LEITURISTA, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 03 de agosto de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 01 A 30 06 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS

Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/4

Data: 05/08/2015

Hora: 11:46:21

Período: 01/06/2015 - 30/06/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 01/06/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	752,02
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte da Compén. Finan. de Recursos Hidricos	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	39.709,73
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	322,30
Total de recursos recebidos em 01/06/2015:			40.784,05

Recursos recebidos em: 02/06/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.083,62
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	464,41
Total de recursos recebidos em 02/06/2015:			1.548,03

Recursos recebidos em: 03/06/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.317,96
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	993,42
Total de recursos recebidos em 03/06/2015:			3.311,38

Recursos recebidos em: 05/06/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.195,37
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	940,88
Total de recursos recebidos em 05/06/2015:			3.136,25

Recursos recebidos em: 08/06/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	24.845,04
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	927,24
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	397,39
Total de recursos recebidos em 08/06/2015:			26.169,67

Recursos recebidos em: 09/06/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	414,18
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	4.380,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	24.336,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	8.226,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfvs (Ex-	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	763,85
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	966,41
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Da Família - SF	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	19.130,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF Federal	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	12.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	34.500,00
Total de recursos recebidos em 09/06/2015:			104.716,99

Recursos recebidos em: 10/06/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.662,40
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	139.944,11
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	58.310,05

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/4

Data: 05/08/2015

Hora: 11:46:21

Período: 01/06/2015 - 30/06/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 10/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.878,94
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	34.986,03
Total de recursos recebidos em 10/06/2015:			238.781,53

Recursos recebidos em: 11/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.121,44
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	909,19
Total de recursos recebidos em 11/06/2015:			3.030,63

Recursos recebidos em: 12/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	14.391,36
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	2.587,42
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	6.167,72
Total de recursos recebidos em 12/06/2015:			23.146,50

Recursos recebidos em: 15/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	4.084,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	20.635,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	48.148,54
Total de recursos recebidos em 15/06/2015:			72.868,31

Recursos recebidos em: 16/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	577,76
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.348,11
Total de recursos recebidos em 16/06/2015:			1.925,87

Recursos recebidos em: 17/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	22.273,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.201,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Média e Alta Complexidade - MAC	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	44.568,08
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	515,08
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Piso de Atenção Básica - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	20.342,83
Total de recursos recebidos em 17/06/2015:			88.901,74

Recursos recebidos em: 18/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.020,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	437,47
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	685,61
Total de recursos recebidos em 18/06/2015:			2.143,83

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS

Notificação de Recebimento de Recursos

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 3/4

Data: 05/08/2015

Hora: 11:46:21

Período: 01/06/2015 - 30/06/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 19/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	10.615,48
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	34.661,42
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	20.796,85
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	83.187,40
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.549,48
Total de recursos recebidos em 19/06/2015:			153.810,63

Recursos recebidos em: 23/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.399,78
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	10.266,13
Total de recursos recebidos em 23/06/2015:			14.665,91

Recursos recebidos em: 24/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.091,12
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	5.490,96
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.753,33
Total de recursos recebidos em 24/06/2015:			11.335,41

Recursos recebidos em: 25/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	11.486,60
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	1.922,52
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.922,82
Total de recursos recebidos em 25/06/2015:			18.331,94

Recursos recebidos em: 26/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.268,90
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.829,53
Total de recursos recebidos em 26/06/2015:			6.098,43

Recursos recebidos em: 29/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	423,66
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	988,52
Total de recursos recebidos em 29/06/2015:			1.412,18

Recursos recebidos em: 30/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	5.376,88
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	5,21
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	21.405,38
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	614,39
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.546,04
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	12,50
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	35.675,63

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOSNotificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 4/4

Data: 05/08/2015

Hora: 11:46:21

Período: 01/06/2015 - 30/06/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 30/06/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	16.740,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	85.621,52
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	368,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	1.474,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferencias de Recursos do PDDE	4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	12,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	3,12
Total de recursos recebidos em 30/06/2015:			179.856,50

TOTAL GERAL:**995.975,78**

SAO DOMINGOS, SC, 05 de agosto de 2015.

Recebido em ____/____/____.

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 01 A 31 05 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/4

Data: 05/08/2015

Hora: 11:43:47

Período: 01/05/2015 - 31/05/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 05/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.145,05
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	919,30
Total de recursos recebidos em 05/05/2015:			3.064,35

Recursos recebidos em: 06/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.776,97
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.190,12
Total de recursos recebidos em 06/05/2015:			3.967,09

Recursos recebidos em: 07/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	6.690,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.318,14
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Da Família - SF	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	19.130,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	564,92
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	4.084,68
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF Federal	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	12.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	24.336,00
Total de recursos recebidos em 07/05/2015:			68.123,74

Recursos recebidos em: 08/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	13,15
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	55.442,88
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	22.358,62
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	92.404,80
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	221.771,51
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	9.582,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	16.371,22
Total de recursos recebidos em 08/05/2015:			417.944,44

Recursos recebidos em: 11/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Piso de Atenção Básica - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	20.342,83
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Média e Alta Complexidade - MAC	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	44.568,08
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.154,22
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	494,67
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	6.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	34.500,00
Total de recursos recebidos em 11/05/2015:			107.059,80

Recursos recebidos em: 12/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.753,86
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	751,66
Total de recursos recebidos em 12/05/2015:			2.505,52

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 2/4
 Data: 05/08/2015
 Hora: 11:43:47
 Período: 01/05/2015 - 31/05/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 13/05/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	8.242,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	19.232,60
Total de recursos recebidos em 13/05/2015:			27.475,15

Recursos recebidos em: 14/05/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	48.001,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	20.571,99
Total de recursos recebidos em 14/05/2015:			68.573,29

Recursos recebidos em: 15/05/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	601,73
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.404,04
Total de recursos recebidos em 15/05/2015:			2.005,77

Recursos recebidos em: 18/05/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.333,62
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	8.226,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	8.586,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	571,55
Total de recursos recebidos em 18/05/2015:			18.717,72

Recursos recebidos em: 19/05/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	390,28
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	910,65
Total de recursos recebidos em 19/05/2015:			1.300,93

Recursos recebidos em: 20/05/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	5.898,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.495,45
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.498,05
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	9.831,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	23.595,21
Total de recursos recebidos em 20/05/2015:			44.318,85

Recursos recebidos em: 21/05/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	11.244,34
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.819,00
Total de recursos recebidos em 21/05/2015:			16.063,34

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 3/4
 Data: 05/08/2015
 Hora: 11:43:47
 Período: 01/05/2015 - 31/05/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 22/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	827,16
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.930,01
Total de recursos recebidos em 22/05/2015:			2.757,17

Recursos recebidos em: 25/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	9.291,55
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	5.478,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.982,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	21.877,73
Total de recursos recebidos em 25/05/2015:			40.629,48

Recursos recebidos em: 26/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.551,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.950,55
Total de recursos recebidos em 26/05/2015:			6.501,86

Recursos recebidos em: 27/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfs (Ex-	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	2.800,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.963,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.698,47
Total de recursos recebidos em 27/05/2015:			8.462,38

Recursos recebidos em: 28/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.597,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.727,24
Total de recursos recebidos em 28/05/2015:			5.324,63

Recursos recebidos em: 29/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	54.603,44
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	45.616,86
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	9,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferencias de Recursos do PDDE	4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	11,45
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	1.474,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	368,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	4,06
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	27.370,12
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	23.421,20
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	109.480,46
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	2,44
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	614,39

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 4/4

Data: 05/08/2015

Hora: 11:43:47

Período: 01/05/2015 - 31/05/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 29/05/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	10.037,66
Total de recursos recebidos em 29/05/2015:			273.015,00

TOTAL GERAL:	1.117.810,51
---------------------	---------------------

SAO DOMINGOS, SC, 05 de agosto de 2015.

Recebido em ____/____/____.

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 01 A 31 07 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/5

Data: 05/08/2015

Hora: 11:49:34

Período: 01/07/2015 - 31/07/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 01/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.299,07
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	556,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	32.846,26
Total de recursos recebidos em 01/07/2015:			34.702,08

Recursos recebidos em: 02/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	390,56
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	911,29
Total de recursos recebidos em 02/07/2015:			1.301,85

Recursos recebidos em: 03/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.228,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.867,07
Total de recursos recebidos em 03/07/2015:			4.095,82

Recursos recebidos em: 06/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF Federal	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	12.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	24.336,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.121,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	4.084,68
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	6.690,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	8.226,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Da Família - SF	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	19.130,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	480,67
Total de recursos recebidos em 06/07/2015:			76.069,45

Recursos recebidos em: 07/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	852,94
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	365,54
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	12.602,00
Total de recursos recebidos em 07/07/2015:			13.820,48

Recursos recebidos em: 08/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	236,15
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.042,01
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tívs (Ex-	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	2.430,15
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	446,58
Total de recursos recebidos em 08/07/2015:			4.154,89

Recursos recebidos em: 09/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	551,37

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/5

Data: 05/08/2015

Hora: 11:49:34

Período: 01/07/2015 - 31/07/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 09/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.286,52
Total de recursos recebidos em 09/07/2015:			1.837,89

Recursos recebidos em: 10/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	18.891,02
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	10,35
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	5.248,69
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	107.318,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 25% educação	4.1.7.2.1.01.03.02.00.00	17.431,47
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	26.829,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do FPM - 1% Cota Anual - 75% ordinário	4.1.7.2.1.01.03.01.00.00	52.294,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	41,38
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.246,93
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	44.716,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	17,24
Total de recursos recebidos em 10/07/2015:			285.045,91

Recursos recebidos em: 13/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	39.901,60
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	11.870,04
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	5.087,17
Total de recursos recebidos em 13/07/2015:			56.858,81

Recursos recebidos em: 14/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	34.500,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	2.234,84
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Piso de Atenção Básica - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	20.342,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	763,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	5.214,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfs (Ex-	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	2.430,15
Total de recursos recebidos em 14/07/2015:			65.486,30

Recursos recebidos em: 15/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	21.190,96
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	49.445,58
Total de recursos recebidos em 15/07/2015:			70.636,54

Recursos recebidos em: 16/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências do Salário-Educação	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	22.359,43
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.682,73
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	721,17
Total de recursos recebidos em 16/07/2015:			24.763,33

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 3/5

Data: 05/08/2015

Hora: 11:49:34

Período: 01/07/2015 - 31/07/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 17/07/2015

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	922,11
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	395,19
Total de recursos recebidos em 17/07/2015:			1.317,30

Recursos recebidos em: 20/07/2015

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.396,32
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	64,96
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	27,07
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Média e Alta Complexidade - MAC	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	44.568,08
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	7.737,33
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	30.949,30
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.884,13
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	16,24
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	12.895,54
Total de recursos recebidos em 20/07/2015:			102.538,97

Recursos recebidos em: 21/07/2015

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	304,12
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	709,63
Total de recursos recebidos em 21/07/2015:			1.013,75

Recursos recebidos em: 22/07/2015

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.095,90
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.557,10
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	424.069,13
Total de recursos recebidos em 22/07/2015:			427.722,13

Recursos recebidos em: 23/07/2015

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	17.996,43
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	7.712,75
Total de recursos recebidos em 23/07/2015:			25.709,18

Recursos recebidos em: 24/07/2015

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.462,17
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.483,78
Total de recursos recebidos em 24/07/2015:			4.945,95

Recursos recebidos em: 27/07/2015

Órgão conessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.423,38
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	6.242,98

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 4/5

Data: 05/08/2015

Hora: 11:49:34

Período: 01/07/2015 - 31/07/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 27/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.321,22
Total de recursos recebidos em 27/07/2015:			10.987,58

Recursos recebidos em: 28/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	386,83
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	92.466,88
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	902,61
Total de recursos recebidos em 28/07/2015:			93.756,32

Recursos recebidos em: 29/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	746,28
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte da Compén. Finan. de Recursos Hídricos	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	39.509,81
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.741,33
Total de recursos recebidos em 29/07/2015:			41.997,42

Recursos recebidos em: 30/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	9,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	22.588,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	2.107,92
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	90.353,98
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	5,82
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	11.435,28
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	23,29
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	37.647,49
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.900,84
Total de recursos recebidos em 30/07/2015:			169.072,81

Recursos recebidos em: 31/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	614,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	865,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	368,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.018,77

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOSNotificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 5/5

Data: 05/08/2015

Hora: 11:49:34

Período: 01/07/2015 - 31/07/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 31/07/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	1.474,54
Total de recursos recebidos em 31/07/2015:			5.341,52

TOTAL GERAL:	1.523.176,28
---------------------	---------------------

SAO DOMINGOS, SC, 05 de agosto de 2015.

Recebido em ____/____/____.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Relojoaria Kroetz- Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial 46/2015

OBJETO: "Aquisição de troféus e medalhas para premiação nos jogos abertos de São João do Oeste, concurso municipal de oratório e festival estudantil da canção."

VIGÊNCIA: 30.07.2015 até 31.12.2015

VALOR: R\$ 6.490,00

São João do Oeste – 30 de Julho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Supermercado Veneza LTDA- EPP Filial 02

ORIGEM: Pregão Presencial 49/2015

OBJETO: "Aquisição de Materiais de higiene e limpeza para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 31.07.2015 até 30.08.2015

VALOR: R\$ 3.737,50

São João do Oeste – 31 de Julho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Ariel Felipe Comércio e Transporte- LTDA- ME.

ORIGEM: Pregão Presencial 48/2015

OBJETO: "Aquisição de Materiais de higiene e limpeza para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 31.07.2015 até 30.08.2015

VALOR: R\$ 6.497,25

São João do Oeste – 31 de Julho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlaeger- Me

ORIGEM: Pregão Presencial 49/2015

OBJETO: "Aquisição de Materiais de higiene e limpeza para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 31.07.2015 até 30.08.2015

VALOR: R\$ 3.766,65

São João do Oeste – 31 de Julho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Saneoste Instaladora de Poços- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial 49/2015

OBJETO: "Aquisição de materiais e equipamentos para manutenção das redes de água e ETAs do Município de São João do Oeste."

VIGÊNCIA: 31.07.2015 até 30.08.2015

VALOR: R\$ 8.300,00

São João do Oeste – 31 de Julho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2015

Pregão Presencial Nº 45/2015

OBJETO: "Aquisição de peças para manutenção da Retro-Escavadeira JCB-4CX e escavadeira hidráulica JS 160, ambas da secretaria de obras do município de São João do Oeste."

São João do Oeste – 27 de Julho de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

EDITAL Nº. 019/2015/FUNDESJ

EDITAL Nº. 019/2015/FUNDESJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR SUBSTITUTO POR TEMPO DETERMINADO.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José – Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José – USJ – Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, tornam pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José – USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

1. Das inscrições:

1.1. Período de Inscrição: 05/08/2015 a 11/08/2015. Caso não haja candidatos(as) inscritos(as) no período acima especificado, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado por igual período.

1.2. Horário de Inscrição: das 13h30min às 20h30min.

1.3. Locais: As inscrições serão realizadas na Sede Administrativa do USJ: Rua: Silvia Maria Fabro, nº 97 – Kobrasol – São José – Cep: 88102-430, Setor de Gestão de Pessoas.

1.4. Taxa de Inscrição: R\$ 50,00 (cinquenta reais), que deverão ser creditados através de depósito identificado na conta da Fundação Educacional de São José – CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2 (o código identificador é o CPF do candidato). Esta taxa, uma vez recolhida, não será restituída em hipótese alguma.

a) Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

b) Serão aceitas as inscrições enviadas pelo Correio, para o endereço indicado no item 1.3, por meio de Sedex com AR, desde que postadas até o dia 10/07/2015, e preenchidos a ficha de inscrição (Anexo I) e os demais requisitos necessários.

1.5 No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia do "Curriculum Vitae" modelo Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital e comprovante de recolhimento da taxa de inscrição. Serão validadas as atualizações do Curriculum Lattes dos últimos 05 (cinco) anos, exceto para os itens nº 1 (titulação), nº 2 (atividades de ensino), nº 3.2, 3.3, e 3.4 (publicações de livro, organização de livro e capítulo de livro) do Anexo II;

a) O Curriculum Vitae no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ – www.cnpq.br – deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, com toda a documentação, titulação, produção, orientações e demais atividades devidamente identificadas, acompanhado dos seguintes documentos (frente e verso):

* Fotocópia da Carteira de Identidade;

* Comprovante da titulação exigida: Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

1.6. Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

1.7 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Gestão de Pessoas do USJ no horário e endereço citados nos itens 1.2 e 1.3, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará a disposição do responsável até a data de 30 de setembro de 2015. Após essa data o material será incinerado.

1.8 A Comissão do Processo Seletivo poderá realizar a chamada dos (as) candidatos(as) para esclarecimentos quanto aos documentos apresentados para a prova de títulos.

2. Da prova de títulos

2.1 Para a prova de títulos, a Banca Examinadora analisará os Curriculum Vitae dos(as) candidatos(as), atribuindo-lhes uma pontuação com base nos últimos 05 (cinco) anos, exceto para as atividades citadas no item 1.5, a partir do Gabarito de Avaliação que consta no (Anexo II) deste edital.

2.2 Na prova de títulos serão computadas as atividades devidamente comprovadas, e submetidas à avaliação da banca examinadora.

2.3 A nota bruta da prova de títulos de cada candidato(a) será calculada proporcionalmente, com base na pontuação bruta do (Anexo II), em razão da maior pontuação bruta dentre os(as) candidatos(as), atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

$PBC \times 10$

NFPT = -----

PB

Onde:

NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do(a) candidato(a);

PB = Maior pontuação bruta entre os(as) candidatos(as).

3. Cronograma das atividades

Data	Atividades
05/08/2015 a 10/08/2015	Inscrições (13h30min às 20h30min).
05/08/2015 a 07/08/2015	Prazo para envio de inscrições pelo Correio.
11/08/2015	Publicação do Edital com as Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo.
12/08/2015	Período de Recursos (13h30min às 20h30min).
12/08/2015	Publicação do Edital com a Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo. (Após às 20h30min).
13/08/2015	Publicação do Edital com a divulgação da classificação na Prova de Títulos.
14/08/2015	Período de recursos (13h30min às 20h30min).
17/08/2015	Publicação do Edital com a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo.

4. Da Homologação e Publicação das Inscrições e do Resultado do Processo Seletivo.

4.1. Da Publicação dos Editais do Processo Seletivo cabe pedido de revisão à Banca Examinadora, desde que encaminhado no dia seguinte da publicação dos resultados, conforme cronograma de atividades (item nº 3).

4.2 Os recursos deverão ser entregues no endereço indicado no item 1.3.

4.3. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pela Reitora do USJ, sendo publicado no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

5. Das Vagas do Processo Seletivo:

5.1 As vagas do Processo Seletivo estão relacionadas no (Anexo III).

5.2 As disciplinas e os dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José – USJ.

6. Remuneração Mensal:

Carga Horária Semanal / Titulação / Remuneração Mensal

6.1 05 (cinco) horas semanais: Especialização: R\$ 482,61 / Mestrado: R\$ 566,50 / Doutorado: R\$ 826,30.

7. Seleção e Contratação:

7.1. O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos da Lei nº 4.955/2010 e da Lei 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital.

7.2. O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) por tempo determinado, pelo período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02 (dois) anos.

7.3. O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

7.4. Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

7.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação.

7.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 04 de agosto de 2015.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José – FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO I

(Exclusivo para Inscrições encaminhadas através do Correio)

Formulário de Inscrição

Edital nº 019/2015/FUNDESJ – Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Nome Completo:
Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:
Cpf: Data de Nascimento: Sexo: () Masc. () Fem.
Nacionalidade: Visto Permanente: () Sim () Não
Endereço Residencial (Rua / Av.):
Bairro: CEP: Cidade: UF:
País: DDD: Tel: Cel:
E-mail:
ÁREA DE INSCRIÇÃO

Código Vaga: ()
 Área de Inscrição: _____

São José, __ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato(a) _____

ANEXO II

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

1.	Titulação Acadêmica (considera-se apenas a maior titulação):	PONTOS	PONTUAÇÃO
1.1	Doutorado com Estágio Pós-Doutoral	95,0	
1.2	Doutorado	85,0	
1.3	Mestrado	50,0	
1.4	Especialização	30,0	
Total			

2.	ATIVIDADES DE ENSINO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício do Magistério no Ensino Superior	3,0 /ano	
	Total		

3.	PRODUÇÃO ACADÊMICA:	PONTOS	PONTUAÇÃO
3.1	Publicações:	autor ou co-autor	
3.2	Livro	20,0	
3.3	Organização de livro	15,0	
3.4	Capítulo de livro	10,0	
3.5	Artigo publicado em periódico indexado (Qualis)	10,0	
3.6	Artigo publicado em periódico não indexado:		
	Revista	2,0	
	Jornal	1,0	
3.7	Trabalho completo publicado em anais de evento técnico-científico	5,0	
3.8	Tradução de livro publicado	10,0	
3.9	Tradução de artigo ou capítulo de livro publicado	5,0	
Total			

4.	ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,5/orientação	
	Iniciação Científica – por bolsista	0,5/bolsista	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	1,0/orientação	
	Dissertação de mestrado	3,0/orientação	
	Tese de doutorado	6,0/orientação	
	Total		

5.	Bancas (Participação como membro efetivo)		
	Trabalho de conclusão de curso – TCC	0,1/ banca	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	0,2 /banca	
	Dissertação de mestrado	0,6 /banca	
	Tese de doutorado	1,0/ banca	
	Total		

6.	ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA AREA OBJETO DO CONCURSO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício profissional na área de conhecimento, excetuando atividades universitárias e de docência.	2,0 /ano	
	Total		

Total de Pontos do Candidato	
------------------------------	--

ANEXO III
 Das Vagas do Processo Seletivo:
 Área: Matemática (01 vaga)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VA-GAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Matemática	Graduação em Matemática e Especialização em áreas afins.	Métodos Quantitativos (4h/a)	Ciências Contábeis	Sexta-Feira 18h30min às 22h00min	01	1.1	05h.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2015 – Processo nº 188/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 06 de agosto de 2015 às 18h00min até dia 19 de agosto de 2015, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 19 de agosto de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 198/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 05/08/2015 Processo: 312/2015
--	--

Resultado Dispensa por Justificativa nº 198/2015 REFERÊNCIA: Processo nº 312/2015 - Dispensa por Justificativa nº 198/2015

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ E CONCURSO DE RELOTAÇÃO E AUMENTO DE CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES EFETIVOS DA REDE.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a análise dos documentos de habilitação e da proposta de preços fica classificada a empresa abaixo:

Lote	Item	Fornecedor	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
1	1	FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECONOMICAS FEPESE	1,0	R\$ 334.474,00	R\$ 334.474,00

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 334.474,00	trezentos e trinta e quatro mil quatrocentos e setenta e quatro reais

São José, 05 de agosto de 2015.

CLÁUDIA SCHWEITZER PFLEGER Presidente Interina	PAULO DUTRA Membro
KETY SILVA TRIERVEILER Membro	RAMON S. CAMPOS MARTINS Membro

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015 – Processo nº 043/2015: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS PARA TRANSPORTE DE ENTULHOS A SEREM UTILIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE SÃO JOSÉ/SC. Motivo: Por razões de interesse público.

TERMO DE RECISÃO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 25805/2010-9

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE RECISÃO A CESSÃO DE USO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 25805/2010-9. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de São José. OBJETO: CESSÃO DO VEÍCULO MARCA CHEVROLET, MODELO CORSA, TIPO HATCH MAXX, COMBUSTÍVEL GASOLINA, ANO/MODELO 2005/2005, COR VERMELHA, CHASSI Nº9BGXH68005B201807, PLACA MFH 0092. VIGÊNCIA: Indeterminada. DATA: São José, 05 de Agosto de 2015. SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Adeliana Dal Pont, pelo Município.

CÂMARA MUNICIPAL**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO N.CV002/2015**

O Presidente da Câmara Municipal de São José, Orvino Coelho de Ávila, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pela(o) pregoeira(o), resolve:

01 – Homologação e Adjudicação a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: CV002/15

b) Modalidade: Convite

c) Data Homologação e Adjudicação: 04/08/2015

d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ARQUITETURA E PROJETOS COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA, COM AS CORRESPONDENTES APROVAÇÕES NOS ÓRGÃOS COMPETENTES, BEM COMO SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ-SC, QUE SERÁ CONSTRUÍDA NA AVENIDA BEIRA MAR DE SÃO JOSÉ-SC, COM ÁREA CONSTRUÍDA ESTIMADA EM 3.600,00M².

e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

1294 - TOPOSOLO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA SS (80.994.908/0001-05)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	303 - Projeto Arquitetônico Projeto Arquitetônico Projeto Arquitetônico	M	3.600	11,25	40.500,00
2	304 - Projeto Hidráulico Projeto Hidráulico Projeto Hidráulico	M	3.600	2,12	7.632,00
3	305 - Projeto Sanitário Projeto Sanitário Projeto Sanitário	M	3.600	1,90	6.840,00
4	306 - Estação de Tratamento de Esgoto Estação de Tratamento de Esgoto Estação de Tratamento de Esgoto	Un	1	5.356,49	5.356,49
5	307 - Projeto Elétrico Projeto Elétrico Projeto Elétrico	M	3.600	2,65	9.540,00
6	308 - Projeto de Telefonia Projeto de Telefonia Projeto de Telefonia	M	3.600	1,00	3.600,00
7	309 - Projeto de Rede Lógica (Cabeamento Estruturado) Projeto de Rede Lógica (Cabeamento Estruturado) Projeto de Rede Lógica (Cabeamento Estruturado)	M	3.600	1,10	3.960,00
8	310 - Projeto de CFTV Projeto de CFTV Projeto de CFTV	M	3.600	0,50	1.800,00
9	311 - Projeto de Alarme Patrimonial Projeto de Alarme Patrimonial Projeto de Alarme Patrimonial	M	3.600	0,50	1.800,00
10	312 - Projeto de preventivo contra incêndios Projeto de preventivo contra incêndios Projeto de preventivo contra incêndios	M	3.600	2,26	8.136,00
11	313 - Projeto de climatização Projeto de climatização Projeto de climatização	M	3.600	2,95	10.620,00

12	314 - Projeto de Ventilação Projeto de Ventilação Projeto de Ventilação	M	3.600	1,35	4.860,00
13	315 - Maquetes Eletrônicas Maquetes Eletrônicas Maquetes Eletrônicas	Un	2	1.250,00	2.500,00
14	316 - Quantitativo de Materiais Quantitativo de Materiais Quantitativo de Materiais	M	3.600	2,10	7.560,00
15	317 - Memoriais Descritivos Memoriais Descritivos Memoriais Descritivos	M	3.600	1,10	3.960,00
16	318 - Orçamento Detalhado da Obra Orçamento Detalhado da Obra	M	3.600	1,12	4.032,00
Total	122.696,49				

São José, 04/08/2015
ORVINO COELHO DE AVILA
PRESIDENTE

Comissão Permanente de Licitação:

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2015 - SRP - PR Nº 073/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 18/08/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2015. SISTEMA REGISTRO DE PREÇO. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, SENDO, CAMISETAS, JAQUETAS E BERMUDAS, PARA ATENDIMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PARTICIPAM DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO NÚCLEO DE ATENÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE - NACA. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 05 de agosto de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015 - SRP - PR Nº 074/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 18/08/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2015. SISTEMA REGISTRO DE PREÇO. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS E, DAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS SÃO FRANCISCO E SANTA CATARINA, DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 05 de agosto de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 104/2015 – Pregão Presencial Nº 069/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE LIVRO COM COLETÂNEA DE TEXTOS DE ALUNOS DO 1º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

FORNECEDOR: GRAFICA IGUAÇU LTDA ME - CNPJ: 85.271.781/0001-01

VALOR: 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais).

TOTAL: 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 04/08/2015.

VIGÊNCIA: 04/08/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 105/2015 – Pregão Presencial Nº 070/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR AS CESTAS BÁSICAS A SEREM DISTRIBUIDAS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO, NO EXERCÍCIO DE 2015.

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94

VALOR: 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

TOTAL: 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 04/08/2015.

VIGÊNCIA: 04/08/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br, ou (49)3344-8588.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.388-ALTERA ARTIGO 11 DO DECRETO 6.604/2008, RELATIVO A CRIAÇÃO DO CARIMBO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, PARA USO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL-SIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.388/2015

ALTERA ARTIGO 11 DO DECRETO 6.604/2008, RELATIVO A CRIAÇÃO DO CARIMBO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, PARA USO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL-SIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 11 do Decreto nº 6.604/2008, relativo a criação do carimbo de inspeção municipal, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Os estabelecimentos de produtos de origem animal, que comercializam, manipulam, fracionam ou industrializam produtos, devem ter acompanhamento por Responsável Técnico habilitado.

§ 1º Consideram-se responsáveis técnicos habilitados para este Decreto, médico veterinário, nutricionista, engenheiro de alimentos, tecnólogos e técnicos de alimentos, bem como demais profissionais da área de alimentos, dês que legalmente admitidos e reconhecidos por seus respectivos conselhos da categoria profissional.

§2º O Responsável Técnico de que trata o artigo, poderá atender Associações de Produtores, Cooperativas ou similares, devendo atender as recomendações dos respectivos Conselhos da Categoria Profissional que integra.

Art. 2º Ficam ratificadas as demais disposições constantes do Decreto nº 6.604/2008.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 05 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.389-REGULAMENTA O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LEITE ESPECIALIZADO, CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 7.144/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decreto Nº 8.389/2015

REGULAMENTA O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE LEITE ESPECIALIZADO, CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N. 7.144/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990, c/c o art. 6º, da Lei Municipal n. 7.144/2015.

DECRETA:

Art. 1º Este decreto regulamenta o Programa de Distribuição de Leite Especializado.

Art. 2º As formulas que serão atendidas pelo presente Programa:

I – Fórmula a base de soja: elaborada com proteína isolada da soja, isenta de lactose e sacarose, sendo indicado para crianças com intolerância à lactose, galactosemia, ou que alergia ao leite de vaca;

II – Fórmula semi elementar: formulações elaboradas a base da proteína de soro de leite ou de soja, extensamente hidrolisadas, sendo indicadas às crianças que apresentem alergia a proteínas de certos alimentos;

III – Fórmula Elementar: elaborada a base de hidrolisado protéico, isenta de lactose, sacarose, frutose, galactose e glúten, sendo indicada para crianças portadoras de intolerância a lactose, celíacos, alérgicos a proteína do leite de vaca;

IV – Fórmula isenta de lactose: composição das fórmulas modificada a base de leite de vaca, sendo isenta de lactose, sendo indicada para crianças que são intolerantes a lactose e celíacos;

V – Fórmula antiregurgitação: indicada para crianças que possuam disfunção fisiológica.

Art. 3º Somente serão fornecidos os leites especializados, aos pacientes oriundos da rede pública de saúde municipal.

Art. 4º Para o fornecimento de leite especializado os pacientes deverão cadastrar-se junto `Secretaria Municipal de Saúde ou no NASF e deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Cópia de Certidão de Nascimento da criança;

II – cópia do Cartão SUS da Criança;

III – Cópia do RG da Mãe ou do Pai da Criança;

IV- Laudo ou atestado médico especificando a patologia, período de tratamento;

V – receita médica com a formula do leite especializado, sendo vedada o receituário médico onde conste a marca do produto.

Art. 5º O tratamento obrigatoriamente terá acompanhamento efetivo da equipe do ESF, que o paciente estiver vinculado.

Art. 6º Os demais tipos de leite para fins de nutrição das crianças, serão fornecido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante estudo social, que comprove a condição de hipossuficiência da família da criança.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em 05 de agosto de 2015.

João Carlos Valar

Prefeito municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.390-DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO E CONCESSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO DE PARTE DE IMÓVEL PÚBLICO COM 1.200 METROS QUADRADOS COM ÁREA DE TAXIAMENTO E ACESSO A PISTA, SEM BENFEITORIAS, ENCRAVADA EM UMA ÁREA MAIOR DO AEROPORTO MUNICIPAL HÉLIO WASSUN, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO

DECRETO Nº 8.390/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO E CONCESSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO DE PARTE DE IMÓVEL PÚBLICO COM 1.200 METROS QUADRADOS COM ÁREA DE TAXIAMENTO E ACESSO A PISTA, SEM BENFEITORIAS, ENCRAVADA EM UMA ÁREA MAIOR DO AEROPORTO MUNICIPAL HÉLIO WASSUN, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC, A QUEM DESEJAR INSTALAR HANGARES PARA ACOMODAÇÃO DE AERONAVES, OFICINAS DE MANUTENÇÃO E ÁREA DE ABASTECIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e, CONSIDERANDO que há relevante interesse público relacionado ao fomento da indústria em São Miguel do Oeste-SC,

CONSIDERANDO que muitas empresas necessitam de espaços adequados localizados no aeroporto de São Miguel do Oeste-SC, para acomodação de aeronaves;

CONSIDERANDO que o Resultado da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 03/2015, PL 82/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. HOMOLOGA, o Processo Licitatório nº 082/2015, Modalidade Concorrência Pública nº 03/2015, de 15 de junho de 2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC.

Art. 2º CONCEDO, à empresa TORFRESMA INDUSTRIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Arno Erich Schwambach, 910, Bairro São Jorge, São Miguel do Oeste- SC, CNPJ sob o nº 72.368.905/0001-20, a CONCESSÃO DE USO a título gratuito de parte de imóvel público com 1.200 metros quadrados com área de taxiamento e acesso a pista, sem benfeitorias, encravada em uma área maior do Aeroporto Municipal Hélio Wassun, pertencente ao município de São Miguel do Oeste-SC, a quem desejar instalar hangares para acomodação de aeronaves, oficinas de manutenção e área de abastecimento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 05 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.391-AUTORIZA DESDOBRAMENTO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE PETRONELA KUNTZER

DECRETO Nº 8.391/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Desdobramento, do lote urbano nº 09, com área de 2.580,361m2, matriculado no CRISMO sob nº 43.434, situado na Rua 1º de Maio esquina com a Rua Edmundo Pedro Regert, Loteamento Kuntzer 2, Bairro Jardim Peperi, perímetro urbano do município de São Miguel do Oeste – SC, de propriedade de PETRONELA KUNTZER, desdobrado do referido imóvel de quatro parcelas, formando novos lotes urbanos denominados de lote urbano 09-A, com área de 340,32m2, 09-B, com área de 340,32m2, 09-C, com área de 340,32m2 e 09-D, com 453,76m2, restando uma área de 1,105,641m2, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

DESDOBRAMENTO:

Lote urbano nº 09-A, da subdivisão do lote urbano nº 09, com área de 340,32m2, confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 09-B, em 28,36metros, por linha seca. Ao Leste, com parte dos lotes urbanos nº 01 e 02, da Quadra nº 16, do loteamento Jardim Peperi, em 12,00metros, por linha seca. Ao Sul, com parte da chácara nº 61, em 28,36metros, por linha seca. Ao Oeste, com a Rua Edmundo Pedro Regert, medindo 12,00metros.

Lote urbano nº 09-B, da subdivisão do lote urbano nº 09, com área de 340,32m2, confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 09-C, em 28,36metros, por linha seca. Ao Leste, com parte dos lotes urbanos nº 02 e 03, da Quadra nº 16, do loteamento Jardim Peperi, em 12,00metros, por linha seca. Ao Sul, com o lote urbano nº 09-A, em 28,36metros, por linha seca. Ao Oeste, com a Rua Edmundo Pedro Regert, medindo 12,00metros.

Lote urbano nº 09-C, da subdivisão do lote urbano nº 09, com área de 340,32m2, confrontando-se: Ao Norte, com o lote urbano nº 09-D, em 28,36metros, por linha seca. Ao Leste, com o lote urbano nº 03, da Quadra nº 16, do loteamento Jardim Peperi, em 12,00metros, por linha seca. Ao Sul, com o lote urbano nº 09-B, em 28,36metros, por linha seca. Ao Oeste, com a Rua Edmundo Pedro Regert, medindo 12,00metros.

Lote urbano nº 09-D, da subdivisão do lote urbano nº 09, com área de 453,76m2, confrontando-se: Ao Norte, com parte do lote urbano nº 09, em 28,36metros, por linha seca. Ao Leste, com parte do lote urbano nº 03, com o lote urbano nº 04 e com parte do lote nº 05, da Quadra nº 16, do loteamento Jardim Peperi, em 16,00metros, por linha seca. Ao Sul, com o lote urbano nº 09-C, em 28,36metros, por linha seca. Ao Oeste, com a Rua Edmundo Pedro Regert, medindo 16,00metros.

REMANESCENTE:

Parte do lote urbano nº 09, com área de 1.105,641m², confrontando-se: Ao Norte, com a Rua 1º de Maio, medindo 23,36m; Ao Leste, com parte do lote urbano nº 05 e com os lotes urbanos nº 06 e 07, da Quadra nº 16, do loteamento Jardim Peperi, em 39,14 metros, por linha seca. Ao Sul, com o lote urbano nº 09-D, em 28,36 metros, por linha seca. Ao Oeste, com a Rua Edmundo Pedro Regert, medindo 34,20 metros. Ao Noroeste, com a Rua Edmundo Pedro Regert e Rua 1º de Maio e Rua, num raio de 5,00 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 05 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

RUBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.392-DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.392/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e, CONSIDERANDO, que o processo licitatório nº 103/2015, Edital de Pregão Presencial nº 61/2015, tem como objeto contratação de empresa para serviços de limpeza, destinados para a conservação das praças Walnir Botaro Daniel e Belarmino Annoni, perímetro urbano de São Miguel do Oeste-SC, para o período de 12 meses, de acordo com o anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, que a discriminação dos serviços está incorreta;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento, quando constar ilegalidade, nulidade ou até mesmo quando constatar a desnecessidade dos serviços.

DECRETA:

Art. 1º REVOGAR o Processo Licitatório nº 103/2015, modalidade Pregão Presencial nº 61 de 22/07/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em 05 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHRSA

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 112/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de brinquedos, material didático e pedagógico, destinados para uso dos alunos das Escolas de Ensino Infantil da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 17 de agosto de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 113/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de segurança de alta definição e serviços de mão de obra, destinados na 13ª Ciretran de São Miguel do Oeste – SC, conforme Convênio de Trânsito nº 2013TN003171, Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 18 de agosto de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 114/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de cofre de aço destinados para a 13ª Ciretran, conforme Convênio de Trânsito nº 2013TN003171 e Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 18 de agosto de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 115/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de acesso a internet e instalação de link de internet full-10 MBPS (público fixo 15 MBPS-DW-UP) em fibra ótica com interligação através de link de intranet-10 MBPS 100% garantia de banda por ponto, para utilização na 13ª Ciretran, conforme Convênio de Trânsito nº 2013TN003171 e Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 14h45min do dia 18 de agosto de 2015.

Abertura: às 15h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 117/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de um sistema completo de CFTV com monitoramento e gravação 24 horas, destinado para o prédio do centro administrativo, pelo período de 12 meses, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 19 de agosto de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N.116/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2015

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Sr. Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a execução da pavimentação asfáltica com rede de drenagem pluvial de via de acesso do Parque de Exposições Rineu Gransotto, localizada na Linha Cruzinhas em SMOeste – SC, conforme Contrato de Repasse nº 806527/2014/Ministério do Turismo/Caixa, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 28 de agosto de 2015.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 182/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 182/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 63/2015-PMS - Processo nº. 168/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RAMIRE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.414.716/0001-84, estabelecida na Rua Roberto Ziemann, nº. 3435, Bairro Amizade, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-300.

Objeto: Constitui o presente contrato a locação de trajes típicos germânico completo para a rainha e princesas da Schroederfest do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aluguel de trajes típicos germânicos completos (vestido ou saia e blusa, meias) para Rainha e princesas (2013-2015) no dia 5/9/2015 e a Rainha e princesas eleitas em 2015, para os dias 1º a 4 de outubro de 2015.	15	Traje	220,00	3.300,00
TOTAL R\$	3.300,00				

Valor do contrato: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais)

Data da Assinatura: 05/08/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 183/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 183/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 64/2015-PMS - Processo nº. 171/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.218.187/0001-91, estabelecida na Rua Pedro Paulo Streit s/n, Bairro Avaí, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de papel timbrado para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Papel Timbrado Município de Schroeder. Tamanho A4 (29,7x21cm), 3x0 cor, papel sulfite 90g.	5000	Unidade	0,138	690,00
TOTAL R\$	690,00				

Valor do contrato: R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais)

Data da Assinatura: 05/08/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ATA TOMADA DE PREÇOS 07/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2015 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 126/2015 Data do Processo: 30/06/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 104/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) a construção da cabeceira da Ponte Ribeirão Araribá, mais serviços preliminares, serviços complementares e sinalização viária, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. A empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME não apresentou documentos para credenciamento. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 12 de agosto de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 13 de agosto de 2015, às 10h30min para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

Schroeder, 5 de Agosto de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2015 - TP
	Processo Administrativo: 126/2015 Processo de Licitação: 30/06/2015 Data do Processo: 30/06/2015
Folha: 2/2	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 104/2015 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ROGÉRIO SILVANO ANDRÉ	- - Representante
ILMAR JOSÉ PEREIRA BORGES FILHO	- - Setor de Engenharia

DISPENSA 63/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 63/2015 - DL**Processo Nr.: 168/2015
Data: 05/08/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: RAMIRE IND. E COM. DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO LTDA ME

Código: 10433

Endereço: RUA ROBERTO ZIEMANN, 3435

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 07.414.716/0001-84

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Locação de trajes típicos germânico completo para a rainha e princesas da Schroederfest do Município de Schroeder/SC**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	15,00	Aluguel de trajes típicos germânicos completos (vestido ou saia e blusa, meias) para Rainha e princesas (2013-2015) no dia 5/9/2015 e a Rainha e princesas eleitas em 2015, para os dias 1º a 4 de outubro de 2015,	UN	220,00	3.300,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

"A rainha e as princesas representam, obrigatoriamente, o Município de Schroeder no decorrer das festividades alusivas ao aniversário do município e nas cerimônias oficiais e outros eventos, sempre que requisitadas. As meninas tem por obrigação permanecer à disposição, com a faixa e traje típico, durante todos os dias de festividades e também em outros eventos, sempre com acompanhamento e autorização da Coordenação do Concurso.

"

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 5 de Agosto de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 63/2015 - DL**Processo Nr.:** 168/2015
Data: 05/08/2015

Folha: 2/2

05/08/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Agosto de 2015

Valor da Despesa:

3.300,00 (três mil e trezentos reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 64/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 64/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 171/2015
Data: 05/08/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA
Endereço: RUA PEDRO PAULO STREIT S/N
Cidade: Guaramirim - SC
CNPJ: 78.218.187/0001-91

Código: 6052

Inscrição Estadual: 251.048.993

Objeto da Compra: Aquisição de papel timbrado para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5.000,00	"Papel Timbrado Município de Schroeder. Tamanho A4 (29,7x21cm), 3x0 cor, papel sulfite 90g.	UN	0,138	690,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade da aquisição para utilização diária em todos os setores da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, e tendo em vista o valor total da aquisição.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 5 de Agosto de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 64/2015 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Nr.: 171/2015 Data: 05/08/2015
		Folha: 2/2

31/07/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 31 de Julho de 2015

Valor da Despesa:

690,00 (seiscentos e noventa reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 65/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 65/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.: 173/2015
Data: 05/08/2015**

Folha: 1/2

Fornecedor: ASSOCIACAO RECREATIVA E ESPORTIVA VITORIA
Endereço: AV MAL CASTELO BRANCO,4429 -
Cidade: SCHROEDER - SC
CNPJ: 79.363.115/0001-09

Código: 6356

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA VITÓRIA, SITUADA NA RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 4429 - SCHROEDER / SC. AMBIENTE COM 1200,00M², PROVIDO DE SANITÁRIOS, MESAS, CADEIRAS E PALCO, PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS MUNICIPAIS AO LONGO DE 5 MESES**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5,00	Locação de imóvel provido de sanitários, mesas, cadeiras e palco para realização de eventos de acordo com as necessidades da Administração Municipal	MÊS	800,00	4.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

ESTE PEDIDO VEM AO ENCONTRO DAS NECESSIDADES DE ESPAÇOS PARA EVENTOS, EM VIRTUDE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE SUAS SECRETARIAS, AS QUAIS CONSTANTEMENTE REALIZAM REUNIÕES, PALESTRAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, ENCONTROS, ETC. TENDO ASSIM, QUE ACOMODAR OS PARTICIPANTES DESTES EVENTOS COM QUALIDADE E SEGURANÇA. RATEAR ENTRE AS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS, EDUCAÇÃO, SAÚDE E SECRETARIA DE ÁGUAS E GESTÃO AMBIENTAL, PROPORCIONALMENTE.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 5 de Agosto de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 65/2015 - DL**Processo Nr.:** 173/2015
Data: 05/08/2015

Folha: 2/2

24/07/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Julho de 2015

Valor da Despesa:

4.000,00 (quatro mil reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Sul Brasil

PREFEITURA

PORTARIA Nº.30-2015

PORTARIA Nº 030, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CELSO ANTONIO FAZZIONI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidor Pública Municipal VIVIANA ORBEN, ocupante do cargo de Odontologo, com lotação na Secretaria de Saúde, 12 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.07.2013 a 30.06.2014 e 01.07.2014 a 30.06.2015, a serem gozadas no período de 03.08.2015 a 14.08.2015.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
03 de agosto de 2015.

CELSO ANTÔNIO FAZZIONI
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PORTARIA Nº.31-2015

PORTARIA Nº 031, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CELSO ANTONIO FAZZIONI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a Servidora Pública Municipal FABIANE GOTZ, ocupante do cargo de Coordenadora das Atividades do Departamento, com lotação na Secretaria de Saúde, 15 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.02.2014 a 31.01.2015, a serem gozadas no período de 03.08.2015 a 17.08.2015.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
03 de agosto de 2015.

CELSO ANTÔNIO FAZZIONI
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PORTARIA Nº.32-2015

PORTARIA Nº 032, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL.

CELSON ANTONIO FAZZIONI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao Servidora Público Municipal GILMAR ONGHERO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Saúde, 17 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01.07.2013 a 30.06.2014 e 01.07.2014 a 30.06.2015 a serem gozadas no período de 04.08.2015 a 20.08.2015.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

04 de agosto de 2015.

CELSON ANTÔNIO FAZZIONI

Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 145/2015

PORTARIA Nº. 145/2015.

RETORNO AO TRABALHO DO SERVIDOR MUNICIPAL SR. LEANDRO DA SILVA DO AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica e Lei Municipal nº. 526/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido o Retorno ao Trabalho do Servidor Municipal Sr. LEANDRO DA SILVA, em seu cargo efetivo de Motorista, sob matrícula nº 402/01, para exercer suas funções e atribuições que lhe o confere o cargo, junto ao Departamento Municipal de Estradas e Rodagem, a partir de 05 de Agosto de 2015, conforme Atestado Médico de Alta apresentado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE AGOSTO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em cinco de Agosto de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de
Administração e fazenda

Timbé do Sul

PREFEITURA

'DECRETO 133/2015

DECRETO Nº. 133, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitido DONIZETE VELHO, RG Nº 2.882.243-9 E CPF Nº 800.144.109-15, no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II TSA, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 05 de Agosto de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 132/2015

DECRETO Nº. 132, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.
INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:
06.01 – Fundo Municipal de Saúde
2.032– Assistência Farmacêutica Básica
35 – 3.3.90.00.00.00.00.0360

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação que abaixo especifico no valor de R\$ 5.149,00(cinco mil e cento e quarenta e nove reais):
06.01 – Fundo Municipal de Saúde
2.032– Assistência Farmacêutica Básica
35 – 3.3.90.00.00.00.00.0360 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.149,00

Art. 3º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior são decorrentes do superávit do exercício anterior verificado na fonte de recursos 0360, Conta Corrente nº 52.793-9, Agência 5.300-7, Banco do Brasil no valor de R\$ 5.149,00(cinco mil e cento e quarenta e nove reais).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 05 de agosto de 2015.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 134/2015

DECRETO Nº. 134, DE 05 DE AGOSTO DE 2015.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida à pedido, Débora Carminatti Dal Pont, Matrícula nº 2886, do Cargo de Auxiliar Administrativo, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 05 de Agosto de 2015.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

ERRATA DECRETO 127/2015

ERRATA

DECRETO Nº 127, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Onde se lia:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, IANE MARIA TEIXEIRA DAGOSTIN, CPF nº 062.254.809-35 e RG nº 4.275.143, no Cargo Médico ANS 110 hs/semanais.

Leia-se:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, IANE MARIA TEIXEIRA DAGOSTIN, CPF nº 062.254.809-35 e RG nº 4.275.143, no Cargo Médico ANS 110 hs.

Joselia Scot Pezente
Agente Administrativo

EXTRATO DA LICITAÇÃO 31_2015 DL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL

Processo Licitatório nº 31/2015 - Dispensa de Licitação

Do objeto: Aquisição de um terreno urbano com área de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados), juntamente com dois prédios de alvenaria com área total de 1.005,50m² (um mil, cinco metros e cinquenta centímetros quadrados), sito na Rua Zelindo Savi, 67 – no centro do município de Timbé do Sul, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Turvo/SC – Matrícula nº 24.538, com as seguintes confrontações: ao SUL com terras de Pedro Zilli, Pedro Mafioletti e Angelo Biava; ao NORTE com terras do Hospital Santo Antônio de Timbé do Sul; ao OESTE com terras do Hospital Santo Antônio de Timbé do Sul e ao LESTE com terras de Pedro Zilli e Angelo Biava, conforme Lei Municipal nº 1.750 de 28 de Abril de 2015.

Comprador: Município de Timbé do Sul com sede à Rua Prefeito Aristides José Bom, 215, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.232/0001-34.

Vendedor: Valdecir Sachet, brasileiro, agricultor, portador do CPF nº 518.111.039-87, C.I. nº 15364895 – SSP/SC, casado com Ivanir Damiani Sachet, portadora do CPF nº 987.637.849-04, C.I. nº 3745344 SSP/SC, residentes e domiciliados na Rua Pedro Panatta, s/n no centro do município de Timbé do Sul/SC.

Do valor e do pagamento: R\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais) que será pago após assinatura da escritura.

Da base legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93.

Da justificativa: A aquisição do terreno e edificações onde funciona o Hospital Santo Antonio de Timbé do Sul, tem único propósito de assegurar que este bem continue à serviço do Hospital, ampliando o acesso da população aos serviços de média e alta complexidade e promovendo a qualidade, integralidade, equidade e a humanização na atenção à saúde no Município de Timbé do Sul. O preço da comercialização é compatível com os praticados no mercado imobiliário local, conforme avaliação prévia do imóvel.

Timbé do Sul, 03 de Agosto de 2015.

Josélia Scot Pezente

Presidente da Comissão de Licitação

Timbó

PREFEITURA

ATA LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL N.º 63 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2015

Às 09h10min do dia 05/08/2015, na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, abriu-se a sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial em referência, com o objetivo de AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADAS À MANUTENÇÃO DO TRATOR AGRÍCOLA M-140, MARCA AGRALE, MODELO 5085-4, MOTOR MWM 229, ANO 2009, (REPETIÇÃO TOTAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015 SEM ALTERAÇÕES). Presentes o pregoeiro JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio
BRUNA DE ANDRADE

Que esta subscreve designada pela Portaria nº. 845/2014 alterada pela Portaria nº. 914/2014 publicada no Diário Oficial dos Municípios, para, em atendimento as disposições contidas no Decreto nº. 445 de 16/03/2006.

Sendo que não houve empresas interessadas em participar do certame, restando-se o mesmo deserto.

Nada mais havendo a relatar, deu-se por encerrada a sessão às 09h18minh.

Lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

Assinantes	
Comissão de Pregão	Assinatura
BRUNA DE ANDRADE	
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS	

LEI COMPLEMENTAR Nº 466, DE 06 DE AGOSTO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 466, DE 06 DE AGOSTO DE 2015

Institui o Código Sanitário Municipal, que estabelece normas de saúde em vigilância sanitária e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os assuntos concernentes à saúde da população do Município de Timbó regem-se pela presente Lei Complementar, atendida a legislação estadual e federal pertinente.

Art. 2º Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Município de Timbó, está sujeita às determinações da presente Lei Complementar, bem como às dos regulamentos, normas e instruções dela advindas.

Parágrafo Único - É obrigatória a exposição do alvará sanitário em local visível ao público sempre, se possível em área próxima de atendimento.

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS

Art. 3º A presente lei está fundamentada nos seguintes princípios:

I - gestão única, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com descentralização de ações, de acordo com a estrutura administrativa do Executivo;

II - democratização, com participação da sociedade, por meio do Conselho e Conferência Municipal de Saúde;

III - articulação intra e interinstitucional, mediante o trabalho integrado e articulado entre os diversos órgãos que atuam ou se relacionam com a área de saúde;

IV - publicidade, para garantir o direito à informação, facilitando seu acesso mediante sistematização, divulgação ampla e motivação dos atos;

V - privacidade, devendo as ações de vigilância sanitária preservar este direito do cidadão, salvo quando não existir outra maneira de evitar

perigo atual ou iminente para a saúde pública.

CAPÍTULO II OBJETIVOS

Art. 4º Constituem-se objetivos desta Lei:

- I – Garantir a qualidade de vida da população de Timbó com ações de prevenção, promoção, recuperação, redução e eliminação de riscos, através da Vigilância Sanitária;
- II - Garantir condições de segurança sanitária nos estabelecimentos industrial, comercial, de saúde, de interesse da saúde, de educação, moradia, transporte, lazer, trabalho e consumo de bens e serviços de interesse da saúde, incluídos procedimentos, métodos e técnicas que as afetem;
- III - Assegurar e promover ações visando o controle de doenças, agravos ou fatores de risco de interesse à saúde;
- IV - Promover a melhoria da qualidade do ambiente, garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;
- V - Assegurar e promover a participação da comunidade nas ações de saúde.

CAPÍTULO III CAMPO DE ABRANGÊNCIA E DEFINIÇÕES LEGAIS

Art. 5º As ações de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador são tratadas neste Código como Vigilância em Saúde, em função da interdependência do seu conteúdo e do desenvolvimento de suas ações, implicando compromisso do Poder Público, do setor privado e da sociedade em geral na proteção e defesa da qualidade de vida.

§ 1º Entende-se por vigilância sanitária o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

- I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo;
- II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde;
- III - o controle e avaliação das condições ambientais que possam indicar riscos e agravos potenciais à saúde.

§ 2º Entende-se por vigilância epidemiológica o conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

§3º Entende-se por vigilância em saúde ambiental um conjunto de ações e serviços prestados por órgãos e entidades públicas e privadas, visando o conhecimento e a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, adotando medidas de promoção da saúde ambiental, prevenção e controle de fatores de riscos relacionados às doenças e outros agravos à saúde, em especial: água para consumo humano; ar; solo; contaminantes ambientais e substâncias químicas; desastres naturais; acidentes com produtos perigosos; fatores físicos e ambiente de trabalho.

§ 4º Entende-se por vigilância em saúde do trabalhador, para os fins desta Lei, o conjunto de atividades destinadas à prevenção de riscos e agravos à saúde advindos das condições de trabalho, e à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores, abrangendo normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, produtos, máquinas e equipamentos que apresentam riscos à saúde do trabalhador.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 6º A Vigilância Sanitária será exercida pelo Município, no âmbito de suas atribuições e na respectiva circunscrição territorial pela Autoridade Municipal, sem prejuízo da Ação Estadual.

Art. 7º À Secretaria Municipal de Saúde, que integra o Sistema Único de Saúde, compete as ações de Vigilância Sanitária.

Art. 8º Para efeitos deste Código são considerados Autoridades em Saúde:

- I - Fiscal de Vigilância Sanitária a quem compete às ações de fiscalização, orientação e educação no que tange as atividades do serviço de vigilância sanitária, conforme art. 5º, §1º, deste Código.
- II - O Coordenador e/ou Responsável Técnico da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município a quem compete:

- a) Instruir o processo sanitário, mediante juntada dos documentos pertinentes;
- b) Elaborar os relatórios referentes ao processo sanitário;
- c) Processar e julgar a defesa ou impugnação do auto de infração, expedido pela autoridade de fiscalização sanitária;
- d) Emitir autos de imposição de penalidade;
- e) Orientar os fiscais quanto às atividades do órgão;
- f) Promover o atendimento das demandas dos serviços de vigilância sanitária;
- g) Auxiliar nas pesquisas quanto à legislação pertinente ao serviço fiscal de vigilância sanitária;
- h) Prestar informações a quem necessitar quanto às ações de fiscalização, emissão de autos de intimação e autos de infração;

i) Planejar estratégias para melhor atender a população garantindo a qualidade dos produtos e serviços ofertados aos cidadãos.

III - O Secretário Municipal de Saúde a quem compete julgar os recursos interpostos contra as decisões do Coordenador e/ou Responsável Técnico da Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município;

Art. 9º A equipe municipal de vigilância sanitária, investida de sua função fiscalizatória, será competente para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários.

§ 1º. Para o exercício de suas atividades fiscalizadoras, os referidos profissionais serão designados mediante portaria.

§ 2º Os profissionais competentes portarão credencial e deverão apresentá-la sempre que estiverem no exercício de suas funções.

§ 3º Os profissionais acima designados serão considerados, para todos os efeitos, autoridade sanitária e exercerão todas as atividades inerentes à função de fiscal sanitário, tais como:

I - orientação, controle, inspeção e fiscalização sanitária;

II - expedição de termo de orientação e vistoria;

III - lavratura de auto de infração sanitária;

III - instauração de processo administrativo sanitário;

IV - interdição cautelar de estabelecimento;

V - interdição e apreensão cautelar de produtos;

VI - fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários; e,

VII - outras atividades estabelecidas para esse fim.

§ 4º Os profissionais investidos na função fiscalizadora terão poder de polícia administrativa, adotando a legislação sanitária federal, estadual e municipal e as demais normas que se referem à proteção da saúde, no que couber.

§ 5º As autoridades fiscalizadoras mencionadas, quando do exercício de suas atribuições, terão livre acesso em todos os estabelecimentos do município sujeitos à legislação sanitária, em qualquer dia e hora, podendo utilizar de todos os meios e equipamentos necessários, ficando responsáveis pela guarda das informações.

§ 6º Quando necessário, a autoridade policial será solicitada para garantir a inspeção, prestando à autoridade sanitária o auxílio necessário ao regular desempenho de suas atividades.

§ 7º Os estabelecimentos, por seus dirigentes ou prepostos, são obrigados a prestar os esclarecimentos necessários referentes ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de prevenção à saúde.

§ 8º O Secretário Municipal de Saúde, excepcionalmente, poderá desempenhar funções de fiscalização, com as mesmas prerrogativas e atribuições conferidas pela presente Lei às autoridades sanitárias.

Art. 10 Compete à Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de outras atribuições:

I – promover e participar de todos os meios de educação, orientação, controle e execução das ações de vigilância e fiscalização sanitária, em todo o território do município;

II – planejar, organizar e executar as ações de promoção e proteção à saúde individual e coletiva, por meio dos serviços de vigilância sanitária, tendo como base o perfil epidemiológico do município;

III – garantir infraestrutura e recursos humanos adequados à execução de ações de vigilância sanitária;

IV – promover capacitação e valorização dos recursos humanos existentes na vigilância sanitária, visando aumentar a eficiência das ações e serviços;

V – promover, coordenar, orientar e custear estudos de interesse da saúde pública;

VI – assegurar condições adequadas de qualidade na produção, comercialização e consumo de bens e serviços de interesse à saúde, incluindo procedimentos, métodos e técnicas que as afetam;

VII – assegurar condições adequadas de qualidade para prestação de serviços de saúde;

VIII – promover ações visando o controle de fatores de risco à saúde;

IX – promover a participação da comunidade nas ações da vigilância sanitária;

X – organizar atendimento de reclamações e denúncias;

XI – notificar e investigar eventos adversos à saúde, de que tomar conhecimento ou for cientificada por usuários ou profissionais de saúde, decorrentes do uso ou emprego de: medicamentos e drogas; produtos para saúde; cosméticos e perfumes; saneantes; agrotóxicos; alimentos industrializados; e outros produtos definidos por legislação sanitária.

Art. 11 Consideram-se como controle sanitário as ações desenvolvidas pelas autoridades sanitárias com vistas à análise de projetos arquitetônicos e hidrossanitários, ao monitoramento da qualidade dos produtos para saúde e de interesse à saúde e a verificação das condições para o licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, abrangendo:

I – orientação, controle, a inspeção e orientação;

II – a fiscalização;

III – a lavratura de termos e autos;

IV – aplicação de sanções;

V - a concessão de licenciamento e respectivos alvarás sanitários para estabelecimento industrial, comercial (de qualquer espécie), estabelecimento de saúde e de interesse da saúde;

VI - análise de projetos hidrossanitários das construções e concessão de Habite-se Sanitário;
VII - o registro de antecedentes relativos às intimações, infrações e notificações sanitárias.

Art. 12 São sujeitos ao controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias:

I – Drogas, medicamentos, imunobiológicos, insumos farmacêuticos, correlatos e produtos para saúde;
II - Sangue, hemocomponentes e hemoderivados;
III – produtos de higiene pessoal, cosméticos, perfumes e saneantes;
IV – alimentos, águas envasadas, matérias-primas alimentares, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos;
V – produtos tóxicos e radioativos;
VI – estabelecimentos de saúde, de interesse à saúde e outros ambientes que ofereçam riscos à saúde, de natureza pública e privada;
VII – Resíduos sólidos gerados pelos serviços de saúde e de interesse à saúde e sua destinação;
VIII – esgotamento sanitário;
IX – água distribuída para consumo humano;
X – veiculação de propaganda de produtos farmacêuticos e outros produtos que possam comprometer a saúde, de acordo com as normas vigentes;
XI – outros produtos, substâncias, aparelhos e equipamentos que possam provocar danos à saúde.

Art. 13 A autoridade de saúde científicará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que:

I - constatar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção;
II - ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados da mesma.

Art.14 A autoridade de saúde pode, cautelarmente, apreender ou sustar a distribuição, venda ou consumo de qualquer produto, interditar estabelecimentos industrial, comercial, de saúde e de interesse da saúde, bem como tomar quaisquer outras medidas, sempre que a defesa da saúde pública assim exigir.

CAPÍTULO V DA LICENÇA SANITÁRIA

Art. 15 Os estabelecimentos sujeitos ao controle e à fiscalização sanitária somente funcionarão mediante Licença Sanitária expedida pelo órgão de vigilância sanitária, com validade de um ano, renovável por período igual e sucessivo.

§ 1º A concessão ou renovação da licença sanitária será condicionada ao cumprimento de requisitos técnicos referentes às instalações, aos produtos, máquinas, equipamentos, normas e rotinas do estabelecimento, comprovados pela autoridade sanitária competente.

§ 2º A licença sanitária poderá, a qualquer tempo, ser suspensa, cassada ou cancelada no interesse da saúde pública, sendo assegurado ao proprietário do estabelecimento o exercício do direito de defesa e do contraditório, em processo administrativo instaurado pelo órgão sanitário competente.

§ 3º A Secretaria Municipal de Saúde, através de regulamentos técnicos específicos, e tendo em vista o ramo de atividades desenvolvidas, poderá exigir a Licença Sanitária para o funcionamento de outros estabelecimentos não previstos nesta Lei.

§ 4º Todo estabelecimento deve comunicar formalmente ao órgão sanitário qualquer alteração e/ou encerramento de atividades.

§ 5º A Licença Sanitária será emitida, específica e independente para:

I – cada estabelecimento, de acordo com a atividade e/ou serviço exercido, ainda que exista mais de uma unidade na mesma localidade;
II – cada atividade e/ou serviço desenvolvido na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação;
III – cada atividade e/ou serviço terceirizado existente na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação.

TÍTULO II DA SAÚDE, SUA PROMOÇÃO E DEFESA

CAPÍTULO I DEVERES DA PESSOA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se a pessoa física, ou jurídica de direito público ou privado.

§ 1º A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se, ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

§ 2º A pessoa deve prestar, a tempo e veridicamente, as informações de saúde solicitadas pela autoridade de saúde, a fim de permitir a realização de estudos e pesquisas que, propiciando o conhecimento da realização a respeito da saúde da população e das condições do ambiente, possibilitem a programação de ações para a solução dos problemas existentes.

§ 3º A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela autoridade de saúde, com fundamento na legislação em vigor.

Art.17 Toda pessoa tem o direito à proteção da saúde e é responsável pela promoção de sua saúde e a de seus dependentes, devendo para tanto, cumprir, cuidadosamente as instruções, normas, ordens, avisos e medidas prescritos por profissional de ciência da saúde, autoridade de vigilância sanitária e ou serviço de saúde de que se utilize.

Art. 18 Toda pessoa tem o dever de prevenir acidentes que atentem contra a própria saúde, a de sua família e a de terceiros, devendo conseqüentemente, cumprir as exigências da autoridade sanitária, seguir as advertências que acompanham os produtos ou os objetos considerados perigosos e cumprir as normas de segurança.

Art. 19 Toda pessoa tem o direito de obter do serviço de saúde competente a informação e/ou a orientação indispensáveis à promoção e defesa da saúde, principalmente a respeito de doenças transmissíveis e evitáveis do bem-estar físico, mental e social, da dependência de drogas e dos perigos da poluição e contaminação do ambiente.

Art. 20 Toda a pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial e estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, de qualquer natureza, deve cumprir exigências regulamentares para que, por sua localização, acessibilidade, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou o utilizem.

Art. 21 Toda pessoa deve proteger o ambiente, evitando, por meio de suas ações ou omissões, a poluição ou contaminação ambiental, ou o seu agravamento.

Parágrafo Único – Para os efeitos desta Lei, são entendidos como:

I – Ambiente: o meio em que se vive;

II – Poluição: qualquer alteração das propriedades físicas ou químicas e biológicas do ambiente, que possa importar em prejuízo à saúde e à segurança da população;

III- Contaminação: qualquer alteração de origem biológica que possa potencializar injúria à saúde dos seres vivos.

Art. 22 Toda pessoa está proibida de descarregar, lançar ou dispor de quaisquer resíduos, industriais ou não, sólidos, líquidos ou gasosos, em locais não autorizados pela autoridade de saúde ou órgão responsável pelo meio ambiente.

Art. 23. Toda pessoa deve preservar a natureza, protegendo a flora e a fauna benéfico ou inócuas, em relação à saúde individual ou coletiva e evitando a destruição indiscriminada e/ou a extinção das espécies.

SEÇÃO II

SANEAMENTO BÁSICO

Art. 24 Para os efeitos desta lei considera-se:

I - água bruta: água de mananciais antes de receber qualquer tratamento;

II - água pluvial (água de chuva): proveniente de precipitações atmosféricas que poderão ser captadas (canalizada ou não) para o sistema público de água pluvial (galeria ou sarjeta);

III - água potável: água para consumo humano, cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde;

IV - caixa de gordura: dispositivo projetado e instalado para separar e reter a gordura proveniente das instalações coletoras de esgoto das edificações, a fim de evitar o seu encaminhamento à rede de esgotos sanitários;

V - caixa de inspeção: caixa destinada a permitir a inspeção e desobstrução de canalizações;

VI - consumo de água: é todo volume de água fornecido, utilizado em um imóvel, num determinado período;

VII - despejo: refugo líquido provenientes das edificações, excluídas as águas pluviais, que deve ser conduzido a um destino final;

VIII - despejo industrial: efluente líquido proveniente do uso de água para fins industriais ou serviços diversos, com características diversas das águas residuárias domésticas;

IX - esgoto sanitário: efluente líquido proveniente do uso de água para fins de higiene;

X - esgoto tratado: esgoto submetido a tratamento parcial ou completo, para a remoção de substâncias indesejáveis e a mineralização de matéria orgânica;

XI - fossa séptica ou tanque séptico: tanque de sedimentação e digestão, no qual se deposita o lodo constituído pelas matérias insolúveis das águas residuárias que por ele passam e se decompõem pela ação de bactérias anaeróbicas;

XII - fossa absorvente ou sumidouro: unidade de absorção dos líquidos de efluentes dos tanques sépticos;

XIII - instalação predial de água: conjunto de canalizações, aparelhos, equipamentos e dispositivos localizados a partir do cavalete, de responsabilidade do usuário, destinado ao abastecimento de água, quando conectado ao ponto de fornecimento de água;

XIV - instalação predial de esgoto: conjunto de tubulações, conexões, caixas, equipamentos e acessórios, localizados no prédio até o ponto de ligação com o poço de inspeção e limpeza (TIL), de responsabilidade do usuário, destinado ao seu esgotamento sanitário, quando conectado ao ponto de coleta de esgoto;

XV - ligação: derivação para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto de um imóvel desde a rede geral até a conexão com a instalação predial, registrada em nome do usuário;

XVI - manancial: corpo de água utilizado para captação de água para abastecimento público, para consumo humano;

XVII - padrão de potabilidade: conjunto de valores máximos permissíveis das características da qualidade da água destinada ao consumo humano;

XVIII - rede de coleta de esgoto: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de coleta de esgotos;

- XIX - rede de distribuição de água: conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de distribuição de água;
- XX - reservatório de água (caixa d'água): depósito destinado ao armazenamento de água potável, com o objetivo de suprir a demanda da edificação por um período mínimo de vinte e quatro horas quando da supressão do abastecimento de água;
- XXIII - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:
- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
 - b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
 - c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
 - d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.
- XXIV - sistema de abastecimento de água: Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que têm por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir água;
- XXV - sistema de esgoto: conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado às águas residuárias ou servidas;
- XXVI - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados aos serviços objeto do presente Regulamento.

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS E DEJETOS

Art. 25 Toda pessoa deve dispor higienicamente de dejetos, resíduos e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial ou pública, de acordo com o prescrito em regulamentos, normas, avisos ou instruções da autoridade de saúde em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Parágrafo Único. A pessoa é proibida de lançar despejos e resíduos industriais nos mananciais de água e sistemas de esgotos sanitários sem a autorização e sem o cumprimento de regulamentos, normas e instruções baixadas pela autoridade de saúde e demais órgãos competentes.

Art. 26 A pessoa é obrigada a utilizar o serviço de coleta, remoção e destino de resíduos sólidos urbanos mantido pela municipalidade, conforme as exigências estabelecidas nos regulamentos, normas e instruções legais.

§ 1º A pessoa deve dispor os resíduos sólidos conforme regulamentos, normas ou instruções da autoridade de saúde.

§ 2º O serviço público urbano de coleta e remoção do lixo, onde não houver incineração ou tratamento adequado, depositá-lo-á em aterros sanitários ou utilizará outros processos, a critério da autoridade de saúde.

§ 3º Os responsáveis por imóveis, domicílios e estabelecimentos comerciais e industriais deverão impedir o acúmulo de lixo, entulho, restos de alimentos, água empoçada ou qualquer outra condição que propicie alimentação, criação ou abrigo de animais sinantrópicos.

SUBSEÇÃO II

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 27. Toda pessoa proprietária ou responsável por sistema de abastecimento de água deve obter a aprovação do serviço de saúde competente, para a sua instalação e utilização, submetendo-se às normas regulamentares, entre as quais as referentes à tomada de amostras para análise, fiscalização técnica de aparelhos e instrumentos e ainda garantir a segurança e potabilidade da água conforme regulamentação Portaria MS 2.914/11 e suas atualizações.

Art. 28 Toda pessoa está proibida de poluir e/ou contaminar os mananciais de superfície e subterrâneo, ou qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, como adutora, reservatório e rede de distribuição.

Art. 29 Toda pessoa responsável por sistema de abastecimento público de água deve proceder conforme as normas técnicas.

Art.30 A pessoa proprietária e/ou usuária, responsável por edificações residenciais, comerciais, industriais ou instalações em logradouro público, localizados em áreas servidas por sistema de abastecimento de água, será obrigada a fazer as respectivas ligações ao sistema, aterrando os poços ao nível do terreno.

Art. 31 A pessoa proprietária e/ou responsável por edificação construirá os reservatórios de água de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. A limpeza e desinfecção dos reservatórios de água será efetuada obrigatoriamente uma vez por ano de acordo com a técnica prescrita pela autoridade de saúde. O prazo poderá ser alterado a critério da autoridade de saúde.

SUBSEÇÃO III

ÁGUAS RESIDUÁRIAS E PLUVIAIS

Art. 32 Toda pessoa é obrigada a dar escoamento das águas servidas ou residuárias, oriundas de qualquer atividade, e as pluviais, em sua propriedade, conforme as disposições regulamentares, normas e instruções da autoridade de saúde.

§ 1º A pessoa é proibida de lançar as águas servidas ou residuárias sem prévio tratamento em mananciais de superfície ou subterrâneos, como em qualquer outra unidade de sistema de abastecimento de água, assim como em lagoas, sarjetas e valas, provocando ou contribuindo para a poluição e/ou contaminação destes.

§ 2º A pessoa é proibida de estancar ou represar as águas correntes ou pluviais em área urbana.

§ 3º A pessoa proprietária de imóveis construídos em locais servidos por coletores públicos de esgotos é obrigada a usá-los, não sendo permitido nesses casos, o uso de fossas sépticas e complementares.

§ 4º É obrigatória a construção de caixa de gordura sifonada na instalação predial de esgoto

§ 5º A pessoa que instalar sistema coletivo ou individual de tratamento de esgoto (fossas sépticas e filtro anaeróbio) deverá deixar os mesmos abertos para a vistoria pela autoridade de saúde quando da concessão do alvará de habite-se, e seguir determinações das normas da ABNT (NBR 7229/93; NBR 13969/97) para o dimensionamento e localização.

§ 6º A autoridade de saúde negará a licença de habite-se se não for cumprido o disposto no parágrafo 5º e intimará o proprietário do imóvel a fazê-lo imediatamente.

CAPÍTULO II DA SAÚDE DE TERCEIROS

SEÇÃO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 33 Toda a pessoa deve zelar para não causar dano à saúde de terceiros, por ação ou omissão, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

SEÇÃO II ATIVIDADES DIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

SUBSEÇÃO I DOS PROFISSIONAIS DE CIÊNCIA DA SAÚDE

Art. 34 A pessoa, no exercício de profissão de ciência da saúde, atuará de conformidade com as normas legais, regulamentares e as de ética.

§1º A pessoa, para exercer profissão de ciência da saúde deve possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

§2º Presume-se no exercício ilegal da profissão a pessoa que, sem ter a respectiva habilitação, anuncie e/ou execute serviços por qualquer meio ou instrumentos relacionados com a ciência da saúde.

Art. 35. O profissional de ciência da saúde deve:

- I - Colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública;
- II - Cientificar sempre a autoridade de saúde as doenças que, através de regulamentos, sejam declaradas de notificação compulsória;
- III - Comunicar a Vigilância Sanitária a ocorrência de doenças de interesse sanitário.

Art. 36 O profissional de ciência da saúde que realize transplante de órgão humano, só pode fazê-lo em estabelecimento devidamente autorizado para esse fim cumprindo as obrigações pertinentes.

Art. 37 A pessoa, no exercício pleno de profissão de ciência da saúde, somente pode proceder a pesquisa ou experiência clínica no ser humano, de acordo com a legislação em vigor, sob patrocínio de instituição pública ou privada de cunho científico, legalmente reconhecida.

SUBSEÇÃO II DOS MÉTODOS DE CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Art. 38 Toda pessoa tem o direito à proteção contra as doenças transmissíveis e/ou evitáveis, sendo-lhe assegurado o direito à vacinação preventiva e outros meios de controle.

Art. 39. Toda pessoa deve cumprir as ordens, instruções, normas e medidas que a autoridade de saúde prescrever, com o objetivo de evitar e/ou controlar a ocorrência, difusão ou agravamento das doenças transmissíveis e das evitáveis.

§ 1º Os pais ou responsáveis são obrigados a providenciar vacinação de menores a seu encargo.

§ 2º A pessoa apresentará atestado de vacina nas circunstâncias especiais previstas em regulamento.

§ 3º Atestado de vacina e carteiras de saúde não serão retidos, em qualquer hipótese, por instituição pública ou privada ou por pessoa física.

Art. 40 Toda pessoa portadora de doença transmissível ou suspeita desta condição e seus contatos devem cumprir as ordens e medidas profiláticas e terapêuticas que os serviços de saúde prescrevem, submetendo-se ao isolamento ou quarentena, quando necessário, no lugar, forma e pelo tempo determinados pela Autoridade de Saúde, de acordo com os regulamentos.

Parágrafo único. A pessoa deve permitir o acesso à habitação, de agente de saúde legalmente identificado, para comprovação e controle dos casos de doenças transmissíveis.

Art. 41 Toda pessoa deve comunicar à autoridade de saúde competente qualquer caso de doença de notificação compulsória, do qual tenha conhecimento.

§ 1º Consideram-se, como objeto de notificação compulsória, as doenças previstas na legislação federal, podendo a Secretaria da Saúde tornar obrigatória a notificação de outras doenças.

§ 2º A forma de notificação compulsória, que pode ter caráter sigiloso, define-se em regulamento.

Art. 42 Toda pessoa criadora ou proprietária de animais deve cumprir os métodos prescritos pela autoridade de saúde, visando à prevenção e ao controle das zoonoses, assegurado ao proprietário o conhecimento dos resultados das análises, e na hipótese de inexistência de doença, a indenização pelos prejuízos.

§ 1º A pessoa é responsável pelos danos à saúde humana causados por doenças de seus animais ou por mantê-los acessíveis a terceiros, ou ainda por não haver cumprido, oportunamente, os métodos prescritos em regulamento.

§ 2º A pessoa, criadora, proprietária ou que comercialize animais, deve adotar os métodos higiênicos dispostos em regulamento, inclusive quanto ao sepultamento de animais.

SUBSEÇÃO III DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Art. 43 Toda pessoa poderá instalar, alterar a destinação ou local de estabelecimento de saúde, no território municipal, devendo solicitar prévia autorização e registro junto aos Órgãos Sanitários competentes, nos termos da lei e dos regulamentos.

Art. 44 Para os efeitos desta Lei entende-se por estabelecimento de saúde:

I - hospital: lugar onde se realizam ações objetivando a promoção, proteção e recuperação da saúde da pessoa, em regime de internação, tais como hospitais gerais, hospitais especializados, maternidade, clínicas e casas de saúde congêneres.

II - laboratório: onde se realizam análises e/ou pesquisas necessárias ao diagnóstico e/ou tratamento de pacientes ou para determinar condições ou estados de saúde individual e coletiva, bem como o que produz drogas, medicamentos, produtos de higiene, toucador, cosméticos, insumos farmacêuticos e correlatos;

III - unidade de hemoterapia: aquele com o objetivo de colheita e análise de sangue, classificação e controle, armazenagem e distribuição, conservação, transfusão e preparação de sangue, de plasma, de produtos derivados de sangue e de soros padrões;

IV - farmácia: estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

V - drogaria: estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais.

VI - posto de Medicamentos e Unidade Volante: estabelecimento destinado exclusivamente à venda de medicamentos industrializados em suas embalagens originais e constantes de relação elaborada pelo órgão sanitário federal, publicada na imprensa oficial, para atendimento à localidade desprovida de farmácia ou drogaria;

VII - dispensário de medicamentos: setor de fornecimento de medicamentos industrializados, privativo de pequena unidade hospitalar ou equivalente;

VIII - distribuidor, representantes, importador e exportador; empresa que exerça direta ou indiretamente o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e de correlatos;

IX - ambulatório, pronto-socorro, policlínica, unidade de emergência, consultório e/ou clínica médica, odontológica, fisioterápica e demais locais onde se realizam diagnóstico e/ou tratamento e atividades de prevenção sem regime de internação, com ou sem o emprego de meios físicos, mecânicos, químicos e psicológicos.

§ 1º Os estabelecimentos a que referem este artigo deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desinsetização e desratização, limpeza de caixa de água com manutenções periódicas.

§ 2º A pessoa deve, para obter autorização, registro e funcionamento de estabelecimento de saúde, cumprir a legislação sanitária, normas regulamentares estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e pelos órgãos estaduais e municipais de saúde e outras disposições legais e regulamentares pertinentes em vigor.

§ 3º Os estabelecimentos de saúde que envolvam exercício de atividade profissional, deverão submeter os contratos de constituição, alteração e rescisão, à apreciação prévia dos respectivos Conselhos Regionais, com a aposição do seu visto e encaminhá-los à Vigilância Sanitária municipal.

Art. 45 Os estabelecimentos de interesse da saúde deverão possuir responsável técnico legalmente habilitado, sempre que a legislação em

vigor ou norma técnica o exigir.

§ 1º Os contratos de constituição, inclusão e alteração de responsabilidade técnica deverão ser submetidos previamente aos respectivos conselhos de classe, com a aposição de seu visto.

§ 2º Sempre que o responsável técnico por estabelecimento iniciar ou deixar a função deverá requerer na Vigilância Sanitária a entrada e/ou baixa de sua responsabilidade técnica, a qual emitirá a respectiva certidão, mediante a apresentação dos documentos solicitados.

Art. 46 Toda pessoa, para fechar estabelecimento de saúde, deve requerer cancelamento do respectivo registro junto aos Órgãos Sanitários competentes, de acordo com as normas regulamentares.

Art. 47 Os estabelecimentos de saúde deverão adotar normas e procedimentos visando o controle de infecção relacionada à assistência à saúde.

Parágrafo único: É de responsabilidade pessoal dos profissionais de saúde o controle de infecção em seus ambientes de trabalho.

Art. 48 Os estabelecimentos de saúde e os veículos para transporte de paciente deverão ser mantidos em rigorosas condições de higiene, devendo ser observadas as normas de controle de infecção estipuladas na legislação sanitária.

Art. 49 Os estabelecimentos de saúde deverão adotar procedimentos adequados na geração, acondicionamento, fluxo, transporte, armazenamento, destino final e demais questões relacionadas a resíduos de serviço de saúde, conforme legislação específica, e suas atualizações.

Art. 50 Os estabelecimentos de saúde deverão possuir condições adequadas para o exercício da atividade profissional na prática de ações que visem à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde.

Parágrafo único. Estes estabelecimentos deverão possuir instalações, equipamentos, instrumentais, utensílios e materiais de consumo indispensáveis e condizentes com suas finalidades e, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento de acordo com as normas técnicas específicas.

Art. 51 Os estabelecimentos de saúde deverão possuir quadro de recursos humanos legalmente habilitados, em número adequado à demanda e às atividades desenvolvidas.

SEÇÃO III

ATIVIDADES INDIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 Toda pessoa cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou frequenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

§1º A pessoa, para construir ou reformar edificação ou parte desta, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deve obter a análise do respectivo projeto arquitetônico e hidrossanitário por parte da autoridade de saúde competente, dependendo, para fins de ocupação, de vistoria sanitária, a qual será repetida periodicamente, conforme disposto em regulamento.

§2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também a qualquer utilização diferente daquela para a qual o edifício ou parte deste foi construído ou reformado.

§ 3º Os projetos hidrossanitários previstos no §1º deverão estar de acordo com a NBR 7229/93 e NBR13969/97 e em caso de edificações destinadas ao serviço de saúde deverão estar de acordo com a RDC 50/2002 e suas atualizações.

§ 4º O responsável pela execução da obra deverá ter em mãos o projeto aprovado pela Autoridade Sanitária para conferência no momento da vistoria.

§ 5º O sistema de tratamento de efluentes e/ou conexão à rede coletora deverá estar totalmente aberto para conferência e vistoria.

SUBSEÇÃO II

HABITAÇÃO URBANA E RURAL

Art. 53 Toda a pessoa proprietária ou usuária de construção destinada a habitação deve obedecer as prescrições regulamentares relacionadas com a salubridade.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por construção destinada à habitação o edifício já construído, toda espécie de obras em execução, e ainda as obras tendentes a ampliá-lo, modificá-lo ou melhorá-lo, com o fim de servir para moradia ou residência própria ou de terceiros.

§ 2º A pessoa proprietária tem obrigação de entregar a casa em condições higiênicas e a usuária tem a obrigação de assim conservá-la.

§ 3º A pessoa proprietária ou usuária de habitação ou responsável por ela deverá acatar a intimação da autoridade de saúde e executar,

dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias à adequação da edificação.

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se, também, a hotel, motel, albergue, dormitório, pensão, pensionato, internato, creche, asilo, cárcere, quartel, convento e similares.

Art. 54 Toda pessoa proprietária e/ou responsável por imóvel deve conservá-lo de forma que não polua ou contamine o ambiente.

§ 1º A pessoa deverá utilizar a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta de conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

§ 2º A pessoa deverá utilizar a rede pública de esgoto sanitário, caso contrário deverá dispor do sistema de tratamento de efluente coletivo ou individual: tanque séptico (conforme NBR 7229/1993) e filtro anaeróbio (conforme NBR 13969/1997), e suas futuras atualizações.

§ 3º A pessoa proprietária e/ou responsável por terreno baldio em zona urbana ou suburbana, é obrigada a realizar as obras de saneamento determinadas pela autoridade de saúde competente.

SUBSEÇÃO III

DOS ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 55 Toda pessoa poderá instalar, alterar a destinação ou local de estabelecimento de interesse da saúde, no território municipal, devendo solicitar prévia autorização e registro junto aos Órgãos Sanitários competentes, nos termos da lei e dos regulamentos.

Art. 56 Para os efeitos desta Lei entende-se por estabelecimento de interesse da saúde:

I - os de produção, acondicionamento, fracionamento, comercialização, dispensação, armazenamento, manipulação, beneficiamento, análise e distribuição de cosméticos; saneantes domésticos; produtos tóxicos e radioativos; alimentos e bebidas; qualquer substância que possa causar dano à saúde.

II - outras unidades e estabelecimentos de interesse da saúde:

- a) instituições de longa permanência de idosos, orfanatos e estabelecimentos congêneres;
- b) estabelecimentos de hospedagem tais como, hotel, motel, camping, albergue, pensões, pousada e estabelecimentos congêneres;
- c) estabelecimentos de ensino, tais como, creches, escolas de ensino fundamental, médio e superior, escolas técnicas, profissionalizantes, de idiomas e estabelecimentos congêneres;
- d) estabelecimentos de lazer e diversão, tais como, cinema, teatro, parques, clubes, associações, salões de festa e estabelecimentos congêneres;
- e) estabelecimentos de estética e cosmética, tais como, de beleza, estética, massoterapia, podologia, tatuagem, piercing e estabelecimentos congêneres;
- f) estabelecimentos de prestação de serviços de desinsetização, de desinfecção, de desinfestação e de desratização de ambientes;
- g) estabelecimentos de lavanderia;
- h) terminais e veículos de transporte de passageiros;
- i) estabelecimentos de criação de animais, biotérios, canis, consultórios e/ou clínicas veterinárias, petshop e estabelecimentos congêneres;
- j) de prestação de serviços de saneamento, tais como, estações de tratamento de efluentes, estações de tratamento de água, aterros sanitários, empresas de limpa-fossa, empresas de carros-pipa, estabelecimentos que produzem e comercializam sistemas de tratamento de esgoto (fossa e filtro) pré-moldados e estabelecimentos congêneres;
- k) estabelecimentos de funerária, necrotério, crematório, casa mortuária, instituto médico legal, cemitérios e estabelecimentos congêneres;
- l) estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em geral;
- m) estabelecimentos de segurança pública, tais como, delegacia, penitenciária e estabelecimentos congêneres.
- n) garagens, oficinas e postos de serviço de abastecimento de veículos
- o) outros estabelecimentos cuja atividade possa, direta ou indiretamente, provocar danos ou agravos à saúde individual ou coletiva.

§ 1º Os estabelecimentos a que referem este artigo deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desinsetização e desratização, limpeza de caixa de água manutenções periódicas.

§ 2º Fica proibida a utilização de estufa nos processos de esterilização de materiais podendo somente ser utilizado método de esterilização por calor úmido, autoclave ou outros métodos reconhecidos pelo Ministério da Saúde ou ANVISA que possam ter seu processo de esterilização validado.

Art. 57 Todo produto destinado ao consumo humano comercializado e/ou produzido no município, estará sujeito à fiscalização sanitária municipal, respeitando os termos desta Lei a Legislação Federal e Estadual no que couber.

Art. 58 O controle sanitário a que estão sujeitos os produtos de interesse da saúde compreende todas as etapas e processos, desde a sua produção até sua utilização e/ou consumo.

Art. 59 No controle e fiscalização dos produtos de interesse da saúde serão observados os padrões de identidade, qualidade e segurança definidos por legislação própria.

§ 1º A autoridade sanitária fará, sempre que considerar necessário, coleta de amostras do produto, para efeito de análise.

§ 2º Os procedimentos para coleta e análise de amostras serão definidos em normas técnicas específicas.

§ 3º A amostra do produto considerado suspeito deverá ser encaminhada ao laboratório oficial para análise fiscal.

§ 4º Os produtos de interesse da saúde que estiveram com as características organolépticas em desacordo com os padrões de identidade, qualidade e segurança deverão ser apreendidos e inutilizados.

Art. 60 É proibido qualquer procedimento de manipulação, beneficiamento ou fabrico de produtos que concorram para adulteração, falsificação, alteração, fraude ou perda de qualidade dos produtos de interesse da saúde.

Art. 61 A autoridade de saúde pode, cautelarmente, apreender, sustar a distribuição, venda, consumo dos produtos de interesse da saúde, interditar estabelecimentos relacionados com os mesmos, bem como tomar quaisquer outras medidas, sempre que a defesa da saúde pública assim exigir.

Art. 62 Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimento de ensino de qualquer natureza deve cumprir as exigências regulamentares para que não haja risco à saúde dos que nele estudem ou trabalhem nem poluição ou contaminação do ambiente.

Parágrafo único. A pessoa deve, para a construção ou funcionamento do estabelecimento, cumprir as normas sobre projeto de construção, zoneamento, localização, orientação, acesso, saneamento, acústica, iluminação, relação espaço/aluno e outras especificadas em regulamento.

Art. 63 Os estabelecimentos de ensino deverão ter compartimentos sanitários devidamente separados por sexo.

§ 1º É obrigatória a existência de instalações sanitárias nas áreas de recreação.

§ 2º Em todas as escolas é obrigatória a existência de bebedouros higiênicos nos corredores e nas áreas de recreação.

Art. 64 Nos estabelecimentos de ensino, as cozinhas e copas, quando houver, deverão satisfazer as exigências mínimas estabelecidas para tais compartimentos, concernentes a restaurantes, porém atendidas as peculiaridades escolares.

Art. 65 Nos internatos serão observadas as disposições referentes às habitações em geral e às de fins especiais, no que lhes forem aplicáveis.

Art. 66 Toda pessoa, proprietária de/ou responsável por estabelecimento ou local para lazer, deve contar, para construção, instalação, funcionamento ou utilização dele, com a aprovação do serviço de saúde competente, a fim de que não ponha em perigo a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou dele se utilizem, nem polua ou contamine o ambiente.

§ 1º Para os efeitos desta lei, a expressão "lugar" ou "estabelecimento para lazer" inclui, entre outros: aeródromo, autódromo, balneário, boate, camping, campo e centro esportivo, cinema, circo, clube, colônia de férias, estádio, ginásio de esportes, hipódromo, jardim público, jardim zoológico, locais de amostras, kartódromo, museu, parque, piscina, pista de corridas, pista de patinação, praça, praia, sauna, teatro e termas.

§ 2º A pessoa usuária de piscina, sauna e termas deve submeter-se a exame médico periódico na forma regulamentar, cujo atestado deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 3º As águas das piscinas públicas e privadas, exceto as residenciais, deverão sofrer controle físico-químico e bacteriológico com a periodicidade estabelecida pela autoridade sanitária, obedecendo às exigências estabelecidas em regulamento no que diz respeito à sua qualidade.

Art. 67 Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercialize, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, deve obedecer aos padrões de higiene e salubridade estabelecidos em lei e regulamento.

§ 1º A pessoa que manipule alimentos ou bebidas, na forma deste artigo, independentemente da sua categoria profissional, é obrigada, para efeito de admissão e permanência no trabalho, a possuir carteira de saúde com exames atualizados fornecida gratuitamente pela rede de serviço básico de saúde, a qual deve ser exigida pelo respectivo proprietário ou responsável.

§ 2º As carteiras de saúde devem ser mantidas atualizadas anualmente; os tipos de exames a serem realizados obedecerão a critérios estabelecidos em normas técnicas.

§ 3º A obrigatoriedade de que trata o parágrafo primeiro é extensiva aos proprietários de/ou responsáveis que intervenham diretamente em seus estabelecimentos, quaisquer que sejam as atividades que desenvolvam nos mesmos.

§ 4º Somente poderá ser comercializado o alimento que preencher os requisitos dispostos em lei, regulamentos, portarias e/ou normas técnicas.

§ 5º Todo veículo utilizado para transporte de alimentos deverá ser de uso exclusivo e possuir Licença de Transporte.

Art. 68 Toda pessoa poderá construir, instalar ou pôr em funcionamento estabelecimento que produza, fabrique, transforme, comercialize, manipule, armazene ou coloque à disposição do público alimento e/ou bebida, desde que obtenha a autorização e registro no serviço público competente, cumprindo, para isto, normas regulamentares, entre outras, as referentes à projetos de construção, localização, saneamento,

peçoal, tecnologia empregada, reutilização de embalagens, instalações, materiais e instrumentos, conforme a natureza e a importância das atividades, assim como dos meios de que dispõe para proteger a saúde da comunidade e evitar a poluição e/ou contaminação do ambiente.

Art. 69 Toda pessoa que elabore, fabrique, armazene, comercialize ou transporte substância ou produto perigoso ou agrotóxico deve solicitar permissão ao serviço de saúde competente e cumprir as exigências regulamentares, em defesa da saúde pública.

§ 1º Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta lei, o que é capaz de, por seu grau de combustão, explosividade, emissão radioativa, carga elétrica, propriedade tóxica ou venenosa, pôr em risco a saúde ou a vida da pessoa ou de terceiros, em qualquer fase de sua preparação, armazenagem, transporte ou utilização.

§ 2º Consideram-se agrotóxicas as substâncias ou misturas de substâncias e/ou processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimentos e à proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como a outros ecossistemas e ambientes doméstico, urbano, hídrico e industrial, cuja finalidade seja alterar a constituição faunística e florística dos mesmos, a fim de preservá-los da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

§ 3º. A pessoa está proibida de entregar ao público substância e produto mencionado neste artigo sem indicação precisa e clara da sua periculosidade, sem a utilização de receituário agrônomo prescrito por profissional devidamente habilitado, bem como das instruções para seu uso correto e correspondente tratamento de urgência, quando puser em risco a saúde e a vida da pessoa e terceiros.

Art. 70 Toda pessoa proprietária de ou responsável por cemitério, crematório, deve solicitar prévia aprovação do serviço de saúde, cumprindo as normas regulamentares, entre as quais as referentes ao projeto de implantação, localização, topografia e natureza do solo, orientação, condições gerais de saneamento, vias de acesso e urbanismo.

§ 1º Para os efeitos desta lei, cemitério é o local onde se guardam restos humanos, compreendendo-se, nesta expressão, corpo de pessoas falecidas ou parte em qualquer estado de decomposição.

§ 2º Para os efeitos desta lei, crematório é o local destinado à queima de cadáveres ou de partes amputadas de corpos humanos ou de animais.

§ 3º Os sepultamentos de pessoas somente serão efetuados após apresentação de declaração de óbito, outorgado em formulário oficial devidamente registrado.

Art. 71 Toda pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário de qualquer natureza deve cumprir as exigências regulamentares para que, por sua localização, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nele trabalhem ou o utilizem.

Parágrafo Único: O estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário que utiliza substância radioativa deve obter permissão prévia e especial do serviço competente para seu funcionamento e reunir condições de segurança adequada à proteção de seu pessoal, de terceiros e do ambiente e deverá obedecer todas as exigências sanitárias regulamentares do código de posturas do Município.

Art. 72 Toda pessoa fica proibida de apresentar conotações enganosas, sensacionalistas ou alarmantes ao divulgar tema ou mensagens relativos à saúde, bem como ao promover ou propagar exercício de profissão, estabelecimento de saúde, alimentos, medicamentos e outros bens ou serviços de saúde.

Parágrafo único. O profissional em comunicação deverá solicitar à autoridade de saúde a orientação necessária para evitar a divulgação de mensagem ou tema relacionado com saúde que possa causar atitudes enganosas ou reações de pânico na população.

CAPÍTULO III SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 73 Nos estabelecimentos de trabalho que venham oferecer perigo à saúde dos funcionários e da população, a juízo da autoridade de saúde, os proprietários serão obrigados a executar os melhoramentos necessários, a remover ou fechar estabelecimentos, quando não forem saneáveis.

§ 1º Na hipótese de remoção ou fechamento, será concedido o prazo máximo de 06 (seis) meses.

§ 2º Os estabelecimentos deverão ter instalações sanitárias separadas por sexo e proporcionais ao número de trabalhadores.

§ 3º Os estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde deverão cumprir as determinações das NRs (Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e emprego).

Art. 74 Os responsáveis pelos locais de trabalho deverão auxiliar a educação higiênica do trabalhador, facilitar a realização de conferências, fazer campanha intensiva de propaganda e educação contra os infortúnios do trabalho e afixar, em locais apropriados, cartazes e boletins fornecidos pelas autoridades de saúde.

Art. 75 Todos os locais de trabalho, inclusive corredores, passagens, escadas e demais dependências devem ter iluminação e ventilação adequada, conforme disposto em Lei, regulamentos e normas técnicas.

Art. 76 A autoridade de saúde, tendo em vista as peculiaridades de cada atividade ou setor de trabalho, poderá tornar obrigatório o uso de protetores, sistema de revezamento, pequenas pausas para descanso, a redução do tempo de trabalho e a realização de exames médicos

periódicos para os trabalhadores.

CAPÍTULO IV

DOS LOCAIS PARA ABRIGO OU CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Art. 77 É admitida a guarda ou abrigo de animais domésticos como cachorros, gatos, aves e outros em zona urbana e residencial, desde que os canis, terrenos ou áreas utilizadas sejam mantidos limpos e desinfetados.

Art. 78 Não será permitida a criação ou conservação de animais que por sua espécie ou quantidade possam ser causa de insalubridade, risco à saúde de terceiros ou incômodo em zona urbana e residencial, sendo proibida também a utilização de quaisquer compartimentos de uma habitação, inclusive porões ou sótãos, para criação ou conservação de animais.

§ 1º É vedada a criação de animais, no perímetro urbano, que pela sua natureza ou quantidade, sejam considerados causa de insalubridade, incômodo ou riscos à saúde pública.

§ 2º Nos casos previstos no presente artigo, a criação ou conservação de animais será proibida, interrompida, transferida ou interditada.

§ 3º Se houver resistência por parte da pessoa proprietária de/ou responsável por guarda ou abrigo de animal previsto neste artigo, a autoridade de saúde solicitará o auxílio da autoridade policial para a adoção das medidas cabíveis, correndo as despesas à conta da pessoa que deu causa à diligência.

Art. 79 A pessoa poderá ter criação de suínos, bovinos, ovinos, aves e eqüinos, desde que as pocilgas, estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres sejam situados em zona rural, obedeçam às exigências de normas regulamentares específicas sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários, e ainda as seguintes:

I - as pocilgas deverão estar localizadas a uma distância de 50 metros, no mínimo, das habitações, dos limites dos terrenos vizinhos e das margens das estradas;

II - os estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres deverão estar localizadas a uma distância de 20 metros, no mínimo, das habitações, dos limites dos terrenos vizinhos e das margens das estradas;

III - nos estábulos, cocheiras, aviários e instalações congêneres será permitido compartimento habitável destinado aos tratadores dos animais, desde que fiquem completamente isolados.

SEÇÃO II

NOTIFICAÇÃO

Art. 80 Fica a critério da autoridade sanitária a lavratura e expedição de termo de orientação e vistoria ao inspecionado para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, com indicação da disposição legal ou regulamentar pertinente, devendo conter a identificação completa do inspecionado.

§ 1º Quando lavrado e expedido o referido termo, o prazo concedido para o cumprimento das exigências será de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por no máximo mais 90 (noventa) dias, a critério da autoridade sanitária, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do prazo inicialmente concedido e devidamente fundamentado.

§ 2º Decorrido o prazo concedido e não sendo atendida as exigências será lavrado auto de infração e instaurado processo administrativo sanitário.

TÍTULO III

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81 Para os efeitos desta lei complementar, considera-se infração, a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, destinam-se à promoção, preservação e recuperação da Saúde.

§ 1º Responde pela infração sanitária a pessoa física e/ou jurídica que, por ação ou omissão, lhe deu causa, concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

§ 2º Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deteriorações ou alteração de produtos ou bens do interesse da saúde pública.

Art. 82 Na apuração das infrações sanitárias, a autoridade sanitária comunicará o fato:

I – à autoridade policial e ao Ministério Público, nos casos que possam configurar ilícitos penais;

II – aos conselhos profissionais, nos casos que possam configurar violação aos códigos de ética profissional.

SEÇÃO III

GRADUAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 83 As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio, e classificam-se em:

- I - leves: aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;
- II - graves: aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- III - gravíssimas: aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 84 Para a graduação e a imposição de pena, a autoridade de Saúde levará em conta:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde pública;
- III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 85 São circunstâncias atenuantes:

- I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;
- III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as conseqüências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;
- IV - ter, o infrator, sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato;
- V - ser, o infrator, primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 86 São circunstâncias agravantes:

- I - ser, o infrator, reincidente;
- II - ter, o infrator, cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado, em contrário ao disposto na legislação sanitária;
- III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV - ter, a infração, conseqüências calamitosas à saúde pública;
- V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;
- VI - ter, o infrator, agido com dolo ainda que eventual, fraude ou má fé.

Art. 87 Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

SEÇÃO IV ESPECIFICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 88 Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

- I – advertência;
- II – multa;
- III - apreensão do produto;
- IV - inutilização de produto;
- V - interdição de produto;
- VI - suspensão de vendas e/ou de fabricação de produto;
- VII - cancelamento de registro de produto;
- VIII - interdição parcial ou total do estabelecimento;
- IX - proibição de propaganda;
- X - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;
- XI - cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento.

§ 1º Aplicada a penalidade de inutilização, o infrator deverá cumpri-la, arcando com seus custos, no prazo determinado pela autoridade sanitária, respeitando a legislação e apresentando o respectivo comprovante.

§ 2º Aplicada a penalidade de interdição, essa ficará em vigor até que o infrator cumpra as medidas exigidas pela legislação sanitária, solicite a realização de nova inspeção sanitária e que a autoridade julgadora se manifeste sobre o pleito de desinterdição de maneira fundamentada.

Art. 89 A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

- I - nas infrações leves, de 30 a 299,99 UFM's;
- II - nas infrações graves, de 300 a 899,99 UFM's;
- III - nas infrações gravíssimas, de 900 a 1.500 UFM's;

§ 1º. Aos valores das multas previstas nesta lei aplicar-se-á a correção monetária.

§ 2º Sem prejuízo do disposto nos artigos 84 e 85 desta lei complementar, na aplicação da penalidade de multa, a autoridade de Saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 3º Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados da data da notificação, recolhendo-a à repartição fazendária municipal competente ou na rede bancária autorizada, através de documento hábil, sob pena de cobrança judicial.

Art. 90 A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei complementar e de seus regulamentos e normas técnicas, ficará caracterizada a reincidência específica quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

Art. 91 As multas impostas em razão da infração sanitária sofrerão redução de 20% (vinte por cento), caso o pagamento seja efetuado no prazo de 20 (trinta) dias, contados da data em que infrator for notificado da decisão que lhe imputou a referida penalidade.

Art. 92 O pagamento da multa em qualquer circunstância, implicará a desistência tácita de recurso em relação a sua aplicação, permanecendo o processo administrativo em relação às demais penalidades eventualmente aplicadas acumulativamente.

Art. 93 Quando aplicada pena de multa e não ocorrer o seu pagamento ou interposição de recurso, a decisão será publicada nos meios oficiais e em seguida o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de 30 (trinta) dias sob pena de cobrança judicial.

Art. 94 Nos casos de risco sanitário iminente, a autoridade sanitária poderá determinar de imediato, sem a necessidade de prévia manifestação do interessado, a apreensão e interdição de produtos, estabelecimentos, seções, dependências, obras, veículo, máquinas, assim como suspensão de vendas, atividades e outras providências acauteladoras, as quais não configurarão aplicação de penalidades sanitária, mas sim o regular exercício das prerrogativas da administração pública.

§ 1º Concomitantemente às medidas acauteladoras previstas no caput deste artigo, a autoridade sanitária deverá lavrar o auto de infração.

§ 2º As medidas acauteladoras previstas neste artigo durarão no máximo 90 (noventa) dias.

SEÇÃO V CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES E SUAS PENALIDADES

Art. 95 A pessoa comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - constrói, instala, ou faz funcionar laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes:

PENA - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa;

II - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimento de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

PENA - advertência, interdição e/ou multa;

III - constrói, instala ou faz funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção, e recuperação da saúde, estabelecimentos de ensino, público ou privado, de qualquer fim, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

PENA - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

IV - Instala consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termas, climáticas, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios-X, substâncias radioativas ou radiações ionizantes e outras; estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explora atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes:

PENA - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

V - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armazena, expede, transporta, compra, vende, cede, ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

PENA - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

VI - faz propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos ou outros, contrariando a legislação sanitária:

PENA - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa;

VII - aquele que tiver o dever legal de fazê-lo deixa de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que dispõem as normas legais ou regulamentares vigentes:

PENA - advertência e/ou multa;

VIII - impede ou dificulta a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:

PENA - advertência e/ou multa;

IX - retém atestado de vacinação obrigatória, deixa de executar, dificulta ou opõe-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

PENA - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

X - opõe-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias:

PENA - advertência e/ou multa;

XI - obsta ou dificulta a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções:

PENA - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XII - avia receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em Lei e normas regulamentares:

PENA - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XIII - fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância e contrariando as normas legais e regulamentares:

PENA - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

XIV - retira ou aplica sangue, procede a operações de plasmaferese ou desenvolve outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares:

PENA - advertência, interdição, cancelamento de licença e registro e/ou multa;

XV - exporta sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano ou utiliza-os, contrariando as disposições legais e regulamentares:

PENA - advertência, interdição, cancelamento da licença e registro e/ou multa;

XVI - rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares:

PENA - advertência, inutilização, interdição e/ou multa;

XVII - altera o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objeto do registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente:

PENA - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização e/ou multa;

XVIII - reaproveita vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes:

PENA - apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XIX - expõe à venda ou entrega ao consumo produtos de interesse à saúde cujo prazo de validade tenha expirado ou apõe-lhe novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado:

PENA - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização e/ou multa;

XX - industrializa produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado:

PENA - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXI - utiliza, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados:

PENA - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da autorização e da licença e/ou multa;

XXII - comercializa produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem a observância das condições necessárias à sua preservação:

PENA - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXIII - aplica raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em geladeiras, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou freqüentados por pessoas e animais:

PENA - advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização e/ou multa;

XXIV - não cumpre normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas a empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres nacionais e estrangeiros:

PENA - advertência, interdição e/ou multa;

XXV - Não cumpre as exigências sanitárias relativas a imóveis, quer seja proprietário ou detenha legalmente a sua posse:

PENA - advertência, interdição e/ou multa;

XXVI - exerça profissões e ocupações relacionadas com a saúde das pessoas sem a necessária habilitação legal:

PENA - interdição e/ou multa;

XXVII - comete o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal:

PENA - interdição e/ou multa;

XXVIII - procede à cremação de cadáveres ou utiliza-os, contrariando as normas sanitárias pertinentes:

PENA - advertência, interdição e/ou multa;

XXIX - fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

PENA - apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa;

XXX - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

PENA - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação de produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa;

XXXI - expor, ou entregar ao consumo humano, sal, refinado ou moído, que não contenha iodo na proporção de dez mil miligramas de iodo metalóide por quilograma de produto:

PENA - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento;

XXXII - descumprir atos emanados das autoridades de saúde visando à aplicação da legislação pertinente:

PENA - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento; proibição de propaganda e/ou multa;

XXXIII - transgredir normas legais e regulamentares pertinentes ao controle da poluição das águas, do ar, do solo e das radiações:

PENA - advertência, interdição temporária ou definitiva e/ou multa;

XXXIV - Inobservar as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamento, abastecimento domiciliário de água, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de trabalho em geral, locais de divertimentos coletivos e de reuniões, necrotérios, velórios e cemitérios, estábulos e coqueiras, saneamento urbano e rural em todas as suas formas, controle dos ruídos e seus incômodos, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a imóveis em geral e sua utilização:

PENA - advertência e/ou multa, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade;

XXXV - atribuir a alimento e medicamento ou qualquer produto que interesse à saúde, através de alguma forma de divulgação, qualidade nutricional, medicamentosa, terapêutica ou de favorecimento à saúde, superior a que realmente possuir, assim, como, divulgar informação que possa induzir o consumidor a erro, quanto à qualidade, natureza, espécie, origem, qualidade e identidade do produto:

PENA - advertência e/ou multa, apreensão dos produtos, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade;

XXXVI - entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir total ou parcialmente, alimento interditado ou apreendido por autoridade de saúde:

PENA - multa, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento ou a cassação da licença para funcionamento;

XXXVII - expor à venda em estabelecimento de gêneros alimentícios, ou em situação que induza a venda para consumo humano, tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação, com exceção dos produtos destinados ao plantio, sendo que para isso, deverá constar do invólucro esta indicação:

PENA - advertência, apreensão dos produtos, e/ou multa;

XXXVIII - contrariar, omitir e/ou negligenciar no cumprimento das normas pertinentes à proteção da flora e da fauna:

PENA - advertência e/ou multa;

XXXIX - transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender ou ceder, produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis sem a devida inspeção sanitária do órgão sanitário competente:

PENA - advertência e/ou multa; interdição, apreensão e/ou inutilização do produto, cancelamento de autorização para funcionamento do estabelecimento.

§ 1º Independem de licença para funcionamento os estabelecimentos integrantes da Administração Pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e às aparelhagens adequados, e à assistência e responsabilidade técnicas.

§ 2º O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitará o infrator à penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

SEÇÃO VI CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PROCESSO

Art. 96 O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta lei e seus regulamentos.

Art. 97 O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou no local em que for verificada a infração, pela autoridade de saúde que a houver constatado, e conterá:

- I - nome do infrator, bem como os demais elementos conhecidos à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade autuada;
- II - o ato ou fato constitutivo da infração e o local, a hora e a data respectivos;
- III - a disposição legal ou regulamentar transgredida;
- IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;
- V - prazo para interposição do recurso, quando cabível;
- VI - nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;
- VII - a assinatura do autuado, ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação dessa circunstância pela autoridade autuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo Único - Os servidores são responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 98 O infrator será notificado para ciência do auto de infração:

- I – pessoalmente;
- II - pelo correio ou via postal;
- III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar a ciência, procede-se na forma prevista no inciso II deste artigo.

§ 2º O Edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, na Imprensa Oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias pós a publicação.

§ 3º Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, será expedido Edital fixando o prazo de trinta dias para o seu cumprimento, observado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado.

§ 5º A desobediência à determinação contida no Edital a que se alude no § 3º deste artigo, além de sua execução forçada, acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, até o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 99 As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento) caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando desistência tácita de defesa ou recurso.

Art. 100 O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 15(quinze) dias contados da sua notificação.

§ 1º Antes do julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, deverá, a autoridade julgadora, ouvir o servidor autuante, que terá prazo de 10 (dez) dias para se pronunciar a respeito.

§ 2º Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pelo dirigente do órgão sanitário competente.

Art. 101 A apuração do ilícito, em se tratando de produto ou substância referidos nos incisos V e XIII o artigo 95, far-se-á mediante a apreensão de amostras para a realização de análise fiscal e de interdição, se for o caso.

Parágrafo único. Regulamento próprio disciplinará os procedimentos específicos, atentando-se à legislação federal e à estadual para a execução do previsto no presente artigo.

Art.102 Nas transgressões que independam de análise ou perícias, inclusive por desacato à autoridade de saúde, o processo obedecerá rito especial e será considerado concluso caso o infrator não apresente recurso no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 103 O infrator poderá recorrer das decisões condenatórias dentro de igual prazo ao fixado para a defesa, inclusive quando se tratar de multa.

§ 1º Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para a autoridade superior, no prazo de 20 (vinte) dias de sua ciência ou publicação.

§ 2º Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do produto em razão de laudo laboratorial confirmado em perícia de contra-prova ou nos casos de fraude, falsificação ou adulteração.

§ 3º Os recursos interpostos das decisões não definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º, do artigo 98.

Art. 104 Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recurso sem apresentação de defesa ou apreciados os recursos, a autoridade de saúde proferirá a decisão final, dando o processo por concluso após a publicação desta última na Imprensa Oficial.

Parágrafo Único – A inutilização dos produtos e o cancelamento do registro, da autorização para funcionamento da empresa e da licença dos estabelecimentos, somente ocorrerão após a publicação de decisão irreversível.

Art. 105 As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos.

§ 1º A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente que objetive a sua apuração e conseqüente imposição da pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

TÍTULO IV

Da Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal

Subseção I

Da Incidência e dos Contribuintes

Art. 106. Será exigida a Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal pela execução, por parte da Secretaria de Saúde dos seguintes serviços:

I - Concessão de Alvará Sanitário: entendido como autorização sanitária para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da vigilância sanitária municipal, a ser renovado anualmente, por determinação da Vigilância Sanitária ou solicitação do cadastrado.

II – Concessão de Licença Especial, entendida como autorização sanitária para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior;

III – Concessão de Licença Provisória, entendida como autorização sanitária para a realização de atividades por prazo pré-determinado, que não ultrapasse os 180 (cento e oitenta) dias;

IV- Vistoria Sanitária: a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento, divulgação, que possa interessar a saúde pública;

V – Vistoria Prévia: vistoria realizada, sempre para instruir o processo para a concessão do Alvará Sanitário

VI - fornecimento de Certidão, Declaração ou Atestado: relativos a assentos atribuíveis à Secretaria de Saúde do Município;

VII - remissão de Alvará Sanitário: em casos de perda do documento, em casos de mudança do Responsável Técnico, entre outros;

VIII – Análise e Aprovação Sanitária de projetos de construção de residências ou apartamentos;

IX – Concessão de Habite-se Sanitário.

X – outras fixadas por Decreto Municipal quando cabíveis;

§ 1º. O comércio eventual ou comércio em eventos festivos e demais eventos, deverão apresentar requerimento para a concessão de Alvará Sanitário com um prazo mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência ao evento toda vez que os produtos comercializados forem de ordem semi-elaborados ou “in natura” e preparação de alimentos.

§ 2º São isentos da taxa de dos atos de vigilância sanitária os órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; e associações, fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo ou religioso que não remunerem seus dirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seus recursos na manutenção dos objetivos sociais.

§ 3º O agricultor familiar, definido conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e identificado pela Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP física ou jurídica, bem como o MEI e o empreendedor de economia solidária ficam isentos de taxas e outros valores relativos à fiscalização da vigilância sanitária.

§ 4º A isenção referente aos parágrafos anteriores não dispensa a obrigatoriedade do cumprimento das exigências contidas nas normas legais e regulamentares.

Subseção II

Do Cálculo

Art. 107. A taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal tem como base a tabela de “Atos de Saúde” constante do Anexo I da presente Lei.

§1º. O pagamento da Taxa prevista neste artigo não exclui o pagamento dos demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

§2º. A taxa dos Atos de Vigilância Sanitária será paga através de guia, devidamente autenticada mecanicamente anteriormente à execução

do ato.

§3º. As taxas de que trata a presente Lei, tem como base de cálculo, a prevista na tabela "Atos da Saúde" em anexo a esta Lei, considerando as alíquotas das Unidades Fiscais do Município – UFM de cada atividade.

§4º. Para estabelecimentos com mais de uma atividade, o valor da taxa será a soma em Unidades Fiscais do Município – UFM das atividades exercidas.

§5º. As inscrições no cadastro da Unidade de Vigilância Sanitária dos requerimentos de Alvará Sanitário para estabelecimentos com início das atividades após o último dia útil do mês de abril, pagarão taxa com proporcionalidade, considerando um duodécimo (1/12) por mês de exercício a contar do mês de início de atividades até findo o exercício, assumindo então condição normal nos próximos exercícios.

§6. O vencimento do alvará sanitário será definido através de Decreto executivo, entre os meses de janeiro à abril, revertendo-se sua receita ao Fundo Municipal de Saúde.

Título V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 108. Todo alimento somente será exposto ao consumo ou entregue à venda depois de registrado no órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 109. Estão obrigados a registro no órgão competente do Ministério da Saúde:

I – Os aditivos intencionais;

II – as embalagens, equipamentos e utensílios elaborados e/ou revestidos internamente de substâncias resinosas e poliméricas e destinados a entrar em contato com alimentos, inclusive os de uso doméstico;

III – Os coadjuvantes da tecnologia da fabricação, assim declarados por resolução da Comissão Nacional de Normas e Alimentos.

Parágrafo Único – O registro e a liberação de industrialização dos referidos produtos será feito junto ao Ministério da Saúde, através da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado.

Art. 110 A autoridade sanitária terá livre ingresso, em qualquer dia e hora, mediante identificação e uso das formalidades legais, em todas as habitações particulares ou coletivas, prédios ou estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos, lugares e logradouros públicos, neles fazendo observar o cumprimento das normas sanitárias em vigor.

§ 1º Nos casos de oposição à visita ou inspeção, a autoridade de saúde lavrará auto de infração e intimará o proprietário, locatário, morador, administrador ou seus procuradores a facilitar a visita, imediatamente ou dentro de 24 horas, conforme a urgência.

§ 2º Persistindo o embaraço, a autoridade sanitária poderá solicitar a intervenção da autoridade policial civil, militar ou judicial, esgotadas as medidas de conciliação, sem prejuízo das penalidades previstas.

Art. 111 Os recursos provenientes da receita de taxas dos atos de vigilância sanitária municipal e das penalidades de multas previstas nesta lei complementar, serão depositados e centralizados em conta especial do Fundo Municipal de Saúde – FMS .

Parágrafo único. Os recursos financeiros previstos neste artigo têm por finalidade a obtenção supletiva de recursos destinados à melhoria dos serviços relacionados com a vigilância sanitária municipal como o custeio e manutenção da estrutura do serviço de vigilância sanitária, aquisição de equipamentos, móveis, veículos, confecção material didático e outros inerentes ao serviço, capacitações, cursos, construção de sede própria.

Art. 112 Os pedidos de restituição de taxas indevidamente pagas ou recolhidas a maior só serão aceitos quando instruídos com as vias destinadas ao contribuinte e cópia da via destinada ao órgão prestador do serviço.

Art. 113 O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à execução desta lei complementar.

Art. 114 Os termos técnicos que se empregam nesta lei complementar e nela não se encontram definidos explicitamente serão entendidos no sentido que lhes consagra a legislação federal e estadual, e na ausência desta, o constante das regulamentações decorrentes da presente lei complementar.

Art. 115 Toda pessoa, física ou jurídica, ao encerrar ou suspender as atividades de qualquer estabelecimento ou prestador de serviço, deverá requerer cancelamento do respectivo registro no órgão fazendário municipal, caso contrário continuarão a incorrer as taxas devidas anualmente à Vigilância Sanitária, até a efetiva baixa de sua inscrição.

Art. 116 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado quanto aos seus efeitos o disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c" da Constituição Federal.

Art. 117 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial os artigos 364 a 414 e Anexo II da Lei Complementar n. 142/98 e demais alterações posteriores.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de agosto de 2015, 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

ANEXO I

ATOS DA SAÚDE PÚBLICA				
1	- ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (Por Atividade Desenvolvida)			
11	- INDÚSTRIA DE ALIMENTOS			
111	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
11101	- Conservas de produtos de origem vegetal.	100		
11102	- Doces/produtos confeitaria (c/creme).	100		
11103	- Massas frescas.	100		
11104	- Panificação (fab./distrib).	100		
11105	- Produtos alimentícios infantis.	100		
11106	- Produtos Congelados.	100		
11107	- Produtos Dietéticos.	100		
11108	- Refeições industriais.	100		
11109	- Sorvetes e similares.	100		
11199	- Congêneres.	100		
A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescido o valor de 15 (quinze) UFM's.				
112	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
11201	- Aditivos.	65		
11202	- Água mineral.	65		
11203	- Amido e derivados.	65		
11204	- Bebidas alcoólicas, sucos e outras.	65		
11205	- Biscoitos e bolachas.	65		
11206	- Cacau, chocolates e sucedâneos.	65		
11207	- Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos.	65		
11208	- Condimentos, molhos e especiarias.	65		
11209	- Confeitos, caramelos, bombons e similares.	65		
11210	- Desidratadora de frutas (uvas-passa, banana, maçã, etc.).	65		
11211	- Desidratadora de vegetais e ervateiras.	65		
11212	- Farinhas (moinhos) e similares.	65		
11213	- Gelatinas, pudins, pós para sobremesa e sorvetes.	65		
11214	- Gelo.	65		
11215	- Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab./ref./envasadoras).	100		
11216	- Marmeladas, doces e xaropes.	65		
11217	- Massas secas.	65		
11218	- Refinadora e envasadora de açúcar.	65		
11219	- Refinadora e envasadora de sal.	65		
11220	- Salgadinhos/batata frita (empacotado).	65		
11221	- Salgadinho e frituras.	65		
11222	- Suplementos alimentares enriquecidos.	65		
11223	- Tempero à base de sal.	65		
11224	- Torrefadora de café.	65		
11299	- Congêneres.	65		
A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescido o valor de 10 (dez) UFM's.				
12	- LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS			
121	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
12101	- Açougue.	70		
12102	- Assadora de aves e outros tipos de carne.	15		
12103	- Cantina escolar.	15		
12104	- Casa de carnes.	30		

12105	- Casa de frios (laticínios e embutidos).	30		
12106	- Casa de sucos/caldo de cana e similares.	15		
12107	- Comércio atacadista/depósito de produtos perecíveis.	60		
12108	- Confeitaria.	40		
12109	- Cozinha de escolas.	30		
12110	- Cozinha clube/hotel/creche/boate/similares.	40		
12111	- Cozinha de lactários/hosp./mater./casas de saúde.	30		
12112	- Feira livre/comérc.amb. (c/venda carne/pescados, outros).	30		
12113	- Lanchonete/café colonial e petiscarias.	30		
12114	- Mercearia/armazém (única atividade).	30		
12115	- Padaria/panificadora e/ou posto de vendas.	40		
12116	- Pastelaria.	20		
12117	- Peixaria (pescados e frutos do mar).	30		
12118	- Pizzaria.	40		
12119	- Produtos congelados.	40		
12120	- Restaurante/buffet/churrascaria.	50		
12121	- Rotisserie.	40		
12122	- Serv-carro/drive-in/quiosque/trailer e similares.	20		
12123	- Sorveteria e/ou posto de venda.	30		
12124	- Supermercado	180		
12125	- Mini - mercado	100		
12199	- Congêneres.	30		

Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 20 (vinte) UFM's.

122	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
12201	- Bar/boate/wisqueria.	30		
12202	- Bomboniere.	20		
12203	- Café.	20		
12204	- Depósito de bebidas.	30		
12205	- Depósito de frutas e verduras.	30		
12206	- Depósito de produtos não perecíveis.	20		
12207	- Envasadora de chás/café/condimentos/especiarias.	40		
12208	- Feira-livre/comércio amb. Alimentos não perecíveis.	15		
12209	- Quitanda, frutas e verduras.	15		
12210	- Venda ambulante(carrinho pipoca/milho/sanduche, etc.).	15		
12211	- Comércio atacadista de produtos não perecíveis.	30		
12299	- Congêneres.	30		

Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 15 (quinze) UFM's.

13	- INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE			
131	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
13101	- Agrotóxicos.	150		
13102	- Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	150		
13103	- Insumos farmacêuticos.	150		
13104	- Produtos farmacêuticos.	150		
13105	- Produtos biológicos.	150		
13106	- Produtos de uso laboratorial.	150		
13107	- Produtos de uso médico/hospitalar.	150		
13108	- Produtos de uso odontológico.	150		
13109	- Próteses(ortop./estética/auditiva, etc).	150		
13110	- Saneantes domissanitários.	150		
13199	- Congêneres.	150		

Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido do valor de 30 (trinta) UFM's.

132	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
13201	- Embalagens.	100		
13202	- Equip./instrumentos laboratorias.	100		
13203	- Equip./instrumentos médico/hospitalares.	100		
13204	- Equip./instrumentos odontológicos.	100		
13205	- Produtos veterinários.	100		

13299	- Congêneres.	100		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 30 (trinta) UFM's.				
14	- COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE			
141	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
14101	- Agrotóxicos.	70		
14102	- Com./distrib. de medicamentos.	70		
14103	- Com./distrib. de produtos laboratoriais.	70		
14104	- Com./distrib. de produtos médico/hospitalar.	70		
14105	- Com./distrib. de produtos odontológicos.	70		
14106	- Com./distrib. de produtos veterinários.	70		
14107	- Com./distrib. de saneantes/domissanitários.	70		
14108	- Produtos químicos.	70		
14199	- Congêneres.	50		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 20 (vinte) UFM's.				
142	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
14201	- Alimentação animal (ração/supletivos).	40		
14202	- Com./distrib. de cosméticos, perfumes, produtos higiene.	40		
14203	- Embalagens.	40		
14204	- Equip./instrumentos agrícolas, ferragens, etc.	40		
14205	- Equip./instrumentos laboratoriais.	40		
14206	- Equip./instrumentos médico/hospitalares.	40		
14207	- Equip./instrumentos odontológicos.	40		
14208	- Fertilizantes/corretivos.	40		
14209	- Prótese (ortop./estética/auditiva, etc.).	40		
14210	- Sementes/selecionadas/mudas.	40		
14299	- Congêneres.	40		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 15 (quinze) UFM's.				
15	- PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SAÚDE			
151	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
15101	- Ambulatório médico.	30		
15102	- Ambulatório odontológico.	30		
15103	- Ambulatório veterinário.	30		
15104	- Ambulatório de enfermagem.	30		
15105	- Banco de leite humano.	20		
15106	- Clínica médica.	100		
15107	- Clínica veterinária.	50		
15108	- Hemodiálise.	130		
15109	- Policlínica.	100		
15110	- Pronto socorro.	30		
15111	- Serviço de nutrição e dietética.	30		
15112	- Unidade sanitária.	Isento		
15113	- Radiologia médica (por equipamento).	50		
15114	- Radiologia odontológica (por equipamento).	20		
15115	- Farmácia (alopática).	100		
15116	- Farmácia (homeopática).	100		
15117	- Drogeria.	100		
15118	- Posto de medicamentos.	50		
15119	- Dispensário de medicamentos.	20		
15120	- Ervanária.	40		
15121	- Unidade volante de comércio farmacêutico.	20		
15122	- Farmácia privada (hosp./clínica/assoc., etc.).	50		
15123	- Hospital especializado.	150		
15124	- Hospital geral.	150		
15125	- Hospital infantil.	150		
15126	- Maternidade.	150		
15127	- Unidade integrada de saúde/unidade mista.	100		

15128	- Laboratório de análises clínicas.	100		
15129	- Laboratório de análises bromatológicas.	100		
15130	- Laboratório de anatomia e patologia.	100		
15131	- Laboratório de controle qualidade ind. farmacêutica.	100		
15132	- Laboratório de análises físico-químicas/microbiológicas/químico-toxicológicos.	100		
15133	- Laboratório cito/genético.	100		
15134	- Posto de coleta de material de laboratório.	30		
15135	- Agência transfusional de sangue.	50		
15136	- Banco de sangue.	100		
15137	- Posto de coleta de sangue.	50		
15138	- Serviço de hemoterapia.	100		
15139	- Unidade volante de assist. médica pré-hospitalar (por unidade móvel)	50		
15140	- Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel).	30		
15141	Estabelecimentos de propriedade da União, Estados e Municípios	Isento		
15142	- Tatuagem	30		
15143	- Piercing	30		
15199	Congêneres	30		

Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescida o valor de 20 (vinte) UFM's.

152	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
15201	- Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação.	80		
15202	- Clínica de psicoterapia/desintoxicação.	80		
15203	- Clínica de psicanálise.	80		
15204	- Clínica de odontologia.	80		
15205	- Clínica de tratamento e repouso.	80		
15206	- Clínica de ortopedia.	50		
15207	- Clínica de diagnóstico por imagem (por equipamento).	50		
15208	- Clínica de fonoaudiologia.	50		
15209	- Consultório médico.	60		
15210	- Consultório nutricional.	60		
15211	- Consultório odontológico.	60		
15212	- Consultório de psicanálise/psicologia/psico pedagogia.	60		
15213	- Consultório veterinário.	60		
15214	- Estabelecimento de massagem.	60		
15215	- Laboratório de prótese dentária.	50		
15216	- Laboratório de prótese auditiva.	50		
15217	- Laboratório de prótese ortopédica.	50		
15218	- Laboratório de ótica.	50		
15219	- Ótica.	30		
15220	- Serviços eventuais (pressão arterial, coleta e tipo de sangue).	10		
15221	- Estab. Saúde de propriedade da União, Estado e Município.	Isento		
15222	- Acupuntura	60		
15223	- Casa de massagem	40		
15224	- Consultório de fisioterapia.	60		
15225	- Estética	60		
15226	- Lavanderia hospitalar	50		
15299	- Congêneres.	20		

Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 15 (quinze) UFM's.

16	- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE			
161	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
16101	- Asilo e similares.	Isento		
16102	- Desinsetizadora e/ou desratizadora.	60		
16103	- Escola de natação e similares.	40		
16104	- Estab. de ensino pré-escolar maternal, pre-escolar creche, estab. pré-escolar jardim de infância.	40		
16105	- Estab. de ensino de 1º, 2º e 3º graus e similares.	50		
16106	- Estab. de ensino (todos os graus) regime de internato.	50		
16107	- Piscina coletiva.	60		
16108	- Radiologia industrial.	100		
16109	- Sauna.	50		
16110	- Zoológico.	50		

16111	- Estab. de propriedade da União, Estado, Município.	Isento		
16112	- Funerária	50		
16199	- Congêneres.	50		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 15 (quinze) UFM's.				
162	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
16201	- Aviário/pequenos animais/peixes ornamentais/aquários.	30		
16202	- Academia de ginástica/dança/artes marciais e similares.	30		
16203	- Agência bancária e similares.	30		
16204	- Barbearia.	15		
16205	- Camping.	30		
16206	- Cárcere/penitenciária e similares.	Isento		
16207	- Casa de espetáculos (discotecas/bailes e similares).	30		
16208	- Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche e similares).	30		
16209	- Cemitério/necrotério.	30		
16210	- Cinema/auditório/teatro.	30		
16211	- Circo/rodeio/hípica/parque de diversões.	30		
16212	- Comércio em geral (eletrod. calçados, tecidos, disco, vestuário, etc).	30		
16213	- Dormitório (por cômodo).	5		
16214	- Escritórios em geral.	25		
16215	- Estação de tratamento de água par abastecimento público.	100		
16216	- Estação de tratamento de esgoto.	100		
16217	- Estética facial/maquiagem.	30		
16218	- Floricultura/plantas/mudas.	30		
16219	- Garagem/estacionamento coberto.	30		
16220	- Hotel (hospedagem) por cômodo.	5		
16221	- Igrejas e similares.	Isento		
16222	- Lavanderia.	30		
16223	- Motel (hospedagem) por cômodo.	5		
16224	- Oficina/consertos em geral.	30		
16225	- Orfanato/patronato.	15		
16226	- Parque natural/campo de naturismo.	30		
16227	- Pensão (por cômodo).	5		
16228	- Posto de combustível/lubrificante.	40		
16229	- Quartel.	Isento		
16230	- Salão de beleza/manicure/cabeleireiro.	20		
16231	- Shopping (área comum) exceto estabelecimentos.	30		
16232	- Serviço e veículo para transporte de alimentos (por veículo).	20		
16233	- Serviço de coleta, transp. e destino de resíduos sólidos.	100		
16234	- Serviço de lavagem de veículos.	30		
16235	- Serviço de limpeza de fossa.	50		
16236	- Serviço de limpeza/desinf. de poço/caixa d'água.	30		
16237	- Tabacaria.	30		
16238	- Transportadora de produtos perecíveis (por veículo).	20		
16239	- Transporte coletivo (terrestre, marítimo e aéreo).	20		
16240	- Empresa produtora de módulos sanitários.	20		
16241	- Estab. de propriedade da União, Estado ou Município.	Isento		
16242	- Eventos Diversos (venda de alimentos, vacinação extra-muro, eventos festivos)	30		
16243	- Ferro Velho	40		
16244	- Indústria em Geral – até 50 empregados	30		
16245	- Indústria em Geral – de 51 à 100 empregados	60		
16246	- Indústria em Geral – acima de 100 empregados	100		
16247	- Estamparias	40		
16248	- Reciclagem de lixo	40		
16249	- Associação de Moradores	Isento		
16299	- Congêneres.	20		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido de 10 (dez) UFM's.				
2	- ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO			
21	- DIVERSOS			
211	- DIVERSOS	UFMs		

21101	- Apartamento/hotel/cabana(prédio) -(p/m²).	0,2		
21102	- Residência - (p/m²).	0,2		
	- Ampliação - (p/m²).	0,2		
	- Habitação popular até 40 m2 - (p/m²).	Isento		
21103	- Sala comercial - (p/m²).	0,5		
21104	- Ginásio/estádio e similares - (p/m²).	0,5		
21105	- Galpão/depósito e similares - (p/m²).	0,5		
21106	- Garagem/est. coberto - (p/m²).	0,2		
21107	- Estabelecimento de saúde - (p/m²).	0,3		
21108	- Estabelecimento de ensino - (p/m²).	0,2		
21109	- Estabelecimento de Ginástica/natação e lazer - (p/m²).	0,2		
21110	- Maternal/creche/jardim infância/asilo - (p/m²).	0,3		
21111	- Habitação coletiva - internato e similares - (p/m²).	0,2		
21112	- Cemitério e fins - (p/m²).	-		
21113	- Estab. de propriedade da União, Estados e Município	Isento		
21199	- Congêneres - (p/m²).	0,2		
3	- ANÁLISE DE PROJETOS			
31	- DIVERSOS			
311	- DIVERSOS	UFMs		
31101	- Apartamento/residência e similares - até(100m²).	15		
31102	- Estabelecimento de saúde - até(100m²).	15		
31103	- Estabelecimento de ensino - até(100m²).	15		
31104	- Estabelecimento de ginástica/lazer e similares - até(100m²).	15		
31105	- Estabelecimentos e locais de trabalho - até(100m²).	15		
31106	- Maternal/creche/jardim infância/asilo - até(100m²).	15		
31107	- Cemitério e fins - até(100m²).	15		
31108	- Sistema de tratamento de água - até(100m²).	15		
31109	- Sistema de tratamento de esgoto - até(100m²).	15		
31110	- Estab. de propriedade da União, Estado ou Município	Isento		
31199	- Congêneres - até (100m²).	15		
P/ cada metro quadrado do projeto analisado acima de 100m²	0,2			
5	- ANÁLISES LABORATORIAS			
51	- ANÁLISE DE ALIMENTOS, BEBIDAS, MATÉRIAS-PRIMAS PARA ALIMENTOS, ADITIVOS E CONSULTAS TÉCNICAS.			
511	- ÁGUAS	UFMs		
51101	- Águas industriais.	Arbitrar		
51102	- Análise Química de potabilidade.	40		
51103	- Análise bacteriológica de potabilidade.	30		
51104	- Análise de potabilidade(química + bacteriológica).	60		
51105	- Análise de potabilidade c/ exame detalhado do resíduo.	50		
- Para cada elemento do resíduo, acréscimo de	10			
51106	- Análise microbiológica de água mineral incluindo pseudomonas, enterococcus e clostrídio sulfito redutor (indicativa)	Arbitrar		
51107	- Eficiência de filtros para água (bacteriológico)	40		
51108	- Eficiência de filtros para água (químico)	40		
51109	- Água de piscina	40		
51199	- coleta de alimentos, água, bebidas e outras	5		
512	- ADITIVOS PARA ALIMENTOS	UFMs		

51201	- Aditivos, quimicamente definidos	40		
51202	- Aditivos em alimentos, exame quantitativo, cada um	25		
51203	- Aditivos em alimentos, exame qualitativo, cada um	10		
51204	- Mistura de aditivos em preparação para alimentos, cada aditivo a ser determinado.	25		
51205	- Teor de bioxina.	25		
51206	- Teor de cafeína.	25		
51207	- Teor de lactose.	25		
513	- ALCOOL	UFMs		
51301	- Álcool para uso alimentar ou farmacêutico	25		
514	- ALIMENTOS	UFMs		
51401	- Alimentos em geral, naturais ou industrializados, exame bromatológico (voláteis a 105 °C, resíduo mineral fixo, lipídeos, glicédeos)	40		
51402	- Exame microscópico e exame microbiológico	40		
51403	- Determinação de glúten.	15		
51404	- Determinação de fibras.	15		
51405	- Determinação de colesterol, em alimentos com ovos.	15		
51406	- Determinação de caseína em alimentos (com prévia consulta junto a seção competente)	15		
51407	- Análise bromatológica, com determinação do valor calórico.	40		
51408	- Matérias primas, quimicamente definidas p/uso alimentar.	40		
51409	- Alcalinidade livre.	15		
52	- MEDICAMENTOS	UFMs		
52001	- Testes físicos em medicamentos e matéria prima (densidade, viscosidade, ponto de fusão, ph, umidade, teste de desintegração de comprimido), cada um.	10		
52002	- Substância quimicamente definida inscrita em farmacopéias.	20		
52003	- Medicamento composto (análise quantitativa), por componente.	20		
52004	- Medicamento composto (análise qualitativa), por componente.	20		
52005	- Produtos oficiais (análise quantitativa).	20		
52006	- Produtos oficiais (análise qualitativa).	20		
52007	- Esteróides, corticosteróides (análise qualitativa/quantitativa).	20		
52008	- Produtos à base de plantas ou extratos de plantas não inscritos em farmacopéias ou formulários.	25		
52009	- Antibióticos (análise química).	20		
52010	- Antibióticos (análise microbiológica).	20		
53	- PESTICIDAS E OUTROS	UFMs		
53001	- Resíduos de pesticidas organoclorados/fosforados, cada um.	80		
53002	- Resíduos de fosfina, carbamato, deltameteina, cada um.	80		
52003	- Resíduos de ácido de etileno, etilenocloridrina, etilenoglicol, cada um.	30		
52004	- Benzeno em solvente para tintas.	25		
52005	- Formulação de pesticidas (cada principio ativo).	Arbitrar		
52006	- Bifenilas policloradas (pcb's).	80		
54	- VÁRIOS	UFMs		
54001	- Titulação potenciométrica.	20		
54002	- Determinação de cianeto.	20		
54003	- Espectro de região UV - VIS.	20		
54004	- Espectro na região do infravermelho.	20		
54005	- Espectro infravermelho, com interpretação.	Arbitrar		
54006	- Umidade, segundo Karl Fischer.	20		
54007	- Análise de detergentes e desinfetantes, por componente.	20		
54008	- Análise de arsênio (Gutzeit).	15		
54009	- Análise de arsênio (colorimetria c/dietiltoiocarbamato ag).	20		
54010	- Análise de fluor (eletrodo seletivo).	20		
54011	- Análise de metais pesados (sem chumbo) com gás sulfúrico.	15		
54012	- Consulta técnica.	Arbitrar		
54013	- Biodegradabilidade.	25		

6	- SERVIÇOS DIVERSOS			
61	- DIVERSOS			
611	- DIVERSOS	UFMs		
61101	- Segunda via do alvará sanitário.	10		
61102	- Análise de processos para registro de produtos.	10		
61103	- Segunda via de certificado de registro de produto.	10		
61104	- Alteração de contrato social.	10		
61105	- Baixa de alvará sanitário (mudança, baixa razão social).	5		
61106	- Baixa de responsabilidade técnica.	5		
61107	- Mudança de responsabilidade técnica.	5		
61108	- Mudança de endereço.	20% do valor do alvará		
61109	- Segunda via de análise.	5		
61110	- Início de atividades s/ alvará sanitário.	20		
61111	- Renovação do alvará sanitário fora do prazo (multas aplicáveis s/ o débito).	10%		
61112	- Além da multa incide juros de 1% ao mês ou fração	1%		

ATOS DA SAÚDE PÚBLICA				
1	- ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (Por Atividade Desenvolvida)			
11	- INDÚSTRIA DE ALIMENTOS			
111	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
11101	- Conservas de produtos de origem vegetal.	100		
11102	- Doces/produtos confeitaria (c/creme).	100		
11103	- Massas frescas.	100		
11104	- Panificação (fab./distrib).	100		
11105	- Produtos alimentícios infantis.	100		
11106	- Produtos Congelados.	100		
11107	- Produtos Dietéticos.	100		
11108	- Refeições industriais.	100		
11109	- Sorvetes e similares.	100		
11199	- Congêneres.	100		
A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescido o valor de 15 (quinze) UFM's.				
112	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
11201	- Aditivos.	65		
11202	- Água mineral.	65		
11203	- Amido e derivados.	65		
11204	- Bebidas alcoólicas, sucos e outras.	65		
11205	- Biscoitos e bolachas.	65		
11206	- Cacau, chocolates e sucedâneos.	65		
11207	- Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos.	65		

11208	- Condimentos, molhos e especiarias.	65		
11209	- Confeitos, caramelos, bombons e similares.	65		
11210	- Desidratadora de frutas (uvas-passa, banana, maçã, etc.).	65		
11211	- Desidratadora de vegetais e ervateiras.	65		
11212	- Farinhas (moinhos) e similares.	65		
11213	- Gelatinas, pudins, pós para sobremesa e sorvetes.	65		
11214	- Gelo.	65		
11215	- Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab./ref./envasadoras).	100		
11216	- Marmeladas, doces e xaropes.	65		
11217	- Massas secas.	65		
11218	- Refinadora e envasadora de açúcar.	65		
11219	- Refinadora e envasadora de sal.	65		
11220	- Salgadinhos/batata frita (empacotado).	65		
11221	- Salgadinho e frituras.	65		
11222	- Suplementos alimentares enriquecidos.	65		
11223	- Tempero à base de sal.	65		
11224	- Torrefadora de café.	65		
11299	- Congêneres.	65		
A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescentado o valor de 10 (dez) UFM's.				
12	- LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS			
121	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
12101	- Açougue.	70		
12102	- Assadora de aves e outros tipos de carne.	15		
12103	- Cantina escolar.	15		
12104	- Casa de carnes.	30		
12105	- Casa de frios (laticínios e embutidos).	30		
12106	- Casa de sucos/caldo de cana e similares.	15		
12107	- Comércio atacadista/depósito de produtos perecíveis.	60		
12108	- Confeitaria.	40		
12109	- Cozinha de escolas.	30		
12110	- Cozinha clube/hotel/creche/boate/similares.	40		
12111	- Cozinha de lactários/hosp./mater./casas de saúde.	30		
12112	- Feira livre/comérc.amb. (c/venda carne/pescados, outros).	30		
12113	- Lanchonete/café colonial e petiscarias.	30		
12114	- Mercearia/armazém (única atividade).	30		
12115	- Padaria/panificadora e/ou posto de vendas.	40		
12116	- Pastelaria.	20		
12117	- Peixaria (pescados e frutos do mar).	30		
12118	- Pizzaria.	40		
12119	- Produtos congelados.	40		
12120	- Restaurante/buffet/churrascaria.	50		
12121	- Rotisserie.	40		
12122	- Serv-carro/drive-in/quiosque/trailer e similares.	20		
12123	- Sorveteria e/ou posto de venda.	30		
12124	- Supermercado	180		
12125	- Mini - mercado	100		
12199	- Congêneres.	30		

Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 20 (vinte) UFM's.				
122	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
12201	- Bar/boate/wisqueria.	30		
12202	- Bomboniere.	20		
12203	- Café.	20		
12204	- Depósito de bebidas.	30		
12205	- Depósito de frutas e verduras.	30		
12206	- Depósito de produtos não perecíveis.	20		
12207	- Envasadora de chás/café/condimentos/especiarias.	40		
12208	- Feira-livre/comércio amb. Alimentos não perecíveis.	15		
12209	- Quitanda, frutas e verduras.	15		
12210	- Venda ambulante(carrinho pipoca/milho/sanduíche, etc.).	15		
12211	- Comércio atacadista de produtos não perecíveis.	30		
12299	- Congêneres.	30		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 15 (quinze) UFM's.				
13	- INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE			
131	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
13101	- Agrotóxicos.	150		
13102	- Cosméticos, perfumes e produtos de higiene.	150		
13103	- Insumos farmacêuticos.	150		
13104	- Produtos farmacêuticos.	150		
13105	- Produtos biológicos.	150		
13106	- Produtos de uso laboratorial.	150		
13107	- Produtos de uso médico/hospitalar.	150		
13108	- Produtos de uso odontológico.	150		
13109	- Próteses(ortop./estética/auditiva, etc.).	150		
13110	- Saneantes domissanitários.	150		
13199	- Congêneres.	150		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido do valor de 30 (trinta) UFM's.				
132	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		

13201	- Embalagens.	100		
13202	- Equip./instrumentos laboratorias.	100		
13203	- Equip./instrumentos médico/hospitalares.	100		
13204	- Equip./instrumentos odontológicos.	100		
13205	- Produtos veterinários.	100		
13299	- Congêneres.	100		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 30 (trinta) UFM's.				
14	- COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE			
141	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
14101	- Agrotóxicos.	70		
14102	- Com./distrib. de medicamentos.	70		
14103	- Com./distrib. de produtos laboratoriais.	70		
14104	- Com./distrib. de produtos médico/hospitalar.	70		
14105	- Com./distrib. de produtos odontológicos.	70		
14106	- Com./distrib. de produtos veterinários.	70		
14107	- Com./distrib. de saneantes/domissanitários.	70		
14108	- Produtos químicos.	70		
14199	- Congêneres.	50		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 20 (vinte) UFM's.				
142	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
14201	- Alimentação animal (ração/supletivos).	40		
14202	- Com./distrib. de cosméticos, perfumes, produtos higiene.	40		
14203	- Embalagens.	40		
14204	- Equip./instrumentos agrícolas, ferragens, etc.	40		
14205	- Equip./instrumentos laboratoriais.	40		
14206	- Equip./instrumentos médico/hospitalares.	40		
14207	- Equip./instrumentos odontológicos.	40		
14208	- Fertilizantes/corretivos.	40		
14209	- Prótese (ortop./estética/auditiva, etc.).	40		
14210	- Sementes/selecionadas/mudas.	40		
14299	- Congêneres.	40		

Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 15 (quinze) UFM's.				
15	- PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SAÚDE			
151	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
15101	- Ambulatório médico.	30		
15102	- Ambulatório odontológico.	30		
15103	- Ambulatório veterinário.	30		
15104	- Ambulatório de enfermagem.	30		
15105	- Banco de leite humano.	20		
15106	- Clínica médica.	100		
15107	- Clínica veterinária.	50		
15108	- Hemodiálise.	130		
15109	- Policlínica.	100		
15110	- Pronto socorro.	30		
15111	- Serviço de nutrição e dietética.	30		
15112	- Unidade sanitária.	Isento		
15113	- Radiológica médica (por equipamento).	50		
15114	- Radiologia odontológica (por equipamento).	20		
15115	- Farmácia (alopática).	100		
15116	- Farmácia (homeopática).	100		
15117	- Drogaria.	100		
15118	- Posto de medicamentos.	50		
15119	- Dispensário de medicamentos.	20		
15120	- Ervanária.	40		
15121	- Unidade volante de comércio farmacêutico.	20		
15122	- Farmácia privada (hosp./clínica/assoc.,etc.).	50		
15123	- Hospital especializado.	150		
15124	- Hospital geral.	150		
15125	- Hospital infantil.	150		
15126	- Maternidade.	150		
15127	- Unidade integrada de saúde/unidade mista.	100		
15128	- Laboratório de análises clínicas.	100		
15129	- Laboratório de análises bromatológicas.	100		
15130	- Laboratório de anatomia e patologia.	100		
15131	- Laboratório de controle qualidade ind. farmacêutica.	100		
15132	- Laboratório químico-toxicológico.	100		
15133	- Laboratório cito/genético.	100		
15134	- Posto de coleta de material de laboratório.	30		
15135	- Agência transfusional de sangue.	50		
15136	- Banco de sangue.	100		
15137	- Posto de coleta de sangue.	50		
15138	- Serviço de hemoterapia.	100		
15139	- Unidade volante de assist. médica pré-hospitalar (por unidade móvel)	50		
15140	- Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel).	30		
15141	Estabelecimentos de propriedade da União, Estados e Municípios	Isento		
15199	Congêneres	30		

Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescida o valor de 20 (vinte) UFM's.				
152	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
15201	- Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação.	80		
15202	- Clínica de psicoterapia/desintoxicação.	80		
15203	- Clínica de psicanálise.	80		
15204	- Clínica de odontologia.	80		
15205	- Clínica de tratamento e repouso.	80		
15206	- Clínica de ortopedia.	50		
15207	- Clínica de diagnóstico por imagem (por equipamento).	50		
15208	- Clínica de fonoaudiologia.	50		
15209	- Consultório médico.	60		
15210	- Consultório nutricional.	60		
15211	- Consultório odontológico.	60		
15212	- Consultório de psicanálise/psicologia.	60		
15213	- Consultório veterinário.	60		
15214	- Estabelecimento de massagem.	60		
15215	- Laboratório de prótese dentária.	50		
15216	- Laboratório de prótese auditiva.	50		
15217	- Laboratório de prótese ortopédica.	50		
15218	- Laboratório de ótica.	50		
15219	- Ótica.	30		
15220	- Serviços eventuais (pressão arterial, coleta e tipo de sangue).	10		
15221	- Estab. saúde de propriedade da União, Estado e Município.	Isento		
15222	- Acupuntura	60		
15223	- Casa de massagem	40		
15299	- Congêneres.	20		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 15 (quinze) UFM's.				
16	- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE			
161	- MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
16101	- Asilo e similares.	Isento		
16102	- Desinsetizadora e/ou desratizadora.	60		
16103	- Escola de natação e similares.	40		
16104	- Estab. de ensino pré-escolar maternal, pre-escolar creche, estab. pré-escolar jardim de infância.	40		
16105	- Estab. de ensino de 1º, 2º e 3º graus e similares.	50		
16106	- Estab. de ensino (todos os graus) regime de internato.	50		
16107	- Piscina coletiva.	60		
16108	- Radiologia industrial.	100		
16109	- Sauna.	50		
16110	- Zoológico.	50		
16111	- Estab. de propriedade da União, Estado, Município.	Isento		

16199	- Congêneres.	50		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de 15 (quinze) UFM's.				
162	- MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFMs		
16201	- Aviário/pequenos animais/peixes ornamentais/aquários.	30		
16202	- Academia de ginástica/dança/artes marciais e similares.	30		
16203	- Agência bancária e similares.	30		
16204	- Barbearia.	15		
16205	- Camping.	30		
16206	- Cárcere/penitenciária e similares.	Isento		
16207	- Casa de espetáculos (discotecas/bailes e similares).	30		
16208	- Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche e similares).	30		
16209	- Cemitério/necrotério.	30		
16210	- Cinema/auditório/teatro.	30		
16211	- Circo/rodeio/hípica/parque de diversões.	30		
16212	- Comércio em geral (eletrod. calçados, tecidos, disco, vestuário, etc).	30		
16213	- Dormitório (por cômodo).	5		
16214	- Escritórios em geral.	25		
16215	- Estação de tratamento de água par abastecimento público.	100		
16216	- Estação de tratamento de esgoto.	100		
16217	- Estética facial/maquiagem.	30		
16218	- Floricultura/plantas/mudas.	30		
16219	- Garagem/estacionamento coberto.	30		
16220	- Hotel (hospedagem) por cômodo.	5		
16221	- Igrejas e similares.	Isento		
16222	- Lavanderia.	30		
16223	- Motel (hospedagem) por cômodo.	5		
16224	- Oficina/consertos em geral.	30		
16225	- Orfanato/patronato.	15		
16226	- Parque natural/campo de naturismo.	30		
16227	- Pensão (por cômodo).	5		
16228	- Posto de combustível/lubrificante.	40		
16229	- Quartel.	Isento		
16230	- Salão de beleza/manicure/cabeleireiro.	20		
16231	- Shopping (área comum) exceto estabelecimentos.	30		
16232	- Serviço e veículo para transporte de alimentos (por veículo).	20		
16233	- Serviço de coleta, transp. e destino de resíduos sólidos.	100		
16234	- Serviço de lavagem de veículos.	30		
16235	- Serviço de limpeza de fossa.	50		
16236	- Serviço de limpeza/desinf. de poço/caixa d'água.	30		
16237	- Tabacaria.	30		
16238	- Transportadora de produtos perecíveis (por veículo).	20		
16239	- Transporte coletivo (terrestre, marítimo e aéreo).	20		
16240	- Empresa produtora de módulos sanitários.	20		
16241	- Estab. de propriedade da União, Estado ou Município.	Isento		
16242	- Eventos Festivos (venda de alimentos)	30		
16243	- Ferro Velho	40		
16244	- Indústria em Geral – até 50 empregados	30		
16245	- Indústria em Geral – de 51 à 100 empregados	60		
16246	- Indústria em Geral – acima de 100 empregados	100		
16247	- Estamparias	40		
16248	- Reciclagem de lixo	40		
16249	- Associação de Moradores	Isento		

16299	- Congêneres.	20		
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido de 10 (dez) UFM's.				
2	- ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO			
21	- DIVERSOS			
211	- DIVERSOS	UFMs		
21101	- Apartamento/hotel/cabana(prédio) -(p/m²).	0,2		
21102	- Residência - (p/m²).	0,2		
	- Ampliação - (p/m²).	0,2		
	- Habitação popular até 40 m2 - (p/m²).	Isento		
21103	- Sala comercial - (p/m²).	0,5		
21104	- Ginásio/estádio e similares - (p/m²).	0,5		
21105	- Galpão/depósito e similares - (p/m²).	0,5		
21106	- Garagem/est. coberto - (p/m²).	0,2		
21107	- Estabelecimento de saúde - (p/m²).	0,3		
21108	- Estabelecimento de ensino - (p/m²).	0,2		
21109	- Estabelecimento de Ginástica/natação e lazer - (p/m²).	0,2		
21110	- Maternal/creche/jardim infância/asilo - (p/m²).	0,3		
21111	- Habitação coletiva - internato e similares - (p/m²).	0,2		
21112	- Cemitério e fins - (p/m²).	-		
21113	- Estab. de propriedade da União, Estados e Município	Isento		
21199	- Congêneres - (p/m²).	0,2		
3	- ANÁLISE DE PROJETOS			
31	- DIVERSOS			
311	- DIVERSOS	UFMs		
31101	- Apartamento/residência e similares - até(100m²).	15		
31102	- Estabelecimento de saúde - até(100m²).	15		
31103	- Estabelecimento de ensino - até(100m²).	15		
31104	- Estabelecimento de ginástica/lazer e similares - até(100m²).	15		
31105	- Estabelecimentos e locais de trabalho - até(100m²).	15		
31106	- Maternal/creche/jardim infância/asilo - até(100m²).	15		
31107	- Cemitério e fins - até(100m²).	15		
31108	- Sistema de tratamento de água - até(100m²).	15		
31109	- Sistema de tratamento de esgoto - até(100m²).	15		
31110	- Estab. de propriedade da União, Estado ou Município	Isento		
31199	- Congêneres - até (100m²).	15		
P/ cada metro quadrado do projeto analisado acima de 100m²	0,2			
5	- ANÁLISES LABORATORIAS			
51	- ANÁLISE DE ALIMENTOS, BEBIDAS, MATÉRIAS-PRIMAS PARA ALIMENTOS, ADITIVOS E CONSULTAS TÉCNICAS.			
511	- ÁGUAS	UFMs		

51101	- Águas industriais.	Arbitrar		
51102	- Análise Química de potabilidade.	40		
51103	- Análise bacteriológica de potabilidade.	30		
51104	- Análise de potabilidade(química + bacteriológica).	60		
51105	- Análise de potabilidade c/ exame detalhado do resíduo.	50		
- Para cada elemento do resíduo, acréscimo de	10			
51106	- Análise microbiológica de água mineral incluindo pseudomonas, enterococcus e clostrídio sulfito redutor (indicativa)	Arbitrar		
51107	- Eficiência de filtros para água (bacteriológico)	40		
51108	- Eficiência de filtros para água (químico)	40		
51109	- Água de piscina	40		
51199	- coleta de alimentos, água, bebidas e outras	5		
512	- ADITIVOS PARA ALIMENTOS	UFMs		
51201	- Aditivos, quimicamente definidos	40		
51202	- Aditivos em alimentos, exame quantitativo, cada um	25		
51203	- Aditivos em alimentos, exame qualitativo, cada um	10		
51204	- Mistura de aditivos em preparação para alimentos, cada aditivo a ser determinado.	25		
51205	- Teor de bioxina.	25		
51206	- Teor de cafeína.	25		
51207	- Teor de lactose.	25		
513	- ALCOOL	UFMs		
51301	- Álcool para uso alimentar ou farmacêutico	25		
514	- ALIMENTOS	UFMs		
51401	- Alimentos em geral, naturais ou industrializados, exame bromatológico (voláteis a 105 °C, resíduo mineral fixo, lipídeos, glicídeos)	40		
51402	- Exame microscópico e exame microbiológico	40		
51403	- Determinação de glúten.	15		
51404	- Determinação de fibras.	15		
51405	- Determinação de colesterol, em alimentos com ovos.	15		
51406	- Determinação de caseína em alimentos (com prévia consulta junto a seção competente)	15		
51407	- Análise bromatológica, com determinação do valor calórico.	40		
51408	- Matérias primas, quimicamente definidas p/uso alimentar.	40		
51409	- Alcalinidade livre.	15		
52	- MEDICAMENTOS	UFMs		
52001	- Testes físicos em medicamentos e matéria prima (densidade, viscosidade, ponto de fusão, ph, umidade, teste de desintegração de comprimido), cada um.	10		
52002	- Substância quimicamente definida inscrita em farmacopéias.	20		
52003	- Medicamento composto (análise quantitativa), por componente.	20		
52004	- Medicamento composto (análise qualitativa), por componente.	20		
52005	- Produtos oficiais (análise quantitativa).	20		
52006	- Produtos oficiais (análise qualitativa).	20		
52007	- Esteróides, corticosteróides (análise qualitativa/quantitativa).	20		
52008	- Produtos à base de plantas ou extratos de plantas não inscritos em farmacopéias ou formulários.	25		
52009	- Antibióticos (análise química).	20		
52010	- Antibióticos (análise microbiológica).	20		
53	- PESTICIDAS E OUTROS	UFMs		
53001	- Resíduos de pesticidas organoclorados/fosforados, cada um.	80		
53002	- Resíduos de fosfina, carbamato, deltameteina, cada um.	80		
52003	- Resíduos de ácido de etileno, etilenocloridrina, etilenoglicol, cada um.	30		
52004	- Benzeno em solvente para tintas.	25		
52005	- Formulação de pesticidas (cada princípio ativo).	Arbitrar		

52006	- Bifenilas policloradas (pcb's).	80		
54	VÁRIOS	UFMs		
54001	- Titulação potenciométrica.	20		
54002	- Determinação de cianeto.	20		
54003	- Espectro de região UV - VIS.	20		
54004	- Espectro na região do infravermelho.	20		
54005	- Espectro infravermelho, com interpretação.	Arbitrar		
54006	- Umidade, segundo Karl Fischer.	20		
54007	- Análise de detergentes e desinfetantes, por componente.	20		
54008	- Análise de arsênio (Gutzeit).	15		
54009	- Análise de arsênio (colorimetria c/dietiloitiocarbamato ag).	20		
54010	- Análise de fluor (eletrodo seletivo).	20		
54011	- Análise de metais pesados (sem chumbo) com gás sulfúrico.	15		
54012	- Consulta técnica.	Arbitrar		
54013	- Biodegradabilidade.	25		
6	- SERVIÇOS DIVERSOS			
61	- DIVERSOS			
611	- DIVERSOS	UFMs		
61101	- Segunda via do alvará sanitário.	10		
61102	- Análise de processos para registro de produtos.	10		
61103	- Segunda via de certificado de registro de produto.	10		
61104	- Alteração de contrato social.	10		
61105	- Baixa de alvará sanitário (mudança, baixa razão social).	5		
61106	- Baixa de responsabilidade técnica.	5		
61107	- Mudança de responsabilidade técnica.	5		
61108	- Mudança de endereço.	20% do valor do alvará		
61109	- Segunda via de análise.	5		
61110	- Início de atividades s/ alvará sanitário.	20		
61111	- Renovação do alvará sanitário fora do prazo (multas aplicáveis s/ o débito).	10%		
61112	- Além da multa incide juros de 1% ao mês ou fração	1%		

PORTARIA Nº TIMBOPREV-089, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-089, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Sonia Maria Petroski Silva.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, e,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR SONIA MARIA PETROSKI SILVA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, Referência Salarial D-37, matrícula nº 1953.4, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 2002.1070.1.00043/15-3, expedida em 15/06/2015, computando-se 1.249 (mil e duzentos e quarenta e nove) dias, ou seja, 03 (três) anos, 05 (cinco) meses e 04 (quatro) dias, conforme Processo TIMBOPREV 051/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de agosto de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 02 2015 FUNREPOM

PREFEITURA DE TIMBÓ
CENTRAL DE LICITAÇÕES
RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2015 FUNREPOM

Às 11h34min, do quinto dia, do mês de agosto, do ano de dois mil e quinze, o Pregoeiro, Sr. Jean M. R. Vargas, nomeado pela Portaria n.º 845, de 03 de fevereiro de 2014, tomou conhecimento acerca do recebimento de impugnação ao Processo Licitatório acima citado.

Em apreciação ao pedido, identificou-se a necessidade de análise técnica devido ao motivo estar relacionado ao Termo de Referência.

Portanto, seguem documentos para análise do gestor para parecer e decisão.

Timbó (SC), 05 de agosto de 2015
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 20/2015

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 20/2015 - Denomina o espaço de educação ambiental do Parque Municipal Freymund Germer como "Sala de Educação Ambiental Lúcia Sevegnani".

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Laércio Demerval Schuster Júnior.
Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal que pretende denominar "Sala de Educação Ambiental Lúcia Sevegnani" o espaço de educação ambiental do Parque Municipal Freymund Germer.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 23 de junho. No dia 30 de junho o Presidente da Mesa Diretora o despachou a esta Comissão, em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação de seus aspectos legais e constitucionais.

No dia 22 de julho a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião Ordinária, quando exarou o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

No que diz respeito aos aspectos redacionais, a proposição vai ao encontro daquilo que é estabelecido pela Lei Complementar Federal n.º 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, cumprindo com a exigência do §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

No mérito, verifica-se que a proposição em análise pretende denominar "Sala de Educação Ambiental Lúcia Sevegnani" o espaço de educação ambiental do Parque Municipal Freymund Germer.

A matéria objeto do presente encontra-se inserida nas competências legislativas conferidas aos Municípios, conforme disposto no art. 30, I da Constituição Federal (interesse local). Por sua vez, a Lei Orgânica Municipal reproduz a diretriz constitucional ao dispor em seu art. 10, I, sobre a competência do município para legislar sobre assuntos de seu interesse.

Do mesmo modo, a Lei Orgânica Municipal, em seu art. 15, XVII, dispõe que compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do município, especialmente no que diz respeito à denominação e alteração de próprios, vias e logradouros públicos.

Assim, a denominação do espaço de educação ambiental do parque citado, prédio público de uso especial, deve ocorrer somente através de lei, motivo este que justifica a proposição em comento.

Destarte, vislumbra-se que o projeto vai ao encontro da legalidade e das técnicas legislativas, razão pela qual não existem óbices à sua tramitação regular nessa Casa Legislativa.

III) CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator dessa Comissão se manifesta pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei n. 20/2015. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt
Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 22 de julho de 2015.
Rubens Borchardt
Presidente

Douglas Emanuel Marchetti
Relator

Reimar Raddatz
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 22/2015
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 22/2015 - Denomina via pública "João Batista Fiamoncini" e define seu gabarito.

Iniciativa: Vereador Rubens Borchardt.
Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa denominar "Rua João Batista Fiamoncini" a rua projetada A que se inicia no lado par da Rua Babaçu e termina no lado par da Rua Acre, localizada no Bairro dos Estados, bem como definir seu gabarito.
O Projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa no dia 9 de julho, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 14 de julho em Sessão Ordinária, conforme determina o §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais. No dia 22 de julho esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.
Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange aos aspectos legísticos e redacionais, a proposição está de acordo com aquilo que é determinado pela Lei Complementar Federal nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.
De acordo com o que preceitua o art. 30, I, da Constituição Federal, e inciso I do art. 15 da Lei Orgânica, é competência do município legislar ao se tratar de assunto de interesse local.
A matéria também está em conformidade com a Lei Orgânica de Timbó, quando estabelece no inciso XVII do art. 15 a competência da Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, de "autorizar a denominação e alteração de próprios, vias e logradouros públicos". Do mesmo modo, a matéria não se encontra dentre aquelas cuja competência privativa para deflagrar o processo legislativo é do Prefeito Municipal (art. 30, §1.º, I e II, alíneas "a" a "c"), razão pela qual ser possível sua proposição por integrante do Poder Legislativo.
Sendo assim, estando a presente proposição na esfera de competência do município, bem como ir ao encontro daquilo que é determinado pela Lei Orgânica Municipal, este Relator se manifesta de maneira favorável à sua tramitação nesta Casa.

III - CONCLUSÃO
VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei nº 22/2015.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Rubens Borchardt
Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 22 de julho de 2015.
Rubens Borchardt
Presidente

Douglas Emanuel Marchetti
Relator

Reimar Raddatz
Membro

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO N. 08/2015 FUNDO M SAÚDE CONSULTAS

CONTRATO N. 08/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A Fundação Hospitalar São Lourenço, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 86.223.864/1114-98, estabelecida na Rua Coronel Bertaso, 1750, Bairro Cruzeiro, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, denominada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 25/2015 e Pregão Presencial nº 23/2015.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para a realização de exames de ressonância magnética, em pacientes deste município, conforme Termo de Referência constante no Anexo I, de acordo com a Proposta e demais peças integrantes do Edital respectivo, as quais, conhecidas e aceitas pelas partes, incorporam-se a este instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A presente contratação terá vigência até 31/12/2015 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestor do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

4.1. O valor total ora contratado é de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) por consulta considerando consignado conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação.

4.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

4.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

4.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

4.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (29,30) do Fundo Municipal de Tunápolis.

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Frantz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

7.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

7.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

7.1.6. Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

7.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.2.1 Executar as consultas de acordo com as especificações do Edital (termo de referência), sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

7.2.2 Entregar juntamente com o faturamento, cópia do encaminhamento do paciente para conferência;

7.2.3 Quando da necessidade de informações ou dúvidas referente a procedimentos a serem realizados, o fornecedor deverá entrar em contato com o Sr. Bruno José Heberle, secretário da Saúde, no Posto de Saúde de Tunápolis/SC fone (49) 3632.1147.

7.2.4 Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;

7.2.5 Fica sob responsabilidade da Contratada qualquer problema que seja observado na falha da montagem das próteses;

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.1.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.2. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no

interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga(SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

TUNÁPOLIS, SC 03 de agosto de 2015

Bruno José Heberle

Contratante

Gestor Fundo

Fundação Hospitalar São Lourenço

Contratada

Valentim Casagrande de Macedo

Testemunhas: _____

CONTRATO N.34/2015 BEM TE VI

CONTRATO N.34/2015

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa CONSTRUTORA BEM TE VI LTDA estabelecida na Rua do Comércio, 529, sala 02, centro da Cidade de Itapiranga/SC inscrita no CNPJ sob nº 06.985.460/0001-00, representada neste ato pelo sócio Sr. Albino Boni, brasileiro, portador do CPF nº 454.743.110-87, cédula de identidade nº CI 13/R- 4.401.150, e doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente contrato de EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA REFORMA DA CASA CULTURA, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 08/2015, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) PARA REFORMA DA CASA CULTURA, CONFORME PROJETO TECNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 90 (NOVENTA) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 – A Ordem de Serviço para execução da obra será emitida pelo Município de TUNÁPOLIS.

3.3 – Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.4 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.5 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.6 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda

à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 55.999,47(cinquenta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos).

4.2 - O pagamento será efetuado pelo Município no prazo máximo de 10 (dez) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal, proporcionalmente à execução dos serviços e conforme os valores unitários constantes da "Proposta de Preços", sem prejuízo das demais condições estabelecidas neste edital e na minuta contratual.

4.2.1 O depósito está condicionado ao cumprimento de cada etapa dos serviços constantes do cronograma físico-financeiro, devidamente atestado pela comissão de acompanhamento do Município.

4.2.2 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período.

- Cópia dos comprovantes de ficha ponto dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

- Folhas e comprovantes mensais de Pagamento dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

4.2.4 – O pagamento correspondente a 50% (Cinquenta por cento) do valor da medição final, somente será realizado mediante:

- Apresentação do "AS BIULT" se for o caso.

- Apresentação da "CND da Obra".

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 16.2 do edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.4 - Incidirá sobre o valor total das Notas Fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS) conforme legislação vigente, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária sobre o valor total dos pagamentos efetuados, pela alíquota cabível (11%) para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, sem prejuízo das demais condições legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 90(NOVENTA) dias a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SETIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (82) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

9.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os

trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra conforme modelo bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.5 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.7 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.8 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.9 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.10 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.11 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.12 - Confeccionar, instalar e manter placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições para liberação das medições, se responsabilizando pela sinalização do Trânsito conforme normas definidas pela Legislação de Trânsito;

9.13 - Comunicar antecipadamente o MUNICÍPIO, da necessidade de bloqueio de vias, devendo aguardar aprovação para sua efetiva execução;

9.14 - A CONTRATADA deverá elaborar e fornecer ao Município o "As Built" da obra nos termos da legislação aplicável, se houver alteração em relação do projeto original no decorrer da execução;

9.15 - A cumprir a exigência apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, qual seja a de proceder, na assinatura do contrato, a entrega à fiscalização da obra, dos orçamentos, cronogramas, projetos (quando for o caso) e outros documentos sempre em meio digital (informatizado) no formato Excel. Também pelo mesmo meio digital (informatizado) deverão ser recebidas as medições e os aditamentos (envolvendo alterações na planilha orçamentária);

9.16 - Cumprir toda e qualquer diligência executada pelo Município

com relação à obra objeto desta licitação.

9.17 - A CONTRATADA não poderá SUBEMPREITAR os serviços a ela adjudicados.

9.18- A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 08/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2- Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total;

c) A multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta

Municipalidade. Caberá verificar se na execução da obra estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - As correspondências referentes ao contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício. Na hipótese de a contratada se negar a assinar o protocolo de recebimento do ofício, o mesmo será poderá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

14.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.5 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.6 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.7 - Decorridos noventa (90) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.8 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será elaborada com periodicidade de 30 (trinta) dias, exceto a 1º (primeira) e a da conclusão da obra, sendo obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua

rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC., 04 de agosto de 2015.

ENOI SCHERER CONSTRUTORA BEM TE VI LTDA

Prefeito Municipal Albino Boni

SÓCIO ADMINISTRADOR

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 01/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 01/2014

Data de assinatura: 05/08/2015

Processo de Licitação: 34/2013/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: LUCIANA DAMIAN

CNPJ/CPF: 728.448.339-34

Objeto: locação de terreno para uso como estacionamento situado em Urussanga/SC.

Valor reajustado em 3,9637% (IGP-M)

Vargem Bonita

PREFEITURA

FMS_PROCESSO 008/2015 PR 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº008/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº008/2015

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Serviços de Confecção de Prótese Dentárias, Totais e Parciais, visando atender a demanda de Pacientes encaminhados pelo Serviço de Saúde Bucal do Município de Vargem Bonita – SC, nas condições e metodologia expostas no Edital, Termo de Referência e demais documentos integrantes do Processo Licitatório.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço Global.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 19 de agosto de 2015 às 09:30 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966,

Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 05 de agosto de 2015.

LENIR RADAPELLI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.276/15

DECRETO Nº 12.276/15, DE 31 DE JULHO DE 2015

Altera o valor da remuneração utilizada pelos serviços de táxis do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, inciso IX, com fundamento na Lei Municipal nº 61/85 e alterações, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6.748/15;

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o valor da remuneração utilizada pelos serviços de táxis do Município de Videira:

BANDEIRADA	R\$ 5,00
BANDEIRA I	R\$ 3,56
BANDEIRA II	R\$ 4,32
HORA PARADA	R\$ 20,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.666/11.

Videira, 31 de julho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de julho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 056/15

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 056/15

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADAS	CARGO
1. ALESANDRA PERAZZOLI DE SOUZA	ENFERMEIRO
2. MIRIAM LUCIANE KOWALCZKI	ENFERMEIRO

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;

- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 05 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2015- FMS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015

HOMOLOGAÇÃO: 05/08/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO, PARA SUPRIR A DEMANDA DO SUS MUNICIPAL NOS CASOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA HOSPITALAR, PARA AS ESPECIALIDADES DE PEDIATRIA, GINECO-OBSTETRÍCIA, CIRURGIA GERAL, ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA, ANESTESIA, CARDIOLOGIA E UROLOGIA, EM REGIME DE SOBREAVISO, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. FORNECEDOR: IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.140.000,00 (um milhão cento e quarenta mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput" e I, e atentando também com o Art. 26, ambos da Lei n. 8.666/93.

Videira - SC, 05 de Agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

JULGAMENTO DO RECURSO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2015-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DO RECURSO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2015-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º, da Lei nº 8.666/93, torna público o julgamento

dos recursos interpostos pelas empresas CONSEST Pré-Moldados Ltda. – ME e Ademir Luiz Bogoni - EPP no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a contratação de empresa para construção de edificação em alvenaria para novo terminal rodoviário (etapa 1), com área total de 1.594,18 m², de acordo com memorial e projetos, os quais foram conhecidos e, no mérito, julgados IMPROCEDENTES, sendo o resultado final: INABILITADAS as empresas Paloma Construções EIRELI, Consest Pré-Moldados Ltda. – ME, Loss Construções e Pré-Moldados Ltda., Celo Construções e Incorporações Ltda., Ademir Luiz Bogoni – EPP e Brile Construções Ltda. – ME, por descumprirem exigências editalícias, e HABILITADAS as empresas Construtora Foscarini Ltda. – EPP e G.L. Construtora e Incorporadora Ltda. – EPP. Torna público, ainda, que a data para abertura e julgamento dos envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados será dia 10 de agosto de 2015 às 09:00 horas. Videira, 05 de agosto de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 0563/15

PORTARIA Nº 0563/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00051/15-4, nos assentos funcionais da servidora VERA LUCIA FIORELLI PASQUAL, detentora da matrícula funcional nº 2207, e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12677/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora VERA LUCIA FIORELLI PASQUAL, detentora da matrícula funcional nº 2207, e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00051/15-4, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0564/15

PORTARIA Nº 0564/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00046/15-0, nos assentos funcionais da servidora MARIZA CASTANHEIRO, detentora da matrícula funcional nº 2955, e do cargo de provimento efetivo de Técnica de Enfermagem, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições

legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12678/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora MARIZA CASTANHEIRO, detentora da matrícula funcional nº 2955, e do cargo de provimento efetivo de Técnica de Enfermagem, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00046/15-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0565/15

PORTARIA Nº 0565/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00017/10-0, nos assentos funcionais do servidor ALEXANDRE BERTO NETO, detentor da matrícula funcional nº 2113, e do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12820/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor ALEXANDRE BERTO NETO, detentor da matrícula funcional nº 2113, e do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00017/10-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de agosto de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração em Exercício

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 177/2015

PORTARIANº 177/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: GREGORI MATHIAS SOARES

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na E.M. Serra da Abelha, a partir do dia 06 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de agosto de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 178/2015

PORTARIANº 178/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve PRORROGAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 023/2006, de 02 de agosto de 2006,

Nome: MARLENE MONTIBELLER DECARLI

Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, licença de parte da jornada de trabalho, concedida em 01 de abril de 2007, a qual reduziu sua carga horária de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo dos vencimentos, para cuidar de seu filho, Fernando Decarli, portador de deficiência, conforme laudo da Fundação Catarinense de Educação Especial e parecer expedido pela Assistência Social do município, a partir de 01 de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 179/2015

PORTARIANº 179/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve PRORROGAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 023/2006, de 02 de agosto de 2006,

Nome: ZENEIDE ROCHA

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

Do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, licença de parte da jornada de trabalho, concedida em 11 de agosto de 2014, a qual reduziu sua carga horária de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo dos vencimentos, para cuidar de sua filha, Diovana Feliciano, portadora de deficiência, conforme laudo da Fundação Catarinense de Educação Especial e parecer expedido pela Assistência Social do município, a partir de 11 de agosto de 2015 até 10 de agosto de 2016, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de agosto de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 180/2015

PORTARIANº 180/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: TATIANA PENZ FELICIANO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário – ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 064/2015, de 27 de março de 2015, passando de 10 (dez) para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 06 de agosto de 2015, no CEI Chapeuzinho Vermelho, em substituição à servidora ROSILENI FISTAROL FORMENTIN.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de agosto de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 181/2015

PORTARIANº 181/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve
FIXAR HORÁRIO DE TRABALHO:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: RUDINEI KOEHLER

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, tendo seu período de trabalho fixado das 06 horas às 12 horas, com intervalo para alimentação e descanso de 15 (quinze) minutos, durante o prazo de 90 (noventa) dias, data em que seu expediente diário voltará ao normal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 032/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE AGOSTO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 167/2015

DECRETO Nº AJG 167/2015

NOMEIA COORDENADORA DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907, de 12 de julho de 2006, c/c o artigo 3º, da Lei Municipal nº 3.438, de 07 de maio de 2012,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Mariana Carlos Grando, brasileira, casada, inscrita no cpf/mf sob nº 045.444.009-02, portadora da Cédula de Identidade 5072598, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Departamento de Recursos Humanos, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto nº AJG 165/2014, de 07 de julho de 2014.

Xanxerê/SC, 05 de agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 168/2015

DECRETO Nº AJG 168/2015

NOMEIA SECRETÁRIA EXECUTIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Thaise Paludo, brasileira, solteira, inscrita no cpf/mf sob nº 009.560.389-13, portadora da Cédula de Identidade 4.164.873, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretária Executiva, lotada no Gabinete do Prefeito, com o vencimento mensal fixado no Anexo II, da Lei Complementar nº BLB 3376/11, de 23/11/2011.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 05 de agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 169/2015

DECRETO Nº AJG 169/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.713/2014 de 08.12.2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de até R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

14 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
14.1401.2.606.2001.2051 – Atividades de Apoio ao Homem do Campo

14.1401.2.606.2001.2051.44900000.1134 – Aplicações Diretas R\$ 271.269,09

Art. 2º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no Contrato de Repasse nº 1022203-20/2014 firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para Apoio ao Apri-moramento no Serviço de Inspeção Sanitária e na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, SC, 05 de agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 0054/2015

Extrato de Contrato nº 0054/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Cooperativa da Agricultura Familiar de Xanxere e Região - CAF

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural Objetivando a composição da merenda Escolar.

Valor: R\$ 39.383,00

Prazo: 28 de fevereiro de 2016.

Xanxerê-SC, 31 de julho de 2015.

Ademir J. Gasparini

Pref. Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

CANCELA PP 28-2015 PMXV

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 28/2015 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal em Exercício, Sr. José Dal Bosco, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 28/2015 PMXV com base no DECRETO Nº 75/2015.

Xavantina/SC, em 05 de agosto de 2015.

JOSÉ DAL BOSCO,
Prefeito Municipal em Exercício.

CONTRATO Nº 062/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA ME.

Número do Contrato: 062/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AO FUNDO E DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, LEI FEDERAL 12.232/2010.

Data da Assinatura: 30/07/2015.

Validade: 31/12/2015.

Suspensão.

DECRETO 079/2015

DECRETO Nº 079/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. OSMAR DERVANOSKI PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. OSMAR DERVANOSKI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 14/R841347 e CPF 463.673.499-87, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Agosto de 2015.

JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 080/2015

DECRETO Nº 080/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. ELIANICE BATTISTON PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. ELIANICE BATTISTON, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº 3.8573826 e CPF 034.500.209-19, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Agosto de 2015.

JOSE DAL BOSCO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Consórcios

ARIS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 024 /2012 - NOTIFICAÇÃO Nº 72/2012 - TAIÓ

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 24/2012

TERMO DE NOTIFICAÇÃO N. 72/2012

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN – MUNICÍPIO DE TAIÓ

OBJETO: NÃO-CONFORMIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DECISÃO Nº 059/2015

I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS emitiu Termo de Notificação nº 072/2012 em face da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, tendo em vista o Relatório de Fiscalização e Cronograma de Adequação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Taió – RF – SAA 01/2012, com as seguintes não-conformidades:

Itens	NÃO CONFORMIDADES	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO (EM DIAS)
01	Apresentar irregularidades nos aspectos de limpeza, conservação, manutenção e segurança das unidades do SAA.	120
02	Não apresentar a devida anotação ou declaração de responsabilidade técnica junto ao conselho de classe;	240
03	Não apresentar manual e registro de controle de manutenção, preventiva e corretiva, para as unidades do SAA;	120
04	Não apresentar planos de emergência e contingência para o SAA;	120
05	Não dispor de estrutura fundamental para o adequado tratamento da água de abastecimento;	240
06	Apresentar equipamentos e sistemas de dosagem de produtos químicos com tecnologia defasada;	240
07	Apresentar irregularidades nas tampas dos reservatórios de água potável, o que compromete seu correto acoplamento e fixação;	120
08	Não realizar manejo e disposição adequada de lodos e subprodutos do tratamento de água.	240

Devidamente notificada, a CASAN por meio dos CT/Comitê 005, apresentou respostas fls. 79/86.

As medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades não foram realizadas pela Concessionária Estadual, na sua totalidade.

Assim, as não conformidades de nºs 01, 03, 06 e 08, elencadas no Termo de Notificação nº 72/2012 não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o Relatório de Fiscalização nº 002/2014 (fls. 108/136).

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação (fls. 188) favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

II – Mérito

A questão cinge-se pela comprovação ou não da CASAN sobre as inconformidades encontradas no SAA do Município de Taió, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não-conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS.

A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não-conformidades elencadas, no prazo legal.

As razões apresentadas pela CASAN, não afastam a incidência imediata das normas trazidas pela Lei federal n. 11.445/2007, em especial o artigo 43 e pela Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011, conforme já exaustivamente analisado nos autos do Processo Administrativo nº 24/2012.

Tem-se, de maneira incontestada, conduta negativa da CASAN em solucionar as não-conformidades identificadas nos itens 01, 03, 06 e 08.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei Municipal nº 3508/2011, que autorizou o ingresso do Município de Taió e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

A ARIS disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III – embargo de obra ou serviço;

IV – intervenção administrativa; e

V – declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º – Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º – Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º – Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual. Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço,

intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenada anteriormente, no prazo de dois anos.

No caso concreto, a CASAN infringiu o artigo 11, XII; 12, XI, XIV e 13 IV, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011. Desta forma, em que pese a gravidade das condutas, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c art. 16, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda à adequação do serviço as normas de regulação, cumprindo, integralmente, com as determinações previstas nos itens 01, 03, 06 e 08, do TN nº 72/2012.

III – Decisão

Diante do exposto, julga-se pela instauração do Processo Administrativo Punitivo, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e IV, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 24/2012.

Florianópolis, 03 de agosto de 2015.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº026/2014 - LONTRAS

Processo Administrativo Punitivo nº 26/2014

Auto de Infração nº 26/2014

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Lontras -SC
Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, XI, 12, XIV, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 26/2014. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 25 de junho de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, André Antunes Miquelante, Michele Batista Correia de Mello, Willian Carlos Narzetti e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 28 de julho de 2015

Michele Batista Correia de Mello
Conselheira Relatora

DO RELATÓRIO

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, em 21 de julho de 2014, emitiu Auto de Infração nº 026/2014 em face da CASAN, no Município de Lontras, com a seguinte descrição dos atos constitutivos da infração:

“3 - DESCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

Em 22 de março de 2012, foi realizada a fiscalização do SAA da CASAN no Município de Lontras. Na respectiva fiscalização foi elaborado relatório técnico onde foram devidamente apresentadas todas as não conformidades identificadas no Relatório de Fiscalização SAA – Lontras – 001/2012 e Termo de Notificação Nº 005/2012.

Em resposta, a AUTUADA não demonstrou o atendimento das não conformidades elencadas nos itens abaixo mencionados:

ITEM	NÃO CONFORMIDADE
04	Disposição de tubulações, peças e conexões expostas a intempéries e indevidamente armazenadas.
06	Apresentar irregularidades nos aspectos de conservação e manutenção das unidades do SAA.
08	Apresentar irregularidades nas tampas dos reservatórios de água potável, o que compromete seu correto acoplamento e fixação.
15	Não apresentar a devida anotação ou declaração de responsabilidade técnica junto ao conselho de classe.

Sendo assim, a AUTUADA descumpriu com suas obrigações contratuais, enquadrando-se nas penalidades previstas no artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS e pelo artigo 4 da Resolução Normativa/ARIS nº 3, as quais foram legitimadas pela Lei municipal nº 1928/2011, que autorizou o ingresso do Município de Lontras na ARIS.

Especificamente, o fato ensejou a instauração do Processo Administrativo nº 012/2012 pelo qual se aplicou a penalidade de ADVERTÊNCIA, que foi comunicada à prestadora CASAN através do Ofício/Diretor Geral (da ARIS) nº 150/2014 em 21 de julho de 2014. Por sua vez, a CASAN encaminhou o ofício CT/COMITE - 0200/2014, datado de 07/08/2014, com RECURSO encaminhado ao CONSELHO DE REGULAÇÃO requerendo que seja RECONSIDERADA a decisão de aplicação de penalidades, tendo em vista os fundamentos já declinados nos autos, somados aos do presente recurso, para que seja excluída a penalidade de advertência. Bem como explicando as razões de recurso ao Auto de Infração nº 026/2014.

Diante das Razões de Recurso apresentadas pela CASAN, e do Parecer Técnico nº 045/2015 da Coordenadoria de Fiscalização da ARIS, que recomendou que fosse realizada verificação in loco, pelo engenheiro da Aris residente em Rio do Sul. Está vistoria será realizada no tocante as não conformidades não atendidas no Auto de Infração nº 026/2014 – Processo Administrativo Punitivo Nº 026/2014.

Segue abaixo parecer técnico da Coordenadoria de Fiscalização, referente a visita técnica realizada no SAA de Lontras para verificações referente ao Auto de Infração Nº 026/2014.

Item 04: DISPOSIÇÃO DE TUBULAÇÕES, PEÇAS E CONEXÕES EXPOSTAS A INTEMPÉRIES E INDEVIDAMENTE ARMAZENADAS. Recomenda-se anulação da aplicação de penalidade pelo não atendimento da não conformidade.

Item 06: APRESENTAR IRREGULARIDADES NOS ASPECTOS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DO SAA. Recomenda-se manutenção da aplicação de penalidade pelo não atendimento da não conformidade.

Item 08: APRESENTAR IRREGULARIDADES NAS TAMPAS DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL, O QUE COMPROMETE SEU CORRETO ACOPLAMENTO E FIXAÇÃO. Recomenda-se manutenção

da aplicação de penalidade pelo não atendimento da não conformidade.

O Diretor Geral da ARIS recebeu o recurso e determinou manifestação da Diretoria de Regulação e retorno para decisão.

- Anulação da penalidade de advertência, nos seguintes itens n.ºs 04 e 15 do Termo de Notificação N.º 005/2012, visto que a CASAN evidenciou o atendimento a estes itens;

- Manutenção da penalidade de advertência, nos seguintes itens n.ºs 06 e 08 do Termo de Notificação N.º 005/2012, visto que a CASAN NÃO evidenciou o atendimento a estes itens;

O Diretor Geral da ARIS, manteve parcialmente o Auto de Infração N.º 26/2014, pelos seus próprios fundamentos, com relação aos itens mencionados acima. E determinou o encaminhamento dos autos ao Conselho de Regulação, com fulcro no artigo 13, da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011.

É o RELATÓRIO.

DO VOTO

Após realizar uma minuciosa leitura dos documentos apresentados e que compõe os autos do processo, e considerando que:

A ARIS encaminhou à CASAN em 28 de Maio de 2012, pelo Ofício nº 123/2012 do Coordenador de Fiscalização, o Relatório de Fiscalização e Cronograma de Adequação das não conformidades encontradas e registradas no referido Relatório, durante a 1ª Fiscalização realizada em 22/03/2012.

A ARIS realizou nova fiscalização em 07 de Abril de 2014, tendo constatado que a prestadora não atendeu 4 não conformidades, e ainda apresentou 6 não conformidades novas.

Em nova vistoria realizada em 09 de Abril de 2015, constatou que das 4 não conformidades pendentes, ainda encontram-se pendentes 2.

Lembramos que as fiscalizações realizadas pela ARIS tem como fundamento a adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção nos prazos estabelecidos das não conformidades constatadas;

Sendo assim, nego provimento ao RECURSO, concluindo pela manutenção da decisão nos autos do Procedimento Administrativo nº 026/2014 e, consequentemente, do Auto de Infração nº 026/2014, impondo-se a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos da fundamentação.

É o voto.

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 001/2015 - RIO DO SUL

Processo Administrativo Punitivo nº 001/2015

Auto de Infração nº 001/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Rio do Sul - SC
Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 12, XX E 13, V, VI E VII, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 001/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 25 de junho de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, André Antunes Miquelante, Michele Batista Correia de Mello, Willian Carlos Narzetti e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 29 de julho de 2015

Gilberto Valente Canali

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, em 7 de janeiro de 2015, emitiu Auto de Infração nº 001/2015 e aplicou a penalidade de ADVERTÊNCIA, em face da CASAN, no Município de Rio do Sul, com a seguinte descrição dos atos constitutivos da infração:

“3 - DESCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

Em 28 de agosto de 2014, foi encaminhado o Termo de Notificação nº 102/2014 referente ao cumprimento do 1º ano do contrato de programa,

Em resposta, a AUTUADA demonstrou o cumprimento das obrigações elencadas no item 1, cumpriu parcialmente os itens 4 e 26, e deixou de dar cumprimento aos itens 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27 e 28. Os itens 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, estão em discussão com a ARIS.

...

Sendo assim, a AUTUADA descumpriu com suas obrigações contratuais, enquadrando-se nas penalidades previstas nos artigos 12, VII e XX; 13, V, VI e VII, da Resolução/ARIS nº 3/2011.

No mesmo Auto de Infração, o Diretor Geral da ARIS concedeu o prazo, improrrogável, de 60 dias, para que a AUTUADA procedesse à adequação do serviço às normas de regulação, com vista a cumprir integralmente com as obrigações previstas no Termo de Notificação nº 102/2014, devendo apresentar comprovação disto. Ficou também definido à AUTUADA o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de recebimento do Auto de Infração, para, querendo, interpor recursos ao Conselho de Regulação, em observância ao art.12, § 1º, V, da Resolução/ARIS nº 02/2011.

Em 27 de janeiro de 2015, A AUTUADA apresentou tempestivamente através do Ofício CT/COMITÊ -009, ALEGAÇÕES DE DEFESA, abordando todos os itens que levaram à emissão do Auto de Infração, e requereu o reconhecimento do cumprimento das determinações constantes no Termo de Notificação nº 102/2014 e a anulação da penalidade de advertência.

Em 13 de abril de 2015, a Diretoria de Regulação, através do Parecer Técnico 011/2015, analisou o referido Ofício CT/COMITÊ -009 da CASAN no qual constata que os itens 4, 6, 20, 22, 24, 25, 26 e 27 foram cumpridos pela AUTUADA, restando descumpridos os itens 2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 21, 23 e 28. Quanto ao item 10, a Diretoria de Regulação informou estar o assunto em discussão com a CASAN.

Em consequência o Diretor Geral da ARIS manteve parcialmente o Auto de Infração nº 001/2015, pelos seus próprios fundamentos e, assim, a penalidade de ADVERTÊNCIA relativamente aos itens descumpridos pela AUTUADA, acima enumerados, e encaminhou os autos ao Conselho de Regulação da ARIS, com fulcro no artigo 13 da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011.

Este é o RELATÓRIO.

DO VOTO

A leitura atenta e cuidadosa dos fatos resumidos no Relatório, e considerando que as fiscalizações realizadas pela ARIS tem como fundamento a busca de adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não conformidades constatadas nos prazos estabelecidos; Considerando que os Relatórios das Fiscalizações efetuadas foram dados ao conhecimento da Prestadora de SAA do Município de Rio do SUL, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, com indicação de prazos para o cumprimento/solução das não conformidades constatadas;

Considerando que os prazos concedidos à Prestadora foram vencidos sem que os itens tenham sido integralmente sanados, restando pendentes os itens nºs 2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 21, 23 e 28, conforme apontados pela Diretoria de Regulação da ARIS;
Tendo em vista, as implicações negativas para a qualidade dos serviços prestados;
Ademais, considerando que o Auto de Infração expedido pelo Diretor Geral da ARIS está de acordo com o devido processo previsto no Protocolo de Intenções que deu origem à Agência;
Considerando que foi assegurado à RECORRENTE o contraditório e o direito à ampla defesa;
CONHEÇO das alegações de defesa apresentadas pela RECORRENTE e, no mérito, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, concluindo, pelos fatos examinados, que a RECORRENTE solucionou os itens nºs 4, 6, 20, 22, 24, 25, 26 e 27 fazendo jus à anulação da penalidade específica. Porém, ao mesmo tempo concluo que a RECORRENTE não cumpriu com suas obrigações contratuais, relativamente aos itens nºs 2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 21, 23 e 28, enquadrando-se nas penalidades previstas no artigo 98 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Público que deu origem à ARIS e que foi ratificado pela Lei Municipal nº 5.228/2011, bem como nas disposições contidas no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e IV da Resolução Normativa ARIS nº 002/2011, de 25 de agosto de 2011. Portanto VOTO pela anulação da penalidade de ADVERTÊNCIA relativamente às não conformidades nºs 4, 6, 20, 22, 24, 25, 26 e 27, e pela manutenção da decisão nos autos do Procedimento Administrativo nº 001/2015 e, conseqüentemente, do Auto de Infração nº 001/2015, e da aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, relativamente aos itens descumpridos nºs 2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 21, 23 e 28.

É o voto.

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 017/2015 - CAPÃO ALTO

Processo Administrativo Punitivo nº 017/2015

Auto de Infração nº 017/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Capão Alto- SC
Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 12,VIII, DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 017/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência “in totum”.

Participaram do julgamento, realizado no dia 25 de junho de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, André Antunes Miquelante, Gilberto Valente Canali, Michele Batista Correa de Melo, Willian Carlos Narzetti e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 27 de julho de 2015

Gilberto Valente Canali

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, em 12 de março de 2015, emitiu Auto de Infração nº 017/2015 e aplicou a penalidade de ADVERTÊNCIA, em face da CASAN, no Município de Capão Alto, com a seguinte descrição dos atos constitutivos da infração:

“3 - DESCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

Em consulta realizada ao Sistema de Informação em Saneamento (SISARIS), Módulo Água, foi constatada uma não conformidade relativa ao sistema de abastecimento de água no Município de Capão Alto, conforme descrito no Termo de Notificação nº65/2014.

A referida não conformidade foi caracterizada pelo não encaminhamento das planilhas de controle do SISARIS – Módulo Água, regularmente, a partir de junho de 2014

Sendo assim, a AUTUADA descumpriu com suas obrigações, previstas no art. 12, inciso VIII da Resolução/ARIS nº 003/2011, enquadrando-se na penalidade de ADVERTENCIA prevista no artigo 98, I, do Protocolo de Intenções da ARIS.

No mesmo Auto de Infração, o Diretor Geral da ARIS concedeu o prazo, improrrogável, de 10 dias, para que a AUTUADA procedesse ao atendimento da determinação estipulada no citado art. 12, inciso VIII, da Resolução/ARIS nº003/2011, apresentado comprovante de cumprimento/solução da não-conformidade. Ou seja, o encaminhamento de todas as planilhas devidamente preenchidas, relativamente ao período de junho de 2014 a fevereiro de 2015.

Ficou também definido à AUTUADA o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de recebimento do Auto de Infração, para, querendo, interpor recursos ao Conselho de Regulação, em observância ao art.12, § 1º, V, da Resolução/ARIS nº02/2011.

Em 26 de março de 2015, A AUTUADA apresentou, tempestivamente, através do Ofício CT/COMITÊ -40/2015, RECURSO ao Conselho de Regulação, desde logo requerendo reconsideração da decisão de aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA.

Entre as Razões de Recurso, a RECORRENTE alegou que a não conformidade “se trata de irregularidade formal, plenamente sanada pelos documentos que acompanham o expediente da área técnica da Companhia parte integrante do presente recurso”.

O referido expediente esclarece que as planilhas referentes ao ano de 2014 foram encaminhadas por e-mail para a ARIS em 09 de janeiro de 2015, e que medidas corretivas foram adotadas pela Companhia para que de fato o encaminhamento das planilhas se faça mensalmente. As planilhas referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2015 foram anexadas ao recurso.

Em Parecer Técnico nº 070/2015, de 22 de maio de 2015, a Coordenadoria de Fiscalização da ARIS recomenda a manutenção da penalidade pois que a Resolução/ARIS nº 02/2011 estabelece a obrigatoriedade do preenchimento e encaminhamento das planilhas ao SISARIS de forma regular, mensalmente, o que não ocorreu no período em comento.

O Diretor Geral da ARIS acolheu a recomendação e manteve a penalidade de ADVERTÊNCIA à CASAN e encaminhou os autos ao Conselho de Regulação.

Este é o RELATÓRIO.

DO VOTO

A leitura atenta e cuidadosa dos fatos resumidos no Relatório, e considerando que as fiscalizações realizadas pela ARIS tem como fundamento a busca de adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não conformidades constatadas nos prazos estabelecidos; Considerando que a Resolução/ARIS nº 002/2011 é de pleno conhecimento da Prestadora de SAA do Município de Capão Alto, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN; Considerando que a Prestadora não respeitou a regularidade estabelecida na referida Resolução para o encaminhamento das

informações na forma de planilhas mensais ao SISARIS; Ademais, considerando que o Auto de Infração expedido pelo Diretor Geral da ARIS está de acordo com o devido processo previsto no Protocolo de Intenções que deu origem à Agência; Considerando que foi assegurado à RECORRENTE o contraditório e o direito à ampla defesa; Sendo assim, CONHEÇO das alegações de defesa apresentadas pela RECORRENTE e, no mérito, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO, concluindo, pelos fatos examinados, que a RECORRENTE descumpriu a Resolução/ARIS nº02/2011, e portanto VOTO pela manutenção da decisão de aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos dos autos do Processo Administrativo nº17/2015 e, consequentemente, do Auto de Infração nº 017/2015.

É o voto.

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 028/2015 - MIRIM DOCE

Processo Administrativo Punitivo nº 028/2015

Auto de Infração nº 028/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Mirim Doce - SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, XI E 12, XIV, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 028/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 25 de junho de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, André Antunes Miquelante, Michele Batista Correia de Mello, Willian Carlos Narzetti e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 30 de julho de 2015

Willian Carlos Narzetti

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

Por meio da Lei municipal nº 705/2011, aprovada em 18/10/2011, o município de Mirim Doce se consorciou e delegou os serviços de regulação e fiscalização do saneamento básico à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) Dentre as atribuições e responsabilidades da ARIS, está a fiscalização dos Sistemas de Abastecimento de água (SAA) e de Esgotamento Sanitário (SES) (fls. 10).

Em 21 de junho de 2012 a ARIS realizou fiscalização no SAA de Mirim Doce, resultando na constatação de 12 (doze) não conformidades (fls. 23).

Em decorrência da referida Fiscalização, em 30 de julho foi emitido o Termo de Notificação nº 028/2012 oficializando as 12 (doze) não conformidades e seu cronograma de adequações (fls. 31).

Em 30 de julho de 2012 foram oficiados tanto a prestadora de serviços CASAN quanto a Prefeita de Mirim Doce sobre a emissão do Termo de Notificação nº 028/2012 (fls. 33-34).

Em 10 de setembro de 2012 a prestadora CASAN enviou ofício resposta para a ARIS indicando as providências adotadas frente

às não-conformidades apontadas no Ofício nº 172/2012, de 30 de julho de 2012 (fls. 37).

Em 06 de março de 2014 a ARIS, representada pela Engª Letícia Gazola, emitiu o Parecer Técnico nº 066/2014 que, analisando os documentos enviados pela prestadora Casan, constatou:

- a) A prestadora evidenciou o atendimento da não conformidade nº 05 para a qual se recomenda o encerramento;
- b) As não conformidades 09 e 10 estão com o prazo em andamento;
- c) A prestadora atendeu parcialmente as não conformidades 04 e 07 cujos prazos para o atendimento expiraram;
- d) A prestadora não apresentou evidências quanto ao cumprimento das não conformidades 01, 02, 03, 06, 08, 11 e 12 cujos prazos para o atendimento expiraram.

Em 11 de março de 2014 o Diretor de Regulação da ARIS, Engº Ricardo Martins, encaminhou o processo para o departamento jurídico para abertura de processo punitivo (fls. 51).

Em 11 de março de 2014 foi lavrado o Parecer Jurídico sobre o Termo de Notificação nº 28/2012 que, frente os defeitos na prestação do serviço e a não comprovação da resolução das não conformidades pela prestadora de serviços Casan, recomendou a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN com a respectiva aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA (fls. 56).

Em 05 de maio de 2014 foi emitida a Decisão nº 14/2014 onde o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, determina a instauração do Processo Administrativo Punitivo.

Em 08 de setembro de 2014, a ARIS oficia a Casan sobre uma nova fiscalização no SAA Mirim Doce agendada para o dia 23 de setembro de 2014.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitido o Relatório de Fiscalização do SAA município de Mirim Doce (RF – SAA – Mirim Doce – 002). Neste documento, os técnicos da ARIS apresentam que, das 12 (doze) não conformidades encontradas na primeira fiscalização realizada no SAA em 21 de junho de 2012, 05 (cinco) haviam sido atendidas e 07 (sete) continuavam não-conformes (fls. 47). Durante esta segunda fiscalização, puderam ainda encontrar outras 09 (nove) não conformidades, que serão analisadas em Procedimento Administrativo específico.

Em 26 de março de 2015, o Diretor Geral da Aris, Sr. Adir Faccio, lavra Auto de Infração 028/2015 referente as não conformidades constatadas na fiscalização SAA nº 01/12. Foi aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA. O referido Auto de Infração detalha que, na segunda fiscalização realizada no SAA em 23 de setembro de 2014, das não conformidades identificadas e comunicadas na primeira fiscalização, a AUTUADA não demonstrou o atendimento de 07 (sete).

Em 26 de março de 2015 é encaminhado ofício para a CASAN informando acerca da instauração do Processo Administrativo Punitivo, através do Auto de Infração nº 028/2015, que trata da penalidade de ADVERTÊNCIA. Dá-se o prazo de 15 dias para apresentação do Recurso.

Diante dos termos apresentados no recurso pela CASAN (fls. 58-90) o Parecer Técnico da Coordenadoria de Fiscalização nº 059/2015 considera que:

- a. As não conformidades 01, 06, e 11 foram devidamente cumpridas pela autuada.
- b. Já nas não conformidades 04,08,09 e 10 a operadora não conseguiu comprovar o atendimento/cumprimento.

É o relatório.

DO VOTO

Após analisar os documentos que compõe o processo, considera-se que:

Sobre as não conformidades encontradas pela equipe de fiscalização da ARIS no SAA do município de Mirim Doce, em 20 de abril de 2015 a CASAN encaminhou o Ofício CT/COMITÊ – 0060/2015 apresentando recurso quanto ao Auto de Infração nº 028/2015. Analisando os argumentos e provas apresentadas pela defesa, considera-se que no recurso apresentado pela prestadora CASAN não há evidências sobre a resolução/atendimento das não conformidades apontadas pelo relatório da ARIS, itens: 04,08,09 e 10. Apenas as não conformidades 01,06 e 11 foram sanadas e anuladas. Do total de 7 (sete) não conformidades, 03 (três) foram resolvidas e anuladas (43%), e quatro continuam não-conformes (57%).

ITEM*	DISPOSITIVOS INFRIGIDOS	PENALIDADE
01	Não foi evidenciada existencia de programa em andamento, articulacao ou planejamento para implementar o sistema de gestao da bacia hidrográfica contribuinte e perservacao do manancial de abastecimento;	Anulada
04	Apresentar irregularidade nos aspectos de conservação e manutenção das unidades do SAA	Advertência
06	Não apresentar relatório do plano de vistorias, limpeza e descarga periódica da rede;	Anulada
08	Dispor de estruturas de laboratório em desconformidade com as normas técnicas;	Advertência
09	Não dispor de estrutura fundamental para o adequado tratamento da água de abastecimento	Advertência
10	Não dispor de estruturas adequadas para a Casa de Química;	Advertência
11	Apresentar equipamentos e sistemas de dosagem de produtos químicos com tecnologia defasada;	Anulada

Sendo assim, conheço do Recurso e, no mérito, nego provimento, concluindo pela manutenção da decisão nos autos do Procedimento Administrativo Punitivo nº 028/2015, impondo-se a manutenção da penalidade de ADVERTÊNCIA à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos da fundamentação.

É o voto.

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº002/2015 - IRINEÓPOLIS

Processo Administrativo Punitivo nº 002/2015

Auto de Infração nº 002/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Irineópolis - SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, IX, XI, 12, XIV, XVII, XX, 13 III, IX E 14 XI, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 002/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 25 de junho de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, André Antunes Miquelante, Michele Batista Correia de Mello, Willian Carlos Narzetti e Nádia Boff Ribeiro.
Florianópolis, 29 de julho de 2015

Afonso Veiga Filho

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

Em 25/07/2013 a ARIS instaurou Processo Administrativo no. 232/13, referente à fiscalização do SAA do Município de Irineópolis, com data prevista para 13/08/13. Foram enviados ofícios ao Prefeito Municipal e à Operadora (CASAN) informando e solicitando dados e informações.

Em 15/08/2013 foi feita a fiscalização, com a participação de funcionários da Operadora. Ao final, em 28/10/2013, resultou um Cronograma de Adequação das não conformidades verificadas, com os respectivos prazos a serem cumpridos para as correções (pág. 27, 28 e 29) num total de 26.

Em 07/11/2013 o Relatório de Fiscalização e o Termo de Notificação no. 092/13 foram encaminhados a Operadora e ao Sr. Prefeito de Irineópolis.

Em 20/11/2013 a CASAN solicitou mais 60 (sessenta) dias de prazo para a resposta.

Em 03/11/2014 (quase um ano depois) ofício do Sr. Prefeito Municipal solicita informações à respeito das providências adotadas pela CASAN.

Em 05/12/2014 o Parecer Técnico da Coordenadoria de Fiscalização informa que nenhuma das 26 não conformidades foi corrigida. Anteriormente, em 25/11/2014 a Operadora havia enviado resposta ao Relatório de Fiscalização.

Em 10/12/2014 o Relatório Técnico no. 135/14 e em 19/12/2014 o Relatório Técnico no 136/14 analisaram a resposta da CASAN e que resultou no Despacho no. 035/14 de 22/12/2014, que recomendou a abertura de Processo Administrativo Punitivo face ao não atendimento da grande maioria das não conformidades apontadas no Relatório de Fiscalização.

Em 23/12/14 o Prefeito Municipal foi informado que a ARIS vai instaurar Processo Administrativo Punitivo contra a CASAN pela Decisão 02/15, de 12/01/2015, com a penalidade de Advertência.

Em 12/01/2015 foi aberto o Processo Administrativo Punitivo no. 02/15 com a aplicação da penalidade de Advertência à Operadora CASAN, que foi notificada na mesma data.

Em 04/02/2015 a autuada envia Recurso à ARIS solicitando revisão da punição proposta e apresentando seus argumentos em anexo de folhas 47 a 57 do 2º. Volume do processo.

O recurso foi encaminhado em 08/04/2015 à Coordenadoria de Fiscalização que em 05/05/2015 exarou Parecer Técnico de Fiscalização no. 050/15, sobre o Recurso apresentado pela CASAN. Referido parecer considera válidos os argumentos e comprovações apresentados pela CASAN para as não conformidades 01-b, 01-c, 04, 07-a, 07-b, 008-a, 009-b, 11, 015-a, 15-b, 17, 18, 19 a, b, c. d. e. f e considerou inválidos, mantendo as penalidades, o atendimento dos itens 01-a, 02, 003-a, 03-b, 05, 06, 09-a, 13, 14, 16-a, 16-b, 20, 22, 24, 25 e 26.

Em 06/05/15 a Diretoria de Regulação encaminhou despacho ao Diretor Geral, confirmando análise do Relatório Técnico e o mesmo optou por manter a proposta de punição em 11/05/2015.

É o relatório

DO VOTO

Pequenos sistemas estão se deteriorando por falta de mais atenção da CASAN, principalmente nos itens mais simples, mas que colocam em risco a qualidade do SAA e a saúde da população.

Quando pressionados pela fiscalização, as estruturas locais e regionais da CASAN conseguem resolver muitas das não conformidades mais simples.

As não conformidades mais complexas, que dependem da Administração Central parecem ter maior dificuldade para serem atendidas, dando-se preferência para a defesa quase que jurídica em lugar de ações técnicas que possam resolver os problemas.

Em vista do relatado e das conclusões acima, exaro voto pela manutenção do Processo Administrativo Punitivo 02/15 com a penalidade de Advertência.

Sendo assim, conheço do Recurso e, no mérito, nego provimento,

concluindo pela manutenção da decisão nos autos do Procedimento Administrativo Punitivo nº 002/2015, impondo-se a manutenção da penalidade de ADVERTÊNCIA à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos da fundamentação.

É o voto.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO
Nº024/2014 - MARAVILHA**

Processo Administrativo Punitivo nº 24/2014

Auto de Infração nº 24/2014

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Maravilha - SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, XI, XII, 12, XIV E XX, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 24/2014. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 25 de junho de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, André Antunes Miquelante, Michele Batista Correia de Mello, Willian Carlos Narzetti e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 27 de julho de 2015

Gilberto Valente Canali

Conselheiro Relator

DO RELATÓRIO

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, em 21 de julho de 2014, emitiu o Auto de Infração nº 24/2014 em face da CASAN, no Município de Maravilha, que ensejou a interposição de Recurso pela AUTUADA.

Em rápida retrospectiva, a leitura dos autos do Processo Administrativo nº 076/2012, visando o pleno esclarecimento dos fatos e atos praticados pelas partes, apontou aspectos relevantes a serem aqui considerados, conforme se descreve abaixo.

No Termo de Notificação nº 023/2013, de 04 de abril de 2013, encaminhado à CASAN, a ARIS estabeleceu prazos distintos entre 60 e 270 dias para a solução das 15 não conformidades encontradas, implicitamente classificando-as por grau de dificuldade em realizar e completar as ações requeridas.

Em resposta, pela correspondência CT/COMITÊ – 0082, de 23 de maio de 2013, a AUTUADA informou as providências tomadas ou que estariam sendo tomadas. Em 29 de maio, a AUTUADA informou sobre o andamento dos processos de regularização ambiental do SAA.

Em Parecer Técnico nº50/2013, de 21 de outubro de 2013, a Coordenadoria de Fiscalização da ARIS aponta haver detectado “insuficiências quanto à comprovação do atendimento das não conformidades e desta forma, findo o prazo estabelecido para o cumprimento do estabelecido no Termo de Notificação, recomendou que o Diretor de Regulação expedisse nova correspondência à Prestadora para a tomada das providências recomendadas pela ARIS, o que foi feito no mesmo dia 21 de outubro de 2013, com prazo de 30 dias para o encaminhamento à ARIS da comprovação da adequação das não conformidades.

Em 1º de novembro de 2013, através da CT/COMITE-0193, a CASAN solicitou a prorrogação do prazo por mais sessenta dias,

alegando “a necessidade de encaminhamento dos Relatórios e Pareceres da Fiscalização e Cronogramas de Adequação às diversas unidades para análise e elaboração de resposta das equipes responsáveis, objetivando solucionar, dentro dos prazos legais e de acordo com o cronograma administrativo-financeiro de cada SAA, as desconformidades relacionadas por essa Agência” (grifei).

Não se encontra no Processo eventual manifestação da ARIS sobre tal pedido, entendendo-se que o silêncio da Agência significou a aprovação da prorrogação solicitada.

Somente em 15 de abril de 2014, veio a ARIS informar à CASAN a data de nova fiscalização, a ser realizada em 07 de maio de 2014, tendo como objetivo verificar as ações corretivas realizadas ou prometidas pela CASAN.

O Relatório da segunda fiscalização, datado de julho de 2014, apontou que a Prestadora cumprira 06, e não atendera 15 itens das 19 não conformidades constantes do Termo de Notificação nº 023/2013.

Em 10 de julho, o Diretor de Regulação encaminha o Processo ao Procurador Jurídico da ARIS sugerindo a abertura de processo punitivo com emissão de auto de infração e em 11 de julho, encaminhou à CASAN o Relatório da segunda fiscalização, entretanto sem nada demandar.

Em 21 de julho, o Diretor Geral da ARIS emite o Auto de Infração relativamente ao não atendimento de 11 não conformidades, contendo os seguintes elementos:

“3 - DESCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

Em 14 de março de 2013 foi realizada a fiscalização do Serviço de Abastecimento d’Água no Município de Maravilha. Na respectiva fiscalização foi elaborado Relatório Técnico onde foram devidamente apresentadas todas as (15) não conformidades identificadas no Relatório de Fiscalização SAA – Maravilha - nº001/2013.

E ainda que:

“ Em resposta, a AUTUADA não demonstrou o atendimento das não conformidades...

fatos que ensejaram a edição do Auto de Infração nº 024/2014 e aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA pelo Diretor Geral da Agência, em 21 de julho de 2014, tudo com base nos dispositivos que regem a matéria.

Estabelecido o prazo regimental para a interposição de recurso, a AUTUADA veio tempestivamente ao Processo através da correspondência CT/Comitê 0201/2014 de 08 de agosto de 2014 apresentando Recurso ao Conselho de Regulação e ao mesmo tempo apelando ao Diretor Geral pela extinção da penalidade, tendo como base para recorrer a alegação abaixo transcrita:

“..eis que já atendidas/implementadas as não conformidades apontadas por esta r. agência reguladora, demonstrando o comprometimento da Companhia atuada com boas práticas sanitárias, ambientais e operacionais, os quais (sic) restarão repisados no presente Recurso, nos termos que passa a expor.

A seguir, destaca questões, a seu ver, de mérito, para desconstituir as razões de aplicação da penalidade. Cabe aqui extrair para futura análise, o seguinte trecho:

“Logo, o fundamento basilar do processo administrativo, ou seja, a inadequação do SAA de Maravilha” não possui amparo fático a sustentá-lo, pois todas as desconformidades verificadas no sistema foram corrigidas ou se encontram em adiantado trâmite de adequação, (grifei), mostrando-se demasiadamente rígida a instauração e seguimento do processo administrativo em exame”.

Interessante é observar que, não obstante a afirmação taxativa acima grifada, a CASAN veio novamente ao Processo em 24 de setembro de 2014 para apresentar Plano de Ação da Superintendência de Negócios da Região Oeste para o Sistema de Abastecimento da Água do município de Maravilha, informando que após o recebimento dos Relatórios de Fiscalização, Termos de Notificação e Autos de Infração, a Companhia mobilizou as áreas técnicas diretamente envolvidas na resposta aos documentos supracitados e esclarecimentos requeridos pela ARIS, de forma a adotar medidas saneadoras para a correção das desconformidades.

E mais, disse que analisando as notificações recebidas, verificou-se

que a demanda apresentada de não conformidades, superou os investimentos e orçamentos já disponibilizados à região.

Para finalizar requereu o sobrestamento/suspensão de todos os processos administrativos... sendo posteriormente arquivados, assim que executadas todas as medidas constantes no Plano de Ação do município em causa.

Por sua vez, em 29 de outubro o Diretor Geral da ARIS remeteu o Processo à Diretoria de Regulação para parecer sobre o tema, e esta através do Parecer Técnico nº 026 da Coordenadoria de Fiscalização manifestou-se pela manutenção da penalidade relativamente a 10 das quinze não conformidades, considerando já atendidas ou resolvidas cinco delas.

Em 17 de março o Diretor Geral, decide manter parcialmente o Auto de Infração nº 024/2014 e encaminha o Processo para o exame e manifestação do Conselho de Regulação.

Este é o Relatório.

VOTO

Os fatos descritos no Relatório são por demais eloquentes da inadiplência da Prestadora na solução de 11 das 15 não conformidades constatadas em duas fiscalizações realizadas pela ARIS no Serviço de Abastecimento de Água no Município de Maravilha.

A argumentação apresentada à guisa de Recurso da decisão do Diretor Geral da Agência em aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA é fraca, não se sustenta, conforme a própria Prestadora deixa muito claro, em flagrante contradição expressa em dois expedientes da Prestadora, constantes nos Autos do Processo..

Pior, as razões de mérito apresentadas para justificar a interposição do Recurso, com taxativa afirmação de que todas as não conformidades teriam sido sanadas, não passaram de mero expediente protelatório, como se os prazos concedidos pela ARIS – entre 60 e 270 dias fossem insuficientes, mesmo com a protelação de mais 60 dias, tacitamente concedida a pedido da Prestadora.

É bem verdade que a Prestadora comprovou o atendimento de 4 das quinze não conformidades existentes, mas é muito pouco, considerando-se que a maioria das mesmas, sem maior esforço de julgamento, eram muito simples e só não foram realizadas por incompetência, ou por desídia, ou ainda por pouco caso com o consumidor, seu cliente e razão de ser da prestação do Serviço.

A aplicação da penalidade é uma forte sinalização para que a prestadora abandone as más práticas que infelizmente caracterizam a situação em pauta, e deve ser mantida, não só como tal, mas porque tem forte sentido pedagógico, que precisa ser posto às claras para o cidadão. É dever da Agência e seria frustrante se não desse prova de estar cumprindo o seu papel.

Em consequência, e considerando:

a) o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa assegurados à Recorrente;

b) as Razões de Recurso apresentadas;

c) o dilatado prazo concedido para que a Prestadora Recorrente cumprisse a adequação das não conformidades constatadas na prestação do Serviço de Abastecimento d'Água no município de Maravilha;

d) A inadimplência relativa a 11 das 15 não conformidades constatadas;

CONHEÇO o Recurso, porém NEGOU PROVIMENTO quanto ao mérito, peremptoriamente, mantendo a penalidade de ADVERTÊNCIA por falta de evidencia do cumprimento pela Recorrente de sua obrigação de sanar as não conformidades constatadas pela ARIS, com as exceções já apontadas.

É o voto.

PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº036/2015 - CHAPADÃO DO LAGEADO

Processo Administrativo Punitivo nº 36/2015

Auto de Infração nº 36/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Chapadão do Lageado-SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, XI, 12, XIV, TODOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 36/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 25 de junho de 2015, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, André Antunes Miquelante, Michele Batista Correia de Mello, Willian Carlos Narzetti e Nádia Boff Ribeiro.

Florianópolis, 29 de julho de 2015

Nádia Boff Ribeiro

Conselheira Relatora

DO RELATÓRIO

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, em 09 de abril de 2015, emitiu Auto de Infração nº 036/2015 em face da CASAN, no Município de Chapadão do Lageado, com a seguinte descrição dos atos constitutivos da infração:

“3 - DESCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

Em 08 de agosto de 2012 foi enviado o Relatório de Fiscalização 001/2012 do SAA Chapadão do Lageado acompanhado do Termo de Notificação 025/2012 relativo à fiscalização realizada em 19/06/2012, referido Termo de Notificação apontou 11 não conformidades cada uma delas com o respectivo prazo concedido para adequações necessárias (folha 31 processo administrativo 039/2012), e concedendo prazo de 15 dias a contar do recebimento do Termo de Notificação para manifestação e juntada de comprovações. Em resposta a NOTIFICADA apresentou manifestação através da comunicação CT/Comitê 0040 datada de 10/09/2012 (folha 37) a CI 281/2012/SRN contendo a análise e respostas as Não Conformidades apresentadas pela ARIS.

07/03/2014 emitido Parecer Técnico 067/2014 que analisa o cronograma de atendimento das não conformidades, constatando que a prestadora evidenciou o atendimento da não conformidade 03, atendimento parcial da não conformidade 05 e não atendimento das não conformidades 02, 06, 08 elencadas no relatório de fiscalização 01/2012 e Termo de Notificação 025/2012 já estando todas com o prazo expirado para o atendimento.

Ofício 062/2014 do Diretor de Regulação (folha 49) informa a realização de nova fiscalização na SAA Chapadão do Lageado.

08/04/2014, realizada nova fiscalização à SAA do município de Chapadão do Lageado, gerando o Relatório de Fiscalização que constatou o atendimento das não conformidades 03, 05, 07, 09, 10 e 11 e não atendimento das, 01, 02, 04, 06, 08. Ofício 271/2014 de 03 de junho de 2014, do Diretor de Regulação encaminha o Relatório

de Fiscalização 002/2014 considerando as 03 não conformidades observadas na primeira fiscalização e concedendo prazo de 15 dias para a NOTIFICADA apresentar a comprovação das respectivas regularizações e justifique eventual necessidade de alteração de prazos. Posteriormente em 25 de março de 2015, foi realizada visita técnica para acompanhamento das demandas pontuais no SAA do Município de Chapadão do Lageado constatando que as não conformidades 02, 06 e 08 não foram atendidas e seus prazos para resolução já se encontram expirados.

Considerando que o encaminhamento para análise desta relatora está associado a PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 039/2012 relacionado às não conformidades do Termo de Notificação 025/2012, e considerando que conforme consta nos autos do processo, administrativo em apreço restam pendência das seguintes não conformidades não atendidas:

N.º	NÃO CONFORMIDADE PENDENTE	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO
02	Apresentar irregularidades nos aspectos de conservação e manutenção das unidades do SAA	Expirado
06	Disponer de estruturas de laboratório em desconformidade com as normas técnicas.	Expirado
08	Não dispor de estrutura fundamental para o adequado tratamento da água de abastecimento.	Expirado

Diante das pendências do Termo de Notificação n.º 025/2012 em relação às não conformidades elencadas acima não atendidas, considerando que a AUTUADA descumpriu com suas obrigações contratuais, tornando-a passível do enquadramento nas penalidades previstas no artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS e pelo artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3, o Diretor Geral da ARIS instaurou o AUTO DE INFRAÇÃO N.º 036/2015 dando conhecimento a AUTUADA através de AR em 15/04/2015, concedendo prazo de 15 dias para apresentação de recurso.

Por sua vez, a CASAN, através do CT/COMITÊ – 077 protocolou em 30/04/2015 na ARIS o RECURSO requerendo:

- Reconhecimento do cumprimento das determinações exaradas no Termo de Notificação 025/2012 com base em documentação CI/105/2015;
- Com base no mérito, a improcedência do Auto de Infração n.º 036/2015 e consequente não imposição de qualquer penalidade;
- O recebimento e acatamento das manifestações técnicas anexas e documentos que lhe dão suporte.

Em sequência às considerações do recurso interposto pela CASAN, a ARIS através do Parecer Técnico 058/2015 expedido pela Coordenadoria de Fiscalização analisou pontualmente o atendimento das 03 (três) não conformidades pendentes apontadas no Termo de Notificação 025/2012, considerando-as ainda pendentes.

Diante dos termos apresentados no recurso pela CASAN e não acatando as justificativas apresentadas pelos técnicos da CASAN, o Diretor Geral da ARIS manteve o Auto de Infração nº 036/2015, pelos seus próprios fundamentos, imputando à CASAN a penalidade de ADVERTÊNCIA, com fundamento no artigo 98 do protocolo de intenções de criação da ARIS, e na Resolução n.º 003/2011 da ARIS, encaminhando os autos ao Conselho de Regulação

DO VOTO

Após realizar leitura nos documentos apresentados que compõe o processo e considerando:

Os fatos que deram origem ao Auto de Infração n. 036/2015 estão associados a fiscalização realizada em 19 de julho de 2012, no SAA

de Chapadão do Lageado onde foram identificadas 11 não conformidades elencadas no Relatório de Fiscalização - SAA – 001/2012. O relatório com as não conformidades e o respectivo Termo de Notificação foi encaminhado para a empresa CASAN indicando os respectivos prazos de atendimento às correções solicitadas.

Em 28/05/2014 a equipe de fiscalização da ARIS realizou a segunda fiscalização no SAA de Chapadão do Lageado, ocasião na qual foram constatadas que das 11 não conformidades observadas na primeira fiscalização 03 (três) restavam pendentes transcorridos aproximadamente 660 dias da expedição do termo de notificação 025/2012 no qual, o maior prazo previsto para adequação foi de 300 dias.

Assim, considera-se que no recurso apresentado pela empresa CASAN não há evidências sobre a resolução das não conformidades itens: 02, 06 e 08.

Ante ao exposto, e tendo conhecimento das alegações do Recurso do qual tomei conhecimento através dos autos, nego provimento ao recurso, concluindo pela manutenção da decisão nos autos do Procedimento Administrativo nº039/2012 e, conseqüentemente, do Auto de Infração nº 036/2015, mantendo-se a aplicação da penalidade de advertência à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos da fundamentação.

À Consideração do Presidente do Conselho de Regulação e à plenária do Conselho.

Florianópolis (SC) 25 de Junho de 2015.

Nádia Boff Ribeiro
Conselheira Relatora

CIS/AMOSC

EXTRATO CISAMOSC - JULHO

MÊS DE JULHO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 19/2015

PRESTADOR: ALINE NICOLA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.

VIGÊNCIA: A partir de julho de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 20/2015

PRESTADOR: LBP FONOAUDIOLOGIA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia e exames de fonoaudiologia.

VIGÊNCIA: A partir de julho de 2015

TERMO ADITIVO Nº: 08/2015

PRESTADOR: LABORATIVAMED

OBJETO: Mudança de Razão Social.

VIGÊNCIA: A partir de julho de 2015

TERMO ADITIVO Nº: 09/2015

PRESTADOR: CLINICA MEDICA DR. MARCELO SCOPEL

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta em Cardiologia e Eletrocardiograma.

VIGÊNCIA: A partir de julho de 2015

TERMO ADITIVO Nº: 10/2015

PRESTADOR: AURIS OTORRINOLARINGOLOGIA S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames em Otorrinolaringologia.

VIGÊNCIA: A partir de julho de 2015

CIS/AMURES

ATA Nº 05/2015 COMISSÃO LICITAÇÃO CIS/AMURES

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES NO ANO DE 2015.

Aos vinte e um dias do mês de Julho de dois mil e quinze, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão e Pregoeiro e equipe de apoio formado pelo senhor André Santos de Oliveira e pelas senhoras Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro e Denise Regina Alves. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento da seguintes empresas: MED SERRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – EPP e CLINI SERV SERVIÇOS MEDICOS LTDA - EPP. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e quinze e Edital de Credenciamento de dois mil e quinze, foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das empresas citadas, procedeu-se a declaração de inexigibilidade de licitação, o termo de ratificação e o extrato de inexigibilidade de licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Guilherme Rangel Bianchini – Presidente da Comissão de Licitação (Pregoeiro); Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro; Denise Regina Alves; André dos Santos Oliveira (equipe de apoio)

GUILHERME RANGEL BIANCHINIPresid. Comissão de Licitação CIS/AMURES

ANDRÉ DOS SANTOS OLIVEIRA

(Equipe de apoio)

NEIVA GLAUCIA FERNANDES RIBEIRO

(Equipe de apoio)

DENISE REGINA ALVES

(Equipe de apoio)

HOMOLOGAÇÕES RENOVAÇÕES CONTRATOS JULHO 2015 CIS/AMURES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS

Edital de Credenciamento Nº 01/2015

HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Empresa
UROLAGES CLÍNICA MÉDICA LTDA
DANIELLA STEFFEN ARAUJO
C.D.J SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CLINEMEDI CLÍNICA MÉDICA DE CAPIVARI DE BAIXO S/S
INSTITUTO DE ANATOMIA PATOLÓGICA DR. CÉLIO BELIZÁRIO RAMOS LTDA
ORTHOS CLÍNICA DE FRATURAS LTDA

Lages, 30 de Julho de 2015.

EDELVANIO NUNES TOPANOTI

Presidente CIS/AMURES

Consórcio CISAMA

PORTARIA 05/2015 LAURO FRANCISCO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 05/2015

Nomeia LAURO FRANCISCO DOS SANTOS para a função de COORDENADOR DE PROJETOS NA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA, Sr. Edilson José de Souza, no uso de suas atribuições legais, constantes do Estatuto Social, § 1º, da Cláusula 41ª, do Protocolo de Intenções, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. LAURO FRANCISCO DOS SANTOS, para ocupar a função de COORDENADOR DE PROJETOS NA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL constante do quadro de empregos públicos de livre nomeação, previstos no anexo I, do Protocolo de Intenções do CISAMA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 03 de agosto de 2015.

Edilson José de Souza

Prefeito de Campo Belo do Sul

Presidente Empossado

Brasileiro, Solteiro, CPF 610.553.529-53

RG 1.823.208

CIGAMERIOS**EXTRATO DE ADITIVOS REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO 10000/2014**

	CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS	
--	--	--

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público o 2º aditivo a Atas de Registro de Preços, referente o PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.000/2014, pelo "SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS".

Ata de Registro de Preços nº 03/2014.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

VIGÊNCIA: 21/07/2015 a 31/12/2015

OBJETO: promover o reequilíbrio econômico financeiro aos itens "865 e 866" da Ata de Registro de Preços nº 003/2014, que passa a obter o seguinte preço unitário:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO
865	XINAFOATO DE SALMETEROL + PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 25 MCG/125 MCG	FRASCO 120 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	71,6000
866	XINAFOATO DE SALMETEROL/PROPIONATO DE FLUTICASONA - DOSE 50/250mcg	DISKUS 60 DOSES	GLAXOSMITHKLINE	75,1660

Maravilha, SC 05 de agosto de 2015

DILAIR MENIN

PRESIDENTE DA AMERIOS

EXTRATO DE ADITIVOS REFERENTE PREGÃO ELETRÔNICO 10000/2014

	CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS	
--	--	--

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público o 1º aditivo a Ata de Registro de Preços, referente o PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.000/2014, pelo "SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS".

Ata de Registro de Preços nº 018/2014.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME.

VIGÊNCIA: 06/07/2015 a 31/12/2015

OBJETO: promover o reequilíbrio econômico financeiro aos itens "584, 587 e 642" da Ata de Registro de Preços nº 018/2014, que passa a obter o seguinte preço unitário:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO
584	METOPROLOL, SUCCINATO - DOSE 50MG	COMPRIMIDO	SELOZOK/ASTRAZENECA	1,221
587	METOPROLOL, TARTARATO - DOSE 100MG	COMPRIMIDO	GENÉRICO/BIOSINTÉTICA	0,303
642	OLMESARTANA MEDOXOMILA + ANLODIPINO - DOSE 40MG + 5MG	COMPRIMIDO	BENICAR ANLO/SANKYO	1,71

DILAIR MENIN

PRESIDENTE DA AMERIOS